mosaico

ISSN: 2176-8943
Vol.8| nº. 13 | 2017

13

Revista Discente
Programa de Pós-Graduação em História,
Política e Bens Culturais (PPHPBC)
CPDOC | FGV

Mosaico é a revista discente do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV/CPDOC) que tem como objetivo divulgar artigos e outras produções voltadas para as áreas de Ciências Humanas e Sociais.

Editora-chefe

Isabelle Pires

Conselho editorial

Ana Carolina Borges, Isabella Trindade Menezes, Julia Chequer, Marcos Thimoteo Dominguez, Maria Lúcia B. S. Alexandre, Pedro Henrique Alves e Philippe Chaves Guedon.

Professora Conselheira

Luciana Heymann

Conselho consultivo

Ângela de Castro Gomes (UFF e CPDOC / FGV, Niterói e Rio de Janeiro, Brasil), Alexandre Fortes (UFRRJ, Nova Iguaçu, Brasil), Bernardo Buarque de Hollanda (CPDOC/FGV, São Paulo, Brasil), Bianca Freire-Medeiros (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil) , Celso Castro (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Fernando Lattman-Weltman (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Gisele Venâncio (UFF, Niterói, Brasil), João Marcelo Maia (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Juniêle Rabelo (UFF, Niterói, Brasil), Luciana Quillet Heymann (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Maria Celina D'Araújo (PUC-Rio, Rio de Janeiro, Brasil), Marieta de Moraes Ferreira (IFCS/UFRJ e CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Mario de Souza Chagas (UNIRIO, Rio de Janeiro, Brasil), Mario Grynszpan (UFF e CPDOC/FGV, Niterói e Rio de Janeiro, Brasil), Martha Abreu (UFF, Niterói, Brasil), Miriam Hermeto (UFMG, Belo Horizonte, Brasil), Paulo Fontes (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG, Belo Horizonte, Brasil), Sabrina Evangelista Medeiros (EGN/MB e PPGHC/UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil), Verena Alberti (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Victor Andrade de Melo (EEDF e IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil) e Viktor Chagas (UFF, Niterói, Brasil).

Pareceristas desta edição

Affonso Nunes (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil), Alejandra Josiowicz (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Aline Portilho (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Américo Freire (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Ana Claudia Pompeu Torezan Andreucci (Universidade Presbiteriana

Mackenzie, São Paulo, Brasil), Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva (FFP/UERJ, São Gonçalo, Brasil), Ana Paula Tavares Cypriano (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil), Anderson Alves Santos (UFPB, João Pessoa, Brasil), André Coelho (UNIRIO, Rio de Janeiro, Brasil), Angelo Adriano Faria de Assis (UFV, Viçosa, Brasil), Anna Carletti (Unipampa, Santana do Livramento, Brasil), Anna Paola Pacheco Baptista (Museu da Chácara do Céu/IBRAM-MinC, Rio de Janeiro, Brasil), Bruno Coutinho (IESP, Rio de Janeiro, Brasil), Carlos Eduardo Costa (UFRRJ, Três Rios, Brasil), Carolina Vianna Dantas (Fiocruz, Rio de Janeiro, Brasil), Cícero de Almeida (UNIRIO, Rio de Janeiro, Brasil), Claudia Mariza Braga (UFSJ, São João Del Rei, Brasil), Claudio Roberto Marques Gurgel (UFF, Niterói, Brasil), Daniel Etcheverry (Unipampa, São Borja, Brasil), Deisy Ventura (USP, São Paulo, Brasil), Denise Cogo (ESPM, São Paulo, Brasil), Edélcio Mostaço (UDESC, Florianópolis, Brasil), Elaine Javorski Souza (UEPG, Ponta Grossa, Brasil), Fábio Lanza (UEL, Londrina, Brasil), Flaviane Canavesi (UnB, Brasília, Brasil), Giulia Crippa (USP, São Paulo, Brasil), Gustavo Takeshy Taniguti (USP, São Paulo, Brasil), Henrique Buarque de Gusmão (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil), Igor Estevam dos Santos Oliveira (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Isabella Trindade Menezes (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Iza Terezinha Gonçalves Quelhas (FFP/UERJ, São Gonçalo, Brasil), Jessica Luzes (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Jimmy Medeiros (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto (UPE, Petrolina, Brasil), João Carlos Jarochinski Silva (UFRR, Boa Vista, Brasil), João Marcelo Maia (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Juliana Arruda (UFRRJ, Seropédica, Brasil), Kássia Mota Sousa (UECE, Fortaleza, Brasil), Katiuscia Quirino Barbosa (UFF, Niterói, Brasil), Leandro Benedini Brusadin (UFOP, Ouro Preto, Brasil), Leandro Molhano Ribeiro (FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Lediane Fani Felzke (IFRO, Ji-Paraná, Brasil), Leonardo Bahiense (Fiocruz, Rio de Janeiro, Brasil), Lindon Matias (UNICAMP, Campinas, Brasil), Lívia Magalhães (UFF, Niterói, Brasil), Luana Farias Sales Marques (UNIRIO, Rio de Janeiro, Brasil), Lúcia Helena Pereira da Silva (UFRRJ, Nova Iguaçu, Brasil), Luciano Senna Peres Barbosa (UFU, Uberlândia, Brasil), Luis Tomás Domingos (UNILAB, Redenção, Brasil), Marcos Antônio Witt (Unisinos, São Leopoldo, Brasil) , Marcos Thimoteo Dominguez (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Maria Bernadete Moreira Kroeff (PUC-RS, Porto Alegre, Brasil), Maria Eliza Mattosinho Bernardes (USP, São Paulo, Brasil), Maria Letícia Corrêa (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil), Maria Lúcia Dias Mendes (UNIFESP, São Paulo, Brasil), Martin Fabreau Martínez (Universidad de La Republica, Montevidéu,Uruguai), Patrícia de Souza Faria (UFRRJ, Seropédica, Brasil), Percival Tirapeli (UNESP, São Paulo, Brasil), Raphael Bispo dos Santos (UFJF, Juiz de Fora, Brasil), Reginaldo Ferreira Domingos (UFCA, Juazeiro do Norte, Brasil), Renata Summa (PUC-RJ, Rio de Janeiro, Brasil), Renata Tomaz (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil), Rodrigo Amaral (UCAM e Faculdades Integradas Simonsen, Rio de Janeiro, Brasil), Rogério Borba (Universidade Estácio de Sá e Centro Universitário Carioca, Rio de Janeiro, Brasil), Rosa Maria Vieira Medeiros (UFRGS, Porto Alegre, Brasil), Rubens da Silva Ferreira (UFPA, Belém, Brasil), Shirley de Souza Gomes Carreira (FFP/UERJ, São Gonçalo, Brasil), Sidiana da Consolação Ferreira de Macêdo (UFPA, Belém, Brasil), Silvia Regina Alves Fernandes (UFRRJ, Seropédica, Brasil), Silvio Simione da Silva (UFAC, Rio Branco, Brasil), Suely Lima de Assis Pinto (UFG, Jataí, Brasil), Stella Pieve (UFFRJ, Seropédica, Brasil), Talita Roim (UFG, Goiânia, Brasil), Tiago Bahia Losso (UFSC, Florianópolis, Brasil), Valdeci Rezende Borges (UFG, Catalão, Brasil), Ynaê Lopes dos Santos (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil)

Agradecimentos

Luigi de Freitas Bisso Quevedo

mosaico

Sumário

Apresentação 06

Dossiê

Possibilidades de um homem múltiplo – pluralidade identitária e migrações na Índia portuguesa quinhentista 11
Eduardo Borges de Carvalho Nogueira

Os imigrantes libaneses e as redes étnico-comerciais em Fortaleza-CE no início do século XX 28
Ruben Maciel Franklin

Muito além de Vito Corleone: a construção das notícias sobre a comunidade italiana no jornal *New York Times* na década de 1910 48
Isabella Furtado Alves

As estratégias de inserção do intelectual luso-brasileiro José Augusto Correia Varella no teatro carioca 68
Robertha Pedroso Triches Ribeiro

Interconexão entre pintura, vida e religião: a obra mural sacra moderna de Emeric Marcier 84
Ilton José de Cerqueira Filho

Experiências da imigração judaica pelos contos de Samuel Rawet: uma perspectiva histórica 107
Ana Paula Mendonça Gomes

Imigração e identidade francesa: conflitualidades na esfera pública 125
Paula de Souza Paes

Peruanidad(es) no Brasil: a construção de identidades na experiência migratória De estudantes peruanos no Rio de Janeiro 140
Camila Daniel

Expatriados, imigrantes e refugiados: trajetórias e experiências de integração econômica e social 161
Marco Aurélo Ruediger, Margareth da Luz, Maria Isabel MacDowell Couto, Janaina de Mendonça Fernandes, Wagner Faria de Oliveira, Bárbara Barros Barbosa, Marcelo Rotenberg

O caso dos refugiados norte-coreanos na Coreia do Sul: questões sobre identidade, nação e acolhimento 180

Thiago Mattos Moreira

Comida, consumo e identidade: notas etnográficas por entre os processos migratórios da mandioca; do contexto brasileiro e paraense ao contexto europeu 203
Miguel de Nazaré Brito Picanço

Artigos Livres

A questão da autoria: o caso de Alexandre Dumas 222
Isabella Nogueira

A Diáspora Negra e a presença de africanos escravizados em Itapemirim-ES (1860-1870) 237
Laryssa da Silva Machado

Memórias subterrâneas na fotografia de Augusto Malta: imagens, disputas e Identidades no Brasil da Modernidade 258
Sergio Luiz Pereira da Silva e Dolores Eugênia de Rezende

Reforma urbana no Estado Novo: a gestão de Henrique Dodsworth na cidade do Rio de Janeiro (1937-1945) 280
Pedro Sousa da Silva

OEA, evoluir ou perecer: a luta permanente por relevância e eficiência na proteção e na promoção da democracia nas Américas 298
Guilherme France

Digressões sobre o gênero enciclopédico - a Enciclopédia Brasileira em meio às transformações do campo científico da década de 1950 318
Mariana Rodrigues Tavares

Reminiscências da livraria importadora Leonardo da Vinci na vivência político-cutural do Rio de Janeiro 336
Flavia Baptistini

Contornos da agenda sustentável – cooperação rumo a desenvolvimento: análise da gestão socioambiental do Superior Tribunal Federal 356
Luciana Oliveira

Desafios e estratégias na criação do Memorial Cardeal Dom Lucas Moreira Neves (2003-2013) 376
Vandelir Camilo Mário

Morar aqui é “coisa boa”: desvendando o processo de construção das identidades socioterritoriais dos jovens evangélicos que migram para um empreendimento do Minha Casa Minha Vida na periferia de Juiz de Fora/MG 396
Juliana Aparecida Cantarino Toledo

O Outro queer no contexto conservador global 416

Renato Contente

Notas de pesquisa

Legado de bens e funcionamento jurisdicional no Pacífico Espanhol: os autos de bens de defuntos nas audiências ístmicas e do Pacífico no século XVI 431
Julio do Carmo Mouco

Infância e migração: a perspectiva do realismo no fotojornalismo 440
Tayla Katarina Ferreira Oeiras, Patrícia Rakel de Castro Sena e Catherine Marques Leite Carvalho

O maior acervo digital sobre os Jogos Olímpicos Rio 2016 do mundo: uma experiência de gestão e divulgação do conhecimento científico na Casa de Rui Barbosa 451
Leonardo Firmino Magalhães

Conflito entre o Valor Econômico e o Valor Cultural: uma comparação entre o mercado Cinematográfico no Brasil e na França 467
Pedro Bughay Aceti e Leandro Valliati

Entrevistas

Ana Carolina Borges e Helen Nunes entrevistam Monique Sochaczewski Goldfeld 477

Julia Chequer entrevista Paulo Fontes 496

Resenha

A aliança civil-militar brasileira na ocultação de documentos da ditadura após a redemocratização 509
Raphael Alberti Nóbrega de Oliveira

Apresentação

O termo migração denota, em seu sentido tradicional, igualmente construído pelo senso comum, o movimento de indivíduos em busca de melhores condições de vida associadas ou não a mudanças cíclicas de condições ambientes, podendo ocorrer de forma regional ou transnacional. Joaquín Arango afirma que, na metade do século XX, a compreensão a respeito dos processos migratórios experimentou um "progreso considerable"[1]. Contudo, muito do que se sabe sobre o fenômeno estaria associado à investigação empírica, dissociada de uma teoria que articule as tensões desta realidade em contínua mudança. Isto se deu pela heterogeneidade e complexidade dos processos, reveladas por pesquisas ao longo das últimas décadas.

Neste sentido, contemplar a diversidade dos processos migratórios e seus marcos temporais pode contribuir para a construção de arcabouços teóricos para além da simples relação de causa e efeito, ou seja, para a produção de quadros explicativos capazes de contemplar as distintas formas de deslocamento e assentamento, e as diversas categorias forjadas em torno desta discussão. O reconhecimento dos sujeitos enquanto agenciadores do processo tornou-se fundamental para superar a perspectiva que os enxerga como meras engrenagens dentro do sistema socioeconômico e político vigente. Ao tornar o fenômeno histórico das migrações o centro de seus estudos, pesquisadoras e pesquisadores devem considerar a interdisciplinaridade que o tema exige.

Hoje, o tema faz uso de outros conceitos para compreender as complexidades da mobilidade humana. Memória e identidade, por exemplo, tornaram-se balizas fundamentais para este tipo de estudo, uma vez que recordar e esquecer compõem o entendimento acerca de família, trabalho, moradia e sociabilidades destes agentes dentro e fora de movimentos sociais e instituições. O dossiê "Migrações e Identidades" estimulou a produção de contribuições que discutam o pertencimento individual e coletivo, no presente e no passado, bem como discussões que esclareçam políticas nacionais e internacionais dentro do campo das humanidades.

Os artigos que compõem o dossiê contemplam o fenômeno migratório sob diferentes perspectivas disciplinares e temporais. Em "Possibilidades de um homem múltiplo – pluralidade identitária e migrações na Índia portuguesa quinhentista", Eduardo Borges de Carvalho Nogueira analisa a sentença inquisitorial de André Fernandes, réu do Santo Ofício entre as décadas de 1550 e 1560, oferecendo dados sobre as relações entre identidade e migração na Índia do período.

[1] Arango, Joaquín, La Explicación teórica de las migraciones: Luz y sombra . Migración y Desarrollo [en linea] 2003, (Julio-Diciembre) : [Fecha de consulta: 29 de noviembre de 2017] Disponible en:<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=66000102> ISSN 1870-7599.

Já o artigo “Os imigrantes libaneses e as redes étnico-comerciais em Fortaleza-CE no início do século XX” de Ruben Maciel Franklin apresenta, através dos registros das Juntas Comerciais, como os imigrantes libaneses penetraram nas redes comerciais da cidade de Fortaleza, no Ceará.

Em “Muito além de Vito Corleone: a construção das notícias sobre a comunidade italiana no jornal *New York Times* na década de 1910”, Isabella Furtado Alves faz uma reflexão a respeito das representações da comunidade italiana imigrante publicadas nas páginas desse jornal entre os anos 1910 e 1920.

O objetivo de Robertha Pedroso Triches Ribeiro, em seu artigo **“**As estratégias de inserção do intelectual luso-brasileiro José Augusto Correia Varella no teatro carioca”, é expor a trajetória do imigrante português José Augusto Correia Varella (1892-1953) no teatro carioca, mostrando o seu não enquadramento nas imagens já consagradas pela historiografia.

No artigo “Interconexão Entre Pintura, Vida e Religião: a Obra Mural Sacra Moderna de Emeric Marcier”, Ilton José de Cerqueira Filho busca contar a trajetória do muralista romeno convertido ao catolicismo e naturalizado brasileiro, que faz parte da geração de artistas judeus que imigrou para o Brasil.

Ana Paula Mendonça Gomes busca em “Experiências da Imigração Judaica pelos Contos de Samuel Rawet: uma perspectiva histórica” compreender questões relativas à comunidade judaica em condição diaspórica através da literatura, tendo como foco dois contos escritos por Samuel Rawet.

O artigo de Paula de Souza Paes, “Imigração e identidade nacional francesa: conflitualidades na esfera pública” aborda a visibilidade dada ao tema imigração na França, destacando os atores e as questões relativas à publicização desse fenômeno societal a partir dos anos 1980.

Em “Peruanidad(es) no Brasil, a construção de identidades na experiência migratória de estudantes peruanos no Rio de Janeiro”, Camila Daniel analisa como os peruanos que chegaram ao Rio de Janeiro como estudantes universitários (re)constroem sentidos sobre o que é “ser peruano” no Brasil, utilizando trabalho de campo etnográfico realizado entre 2011 e 2012.

No artigo “Expatriados, imigrantes e refugiados no Brasil: trajetórias e estratégias de integração econômica e social”, o grupo composto por Marco Aurélio Ruediger, Margareth da Luz, Maria Isabel MacDowell Couto, Janaína de Mendonça Fernandes, Wagner Oliveira, Bárbara Barros Barbosa e Marcelo Roten, discute os diferentes fluxos imigratórios no Brasil a partir dos anos 2000, assim como suas estratégias de inserção econômica e social para integração à sociedade brasileira.

Thiago Mattos Moreira, em “O Caso dos Refugiados Norte-coreanos na Coreia do Sul: questões sobre Identidade, Nação e Acolhimento”, analisa o caso dos migrantes norte-coreanos na Coreia do Sul, indivíduos que concentram as identidades de refugiado, desertor político e co-nacional em sua nova morada. Por meio de análise histórica e documental das políticas públicas da Coreia do Sul para o Norte, o autor

procura evidenciar as discrepâncias entre uma resiliente narrativa de unidade entre os dois países e a crescente dissociação identitária entre seus habitantes.

"Comida, consumo e identidade: notas etnográficas por entre os processos migratórios da mandioca; do contexto brasileiro e paraense ao contexto europeu", escrito por Miguel de Nazaré de Brito Picanço constrói uma narrativa no sentido de evidenciar o papel da mandioca na preservação dos costumes alimentares nativos e na manutenção de uma identidade cultural.

Abrindo a seção de artigos livres, Isabella Nogueira traz à nossa revista uma discussão sobre a questão da autoria. Para tal, parte do caso de Alexandre Dumas para pensar a figura do autor na relação entre História e Literatura.

Laryssa da Silva Machado, no artigo "A Diáspora Negra e a presença de africanos escravizados em Itapemirm- ES (1860-1870)" discute o conceito de Diáspora Africana a partir da presença de africanos escravizados em Itapemirim, Espírito Santo, e em diálogo com a historiografia recente sobre o tema.

Os autores Sergio Luiz Pereira da Silva e Dolores Eugênia de Rezende nos trazem o artigo "Memórias subterrâneas na fotografia de Augusto Malta: imagens, disputas e identidades no Brasil da modernidade", no qual analisam a memória construída a partir das imagens do fotógrafo sobre o fenômeno conhecido como "bota-abaixo" ocorrido no início do século XX.

No artigo "Reforma urbana no Estado Novo: a gestão de Henrique Dodsworth na cidade do Rio de Janeiro (1937-1945), Pedro Sousa da Silva procura analisar as principais transformações ocorridas na Secretaria Geral de Viação e Obras atentando para a elaboração e execução dos principais empreendimentos do plano de obras públicas da municipalidade.

Em "OEA, evoluir ou perecer: a luta permanente por relevância e eficiência na proteção e promoção da democracia nas Américas, Guilherme France tem como objetivo traçar o histórico do papel da Organização dos Estados Americanos na proteção e promoção da democracia no continente, procurando compreender o momento atual e as possibilidades futuras da organização.

Mariana Rodrigues Tavares, em "Digressões do gênero enciclopédico – A *Enciclopédia Brasileira* em meio às transformações do campo científico da década de 1950", aborda questões relativas ao projeto editorial da *Enciclopédia Brasileira* do Instituto Nacional do Livro e defende a hipótese de que naquela década tal projeto teria adquirido caráter puramente universitário.

No artigo "Reminiscências da livraria importadora Leonardo da Vinci na vivência político-cultural da cidade do Rio de Janeiro", Flavia Baptistini pretende resgatar aspectos determinantes da trajetória e da identidade da livraria. Segundo a autora, tal espaço contribuiu não apenas como fomentador do conhecimento humanístico na antiga capital da República, mas também como um ambiente de sociabilidade de uma série de intelectuais residentes na cidade durante a segunda metade do século XX e início do século XXI.

Em “Contornos da agenda sustentável – cooperação rumo ao desenvolvimento: análise da gestão socioambiental do Superior Tribunal de Justiça”, Luciana Picanço de Oliveira analisa o discurso do desenvolvimento sustentável e algumas de suas conquistas: a implementação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e acordos como a ECO-92, Agenda 21, Rio+20 e Acordo de Paris. Analisa ainda um caso de aplicação interna dos padrões de sustentabilidade internacionais.

Vanderlir Camilo Mário em “Desafios e estratégias na criação do Memorial Cardeal Dom Lucas Moreira Neves (2003-2013)” apresenta um estudo de caso que atenta para as condições sociais, políticas e econômicas que viabilizaram a implementação dessa instituição de memória na cidade de São João Del Rei, Minas Gerais.

Com um estudo intitulado “Morar aqui é “coisa boa”: desvendando o processo de construção das identidades socioterritoriais dos jovens evangélicos que migraram para um empreendimento do Minha Casa Minha Vida na periferia de Juiz de Fora/MG”, Juliana Aparecida Cantarino Toledo focaliza outra cidade do estado de Minas Gerais. Em sua análise, a autora busca compreender o processo de re-territorialização de jovens evangélicos em um empreendimento edificado por programa habitacional do Governo Federal.

Já Renato Contente, em “O Outro queer no contexto conservador global”, propõe algumas considerações teóricas para se pensar a condição queer na contemporaneidade. A partir da visão de autores pós-estruturalistas como Michel Foucault (2000) e Judith Butler (1993; 2015), nome-chave por trás da teoria queer, além de nomes como Georg Simmel (1983) e Hannah Arendt (1999), que tratam da questão do Outro na modernidade, o autor sustenta a ideia de que no contexto neoliberal a população queer acaba se constituindo como “estrangeiro” num corpo social de matriz heterossexista.

Esta edição traz ainda a seção “Nota de Pesquisa”, na qual Julio do Carmo Mouco apresenta “Legação de bens e funcionamento jurisdicional no Pacífico Espanhol: os autos de bens de defuntos nas audiências ístmicas e do Pacífico no século XVI”. O autor levanta informações sobre a composição humana e o funcionamento jurisdicional e de legação de bens durante o século XVI na América espanhola e no Caribe.

Em “Infância e migração: a perspectiva do realismo no fotojornalismo”, as autoras Catharine Marques Leite Carvalho, Patrícia Rakel de Castro Sena e Tayla Katarina Ferreira Oeiras encontram no fotojornalismo uma linguagem narrativa que tem se caracterizado cada vez mais como uma tentativa de traço do real. A pesquisa tem o objetivo de problematizar as condições de vida das crianças no bairro do Jaracaty (São Luís, Maranhão), por meio de fotografias tiradas pelas autoras em pesquisa de campo e relatos de experiências dos moradores locais.

“O maior acervo digital sobre os Jogos Olímpicos Rio 2016: uma experiência de gestão e divulgação do conhecimento científico na Casa de Rui Barbosa” descreve a experiência de construção do acervo digital no DSpace sobre os Jogos Olímpicos Rio 2016, empreendida pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Leonardo Magalhães Firmino apresenta os resultados de um trabalho multidisciplinar de curadoria digital no que se

refere à política de gestão, definição de critérios, direitos autorais, acesso e acessibilidade, competência em informação, compartilhamento, divulgação e preservação dos conteúdos digitais, entre outros aspectos.

Fechando essa seção, Pedro Bughay Aceti e Leandro Valliati discutem na nota "Conflito entre Valor Econômico e Valor Cultural: uma comparação entre o mercado cinematográfico no Brasil e na França" dois tipos de valores relativos às obras cinematográficas. Os autores abordam a dificuldade em medir os valores estéticos, dramatúrgicos e autorais de um projeto cinematográfico, pois há o predomínio de critérios econômicos e financeiros no mercado cinematográfico.

Em entrevista à *Mosaico*, a Professora Dra. Monique Sochaczewski Goldfeld discute diversos assuntos pertinentes ao tema do nosso dossiê "Migrações e Identidades", como, por exemplo, questões relativas aos refugiados, e sua pesquisa sobre o território que chamamos atualmente de Oriente Médio que, inclusive, deu origem a seu livro *Do Rio de Janeiro a Istambul: constrates e conexões entre o Brasil e o Império Otomano (1850-1919)*.

O Professor Dr. Paulo Fontes também nos concedeu uma entrevista sobre seus estudos, que procuram pensar as articulações entre processos migratórios e a formação da classe trabalhadora, dos quais resultaram os livros *Trabalhadores e Cidadãos*. *Nitro Química: a Fábrica e as Lutas Operárias nos Anos 50* e *Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*. Nessas obras, o autor discute temas de interesse do nosso dossiê, mas a partir de outra perspectiva, focalizando as migrações internas ocorridas em meados do século XX.

Fechando a edição, Raphael Alberti Nóbrega de Oliveira apresenta a resenha "A aliança civil-militar brasileira na ocultação de documentos da ditadura após a redemocratização", baseada na obra *Lugar Nenhum: militares e civis na ocultação de documentos da ditadura,* do jornalista investigativo Lucas Figueiredo.

A revista *Mosaico* espera que a publicação do dossiê Migrações e Identidade e das demais contribuições suscite debates fecundos, implique novas pesquisas e proporcione uma leitura prazerosa e intelectualmente estimulante.

Ana Carolina Borges
Isabella Trindade Menezes
Isabelle Pires
Marcos Thimoteo Dominguez
Maria Lúcia B. S. Alexandre

Conselho Editorial

Possibilidades de um homem múltiplo: pluralidade identitária e migrações na Índia portuguesa quinhentista

Eduardo Borges de Carvalho Nogueira [1]

Possibilities of a multiple man: identity plurality and migrations at Portuguese India (XVI century)

http://dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.70604

[1] Mestre em História Social pela UFF-RJ. Professor do Departamento de História do Colégio Pedro II.
E-mail: ebcnogueira@gmail.com

Resumo:

Localizada em meio às conjunturas dinâmicas e crescentemente tensas presentes nos domínios portugueses ao redor do Índico, em meados do século XVI, estava a vida do mestiço e casado André Fernandes, réu do Santo Ofício entre as décadas de 1550 e 1560. Originário da ilha de Goa (a cabeça do Império Asiático Português), sua sentença inquisitorial oferece ricos dados tanto sobre aspectos específicos das conjunturas da região sob análise quanto elementos passíveis de interpretação a respeito das relações entre plasticidade identitária e migrações na região e época supracitados.

Palavras-chave: Estado da Índia; perseguições religiosas; identidades.

Abstract:

Located amid the dynamic and increasingly tense conjunctures present at the Portuguese domains around the Indian Ocean, was André Fernandes life's, "mestiço" and "casado", defendant of the "Santo Ofício" court between the decades of 1550 and 1560. Originally from the island of Goa (head of Portuguese Empire in Asia), his inquisitorial sentence offers rich data on both specific aspects of the conjunctures of the region under analysis and elements susceptible of interpretation regarding the relations between identity plasticity and migrations in the region at the time mentioned above.

Keywords: State of India; religious persecution; identities.

Possibilidades de um homem múltiplo: pluralidade identitária e migrações na Índia portuguesa quinhentista

Introdução

O presente artigo propõe apresentar brevemente traços da trajetória de André Fernandes, homem oriundo de realidade distante no tempo e no espaço que, contudo, revelam aspectos do uso da migração como estratégia em meio a condições adversas de variados matizes. Ele, André Fernandes, que vivera em meados do século XVI na região indiana conhecida como Concão, circulou por diferentes paragens, movido por diversas razões. Saltam aos olhos, contudo, aquelas ligadas a experiências identitárias por ele movidas, forçando-o a deslocar-se e fixar-se nas franjas das potestades de sua época e de seu mundo. E neste ir e vir, alterar-se de modo a sobreviver em meio a diferentes conjunturas.

O mundo de André Fernandes

Realidade sob impacto de múltiplas transformações, o sul asiático do século XVI, área por onde Fernandes se deslocara ao longo de parte de sua vida, detinha dinâmicas assaz complexas. Segundo Subrahmanyam, "o mundo entre o Cabo da Boa Esperança e o Japão" não era estático (SUBRAHMANYAM, 1993, p.13). Apontando para diferentes movimentos migratórios entre distintas partes desta ampla região banhada pelo Índico e pelo Pacífico, ele sinaliza a necessidade de observarmos a intensa circulação e influências variadas de múltiplos grupos ao longo do período dito "Moderno" nesta parte do mundo. Como exemplo, o autor demonstra como a circulação de "élites" iranianas, chinesas e japonesas na Índia e na Península Malaia se fizeram presentes, influenciando, de diferentes maneiras, conjunturas políticas e culturais locais (Idem, p.27, -32).

Comunidades mercantis também realizavam constantes deslocamentos pelas águas sobretudo do Índico. Instalando-se em diferentes pontos ao redor deste oceano, grupos de mercadores das mais diversas procedências organizavam-se destacadamente em cidades portuárias como Adém, Ormuz, Malaca e Quíloa. No caso desta, por exemplo, situada na porção "oriental" da África, os contatos das comunidades mercantis "vanias"[1] nela situados e conectados às redes comerciais de ouro, ligavam-na tanto aos interiores africanos produtores deste bem, quanto ao Guzerate, na Índia, e ao Mar Vermelho (POUWELS, 1987, p.40), revelando a intensa interconectividade de diversos espaços situados ao redor do Índico.

Em meio a estas dinâmicas realidades passaram a situar-se, a partir de finais do século XV, representantes do Reino de Portugal. Em contínua expansão a partir do reinado Quatrocentista de D. João II, a Coroa lusitana, inicialmente interessada na "aventura marroquina", sob forte influência da tradição cruzadística da Reconquista (THOMAZ, 1998, p.22), atingiu o norte da África em 1415, conquistando Ceuta. Daí por diante, em meio a

[1] "Vanias", "banios" ou "baneanos" eram mercadores oriundos do Guzerate, noroeste indiano, geralmente hindus ou jainas; exerciam razoável preponderância comercial em diversos pontos do Índico, com destaque para a África banhada por este oceano e o arquipélago indonésio (sobretudo Malaca). Cf.: THOMAZ, 1994, p.366.

disputas a respeito do projeto expansionista e vicissitudes decorrentes de seu alto risco, Portugal alcançou terras cada vez mais longínquas, chegando a Calecute, na Índia, em 1498.

A expansão, que desde 1440 passou a sofrer crescente influência de grupos mercantis lisboetas e do Porto, atingia, assim, um dos pontos fundamentais da configuração do que viria a se tornar o Império Português. Imiscuindo-se diretamente no comércio promovido pelos contatos estabelecidos em solo africano e asiático e controlando novas rotas que conectavam diferentes partes do globo, a Coroa lusa assegurava, assim, fontes de riqueza de bens móveis e de liquidez. Dessa maneira, obtinha meios para manter e ampliar sua estrutura através do pagamento de tropas, funcionários e agentes régios (GODINHO, 1978, p.53).

Ainda que para Portugal o sucesso da empresa marítima na primeira metade do século XVI tenha sido considerável, bem como tenha alterado sensivelmente muitas de suas estruturas políticas, sociais, econômicas e culturais, é necessário, contudo, colocar em perspectiva o peso de sua presença entre as demais potestades asiáticas da época. Crítico à ideia de uma "Ásia estática", conforme mencionado anteriormente, Subrahmanyam nega a concepção de que Portugal, "dinâmico e em expansão", teria sido o fator preponderante para o surgimento de relações inteiramente novas e plenamente dinâmicas nas margens índicas (SUBRAHMANYAM, 1993, p.15).

Outro autor que apresenta relevantes informações que reforçam tal perspectiva é Michael Pearson. Com objetivo de situar os portugueses em meio à vida mercantil asiática, afirma que a palavra-chave para compreender o impacto da presença lusa nas águas do Índico é "continuidade" (PEARSON, 2010, p.107). Aponta, portanto, para a pequenez das mudanças decorrentes da presença lusitana na região. Ainda que mencione o desvio temporário do comércio de especiarias do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico para a rota do Cabo da Boa Esperança, dentre outras discretas mudanças, o fato é que o volume de produtos e riquezas deslocados da Ásia para a Europa, segundo o autor, continuou sendo inferior ao existente no comércio intra-asiático (Idem, p.103). Destaca, inclusive, que, no cenário do sul asiático "o comércio de longo curso, com uma série integrada de mercados e comunidades mercantis activas, já existia muito antes da chegada de Vasco da Gama a Calecute, em 1498. Os Europeus alargaram o comércio entre Ásia e Europa – não o criaram" (Idem, p.96)[2].

Assim, não instituindo mudanças profundas, a presença portuguesa na Ásia mais se mescla do que altera as conjunturas econômicas nas quais se insere. Contudo, certos pontos dos domínios lusos em terras asiáticas merecem destaque por obterem, ao menos durante o

[2] Para além da economia, politicamente a presença portuguesa na Ásia, se comparada às grandes potestades dos séculos XVI e XVII no continente, também é exígua. Jorge Flores, por exemplo, em recente obra a respeito do Império Mogol e suas fronteiras com o Estado da Índia (denominação dada aos domínios portugueses ao redor do Índico) aponta para o fato de que, enquanto os portugueses tinham em grande conta e temor o avanço dos mongóis, estes, por sua vez, viam aqueles como mais uma peça em meio ao que pretendiam tomar para si. Cf. FLORES, 2015, p.38.

século XVI, inserção razoavelmente destacada entre os já existentes elementos das dinâmicas políticas e econômicas índicas. Um deles, sem sombra de dúvida é a ilha e cidade de Goa.

Localizada em meio ao Concão, que corresponde à faixa central do litoral ocidental do subcontinente indiano, revelava características geográficas que abriam possibilidades para aplicação de projetos de controle de rotas marítimas àqueles que a dominassem. Outrora sob domínio do sultanato de Bijapur (que continuou como vizinho dos domínios lusos nesta parte da Índia), em 1510 é tomada pelos portugueses. Lá instituem meios para transformá-la na "cabeça" do "Império Asiático Português", termo usado por Subrahmanyam para denominar o "Estado da Índia". A ela foi conferida capitalidade através da instalação de diversas instituições político-administrativas semelhantes às que existiam em Lisboa, tais como: Conselho de Estado, Tribunal da Relação, Conselho da Fazenda, Mesa de Consciência e Ordens, bispado, arcebispado e Tribunal do Santo Ofício (XAVIER, 2008, p.71; SANTOS, 1999).

Desta forma, Goa passaria a centralizar os diferentes espaços tocados pela iniciativa régia e situados ao redor do Índico, servindo como ponto fulcral para aplicação dos projetos econômicos e militares portugueses de centralizar em seus portos o comércio deste oceano. Ainda assim, mesmo com intuito, via coação, de controlar ferreamente fluxos de pessoas e mercadorias, o volume comercial da capital luso-indiana ficava muito aquém de outros centros mercantis asiáticos deste período, a exemplo de Surate, no Guzerate (PEARSON, 2010, p.105).

Um possível elemento que auxilia na compreensão da pequenez comercial lusa nesta conjuntura liga-se à sua política de oposição aberta ao Islã. Desde os primórdios da expansão marítima portuguesa, o espírito anti-islâmico se fazia presente. D. João II, ao longo do estabelecimento dos interesses portugueses pelas costas africanas durante o século XV, tinha como objetivo de tamanha empreitada não somente obter vastas riquezas advindas das práticas comerciais estabelecidas nas novas terras tocadas por suas frotas. Havia também o desejo de encontrar e pactuar com o mítico rei cristão de terras distantes, o Preste João, com o qual seria estabelecida aliança contra as potestades muçulmanas que ameaçavam a Cristandade (THOMAZ, 1998, p.166).

Seu sucessor, D. Manuel I, aprofunda e amplia tal atitude. Aprofunda, pois, influenciado pelo misticismo joaquimista[3] presente em sua formação, fornecida por franciscanos, arrogou-se o papel de protetor da Cristandade contra os "infiéis" (THOMAZ, 1998, p.167). E amplia por justamente alargar os domínios lusos no Índico, tomando portos que se espalhavam do Golfo Pérsico, como Ormuz, até a Península Malaia, como Malaca. Ampliação em grande parte promovida pelo capitão Afonso de Albuquerque, conquistador de Goa, governador do Estado da Índia e sectário dos projetos da Coroa, que, por conta

[3] Corrente mística escatológica interna aos franciscanos elaborada por Joachim de Fiore (c. 1132-1202). Entre os frades portugueses preconizava a expansão do Evangelho pelos confins do mundo, além de ter como mais altos objetivos a recuperação de Jerusalém pelos cristãos e a conversão de judeus e muçulmanos, sendo estes elementos interpretados como sinais da aproximação do Juízo Final. Cf. FARIA, 2008, p.188-189.

deste último aspecto, levou consigo em suas conquistas o espírito anti-islâmico português para diversas partes da Ásia (THOMAZ, 1998, p.197-198).

Tamanha oposição aos muçulmanos fez de Goa, portanto, uma cidade mercantil estranha dentre as demais situadas na Ásia. Afinal, uma das mais destacadas comunidades mercantis, a composta por seguidores de Maomé, não lhe era bem-vinda. Era-lhe, bem como à Coroa, o grupo que deveria ser eliminado. Tal objetivo, no entanto, não se concretizou. Aliás, era impossível de sê-lo.

Primeiramente, até o século XV o Oceano Índico era o "lago muçulmano", tendo em vista que a propagação da fé islâmica realizada até então acompanhava os navios mercantes que partiam da Arábia e tocavam diferentes regiões asiáticas. Assim, junto ao estabelecimento de contatos comerciais, havia a criação de comunidades mercantis cujos laços se davam a partir da comunhão da mesma fé, bem como através de matrimônios, criando redes amplas que favoreciam a ação muçulmana em diferentes níveis e espaços das sociedades do sul asiático (PEARSON, 2010, p.99). Estava o Islã, portanto, espalhado do Mar Vermelho até os confins dos pontos mais ao leste do Oceano Índico, o que tornava inviáveis os intentos lusitanos de eliminação de seu antigo inimigo.

Somam-se a isto dois outros fatores que tornavam ainda mais longínquo este objetivo por parte dos reinados joanino e manuelino. Um eram as alianças estabelecidas com o Irã safávida, igualmente inimigo dos turcomanos, para preservar os fluxos das especiarias controladas pelos portugueses fora dos circuitos sob controle do Império Otomano. Serviam assim os iranianos, muçulmanos, diga-se de passagem, como contrapeso aos turcos, que, salvo diferenças sectárias, seguiam igualmente o Alcorão (Idem, p.104).

Outro fator, em parte mais próximo das necessidades específicas de Goa, em parte ligado a diferentes âmbitos do comércio intercontinental controlado pelos portugueses, era a dependência quanto ao abastecimento de artigos importantes provenientes do sultanato de Bijapur. Governado por muçulmanos e fronteiro à ilha, era dele que provinham salitre (importante para preparação da pólvora), pedras preciosas e têxteis (importantes para o comércio local e transoceânico), fazendo com que a capital do Estado da Índia estabelecesse relações que tendiam à cordialidade com este vizinho (SOUZA, 1994, p.36).

Goa revelava-se, portanto, como palco de interações de muitas variáveis políticas, sociais e econômicas de distintas procedências. Pelo lado das ordens régias, conforme visto, ela deveria reconduzir as ordens da Coroa, de modo a aplicar os projetos desta, que incluem a disputa com os muçulmanos pelo comércio e preponderância no Índico. Por outro lado, o das conjunturas específicas do sul asiático, ela era também influenciada, dependendo de relações estáveis com potestades da região para viabilizar sua permanência em meio a elas. Nesta delicada situação, quando as variáveis deste complexo sistema eram alteradas de modo a modificar seu peso no tabuleiro de disputas no Índico, a cabeça do Estado da Índia era uma das primeiras a sentir os efeitos destas possíveis mudanças.

Dentre estas, as elaboradas a partir do reinado de D. João III (1521-1557) e seguidas por D. Sebastião I (1557-1578), nos interessam particularmente. Xavier identifica, a partir da década de 1530, um conjunto de mudanças na organização política portuguesa que remetiam a projetos de maior aproximação entre o ultramar luso e sua metrópole, bem como assegurar o poderio territorial desta através do enraizamento de Portugal em seus já conquistados domínios, reduzindo, assim, o afã por novas conquistas (XAVIER, 2008, p.42). Nesta reforma imperial, encetada, sobretudo, pelo monarca D. João III, destacado processo de confessionalização dos domínios da Coroa se fez sentir em múltiplas partes do Império Português. Notadamente, Goa, vital para a articulação entre os desígnios régios e suas posses asiáticas, sentiria deveras profundamente os impactos desta viragem política.

Com governo semelhante ao de outros príncipes europeus, D. João III, fruto de seu tempo, marcado pelas profundas cisões decorrentes das Reformas, instituiu medidas de disciplinamento social através da confessionalização de sua política e das sociedades sob seu jugo. Com isto, buscando estabelecer medidas de homogeneização das diversas populações espalhadas pelo globo e submetidas a Portugal, aplicou o conceito, à época o mais moderno, de "cujus regio, illio religio" (Idem, p.43), ou seja, um rei, uma fé, entrelaçando ainda mais profundamente as esferas laica e religiosa do poder em suas mãos. Tal entrelaçamento, por sua vez, se deu, principalmente, através de três instituições em específico: o poder episcopal, as ordens religiosas e o Santo Ofício, cujos objetivos, dentro deste projeto, consistiam em difundir e interiorizar valores, comportamentos, relações e práticas sociais favorecedoras da própria monarquia (PALOMO, 2006, p.15).

Na ilha de Goa, a aplicação destes princípios resultou em profundos choques. Consideravelmente heterogênea, a população que nela viviam à altura da década de 1530 era formada tanto por homens (e poucas mulheres) oriundos de Portugal, quanto por outros europeus de diferentes procedências. Entre estes encontravam-se judeus, os quais não estavam limitados à procedência europeia, havendo também os oriundos da Arábia, do corredor Sírio-Palestino e os ditos "judeus negros"[4].

A maior parte da população, no entanto, estava dividida entre os muitos ramos e castas hindus presentes no Concão. Influentes em diversos aspectos da organização social goesa desde longuíssima data, os grupos hindus, durante as primeiras décadas do domínio português sobre a região, exerciam destacado controle da economia interna de Goa, sobretudo os brâmanes Sarasvat e os vanias do Guzerate, ambos financiando-a (PEARSON, 2010, p.106). É também conhecido o fato de que muitos entre os hindus que apoiaram a entrada lusa na região (opondo-se, portanto, ao domínio islâmico exercido até 1510 por Bijapur) receberam ou tiveram cargos administrativos preservados, bem como adentraram pelas fileiras burocráticas abertas pela ascensão de Goa a capital do Estado da Índia (NOGUEIRA, 2012, 78).

[4] Possivelmente ligados a levas migratórias remotas dirigidas ao sul da Ásia, os "judeus negros", também conhecidos como "malabares" eram presentes ao longo da costa ocidental indiana. Cf. TAVIM, 1997, p.48.

Contudo, as alterações políticas supracitadas, com seus projetos de uniformização identitária, religiosa e política, em grande medida incidiram sobre esta imensa parcela da população goesa. Com a chegada cada vez maior de representantes das ordens religiosas, com destaque para os inacianos e franciscanos, projetos de conversão dos ditos "gentios" à fé católica passaram a ser aplicados gradual, ostensiva e agressivamente sobretudo entre as décadas de 1530 e 1560. Batismos em massa, prejuízos e sanções econômicas, destituição de cargos, expulsões, restrições crescentes ao exercício das práticas religiosas hindus, destruição de seus templos e sequestro das terras destes por parte da governança do Estado da Índia e da Igreja, retirada de órfãos do seio de suas famílias para serem convertidos e tutelados pelo clero regular são algumas das práticas aplicadas para a implantação de uma identidade política assentada na identidade religiosa católica (CUNHA, 1995, p.77-90; XAVIER, 2008, p.74).

Em meio a tal conjuntura, muitos hindus se deslocaram para as terras fora da jurisdição portuguesa, partindo, sobretudo, para o sultanato de Bijapur. Verdadeiro fenômeno migratório se realizou entre estas décadas, causando severos reveses na economia da capital do Estado da Índia. Dentre os que se foram, considerável número exercia funções ligadas às atividades agrícolas. Ao partirem, deixavam à própria sorte as terras cultiváveis da ilha, reduzindo, por sua vez, a produção de gêneros alimentícios para Goa. Tal foi o caos gerado pelas práticas persecutórias e proselitistas católicas neste setor produtivo que o próprio vice-rei Conde de Redondo D. Francisco Coutinho, em 1561, as aponta como responsáveis pela degradação das várzeas e outros problemas ligados à ausência de manutenção dos canais que banhavam as áreas de plantio goesas:

> O Conde V Rey da India, etc. Faço saber aos que este virem que avendo eu respeito a quando aqui cheguei achar esta ilha de Goa, e as outras ilhas a ella anexas muito despovoadas, e as aldeas perdidas, e as várzeas alagadas, e o rio entupir-se e os gentios nella moradores serem ausentes, e as não quererem vir povoar, por suas propriedades e fazendas serem dadas a outras pessoas por virtude de huma provisão que passou o viso-Rey Dom Constantino, per que mandou que todos os gentios que erão hidos fora desta terra, por causa de dizerem que fazião cristãos per força, e que se não viessem dentro em certo tempo, perdessem suas fazendas (REGO, 1993, v.9, p.615).

Pontuando os efeitos da aplicação, da parte de seu antecessor, D. Constantino de Bragança, de provisão destinada à conversão coercitiva de hindus, Coutinho faz eco, muito provavelmente inconsciente, a considerações levantadas doze anos antes não por um cristão português, mas por um hindu de Baçaim (cidade luso-indiana ao norte de Goa), chamado Azunaique. Ainda na década de 1540, quando os efeitos da política joanina já se faziam sentir ao redor do Índico, este homem, através de longa carta endereçada ao monarca português, afirmou que seria altamente danoso às rendas do Estado e da Igreja a perseguição aos membros das comunidades hindus. Já mencionava, por exemplo, a

possibilidade de emigrações destas das terras sob jugo da Coroa, apontando como saída salutar a garantia dos costumes de tais populações, assim como outros reis da Índia o faziam há gerações, como era o caso dos sultanatos situados nos arredores de Goa (CUNHA, 1995, p.79-80).

A carta, no entanto, não surtiu os efeitos esperados. Pelo contrário, agravou-se o quadro persecutório. E para além das medidas opostas aos cultos hindus, cristãos também eram vigiados intensamente pelo afamado Santo Ofício. Instituído em Portugal em 1536 e estabelecido o tribunal goês entre 1557 e 1560 (AMIEL & LIMA, 2014, p.270), em terras asiáticas tinha como foco inicial de sua ação a repressão aos cristãos-novos (judeus convertidos ao catolicismo) que demonstrassem sinais de "fraqueza" em matéria de sua nova fé. A perseguição aos judeus na Península Ibérica, iniciada em finais do século XV, e processos de conversões forçadas destes ao credo católico levou muitos a partirem para Flandres e para a Ásia, sobretudo ao Império Otomano e às possessões luso-indianas, com destaque para Goa (CUNHA, 1995, p.22).

Antes da instalação da Inquisição nesta, a cidade revelava-se um promissor local aos cristãos-novos que, fugindo das agruras em solo ibérico, buscavam meios de sobrevivência e, quando possível, enriquecimento através das múltiplas oportunidades comerciais existentes tanto lá quanto nas diversas paragens a ela conectadas. Contudo, na crescente aplicação das reformas imperiais joaninas, a partir de 1532 os conversos do judaísmo estavam proibidos de partirem pela "Carreira da Índia" (a rota do Cabo da Boa Esperança) sem autorização prévia da Coroa (Idem, p.28). Na década seguinte, em 1543, clérigos, como o vigário-geral Miguel Vaz o fez em extensa carta ao rei, demandavam a instalação do Santo Ofício em Goa preocupados justamente com o afluxo, apesar da proibição de onze anos antes, de convertidos para ponto tão caro aos projetos de homogeneização do Império (REGO, 1993, vol. 3, p. 324-344).

Percebe-se, portanto, que a complexidade da população residente na cabeça do Estado da Índia entrava em constante conflito com os projetos que a Coroa de Portugal elaborara para seu Império a partir da década de 1530. A ação inquisitorial do tribunal goês revela detalhes destas dificuldades, pois, ainda que com jurisdição apenas sobre cristãos, o número destes aumentava em virtude da aplicação de medidas de conversão ao catolicismo. Abarcava-se, com isto, representantes de diversos grupos étnico-religiosos que viviam ou passavam pela cidade e que se submeteram (ou foram forçados) à soberania lusa.

É deste crisol que surgiram identidades mescladas variadas na Goa do século XVI. Recebendo afluxos migratórios constantes e variados da Europa cristã e de outras partes da Ásia, e detendo populações diversas de origem hindu e muçulmana, a capital luso-indiana assistiu ao surgimento de grupos que, ainda que cristãos, apresentavam traços de diferentes procedências identitárias e culturais. Para além do fenômeno do cripto-judaísmo, no qual elementos judaicos eram preservados ocultos sob as pesadas fachadas das práticas culturais e sociais católicas adotadas pelos cristãos-novos, outras composições eram presentes em meio à sociedade goesa.

Temos, por exemplo, casos de mestiçagem advindos dos enlaces entre homens portugueses cristãos-velhos[5] e mulheres hindus convertidas. Durante os primórdios da ocupação de Goa por Afonso de Albuquerque, ao longo da década de 1510, de modo a estimular a fixação de soldados portugueses à terra conquistada, o capitão instituiu a "política dos casados". Esta consistia em oferecer vantagens, tais como acesso à terra, cavalos, gado e premiações em moedas, aos que desposassem mulheres hindus nativas e que se convertessem. Deste modo abria-se a possibilidade de guarnecer as tropas de defesa da cidade e do Estado da Índia com os nascidos destes casamentos, que, esperava-se, seriam leais súditos católicos do rei (NOGUEIRA, 2012, p.74-75; DORÉ, 2011, p.509-533).

O resultado deste processo de mestiçagem (súditos da Coroa), no entanto, não apresentou necessariamente as exatas qualidades deles esperadas. Situados em meio a mundos diferentes, herdavam, do lado paterno, os traços culturais mais fortemente ibéricos, os quais eram impostos a todos devido à ação do Estado e da Igreja. Do lado materno, contudo, estavam as heranças hindus, perseguidas a partir da década de 1530, mas, segundo vários casos presentes na documentação inquisitorial, vivas em meio à população mestiça.

Tal permanência, entretanto, era encarada pelos inquisidores como "erro da fé", o que os levou a acompanhar estreitamente esta parte significativa da população goesa. Tamanha era sua atuação junto a conversos das tradições hindus e mestiços ligados a estas que dos 16.716 processos movidos desde a instalação do Santo Ofício de Goa até 1623, 44% tinham como alvo réus acusados de preservar ritos e práticas dos "gentios", ou seja, hindus (AMIEL & LIMA, 2014, p.276). E é em meio a tão complexa conjuntura que encontramos justamente André Fernandes, *mestiço.*

Pistas sobre a vida de André Fernandes, mestiço

Até o presente momento, a única documentação que permite acessar parte das experiências do homem conhecido como André Fernandes é a sentença do processo inquisitorial contra ele movido pelo Santo Ofício de Goa e remetido ao de Lisboa em 1563. Guardada no Arquivo Nacional português, a Torre do Tombo, e acessível pelos meios virtuais disponibilizados por este[6], a fonte, manuscrita, revela traços de uma vida múltipla, marcada pela oscilação entre diferentes partes da porção ocidental indiana, bem como entre diferentes identidades culturais.

A sentença apresenta-o da seguinte maneira: "André Fernandes mestiço casado e morador que foi em Agaçaim desta Ilha de Goa (…) cristão baptizado e crismado" (Proc. 12578,1563, ANTT, fl.3). A partir deste pequeno trecho é possível compreender, ainda que de modo superficial e baseado nas categorias da Inquisição luso-indiana, a inserção de

[5] Cristãos cujos antepassados também o eram desde longa data.
[6] Sua sentença encontra-se disponível através do site http://digitarq.arquivos.pt//details?id=2312781 , o qual apresenta os fólios do manuscrito digitalizados.

Fernandes no mundo que o cercava. Oriundo de Agacaim, uma dentre as dezenas de aldeias localizadas na ilha de Goa, é provável que tenha nascido entre as décadas de 1510 e 1530.

Identificado como "mestiço" pela sentença, torna-se, com isso, considerável a possibilidade de Fernandes ser um dos muitos que, no Estado da Índia, sobretudo em Goa, eram filhos dos matrimônios interétnicos estimulados sobretudo a partir de 1510 por Afonso de Albuquerque. Em virtude da pequenez numérica lusa em terras d'além mar, o governador do Estado da Índia estimulara casamentos entre recém-chegados portugueses às terras indianas e mulheres locais, sendo estas, durante os primeiros contatos, preferencialmente as viúvas dos muçulmanos derrotados durante a conquista de Goa e convertidas à fé cristã (BOXER, 1988, p.66). Assim, em meio às terras asiáticas tocadas pela experiência oficial lusa (destacando-se nisto, para além de Goa, Cochim, Malaca e Ormuz, dentre outras), surgira, ao longo deste processo, destacado grupo dentre os que estavam sob a autoridade do Estado da Índia: os "colonos" das terras recém conquistadas, os chamados *casados* (do qual Fernandes também fazia parte, conforme será analisado mais à frente).

Um dos principais objetivos da política matrimonial de Albuquerque era de fixar casais de súditos da Coroa às terras conquistadas, nelas estabelecendo uma sociedade portuguesa local (XAVIER, 2008, p.6). Um dos resultados de tal estratégia foi o surgimento de outro grupo, os *mestiços,* que eram os nascidos em terras asiáticas cuja ascendência paterna (os *casados*) era portuguesa, ou ao menos europeia (SUBRAHMANYAM, 1993, p.311). Analisando a sociedade luso-indiana, Subrahmanyam, aliás, aponta para o fato de a categoria *casado* envolver a categoria *mestiço*, posto que muitos destes assim definidos compartilhavam com aqueles a vivência mercantil e urbana (Id., p.316), independente da origem geográfica.

Tal relação entre estas categorias coaduna-se com a noção presente no Império Português de compartilhamento da cidadania política entre os súditos da Coroa, fossem estes nascidos no Reino ou no ultramar, conforme Xavier apresenta (XAVIER, 2008, p.13). Segundo a autora, fossem *reinóis* (nascidos no Reino), convertidos ou mestiços, caso estivessem sob o jugo da Coroa portuguesa, gozariam eles dos mesmos direitos políticos, ainda que ao menos em teoria (Id.). Contudo, era notório entre os membros da comunidade formada pelos súditos de Portugal na Ásia o desprezo daqueles oriundos do Reino para com os *mestiços* (SUBRAHMANYAM, 1993, p.311), os quais eram muitas vezes discriminados graças às suas origens não europeias, o que era evidente sobretudo no acesso a postos de chefia militar e a altos cargos eclesiásticos (BOXER, 1988, 72).

Assim, tendo em mente as origens político-sociais e os limites impostos aos definidos sob a categoria de *mestiços,* torna-se possível compreender de modo mais claro certas informações trazidas à tona pela sentença a respeito de André Fernandes. Este, conforme é apresentado em certo ponto da sentença, relembra de fatos ocorridos vinte anos antes (Proc. 12578, 1563, ANTT, fl.4), recorrendo à década de 1540, já que a sentença é de 1563. Neste ponto afirma ter sido capitão de um navio mercante, que, ao que indica o fato de mencionar um "tendel" (auxiliar do capitão de um navio, segundo o léxico luso-indiano),

era de porte não muito pequeno, ao ponto de necessitar de alguém que lhe auxiliasse no ordenamento da embarcação. Assim, é provável que, entre os anos de 1540, Fernandes, atuando no comércio, dono de navio de porte, ao mínimo, mediano, já estivesse em idade adulta, entre seus 20 e 30 anos de vida.

Apontado como *casado*, integra-se no amplo grupo de homens que, além de terem contraído matrimônio, possuíam o direito de participar do comércio oficial do Estado da Índia, podendo deter lojas, embarcações e competir pelos contratos governamentais (SUBRAHMANYAM, 1993, p.310). Circulando por diversos portos ao redor do Índico, eram em sua maioria pequenos comerciantes, cujos investimentos e lucros eram, em geral, modestos (PEARSON, 2010, p.109). Fernandes, então, dentro das possibilidades interpretativas oferecidas pela fonte, era um homem de posses medianas. Sendo assim, os circuitos comerciais pelos quais navegava provavelmente restringiam-se a um âmbito não muito largo, talvez limitando-se às costas ocidentais indianas, como o próprio Concão, ao norte o Guzerate e ao sul as costas do Canará e do Malabar.

Casado com uma mulher cujo nome não é mencionado na fonte, são apresentadas outras informações a respeito desta que começam a revelar os motivos pelos quais seu cônjuge caiu nas malhas da Inquisição. De origem hindu, ela, "gentia", era, mais especificamente, uma "balhadeira". Tal definição a incluía entre as mulheres que atuavam como dançarinas em honra aos templos hindus, as "devadasis" ou "kalavant"[7]. Por conta da percepção da dança como elemento de devassidão, as bailadeiras foram, logo nos princípios da ocupação lusa de Goa, duramente reprimidas, sendo banidas do território sob ameaça de morte caso a ele retornassem (PEREZ, 2012, p.118). Provavelmente, portanto, a esposa de André Fernandes era oriunda de alguma outra região, talvez dos arredores dos domínios portugueses no Concão, para onde emigraram muitos dos membros das comunidades hindus perseguidas e onde o réu, mercador, provavelmente entrava em contato com alguma frequência.

A sentença, lavrada pelo notário António Lopes, sob direção do inquisidor Aleixo Dias Falcão, aponta para o fato de que a mulher havia sido feita cristã, logo, passível de contrair matrimônio com outro cristão. No entanto, aponta para momentos anteriores a isto que colocaram Fernandes em situação delicada:

> (…) se afeiçoou a uma moça gentia a qual segundo custume de sua gentilidade offereceo sua virgindade a hum pagode de que ella e sua mai tão bem gentia eram balhadoras e no dito offerecimento fizerão festa com outros gentios conforme custume gentílico em honra e louvor do dito pagode que durou sete ou oito dias em os quaes o rréu foi sempre presente as ditas festas e deu de sua fazenda toda a despeza necesaria p ellas (Proc.12578, 1563, ANTT, fl.3).

[7] Segundo Perez, estas mulheres detinham caráter sagrado, executando funções ritualísticas importantes no templo hindu. Cf. PEREZ, 2012, p.103-134.

Fernandes, segundo a pena do notário, teria conhecido a moça quando ainda devota do templo ao qual, por ser a ele afiliada, teria "oferecido sua virgindade". Este ponto pode ser compreendido à luz da análise de Perez a respeito destas mulheres: iniciadas a partir de ritos específicos, muitas delas passavam a ser consideradas esposas do deus maior presente no templo[8] ao qual se dedicavam, exercendo celibato vitalício simbólico (PEREZ, 2012, p.123). Assim, "oferecer a virgindade" da parte da "balhadeira" significa o casamento entre a devadasi e o deus patrono do templo. O que não impedia que elas contraíssem matrimônios seculares, sendo seus "maridos humanos" seus mecenas quanto às suas necessidades de dedicação a diferentes campos artísticos ligados às suas funções religiosas, como a dança e o canto.

Percebe-se, portanto, neste último aspecto, que Fernandes parece ter exercido este "mecenato" sobre a jovem, patrocinando, como indica a fonte, um dos principais ritos da vida dela. Aos olhos dos inquisidores isso significaria uma aproximação arriscada quanto à pureza de sua fé, tanto pelo envolvimento com uma "gentia", quanto pela frequência a festejos e ritos hindus. O quadro se agrava quando é revelado à mesa que aquando do falecimento da mãe de sua esposa (também "balhadeira"), Fernandes novamente patrocinou "as ditas obséquias e cerimônias gentílicas" em honra à alma de sua sogra. Revela-se, da mesma forma, que, nestas e em outras ocasiões, sua esposa, já convertida, aliás, tinha dele permissão de continuar a atuar como bailadeira "em festas gentílicas em companhia de balhadoras gentias as quaes se fazião em louvor e onra do pagode" (Proc. 12578, 1563, ANTT, fl.3-4).

Outros aspectos ainda o comprometiam mais, como a autorização da realização, da parte de rendeiros sob sua autoridade, de ritos hindus para proteção dos palmares por ele administrados, consultar previsões de brâmanes a respeito do futuro, realizar práticas religiosas também hindus em benefício dos filhos nascidos (na fonte denominadas "Septi") e até mesmo sacrifícios de matriz religiosa islâmica para proteção de seus navios (apontados na sentença como "Candurij"). Ao que parece, Fernandes era um homem afeito às crenças hindus que herdara, em alguma medida, de seus antepassados e que resistiam, em seu íntimo e em sua identidade, às perseguições portuguesas em Goa entre as décadas de 1530 e 1560. Temeroso quanto ao futuro, recorria, segundo a fonte, a práticas mágicas divinatórias e de proteção de diferentes procedências de modo a proteger seus negócios, o que pode revelar, por outro lado, possíveis medos diante das inconstâncias do mundo no qual vivia.

Em certa altura da sentença são revelados fatos relevantes a respeito de sua mobilidade geográfica e plasticidade identitária: indo a Pondá, terra vizinha a Goa e sob domínio de Bijapur, logo, regida por muçulmanos, em companhia de sua esposa, foi

[8] Na fonte, o "pagode", denominação portuguesa dada aos templos e ídolos hindus, certamente não se localizava na ilha de Goa ou nos domínios a ela adjacente e diretamente controlados pelo governo luso, pois à época de Fernandes já estavam destruídos. Cf. NOGUEIRA, 2012, p.122-155.

ameaçado por "mouros"[9] que, alegando ser a mulher uma bailadeira, desejavam-na, pretendendo tomá-la à força (Proc. 12578, 1563, ANTT, fl.4). O reconhecimento da esposa de Fernandes como uma bailadeira por parte dos muçulmanos pode revelar que esta, mesmo já convertida, mantinha a indumentária típica das devadasis, que ostentavam muitos adereços e trajes típicos de uma mulher hindu casada, contrariando, por outro lado, a discrição sugerida às mulheres cristãs não mais solteiras. Além disso, é provável que, assim como entre cristãos, entre os seguidores do Corão a percepção delas era de cortesãs, o que auxilia na compreensão da atitude deles para com a mulher de Fernandes.

Ele, por sua vez, reage:

> (…) elle rreu dise em pubrico e voz alta ao capitão que muitos ouvirão que lhe rrequeria da parte do hidalcão que lhe não tomasse a dita moça p que elle rreu se averia fazer mouro e casara com ella plo que o capitão do campo e de outros mouros que ahi estavao detriminou que pois elle rreu se queria fazer mouro p amor da dita moça que ella era també obrigada a fazerse moura conforme a sua lei e outra vez tornou a perguntar ao dito rreu se queria ser mouro e elle rrespondeo que sy dizendo amidirila que quer dizer ante os mouros pa mais firmeza e certificação da vontade que tem o que se quer fazer mouro (Proc. 12578, 1563, ANTT, fl.5).

Percebe-se, portanto, que a saída encontrada por Fernandes diante das ameaças a sua esposa foi converter-se ao Islã, bem como ela. Eles, que eram cristãos católicos súditos do rei de Portugal, mas que praticavam ritos hindus. Este complexo arranjo cultural e identitário neles situado leva à seguinte questão: por quais motivos se deu o deslocamento do casal para Pondá? A fonte nada revela a respeito das causas desta viagem. Contudo, podemos inferir que ela ocorrera certamente entre 1530 e 1560, ápice das perseguições às alteridades religiosas em Goa, onde viviam. O destino, uma região livre das pressões sofridas por aqueles que, como eles, não correspondiam ao modelo comportamental e identitário imposto pela Coroa. Abre-se aqui, então, a possibilidade de vislumbrar uma causa: teriam partido para fora dos limites do Estado da Índia de modo a preservarem-se das medidas persecutórias que provavelmente os moveu de lá, seja direta ou indiretamente.

Ainda assim, a segurança não era plena: forçados pelas conjunturas no caminho para Pondá, convertem-se ao Islã. Apelando publicamente em nome do "Hidalcão", termo que correspondia ao soberano do sultanato de Bijapur, afirma o desejo de converter-se para preservar sua esposa, a qual deveria seguir o mesmo caminho para não ser tomada e violada por aqueles que os acompanhavam. Ao que indica a fonte, a esperança de verem-se livres das perseguições nas terras que agora abandonavam (seguindo o raciocínio apresentado anteriormente sobre as causas deste fato) chocava-se com outras conjunturas também

[9] Definição portuguesa que definia, desde longa data, ainda em solo europeu durante a Reconquista, os muçulmanos.

tensas, levando-os, mais uma vez, a assumirem outra identidade segundo as pressões locais. Mudar para sobreviver.

Anos mais tarde, não sendo mencionados quantos pelo notário da sentença, um irmão não nomeado de Fernandes aparece no relato. Ele teria partido em busca de André, não sendo revelada a causa. O réu e sua esposa, a partir disto, são conduzidos de volta a Goa, onde ele por "não sentir bem de nossa santa fee catholica" (Proc. 12578, 1563, ANTT, fl.5) teria se apresentado espontaneamente ao Santo Ofício. O proceder inquisitorial, devassando as memórias do réu, estabelecia a obrigação deste em dar testemunho de suas experiências. Estas, porém, quando registradas, o eram a partir da ótica do Santo Ofício, que o fazia privilegiando os elementos que possibilitassem a identificação e a imputação da culpa sobre aquele. A memória, portanto, sob estas condições e quando verbalizada, era a via de acesso ao que poderia incriminar aqueles que estavam sujeitos à ação inquisitorial: a confissão. Tornada comunicável neste âmbito e nesta forma, a experiência, portanto, ao se libertar de seu "aspecto mudo" (SARLO, 2007, p.26), servia como justificadora – para a Inquisição – do aprisionamento e punição do réu.

Assim, a partir deste momento em que o sujeito é colocado sob esta condição, sendo apontados seus "erros da fé", busca-se, da parte do tribunal, mediante a punição exemplar, reinseri-lo e enquadrá-lo à condição de súdito católico de Portugal. Fernandes, enquadrado como devasso e portador de maus costumes, recebeu a pena de dez anos nas galés, devendo cumprir seu degredo em Portugal, sendo-lhe proibido, neste período, de partir para terras de "infieis" ou para além do Cabo da Boa Esperança. Sobre sua mulher nada é dito na sentença.

Uma breve e possível conclusão

O relato das experiências de André Fernandes e de sua esposa a partir da sentença daquele revela, a partir das ideias de Sánchez-Costa, elementos que, junto à objetividade das relações do sujeito com as diferentes temporalidades e contextos que o marcam, compõem a construção identitária: alguma margem de criatividade e de subjetividade (SÁNCHEZ-COSTA, 2013, p.191). Há neste ponto, portanto, se seguirmos pela maneira como o autor apresenta o conceito de identidade, uma tensão situada na vivência daqueles aqui em destaque. Afinal, percebendo neles apropriações de elementos mágico-religiosos distintos das crenças e ritos de matriz católica ocidental, é possível, apesar do grau de imposição de muitos aspectos político-identitários devido a variados motivos, a existência de graus de autonomia na forja de suas identidades.

Tal capacidade poderia levá-los a chocarem-se com aquilo que lhes era determinado a respeito do que "deveriam ser" como fiéis súditos da Coroa lusa. Um possível resultado disto seria sua captura pelo Santo Ofício – o que acontecera com Fernandes. Lembra-se aqui, contudo, que a vigilância dos aparelhos do Estado e da Igreja sobre os súditos de Portugal no

Estado da Índia limitava-se a pequenas regiões quando comparadas à enorme Ásia, acessível àqueles que atravessavam os porosos limites territoriais luso-indianos. Para além deles, vastas possibilidades em muitos sentidos.

Possibilidades de sobrevivência e de exercício (consciente ou não) de múltiplas capacidades na composição de suas identidades, como o caso aqui analisado permite vislumbrar. É necessário, no entanto, entender o relato elaborado pelo Santo Ofício na forma do processo como uma narrativa autoritária na qual predomina a fala do tribunal. Deve-se ter em mente que o acesso, da nossa parte, às experiências através dele cognoscíveis, é parcial. Afinal, recaem sobre a escrita das vivências ali registradas pesados valores, perspectivas e interpretações das autoridades eclesiásticas a respeito daqueles que lhes são colocados à frente na condição de réus. Denso véu, portanto, cobre estas vivências quando acessadas a partir deste tipo de fonte documental.

É, no entanto, através destas fontes que, com os devidos cuidados e instrumentos analíticos cuidadosos (como Ginzburg já aponta há mais de quarenta anos[10]), vivências de grupos não ligados diretamente às altas esferas do poder são apreensíveis. Fernandes, homem mestiço em vários aspectos, fruto de uma conjuntura de fortes pressões político-ideológicas, pode ainda ter parte de sua vida lida por nós. Uma vida que revela uma busca por segurança em terras para além daquelas das quais era oriundo. Um, dentre muitos outros ao longo da história que, perseguindo um futuro condizente aos seus desejos e planos, adaptava-se às mais distintas realidades. E, no caso dele, rapidamente.

Artigo recebido em 20 jul. 2017.
Aprovado para publicação em 16 out. 2017.

Referências

AMIEL, Charles & LIMA, Anne (estudo, edição e notas). *A Inquisição de Goa descrita por Charles Dellon (1687).* 1ª edição, São Paulo: Phoebus, 2014.

BOXER, C.R. *Relações raciais no Império Colonial Português 1415-1825*. 2ª edição, Porto: Afrontamento, 1988.

CUNHA, Ana Cannas da. *A Inquisição no Estado da Índia*. 1ª edição, Lisboa: Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 1995.

[10] Cf. GINZBURG, 2011, p.143-180.

DORÉ, Andréa. "Os casados na Índia portuguesa: a mobilidade social de homens úteis". MONTEIRO, FEITLER, CALAINHO & FLORES (org.). *Raízes do privilégio: mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*. 1ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FARIA, Patrícia Souza de. *A conversão das almas do Oriente – Franciscanos, poder e catolicismo em Goa: séculos XVI e XVII.* 2008. Vol.1. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação do Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

FLORES, Jorge. *Nas marges do Hindustão. O Estado da Índia e a expansão mogol ca. 1570-1640*. 1ª edição, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais.* 1ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GODINHO, Vitorino Magalhães. "Finanças públicas e estrutura do Estado". *Ensaios II. Sobre história de Portugal.* 2ª edição, Lisboa: Sá da Costa, 1978.

NOGUEIRA, Eduardo Borges de Carvalho. *Pagodes do Diabo. Sociedade e religião hindu na Goa portuguesa (c.1510 – c.1560)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação do Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

PEREZ, Rosa Maria. *O tulsi e a cruz. Antropologia e colonialismo em Goa.* 1ª edição, Lisboa: Temas e Debates, 2012.

PEARSON, Michael N. "Mercados e Comunidades Mercantis no Oceano Índico: Situar os Portugueses". BETHENCOURT, Francisco, CURTO, Diogo Ramada (dir.). *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. 1ª edição, Lisboa: Edições 70, 2010.

POUWELS, Randall L. *Horn and Crescent. Cultural Changes and Traditional Islam on the East African Coast, 800-1900*. 1ª edição, Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

REGO, António da Silva (org.). *Documentação para história das missões do Padroado Português no Oriente.* 1ª edição, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, vol. 1 – 11, 1993.

SÁNCHEZ-COSTA, Fernando. "La fragua de la identidad: memoria, conciencia histórica y cultura histórica". PALOS & SÁNCHEZ-COSTA. *A vueltas con el pasado. Historia, memoria y vida.* 1ª edição, Barcelona: Universitat de Barcelona, 2013.

SANTOS, Catarina Madeira dos. *Goa é a chave para toda Índia. Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*. 1ª edição, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva.* 1ª edição, Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SOUZA, Teotónio R. de. *Goa Medieval. A Cidade e o Interior no Século XVII*. 1ª edição, Lisboa: Estampa, 1994.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O Império Asiástico Português, 1500-1700. Uma história política e econômica.* 1ª edição, Carnaxide: Difel, 1993.

TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva. "Uma presença portuguesa em torno da 'sinagoga nova' de Cochim". *Oceanos: diáspora e expansão – os judeus e os descobrimentos portugueses*. Nº 29, Lisboa, 1997.

THOMAZ, Luís Filipe F. R. *De Ceuta a Timor.* 2ª edição, Miraflores: Difel, 1998.

XAVIER, Ângela Barreto. *A Invenção de Goa. Poder Imperial e Conversões Culturais nos Séculos XVI e XVII*. 1ª edição, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

XAVIER, Ângela Barreto. "Dissolver a diferença. Mestiçagem e Conversão no Império Português". In: CABRAL, M. V, WALL, K. et al. (org.). *Itinerários.* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

Fonte manuscrita

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Proc. 12578.

Os imigrantes libaneses e as redes étnico-comerciais em Fortaleza-CE no início do século XX

Ruben Maciel Franklin[1]

Lebanese immigrantes and the urban-commercial dinamic in fortaleza-ce in the beggining of the twentieth century

http://dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.70420

[1]Doutor em História pela UFF-RJ. Professor adjunto da UNILAB. E-mail: rbnhist@yahoo.com.br

Resumo:

O artigo expõe como os imigrantes libaneses adentraram as redes comerciais da cidade Fortaleza-CE no início do século XX. Através de registros das Juntas Comerciais, as quais continham matrículas de novos negociantes na praça mercantil, bem como da análise dos *almanaques* e de processos criminais, buscamos mostrar os tipos de articulações possíveis experimentados pelo grupo étnico na medida em que foram se apropriando de um ramo específico de comércio: fazendas e miudezas. Nesse ínterim, exploramos as maneiras pelas quais o crescimento da rede comercial da cidade, nesse período, favoreceu a inclusão de imigrantes mais empobrecidos e, em alguns casos, permitiu que os mesmos obtivessem vantagens e êxito socioeconômico através de transações comerciais realizadas na e pela própria etnia.

Palavras-chave: imigrantes libaneses, redes comerciais, urbanização, Fortaleza-Ceará.

Abstract:

The article discusses how the Lebanese immigrants stepped into the commercial networks of Fortaleza-CE in the early twentieth century. Through the records of the Commercial Registries, which contained registrations of new dealers in the Market Square, as well as the analysis of almanacs and criminal cases, we seek to show the possible types of joints experienced by ethnic group in that were appropriating a specific branch trade: fabrics and sundries. In the meantime, we explore the ways in which the growth of the city's commercial network in this period favored the inclusion of poorer immigrants, and in some cases allowed them to obtain benefits and socioeconomic success through commercial transactions within the ethnic group.

Keywords: lebanese immigrants, commercial networks, urbanization, Fortaleza-Ceará.

Em 25 de julho de 1902, o libanês Elias Jacob efetivava sua inscrição mediante a Junta Comercial do Ceará.[1] Com isso, formalizou a sua inclusão entre as casas comerciais com firma social reconhecida no estado. Para tal, era preciso registrar em livro de minutas do mencionado órgão o gênero de comércio com qual lidava, bem como o tipo de sociedade, o domicílio e a data do respectivo estabelecimento de comércio na praça.

Era uma loja de fazendas e miudezas em grosso e a retalho, ou seja, que trabalhava com compra e venda de tecidos e artigos de confecções em grandes e pequenas escalas, e se localizada à Rua Senador Pompeu, nº 30, cujo funcionamento datava de 1894. [2]

No mesmo ano, o *Almanach* do Ceará ainda destacou pelo menos outras três casas de comércio, negociando basicamente com as mesmas mercadorias, pertencentes também a imigrantes libaneses, todos estesalocadas na circunvizinhança de Elias Jacob. A casa importadora *Demetri Dibe & Irmão*, aberta na Rua Major Facundo, nº 30, concorria com outras 31 do mesmo ramo situadas também no logradouro. Por seu turno, as casas retalhadoras de Arabain Otoch e *Selim Nacer & Irmão* ocupavam os números 29 e 9, respectivamente, no total de 34 estabelecimentos com vendas a retalhos domiciliados à Praça José de Alencar. [3]

Existe aí toda uma diferenciação de status e nível socioeconômico que foram atingidos entre os mencionados negociantes.[4] Até explorar um maior campo de atuação e atender as exigências fiscais requeridas dos negociantes que se matriculavam na Junta, Elias Jacob manteve sua atividade por volta de oito anos, se levarmos em consideração o tempo em que abrira a loja (1894) e sua data de filiação (1902). Nesse período, possivelmente, conseguiu dinamizar e encorpar seu patrimônio pessoal, o que lhe permitiu arriscar na venda em grosso e munir-se de certos critérios estruturais e orçamentários requisitados aos comerciantes com certo relevo na praça.

---

[1] As Juntas Comerciais foram criadas em 1875 em substituição aos antigos Tribunais do Comércio que, até então, detinham o encargo para realizarem a inscrição dos comerciantes e cederem o aval para o funcionamento regido a partir de obrigações, direitos e reciprocidades. Tais características se mantiveram após a mudança, logicamente passando por certas alterações na medida em que se processava a ampliação do comércio. Nessa linha, não só a capital do Império (Rio de Janeiro) recebeu a "nova" instituição, mas esta também apareceu em outras seis cidades: Belém, São Luiz, Recife, Salvador, Porto Alegre e Fortaleza. Nota-se que a escolha das áreas para organização das Juntas não era aleatória, mas antes seguiam orientações favoráveis ao incremento da rede comercial, circundando pontos estratégicos do território nacional. Isso indica o relativo peso que Fortaleza possuía em relação aos negócios de importação – exportação e de navegação a vapor. Essa perspectiva nos coloca diante de questionamentos acerca da dilatação do número de comerciantes estrangeiros em Fortaleza a partir da própria análise mais esmiuçada dos Registros da Junta Comercial (MENEZES; CIPRIANO, 2008: 103-118).

[2] JUCEC. Setor: Livros Raros. Série: Livros de Registros de Firmas, 1891 – 1902, número 290, fl. 44.

[3] BPMP. CAMARA, João. *Almanach administrativo, estatístico, mercantil, industrial e litterario do estado do Ceará*. Anno 8. Fortaleza - Ceará, Typ. Econômica, 1902, p. 105, 108 e 110.

[4] No trato com as fontes, tanto a expressão "negociantes" quanto "comerciantes" não apareceram de forma a diferenciar os agentes que atuavam com grandes casas comerciais, proprietários de pequenos estabelecimentos ou mesmo os vendedores ambulantes. Ora, ambulantes eram tratados como "negociantes", ora o termo era utilizado para caracterizar a profissão de donos de firmas sociais, o mesmo acontecendo com a expressão "comerciante". Portanto, ao designar as atividades dos imigrantes, procurei antes me utilizar do próprio vocabulário dos agentes, de acordo com cada situação trabalhada.

A firma *Demetri Dibe & Irmão*, operando em padrões próximos aos de Elias Jacob, se distinguia das demais lojas de patrícios enumeradas no citado *Almanach* por figurar entre os importadores. Com relação às atividades de Arabain Otoch e *Selim Nacer & Irmão*, ao serem alocadas dentre as casas retalhadoras, cumpriam exclusivamente o papel do repasse mais direto ao consumidor, trabalhando com mercadorias de baixo valor e comercializadas em poucas quantidades.

É possível que o patamar assumido pela firma de Elias Jacob só tenha sido alcançado graças a um montante acumulado anos antes por intermédio da mercancia ambulante e nas relações traçadas em meio aos conterrâneos e familiares. Elias Jacob era primo dos sócios que geriam a *Demetri Dibe & Irmão*, os quais, chegados anteriormente à capital cearense, viabilizaram sua viagem e o encaminharam, posteriormente, em direção às rotas por onde circulavam os "galegos". [5] Há de desconfiar também, de uma relativa presença de outros libaneses com venda ambulante e/ou pequenos lojistas lançados no centro, com os quais os recém-chegados poderiam se situar na hierarquia comercial da cidade e estabelecer os parâmetros de enriquecimento a serem perseguidos.

Os domínios comerciais no estado e, sobretudo, na cidade de Fortaleza se caracterizavam por sua capacidade de interligar agentes situados nos mais díspares tipos e níveis de gêneros de comércio. A disposição simbólica com que os almanaques distribuíam os comerciantes do estado, de forma a privilegiar os detentores de maiores cabedais em ordem sequencial, nos concede uma ideia dos contornos hierárquicos distribuídos e negociados na praça. No geral, iniciavam a partir das grandes casas exportadoras, com negócios ou filiais no exterior, depois enumeravam as casas importadoras, responsáveis pela distribuição e revenda de mercadorias aos armazéns e as casas retalhadoras, as quais atuavam no varejo. Estas, por sua vez, ficavam a frente dos escritórios de comércio e guarda-livros.

A historiadora Denise Monteiro Takeya, em artigo relativo às movimentações da Casa Boris (casa exportadora de matriz francesa), em fins do século XIX e início do XX no Ceará, ressaltou a plasticidade com que circulavam mercadorias e agentes, numa intensa rede de créditos e favores.

> As mercadorias eram adquiridas na Casa Boris, sobretudo pelos comerciantes estabelecidos nos núcleos urbanos mais importantes que,

[5] Consta no seguinte relato: ARY, Zaíra. *Libaneses no Ceará. Um pequeno ensaio sobre os primórdios de uma imigração*, p. s/n. Ensaio obtido via acervo pessoal da referida autora. Destacamos aqui a expressão "galego" para dar conta das múltiplas atividades que foram sendo ocupadas pelos imigrantes libaneses, espanhóis, italianos e portugueses na cidade de Fortaleza, isso entre fins do século XIX e início do século XX. O termo que, originalmente, designava indivíduos oriundos da Galícia, logo passou a ser utilizado como alcunha depreciativa em relação às atividades de menor porte no espaço urbano, sobretudo, no que se refere à venda ambulante de miudezas e quinquilharias. O "galego" passou a representar, desse modo, a atividade laboral de indivíduos tidos por ignorantes e pobres, os quais acumulavam algum capital através de práticas ilícitas e da singular capacidade de poupança.

> atuando também como atacadistas, repassavam-nas a comerciantes de menor porte, que comercializavam com produtos importados, em cidades e vilas do Ceará. (...) Mas havia também aqueles comerciantes menores, cujos estabelecimentos localizavam-se em remotas vilas interioranas e faziam um comércio de varejo, que igualmente, supriam-se de "gêneros" na Casa Boris, sem intermediários. (TAKEYA, 1994, p. 119)

A dinâmica pela qual se estruturavam as transações mercantis em Fortaleza, fluindo em direção as regiões interioranas do estado, se fazia por meio de uma *cadeia de relações comerciais* integrada vertical e horizontalmente. Atravessadamente inseridos nesta, varejistas, atacadistas e grandes exportadores interagiam e alimentavam reciprocamente a capacidade de acomodarem-se nas tessituras urbanas e, em alguns casos, arremessarem-se em posições mais ou menos privilegiadas.

No cerne dessa complexa rede, certamente, os *galegos* transitavam de forma bastante pujante. Os libaneses que aí adentravam como negociantes ambulantes tinham, necessariamente, que angariar créditos junto às firmas já estabelecidas na praça. Nessas condições, ter um patrício comercializando na cidade influía oportunamente na abertura do mercado aos recém-chegados, tendo em vista certas facilidades em obter as mercadorias com as quais daria início e sustentação aos seus projetos de vida. Ao mesmo tempo, tais relações de complementaridade fortaleciam a colônia no que diz respeito às apropriações de espaços circunscritos nas teias que hierarquicamente mobilizavam o comércio.

É pertinente atentarmos com relação ao libanês Elias Jacob que, ao caminhar por diferentes níveis de atuação, o mesmo esteve entrelaçado num arranjo hierárquico comunicado no grupo étnico através de diferentes circunstâncias. Ao aperfeiçoar sua firma, é muito provável que tenha passado a fornecer subsídios aos estabelecimentos de menor porte de seus conterrâneos, assim como servir aos "galegos" com os produtos imprescindíveis a atividade de mascateação. Um jogo pautado em relações de forças que estabeleciam certos laços de aproximação, reciprocidades e dependências circunstanciais na e para a colônia.

A trajetória do libanês Jorge Nagem nos serve de referência para avançarmos na direção dessas considerações. Após sair do Piauí por volta de 1922, o imigrante lançara-se na capital cearense a expensas de interações construídas dentro e fora da etnia. Em abril de 1924, ao apresentar queixa crime de "apropriação indébita" contra seu patrício Fares Abdalla, negociante de fazendas, miudezas e perfumarias em grosso e a retalho, reportou-se da seguinte maneira:

> I- Que era negociante ambulante na zona norte do Estado, costumando aviar-se de mercadorias para sua mercancia, nesta Praça, onde comprava a crédito a diversos, e, entre estes, a Fares Abdalla & Cia; II- Que, (...), o Querellante resolveu mudar-se daquella zona, no intuito de estabelecer-se

> nesta Capital, para onde, effectivamente, transportou-se com seu stock de mercadorias, chegando a esta cidade, vindo de Camocim, pelo vapor "São Vicente" (...); III- Que, logo aqui chegado, promoveu o desembarque de suas mercadorias, depositando-as, em confiança, por instantes de convites de seu patrício e compadre Fares Abdalla, da citada firma Fares Abdalla & Cia, no estabelecimento desta, em mãos do mesmo Fares, onde, de facto, ficaram depositados os volumes das cargas, (...), no valor aproximativo de vinte e três contos de reis (23:000$000)-, tencionando o suplicante removê-las para estabelecimento próprio logo que obtivesse casa onde se installar; IV- Que, (...), o seu referido compadre e patrício Fares Abdalla lhe fizera os melhores offerecimentos, promettendo-lhe entre outras bellas promessas, trocar parte das mercadorias do Supplicante (Jorge Nagem), consistente em artigo de miudezas, mais propria para o commercio ambulante – por fazendas e outros artigos mais adequados ao seu novo gênero de negócio; V- Que, nestas condições, embalado por essas falazes promessas, tratou o Supplicante de arranjar casa onde estabelecer-se com seu patrício e compadre Fares Abdalla, afim não só de affectuarem a desejada permuta de mercadorias como promover o Supplicante o transporte de seu stock da casa comercial de Fares Abdalla & Cia para seu novo estabelecimento (...); VI- Que, porém, com grande surpresa sua, o seu compadre e patrício recusou-se terminantemente, restituir-lhes as suas mercadorias, sob o pretexto de que o Supplicante é seu devedor – o que affirmou dentre outros a Bichara Elias Auad -, espoliando, destarte, o Supplicante de sua propriedade e do producto honesto de um labor de annos (...); [6] (grifo nosso)

Jorge Nagem traçou objetivos na cidade uma vez que pôde circular entre circuitos comerciais por onde um grupo de patrícios libaneses se comunicava. De início, o seu "protetor" Fares Abdalla, atacadista com loja matriz e filial alocadas no centro, abrira concessões e facilidades para a sua mercancia ambulante. Só de mercadorias adquiridas nestas condições, o dispêndio de Jorge Nagem para com a *Fares Abdalla & Cia* ultrapassara os quinze contos de réis (15:000$000). Mas, Jorge Nagem ainda contava com o crédito de pelo menos outras três firmas, do mesmo modo, pertencentes a conterrâneos.

O "galego" tinha um débito de quase dois contos de réis (1:964$500) com a firma *José Jereissati & Irmãos*, localizada à Praça José de Alencar, nº 123, que trabalhava com tecidos, armarinhos e calçados, com vendas por atacado e a varejo. Ultrapassa os três contos de réis (3:419$000) o montante de produtos recolhidos por Jorge Nagem junto a *Jorge Homsi & Filhos*, cuja loja "A Pátria", casa importadora de fazendas, miudezas, armarinhos e calçados em grosso e a retalho, situava-se à Rua Floriano Peixoto, nº 54. Para com a *Abrahão Gazelli & Primo*, casa importadora de fazendas e armarinhos aberta também na Floriano Peixoto, nº

[6] APEC, Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Sub-série: Injúrias e Calúnias, Caixa 01, Processo nº 1924/03, fls. 26 e 26v.

40, as despesas somavam mais de um conto de réis (1:408$500).[7]

Os negócios obedeciam a um fluxo de crédito e mercadorias orientado verticalmente. Negociantes ambulantes contavam com o apoio de varejistas e atacadistas integrados à colônia, os quais, por seu turno, representavam um horizonte aberto de oportunidades na cidade e, no alcance, sempre um modelo de ascensão socioeconômica a ser trilhado.

É notável que o projeto de mobilidade social tramado por Jorge Nagem, quando resolveu aplicar o capital acumulado "no labor de annos" em um estabelecimento na capital, transferindo-se da venda itinerante para "um novo gênero de negócio", dependia em muito das interações negociadas no seio de um encadeamento de relações comerciais própria da etnia. O imigrante transitava e operacionalizava seus empreendimentos nos mais diversos níveis e planos colocados na hierarquia da praça mercantil e, pontualmente, assumidos por firmas sociais de compatriotas.

Não somente a capacidade de articular-se ao mesmo tempo com vários fornecedores na colônia tornava as tessituras dessa hierarquia tão complexa. As configurações relacionais aí operantes, dependentes de conhecimentos pessoais preservados ou gerados durantes os deslocamentos, se tornavam bastante dinâmicas e mutáveis na medida em que tomavam suas formas na coexistência de atividades e posições sociais hierarquicamente diferentes, mas interligadas e aproximadas no pertencimento étnico (GRIBAUDI, 1998, p. 147)

O caso de Jorge Nagem ainda traz elucidações quanto a essa questão. Mesmo negociante ambulante, o "galego" trabalhava com a razoável quantia de vinte e três contos de réis (23:000$000), o que poderia representar um expressivo valor para os padrões do comércio varejista local à época. Chamado a depor como testemunha favorável a Jorge Nagem, Manuel Medeiros da Silva, com 65 anos, viúvo e carregador do mercado, evocou justamente esse aspecto ao procurar defender moralmente seu conhecido:

> Que conhece Jorge Nagem há cerca de dois annos e que saber por ouvir dizer que elle negociava ambulante com muitos contos de reis; Que conhecendo, como conhece, o querelante nunca ouviu falar de coisa alguma que o desabonasse no conceito publico, tendo-o como homem honesto, trabalhador e morigerado; [8]

A imprecisão do depoente com relação ao alto valor dos volumes negociados por

[7] APEC, Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Sub-série: Injúrias e Calúnias, Caixa 01, Processo nº 1924/03, fls. 53 – 61.
[8] APEC, Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Sub-série: Injúrias e Calúnias, Caixa 01, Processo nº 1924/03, fl. 115v.

Jorge Nagem, descrevendo-o de forma genérica, encontra razão na assertiva de que este montante superava os próprios capitais empregados na abertura de casas retalhadoras no centro, os quais giravam em torno de vinte contos de réis (20:000$000).[9] De qualquer forma, ser negociante ambulante não significava pertencer a uma posição absolutamente inferior e passiva na hierarquia. Em direção contrária, era bem possível que, montado em um cabedal amealhado durante certo tempo, os galegos passassem a negociar e barganhar melhores posições em condição mais ou menos equilibrada com relação aos patrícios que, aos poucos, iam assumindo a frente de estabelecimentos varejistas na praça.

Isto pode ter sido verdade para muitos ambulantes, fossem brasileiros ou estrangeiros. A diferença aqui se encontra no fato das ligações sociais e comerciais serem traduzidas no interior da colônia e numa conjuntura específica de crescimento financeiro-comercial de Fortaleza. O pertencimento étnico oferecia ao imigrante a possibilidade de assumir uma série de compromissos reais na cidade, alimentando suas expectativas de, a partir de determinado momento, optar mais abertamente pela abertura de uma loja física.

Não queremos, por outro lado, relativizar as diferenças concretas e simbólicas que geriam o funcionamento dessa hierarquia e, certamente, pesavam em favorecimento de grandes comerciantes. Contudo, implica antes acenarmos para uma realidade em que as interações aí traçadas dependiam não apenas do ordenamento de posições, mas variavam e tomavam novas feições de acordo com laços associativos e circunstanciais vividos no processo imigratório.

A oportunidade de trabalhar em sua própria casa de comércio apareceu quando Jorge Nagem se viu em condições de explorar a malha urbana de Fortaleza. Acerca disso, uma das testemunhas, Joaquim Gonçalves Sobrinho, com 41 anos, casado, Piauhyense e auxiliar do comércio, relatou que o mesmo “estava no propósito de estabelecer-se nesta cidade, (...), andando a procura de casa para installar o seu commercio, a qual de facto, alugou à rua Marechal Floriano Peixoto”. [10] Destarte, o “galego” respondia às suas motivações entremeando espaços concorridos por comerciantes e, significativamente, por seus conterrâneos, ampliando, assim, suas alternativas no que concerne ao seu (re)conhecimento na colônia.

De fato, uma estratégia absorvida na cadeia comercial que, aproximando e intercambiando as diversas atividades e posições que foram sendo ocupadas pelos imigrantes, valia-se da contínua presença de libaneses na praça mercantil e se alimentava das relações de complementaridade e cooperação tratadas no próprio movimento (i)migratório.

O mencionado Joaquim Gonçalves Sobrinho destacou também como o embate entre os antigos “compadres” atingiu diretamente as ocupações desenvolvidas por outros

[9] JUCEC. Setor: Livros Raros. Série: Livros de Registros de Firmas, 1921 – 1922. Dentre 32 firmas sociais abertas, nesse período, no setor de “fazendas, armarinhos e miudezas”, pelo menos 19 abriram com um capital igual ou inferior a trinta contos de reis (30:000$000).

[10] APEC, Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Sub-série: Injúrias e Calúnias, Caixa 01, Processo nº 1924/03, fl. 35.

imigrantes no mercado local. Segue a citação:

> Que havendo o requerente [Jorge Nagem] arranjado casa para estabelecer-se fôra falar com Fares Abdalla para afim de transportar suas mercadorias, tendo, porém, Fares recusado entrega-las, allegando que estas lhes pertenciam porque Nagem era seu devedor; Que Fares Abdalla, depois desse facto, constituiu-se inimigo do requerente, a ponto de vexá-lo (sic) com uma penhora (...), a qual porem recaiu sobre diversas bancas dos turcos do mercado, que lá as depositam, sob paga durante a noite: Que a dita penhora foi levada a effeito à tardinha, justamente na hora em que os turcos recolhiam, e costumam recolher suas bancas de mercadorias.[11] (grifo nosso)

O negociante ambulante, Jorge Nagem, manuseando mercadorias de valores consideráveis para o comércio a retalho e atuando com base na confiança e no crédito firmado junto a compatriotas na praça, demarcava outros elos com patrícios que, ao que tudo indica, sobreviviam da venda de artigos em pequenas bancas instaladas no referido mercado. Não é possível precisarmos ao certo quantos e quem eram esses "turcos do mercado", mas podemos atentar para o fato de que tanto espacialidades quanto atividades comuns eram apropriadas, na cidade, pelos mesmos.

E não só, evidenciamos, novamente, a existência de libaneses trabalhando e garantindo sua sobrevivência em negócios de ínfima expressão se comparados aos estabelecimentos de importadores. Do aluguel que esses "turcos" pagavam para armazenarem suas bancas na casa de um conterrâneo, bem como da penhora empreendida por um comerciante de maior expressão na colônia, atingindo os imigrantes mais pobres, não fica difícil percebermos uma variedade de vínculos comerciais cumpridos na etnia.[12] O fornecimento de mercadorias para os patrícios que atuavam com bancas, passando por ambulantes e retalhistas da colônia, se orientava através da rede hierárquica de comércio, cujos libaneses negociavam situados ao mesmo tempo nas mais diferentes posições.

Nessas determinantes, os negócios desenvolvidos na colônia adquiriam constantemente novas performances. Podemos imaginar, então, um circuito bem delineado e correspondente constituído por negociantes atacadistas, varejistas, ambulantes e proprietários de pequenas bancas do mercado, integrados vertical e horizontalmente numa rede de dependências, influências recíprocas e facilitações. Os imigrantes, orientando-se

[11] APEC, Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Subsérie: Injúrias e Calúnias, Caixa 01, Processo nº 1924/03, fls. 36 e 36v.

[12] Lembrar que no início do século XX, Líbano e Síria faziam parte do Império Turco, recebendo passaporte desta ordem no momento de saírem de sua terra natal. Ser chamado de turco era agressivo, pois se tratava de criar uma identidade do imigrante com um Império que dominava sua região; por outro lado, o turco aqui aparece também como um meio de depreciar o sujeito em virtude de seu estereótipo físico e de sotaque de língua, bem como de sua atividade laboral de menor expressão.

nesse circuito, articulavam estratégias de inserção e mobilidade, bem como resolviam conflitos ligados a questões de sobrevivência, manutenção e expansão de suas atividades no comércio.

É certo que o incremento das ocupações mercantes e das firmas sociais não se efetuou de forma homogênea, antes foi resultado de um processo vigoroso pautado nos contínuos deslocamentos dos libaneses (TRUZZI, 1997, p. 56-57). Os laços demarcados na terra de origem, traduzidos num sem-número de interações e vínculos identitários, permitiram a etnia agenciar todo um movimento migratório de parentes e conterrâneos, estabelecidos no Líbano, em outros países ou nas demais regiões do Brasil, em direção ao Ceará. Sujeitos que, muitas vezes negociando em outras cidades, já detinham algum montante a ser aplicado na venda itinerante ou na matrícula de firmas e abertura de loja, aquecendo e alargando, desse modo, as possibilidades reais de investimentos da colônia na praça mercantil da cidade.

No cerne das redes étnicas de migração, discutiam-se as francas alternativas de investimentos e os espaços suscetíveis à exploração. É importante frisarmos, nesse sentido, que os lançamentos de firmas na posse dos libaneses concorreram lado a lado ao desenvolvimento do comércio local, indicando o quanto a inserção socioeconômica da etnia acompanhou o processo de urbanização citadino intensificado entre fins do século XIX e primeiras décadas do XX. Um movimento que, alimentando-se na extensão da malha urbana e do mercado consumidor fortalezense, ascendia conjunturas favoráveis à abertura de novas casas comerciais e promoção de empregos no comércio (GOMES, 2000, p. 164-182). [13]

Os números da Junta Comercial dão conta, pelo menos em parte, da expansão e diversificação comercial no estado e, especificamente, em Fortaleza. Se entre 1891 e 1902 foram registradas ao todo 308 firmas, os anos de 1902 a 1916, num intervalo de 14 anos, computaram 336 inscrições de comerciantes. Números aproximados, mas que tomam força por dois motivos: em primeiro, as matrículas também eram de firmas novas, o que vinha a alargar o comércio. Depois, havia diferenças entre o número de razões sociais abertas na capital, em outras localidades do Ceará ou em até em distinto estado, numa proporção que calculava, nos primeiros 11 anos, 269 alocações em Fortaleza, 28 fora da capital e mais 11 sem identificação. Ao passo que, no período seguinte, de 1902 a 1916, eram de 303 as indicações de negociantes inscritos para Fortaleza. Todavia, o *boom* das transações realizadas junto às firmas sociais não somente em Fortaleza, mas também em outras localidades do estado, parece ter ocorrido na década seguinte. Somente nos anos de 1921 e 1922 foram matriculadas 543 firmas, sendo 205 na capital e 338 em outras cidades, litorâneas e interioranas, do Ceará. [14]

[13] A autora enfatiza a inter-relação entre urbanização e imigração, salientando a importância das redes de informação e saberes compartilhados entre patrícios como decisivos na opção dos jovens portugueses em refazer a vida no comércio.

[14] JUCEC. Setor: Livros Raros. Série: Livros de Registros de Firmas, 1891 – 1902/ 1902 – 1916/ 1921 -1922. Neste total, destaquei apenas os registros por firmas, todavia, uma mesma firma poderia, dependendo de seu capital, atuar com dois ou mais estabelecimentos comerciais na praça. Não eram raros os casos em que sob

A praça mercantil assumia contornos originais, multiplicando-se os gêneros de comércio e os tipos de negócios empreendidos. A tabela abaixo, correlativa aos dados contidos no livro de registros de firmas da JUCEC de 1902 a 1916, se mostra pertinente no intuito de entendermos esse momento de transformações vividas na cidade, bem como o processo de inserção da colônia libanesa na urbe.

GÊNERO DE COMÉRCIO	QUANTIDADE DE FIRMAS	PORCENTAGEM
Fazendas, Estivas e Miudezas	12	4%
Fazendas e Miudezas	30	9%
Fazendas, Modas e Armarinhos	41	12%
Estivas e Molhados	37	11%
Compra e venda de mercadorias Nacionais e estrangeiras	46	14%
Louças e Vidros	8	2%
Ferragens e artigos de construção	16	5%
Pharmacia	15	4%
Calçados e Chapéus	13	4%
Tecidos, redes e utensílios	9	3%
Livraria e Papelaria	13	4%
Secos e Molhados	33	10%
Padarias	13	4%
Comissões, consignações	13	4%

determinada firma, o comerciante trabalhasse com lojas e filiais em diferentes ruas do centro. De outra maneira, no súbito acréscimo de firmas entre 1921 e 1922 deve-se levar em consideração que algumas das firmas, tanto no interior como na capital, já estivessem em atividade, sendo seu comparecimento na Junta um sinal de melhoria das escriturações e avanço de exigências reguladoras do comércio, especialmente, fora da capital. Aspecto que não elimina, contudo, a visualização de uma transformação comercial com a qual a Praça de Fortaleza ia adquirindo uma nova dinâmica, em termos quantitativos e qualitativos.

e agencias		
Compra e venda de gado	4	1%
Fumos e Bebidas	15	4%
Refinaria de assucar e torrefação de café	5	2%
Fábricas (sabão, sal, óleos)	7	2%
Outros	4	1%
Total	334[15]	100%

Tabela I. Gêneros de Comércio da Praça de Fortaleza (1902 – 1916)
Fonte: JUCEC. Setor: Livros Raros. Série: Livros de Registros de Firmas, 1902 - 1916.

Das 334 firmas, como já falamos, 303 se localizavam no centro de Fortaleza, ou seja, 92% do total. É preciso expor também que, de forma nenhuma, tal número correspondia à complexa rede de comércio experimentada na urbe. As firmas registradas, como já salientamos, pertenciam a comerciantes que geriam seus estabelecimentos por meio de escrituração cartorial, mantendo fiscalização sobre compra e venda de mercadorias, sujeitos aos impostos e encargos municipais. Portanto, indivíduos que possuíam recursos mais ou menos sólidos, que garantissem a abertura e manutenção das lojas.

Ademais, existia toda uma rede de lojas cujos proprietários, entremeando importantes negociações na praça, não estavam diretamente matriculados na Junta. Estabelecimentos que, trabalhando com os mais diversos produtos, funcionavam apenas com a permissão provisória para negociar, sem alocarem-se diretamente as regras de filiação a Junta, como era exigido em algum prazo. De outro modo, certamente, não foram poucos os comerciantes que tomaram uma porta por entre as principais ruas do centro para estabelecer sua mercancia sem qualquer tipo de registro ou imposto municipal: modestos negócios a retalhos, cujas atividades se efetivavam fora dos encargos municipais.

Muitas dessas casas comerciais registradas por libaneses na capital e no interior diferiam quanto as suas datas de estabelecimento e de matrícula na Junta. O que nos leva a pensar que a abertura do negócio não estava sujeita a um aval rígido e fechado da Junta, mas antes existia uma flexibilidade na montagem do negócio e emprego nas atividades comerciais. Contudo, nesse momento, ligar-se a Junta oferecia, certamente, o *status* de legalidade junto aos meios judiciais, um passo decisivo na fixação de uma firma e na reorientação de investimentos em meio a um processo mais intenso de burocratização e

[15] 334 não correspondem ao total de firmas registradas, que foram de 336, mas ao total de firmas cujo gênero de comércio foi detalhado no ato de matrícula.

formalidade pelo qual passava o comércio local.

Os gêneros de comércio, por seu turno, eram bastante dinâmicos. Uma firma poderia tratar simultaneamente como vários tipos de mercadorias, daí, frequentemente, serem identificadas de forma genérica na Junta. Todavia, uma das características que as diferenciava era o fato de que o principal gênero negociado se antecipava aos demais, quando da efetivação do registro. Assim, uma firma de "fazendas, miudezas e artigos de modas" e outra de "fazendas e artigos de armarinho a retalho", tomavam um mesmo padrão, isto é, o ramo de fazendas. Singularidade que nos permitiu agrupá-las de acordo com as categorias "dominantes", concedendo parâmetros mais eficazes para a construção dos tipos de firmas e fomento da análise.

Com isso, podemos observar os ramos do comércio que asseguravam uma presença mais pujante na cidade e, igualmente, chegar aos gêneros com maior envolvimento dos libaneses.

Fortaleza, ao iniciar o século XX, alargava-se no setor de importação e exportação, em que atuavam as firmas de compra de venda de mercadorias nacionais e estrangeiras, sobretudo, através de casas exportadoras. Havia ainda uma dilatação na exigência de distribuição de alimentos a partir da ação dos armazéns de "Seccos e Molhados", possivelmente, em rotas que interligavam a capital ao interior. Com distinção na praça, sem dúvida, figuravam ainda as firmas que negociavam com "fazendas", aparecendo em três categorias diferentes: "Estivas e Miudezas", "Miudezas" e "Modas e Armarinhos".

Uma apreciação mais detalhada desse tipo se tornou imperativa na medida em que, dependendo do âmbito específico de gêneros ligados ao de fazendas, as colocações na hierarquia comercial se diferiam. Os negociantes de "fazendas, modas e armarinhos", por certo, trabalhavam a varejo e com artigos de baixo custo, enquanto a venda de "fazendas e miudezas", dentre as casas importadoras, se fazia majoritariamente em grosso e a retalho. É provável que muitas dessas casas se abastecessem junto nos depósitos de estivas, para daí fazerem circular as mercadorias desde o atacadista até os vendedores ambulantes e trabalhadores com bancas no mercado.

Dificilmente algum comerciante situado nessa faixa lidava com capitais vultosos que o tornassem um atacadista por excelência. Pelo contrário, a presença das casas exportadoras, orientando o repasse de produtos, destoava significativamente das casas importadoras e retalhadoras, em muito sustentadas no crédito de fornecedores e dependentes de transações diversas oferecidas pela dinamização dos serviços e produtos cada vez mais encontrados no centro citadino.

Um olhar atento aos sobrenomes dos comerciantes matriculados na JUCEC, nesse período, e chegamos a um notável grau de leitura que os libaneses iam adquirindo acerca dos recursos e oportunidades existentes em Fortaleza. Dentre as 30 firmas de "fazendas e miudezas" destacadas, nove pertenciam aos imigrados. Já em relação às 41 "fazendas, modas e armarinhos", em três situações os comerciantes também eram da colônia. Apenas o libanês "Calil Otoock" e seu filho "Habibi Otoock", arriscaram-se em empreendimento de maior

volume. Em outubro de 1909, os mesmos incluíram a firma *Calil Otoock & Filho* entre as casas de "compra e venda de mercadorias nacionais e estrangeiras", com matriz aberta, desde 1900, à Praça José de Alencar, n. 27, e filial à Senador Pompeu, n. 193. [16]

Outra vez encontramos o nome de Elias Jacob entre os matriculados. Dessa vez, incluindo como sócios Jacob Elias e Raby Elias, seus filhos. A firma *Elias Jacob & Filhos* alcançou esse novo *status* em novembro de 1909, com casa funcionando à Praça José de Alencar, n. 45.[17] Com relação às demais firmas entretecidas no conjunto da colônia, tornava-se visível a força do pertencimento étnico nas transações associativas.

Nagib Rabay e Elias Rabay, por exemplo, associaram-se ao abrirem a *Nagib Rabay & Irmão* em 1910, com um pequeno comércio de fazendas a retalho, localizado à Rua Floriano Peixoto, n. 39. Enquanto isso, seus patrícios João Salomão Felix e Elias Salomão Felix, na condição de primos, impetraram a *João Salomão & Primo* em 1916, um comércio de fazendas e miudezas com certo respaldo, cuja matriz e filial apareciam à Praça José de Alencar, n. 83 e n. 103, respectivamente. No mesmo ano, Amin Ary e Nacif Trad, matriculando-se sob *Amin Ary & Cia*, trabalhavam com loja de fazendas, miudezas e artigos de modas à Rua Floriano Peixoto, n. 38. Já os irmãos Antônio Gabriel e Sahid Gabriel, com uma pequena loja de fazendas e miudezas na aludida praça, n. 89, lançaram a *Antônio Gabriel & Irmão* também em 1916, com um capital informado de apenas dez contos de réis (10:000$000). [18]

A inclusão de parentes (primo, filho, irmão) e conterrâneos na montagem das firmas perfazia toda uma negociação que, de certa forma, embasava as movimentações por dentro da hierarquia comercial e respondia aos liames de solidariedade, ajuda mútua e entre favorecimentos produzidos na cultura migratória e costurados na colônia. Embora, seja preciso destacar que essas alianças se moldavam na cidade, tendo em vista as diferentes condições em que negociavam e os divergentes interesses embutidos em cada negócio.

Para o imigrante, dependendo do capital detido ao alcançar Fortaleza, do grau de ligações construídas junto à colônia e das novas relações erigidas no movimento migratório, era sempre possível avistar um horizonte flexível de trabalho. A colônia desenvolvia aí, estrategicamente, as formas de introdução no comércio de modo a dar uma continuidade na apropriação de um setor específico e promover, dentro de certos limites, a mobilidade social debatida no projeto migratório.

A constituição das sociedades, no limite, nos fornece esparsos indícios para

[16] JUCEC. Setor: Livros Raros. Série: Livros de Registros de Firmas, 1902 - 1916, número, 462, fl. 24.
[17] JUCEC. Setor: Livros Raros. Série: Livros de Registros de Firmas, 1902 - 1916, números, 465, fl. 25.
[18] JUCEC. Setor: Livros Raros. Série: Livros de Registros de Firmas, 1902 - 1916, números, 484, 607, 635 e 636, fls. 28, 48 e 51. O negociante, ao registrar a firma na Junta, devia informar o capital social da mesma, com vistas a dar garantias de manutenção do negócio e cumprimento das obrigações relativas às operações financeiras. Entre 1891 e 1916, contudo, esses valores quase não apareceram no ato da matrícula, prática bem distinta do livro figurado entre os anos de 1921 e 1922, quando o capital social foi informado em todas as firmas. O que nos remete as próprias mudanças ocorridas do comércio na cidade, num processo de maior formalização e burocratização das transações efetivadas na praça mercantil.

construirmos uma gama de possíveis no desenrolar desse processo. O aparecimento e a afirmação contínuos de estabelecimentos comerciais da colônia poderiam estar assentados nas mais diferentes trajetórias. Ora um "galego" que procurava estabelecer-se com loja na capital. Às vezes era um parente ou compatriota recém-chegado com algum recurso, viabilizando uma soma de esforços para implantação da firma em conjunto. De outro modo, um libanês já negociando em loja que almejava um novo patamar na praça.

O certo é que, aproveitando-se das circunstâncias adequadas de crescimento urbano-comercial, os libaneses moveram-se eficazmente através das redes étnicas de migração. A circulação de informações, aí embutidas, facilitou a tomada de decisão quanto às possibilidades concretas de explorar determinado mercado, visto, nessa escolha, o nível de apoio e uma eventual margem de manobra a partir dos conhecimentos tecidos na própria *cadeia comercial* étnica que, então, se configurava.

Dessa forma, os imigrados passaram a ocupar espaços e transitar em níveis mais diferentes na hierarquia comercial. Até mesmo os comerciantes lojistas, como vimos, operavam com quantias e condições distintas, situação que perdurou em todo processo imigratório e que, por outro lado, serviu para sustentar antigos e criar novos laços em torno das redes de dependência e favorecimentos, implicando, em último caso, no acesso de alguns membros da colônia a posições mais privilegiadas na praça mercantil.

A análise do *Almanach* de 1924 reforçou tal perspectiva. Entre os 48 estabelecimentos do ramo de "fazendas e miudezas", distribuídos à Praça José de Alencar e ruas adjacentes, no centro de Fortaleza, 31 já pertenciam aos comerciantes libaneses. O que revela a significante marca de 60% do setor. Além desses, outras três "lojas de moda e confecção" e duas "casas importadoras" igualmente robusteciam o potencial de negócios coletivos da colônia. [19]

Contudo, destacava-se, agora, a presença de três firmas de libaneses na posse de "armazéns de fazendas". Os comerciantes Kalil Otoch, Nahum J. Rabay e Aziz K. Jereissati, ao atingirem esse patamar, se diferenciaram, significativamente, das demais atividades mercantis de seus patrícios, com relação ao campo de atuação no comércio atacadista. Efeito de uma acumulação produzida, em algum tempo, na nova terra, assistida ainda pela introdução permanente de novos elementos à colônia e nos investimentos voltados a um mesmo setor.

Com isso, podemos frisar as matizes de um processo contínuo, pelo qual a etnia, aos poucos, foi consolidando sua presença na praça da urbe. A emergência e o domínio do ramo de tecidos, fazendas e miudezas, alimentaram-se mais essencialmente da capacidade da colônia em integrar os imigrados, mantendo-os ligados por meio de afinidades linguísticas, culturais e familiares. A identidade étnica, redefinida nos deslocamentos, fazia dos "galegos" e da busca pela melhoria de vida os suportes de experiências e motivações comuns confrontadas e valorizadas na rede migratória, o que permitiu a criação de uma margem

[19] IC. CÂMARA, Sophocles Torres. *Almanach Estastístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará*. Fortaleza – Ceará, Typographia Progresso, 1924, p. 250 - 253.

mais ou menos segura para ininterruptos investimentos em ramos onde patrícios já haviam obtido relativo êxito: um *lócus* privilegiado onde o imigrante poderia garantir certa segurança, com base na proteção e auxílios negociados junto a rede de conterrâneos e familiares.

As facilidades de crédito e o suporte material ao recém-chegado eram mais concebíveis e valorizados na proporção em que os mesmos optavam por trabalhar com "o artigo" que circulava na colônia. Havia toda uma necessidade de inserir novos sujeitos no ramo, com vistas a expandir o mercado de atuação e fermentar as transações comerciais do grupo, num ciclo que interligava os "descapitalizados" aos bem-sucedidos através do "adiantamento" de mercadorias a serem pagas após a revenda. [20]

Tal dinâmica aproximou a experiência dos libaneses ao cruzarem não só Fortaleza, mas também na extensão da colônia nas mais diversas cidades brasileiras, mantendo-os em contato. Mas devemos acrescentar a isto o fato de que, ao inserirem-se no comércio de "fazendas e miudezas", os libaneses o fizeram em circunstâncias e condições financeiras diferentes. Os recém-chegados a Fortaleza nem sempre estavam desprovidos de recursos, embora essa condição, em muitos casos, não possa ser excluída.

A preponderância no setor, dessa maneira, se processou na capacidade dos imigrantes em, a partir de leituras e interpretações das tessituras da cidade, articularem-se ao assumir espaços razoavelmente em dilatação, fomentando novas possibilidades de investimentos da colônia. Sem dúvida, nesse movimento, o capital étnico funcionou como elemento balizador e construtor da ação, ditando (re)posicionamentos nas ligações sociais hierarquizadas.

O negociante Bichara Baluze, "syrio", com 40 anos, casado e residente à Rua Floriano Peixoto, n. 23, costumava deslocar-se entre o Piauí e Sul do Ceará na revenda de suas mercadorias, dirigindo-se, então, para Fortaleza, onde novamente se abastecia de gêneros no intuito de fazer o percurso inverso. Lesado por um furto de suas mercadorias aos oito dias de agosto de 1919, o mesmo compareceu a primeira delegacia de polícia, fazendo a seguinte declaração:

> Respondeu que tendo um depósito de roupas feitas em sua mala, na sua casa, aconteceu que hontem, dando um balanço verificou que faltavam diversas camizas e calças, as quaes só lhe parece terem sido furtadas; que

[20] Roberto Grün (1992: 55|), analisando a especialização dos imigrantes armênios no setor calçadista de São Paulo, tomou nota de uma "reprodução simbólica" da profissão, na medida em que os agentes situavam-se no mercado de trabalho paulista a partir de um jogo de posições hierarquizadas intra-colônia, onde: "(...) o trunfo inicial do armênio recém-chegado, desprovido de recursos materiais, só tinha valor no mercado de sapatos, à medida que a ajuda mútua era "dedicada", uma espécie de adiantamento de capital apenas aplicável na confecção e venda de sapatos. A especialização dos agentes das primeiras levas acabava criando uma massa crítica, onde o comportamento dos Rizkallah (família de imigrantes bem-sucedidos e líderes na colônia) era seguido em menor escala pelos armênios que iam se estabelecendo e prosperando".

> atribue a autoria desse furto ao indivíduo Vicente Victorino de Oliveira, seu ex-empregado; que as camisas o depoente as vendia a três mil reis e as calças a cinco mil reis; que não pode precisar a quantidade tirada, pois que, ao passo que diariamente mandava fazer roupas, as ia vendendo também; que um seu companheiro deu também pela falta de duas camizas, calças, blusas e colharinhos (...). [21]

O acusado, Vicente Victorino, 18 anos, solteiro, natural do Pará, sem residência ou profissão, ao confessar o crime, argumentou que "só praticou um furto e foi o de trinta camisas e seis calças de mescla azul, da casa do árabe Bichara, à Rua Floriano Peixoto". [22] O valor das camisas e calças que foram, mais tarde, apreendidas pela polícia fora estimado em, aproximadamente, 120$000 (mil réis). Quantia que, certamente, nos coloca em face de um pequeno negociante da praça, um "galego" validando seus ganhos através da compra e revenda de roupas feitas, adquiridas em acanhadas quantidades.

Acontece que Bichara Baluze e seu companheiro, possivelmente um patrício, se valiam da venda ambulante como meio de escoar as mercadorias, depositadas em malas, em transações mais rápidas junto a uma clientela mais modesta na cidade, o que pode ser lido na fala do menor Antônio Soares Lima, 17 anos, natural do Ceará, sem profissão, residente à Rua São Luiz, chamado a depor no caso por ter auxiliado Vicente Victorino na venda das roupas furtadas, quando disse " (...) que o restante das roupas venderam a diversos nas ruas". [23]

O sucesso da revenda, para o imigrante, era a garantia de que pagaria suas contas junto aos fornecedores, com quem "diariamente mandava fazer roupas", abastecendo-se outra vez de artigos com os quais alimentaria sua atividade, margeando algum lucro. É muito razoável que Bichara Baluze efetuasse tais transações em conjunto com a dinâmica cadeia comercial gerenciada na e pela a etnia, ligando-se direta ou indiretamente a outros "galegos", varejistas e atacadistas, por onde se supria das roupas ou mesmo de fazendas e tecidos em retalho a serem, posteriormente, confeccionados.

Ora, em 1918, apenas um ano antes do mencionado furto, o cenário da praça mercantil no trato a varejo de tecidos e artigos de confecção já era bastante favorável em alternativas para os negociantes da colônia. Das 46 lojas de "fazendas e miudezas" citadas nesse ano, exatamente 32 pertenciam aos libaneses, o que implica em 70% do campo. Se focalizarmos ainda os estabelecimentos localizados exclusivamente à Praça José de Alencar, lugar em que os libaneses apareciam em 22 das 27 lojas, tal índice se elevaria para 81% do

[21] APEC. Fundo: Tribunal de Justiça. Série: Ações Criminais. Sub-série: Crimes Contra a propriedade, Caixa 02, Processo nº 1919/04, fl. 5.
[22] APEC. Fundo: Tribunal de Justiça. Série: Ações Criminais. Sub-série: Crimes Contra a propriedade, Caixa 02, Processo nº 1919/04, fl. 6.
[23] APEC. Fundo: Tribunal de Justiça. Série: Ações Criminais. Sub-série: Crimes Contra a propriedade, Caixa 02, Processo nº 1919/04, fl. 10v.

ramo.[24] Portanto, existiam condições plausíveis para acreditarmos que Bichara Baluze poderia, sutilmente, traduzir esse horizonte e circular nos mais diferentes níveis hierárquicos.

Uma hierarquia comercial que era aberta, ou seja, não funcionava de modo a conduzir ligações apenas de cima para baixo, mas antes assumia constantemente novas formas a partir de condicionantes culturais. Isto porque os deslocamentos, pautados nos laços de parentesco e de conterraneidade, serviam para "encorpar" e avigorar os movimentos comerciais da etnia, na medida em que teciam os suportes para redirecionamentos profissionais em um mesmo setor. Da mesma forma, esse movimento se fazia através de um circuito bem integrado de sujeitos alocados em bancas do mercado, ambulantes, toda sorte de varejistas e, em alguma medida, atacadistas, traçando relações e negociando posições entre si.

Obviamente, a partir do momento em que a praça da cidade tornou-se lugar de forte constituição e presença dos imigrados, sendo possível prover e ser provido dentro da colônia, os conflitos ligados à concorrência por melhores espaços podem ter sido uma constante, ainda mais quando falamos de um mercado, de *fazendas e miudezas*, em potencial e especializado. Contudo, entendemos que tal inserção socioeconômica entretecida no pertencimento étnico, longe de ter prejudicado o grupo, concedeu energia e ofereceu os mecanismos necessários ao alargamento de suas atividades, permitindo em curto prazo o domínio de um ramo e a extensão das movimentações, verticais e horizontais, operadas neste.

Igualmente, tal hierarquia se delineava em sua capacidade de ser flexível e móvel. Era sempre presumível, para os imigrantes, avistar na cadeia comercial um horizonte de mobilidade social e econômica a ser perseguido, embora muito dependente das interações e conhecimentos circunstanciais acionados nos deslocamentos. Sem dúvida, os sujeitos envolvidos no processo imigratório viviam e interagiam no interior dessa hierarquia, planejando e organizando suas vidas de acordo com arranjos comerciais diversificados, em que suas posições eram constantemente reavaliadas e mesmo redefinidas no espaço citadino.

Artigo recebido em 17 jul. 2017.

Aprovado para publicação em 01 nov. 2017.

[24] BPMP. CÂMARA, Sophocles Torres. *Almanach Estastístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literario do Estado do Ceará*. Fortaleza - Ceará, Typographia Moderna, 1918, p. 186 e 187.

Referências

ALBÁN, Maria del Rosário. *A imigração galega na Bahia.* Salvador: Ed. Centro de Estudos Baianos, 1983.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Entre casas de palha e jardins: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. In: FENELON, Déa Ribeiro (Org). *Cidades.* PUC/SP, 1999, p. 153 - 171.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. A natureza da cidade e a natureza humana. In: Brandão, Carlos Antônio Leite (org.). *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 55 – 80.

FAUSTO, Boris (Org). *Fazer a América:* a imigração em massa para a América Latina**.** São Paulo: Edusp, 2000.

_____. *Negócios e ócios*: histórias da imigração. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GOMES, Ângela de Castro (Org). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: 7letras, 2000, p. 164 – 182.

GRIBAUDI, Maurizio. Escala, Pertinência, Configuração. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas.* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 121 – 150.

GRÜN, Roberto. *Negócios e Famílias:* armênios em São Paulo*.* São Paulo, Ed. Sumaré, FAPESP. (Série Imigração; v.3), 1992.

LARA, Silvia Hunold. História Cultural e História Social. In: *Diálogos,* UEM, v. 1., n.1, p. 25 – 31, 1997.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura*: história, cidade e trabalho. Bauru - SP: EDUSC, 2002.

MAUAD, Ana Maria. Donos de um certo olhar: trajetória familiar e imigração libanesa no Rio de Janeiro. In: GOMES, Ângela de Castro (Org). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7letras, 2000, p. 104 -138.

MENEZES, Lená Medeiros de; CIPRIANO, Paula Leitão*. Imigração e Negócios*: Comerciantes Portugueses Segundo os Registros do Tribunal do Comércio da Capital do Império (1851 - 1870). In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre. (Orgs). *Deslocamentos e Histórias*: os portugueses. Bauru – SP: EDUSC, 2008, p. 103 - 118.

OLIVEIRA, Lucia Lippi**.** *O Brasil dos imigrantes.* 2. ed, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

TAKEYA, Denise Monteiro. O Capital mercantil estrangeiro no Brasil do século XIX – A Atuação da Casa Boris Frères no Ceará. In: *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza: UFC, v. XXV., n. 1/2, p. 111 - 145, 1994.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Patrícios:* sírios e libaneses em São Paulo. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. Redes em Processos Migratórios. In: Tempo Social. Revista de Sociologia da USP: São Paulo, USP, v. 20., n. 1, p. 199 – 218, 2008.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

Fontes

Arquivo Público do Estado do Ceará. APEC, Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Sub-série: Injúrias e Calúnias, Caixas Diversas, processos entre 1900 e 1930.

APEC. Fundo: Tribunal de Justiça. Série: Ações Criminais. Sub-série: Crimes Contra a propriedade, Caixas Diversas, Processos entre 1910 e 1930.

Biblioteca Pública Menezes Pimentel. BPMP. CAMARA, João. *Almanach administrativo, estatístico, mercantil, industrial e litterario do estado do Ceará*. Anno 8. Fortaleza - Ceará, Typ. Econômica, 1902.

BPMP. CÂMARA, Sophocles Torres. *Almanach Estastístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literario do Estado do Ceará*. Fortaleza - Ceará, Typographia Moderna, 1918.

Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. IC. CÂMARA, Sophocles Torres. *Almanach Estastístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará*. Fortaleza – Ceará, Typographia Progresso, 1924, p. 250 – 253.

Junta Comercial do Estado do Ceará. JUCEC. Setor: Livros Raros. Série: Livros de Registros de Firmas, 1891 – 1902, número 290, fl. 44.

JUCEC. Setor: Livros Raros. Série: Livros de Registros de Firmas, 1902 - 1916, números, 484, 607, 635 e 636, fls. 28, 48 e 51.

Muito além de Vito Corleone: a construção das notícias sobre a comunidade italiana no jornal *New York Times* na década de 1910

Isabella Furtado Alves[1]

Far Beyond Vito Corleone: the construction of the news about the Italian community in the New York Times newspaper in the 1910s

http://dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.70596

[1] Mestranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: isabellafa@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo estudar as representações da comunidade italiana imigrante entre os anos de 1910 e 1920. Para tal, foram utilizadas as matérias do *New York Times* desse período. Através da pesquisa pelas palavras chave "*italian*/*italians*", foi possível mapear a construção das notícias sobre esses imigrantes dentro do periódico durante a década de 1910 – que reúne em si uma nova onda imigratória, a Primeira Guerra Mundial e o início da discussão sobre a interrupção oficial da imigração. A partir de leituras de Samuel Baily e Bennedict Anderson, foram estabelecidas as bases teóricas que orientaram a presente análise no sentido de compreender o processo de imigração para além da dicotomia "assimilado/ não assimilado", e o papel da imprensa como agente social, respectivamente.

Palavras-chave: Imigração; *New York Time*; Italianos; Jornal.

Abstract:

The present work aims to study the representations of the Italian immigrant community between the years 1910 and 1920. For this purpose, the New York Times articles from this period were used. Through the search for the key words "italian / italians", it was possible to map the construction of the news about these immigrants within the periodical during the decade of 1910 - that brings together a new immigration wave, the First World War and the beginning of the discussion about The official interruption of immigration. From the readings of Samuel Baily and Bennedict Anderson, the theoretical foundations that guided the present analysis to understand the immigration process beyond the "assimilated / non-assimilated" dichotomy were established, and the role of the press as a social agent, respectively.

Keywords: Immigration; New York Times; Italians; Newspaper.

Introdução

A imigração mudou o mundo e continua mudando. A razão pela qual isso acontece não é apenas porque o tema se impõe partir da era moderna, mas também, e principalmente, devido à atualidade e à urgência com que as questões relacionadas aos processos migratórios vêm sendo trabalhadas. Dentre todos os desdobramentos relativos aos processos migratórios, aquele que mais desperta interesse é o aspecto identitário: a manutenção da cultura, o confronto com o país de destino e, claro, o produto desse encontro.

Dentro dessa perspectiva de fluxos migratórios, Estados Unidos e Brasil inserem-se como nações receptoras de imigrantes ao longo dos séculos XIX e XX. Porém, no que tange a tática adotada pelos dois Estados, as diferenças resultaram na formação de conflitos identitários singulares. Diferente da experiência brasileira que reforça, ainda que meramente, no âmbito do discurso, a perspectiva conciliadora de um povo de raízes heterogêneas, a imigração nos Estados Unidos foi e ainda é vista como ameaça a uma suposta identidade nacional.

Como em qualquer formação identitária, no americanismo, o reconhecimento do outro, a alteridade, é tão importante quanto a identificação com aquele que é igual. Na construção do que é nacional, é necessário que se excluam elementos, para que se delimite o que é pertencente da nação, sendo assim, o processo de construção de identidade nacional não difere de qualquer produção de identidades (ANDERSON, 2008, p. 199). Contudo, qualquer estudo, ainda que superficial, da história do país consegue identificar um sem número de contribuições externas para aquilo que conhecemos hoje como os Estados Unidos da América (TOTA, 2009, p. 17).

É nesse sentido que julgamos fundamental a necessidade de compreender o lugar do imigrante. Como esse que é considerado o outro se funde no todo e passa a integrar o corpo dos cidadãos americanos? Como o americanismo, tão excludente na sua presunção de homogeneidade, se conforma e lida com essa vastidão de corpos estranhos? Essas foram as questões que orientaram as leituras e impulsionaram a presente pesquisa e nos fizeram optar pelo recorte cronológico dos anos de 1910 e 1920, pois essa década engloba três grandes momentos para a história da imigração e dos Estados Unidos: a grande onda migratória de 1910, a Primeira Guerra Mundial e o início da legislação que irá interromper a imigração massiva para o país.

Na contradição entre a necessidade dessa força de trabalho e a resistência em incorporar novas culturas à sociedade americana, nos deparamos com os projetos de americanização. Com a exigência por parte do país anfitrião de que os recém-chegados não apenas se adaptassem, mas que incorporassem as tradições locais tão profundamente a ponto de abandonar aquelas da sua terra natal. Isso, evidentemente, não seria feito com a mesma facilidade por todos, sendo assim, se constituía uma hierarquia entre os mais e os menos desejáveis. Foi assim que encontramos o grupo de imigrantes que despertou mais profundamente o nosso interesse: os italianos. Católicos, falantes de vários dialetos,

popularmente tido como violentos, vinham de uma das nações mais emigrantes da história e formaram um dos maiores grupos étnicos estrangeiros nos Estados Unidos. Sendo assim, eram um dos menos desejados e, portanto, eram mais o "outro".

Arquétipo do crescimento industrial da era progressista - a cidade que recebia a maior parte dos imigrantes que chegavam à América do Norte, além do palco de disputas em relação a identidade americana[1] - Nova York é, para nós, o espaço exemplar para o estudo que pretendemos realizar. A cidade está, ainda, diretamente ligada à fonte que usamos para analisar os discursos que se construíam sobre a comunidade italiana recém chegada: o *New York Times*.

Uma nação emigrante

"A imigração italiana mudou a Itália e o mundo" (CHOATE, 2008). A frase é taxativa, mas o que parece um exagero se justifica a partir da análise dos impactos da ostensiva imigração italiana para diferentes partes do globo.

As razões específicas para essas transições maciças são as mais diversas e variam de acordo com a especificidade do local de origem. Ainda assim, é correto afirmar que todo o processo de migração crescente do período é colocado em movimento pelo declínio da agricultura formal e a expansão da indústria. Mais especificamente, podemos dizer que a maioria dos oriundos da Itália, Rússia, Polônia, Império Austro-Húngaro, bem como boa parte dos asiáticos, fugia de uma vida marcada pela pobreza, falta de educação, tributação onerosa e economias em declínio (BAILY, 2003, p. 84).

Italianos, espanhóis e portugueses – mas não apenas esses – recorreram à migração intracontinental sempre que a escassez de oferta de trabalho, ou qualquer outra razão relativa à sobrevivência, exigia que eles o fizessem. A emigração como alternativa para a subsistência é uma tradição europeia. A deficiência de mão de obra e disponibilidade de terras na América – o oposto da realidade a Europa – atraiu cada vez mais a atenção dessas comunidades nas quais a prática emigrante já era inerente.

Samuel Baily, historiador muito caro para a presente pesquisa, critíca o "modelo assimilacionista" (BAILY, 2003, p.11). Para ele, os termos "assimilado" e "não assimilado" não dão conta da complexidade da experiência da imigração. Frente à pluralidade e a resiliência étnica desses imigrantes e seus descendentes, a partir dos anos 1960, historiadores substituíram o modelo clássico de assimilação por uma perspectiva pluralista adotando, portanto, uma visão mais complexa e dinâmica. Essa nova historiografia

[1] Parte do ideal americana está profundamente identificado com o campo. A natureza, a fronteira, o trabalho rural e a pequena comunidade são importantes elementos do americanismo e ao longo do século XIX foi com alarme que várias intelectuais viram o crescimento das cidades, consideradas lugares de corrupção e pecado. Sendo assim, Nova York, passou a ser considerada por alguns deles a antítese do ideal americano.

inaugurou a perspectiva de não presunção de um final definido em direção à incorporação total da cultura de destino.

O autor destaca que, apesar de não terem controle sobre as condições políticas e econômicas em que se inseriam, essas pessoas optavam pela imigração dentre várias outras possibilidades e o faziam através de um cálculo das vantagens e desvantagens desse processo. Na escolha do destino, nos planos de retornar ou não ao país de origem, no processo de integração ou resistência cultural, os imigrantes foram sujeitos das suas escolhas.

Consideramos que todas essas perspectivas foram fundamentais na elaboração do presente trabalho. Ainda que não incorporando todas as proposições para análise, muitas correções foram feitas na nossa maneira de encarar o imigrante como objeto de estudo após as leituras acima citadas. Ao ler os editoriais do *NYT* e a bibliografia secundária, buscamos continuamente identificar, além do posicionamento do jornal, a maneira como a comunidade italiana se comportava perante os revezes e as oportunidades da vida de imigrante.

Imigração em Nova York

Durante todo o século XIX, Nova York foi palco da chegada de milhares de imigrantes. A cidade era um dos destinos mais visados por conta do seu intenso e conhecido crescimento, bem como por razão de sua infraestrutura portuária favorável. A maioria destes imigrantes procedia da Alemanha, Irlanda, Suécia, Noruega, Dinamarca, Inglaterra e Itália.

O período que compreende o final do século XIX e início do XX possui, por si só, uma série de especificidades. Identificada entre os anos 1890/1900 e 1920 (PURDY, 2007, p.175), a *Progressive Era* é o plano de fundo de todo o nosso recorte temporal e, como conjuntura, o processo que une os diferentes fenômenos sociais que marcam o período. Essas três décadas são particularizadas na História dos Estados Unidos pelo seu vertiginoso crescimento econômico e as transformações sociais que o acompanha.

A expansão da indústria gerava milhões de empregos e uma variedade sem precedentes de novos produtos chegou ao consumidor. As cidades passaram por um crescimento igualmente inédito, e o aumento populacional as acompanhou – crescimento esse também relacionado à maciça entrada de imigrantes no país. Nos anos de 1890, - as cidades e o campo cresceram juntos pela última vez na história dos Estados Unidos. No final das três décadas da *Progressive Era,* pela primeira vez, o número de pessoas nas cidades ultrapassaria o número de pessoas no campo.

Apesar do número das grandes cidades ter aumentado e todas elas terem experimentado os fenômenos característicos do período, mais uma vez Nova York é o exemplo ideal, “com sua energia exuberante, a cidade por si só parece uma expressão da

modernidade" (FONER, 2006, p.641). Com 4,7 milhões de residentes em 1910 e vizinhanças mais densamente populosas que Bombaim e Calicute, Nova York não apenas experimentou a expansão da indústria, o *boom* populacional e a entradas de imigrantes no país, mas se tornou o símbolo desses processos.

A *Progressive Era* também era intrigante pelos seus aspectos contraditórios. Não obstante a expansão de direitos - como as conquistas das lutas femininas e operárias – o período testemunhou uma série de contradições no tocante à liberdade. A consolidação do sistema excludente da supremacia branca, um afastamento do eleitorado das decisões políticas e a pressão para americanização de imigrantes são fatores que indicam que mesmo que "a ideia de liberdade tenha se expandido, seus limites se contraíram na *Progressive Era*" (idem, p. 693).

Nova York era palco de tanto dos avanços do período em direção à modernidade, quanto das suas contradições. Não apenas um espaço propício para um estudo sobre imigração, a história da cidade se mistura com a história desses grupos vindos de diferentes partes do planeta, alteraram, e ainda alteram, a conformação da cidade (ALLEN, 1990, p.2).

Americanização e identidade

Um dos aspectos mais significativos dentro dessa conjuntura é a pressão em relação à americanização do imigrante. Americanizar-se seria introjetar a cultura norte-americana na maioria dos modos possíveis. As possibilidades de americanização eram, portanto, fator fundamental no que se refere à imigração, uma vez que cada grupo de imigrantes possuía um potencial de assimilação cultural pré-definido em função do seu local de origem.

O *outro*, fator de alteridade, é importante em qualquer constituição de identidade, mas possui uma série de especificidades no caso dos Estados Unidos. Um dos principais mitos de fundação dos Estados Unidos, a crença na excepcionalidade americana é traço central no americanismo e determinante para compreender em que termos essa sociedade se relaciona com outros povos e outras culturas. O caráter excepcional está diretamente ligado a traços étnicos e culturais, como a religião protestante e a ascendência anglo-saxônica – principais elementos a serem considerados numa possível aproximação.

Baseada na matriz puritana, essa concepção transcende os argumentos físicos e tem contornos espirituais. A América seria a nova terra prometida e os americanos o povo eleito com uma missão a cumprir: a construção de uma nova utopia e, posteriormente, a expansão dos valores democráticos e do protestantismo. O Destino Manifesto americano era se expandir. Portanto, a preservação dessas características seria fundamental para a manutenção do que é ser americano.

É nesse sentido que interpretamos o medo do que é estrangeiro. Diferente do terror mediante a consciência de vulnerabilidade, esse medo é fruto da identificação do outro como uma ameaça ao que é homogêneo. Existe na sociedade americana o "mito do

consenso". Estudando a formação dessa sociedade identificamos uma variedade considerável de contribuições culturais, contudo, o ideal americano prevê homogeneidade. Os ideais Puritanos e Jeffersonianos convergem num consenso de valores onde "não se distingue diferença de subversão" (BENDER, 2002,186).

É assim que se conforma a ideia de um imigrante ideal. O indivíduo que iria suprir a necessidade de mão de obra de um país grande, pouco populoso, cuja manutenção do crescimento depende do suprimento de força de trabalho externa, sem comprometer a pureza racial ou os valores culturais. Quanto mais próximo das características norte americanas – ou ainda, das características atribuídas a sua suposta homogeneidade – melhor.

Nessa relação, etnia, língua e religião configuravam os itens mais importantes a serem levados em conta. É através desses três elementos que analisamos a posição do italiano dentro dessa hierarquia, do ideal ao indesejável. O ideal americano corresponde ao homem branco, anglo-saxão e protestante. Seus conceitos de raça e branquitude, contudo, obedeciam a uma especificidade bastante particular.

Apesar da "raça branca europeia" ser reconhecida de maneira geral como superior às outras, possuía divisões internas. As então consideradas raças latina, germânica, eslava, anglo-saxônica, etc, eram valoradas de maneira diferente em relação as seus atributos sociais e intelectuais e era estabelecida entre elas uma hierarquia bastante rígida (BERTONHA, 2014, p.98).

Dentro dessa escala, os italianos ocupavam um espaço subalterno. Iletrados, pobres, violentos, delinquentes, devassos, pouco higiênicos, de hábitos inferiores, com padrões morais pouco elevados, quase selvagens, subversivos. Essas são algumas características que compunham o estereótipo do que é ser italiano amplamente difundido nos Estados Unidos da *Progressive Era*. Essas características depreciativas eram consideradas inerentes à "raça italiana" e é nesse sentido que se fala não apenas em preconceito cultural, mas em racismo anti-italiano (idem, p.99).

Na virada do século XIX para o XX, foi observada uma nova onda anti-imigração especialmente voltada para os "novos imigrantes", italianos e outros grupos que chegavam em grande número naquele período. Surgiram também questionamentos sobre a capacidade de assimilação desses novos grupos pela sociedade hospedeira. Na década que antecede Primeira Guerra Mundial a hostilidade frente aos italianos atingiu seu auge.

Católicos, apegados aos seus valores culturais e organizados em vizinhanças que praticamente reproduziam seus vilarejos na Itália, os italianos em Nova York viram o sentimento anti-italiano deixar o âmbito do discurso e tomar contornos bem práticos com o surgimento de uma série de leis excludentes (BAILY, 2003, p.87). Essa legislação discriminatória não chegou a proibir a entrada do grupo no país - como o Ato de Exclusão Chinesa de 1882, ou mesmo ser oficialmente ser direcionada aos italianos, mas claramente visava cercear de alguma maneira esse grupo cujo crescimento preocupava.

Apesar da interrupção do grande fluxo de imigração, graças às leis de cotas de 1924, estima-se que entre 1880 e 1978 emigraram para os Estados Unidos cerca de 5,3 milhões de italianos[2] que não se renderam a uma aculturação ou mesmo intencionaram uma assimilação completa em detrimento de seus valores culturais, mas que buscaram uma vida melhor no novo mundo, transformando e sendo transformados pela sociedade que se inseriam.

Imprensa e sociedade

O cientista político Benedict Anderson discute o papel da imprensa nas comunidades nacionais. Para Anderson, os Estados modernos se enquadram na forma de "comunidades políticas imaginadas" (ANDERSON, 2008, p.10). A mídia geradora de notícias é, nesse sentido, parte da construção das identidades nacionais partilhadas por essas comunidades. A imprensa cria ainda um espaço público onde, em princípio, todos os cidadãos estariam convidados a participar igualmente. Independente de quão disputado e estratificado pode ser o discurso jornalístico, Anderson sublinha, a imprensa é constitutiva do imaginário democrático e, portanto, elemento importante de qualquer sociedade que se presuma democrática.

A relação da imprensa e sociedade não é unilateral (KAPLAN, 1997, p.2). Na mesma medida em que a imprensa informa a esfera pública, a identidade dessa imprensa é largamente dependente dos ideais e preceitos da sociedade em que se insere. É nesse sentido que observamos, nas transformações ocorridas no discurso jornalístico, bem como na própria instituição "jornal", durante últimas décadas do século XIX e no início do XX, um diálogo com as mudanças da *Progressive Era*.

No fim do século XIX, o que se observou foram mudanças da esfera jornalística em todos os sentidos. Conteúdo, formato, tamanho, posicionamento político, são alguns dos vários aspectos que se transformaram nesse período e contribuíram para a constituição da imprensa em um serviço de notícias propositadamente independente, que se pretendia imparcial e a favor da esfera pública (idem, p.83).

Acompanhando a alteração da relação imprensa e esfera política, ocorreu outra mudança fundamental nas últimas décadas do século XIX: os jornais se tornaram "*big business*". No que é referente ao número de páginas, circulação, volume de propaganda, os jornais cresceram de maneira imprevisível para a época. As propagandas se mostraram um investimento rentável, todo esse crescimento foi seguido por um volume ainda maior de investimento e também de surpreendentes retornos financeiros.

Na *Progressive Era*, essas mudanças ocorreram primordialmente nas grandes cidades onde os "gigantes" do jornalismo se estabeleceram. As camadas urbanas ganhavam mais força, uma nova onda migratória e, principalmente, uma nova forma de encarar o

[2] http://www.digitalhistory.uh.edu/historyonline/italian_immigration.cfm visitado em 27/01/2016

imigrante que deixa de ser puramente mão de obra, mas passa também a ser interpretado como um potencial cidadão, são as grandes transformações que caracterizam esse período, não apenas nas metrópoles, e sim em toda América.

Aqui vemos como as teorias já citadas de Anderson e Kaplan se aplicam na sociedade. Uma vez que essa determinada comunidade, os leitores americanos, se tornou mais porosa, com interesses diversificados e, ansiosa por uma fonte de informações que atendesse às suas demandas, o jornalismo se transforma e passa a ser também instrumento de transformação. Essa questão tomará uma proporção local, ao tratarmos de Nova York e do NYT. Ao mesmo tempo, as implicações são nacionais, uma vez que esse jornal veio a se constituir um dos mais importantes do país e, deste modo, ajudou a construir os ideais de América no século XX, inclusive no tocante à imigração.

Mesmo de maneira conservadora, o *New York Times* implementou as mudanças que o transformaram num jornal competitivo, tanto em preço quanto em qualidade. A edição cuidadosa e o texto, que evitava tanto monotonia quanto exagero, transmitiam uma impressão de confiança, enquanto suas coberturas eram consideraras completas e honestas. Em pouco tempo, o NYT se tornava fonte de informação e opinião indispensável para muitos.

Partindo do princípio que a imprensa, ainda que se proponha como fonte de reflexões imparciais da sociedade em que se insere, também a altera e ajuda a construir a realidade que descreve, compreendemos a dimensão da importância e o potencial transformador que esse jornal possuiu pra sociedade nova-iorquina do período estudado (MOTT, 1962, p.551).

Acreditamos que, no que tange à imigração entre 1910 e 1920, o *NYT* é uma fonte para a compreensão de como italianos eram vistos pela sociedade nova iorquina do período, e de como essa visão se altera no decorrer da década. Seus artigos permitem uma análise da posição do próprio jornal em relação a esse grupo de imigrantes, através dos 10 anos das publicações que nosso estudo abarca, e, como consequência, do papel do jornal como agente transformador da opinião pública.

Os italianos no *New York Times*

O site do *NYT* oferece uma ferramenta de busca onde estão disponibilizadas as suas publicações desde 1851, ano de sua fundação. O mecanismo de busca do jornal permite filtragem por data, autor, seção, priorizando os resultados mais antigos, mais recentes ou mesmo os mais relevantes. É possível acessar aos arquivos sendo assinante ou não, o resultado é basicamente o mesmo, sendo que o assinante tem a visão da edicação completa e acesso à paginação, enquanto que o visitante visualiza as reportagens individualmente. Optamos, no entanto, por uma forma de pesquisa mais simples. Dentro de nosso recorte cronológico, pesquisamos os termos *"italians/italian"* com a finalidade de analisar as

diferentes formas que os italianos foram retratados nesse período, em função das diferentes seções do jornal.

O resultado oferecido após essa busca é uma lista com todas as reportagens, independente da secão, que apresentava as palavras pesquisadas no título. Após a leitura de todas essas manchetes, selecionamos aquelas que, ao abordar a comunidade imigrante, nos pareciam mais exemplares ou significativas para a compreensão do posicionamento da linha editorial do jornal em relação aos italianos em Nova York.

A opção por *italian/italians* como palavra chave pra pesquisa não é arbitrária, como foi dito anteriormente o potencial de assimilação desses imigrantes é fundamental para sua recepção nos Estados Unidos, portanto ser italiano o coloca numa escala hierárquica. Já vimos também que, nessa hierarquia, italianos eram preteridos em relação aos imigrantes anglo-saxões devido às características étnicas. Sendo assim, as nossas chaves de análise para o jornal em relação a esse grupo são preconceito e assimilação. É necessário ainda destacar a importância da a autoria dos artigos lidos. O jornal não apresenta o autor da maioria dos textos, a menos que sejam uma contribuição externa, ou seja, escritos por pessoas que não integravam o corpo editorial do *NYT*, ou uma "carta ao editor", os demais permancem sem autoria definida, sendo assim, compõe o corpo de textos cuja opinião o periódico desejava emitir como sua[3].

Os anos iniciais (1910-1913)

> The tide of Italian immigration, temporarily reversed in the panic years[4], is now turned this way in still greater force, according to figures collected for Society for the Protection of Italian Immigrants. In 1908 some 57,000 Italians entered at Ellis Island, while 1909 there were more than 215,000.

O artigo *"Italian Society Uplifts Immigrants"*[5] (1910, p. 15), se alinha às informações fornecidas pelas fontes secundárias. Os dados também são impressionantes, o ano inicial do nosso recorte cronológico é também um momento de reaquecimento da entrada de imigrantes na cidade de Nova York. A reportagem não emite opinião, mas, além da avaliação numérica, evidencia o interesse do jornal em fazer um balanço social e da importância dos imigrantes.

[3] No presente trabalho citaremos o nome dos textos com autoria definida, quanto aos demais indicaremos o ano e a página em que o artigo se encontra.

[4] O termo "panic years" se refere a crise econômica entre os anos de 1907 e 1908, caracterizado por falências bancárias, queda no mercado de ações e na produção industrial. A queda da produção, das importações e o aumento do desemprego refletiram também nos números da imigração que sofreram uma diminuição significativa.

Sintomaticamente, na nossa pesquisa pela palavra chave "*italians*" no ano de 1910 foram encontrados 262 resultados, sendo esse total composto, majoritariamente, por matérias sobre o cotidiano da cidade tratando de assuntos que envolviam violência ou tragédias - reveladores da realidade do imigrante nessa época, das dificuldades enfrentadas por eles no dia a dia da cidade e de sua condição vulneráveis.

Um grupo menor, mas significativo de matérias, nos chamaram atenção por remeterem à comunidade italiana, às tentativas governamentais de assimilação desse grupo e suporte oferecido aos imigrantes recém-chegados por uma já estabelecida comunidade local. Estas matérias nos interessam além da questão do imigrante, mas também, e principalmente, no que se refere ao posicionamento do jornal frente à interação daquele corpo de imigrantes recém-chegados com a cidade.

A matéria citada anteriormente é particularmente significativa nesse período. O artigo tem quase duas colunas, manchete de tamanho considerável sobre os italianos e discorre sobre as conquistas do "*Benevolent Institute of Italian Society*" em relação à vida do imigrante. O grupo chamado de *Italian Benevolent Society*, estabelecido em 1881 e existente até hoje, é a instituição privada de auxílio aos italianos mais antiga dos Estados Unidos.

As ações do instituto não eram isoladas, sobre esse mesmo tipo de iniciativa os artigos "*Metropolitan Benefit Nets 6,500*" (1910, p.7) e *"Caruso gets gold medal"* (1910, p.9) sobre uma ópera beneficente com a finalidade de arrecadar fundos para o hospital ligado ao *Italian Benevolent Society*. Nos anos de 1912 e 1913 essa visibilidade está estabelecida. Os eventos promovidos pelo instituto são regulares e parte do calendário social da cidade. Como podemos ver os artigos "*Christmas carols at St.Paul's today*" (1913, p.9), sobre uma a cantata de natal com o mesmo objetivo, artigo explicitamente informativos. Averiguamos, portanto, a continuidade do projeto de auxílio da instituição para com seus compatriotas. Sabendo que a imigração italiana se dava em cadeia - e também como essa modalidade permite aos imigrantes maiores possibilidades de conservação de suas práticas culturais como língua e religião - consideramos que a *Italian Benevolent Society*, facilitava essa manutenção. O explícito no seguinte trecho do artigo sobre a programação beneficente natalina em St. Paul's é um exemplo:

> The poor among the Italians of the city were remembered yestesday by Italian merchants, whose gifts consisted of about 900 baskets containing everything necessary to make a bountiful christmas dinner [...] Each basket contained a four-pound chicken, spaghetti, butter, sugar, coffee, oils, and other articles, practically all of which were imported from the donor's land. It was the aim of the committe, so far as possible, to supply *their people* with a typical Italian dinner.

Inferimos, assim, a importância desses grupos de italianos previamente estabelecidos para a condição da comunidade imigrante em função de dois aspectos:

primeiro, atuam na recepção e no auxílio dos seus conterrâneos recém-chegados. Como escrito no jornal, "*their people*", seu povo. Segundo, trabalham na promoção da cultura italiana, como fizeram os comerciantes abastados citados acima, além de expor uma imagem de comunidade organizada de auxílio mútuo. Através desse texto, averiguamos também o posicionamento do periódico em relação a essa iniciativa, mesmo se tratando de artigos sem uma agenda declarada ou opiniões fortes, o jornal destacou de maneira positiva a atuação desses elementos.

Contudo, esse amparo - especialmente o de cunho mais imediato, como a distribuição de comida - não dá conta de melhorias a longo prazo, como no que se referem a legislação, condições de trabalho e educação, entre outros. Ao longo do nosso levantamento no periódico, observamos em menor proporção artigos que promovessem um debate direto sobre questões estruturais. Exatamente porque são raros é importante destacar a relevância dessas questões para a análise qualitativa do período e do discurso difundido pelo jornal.

O artigo "*Marshall suggests new department*" (1910, p.8) é um dos poucos casos em que questões estruturais são discutidas. O conteúdo do texto se divide basicamente em duas partes: uma de denúncia e uma propositiva. A primeira parte do artigo é justamente a propositiva: a defesa da criação de um novo departamento de estado exclusivo para lidar com a questão do imigrante, feita por Louis Marshall, advogado e presidente da Comissão de Imigração do Estado:

> Mr. Marshall regards the situation as too complex to be handled by any of the existing State departments. He asks:
>
> 'Would it not, both from the point of economy and of efficiency, be best to create a new State department to deal with this great subject as a whole, in all of its aspects, and especially with that of building up our industries by means of a systematic and intelligent distribution of efficient labor?'

Através do trecho destacado, podemos compreender o contexto em que a alegação de Marshall é construída. A necessidade da mão de obra estrangeira para a indústria em expansão é uma realidade. Sendo assim, o advogado argumenta de maneira prática e objetiva sobre essa questão quando defende a criação de um órgão que trabalhe para uma distribuição mais eficiente de trabalhadores.

A segunda parte – usada como argumento para a primeira - é o artigo do advogado italiano Gino G. Speranza. As denúncias de Speranza atestam a desorganização com que eram recebidos os imigrantes em Nova York, deixando-os muito mais vulneráveis a todo tipo de extorsão:

> 'The immigrant arriving at the eatery', he writes, 'is immediately and violently besieged on all sides by tricksters and thieves in the persons of

> porters, hackmen, 'runners' for employment agencies, many of whom speaks his language. They profess friendliness and advise him about his lodgings, employment, transportation, and the many things he needs help. Licensed city porters wear badges and pretend thereby be city officials, and get large fees for taking the mute stranger to a lodging or agency. A case is known of an immigrant to whom $5 was charged for a five-cent elevated ticket.

Mesmo que no relato de Speranza fique clara a participação de italianos nos abusos, a denúncia do artigo não recai sobre esses indivíduos golpistas, sobre os empregadores mal intencionados ou sobre qualquer agente direto ou indireto desses abusos. A proposta feita por Marshall, legitimada pelas denúncias de Speranza, visa expor a carência de uma instituição pública que desse conta da questão da mão de obra imigrante. E, portanto, nos ajudam a vislumbrar o vazio institucional em termos de auxílio e orientação em relação a esses grupos.

Uma segunda conclusão, e talvez ainda mais importante para nós, é a posição do jornal. Dando grande espaço para a fala de Speranza, em momento algum a matéria aborda de maneira negativa a comunidade italiana - ou mesmo indivíduos – e corrobora o atestado por Marshall, pragmático, quando ele fala sobre a necessidade que a indústria nacional tem desses indivíduos. Nesse caso é possível observar o editorial do NYT assumindo uma postura frente à questão imigrante.

Em 26 de setembro de 1910, encontramos outro artigo dessa natureza. No que se refere a propostas efetivas como melhorar a condição do imigrante italiano na sua inserção na sociedade americana, vimos no artigo "*To open italian school*" (1910, p.13) um posicionamento claro sobre a possibilidade de assimilação feita pelo NYT a respeito da comunidade italiana. A matéria fala sobre a abertura de uma escola para crianças italianas:

> Italians realized that until they have mastered that tongue their prospect of success in this country is limited, and as a result the classes are so large they are arranged in four divisions, according to age.

Fica claro também que o jornal não apenas defende a assimilação, mas se manifesta de maneira positiva em relação à iniciativa dos próprios imigrantes em matricular seus filhos na escola, ou seja, na agência desses indivíduos em direção a sua inserção na sociedade americana. Esses primeiros anos, portanto, constituíram para nós uma discussão sobre a acolhida a esses imigrantes, os problemas cotidianos e o potencial dessa comunidade. O tom muda, na segunda parte da nossa análise, aquela que envolve a Primeira Guerra Mundial.

Os anos da Guerra (1914-1918)

Nos anos referentes à Primeira Guerra Mundial vemos os números de registros crescerem de maneira exponencial. Se em 1913 obtivemos 290 registros para a busca da palavra "*italians*", encontramos 988 em 1915. Desses artigos a maioria esmagadora fala da

guerra e a atuação da Itália na mesma. Quanto aos italianos em Nova York, as preocupações passam a ser mais sobre as ondas migratórias em consequência dos conflitos do que sobre o estabelecimento e cotidiano dos imigrantes na cidade. A visibilidade, o instituto, os bailes beneficentes desapareceram do jornal.

Logo em 1914 fica registrado no jornal o aumento dos números de imigração. Essa questão é apontada também pelos correspondentes do NYT na Itália, que registram a quantidade de emigrantes que partem em direção aos Estados Unidos. O artigo "*Emigration from Italy*" (1914, p. 8) assinala o crescimento dos números de italianos deixando o país, "Of 60.000 in three months, 45.000, came to this country", que proporcionalmente era maior que os números, já grandes, dos anos anteriores, registrados pelo jornal.

Na matéria sobre a chegada dos imigrantes, vemos uma postura preocupada em relação ao crescimento abrupto da entrada de europeus em função da guerra. Com o título "*Record immigration year.; Balkan and Italo-Turkish wars help to swell total to 1.355.000*." (1915, p. 8), de 17 de julho de 1915, ressalta o número recorde de entradas, o maior registrado desde 1907, destacando ainda que o número de doentes entre esse todo muito maior que a média.

A situação, contudo, mudou no final de 1914 e no início de 1915, quando a imigração sofre uma queda considerável. Os discursos que encontramos no periódico são diversos; enquanto algumas matérias se atêm à questão da mão de obra, outras fazem previsões para o fim da guerra, em considerações preocupadas com uma retomada de imigração em números extremos.

As falas expõem a principal contradição frente à imigração nesse período: o fato da mão de obra ser necessária para a manutenção do ritmo industrial e a preocupação com a entrada extensiva de imigrantes e seus impactos na sociedade americana. As matérias do jornal cobrem os dois pontos de vista, de maneira que pudemos observar a constante argumentação de indivíduos pró e contra imigração, além de pode acompanhar os desdobramentos da questão da mão de obra imigrante.

Foi possível observar como as ideias eram construídas à medida que a guerra avançava. Os defensores da manutenção da força imigrante, alarmados, publicavam comparações entre os números de imigrantes no pré-guerra e no ano de 1915, como no artigo "*The war and immigration."* (1915, p.8), e lançavam questionamentos sobre o impacto da diminuição da força de trabalho no mercado e nos anos após a guerra, no texto "*War cuts immigration."* (1915, p. 13):

> Each year since 1910, except only 1915, arrivals have exceeded a million; now they have fallen to 434,244. These figures have as important bearing upon the labor market, and it would be interesting to know whether the return flow will reach old dimensions when war is over.

No que concerne ao discurso contra a imigração, vimos que a possibilidade de aumento exponencial de imigrantes no pós-guerra foi instrumentalizada como argumento

para o aumento das leis de restrição ao imigrante. O artigo "*Immigration Analysis of a problem now before congress*."(1914, p.23) apresentou o que seria uma solução para a suposta superabundância de imigrante no fim da guerra: uma seleção mais rigorosa na entrada dos imigrantes. Ainda em 1914, antes mesmo do decréscimo significativo de entradas, foi apresentado um projeto de lei que aprovaria o teste de alfabetização como forma de qualificar o recém- chegado como desejável ou não desejável.

A oposição a essa lei se apresentou de maneira ferrenha. Aqui temos a oportunidade de tipificar com mais clareza a diferença entre os artigos e como interpretamos o posicionamento do jornal. Entre os textos apenas informativos, mesmo quando não houve defesas ou acusações explícitas, é possível identificar a postura do editorial pelo espaço que ele forneceu às determinadas vozes e quais argumentos optou por calar. Na apresentação das leis restritivas o que foi observado foi uma cobertura estritamente informativa dos argumentos favoráveis às tais leis, enquanto a oposição às restrições veio acompanhada de analises mais profundas, em textos de opinião com autores considerados especializados no assunto, sobre os maleficios que seriam trazidos pela interrupção da imigração.

Artigos baseados na opinião de especialistas, como "*The literacy test"* (ELLSWORTH, 1915,p.8) defendiam que o critério de alfabetização não cumpre o objetivo de qualificar um imigrante como assimilável ou não. Contudo é no texto de Max J. Kohler, "*Effects of the war on immigration*" (KOHLER, 1914, p.14), que encontramos a mais contundente oposição ao teste de alfabetização e onde também os argumentos foram mais intricados com as questões de guerra.

Kohler afirma que um estudo da História recente da imigração provaria, através de analises de dados, a não existência de qualquer evidência histórica de um possível aumento de imigrantes no pós-guerra. Seu texto continua e após expor todos os dados que justifiquem seu argumento em relação à imigração, acusa de oportunista a lei que aprova o teste de alfabetização, uma vez que essa seria anti-imigração e estaria se aproveitando do contexto de instabilidade oriundo do conflito na Europa. Segundo ele, seria cruel impor uma rigorosidade ainda maior a entrada desses indivíduos.

Já foi analisada e exposta aqui a postura positiva do *New York Times* em relação às iniciativas da comunidade italiana em melhorar as condições de vida de seus conterrâneos menos abastados ou recém- chegados e como a educação era considerada chave do modelo assimilacionista. No período da guerra essa posição não se altera, mas em um clima de disputa sobre a interrupção/diminuição da entrada desse imigrantes, a natureza do discurso não é mais referente a defesa desse projeto, mas usa os bons resultados como evidência para argumentar a favor da imigração.

A educação como elemento fundamental para a assimilação continua a aparecer no discurso difundido pelo jornal. Na matéria "*What we owe to aliens*" (1916, p.19), cujo título deixamos em destaque justamente em função do termo "*owe*", que significa uma obrigação

ou um dever, relativo a noção de que a pátria receptora tem deveres não cumpridos em relação a seus novos moradores.

O artigo aborda o discurso de Mrs. Stotesbury, vice-presidente do Comitê Nacional de Americanização, fala sobre os débitos da sociedade americana em relação à massa imigrante, nessa fala foi frisado o vazio institucional em relação a americanização desses indivíduos. "*Education is the solution for the problem of assimilation*" (CHANDRA, 1916, p.30), a máxima surge também no artigo de 13 de agosto de 1916, que protesta contra a proposta de restrição da imigração hindu. O autor do texto, Ram Chandra, ainda usa a todo momento o exemplo dos italianos oriundos do sul da Itália como um grupo passível de assimilação, comparando-os com os hindus, igualmente capazes de serem assimilados. Com um discurso parecido, artigo "*Asiatics capable of assimilation*" (1914, p.6), publicado em 25 de maio de 1914, os italianos também são referência. A matéria, que defende a imigração asiática através fala do professor Gulick, afirma que asiáticos são tão assimiláveis quanto italianos.

É nesse sentido que concluímos que o italiano é visto como completamente assimilável pelo periódico e que o bom uso desse imigrante estava a cargo das instituições americanas que, com organização e um sistema eficiente de inserção, conseguiriam transforma-los na mãe de obra necessária sem comprometer a cultura ou os valores americanos.

Como essa discussão se dá em meio a uma guerra na qual Itália e, eventualmente, os Estados Unidos se envolveram, é fundamental compreender como a postura da comunidade italiana em Nova York afeta a compreensão do jornal em relação a sua capacidade e, o que é mais importante para nós, disposição de se ajustar a postura norte-americana. Nesse sentido, o que encontramos foi uma inclinação da massa imigrante em fazer justamente isso, se alinhar aos interesses estadunidenses em todos os momentos do conflito, o que foi descrito pelo NYT de maneira positiva.

Os anos finais (1919 e 1920)

Nos últimos dois anos da década que analisamos, os números de resultados para a busca das palavras "*italian/italians*" sofre uma diminuição, 736 no primeiro e 487 no segundo. Dentre os resultados a maioria esmagadora ainda se refere à Primeira Guerra Mundial, resquícios de conflitos específicos entre a Itália e a Iugoslávia, tratados firmados, análises do país no pós-guerra, condecoração de americanos pelo governo italiano, entre outras questões similares. Meses e mais meses de resultados em que os italianos em Nova York praticamente desapareceram do jornal.

Somem as manchetes a respeito da violência urbana, somem os grupos de auxílio e as óperas beneficentes. Contudo, nos artigos em que foram tratadas questões relativas à imigração, a abordagem de quase todos eles foi a americanização. Sabemos que o *Immigration Act* de 1917 aprova o teste de alfabetização, que configura uma barreira para

uma série de imigrantes, inclusive italianos, porém, ao fim dessa década o periódico dá um grande espaço às falas referentes à americanização dos italianos já estabelecidos na cidade.

O caráter pró-assimilação da linha editoria do nunca foi mais evidente. Os argumentos apresentados não falam apenas da necessidade em integrar as comunidades imigrantes para que se evite a construção de guetos ou de comunidades à margem da sociedade americana, os termos usados não são negativos, o que se fala é sobre a necessidade de integrar para que esse imigrante não sinta vontade de retornar ao seu país de origem e tenha intenção real de introjetar a cultura americana, como exemplo podemos citar o texto "*Form inter-racial council."* (1919, p.8).

Não somos ingênuos a ponto de indicar um caráter acolhedor ou humanitário dessas falas, sabemos que os interesses econômicos e sociais são a base desses argumentos, mas é para nós significativo que o jornal não reforce estereótipos negativos em seu discurso. É ainda importante salientar o tamanho de algumas dessas reportagens. Páginas inteiras foram dedicadas a esse tema, no artigo "*No foreing accent for good americans."* (1919, p.57) possui ou três colunas foram voltadas ao assunto, o que é um indicativo do valor que o jornal via na agenda da americanização, uma vez que, em termos de periódicos, a importância de um tema está sempre ligada a visibilidade que ele recebe.

No artigo "*Survey of methods of americanization*" (1919, p. 8) *New York Times*, 2 de fevereiro de 1919) a importância dos projetos de americanização é desenvolvida num artigo de página completa, cuja parte mais importante para nós é a de que o autor constantemente se questiona se não seria melhor e mais proveitoso não excluir completamente a herança cultura do imigrante nesse processo de torná-lo americano.

O mesmo tom positivo e otimista era usado para falar dos grupos de imigrantes dispostos a se americanizar. Um exemplo divertido é o artigo "*An American town 100 per cent Italian*" (AUERBACH, 1919, p.78) que fala de uma comunidade italiana no condado de Northampton, Pensilvânia. A cidade seria formada exclusivamente por italianos, falantes de italianos, que se proclamavam orgulhosamente americanos, que falavam e estudavam inglês, o artigo destaca o benefício das escolas e como as crianças do local avançavam no projeto de americanização. O que destacamos aqui é o teor tolerante do jornal com a escolha dos imigrantes em manter suas tradições natais ao mesmo tempo em que trabalham para se inserir na cultura local.

Sabemos que nesse período a entrada de imigrantes nos Estados Unidos se tornou cada vez mais difícil, até ser oficialmente interrompida poucos anos depois, ainda no início da década de 1920. Estamos cientes também de que o racismo, o anti-italianismo e as perseguições não cessaram após essas conquistas. Contudo, consideramos a atuação do New York Times na segunda década do século XX benéfica a comunidade dos imigrantes italianos. O jornal denunciou sua vulnerabilidade, não reproduziu as perspectivas estereotipadas dos italianos e mesmo na sua postura assimilacionista não usou de argumentos pejorativos e trabalhou com tolerância essas questões na medida do possível para a época.

A partir dessas análises, concluímos que o jornal tinha uma postura pró-imigração e assimilacionista. Suas matérias deram aos imigrantes uma visibilidade positiva num período em que ainda lutavam por direitos e se encontravam em uma situação de extrema vulnerabilidade. Contudo, nosso estudo não esgota o tema, pelo contrário. Como já dissemos anteriormente, a história da imigração se mistura com a história da cidade de Nova York e até mesmo com a história dos Estados Unidos, de maneira que as implicações desse encontro culturais são sentidas até os dias atuais nesse país.

Especificamente sobre os imigrantes italianos, o preconceito estava longe de acabar na década de 1920. Assim como os desafios foram sendo alterados com o passar dos anos e até se intensificaram, como na Segunda Guerra Mundial. As questões que foram colocadas para as gerações seguintes tinham natureza diferente. Os ítalo-americanos, filhos dos primeiros imigrantes, se dividiam entre duas culturas e passaram décadas tentando descobrir sua identidade.

Artigo recebido em 21 jul. 2017.
Aprovado para publicação em 12 set. 2017.

Referências

ALLEN. Oliver E. *New York, New York*. New York: Macmillan Publishing Company, 1990.

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas:* reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAILY, Samuel L. *Immigrants in the lands of promise:* Intalians in Buenos Aires and New York City, 1870-1914. In: Cornell University Press. New York: Cornell Paperbacks, 2003.

BENDER, Thomas. The unfinished city: new York and the metropolitan idea. In: *The New York Press*: New York, 2002.

BERTONHA, João Fábio. *Os Italianos.* São Paulo: Contexto, 2014.

FONER, Eric. *Give me Liberty!:* An American History. vol. 2. Mishawaka: Better World Books, 2006.

KAPLAN, Richard L. A imprensa e a esfera pública americana: variações do discursopúblico, 1865-1920. *Opinião Pública*, Campinas, v. IV, n. 2, p 82-113, maio 1997.

KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos:* das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007

MOTT, Frank Luther. *American Journalism.* A History, 1690-1960. New York: The Macmillan Company, 1962.

TOTA, Antônio Pedro. *Os americanos*. São Paulo: Contexto, 2009.

Artigos do *Jornal New York Times* visitados durante os anos de 2015 e 2016:

"Italian Society Uplifts Immigrants". *New York Times.* Nova York, 20 de fevereiro de 1910, p. 15.

"Metropolitan Benefit Nets 6,500". *New York Times*. Nova York, 8 de janeiro de 1910, p. 7.

"Caruso gets gold medal". *New York Times.* Nova York, 5 de janeiro de 1910, p. 9.

"*Christmas carols at St.Paul's today*". *New York Times*. Nova York, 24 de dezembro de 1913, p.5.

"Marshall suggests new department". *New York Times*. Nova York, 2 de janeiro de 1910, p. 8.

"To open italian school". *New York Times*. Nova York, 26 de setembro de 1910, p.13.

"Emigration from Italy". *New York Times*. Nova York, 19 de julho de 1914, p.8.

"Record immigration year.; Balkan and Italo-Turkish wars help to swell total to 1.355.000." *New York Times*. Nova York, 17 de julho de 1915, p. 8.

"The war and immigration". *New York Times*, Nova York, 12 de agosto de 1915, p. 8.

"War and immigration". *New York Times*, Nova York, 9 de abril de 1915, p. 13.

"War cuts immigration". *New York Times*, Nova York, 8 de fevereiro de 1914, p. 23.

"Immigration Analysis of a problem now before congress". *New York Times*. Nova York, 8 de fevereiro de 1914, p. 23.

ELLSWORHT, William. "The literacy test". *New York Times*. Nova York, 25 de janeiro de 1915, p. 8.

KHOLER, Max. "Effects of the war on immigration". *New York Times*. Nova York, 12 de dezembro de 1914, p.14.

"What we owe to aliens". *New York Times*. Nova York, 19 de janeiro de 1916, p.19.

CHANDRA, Ram. ""Education is the solution for the problem of assimilation". *New York Times*. Nova York, 13 de agosto de 1916, p. 30.

"Asiatics capable of assimilation". *New York Times*. Nova York, 25 de maio de 1914, p.6.

"Form inter-racial council". *New York Times.* Nova York, 17 de janeiro de 1919, p. 8.

"No foreing accent for good americans". *New York Times*. Nova York, 30 de março de 1919, p.57.

"Survey of methods of americanization". *New York Times.* Nova York, 2 de fevereiro de 1919, p 39.

AUERBACH, Samuel "An American town 100 per cent Italian". *New York Times*. Nova York, 4 de dezembro de 1919, p. 78.

As estratégias de inserção do intelectual luso-brasileiro José Augusto Correia Varella no teatro carioca

Robertha Pedroso Triches Ribeiro [1]

Strategies of insertion of the Portuguese-Brazilian intellectual José Augusto Correia Varella in Rio de Janeiro's theater

http://dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.70382

[1]Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora do Departamento em História do Colégio Pedro II. Bolsista Capes. E-mail: betha_triches@yahoo.com.br

Resumo:

Este trabalho busca apresentar a trajetória do imigrante português José Augusto Correia Varella (1892-1953) no teatro carioca, apontando para o seu não enquadramento nas imagens já consagradas pela historiografia. Sua inserção na cidade se deu por meio do campo artístico-cultural, através de práticas como o teatro e a imprensa que lhe possibilitaram os meios de sobrevivência na capital. Para tal, uma das estratégias cotidianas utilizadas por Correia Varella foi o reforço de sua identidade luso-brasileira. Sua trajetória mostra, portanto, que ser imigrante no Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX, comportava uma série de possibilidades que estão muito além dos estereótipos fixados.

Palavras-chave: Imigração Portuguesa, Trajetória, Teatro.

Abstract:

This work aims to present the trajectory of José Augusto Correia Varella (1892-1953), an Portuguese immigrant, in Rio de Janeiro's theater, pointing to its non-inclusion in the images already consecrated by historiography. Its insertion in the city took place through the artistic-cultural field, through practices such as theater and press that enabled his means of survival in the capital. For this, one of the strategies used by Correia Varella was the reinforcement of his Portuguese-Brazilian identity. His trajectory shows that being an immigrant in Rio de Janeiro in the first decades of the 20th century carried series of possibilities that are far beyond the fixed stereotypes.

Keywords: Immigration, Trajectory, Theater.

> Com distinção, concluiu os exames de primeira época, da Escola Dramática Municipal, o Sr. José Augusto Correia Varella, aluno da mesma escola. José Augusto C. Varella, a quem os críticos teatrais chamaram "talento de primeira água", e deram como sendo a "primeira ou mais bela esperança da Escola Dramática", nas provas práticas ultimamente ali realizadas; é português e, como tal, nos apraz registrar, nesta seção, o nome do futuro artista, de quem a arte teatral muito tem ainda a esperar. *(O Paiz*, 27/11/1916)

Quando José Augusto Correia Varella foi saudado, por alguns periódicos cariocas, como uma boa promessa do teatro nacional, por sua atuação na prova prática da Escola Dramática Municipal[1], fazia três anos que ele se encontrava em terras brasileiras e já completara aqui os seus 24 anos. Nascera em 1892, na freguesia de Andrais, distrito de Vila Real, pertencente à província tradicional de Trás-os-Montes e Alto Douro. Esta região rural do Norte de Portugal ficou consagrada pela historiografia como um dos principais locais de saída dos emigrantes que se dirigiram ao Brasil em fins do século XIX e início do século XX.

De acordo com os dados presentes em sua carteira de estrangeiro, Correia Varella desembarcou no porto do Rio de Janeiro em 13 de novembro de 1913, portanto, após a proclamação da República em Portugal (1910) e às vésperas da Primeira Guerra Mundial.[2] Tinha então 21 anos e deixou para trás seus pais, José Tomé Varella e Maria da Conceição Varella, vivendo na capital federal até 1953, ano de sua morte.

O registro mais antigo que possuímos desse imigrante data de setembro de 1915, quando atuou na peça *O Fado*, do escritor português Bento Mântua, no Clube Ginástico Português. Correia Varella fazia então parte do corpo cênico do Recreio Dramático Juventude Portuguesa, uma associação recreativa que tinha como uma de suas importantes práticas culturais o teatro amador. Essas associações portuguesas, como o Recreio Dramático, tiveram um papel fundamental na adaptação e mesmo sobrevivência de muitos imigrantes portugueses no Brasil, algumas, inclusive, protegendo os recém-chegados ao país, como o caso das associações beneficentes e assistenciais.[3]

Muitos portugueses vinham para o Brasil possuindo algum laço social, sendo amparados, na maioria das vezes, por parentes e imigrantes mais antigos. Havia verdadeiras redes de proteção, formadas pelas famílias ou por amigos dos imigrantes já estabelecidos no Brasil e que cuidavam dos procedimentos necessários para a vinda dos outros, oferecendo:

[1] Primeira escola dramática brasileira, criada em 1908 e vinculada, inicialmente, ao Teatro Municipal. Teve como primeiro diretor o intelectual Coelho Neto. Em 1953, passou a se chamar Escola de Teatro Martins Penna, nome que conserva até hoje, tornando-se uma escola estadual em 1960.

[2] Pelo Decreto Nº. 3010, de 20 de agosto de 1938, todo estrangeiro no país que não fosse naturalizado deveria se inscrever no Serviço de Registro de Estrangeiros para obter a sua carteira de identidade de estrangeiro, a qual deveria ser renovada anualmente. Tal decreto demonstra a tentativa de controle do governo Vargas sobre as comunidades de estrangeiros do país, diante do contexto de guerra que se anunciava.

[3] No início do século XX existiam vários tipos de associações portuguesas no Brasil: beneficências, recreativas, assistenciais, casas regionais, clubes, câmaras de comércio, escolas, grêmios, entre outras.

local de trabalho, transporte, primeiras acomodações e pagamento de taxas. As associações se inseriam nessas redes, quer através de seu caráter assistencial, aliviando o sofrimento daqueles menos afortunados, quer também se configurando como um espaço de sociabilidade e um "lugar de memória". Nesse caso, nelas era possível amenizar um pouco a saudade da "terrinha", através de eventos comemorativos, festas religiosas, campeonatos, concursos, entre outras manifestações. Assim se criavam laços de identificação comum entre os imigrantes oriundos das mais diversas regiões de Portugal, que manifestavam a sua ligação com a terra natal, sem, contudo, deixar de exteriorizar sua vinculação à terra de acolhimento, servindo para marcar a identidade social da colônia no Rio de Janeiro.

As associações recreativas, como o Recreio Dramático Juventude Portuguesa, compreendiam clubes esportivos, dançantes, dramáticos, literários e musicais. Para funcionar, ou era necessário se registrarem no Registro Especial de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, o que lhes garantia personalidade jurídica, mas que demandava um custo bastante alto; ou bastava obter a autorização da Polícia do Distrito Federal, cuja licença deveria ser renovada anualmente, o que permitia livre trânsito da polícia nas associações.

De acordo com Vítor Manuel da Fonseca, o Recreio Dramático Juventude Portuguesa possuía registro na Polícia e, apesar da referência aos portugueses já constar no próprio nome, tratava-se de uma associação cosmopolita[4], ou seja, aberta a qualquer nacionalidade (FONSECA, 2010, p.245). Fora criada em junho de 1915, mesmo ano em que Varella se tornou um associado, e localizava-se na região do Sacramento, no centro da cidade. Segundo Fonseca, o Recreio Dramático não possuía personalidade jurídica, muito provavelmente por razões financeiras, e para se associar era necessário o pagamento de uma cota de 5$000 réis (FONSECA, 2010, p.249).

Ao que tudo indica, a inserção de Varella nas atividades teatrais, no Brasil, se deu através dessa associação e do seu grupo de teatro amador. Fica claro, portanto, que Varella já estava, em 1915, integrado à colônia, e provavelmente fazia parte de outras associações, como era comum entre os imigrantes portugueses. Na década de 1920, por exemplo, ele não só pertencia aos quadros de sócios de várias associações, como o Liceu Literário Português e o Orfeão Portugal, como também foi responsável pela fundação de outras importantes, como o Centro Transmontano, hoje Casa de Trás os Montes e Alto Douro, e a Casa de Portugal.

Mas a participação dos imigrantes nessas associações recreativas geralmente ocorria como uma forma de lazer, de diversão, o que não pareceu ser o caso de Correia Varella, no que se refere ao Recreio Dramático, pois já no ano de 1916 opta por se matricular em uma escola de teatro, a Escola Dramática Municipal, para se profissionalizar como ator,

[4]Esse é um traço característico do associativismo português no Rio de Janeiro, tornando-se ainda mais marcante nos anos 1930, em função de algumas leis implementadas pelo governo de Getúlio Vargas, que impuseram uma série de restrições com relação à participação de estrangeiros no controle das instituições políticas, econômicas e culturais do país (a chamada lei dos 2/3) e, a partir de 1938, já no contexto da guerra que se anunciava, ao movimento de nacionalização, que se voltava, com destaque, para as áreas de educação e cultura.

tentando sobreviver dessa atuação no mundo do teatro. Logo, para Varella, tratava-se de uma estratégia econômica, na medida em que construía uma possibilidade de ganhar a vida, trabalhando no teatro.

No início do século XX, o teatro era uma das formas artísticas mais presentes no dia a dia da população carioca. As casas de espetáculo e as companhias se espalhavam por diversos bairros da cidade, oferecendo oportunidades diárias de diversão e entretenimento. Tais espaços chamam a atenção pela sua diversidade, podendo ser grandes teatros (com uma boa capacidade de público e uma razoável infraestrutura), pequenos palcos, clubes, teatros familiares, grêmios e palcos de teatro amador.

No caso dos grupos de teatro amador ligados à colônia portuguesa, como o Lusitano Club, o Recreio Dramático Juventude Portuguesa e a Sociedade Dramática Luso-Brasileira, as peças produzidas por eles apresentavam gêneros variados: operetas, dramas, altas comédias, revistas e até mesmo óperas (PENNA, 2011). Mas a maioria deles optava por representar peças classificadas pelos críticos como de melhor qualidade, valorizando, por exemplo, o teatro de declamação. O Recreio Dramático Juventude Portuguesa, por exemplo, pediu licença para ministrar aulas de declamação, música, canto e dança, ressaltando, assim, esse tipo de teatro.

Em sua récita de apresentação, no Clube Ginástico Português, em 19 de setembro de 1915, o Recreio Dramático apresentou ao público um festival bastante diversificado: inicialmente, uma peça russa, *O delegado da 3ª seção*, original de Charles Garin e no gênero Grand Guignol[5]; em seguida, um quadro composto por uma conferência humorística seguida de apresentações de cantos populares portugueses, fados e danças, todos acompanhados pelo piano; e por último, a representação da peça *O Fado*, de caráter declamatório, do autor português Bento Mântua (*Correio da Manhã*, 19/09/1915, p.3). O festival reunia assim uma peça de um gênero entendido como bastante moderno, o Grand Guignol, com manifestações da cultura portuguesa, tanto através da peça escolhida como das apresentações que revelavam aspectos de suas tradições. Correia Varella atuou nas duas peças, transitando assim entre dois gêneros bastante distintos.

Para além da participação nas peças do Recreio Dramático Juventude Portuguesa, identificamos, a partir da imprensa, outras informações sobre a relação entre Correia Varella e essa associação. Em 7 de dezembro de 1915, uma nota no jornal *O Paiz* convocava os associados do Recreio Dramático para uma assembleia, a fim de tratar da escolha do seu pavilhão social, nota essa assinada por seu secretário, José Augusto Correia Varella (*O Paiz*, 7/12/1915, p.8). Ou seja, além de fazer parte do seu corpo cênico, Varella ainda ocupava um cargo administrativo dentro da sociedade. Mais ainda. No dia 25 de outubro de 1916, no mesmo *O Paiz*, foi publicada notícia relativa a uma briga entre Correia Varella e outro imigrante português, Benjamim da Costa Dias, que disputavam a autoria da fundação do Recreio Dramático (*O Paiz*, 25/10/1916, p.5). Após uma série de trocas de ofensas, algumas

[5] O Théâtre du Grand Guignol foi fundado em Paris em 1897 e manteve suas atividades até 1963. O Grand Guignol ficou conhecido por celebrizar peças de terror, que contribuíram para a fixação de um gênero que tomou o próprio nome do teatro. As peças possuem enredos violentos, macabros e repletos de crimes.

inclusive feitas através da imprensa, Varella consegue provar que ele, junto com outros portugueses, fundou o Recreio Dramático Juventude Portuguesa, e que somente mais tarde o imigrante Benjamin da Costa Dias entrou para esse grupo, sendo responsável por criar, logo em seguida, um orfeão.

Essas notícias publicadas na imprensa só fortalecem minha hipótese. Varella não era somente um sócio ou um secretário do Recreio Dramático Juventude Portuguesa, ele ajudou a fundá-la: foi um dos idealizadores e realizadores desse projeto. Ou seja, dois anos após a sua chegada ao Brasil, já fundava uma associação com caráter muito específico e com objetivos definidos: promover realizações teatrais e culturais, de forma geral, sobretudo se ligadas a Portugal. Nesse sentido é que defendo que a inserção de Correia Varella no teatro no Brasil não se deu simplesmente como uma decorrência de sua militância em uma associação ligada à colônia portuguesa, como era comum entre os imigrantes que atuavam em sociedades recreativas. Varella provavelmente enxergava o teatro como seu projeto de realização profissional e de inserção, quer entre seus patrícios, quer na sociedade brasileira. Esse projeto possivelmente começou a ser gestado ainda em Portugal, concretizando-se a partir da sua entrada na Escola Dramática Municipal e do seu aparecimento para a comunidade teatral como um todo, isto é, para além do circuito da colônia portuguesa.

A sua entrada na Escola Dramática Municipal se deu em março de 1916, aos seus 23 anos. Todas as notícias encontradas na imprensa relativas às provas públicas de Varella e ao período em que foi aluno da Escola são muito elogiosas ao ator. Na epígrafe que abriu o texto, Varella é exaltado como uma grande promessa do teatro nacional, especialmente pela sua veia cômica. Segundo o jornal *O Paiz*, Correia Varella estava sendo celebrado pela classe artística do Rio de Janeiro como um "talento de primeira água", como a "primeira ou mais bela esperança da Escola Dramática" (*O Paiz*, 27/11/1916, p.5). Essas manifestações são acompanhadas pela *Revista da Semana*, que o definiu como "uma das mais legítimas esperanças da futura cena nacional", principalmente por sua "capacidade realista de interpretação" (*Revista da Semana*, 11/1916).

Ambos os periódicos fazem referência ao desempenho de Varella em sua primeira prova pública na Escola Dramática Municipal, ocorrida em setembro de 1916, quando atuou na farsa de Julião Machado, *O suicídio de Juventino*. Após ser aprovado "com distinção" nessa primeira prova da cadeira "Arte de Representar", Correia Varella vai se destacar novamente em sua segunda prova, ocorrida em 28 de agosto de 1917. Nela, Varella atuou em duas peças diferentes, de autoria de Coelho Neto: uma farsa, intitulada *Sapatos de defunto,* e a comédia em um ato, intitulada *O Pedido*. Ambas foram ensaiadas pelo ator João Barbosa e contaram com um público bastante significativo, segundo os jornais, inclusive com a presença do prefeito do Distrito Federal, Amaro Cavalcanti.

Mais uma vez Correia Varella foi elogiado por sua atuação, sendo considerado por alguns periódicos como o melhor ator entre os alunos. Segundo o jornal *O Imparcial*, Varella teria recebido a maioria das palmas que foram dadas pelo púbico ao final dos espetáculos, além de muitos elogios do próprio diretor da Escola, Coelho Neto, e do ensaiador das peças (*O Imparcial*, 30/08/1917, p.6). Foi exaltada também a facilidade com que ele fazia comédia,

revelando o seu talento para tal gênero. Mas, vale lembrar que as comédias encenadas dentro da Escola Dramática Municipal eram as chamadas "altas comédias", aquelas reconhecidas pelos intelectuais como arte verdadeira, diferenciando-se das comédias ligeiras, tão criticadas à época.

Pesquisando sobre o significado de "alta comédia" e "baixa comédia", para aquele contexto específico, encontramos a seguinte definição no *Dicionário de Teatro*, organizado por Patrice Pavis:

> a distinção entre alta e baixa comédia se faz através dos procedimentos cênicos, sendo que esta utiliza procedimentos de farsa, de comicidade visual e aquela, sutilezas de linguagem, alusões, jogos de palavras. (PAVIS, 1999, p.54)

André Luis Bertelli Duarte complementa essa ideia afirmando que a hierarquização da comédia em "alta" e "baixa", naquele contexto, também estava ligada a características linguísticas e sociais. Isso porque, nessa distinção, a baixa comédia utilizaria como elemento de comicidade uma linguagem chula, gírias, palavras de baixo calão, ao passo que a alta comédia não admitiria tais termos, privilegiando a leveza da comunicação (DUARTE, 2014, p.15). Além disso, na alta comédia haveria um predomínio de personagens pertencentes aos setores mais nobres da sociedade, enquanto na baixa comédia os personagens estariam associados com as classes populares. Por vezes, encontramos também na literatura especializada sobre teatro, e na própria imprensa da época, a referência à alta comédia como "comédia dramática", associando assim a comédia ao drama, o gênero mais valorizado, em termos artísticos, entre os intelectuais e homens de teatro. Com certeza, as comédias encenadas por Correia Varella na Escola Dramática Municipal poderiam ser compreendidas e classificadas a partir dessa última definição.

Correia Varella se diplomou pela Escola Dramática Municipal em 1918, três anos após a sua entrada na instituição. A passagem pela Escola parece ter aberto uma série de portas para o imigrante, pois nesse mesmo ano ele aparece participando de várias peças na capital federal. Pelo que conseguimos identificar, assim que se formou, Varella entrou para a Companhia de Teatro Cristiano de Souza. Era o início de sua atuação no teatro profissional da capital federal.

Cristiano de Souza era um ator e empresário português, já há muito conhecido pelo público de teatro do Rio de Janeiro, tendo dirigido companhias importantes, como a Companhia Dramática Portuguesa e a Companhia de Revistas e Comédias, além, é claro, da sua própria companhia. A Cia. Cristiano de Souza caracterizava-se por possuir uma boa porcentagem de artistas lusos e representar peças, em sua maioria, de autores estrangeiros. Em 1918, após longa temporada no Sul do país, a Cia. estreou no teatro Carlos Gomes com a peça *O Martir do Calvário*. A estreia ocorreu em 26 de março, aproveitando o período da Semana Santa para explorar a temática religiosa. Varella ficou responsável pelo papel

secundário de um apóstolo.

Em 31 de março, a companhia se apresentou novamente com *As penas de pavão*, uma comédia francesa, de Bisson e Turique, traduzida pelo próprio Cristiano de Souza. Mais uma vez Correia Varella ocupou um papel coadjuvante, o que não o impediu de ser mencionado pelo crítico do *Correio da Manhã* que, ao elogiar o desempenho do elenco, afirmou "sem falar no estreante Correia Varella que é uma auspiciosa promessa de ator e que, no insignificante rábula do François já conseguiu dizer ao que vinha" (*Correio da Manhã*, 1/04/1918, p.5).

Nessa mesma temporada no Carlos Gomes, identificamos Varella fazendo parte de mais três espetáculos da Companhia: *O Homem do Gaz*, *vaudeville* que estreou no dia 25 de abril; *Rafles*, uma peça policial que estreou em 10 de maio e *Qual dos dois*, uma comédia-vaudeville francesa em três atos, de Victorien Sardou, estreada em 23 de maio. Em todas as três peças Varella interpretou papéis secundários, o que demonstra que ainda que tenha sido bastante elogiado pela classe artística nos anos anteriores, em razão de sua naturalidade no palco e de sua veia cômica, ele continuava ainda pouco conhecido e reconhecido.

Muito provavelmente a entrada de Correia Varella na Companhia de Cristiano de Souza se deu através de alguma rede estabelecida dentro da Escola Dramática Municipal. Não podemos afirmar se sua nacionalidade contribuiu para isso, já que a companhia de teatro pertencia a um português e era composta por muitos atores portugueses. Mas é lícito imaginar que, ao menos, não atrapalhou. Entretanto, podemos constatar que, em 1918, durante a sua participação na Cia., nenhuma menção à sua origem portuguesa foi feita na imprensa da época. Uma característica que nos chama a atenção é o predomínio do gênero comédia (alta comédia) nas peças encenadas pela Cia Cristiano de Souza nesse período. Além disso, a maioria delas era de origem francesa, estando, portanto, de acordo com o modelo do "bom teatro" defendido pelos intelectuais e críticos da época.

No final de maio daquele ano, a Cia. Cristiano de Souza saiu do Carlos Gomes e foi para o Palace Theatre. Sua estreia no novo teatro ocorreu no dia 8 de junho, com a peça *Soldadinhos de Chumbo*, de Abadie Faria Rosa, uma comédia em três atos de propaganda patriótica e militar, bem inserida no clima da Primeira Guerra Mundial. Depois dessa peça, só encontramos uma referência nesse ano à presença de Varella, ocorrida na peça *Os dois bebés*, opereta que estreou no teatro Trianon em 06 de dezembro, em um festival dirigido pela Companhia do ator Leopoldo Fróes. Depois dessa participação, Varella só aparecerá nas fontes na metade do ano de 1919, já fazendo parte de outra companhia de teatro, a Moura Vaz, organizada pelo ator Antônio Sampaio. Foi uma companhia de comédia que teve vida curta e estreou no Teatro Carlos Gomes. A estreia ocorreu no dia 3 de maio com o *vaudeville O homem do Peru*, de Armand e Nancey.

O interessante é que em uma das críticas à peça publicadas na imprensa deu-se destaque para o fato de parte do elenco ser formado por artistas diplomados pela Escola Dramática Municipal, como o caso de Varella e do próprio organizador da Cia., Antônio

Sampaio. A distinção entre diplomados e não diplomados mostra que a Escola estava ganhando espaço no meio artístico, passando a ser reconhecida dentro do campo como um lugar importante de profissionalização de atores. Além disso, podemos inferir que esses diplomados tinham algum tipo de relação mais próxima com Antônio Sampaio, o organizador da Cia., e que, muito provavelmente, tal relação tenha começado a se estabelecer dentro da Escola Dramática. Vínculo que explicaria o convite a tal grupo de atores para fazer parte da Cia. recém-formada, ainda que fossem bastante jovens e "iniciantes" no teatro.

No mês de junho de 1919, Correia Varella participou de mais três peças pela companhia, agora chamada de Companhia Nacional de Comédias e *Vaudevilles*. Todas elas foram encenadas no teatro Carlos Gomes. No mês de julho, também atua na peça *O Truc de Bernardo*, no teatro Recreio. No final de julho de 1919, a companhia termina a temporada e sai em excursão pelo estado de Minas Gerais, encenando as mesmas peças representadas no teatro Carlos Gomes. Varella a acompanha. Após essa temporada fora do Rio de Janeiro, o nome de Varella simplesmente desaparece dos jornais, não sendo publicada nenhuma nota sobre ele nos anos 1920 e 1921.

A volta do seu nome às páginas da imprensa periódica carioca se deu em dezembro de 1922, ao figurar como autor da peça *Que Bicho*, levada em cartaz pela Companhia Cristiano de Souza. Como exposto, ele era uma figura conhecida por Cristiano de Souza, afinal de contas fez parte do elenco de sua companhia durante o ano de 1918, no teatro Carlos Gomes. Depois de um período afastado e, segundo a imprensa da época, com alguns problemas financeiros, Cristiano de Souza retorna à atividade de diretor-empresário, organizando uma companhia de comédia para estrear no teatro Rialto.

Varella tinha passado assim de ator secundário da Cia. Cristiano de Souza para autor das peças encenadas por ela. A relação já estabelecida com o dono da companhia com certeza serviu como um cartão de apresentação, pois o fato de já ser conhecido deve ter pesado na decisão do diretor de ler o original da peça e encená-la, ainda que Varella, como autor, fosse inexperiente. Além disso, podemos perceber que, nessa oportunidade, ele se utilizará de todo o repertório aprendido e testado na Escola Dramática Municipal, explorando o que os críticos sempre elogiaram em seu desempenho: a veia cômica, logo, o gênero da comédia. *Que Bicho* era um *vaudeville* em três atos que, segundo a propaganda, faria o público rir do início ao fim da peça.

De acordo com o dicionário de gírias de Raul Pederneiras, *Geringonça Carioca*, "bicho" era uma expressão usada na época para falar de um tipo carioca muito característico: indivíduo saliente, sonso, matreiro (PEDERNEIRAS, 1946, p.13). *Que Bicho*, portanto, contava a história do personagem principal da peça, um advogado casado que alimentava romances com outras mulheres em São Paulo, e que utilizava várias artimanhas para esconder seus casos extraconjugais. A hilaridade está nas várias situações criadas pelo marido infiel, que envolviam diferentes personagens da comédia, sempre buscando impedir que sua esposa traída descobrisse a existência das amantes.

No entanto, não foi nesse ano que Varella assistiu a uma peça sua sendo encenada

em um palco profissional. Em meados do mês de dezembro, a Cia. Cristiano de Souza se desfez. Na verdade, a peça de Varella só estreou no início de 1923, quando fez um sucesso estrondoso. Nessa ocasião, nenhuma referência foi feita a uma apresentação anterior, pela Cia. Cristiano de Souza. Contudo, a peça foi encenada com outro título – *O Outro André* –, que consagraria Correia Varella como um dos grandes comediógrafos dos anos 1920. Descobrimos que *Que Bicho* e *O Outro André* eram a mesma peça ao pesquisarmos no fundo documental da 2ª Delegacia Auxiliar da Polícia do Rio de Janeiro, no Arquivo Nacional, onde se encontra um original da peça. Na capa, está o título *Que Bicho* e, acima, com um tipo de tinta diferente, o novo nome da peça: *O Outro André*. Nesse original também encontramos a informação de que a peça foi escrita em dezembro de 1921, ou seja, um ano antes de ser apresentada à Cia. de Cristiano de Souza. Essa data está presente tanto no documento do Registro Geral de Peças Teatrais, da 2ª Delegacia Auxiliar da Polícia do Rio de Janeiro, quanto no final dos três atos que compõem a peça de Varella.

Qual teria sido então a razão da mudança de nome? Podemos afirmar que não foi uma imposição do censor da Delegacia Auxiliar, pois os dois nomes já estavam presentes no original apresentado por Varella em dezembro de 1922. Outra questão que se coloca é a da não encenação da peça pela não liberação pela Polícia. Porém, não podemos afirmar isso, porque nos documentos não há nenhuma indicação de corte ou restrição a seu conteúdo. Em relação aos dois títulos, tendemos a acreditar que Varella, indeciso, acabou optando por *O Outro André,* quando decidiu apresentar o texto aos responsáveis pela Companhia Brasileira de Comédias, do teatro Trianon. Talvez, porque desejasse concorrer a uma vaga na "Alvorada dos Novos", iniciativa do grupo do Trianon para promover uma temporada só com autores e peças nacionais ainda desconhecidos. Nesse sentido, ainda que a peça não tivesse sido efetivamente encenada, o seu título *Que Bicho* já tinha figurado na imprensa. A escolha por *O Outro André* garantiria assim o ineditismo exigido pelo grupo. Mas essa é somente uma hipótese.

Após vencer o concurso "Alvorada dos Novos", Correia Varella passou a ser exaltado como um dos melhores e mais novos comediógrafos brasileiros, em razão do sucesso de crítica e de público de seu *vaudeville O Outro André*. A partir daí, ele abandonou os palcos e se aproveitou desse promissor sucesso como comediógrafo, assumindo a identidade de "autor nacional" que a crítica lhe atribuíra. Passou a investir tudo nessa sua nova faceta e produziu um número bastante considerável de peças, a maioria no gênero comédia. Até o momento foram identificadas 32 peças assinadas por ele, além daquelas a que ainda não tivemos acesso.

Paralelamente ao seu trabalho como comediógrafo, Correia Varella também fez parte, a partir dos anos 1920, de uma série de associações portuguesas no Rio de Janeiro, a maioria de caráter cultural. Em algumas delas chegou a ocupar cargos importantes, em outras, como o Centro Transmontano, atuou não só como sócio, mas também de todo o seu processo de idealização e fundação. Varella tinha então uma participação bastante ativa nesses espaços e relações muito próximas com importantes autoridades da colônia.

Outra inserção desse imigrante na capital federal foi através da imprensa. Desde

1925, Correia Varella passou a integrar o campo jornalístico na cidade, dirigindo revistas e jornais, escrevendo críticas de teatro, atuando como editor em várias publicações, todas voltadas para a colônia portuguesa. Na metade dos anos 1940, quando diminui o ritmo de produção de peças teatrais, é à imprensa que ele dedicará todo o seu esforço intelectual, atividade que realiza até os seus últimos dias de vida.

Além de escritor de comédias, jornalista, fundador e sócio de associações portuguesas, Correia Varella atuou também no rádio no final da década de 1930. Morreu no Rio de Janeiro em 07 de junho de 1953, aos 63 anos, deixando esposa e dois filhos. Vivera no Brasil, portanto, por 40 anos, onde construíra uma trajetória intelectual bastante interessante, atuando nas mais modernas mídias da época e não se limitando aos espaços portugueses.

Foi, portanto, a própria trajetória desse imigrante que nos colocou algumas questões e hipóteses a respeito das possibilidades de experiência que a imigração proporcionava a esses atores sociais, como, por exemplo, a de fazer parte de uma elite intelectual da colônia portuguesa, mas com livre trânsito entre a intelectualidade brasileira. Ela é pensada como uma janela que nos permite enxergar além. Não se trata de olhar para a trajetória de Correia Varella por ela mesma, pois dessa forma isolada, muito provavelmente, as informações sobre sua vida nos parecerão sempre desviantes. É necessário contextualizar essa trajetória, percebê-la dentro da realidade política, econômica e cultural da primeira metade do século XX no Brasil.

Nesse sentido, através da trajetória de José Augusto Correia Varella busco perceber como a experiência da imigração era vivenciada cotidianamente por esses indivíduos e ressignificada a partir de uma série de práticas e estratégias. No entanto, a história de vida desse imigrante não está sendo tomada aqui como um modelo para se pensar "os imigrantes portugueses" em geral. Não se está trabalhando com a ideia de representatividade, pelo contrário. O objetivo é justamente perceber, a partir das singularidades da trajetória desse imigrante, as diferentes possibilidades que eram colocadas a um imigrante português que chegasse ao Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, e tentar se aproximar das razões de suas escolhas dentro dessas possibilidades, pois elas poderiam ser fundamentais para a concretização ou não dos objetivos que os haviam trazido ao Brasil.[6]

O que permite, por exemplo, que um imigrante português consiga não só se inserir em espaços especificamente brasileiros como também se destacar nesses, como no caso de Varella no campo do teatro? O que possibilitou a esse imigrante fugir dos arquétipos de imigrantes portugueses no Rio de Janeiro da primeira metade do século XX? Essa última questão é especialmente importante, uma vez que a trajetória de Correia Varella não se enquadra nas duas imagens cristalizadas sobre o imigrante português desse período, imagens essas que foram reforçadas inclusive pela própria produção historiográfica e

[6] Estou trabalhando aqui com o conceito de "campo de possibilidades" de Gilberto Velho. Para esse autor, todo projeto individual, independente de sua natureza, interage com um campo de possibilidades configurado por uma realidade sociocultural. E é justamente nessa interação que alguns projetos se concretizam plenamente, outros fracassam, alguns se transformam, outros se adaptam. (VELHO, 1994).

também memorialística sobre a imigração portuguesa. Em um dos polos estaria a imagem do português "burro de carga", o imigrante mais pobre que fazia os serviços mais pesados para sobreviver em solo brasileiro, como o estivador e o caixeiro. No outro estaria o português rico, o "sovina explorador", que através do seu trabalho pesado conseguira acumular riquezas e abrir seu próprio negócio, sendo dono de estabelecimentos atacadistas ou de casas para alugar.[7]

Mas Varella não se inseriu na sociedade brasileira por nenhuma dessas duas entradas: não trabalhou no comércio, não fez serviços pesados, não abriu estabelecimentos comerciais. Sua inserção se deu por meio do campo artístico-cultural, através de práticas como o teatro e a imprensa, que lhe possibilitaram os meios de sobrevivência na capital. Sua trajetória mostra, portanto, que ser imigrante no Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX, comportava uma série de possibilidades que estão muito além dos estereótipos fixados. Além disso, nos leva a repensar as relações entre a comunidade portuguesa e a sociedade brasileira, já que a maioria das atividades culturais desenvolvidas por ele se deram por meio de redes que o conectavam aos brasileiros.

Por fim, cabe ressaltar o uso da categoria "luso-brasileiro" para se pensar a identidade assumida por esse imigrante no Brasil e os diferentes papéis sociais por ele ocupados. Na verdade, defendo que Varella não pode ser caracterizado nem como português nem como brasileiro. A partir do momento em que ele se insere na sociedade brasileira, passando a partilhar com ela valores, símbolos, práticas, ele não é mais o mesmo português que deixou Portugal em 1913, e que veio buscar no Brasil a concretização de seus projetos. Ao mesmo tempo, ainda que inserido em vários espaços da sociedade brasileira e mergulhado em sua cultura, ele também não se torna um brasileiro. Como então defini-lo? Como caracterizar a sua identidade?

A obra de Fredrik Barth nos incita várias discussões a respeito dessa categoria de identidade. O autor entende que as identidades não podem ser vistas como fatos pré-dados, pois estão em constante processo de reelaboração. Através da ideia de identidade relacional, ou seja, a de que a base da identidade grupal se daria através do contato ou do contraste com outros grupos, ele mostra que é na confrontação entre o "nós" e "eles", contida na interação social, que as identidades são modeladas. Logo, para Barth a identidade só pode ser pensada enquanto uma relação social (BARTH, 2000).

Seguindo essa perspectiva teórica, Cecília Azevedo e Maria Celestino de Almeida percebem o conceito de identidade como algo que é plástico, que está em constante movimento de construção e reconstrução através de processos de apropriações e ressignificações culturais (AZEVEDO & ALMEIDA, 2003). Esse conceito seria composto por dois princípios fundamentais: o da alteridade, ou seja, a existência de um outro a partir do qual se constitui a própria identidade, e o da representação, que Azevedo define como a associação a determinados valores, interesses e ideias que forneceriam uma imagem com a qual um grupo se identifica.

[7] A esse respeito ver o trabalho de Gladys Ribeiro, *"Cabras" e "pés-de-chumbo"* (RIBEIRO, 1987).

Nesse sentido, a identidade deve ser percebida como algo que um indivíduo ou grupo constrói ao longo do tempo, e não como algo com que já nascemos. Tal perspectiva leva a outra afirmação que é a da plasticidade das identidades, ou seja, a ideia de que elas não são estáticas, pois sofrem diversas modificações a partir das experiências vividas por esses indivíduos ou grupos. No caso dos imigrantes, essa plasticidade fica ainda mais nítida, uma vez que diante de uma nova terra, um novo povo, novas culturas, esses sujeitos são impelidos a encontrar formas de adaptação e de inserção nessa nova realidade, o que implica também em processos de reelaboração de identidades. Mas isso não significa o completo abandono das identidades assumidas anteriormente, pois um mesmo indivíduo pode conviver com múltiplas identidades; elas são plurais. O que se observa, no entanto, é que, dependendo do contexto em que o sujeito está imerso, uma determinada identidade tende a se sobrepor às outras.

Jeffrey Lesser, ao abordar as relações entre o processo de construção de uma identidade nacional no Brasil e a entrada de diferentes grupos de imigrantes no país, especialmente os de não-europeus, fala em "etnicidades hifenizadas", formadoras das "identidades hifenizadas". Segundo o autor:

> As etnicidades trazidas e construídas por esses imigrantes eram situacionais, e não 'identidades primordiais imutáveis'. Em diversos momentos, os imigrantes e seus descendentes puderam abraçar sua "nipocidade" ou sua "libanicidade", tanto quanto sua "brasilidade". A etnicidade muitas vezes cruzava com o nacionalismo (brasileiro ou não), tornando extremamente flexíveis essas identidades (LESSER, 2001, p.27).

Para Lesser, ao adotar uma identidade hifenizada no Brasil - nipo-brasileiros, líbano-brasileiros, ítalo-brasileiros, teuto-brasileiros, etc. -, esses grupos de imigrantes acabavam por incorporar muitos dos elementos da cultura majoritária, mesmo permanecendo distintos, apontando então para um processo de aculturação. Mas, se nesse caso, o uso do hífen representaria a união entre essas identidades, com um predomínio da cultura dominante, acreditamos que a hifenização dos imigrantes também poderia ser percebida como um instrumento de tensão. Ao invés de uma aculturação, os indivíduos transitam entre essa dupla identidade, ora na de sua origem étnica, ora na da pátria a qual chegam, dependendo das suas necessidades cotidianas e levando em consideração a plasticidade das identidades. Além disso, mesmo após a inserção desses imigrantes no país, eles não se tornavam efetivamente brasileiros; ao mesmo tempo, já não carregavam mais a mesma identidade étnica de quando ainda viviam em seu país de origem. Como então nomeá-los, se não são nem brasileiros nem japoneses, portugueses ou italianos?

Na falta de uma categoria específica, optamos por "luso-brasileiro" para tentar caracterizar essa duplicidade que é constitutiva de sua identidade. Portanto, partindo da hifenização proposta por Lesser, mas levando em consideração as reflexões tecidas em nossa análise, que compreende esse imigrante sempre como um "luso-brasileiro" no mundo

cultural português e brasileiro; um não anula o outro. É certo que, em determinadas situações, ele assume mais uma face do que outra. No teatro, por exemplo, é interessante que ele seja reconhecido como um autor brasileiro, a fim de se inserir no campo e fazer parte de suas redes, por isso assume essa identidade que os homens de teatro lhe atribuem. Já na colônia o reconhecimento de sua identidade portuguesa era essencial para que ele ocupasse cargos importantes e atuasse como um jornalista e um intelectual. Mas ainda assim ele continuava a ser "duplo".

Essa duplicidade vivida por Correia Varella em terras brasileiras é realmente difícil de ser apreendida e categorizada. É por isso, por exemplo, que as representações feitas desse intelectual na época acabam por "partir" essas identidades, são representações dicotômicas. Em alguns contextos ele é definido como o português e em outros como o brasileiro, mas jamais como um "luso-brasileiro". Em alguns espaços ele é o jornalista (português), em outros ele é o comediógrafo (brasileiro). Isso é perfeitamente compreensível, uma vez que é muito difícil pensar alguém como um duplo, que não é nem uma coisa nem outra. Mas Correia Varella não incorporava essa dicotomia. Pelo contrário. Sua atuação na imprensa, nas associações portuguesas, no teatro, no rádio, era sincrônica no tempo. Ele não separava os papéis de jornalista, comediógrafo, radialista e intelectual da colônia. Ele se assumia como um "duplo". Sua singularidade está, portanto, nessa sua duplicidade.

O que procuramos mostrar ao longo do texto é que o processo de inserção de um imigrante português no Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX, não seguia um padrão, um modelo específico. Essa adaptação dependia de uma série de fatores, sendo que no caso do imigrante José Augusto Correia Varella chamamos atenção para sua facilidade em se inserir em redes de sociabilidade, inclusive em espaços predominantemente brasileiros, como as redes teatrais. Foram essas redes, que começaram a ser construídas desde a sua entrada na Escola Dramática Municipal, que lhe possibilitaram transitar entre sua dupla identidade, portuguesa e brasileira, acionando um desses polos ou combinando-os, conforme a situação vivenciada. Foi por meio delas que Varella conheceu pessoas importantes, alcançou alguns espaços e se tornou ator, autor e jornalista, assumindo-se no país como um luso-brasileiro.

Artigo recebido em 16 jul. 2017.
Aprovado para publicação em 16 out. 2017.

Referências:

AZEVEDO, Cecília & ALMEIDA, Maria Regina Celestino. "Identidades Plurais". In: ABREU,

Martha & SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História*: *conceitos, temáticas e metodologia.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p.25-26.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

DUARTE, André Luis Bertelli. "O lugar da comédia na construção historiográfica do teatro brasileiro moderno". *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. v.11, n. 2, jul-dez. 2014.

FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) *Nações e diásporas:* estudos comparativos entre Brasil e Portugal. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. Imigrantes portugueses e sociedades recreativas no Rio de Janeiro, 1903-1916. In: SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano; CANCELA, Cristina Donza. (Orgs.). *Entre mares:* o Brasil dos portugueses*.* Belém: Paka-Tatu, 2010, p. 241-251.

FRANCA, Luciana Penna. *Teatro amador:* a cena carioca muito além dos arrabaldes. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, UFF, Niterói, 2011. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/td/1542.pdf

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional:* imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*.* São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

MAIA, Maria Manuela. "Imigrantes portugueses na cidade do Rio de Janeiro: estudo sobre etnicidade e multiculturalismo". *Revista do IHGB*, 167, n.433, Rio de Janeiro, out/dez. 2006, p.215-228. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsZUNEU0NuSVBHV3c/view

MARTINS, Ismênia de Lima & SOUZA, Fernando. (orgs.) *Portugueses no Brasil:* Migrantes em Dois Atos*.* Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2006.

MATOS, Maria Izilda Santos de; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre. (orgs.) *Deslocamentos e histórias*: os portugueses*.* Bauru: EDUSC, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAULO, Heloísa. *Aqui também é Portugal*: a colônia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*.* Coimbra: Quarteto, 2000.

PAVIS, Patrice. (Org.) *Dicionário de Teatro*. Tradução para a língua portuguesa sob a direção de J. Guinsburg e Maria Lúcia Pereira. São Paulo: Perspectiva, 1999.

PEDERNEIRAS, Raul. *Geringonça Carioca*: Verbetes para um dicionário da gíria. 2ª ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1946.

PEREIRA, Miriam Halpern. *A Política portuguesa de emigração (1850-1930)*. São Paulo: EDUSC; Portugal: Instituto Camões, 2002.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *"Cabras" e "pés-de-chumbo": os rolos do tempo.* In: *O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930).* Dissertação de Mestrado. Departamento de História, UFF, Niterói, 1987.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose:* antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

WEBER, Regina. "Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações". *Dimensões*, vol. 18, Vitória, 2006, p.236-250. Disponível em: http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2446/1942

Interconexão Entre Pintura, Vida e Religião: A Obra Mural Sacra Moderna de Emeric Marcier

Ilton José de Cerqueira Filho [1]

Interconnection Between Painting, Life and Religion: The Emeric Marcier Modern Sacred Mural Work

[1] Mestre em História pela UFJF. E-mail: iltonjosedecerqueirafilho@yahoo.com.br

http://dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.70603

Resumo:

Este artigo pretende nos fornecer um panorama da contribuição, prestada à Arte Mural Brasileira, pelo pintor judeu romeno, convertido ao catolicismo e naturalizado brasileiro, Emeric Marcier, autor de extensa obra mural, com a temática religiosa, executada entre os anos de 1946 e 1960. Marcier fez parte da primeira geração de artistas judeus que imigrou para o Brasil. Residiu, inicialmente, no Rio e Janeiro e, depois, na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais.

Palavras-chave: Pintura Mural; Afresco; Conversão.

Abstract:

This article aims to provide us with an overview of the contribution, given to the mural art in Brazil, by the Jewish Romanian painter, converted to Catholicism and naturalized Brazilian, Emeric Marcier, author of extensive work mural, with the theme of religion, performed between the years of 1946 and 1960. Marcier was part of the first generation of Jewish artists who immigrated to Brazil. He lived, initially, in Rio de Janeiro and then he moved to Barbacena, Minas Gerais.

Keywords: Mural; Fresco; Conversion.



Figura 01. Emeric Marcier. [1]
Foto: Acervo de Matias Francisco Racz Marcier.

Introdução

Há pouco mais de cem anos, mais precisamente no dia 21 de novembro de 1916, nascia em Cluj-Napoca, interior da Romênia, o pintor que viria marcar, de maneira indelével, o panorama da pintura mural moderna brasileira produzida com a temática religiosa: Emeric Marcier.

Marcier imigrou para o Rio de Janeiro, na década de 40, período no qual a pintura mural estava em evidência, influenciada pelo Muralismo Mexicano. No Brasil, a Igreja Católica valia-se da missão cristã de propagar o Evangelho através da imagem: a "Bíblia dos Iletrados".

Jovem, com apenas 24 anos de idade, recém-formado na Itália e especializado em Paris, aqui aportou Marcier. Como vínculo com a que seria sua nova pátria, apenas três cartas de recomendação, das quais ele usou duas; prática comum para conseguir trânsito em determinados lugares ou meio social. Por ocasião de nossa pesquisa, encontramos um artigo de jornal, de autoria do repórter Marcelo Remígio, intitulado "Exilados da Segunda Guerra Mundial Ganharão Memorial", no qual ele nos inteira o seguinte, sobre esta conduta:

> Dezesseis mil histórias de imigrantes que tiveram o mesmo destino: desembarcar no Brasil e fugir dos governos fascistas durante Segunda Guerra Mundial. O resgate [...] de parte dessas vidas está nas mãos de [...] historiadores do Rio e fará parte do Memorial dos Exilados. O acervo reunirá documentos de entrada no país, cartas de recomendação para vistos, fotos, cartazes e jornais. O material [...] é referente a imigrantes que, de alguma maneira, contribuíram para a ciência, artes, música e literatura. [...].

[1] Foto de Emeric Marcier, na Rua Aprazível, Santa Teresa, Rio de Janeiro, 1943.

> O Memorial dos Exilados funcionará na Casa Stefan Zweig, museu dedicado à memória do escritor austríaco autor do livro "*Brasil um País do Futuro*", que fugiu do nazismo e escolheu o país como refúgio. [...]. Além de preservar a memória do escritor, o museu reservará espaço para "outros Stefans" que chegaram ao Brasil e contribuíram com o país. [...].
> O trabalho [...] concentrado no Arquivo Nacional, em livros e nos registros de passageiros que chegaram ao Brasil de navio, entre 1939 e 1945. De acordo com o historiador da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Fábio Koifman, [...], para entrar no Brasil era necessário visto e, para conseguir o permanente, o governo exigia documentos como cartas de recomendação. [...].
> [...] Koifman afirma que muitos envelopes [...] nunca foram abertos. [...] ele identificou que escritores como Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, José Lins do Rego e Graciliano Ramos; pintores, entre eles Cândido Portinari; e intelectuais exerciam o "papel de anjo da guarda", garantido aos exilados as cartas de apresentação.
> - Encontramos uma carta assinada por Cândido Portinari para o pintor Emeric Marcier. No texto, Portinari dizia que o imigrante seria importante para o desenvolvimento artístico do Brasil. O curioso é que o texto foi escrito em uma tela de quadro -, diz Koifman. [...].[2]

Depois de integrado ao meio intelectual e artístico carioca, Marcier vislumbrou mudanças futuras em sua obra, que viriam acompanhadas à existência e fé. Aqui fixou-se, mesmo com as dificuldades iniciais de adaptação: clima, língua e ambientação. Como progressão da estada, ocorreram transformações em sua vida: família, filhos, propriedade e naturalizou-se brasileiro; em sua obra: tornou-se Modernista e, por último, em sua fé, ao converter-se ao Cristianismo Católico, o que interferiu na temática retratada.

Marcier produziu extensa obra mural, entre 1946 e 1960; variou os assuntos, locais, patrocinadores, sua destinação e até a técnica utilizada, mas o tema foi mantido: a Vida de Cristo, porém essa representação passou a vir imbuída de modificações propositais, relacionadas às próprias vivências, a antiga e a nova fé. Daí surgiu nosso título: "Interconexão Entre Pintura, Vida e Religião: A Obra Mural Sacra Moderna de Emeric Marcier".

Biografia

Ao nascer, Emeric Marcier, foi registrado como Imre Racz. Seus pais, Simeon Racz e Ana Racz, mudaram-se, em 1933, para Bucareste, a capital; então Imre viveu só, em Cluj, até os 19 anos de idade. A renda obtida era proveniente de aulas que ministrava das disciplinas: Matemática, Trigonometria e Astronomia. Essa atuação como explicador deu origem à uma rede de convívio que possibilitou seu ingresso em um dos mais importantes ateliês da cidade.

[2] O GLOBO. Exilados da Segunda Guerra Ganharão Memorial. Marcelo Remígio. Primeiro Caderno. Editorial O País. Publicado em 29 de maio de 2011.

Assim como os jovens artistas da Romênia, Imre sonhava estudar em Paris. Uma mudança nos planos o direcionou para a Escola de Belas Artes de Brera, em Milão, na Itália. Para onde foi, em 1936, ingressando no segundo ano do Curso de Afresco, sob a orientação do Professor Giuseppe Palanti. Ocasião, a partir da qual, iniciou sua formação acadêmica sobre a Técnica Italiana da Pintura Mural dos Séculos XIII e XIV, sob os preceitos do Surrealismo.

Por meio de seus amigos, Imre conseguiu um emprego como desenhista, em um estúdio de artes gráficas, no qual trabalhava depois dos estudos, na Escola de Brera. A colocação no mercado de trabalho, em Milão, se deu devido ao fato de um senhor de Nápoles ter ficado impressionado com a figura de um Jesus Cristo na cor amarela que, por diversas vezes, reapareceu em sua obra. Como exemplo, podemos citar o vitral pintado, em 1960, na parte frontal da Capela Nossa Senhora dos Sagrados Corações, na sede campestre do SESC – Serviço Social do Comércio de Venda Nova, em Belo Horizonte-MG.

A forma pela qual ficou conhecido: EMERIC MARCIER; resultou da modificação feita, quando estava em Milão, para proteger-se das medidas antissemitas em vigor; então, de seu nome, de origem húngara: Imre Racz, suprimiu a letra "Z" e criou o anagrama MARCIER, com a fusão dos dois nomes, que passou a usar por toda sua vida. Acrescentado ao final, enquanto naquele país, a letra "I": MARCIERI, para soar mais italiano e, assim, preservar a atuação como ilustrador do jornal "Settebelo".

Ao terminar o terceiro ano do curso de Brera, em 1937, solicitou autorização para prestar os exames para ingresso no quarto ano, no início do próximo período letivo, devido ao clima político desfavorável do momento. Aprovado, em 1938, redigiu seu trabalho de conclusão de curso para a disciplina História da Arte, tendo como tema o pintor espanhol Pablo Picasso, sobre o qual Marcier escreveu:

> Coisa quase milagrosa, uma vez que a Itália fascista participava do massacre da República Espanhola e Picasso, além de nosso ídolo, era um símbolo; *"Guernica"* poderia ser considerada oficialmente como sua participação na Guerra Civil, através da pintura desse quadro para o pavilhão da República na Exposição Universal de Paris. [3]

A contemplação da tela Guernica, exposta no Pavilhão da República Espanhola, na Exposição Internacional de Paris, em 1937, influenciou a obra de Marcier. Picasso já era um artista reconhecido, quando pintou aquela obra de repulsa ao massacre da população civil daquela cidade pela aviação alemã. Inicialmente, renegada a mensagem de Guernica obteve aceitação no meio estudantil e seu autor, a admiração, por seu poder de réplica e denúncia através da arte.

Picasso foi um modelo para Marcier, a conduta deste era pautada em temas humanistas e antibelicistas, porém, mesmo após a mudança da temática, quando teve início

[3]AHLERS, Silvia. Murais de Marcier em Mauá: *Afrescos na Capela da Juventude Operária Católica*. Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado, 2006. p. 35.

à prevalência dos temas religiosos, Marcier inseriu, em sua obra, oportunos episódios de contestação e, em alguns casos, de rebeldia.

Concluído o curso de Brera, Emeric Marcier foi para Paris e, em 1939, cursou Especialização em Escultura, na "École Nationale Superieure de Beaux-Arts" (Escola Nacional Superior de Belas Artes). O assunto dominante era a obra dos artistas surrealistas espanhóis, Joan Miró, Salvador Dali e Pablo Picasso.

A iminente Segunda Guerra Mundial fez com que as esperanças confluíssem para a América ou Estados Unidos, que mesmo sem uma tradição de passado artístico, segundo Marcier: "Além de dinheiro, possuía aquilo que Picasso pedia aos amantes da Arte Moderna: entusiasmo." (Marcier, 2004, p. 33).

Conduzido pela corrente de imigrar para os Estados Unidos, Marcier enviou alguns desenhos autorais, para Nova York. Porém, recebeu a notícia do Tesouro Americano que as obras foram consideradas obscenas e, por isso, teve o visto de entrada, naquele país, negado e as obras destruídas.

Com a série de acontecimentos que precederam e Declaração de Estado de Guerra da França contra a Alemanha Nazista, seus amigos foram para Lisboa, como o pintor húngaro Arpad Szenes e sua esposa Maria Helena Vieira da Silva. Tornou-se comum ouvir o soar das sirenes, por causa dos ataques aéreos. Com este panorama tornou-se quase impossível conseguir um visto para deixar Paris, todavia Marcier procurou a Embaixada da Romênia, onde revalidou seu passaporte e obteve a permissão de entrada no Brasil.

Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial e às perseguições aos judeus, Marcier foi para Portugal, partindo de trem da estação de Austerlitz, em Paris, até à Espanha e, depois, para Portugal, onde havia embarques em navios para o Brasil. Após algumas horas de viagem, atravessou a Espanha, país que admirou, nas sucessivas fases de sua vida: O Dom Quixote, na infância; o Picasso, na juventude e o El Greco, que o inspirou.

Em Lisboa, Marcier foi recebido pelos amigos Arpad Szenes e Vieira da Silva. A inserção no ambiente intelectual decorreu da frequência no café A Brasileira, onde, devido à repressão fascista, as conversas giravam apenas em torno da pintura e arte. Ali Marcier conheceu o poeta português José Osório de Oliveira, de quem se tornou amigo e lhe forneceu as três cartas de apresentação que trouxe consigo para o Brasil. Após isto, dirigiu-se à Embaixada do Brasil, onde obteve informações sobre o país e, de posse da documentação necessária, embarcou no navio Conte Grande, que fazia a linha Gênova, na Itália, à Argentina, na América do Sul, que incluía duas escalas no Brasil: uma em Recife e a última no Rio de Janeiro.

A Vinda Para o Brasil

Ao aportar no Rio de Janeiro, Marcier caminhou por uma rua que o levou ao início do Bairro Santa Teresa, instalou-se na Pensão Mauá. No dia seguinte, fez uso da primeira

carta de apresentação, ao procurar por Mário de Andrade.

Até então Marcier levava uma vida anônima e pacata, devido à dificuldade de comunicação como ele revelou:

> A dificuldade de dialogar constatada na primeira visita que fiz naqueles dias desanimou-me de continuar a procurar os destinatários das outras duas cartas de apresentação, embora o tempo me obrigasse a agir para conseguir pelo menos as informações necessárias para retomada da minha vida de pintor. [4]

Depois de algum tempo, fez uso da segunda carta, indo à Livraria José Olympio e ali encontrando José Lins do Rego, que o integrou ao ambiente intelectual Carioca.

Inicialmente, o círculo de amizades de Marcier foi composto pelas pessoas que o receberam, dentre aqueles: o escritor Murilo Mendes, Yonne Stamato, Mário de Andrade, José Lins do Rego, o romancista Lúcio Cardoso, Júlia Weber Vieira da Rosa, Lasar Segall, Pedro Otávio, os escritores Georges Bernanos e Otto Lara Resende.

Devido à falta de galerias e museus no Rio de Janeiro, Marcier sentia-se isolado como pintor, aliado a isto, não tinha mostrado seus trabalhos trazidos de Lisboa a José Lins do Rego, pois visualizava transformações futuras. O poeta Jorge Matheus de Lima foi o primeiro a conhecer a obra surrealista de Marcier, pela qual havia ficado bastante interessado e por terem amigos em comum, em Portugal; foi em sua residência que Marcier conheceu e tornou-se amigo do poeta mineiro Murilo Monteiro Mendes.

A integração mais completa de Marcier ao bairro Santa Tereza ocorreu após encontrar, no Centro do Rio de Janeiro, um amigo do tempo de Brera; o suíço Jean Pierre Chabloz, casado com a brasileira Regina Frota Pessoa Chabloz e pai de uma menina de quatro anos, chamada Ana Maria Chabloz.

Foi no seio desta família que Marcier encontrou o apoio afetivo e estímulo à criação, tornando-se, também, amigo dos pais de Regina. De acordo com Marcier: “Neste momento ‘chegava a um ponto crucial’ de sua vida [...].” (Marcier, 2004, p. 87).

A primeira exposição de Marcier aconteceu através da intermediação e organização da poetisa Yonne Stamato, à época, namorada de Murilo Mendes,“[...] na sala de exposições da Associação Brasileira de Arte, no antigo Hotel Palace, na Avenida Rio Branco.” 5 O evento teve início no dia 20 de junho de 1940, quando completou dois meses que estava no Rio de Janeiro, teve a duração de dez dias e divulgação na Revista Dom Casmurro.

Após esta exposição Marcier conheceu o romancista e datilógrafo do Departamento de Imprensa e Propaganda, Joaquim Lúcio Cardoso Filho. Agora residindo em Copacabana, era comum Marcier, Lúcio e seus amigos, irem até à praia de São Conrado. Habitualmente,

[4] MARCIER, Emeric. Deportado Para a Vida. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2004. p. 75.
5 O GLOBO. Segundo Caderno. Manifesto Antifascista. Regina Guerra. 01 de Nov. de 1987. p. 1.

participava do grupo uma jovem chamada Karla Konder; casada com um Ministro de Santa Catarina. Marcier tornou-se amigo de Júlia Weber Vieira da Rosa, amiga de Karla, carinhosamente conhecida como "Julita", que viria a ser sua esposa.

Julita muito contribuiu para a adaptação de Marcier ao seu país por adoção, tendo o aconselhado a mudar-se para o bairro de Santa Teresa; sugestão aceita, pois além dos amigos ali residentes, a paisagem da cidade, vista daquela altura tornou-se motivo de inspiração artística.

A necessidade de viver uma vida em família era suprida pelos frequentes almoços na casa de Jorge de Lima, os encontros familiares, na casa de Lúcio Cardoso e os jantares, na residência de Regina Chabloz. Foi nesse período que surgiu, pela primeira vez, os trabalhos com temas religiosos, sempre com ênfase na crucificação, que substituiu as paisagens de Santa Teresa, bem como os originados em sua imaginação.

Marcier fazia questão de, constantemente, representar Jesus Cristo de maneira semelhante à obra do pintor alemão Matthias Grünewald (1470-1528): retratando expressões de sofrimento e dor, reforçadas através de cores sombrias, como o preto, cinza e marrom e sempre com pessoas figurando ao pé da cruz.

Foi a partir do período, no qual alugou um dos quartos da casa de Djanira da Motta e Silva, a quem ministrou aulas de pintura, que Marcier começou a pintar a grande "Crucificação", o que representou a ruptura com a iconografia picassiana. Mesmo sem costumeiras idas ao consultório de Jorge de Lima, isto não o impediu de ser visitado em seu ateliê pelo diretor da Revista Acadêmica, acompanhado pelo pintor Lasar Segall e o Ministro da Educação Gustavo Capanema, com Yonne Stamato. Foi na companhia desta que Marcier foi até a redação dos Diários Associados, onde seu diretor o contratou para a ilustração da edição especial da revista O Cruzeiro, sobre as cidades históricas de Minas Gerais, com ênfase à obra de Antônio Francisco Lisboa (1730/1738-1814), o Aleijadinho que, até então, Marcier nunca ouvira falar.

Publicada a 04 de abril de 1942 e, além dos diversos desenhos, realizados por Marcier, foram pintadas várias paisagens para aquela edição, assim como constou vários artigos, sendo "A Assis Brasileira", de autoria de Emeric Marcier, no qual ele diz:

> Nas ruazinhas pavimentadas de pedras ovais, que sobem até as colinas, se esconde uma surpresa a cada instante diferente.
> Os moleques classificaram de "máquina" o meu cavalete. É que o cavalete de campanha, no seu desdobrar silencioso, simula fechar a serie de fenômenos maquinais justificáveis nessa atmosfera hostil às conquistas utilitárias da inteligência.
> [...]
> A luminosidade branda de Sabará, na sua angústia de claro-escuro, desperta uma sensação indizível, embora surdamente insistente. Sabará parece não existir, ou existir apenas num plano eterno. Difícil distinguir se é uma alucinação ou uma cidade geograficamente situada no Estado de Minas...
> [...]

> A gente de Sabará se entende muito bem entre si. Há uma grande boa vontade, que se manifesta no respeito ao desejo alheio. Jamais o colorido da pintura de uma casa destoa do colorido da pintura da casa vizinha. Uma sustenta e completa outra. As cores das casas são a grande conversa silenciosa, mas proveitosa, de Sabará. E se acaso o verde brilhante lança um grito rebelde no ambiente amortecido, um vermelho escuro logo o segue e o enfrenta para restabelecer o equilíbrio. Em Sabará cada recanto proclama a grande lição do respeito aos direitos dos nossos semelhantes. [6]

Marcier partiu de trem, do Rio de Janeiro até Belo Horizonte e, desta até Sabará, onde iniciou seu roteiro pictórico. Retratou Congonhas do Campo e Ouro Preto; considerou significativa esta incursão pelo interior de Minas Gerais e suas cidades ligadas ao Ciclo Histórico do Ouro, por ter sido "Reveladora para o conhecimento de uma arte genuinamente brasileira" (MARCIER, 2004, 115).

Essas obras ampliaram o acervo de Marcier, agora com obras realizadas no Brasil: A grande *"Crucificação"*, estudos preparatórios, paisagens de Minas Gerais, telas de Santa Teresa e desenhos de Julita e Regina. Enquanto isso Yonne Stamato e Murilo Mendes estimulavam a realização de nova exposição. Empreendida no dia 2 de junho de 1942, no Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro e patrocinada pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema, teve considerável projeção e a venda de duas telas para o diretor do Museu.

Certa ocasião, Marcier e seu amigo Jean Pierre, foram visitar uma jovem suíça, chamada Irmgard, que comentou suas impressões sobre o interior do Brasil e, em especial sobre uma colônia finlandesa de Penedo, na Serra de Itatiaia, onde havia passado uma temporada e cujas fotos avivaram a curiosidade de Marcier em conhecer.

De posse de um salvo-conduto, Marcier, juntamente com o suíço Wirtz, dirigiram-se para Penedo. Um senhor Finlandês, chamado Jaako, providenciou-lhe um espaço, de forma a permitir suas atividades com telas de grandes dimensões, pelas quais sentia especial atração. Em poucos dias tornou-se amigo dos moradores da colônia, pintou seus retratos e uma *"Ceia"*. Eles eram religiosos e membros da Igreja Adventista do Sétimo Dia; e foi neste ambiente de fé e amizade que Marcier conviveu uma temporada, tendo, inclusive, desfeito de sua residência em Santa Teresa. No que tange à sua produção artística, neste período era dominada pelos temas sacros, tais como: *"Crucificação"*, *"Ceia"* e *"Anunciação"*.

Valendo-se de uma técnica que consiste em separar a cor branca das outras, tratando-a como luz; Marcier usava um pigmento que ele mesmo preparava, utilizando uma fórmula semelhante à do pintor holandês Rembrandt Harmenszoon Van Rijn (1606-1669).

Marcier pesquisou as cores por mais de quinze anos. Sua intenção era obter uma representação com cores escuras, que retratasse a noite ou a escuridão, porém de maneira luminosa, usando os contrastes que o agradava: trevas e luz. Como ele mesmo citou: "Não

[6] O Cruzeiro - Revista Semanal Ilustrada. (60 páginas) Edição Especial Cidades Históricas de Minas Gerais, de 4 de abril de 1942, p. 27, "A Assis Brasileira", artigo de autoria de Emeric Marcier. Acervo: Museu Casa de Emeric Marcier, Barbacena-MG.

servir à técnica, mas pelo contrário, servir-se dela para fins bem premeditados" (MARCIER, 2004, p. 149).

Suas pesquisas sobre cores eram para si, algo pessoal e profundo, a ponto de Marcier cogitar a "Possibilidade desta procura ter suas implicações, muito além de uma simples pesquisa técnica, mas sim de uma luta da luz contra as trevas no seu espírito" (Marcier, 2004, p. 134).

Em resposta à carta enviada a Pedro Octávio Carneiro da Cunha, este foi visitar Marcier, em Penedo. Depois disso, Marcier resolveu voltar para o Rio de Janeiro, como não tinha mais para onde ir, deixou todos os seus pertences em Penedo e, ao desembarcar na estação ferroviária Central do Brasil, foi de barca para Niterói e passou aquela noite na Praia de Icaraí, sobre a qual ele cita, em sua autobiografia, como o momento de sua conversão:

> Escolhi ou fui escolhido, tanto faz, mas no momento de total abandono fui visitado pelo Amigo. O ritual de São Conrado veio para confirmar que a esperança me aguardava depois de uma longa caminhada. Não que o sofrimento acabasse, mas daquela data em diante, tudo teria um sentido. As palavras gravadas no livro segurado pelo Pantocrator dos mosaicos bizantinos: Ego Sum Via, Vita Veritas (Eu sou o caminho, a verdade e a vida) seria o caminho certo a seguir.[7]

A segunda noite, Marcier dormiu na casa de Yonne, tencionando voltar a Penedo e buscar seus pertences. Marcier nos revelou ter conhecido, por intermédio de seu amigo Lúcio Cardoso, o Frei Osmar, da Ordem de São Francisco, que interessou-se por sua obra, composta de *"Ceia"*, *"Crucificação"* e *"Anunciação"*, em especial, devido ao fato de Marcier não ser católico.

Como se aproximava de seu aniversário e tinha a intenção comemorar de uma maneira nova: assumir publicamente sua nova crença e receber o Sacramento do Batismo; convidou para padrinhos os seus amigos Lúcio Cardoso, Jorge de Lima e Murilo Mendes. Tendo comunicado sua decisão a Frei Osmar, que atuou como celebrante daquele ato, no dia 21 de novembro de 1942, na Igreja de São Conrado, onde este era vigário.

> O episódio é descrito pelo pintor em suas memórias como um momento de total abandono na noite da praia de Icaraí cortado pela visita de Deus, com quem firma um pacto de renúncia e devotamento. O batismo formalizaria o sepultamento do velho homem e o nascimento de um novo. No caso de Marcier, vida e obra permanecem fortemente entrelaçadas.[8]

Para Marcier, não era admitida a possibilidade de praticar uma arte e viver uma vida em contradição com esta arte, sendo uma o reflexo da outra. A premissa presta-se, ainda, para explicar as modificações feitas em suas obras, nas quais figuram reflexos de suas

[7] MARCIER, 2004, p. 268-269.
8PACHECO BAPTISTA, Ana Paola. O Exílio Como Pátria Amada. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 3. Nº 29. Rio de Janeiro: fevereiro de 2008. p. 56.

vivências.

> Somos aquele mesmo ser expresso nas nossas obras de arte, apesar do árduo trabalho de dominar a matéria. Por mais importante que seja a arte inventiva, a verdadeira criação somente é reconhecida quando se torna parte integrante da vida.[9]

O reencontro com seus quadros, em Penedo, o inundou de gratidão a Deus, a quem entregou a vida, pedindo que preservasse a única razão de ser: sua pintura.

Faltava pouco tempo para o Natal e Marcier desejava participar daqueles festejos, no Rio de Janeiro; com um novo significado e o propósito de formar sua família com Julita, que o presenteou com uma *"Crucificação"*, de Rembrandt (1606-1669). Tendo, após esta data, casado com Julita na Matriz de Resende.

A partir de então a obra de Marcier passou a ser percebida por duas fases distintas: antes e pós-conversão. Marcier direcionou sua obra de cavalete e a mural, à temática religiosa, com ênfase à História da Vida de Jesus Cristo, pois disse, na autobiografia *Deportado Para a Vida*: "Ter se identificado em seus sofrimentos" (Marcier, 2004 p. 54).

> No caso de Marcier, vida e obra permanecem fortemente enlaçadas, e é difícil avaliar se o assunto religioso veio a reboque de sua conversão ao catolicismo ou se sua própria conversão teria sido estimulada pela descoberta daquela temática. O certo é que, ele se identificou tanto com os motivos religiosos, a ponto de vir a ser considerado o mais expressivo pintor moderno sacro no Brasil. [10]

A Obra Mural de Emeric Marcier

A atuação de Emeric Marcier como muralista no Brasil, está relacionada à realização da segunda exposição e à amizade com Pedro Otávio Carneiro da Cunha.

Jorge de Lima não falava francês, então Marcier atuava como tradutor da conversa, transcorrida entre aquele e Bernanos; esta foi direcionada à sua propriedade, em Barbacena, Minas Gerais, colocada à venda, devido seu projeto de retorno à França, após o término da Guerra. Pedro Otávio, devido a admiração pelo escritor, comprou a propriedade.

Como passava grande parte de seu tempo em São Paulo e, em uma de suas estadas no Rio de Janeiro, Pedro Otávio trouxera a notícia de uma capela, dirigida por frades dominicanos, portanto com boa formação [11], construída nos arredores da capital paulista,

[9] MARCIER, 2004. p. 54.
[10] PACHECO BAPTISTA, Anna Paola. O Exílio Como Pátria Amada. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 3, nº 29, fevereiro de 2008. p. 56.
[11] Marcier, Emeric. Deportado Para a Vida. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 2004. pp. 176-177. Nota Explicativa: Essa boa formação tinha sua origem no fato de: "[...] Alguns dominicanos de formação francesa, pois a Ordem,

atualmente o Município de Mauá. Comunicando a Marcier projeto da direção de uma decoração com murais, porém a serem feitos gratuitamente. Marcier vislumbrava esta tarefa como "Se chegasse a hora de redourar as plumas empoeiradas da pomba, símbolo do Espírito Santo" (MARCIER, 2004, 173). Embora a olhasse como improvável, pois tinha família e dependia da arte para sustentá-la.

Enquanto Marcier pintava o seu *"Apocalipse"*, Pedro Otávio o chamou para que fossem a Mauá, onde um padre mostrou a capela recém-construída.

Após conhecer a capela e, mesmo com as condições financeiras desfavoráveis, Marcier aceitou a tarefa da decoração, que incluíram cenas bíblicas dos Antigo e Novo Testamento, "Num instante vi tal qual diz o texto sagrado: 'Eu João, vosso irmão e companheiro nas provações, o que vês pinta sobre a parede" (MARCIER, 2004, p. 177).

Mesmo avaliando que a tarefa levaria anos para ser concluída, resolveu tentar, pois: "A pintura foi a única coisa que me foi deixada no despojamento depois do 'abrenuntio' de São Conrado, e agora chegara a vez de, em voz alta, louvar o nome do Senhor" (MARCIER, 2004, p. 178).

A execução dos murais na capela de Mauá estava sob a responsabilidade e fiscalização do Padre Eduardo Roberto Batista. Este por ignorar as fases de preparação dos murais, sempre que avistava Marcier debruçado sobre a mesa, determinava que ele deixasse aquele "Divertimento de pintor e aproveitasse a presença dos pedreiros necessários à aplicação do reboco sobre a parede" (MARCIER, 2004, p. 179).

A questão era que, o reboco sobre as paredes secava muito depressa, devido ao forte calor, Marcier coordenava os trabalhos de forma que, a aplicação da massa era concluída já bem ao entardecer, de maneira a permanecer fresca durante toda a noite, assim teria um período maior para aplicar os pigmentos, apesar da iluminação precária e insegurança dos andaimes. Sobre a estrutura dos murais, ele esclareceu como eram planejados e executados:

> Sobre três camadas de reboco; acredito que a espessura de quatro centímetros sustenta até hoje, embora danificada por infiltração, a frágil construção [...] inúmeros cadernos com centenas de desenhos inspirados na leitura constante da Sagrada Escritura, muitas vezes em latim. [12]

Eram muitos murais a serem feitos, de maneira que, em determinado momento, Marcier cogitou não conseguir concluí-los. Porém, agora, estava determinado, conforme nos

---

naqueles tempos, era vinculada à Província de Toulouse e os noviços brasileiros estudavam no convento de Saint-Maximin, não longe de Aix-en-Provence, e Le Couturier, que editavam uma revista sobre arte com vigorosa ação a favor da Arte Moderna, conseguindo introduzir os trabalhos de Léger, Roualt, nas igrejas, e mais tarde, participar do empreendimento da Capela Vence, criada por Matisse, sem dúvida me sustentariam quanto à reforma daquela capela [...]". Esta citação nos revela, ainda, o motivo que impulsionou Marcier a aceitar a empreitada de Mauá.

[12] MARCIER, 2004, p. 179.

relatou, sobre sua decisão, de: “Tornar-se instrumento da Vontade Suprema! Pintar para a maior Glória de Deus!” (MARCIER, 2004, p. 181).



Figura 02. ***Interior da Capela da Santa Casa de Mauá-SP***
Foto: Ilton José de Cerqueira Filho.

Emeric Marcier em Barbacena-MG

Foi Pedro Otávio quem indicou a Marcier ir morar em Barbacena, Minas Gerais. Então, em uma de suas idas de Mauá para o Rio de Janeiro, Marcier mudou-se para aquela cidade e, dali deslocava-se para São Paulo, em continuidade ao seu trabalho na capela de Mauá.

Julita e Marcier optaram pela compra de um sítio, como presente pelo nascimento, em 1948, de seu quarto filho, o pintor Jorge Tobias Racz Marcier. Significando, segundo o próprio Marcier, o seu “Definitivo enraizamento no Brasil, para dizer, mais claramente, em Minas.” (MARCIER, 2004, p. 189). Denominando-o Sítio Santana, nome da mãe de Maria e da mãe de Marcier.

Embora não tivesse iniciado a tarefa de construção da casa, na nova propriedade, Marcier recebia constantes visitas em sua residência, entre elas a do Frei Rosário Joffily, que convenceu ao Padre Roberto, de Mauá-SP, a cogitar algum tipo de pagamento a Marcier pelos dois anos de trabalho, realizado na pintura dos murais da capela de Mauá, conseguindo o dinheiro para que Marcier construísse a sua casa.

A construção da nova residência de Marcier foi encomendada a Manlio Bernini, que, “Embora exercesse a profissão de advogado, tinha uma pequena empresa de construção” (MARCIER, 2004, p. 235).



Figura 03. Residência de Emeric Marcier, no Sítio Santana, em Barbacena-MG. Atual Museu Casa de Emeric Marcier.
Foto: Ilton José de Cerqueira Filho.

Enquanto a casa era construída, Marcier pintava os murais no lado externo e no salão, com temas ao gosto de Julita: "*Anunciação*" e "*Visitação*", nos dois lados da entrada e, o "*Matrimônio de Maria e José*", no centro do salão.



Figura 04. *"Anunciação"*. 1949.
Museu Casa de Emeric Marcier-MG
Foto: Ilton José de Cerqueira Filho.



Figura 05. *"Visitação"*. 1949.
Museu Casa de Emeric Marcier-MG
Foto: Ilton José de Cerqueira Filho.



Figura 06. *"Matrimônio de Maria e José"*. 1949. Museu Casa de Emeric Marcier-MG
Foto: Ilton José de Cerqueira Filho.

A mudança de Marcier para o Sítio Santana foi marcada pelo batizado de sua filha, Joana Inêz Racz Marcier, em 1950. Entre seus convidados, estava o escritor Otto de Oliveira Lara Resende, escolhido para padrinho e Elena, irmã de Lúcio Cardoso, como madrinha e Frei Rosário, celebrante do sacramento, Murilo Mendes era o amigo mais frequente no Sítio Santana.

Marcier constituiu forte laço de amizade com religiosos da Ordem dos Dominicanos, dentre os quais, Frei Martinho, para quem Marcier pintou em tela, na década de 1950, uma *"Santa Ceia"*, para decoração da capela do jornal católico, de Belo Horizonte, *"Diário".*

> Frei Martinho, ligado por vínculos de parentesco com os donos da Fazenda da Borda do Campo, visitava frequentemente Santana. Desde aquele momento me falaria muito do seu desejo de ver uma Santa Ceia pintada para a capela do 'Diário', jornal católico de Belo Horizonte. Pintei essa tela no início da década de 50. Como também viriam muitas encomendas de murais, capelas e vias sacras, todas frutos de nossa amizade, que só se interrompeu com a chamada dele para a Eternidade. [13]

A autobiografia *Deportado Para a Vida*, nos faz saber que, por meio da amizade com Frei Martinho, Marcier obteve muitas encomendas para realização de murais, pinturas em capelas e Vias Sacras.

> Para o batizado de Verônica [...] Frei Martinho, também dominicano, celebrou o sacramento. Naquele tempo vinha muito ao sítio e me animava [...], procurando novas encomendas de capelas ou telas para manter alto o meu moral. [14]

[13] MARCIER, 2004, p. 206.
[14] MARCIER, 2004, p. 245.

Pintura, Vida e Religião

Quanto ao estilo de sua produção artística, esta foi adaptada ao tipo de vida rural, através de outras fontes de inspiração e estímulo artístico.

Como resultado da grande repercussão da obra de Mauá, Marcier foi convidado pelo arquiteto Francisco de Paula Lemos Bolonha para, "Integrar a pintura mural na criação arquitetônica." (MARCIER, 2004, p. 240). Tratou-se da construção da Capela Santa Maria, no Sítio Recanto das Mães, do Embaixador Hildebrando Accioly, em Petrópolis-RJ. Segundo Marcier;

> A obra foi iniciada graças àquele mesmo espírito que inspiraria um pequeno grupo, primeiro o doador, como fosse na Idade Média, segundo o arquiteto e terceiro o pintor, que desta vez auscultava a vontade do primeiro e do segundo. O embaixador tinha um filho monge beneditino e, por essa razão, o assunto escolhido seguiu um desenvolvimento feliz. Os mistérios da vida de Maria, culminando na Coroação nas alturas, pelo seu próprio Filho rodeado de arcanjos e santos. [15]

Por ocasião desta empreitada, Marcier recebia na capela a visita de familiares do embaixador, além de seu filho, que era monge. Esses contatos possibilitaram a Marcier manter o vínculo com o meio cultural do Rio de Janeiro.

Em 1954, Marcier fez uma viagem por mar à Europa, com escala em Lisboa; foi nessa ocasião que conheceu uma cidade com o nome da sua eleita: Barbacena. Foi à Madri e à França, levando a conselho de seu amigo, o poeta Roberto Alvim Corrêa, seus trabalhos, feitos em Santana, além de uma carta de apresentação deste, dirigida a Jean Casson, diretor do Museu de Arte Moderna de Paris.

Desejando fazer ali alguma arte, Marcier conseguiu o apartamento de seu amigo Primer e o utilizou como atelier, assim como, também, obteve a contratação da Galeria André Weil, embora reconhecesse que: "A pintura que eu fazia no atelier de Barbacena, não somente pela temática sacra, não estava na corrente da atualidade de Paris daqueles tempos" (MARCIER, 2004, p. 275), descartando a possibilidade de projeção. Embora isto tenha possibilitado um momento de reflexão, do qual ele nos dá a dimensão de sua satisfação e realização, como artista e pessoa.

> Sem dúvida foi o único momento em que se podia processar a difícil solda entre os anos da minha juventude passados na Europa e os tempos que seguiram, como um Rosário, desde a partida forçada desta cidade, ao iniciar a guerra em 1939. Tinha então quarenta anos, na verdade achara um

[15] Ibidem, p. 241-242.

> equilíbrio perfeito entre a arte e a vida – minha mulher, meus filhos, meu sítio, meu cavalo, minha charrete, meu atelier, construído com muito sacrifício, tudo isso formava um todo. [16]

Após realizar sua exposição em Paris, Marcier voltou ao Brasil, encontrando com Julita, no Rio de Janeiro, de onde regressaram a Barbacena. Algum tempo depois nasceu sua filha caçula: Mônica Francisca Racz Marcier, em 1958, o que representou conforme mencionado, objeto de orgulho. "- Enfim, me considerava quase mineiro, tendo quatro filhos nascidos nas alterosas" (MARCIER, 2004, p. 304).

Depois de sua viagem à Europa, Marcier recebeu inúmeras cartas dos amigos que lá reencontrou. Estas vieram como estímulo a cogitar uma futura exposição, muito embora nos tenha revelado estar:

> Sempre preso por qualquer compromisso, de afrescos a telas de encomenda, cada vez mais me sentia como que pregado na cruz, as mãos cravadas na horizontalidade da família, os pés na verticalidade de uma arte que, naqueles anos de 1952, parecia anacrônica e marginal, se não fossem levadas em consideração as causas que geravam aqueles quadros. [17]

Quanto ao período de 1960, no qual Marcier pintou os afrescos da Capela de Nossa Senhora dos Sagrados Corações, atualmente pertencente à sede campestre do SESC - Serviço Social do Comércio, em Venda Nova-MG, aquele nos diz, em sua autobiografia.

> Nessa época, eu ia muitas vezes a Belo Horizonte por causa dos meus laços com o convento dominicano e frequentes encomendas. [...] Algumas obras murais nos arredores da capital me fizeram trabalhar em verdadeiro regime de clausura. Quanto à pintura dos afrescos da capela de Venda Nova, trabalhava a noite inteira, repetindo a façanha de Mauá. O mesmo entusiasmo e a mesma fé me moviam e ficava horas intermináveis nos andaimes, que por sinal melhoraram em relação aos anteriores.[18]

Marcier aqui nos revela e complementa, em resposta ao que havia iniciado a falar, sobre "[...] As causas que geravam aqueles quadros" (MARCIER, 2004, 251). Sempre aí prevalecendo o reflexo de sua conversão e fé atual:

> Colado no muro sem poder recuar no andaime, surgiam as figuras, que somente pintava por encomenda, como devoções à Virgem com o Menino, já que o exangue Corpo do Senhor Crucificado continuava a ser a imagem com que mais me identificava. [19]

Marcier nos conta, também, que o vitral de grandes dimensões, pintado na parte frontal da capela do SESC de Venda Nova, foi realizado com o aproveitamento do projeto da capela de Mauá: "O cartão do grande vitral da Ressurreição, que desenhei para ser

[16] MARCIER, 2004, p. 276.
[17] MARCIER, 2004, p. 251.
[18] MARCIER, 2004, p. 304.
[19] Idem.

executado em São Paulo não passaria de um jogo de cristais coloridos, iluminados pelo sol" (MARCIER, 2004, p. 305).



Figura 07. Vitral *"Cristo Ressuscitado"*. 1960.
Entrada principal da Capela Nossa Senhora dos Sagrados Corações – SESC – Venda Nova-MG.
Foto: Ilton José de Cerqueira Filho.

A entrega da capela ao culto foi realizada com uma missa, ao qual Marcier se fez presente, naquela memorável data, conforme ele mesmo nos revela.

> De terno e gravata, sentado num banco, olhei para trás – autoridades, dignatários eclesiásticos, a pequena nave repleta de gente – a luz penetrava através do vitral e o Vitorioso da Morte exibia suas chagas, penhor de muitas noites passadas ali pintando. [20]

Foi através de encomendas de inúmeras realizações artísticas, sejam Ceias, Vias Sacras ou murais, muitos dos quais intermediadas por Frei Martinho, que Marcier obteve os meios de sustento de sua família, "Assim, o intenso movimento: Vias Sacras, Ceias e murais garantiam a sobrevivência da pequena comunidade de Santana" (MARCIER, 2004, p. 305).

Embora tenha aparentado, com sua mudança para Barbacena, segundo observou Anna Paola, que sua "[...] Ascensão profissional foi subitamente cortada, em certo sentido, pela forma tomada pelo processo de enraizamento definitivo no Brasil: a interiorização, com a mudança para o sítio em Barbacena" [21], porém faz-se necessário observar que quase a totalidade da obra mural de Marcier, foi executada em localidades interioranas. Podemos deduzir, desta observação, que o tradicionalismo e a marcante religiosidade, características

[20] MARCIER, 2004, p. 305.
[21] BAPTISTA, Anna Paola. Encontro de Colecionadores: Emeric Marcier na Coleção Anita e Samuel Malamud. Curadoria e texto de Anna Paola Baptista. Rio de Janeiro: Museu Castro Maya, 2009. p. 38.

predominantes das cidades do interior de Minas Gerais, prestaram-se na afirmação de sua trajetória como pintor com a temática religiosa, conforme complementou a autora citada, ao acrescentar que "[...] É neste momento, principalmente [...], que Marcier vai solidificar a reputação de importante pintor religioso brasileiro moderno" (BAPTISTA, 2009, 38).

Com a transferência da Capital Federal, do Rio de Janeiro para Brasília, em 1960, aquela cidade perdeu sua polarização política. Este fato fortaleceu as galerias de arte, pois os pintores deixaram de "fazer política" com sua arte, não mais doando seus quadros por pura amizade ou, em troca de favores, embora vigorasse aquele panorama da década de 1940, no qual poucos compravam quadros.

Além das visitas de pessoas de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro e de Juiz de Fora, o que ligava o Sítio Santana aos grandes centros era a pintura, a amizade e a hospitalidade, Marcier as recebia, quer fosse para almoçar, jantar ou mesmo para pernoitar. O que não significava uma vida de grande abastança, conforme declarado pelo próprio Marcier:

> Totalmente dedicado à pintura, os encargos progressivamente mais pesados da manutenção de uma numerosa família, as raras vendas dos meus quadros, cujos preços eram baixos, apenas cobriam minha necessidades para sobrevivência imediata. [22]

Certa ocasião, Marcier recebeu José Carvalho, acompanhado do marchand italiano Franco Terranova, estes vieram pedir que Marcier voltasse a residir naquela cidade. Em atenção ao pedido, Marcier adquiriu um apartamento, no Leblon, sinalizando um retorno profissional à cidade.

Na solidão de seu atelier, naquele novo espaço, Marcier continuava a pintar seus quadros com temas religiosos, sentia-se sem o ânimo que possuía na década de 1940; quando pintou em Penedo, Sabará, São João Del Rey, Congonhas, Ouro Preto, Diamantina e Salvador, na Bahia; ou da década de 1950, quando pintou em Cataguases, Minas Gerais.



Figura 08. *"A Criação do Mundo"*. 1956.
Educandário Dom Silvério, Cataguases-MG.

[22] MARCIER, 2004, 316.

Foto: Ilton José de Cerqueira Filho.

Sobre sua produção mural Marcier nos acrescentou, a respeito que: "Paralelamente ao trabalho no ateliê, ainda executei alguns afrescos, mas isso também teve fim, pois além de ser muito cansativo e mal remunerado obrigava a me ausentar do sítio." (MARCIER, 2004, p. 319).

A década de 1960 foi marcada por uma mudança nos costumes e nas relações entre as galerias, os artistas e colecionadores. Estes passaram a adquirir por amor à arte e ao belo. Foi através de uma dessas operações de venda que Marcier conheceu Lílian Lacerda, que comprou uma "*Crucificação"*, tornando-se frequentador de sua residência, onde conheceu o marchand romeno Jean Boghici, que criou uma galeria de arte, em 1960, com o nome de *Galeria Relevo.* Inaugurada com uma exposição das obras de Marcier, em agosto de 1961, localizada em Copacabana; que ditou, por mais de dez anos, os destinos da vanguarda das artes plásticas.

Sob a condição de filiado desta Galeria que Marcier realizou, em 1961, uma exposição de desenhos, feitos durante seus, então, 25 anos de trabalho. A Galeria Relevo tinha como diferencial possibilitar o ingresso de artistas iniciantes e desconhecidos no mundo das artes. Além deste fato positivo, o surgimento deste espaço, segundo Marcier, prestou um grande serviço à mentalidade artística que se firmava: "Que pintura também se compra!" (MARCIER, 2004, p. 325).

Como na década de 1960, haviam diminuído as encomendas para a realização de murais, Marcier ocupava seu tempo na pintura de cavalete, para às exposições estabelecidas pelo contrato e realizadas até 1968, época na qual, segundo o próprio Marcier, "Ainda tinha uma encomenda ou outra de Cataguases ou Belo Horizonte, onde acabara de executar os meus últimos murais" (MARCIER, 2004, p. 331).

Embora não deixasse de crer e continuar a ter como referencial de sua fé, a pessoa de Jesus Cristo, Marcier desejou não mais executar obras murais.

> À medida que melhoravam as condições materiais para a execução destes murais, andaimes mais sólidos, operários mais dedicados, o meu trabalho um pouco mais bem remunerado, estranhamente tinha menos entusiasmo e eu sentia um cansaço quando subia nos andaimes, sem mais aquela loucura que me arrebatava na capela de Mauá, dez anos antes. [23]

Ou, como ele mesmo viria a declarar: "[...] O Cristo litúrgico não me motivava mais [...]" (MARCIER, 2004, p. 368).

Nos diversos momentos em que foi assaltado pelas adversidades e decepções, Marcier nos revela que sentiu vontade de um retorno à Europa: "Novamente a tentação, que tantas vezes me assaltara nos anos aqui em Santana. Voltar à Europa, de onde fora

[23] MARCIER, 2004, p. 334.

arrancado contra a minha vontade, bater em retirada e esquecer tudo isto, ainda que não aceitasse a separação definitiva com os meus..."(MARCIER, 2004, p. 337).

Marcier conta que foi convidado pelo Governo de Bucareste para uma exposição, ocorrida no dia 4 de novembro 1968, no salão do Ateneu Romano, dentre as autoridades presentes, encontrava-se o Ministro Marcos Coimbra, além de seu irmão, Francisco e sua sobrinha, que o visitou, no período em que esteve hospedado na embaixada.

> Enquanto meu irmão, acompanhado de sua filha, perdia-se no meio deste público, sem saber se olhava os quadros com paisagens que até podiam ter sido pintadas em paragens bem conhecidas da nossa infância em comum: Baía Maré, Cluj ou as montanhas misteriosas dos Cárpatos; pois não eram aquelas mesmas evocadas nas minhas telas pela Mantiqueira? Quanto aos Cristos dolorosos, o Homem pendendo do legno da Cruz, ombros ensanguentados, costas açoitadas, mesmo se nada daquilo pudesse lembrar os ensinamentos recebidos quando crianças, certamente evocariam os sofrimentos e humilhações a que fora exposto durante a guerra passada. [24]

E conclui, expressando mentalmente, o seu desejo:

> Queria voltar a Barbacena ou tentar dar forma às minhas ideias pictóricas. Mesmo sendo inspirado pelo Evangelho, que naquele momento só chegara a minha percepção pela Paixão de Bach, tinha mais a ver com a vida cheia de sofrimento, que eu tentava desvendar, pois sem achar um sentido não seria possível aceitar tudo isto... e, finalmente conseguir a Paz.[25]

Depois de 1971, Marcier fixou, de forma definitiva, sua residência no Rio de Janeiro. O período compreendido entre os anos de 1988 e 1990, como foi dito pelo jornalista Alberto Dines, em novembro de 2002, por ocasião da apresentação do *Deportado Para a Vida: "Tinha muito o que pintar. Mas parou para contar."* (MARCIER, 2004, p. 14), escreveu suas memórias e a história de sua vida e arte.

Sobre a influência de suas vivências e experiências pessoais, refletirem na própria obra, Marcier admite ter ocorrido; seja em releituras ou sutis pontos de expressão artística. Muitos com significação íntima, não se revelando, portanto. Um reconhecimento apenas possível, como citado pelo escritor mineiro Affonso Romano de Sant'Anna, se seguirmos na "*Direção biográfica e confidencial.*"(SANT'ANNA,1983, p. 15). Ou seja, através do conhecimento e compreensão de sua história pessoal; argumento validado por Marcier, ao responder sobre as possíveis relações entre pintura, vida e religião: "*A vida é misturada com arte e, como ambas, tanto a vida como a arte, ainda mais requer fé, você só pode viver bem se tiver fé e esperança em alguma coisa.*" (MARCIER, 2004, 409).

Por ocasião de sua estada em Paris, veio a falecer naquela cidade, a 01 de setembro de 1990. Em atendimento ao seu desejo, expresso em vida, seu corpo foi trasladado para

[24] Ibidem, p. 403.
[25] Ibidem, p. 407.

Barbacena e sepultado no cemitério contíguo à Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte.

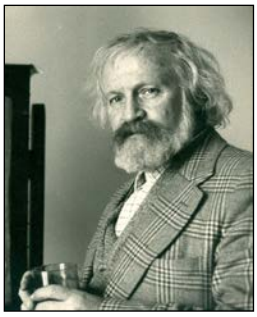


Figura 09. Emeric Marcier.[26]
Foto: Acervo de Matias Francisco Racz Marcier.

Artigo recebido em 22 de jul. 2017
Aprovado para publicação em 13 de out. 2017

Referências

AHLERS, Silvia. *Murais de Marcier em Mauá:* Afrescos na Capela da Juventude Operária Católica. Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado, 2006.

BAPTISTA, Anna Paola. *Encontro de Colecionadores:* Emeric Marcier na Coleção Anita e Samuel Malamud**.** Curadoria e texto de Anna Paola Baptista. Rio de Janeiro: Museu Castro Maya, 2009.

CERQUEIRA FILHO, Ilton José de. *Interconexão Entre Pintura, Vida e Religião:* A Obra Mural Sacra Moderna de Emeric Marcier. 2012. 209 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Juiz de Fora-MG, 2012.

MARCIER, Emeric. *Deportado Para a Vida*. Francisco Alves, Rio de Janeiro-RJ: 2004.

MENDES, Murilo Monteiro. *O Pintor Marcier*. O Pintor Marcier. In.: Síntese. Revista Moderna de Cultura. Volume 11, nº 33. 1944.

O GLOBO. *Exilados da Segunda Guerra Ganharão Memorial*. Marcelo Remígio. Primeiro Caderno. Editorial O País. Publicado em 29 de maio de 2011.

[26] Foto de Emeric Marcier, no atelier, em Paris, 1976.

PACHECO BAPTISTA, Anna Paola. *O Exílio Como Pátria Amada*. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 3, nº 29, fevereiro de 2008.

SANT'ANNA, Afonso Romano de. *Estória dos Sofrimentos, Morte e Ressurreição do Senhor Jesus Cristo na Pintura de Emeric Marcier.* Edições Pinakotheke. Rio de Janeiro-RJ: 1983.

Experiências da Imigração Judaica pelos Contos de Samuel Rawet: uma perspectiva histórica

Ana Paula Mendonça Gomes [1]

Experiences of Jewish Immigration by the Tales of Samuel Rawet: a historical perspective

http://dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.70585

[1] Mestranda em História pela Universidade Federal de São Paulo. E-mail: anajpgr@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho trata sobre dois contos escritos por Samuel Rawet, publicados originalmente na coletânea *Contos do Imigrante* em 1956. Polonês naturalizado brasileiro e de descendência judaica, o mesmo é considerado um dos primeiros literatos a dar profundidade ao tema da presença judaica em território brasileiro (Cf. GINSBURG, 1957). Objetivamos aqui tecer uma discussão que contempla o tema *comunidade judaica em condição diaspórica* por meio da literatura, considerando esta como um documento e ancorados na perspectiva da história social. Nossa análise será realizada abordando os seguintes eixos: as questões da marginalidade/exclusão, (in) adaptação e/ou assimilação, memória, condições materiais e culturais de vivência no novo território e identidade.

Palavras-chave: Samuel Rawet, Contos do Imigrante, Comunidade Judaica, Imigrantes Judeus.

Abstract:

The present work deals with two stories written by Samuel Rawet, originally published in the collection *Contos do Imigrante* in 1956. A naturalized brazilian citizen of jewish descent, he is considered one of the first writers to give depth to the subject of jewish presence in brazilian territory (Cf. GINSBURG, 1957). We aim here to make a discussion that contemplates the theme *Jewish community in diasporic condition* through literature, considering this as a document and anchored in the perspective of social history. Our analysis will focus on the following issues: marginality / exclusion, (in) adaptation and / or assimilation, memory, material and cultural conditions of living in the new territory and identity.

Keywords: Samuel Rawet, Immigrants Stories, Jewish Community, Jewish Immigrants.

Autor e obra: Rawet como homem de seu tempo e de seu(s) espaço(s)

Samuel Rawet nasceu em Klimontov, na Polônia, em 1929. Durante os sete primeiros anos de vida morou no *shtetl*[1] e teve o ídiche como língua materna. O pai de Rawet imigrou primeiro para o Brasil e, assim que foi possível financeiramente, trouxe o restante da família para o Rio de Janeiro. Deste modo, nosso autor aportou em terras brasileiras em 1936. (Cf. IGEL, 1997, p. 188)

> O processo de adaptação de Rawet, de acordo com seu depoimento, foi doloroso. O desconhecimento da língua portuguesa e da cultura brasileira dificultou a inserção da criança no meio escolar e nos lugares que frequentava fora da comunidade. Acostumado com a cidadezinha polonesa e sua forma tradicional de organização, no Brasil, mesmo estando próximo de seus familiares, sentiu de forma violenta a diferença entre o presente e o passado. (COELHO, 2008, p. 83).

Segundo Rawet, ele aprendeu "o português na rua, apanhando e falando errado" (KIRSCHBAUM, 2000, p. 39). Apesar das dificuldades, conseguiu graduar-se em engenharia na década de 1950. Mudou-se do Rio para Brasília, onde participou dos trabalhos de construção da nova capital federal. Posteriormente trabalhou em Israel, mas a maior parte de sua vida adulta foi em Brasília onde dedicou-se não somente à engenharia, mas também à literatura. (IGEL, 1997, p. 189).

> Rawet, até seus 22 anos, participava dos acontecimentos na comunidade judaica e dos eventos religiosos. Nesse período, integrou o Grêmio Stefan Zweig como diretor cultural e fez parte da Turma da Mão Unida (composta por cinco jovens amigos). Estes mantinham intensa vida social e comunitária (...). Paralelo a sua participação na comunidade, frequentou, entre os fins dos anos 40 e início dos anos 50, o grupo Café da Manhã, organizado e coordenado por Dinah Silveira de Queiroz. Nesse meio conheceu Fausto Cunha, Renard Perez e Nataniel Dantas. Os dois primeiros tornaram-se amigos íntimos de Rawet até 1984, ano em que o escritor faleceu. Contudo, rompeu com a comunidade, melindrado, principalmente, pelo fato de lançar a coletânea *Contos do Imigrante* e não ser, segundo seu ponto de vista, reconhecido pela comunidade como escritor, mas como um simples aspirante. (COELHO, 2008, p. 84-85)

[1] "Os judeus na Europa, ressalvadas as raras exceções, não eram colonos, lavradores ou camponeses; as cidadezinhas de onde provinham eram, em última análise, pequenos aglomerados urbanos, localizados em meio a áreas rurais, de plantação e pastoreio, às quais os judeus tinham pouco ou nenhum acesso. Em ídiche, uma variedade de grafias indica 'cidadezinha' como *shteitel, shtetl, schtetl, shtetel e shteitele*, como aparecem nas recordações e nas canções dos judeus do centro e do leste da Europa." (IGEL, 1997, p. 22)

Contos do Imigrante foi o primeiro livro de Samuel Rawet. Escreveu este ainda jovem, durante os anos 1951 e 1954 e o publicou pela primeira vez em 1956. (KIRSCHBAUM, 2000, p.39).

> Contos do Imigrante desde o título propõe-se a revelar o que é: narrativas contadas por um imigrante. Como alguém que andou por muitos lugares e agora para e conta suas histórias, mas ao narrá-las põe-se a andar novamente... Suas personagens também são imigrantes, mas, além disso, seus corpos, suas vidas e sensações estão envolvidas pela errância e expressam melhor que as palavras. (ANTUNES, 2011, p. 19).

É importante ressaltar que nesse período muitos judeus sobreviventes de guerra chegavam aos portos brasileiros, bem como judeus refugiados do Oriente. (Cf. PÓVOA, 2007). Podemos lançar a hipótese de que a experiência pessoal de Rawet como imigrante, sua vivência junto à comunidade judaica – pelo menos durante sua infância e juventude – e a possibilidade de o mesmo ter testemunhado a chegada e recepção no Brasil dos sobreviventes de guerra, influenciaram na escrita do autor, tanto no que tange a seleção de temas do seu primeiro livro como na construção de cada personagem dos contos:

> Nos primeiros cinco contos (“O Profeta, “A Prece”, “Judith”, “Gringuinho e “Réquiem Para um Solitário”), o protagonista é judeu, mas com diferentes caracterizações: respectivamente, velho, velha, mulher jovem, criança, homem adulto. Esta diversificação aponta para uma abrangência metonímica; o conjunto desses personagens praticamente engloba todas as possibilidades individuais e permite formular a hipótese de que Rawet se propunha nesses contos a desenvolver uma crítica ampla da comunidade judaica concreta, específica, em que vivia, de dentro da comunidade. (KIRSCHBAUM , 2000, p. 38)

Aqui é necessário ressaltar que consideramos que “Qualquer obra literária é evidência histórica objetivamente determinada – isto é, situada no processo histórico (...)” (CHALHOUB e PEREIRA, 1998, p. 07). Rawet, como homem de seu tempo, fez uma escrita que pode revelar sobre sua visão de mundo e sobre aquilo que via e experienciava. Estando situado em determinado tempo histórico e a partir de sua experiência, seus textos ficcionais podem ser encarados como uma interpretação literária capaz de revelar algo sobre determinada realidade histórica. Assim, os contos aqui selecionados não são entendidos como simples reflexo do real, mas um meio que nele interfere e sobre ele constrói visões do passado.

O que interessa aqui é analisar como a escrita de Rawet pode somar numa compreensão mais profunda acerca das possibilidades das experiências imigrantes judaicas no Brasil a nível individual. Ademais da temática estar no grande debate sobre a imigração judaica, aqui consideraremos os contos de Rawet como documentos que tratam da

interpretação do autor sobre a questão judaica, não um mero reflexo do que "realmente aconteceu". A obra ficcional de Rawet nos informar sobre a imagem que o autor tinha daquela comunidade. Sua escrita intervém no real à medida que suscita leituras sobre determinada realidade histórica e tem potencial de gerar efeitos a partir do processo de produção e recepção da obra literária. A questão é o quão capazes os contos são de revelar sobre a experiência imigrante judaica em solo brasileiro.

> (...) para a análise do testemunho histórico, seja ele qual for, deve-se sempre ter em vista que os sujeitos vivem a história como indeterminação, como incerteza, como necessidade cotidiana de intervir para tornar o real o devir que lhes interessa. Autores e obras literárias são acontecimentos datados, historicamente condicionados, valem pelo que expressam aos contemporâneos. O sentido de um autor ou obra literária não se explica ou se esgota nas suas apropriações futuras – por ter virado cânone, ou até ícone, ou por ter supostamente "antecipado" práticas narrativas de períodos ou movimentos literários posteriores, ou mesmo por ter sido esquecido, ou caído em desgraça (...). A cada autor e obra o "seu tempo" e o "seu país" (...). (CHALHOUB, PEREIRA, 1998, p. 09).

Pretendemos trabalhar os contos na tentativa de entender mais sobre as questões de adaptabilidade, desafios e dilemas que estariam postos a imigrantes recém-chegados. No presente artigo foi necessário fazer um recorte, devido ao fato de que trabalhar com o conjunto dos cinco contos excederia o limite aqui esperado. Os escolhidos para este trabalho intitulam-se *O Profeta* e *A Prece*: são os dois contos que abrem o livro *Contos do Imigrante* e tem como denominador comum o fato que seus dois personagens principais são sobreviventes de guerra. Tratam sobre como os mesmos lidam com a memória da *Shoah*[2] e seus desafios de adaptação ao novo território. Consideramos que o texto ficcional de Rawet, ao revelar sua leitura sobre o tema, pode somar na nossa compreensão sobre parte da experiência judaica no Brasil do século XX.

Finalmente, é necessário também ressaltar que ao longo da confecção deste artigo, atestamos que há estudos recentes sobre a obra de Rawet, majoritariamente na área de teoria literária[3]. Nestes estudos recentes, de modo geral, tende-se a destacar a relação/tensão de Rawet com o judaísmo, fazer a análise da linguagem e da forma narrativa de suas obras e enfatizar as aproximações entre sua vida e obra[4] (apesar de *Contos do*

[2] "Registram-se tentativas de substituição do termo 'holocausto' por dois outros: *shoah*, em hebraico, e *hurban* ou *horbe* (...) em ídiche. O primeiro é coerente com a destruição, calamidade e desolação resultantes do programa de genocídio. É uma palavra de antiguidade bíblica, tendo sido resgatada pelo hebraico moderno para refletir a destruição do judaísmo europeu. O termo ídiche, além de abranger o significado de shoah, estende-se para aludir a uma longa história de catástrofes. Em português, nos relatos sobre aquele período, predominam os termos *holocausto* e *genocídio*". (IGEL, 1997, p. 212).

[3] A maioria são teses e dissertações que foram utilizadas na construção de nosso texto, como os trabalhos de ANTUNES (2011), COELHO (2008) e KIRSCHBAUM (2000).

[4] "A personalidade convulta do escritor, suas audaciosas declarações à imprensa e algumas das ideias expostas em artigos e ensaios o consagraram como uma espécie de *enfant terrible* da sua geração literária. Quando

Imigrante não ser considerada uma autobiografia), além de acentuar o desfecho trágico da vida do autor. Segundo Regina Igel:

> Na década de 60, [Rawet] tornou-se conhecido não só por seu livro de contos focalizando imigrantes, mas pela universalidade da sua ficção (...). Por volta de meados da década de 70, Rawet começou a viver, segundo testemunhas, de maneira excessivamente frugal, passando a evitar o convívio social e profissional, até que praticamente desapareceu dos círculos de amigos e colegas. Foi encontrado morto na solidão do seu apartamento, sentado numa poltrona, cadáver de quatro dias, cercado de livros e papéis. A crônica policial registra "aneurisma cerebral" como causa da sua morte, ocorrida em Sobradinho, Goiás, no dia 25 de agosto de 1984. (IGEL, 1997, p. 189)

Na área de História, há o artigo de Elizabeth Cancelli, intitulado *América da (des)ilusão;* publicado na coletânea *Memória e (res)sentimento,* organizado por Stella Bresciani e Márcia Naxara (BRESCIANI, NAXARA, 2001). No artigo em questão, Cancelli trabalha a obra de Rawet e do italiano Vitorio Emanuelle Orlando, debatendo a perspectiva que ambos os autores apresentam sobre a presença imigrante no Brasil. Desse modo, a historiadora aborda a questão do deslocamento, da não-identidade, da alteridade e dos sentimentos de não-acolhimento e ressentimento, presentes em ambas narrativas literárias. Segundo Cancelli, "(...) os judeus de Rawet pretensamente constroem eles mesmos sua própria memória – embora sejam fruto de criação literária –, que desemboca na situação de estranhamento e exterioridade em relação ao novo" (CANCELLI, 2001, p. 487).

Aqui, para melhor desenvolvimento do tema a ser debatido, apresentaremos brevemente o enredo de cada conto, a fim de analisá-los em perspectiva histórica a partir de pontos em comum. Essa abordagem considera que apesar das particularidades de cada texto, é possível identificar conceitos e questões chave no debate sobre imigração judaica no Brasil, como as questões da marginalidade/exclusão, (in)adaptação e/ou assimilação, memória, condições materiais e culturais de vivência no novo território e identidade. A partir da interpretação deste escritor sobre tais assuntos, acreditamos ser possível somar na compreensão de quanto a literatura judaico-brasileira pode revelar sobre questões tão complexas no âmbito da discussão sobre as experiências dos imigrantes e seus descendentes.

É importante salientar que Rawet não apresenta seus personagens como representantes universais que condensam toda a experiência de judeus que imigraram. Logo, não lemos os personagens como seres simplesmente "transplantados da realidade". Não se trata de reduzir ou encerrar as interpretações acerca da experiência imigratória, mas sim apresentar experiências individuais e únicas por meio dos personagens que tem em

---

começou a eximir-se do contato com colegas e escritores, Rawet deixou-se ver como homem esquivo, irascível, isolado e automarginalizado, condições que se vão refletir na sua escrita do período. Seu profundo mergulho no espírito humano, sua tenebrosa intimidade com a angústia e, sobretudo, sua poderosa habilidade no uso da linguagem fazem dele uma figura emblemática na literatura brasileira." (IGEL, 1997, p. 189-190).

comum a denominação *imigrante* e experimentam sua *alteridade*[5] por meio de processos de marginalização:

> Nos contos que fazem parte da coleção *Contos do Imigrante* pode-se perceber claramente uma unidade temática: em cada um deles, o protagonista, seja qual for sua condição específica (...) se depara com uma barreira instransponível – a não aceitação, pelo grupo em que vive, de sua *alteridade*, da diferença que o marca. De onde podemos pensar que Rawet utiliza a denominação *Imigrante* num sentido ampliado, de forma a abarcar todo aquele que é considerado pelo grupo social hegemônico como o *outro*, aquele que remente a um outro contexto, o inassimilável. (KIRSCHBAUM , 2000, p. 38)

O Profeta

O conto *O Profeta* tem como centro narrativo um personagem inominado, ao qual somos apresentados apenas por meio da alcunha *Profeta*. Trata-se de um sobrevivente de guerra, que passou pelos horrores da *Shoah* e, por meio da imigração para o Brasil, procura reconstruir sua vida ou, ao menos, encontrar apoio junto aos seus familiares. Assim, somos apresentados ao personagem quando este chega ao porto e, recebido pelos parentes, vê-se em território diferente do seu original, sendo o idioma um dos primeiros entraves numa possível adaptação ao ambiente em que agora se encontrava: "Lá embaixo correrias e línguas estranhas" (RAWET, 1998, p. 23).

A escrita se formata na apresentação de contrastes: o irmão que recebe o *Profeta* havia imigrado para o Brasil anos antes, já constituíra família e fizera fortuna, logo, não passara pelos traumas da guerra. Viera para a América como tantos imigrantes judeus que começaram a aportar em terras brasileiras já nas primeiras décadas do século XX, antes mesmo da ascensão do nazifascismo na Europa. O *Profeta*, no entanto, migra em outras condições: "A guerra o despojara de todas as ilusões anteriores e afirmara-lhe a precariedade do que antes era sólido" (RAWET, 1998, p. 27). As ações de entrar no carro de seu irmão, de acomodar-se em seu apartamento, são colocadas por Rawet como contraste entre as experiências de vida que os dois irmãos tiveram: um, imigrante que "fez a América"; o outro, proveniente de uma onda imigratória distinta, composta de pessoas que não se veem apenas na contingência de reconstruir sua vida material, mas também lidar com a dura memória do genocídio.[6]

A acolhida inicial é acompanhada de inúmeras perguntas ao recém-chegado, mas logo é colocada a questão: como respondê-las? Aqui é apresentado um dos temas centrais acerca desse perfil de imigrante: o trauma da guerra. Como lidar com isto é um dos temas

[5] Sobre a questão da alteridade nos estudos sobre imigração ver ABDELMALEK, 1998.
[6] Sobre as diferentes ondas imigratórias judaicas para o Brasil ver PÓVOA, 2007, p. 77-138.

centrais tanto para Rawet neste conto como na literatura sobre os sobreviventes radicados no Brasil[7]. O personagem é posto assim sob mais um contraste: a gentil acolhida inicial (no presente) e a dura memória (advinda de seu recente passado). Nessa encruzilhada, o personagem encontra no silêncio uma saída inicial, afinal, como "narrar o inenarrável"[8]?

> Os silêncios que se sucediam ao questionário sobre si mesmo, sobre o que de mais terrível experimentara. Esquecer o acontecido, nunca. Mas como amesquinhá-lo, tirar-lhe a essência do horror ante uma mesa bem-posta, ou um chá tomado entre finas almofadas e macias poltronas? Os olhos ávidos e inquiridores que o rodeavam não teriam ouvido e visto o bastante para também se horrorizarem e com ele participar dos silêncios? Um mundo só. Supunha encontrar aquém-mar o conforto dos que como ele haviam sofrido, mas que o acaso pusera, marginalmente, a salvo do pior. E conscientes disso partilharam com ele em humildade o encontro. Vislumbrou, porém, um ligeiro engano. (RAWET, 1998, p. 25)

O "ligeiro engano" do personagem se faz certo: o alvoroço e boa acolhida na sua chegada teve vez apenas nas primeiras semanas. Com o passar do tempo, sua presença é paulatinamente *arrastada à margem*: figura estranha, de barba e longo capotão à maneira judaica do leste europeu, falando somente ídiche[9] e com histórias dolorosas de guerra que seus parentes não mais queriam ouvir – "(...) notou-lhes aborrecimento, enfado, pensou descobrir censuras em alguns olhares e adivinhou frases como estas: 'Que quer com tudo isso? Por que nos atormenta com coisas que não nos dizem respeito?'" (RAWET, 1998, p. 28) – o personagem representava um passado que não correspondia à sua família instalada no Brasil. Assim, o sentimento de solidão multiplica no personagem, bem como a sensação de que seus parentes, ao não se disporem a compreendê-lo, mergulhavam em insensibilidade e autossuficiência. (RAWET, 1998, p. 28). O apelido de *Profeta* vem do genro, criatura que dele zombava e que prontamente se dispunha a estigmatizá-lo como pessoa portadora de uma história que não lhes dizia respeito. "O engano esboçado no primeiro dia acentuava-se a sensação de que o mundo deles era bem outro, de que não participaram em nada do que fora (para ele) a noite horrível, ia se transformando lentamente em objeto consciente" (RAWET, 1998, p. 26)

O personagem conclui então ser impossível a afinidade com o irmão e família "pois as experiências eram opostas. A sua, amarga. A outra, vitoriosa." (RAWET, 1998, p. 29). Nem mesmo na sinagoga que passa a frequentar encontra apoio e solidariedade dos pares. Percebe então que se tratava de um "meio que não era mais o seu". (RAWET, 1998, p. 28).

Zombado pelo genro, incompreendido na sinagoga e na família, percebia-se em um meio aburguesado que não correspondia à sua experiência de vida. Falando apenas um idioma muito diferente do português, percebe-se silenciado, marginalizado pela própria

[7] Sobre os relatos de sobreviventes ver IGEL, 1997, p. 211-247.
[8] Sobre o debate da *impossibilidade de narração* e a ideia de Holocausto como *evento sem testemunha* ver SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 67-73.
[9] Idioma falado pelos judeus da Europa central e oriental.

comunidade. Apesar dos vínculos de sangue e de origem étnica-religiosa, o *Profeta* não foi acolhido e compreendido como esperava ser, em sua *alteridade*. A única saída que encontra é o retorno (à Europa), pois julgou ser impossível viver naquele ambiente que não lhe dizia respeito. A maneira de continuar sobrevivendo era estar em meio a quem pudesse o entender: "Planos? Não os tinha. Ia apenas em busca da companhia de semelhantes, semelhantes, sim. Talvez do fim." (RAWET, 1998, p. 30).

A Prece

Este conto também está centrado na experiência de uma personagem fictícia, desta vez, uma mulher judia chamada Ida. Também sobrevivente de guerra, ela aporta na nova terra "sem saber como" e, inicialmente, é recebida em casa de alguém não claramente explicitado. Após a bondade inicial dos que lhe acolheram se findar (RAWET, 1998, p. 34), teve que ir trabalhar como mascate e morar num casarão velho que era residência de inúmeras famílias não-judias (provavelmente um cortiço).

A diferença de Ida é marcada a todo momento: assim como o *Profeta*, não falava português. Anteriormente dona de casa e vivendo em terras de clima predominantemente frio, agora se vê vendendo mercadorias de porta em porta no clima tropical: "Não estava acostumada a um sol assim, nem a um trabalho daquele" (RAWET, 1998, p. 32). Havia perdido filhos e marido na guerra, deste só sobrava um retrato na parede que lentamente se esboroava, assim como sua antiga vida do outro lado do Atlântico: "Os olhos de Ida tremeram na lembrança. Que pesadelo!" (RAWET, 1998, p. 33). Ida também se encontra na necessidade de refazer a vida e de lidar com a memória da destruição de seu mundo. Passado e presente se encontraram na vivência de Ida (e do *Profeta*): como lidar com a memória da *Shoah* é novamente apresentada por Rawet.

Assim como no conto anterior, as temáticas da alteridade e solidão estão presentes em *A Prece*. Ida se vê totalmente estranha àquele novo ambiente. Constantemente zombada pelas crianças do casarão devido à sua imagem excêntrica (Ida é descrita como a personificação das velhas judias viúvas do leste europeu) e portadora de uma "língua enrolada", a mesma não é capaz de se comunicar plenamente com sua nova vizinhança. Ao encarar a foto de seu falecido marido, percebe-se terrivelmente sozinha, sensação essa que vai tomando consciência ao longo do conto.

Tendo voltado do cansativo dia de trabalho, chegado ao casarão (onde passou por mais uma sessão de zombarias e agressões das crianças), a mesma se dá conta que é fim de tarde de sexta-feira, o primeiro *Shabat*[10] que Ida passaria na nova morada. Logo se lança aos preparativos da cerimônia: limpa o quarto, prepara a comida, estende a toalha branca e pega os dois castiçais de prata.

[10] Sétimo dia da semana, dia de santidade e descanso. Significa *cessar de trabalhar*.

A solidão e silêncio de Ida é contraposto à imagem vibrante do cortiço: "Uma algazarra no pátio. Correrias pela casa. Gritos, cantoria saindo do tanque. Um rádio no andar de cima despejava sambas. Em meio à vibração Ida parada junto à janela, perdida, sem língua, sem voz. Enfiada numa vida que nunca fora sua". (RAWET, 1998, p. 34). Assim, o conto trata de um processo de adaptação penoso, no qual a personagem em primeiro momento se encontra perdida, muda, marginalizada pelas pessoas não-judias que agora a circundavam.

A figura de Ida botava medo na meninada que reagia por meio da zombaria à personagem principal. Ao espioná-la pela janela, as crianças veem a estranha cena que se passava no quarto de Ida. O "jeito estranho da gringa" (RAWET, 1998, p. 35) atordoa-os e resolvem espalhar para todos os moradores do casarão o que a nova moradora fazia: velas acesas, pano branco na cabeça, o corpo em balanço enquanto pronunciava estranhas palavras. A reza de Ida na celebração de *Shabat* era totalmente estranha à vizinhança que se aglomera na janela da velha judia e, depois, assombrados com a cena, acabam por irromper quarto adentro, em busca de saber o que de fato se passava. A prece de Ida, ao invés de ser feita em seu costumeiro tom baixo de voz, dessa vez é gritada, proferida em meio a gritos e choro: "Hoje, do fundo, o grito da reza era uma imprecação e nunca os ombros balançaram tanto. Hoje Ida não pedia a Deus, mas com as mesmas palavras, gritava, ofendia." (RAWET, 1998, p. 36).

Ida só saiu do estado de catarse ao terminar a prece, abaixar as mãos cerradas aos olhos lacrimejantes e ver a multidão curiosa que havia invadido seu quarto: "Um silêncio deixou-os imóveis, e uma sensação de mal-estar, incômoda, esfriara os ânimos". (RAWET, 1998, p. 36). Quando Ida preparava a mímica para explicar-se aos vizinhos, estes se dispersam, provavelmente constrangidos e tendo entendido parcialmente a situação: "– Vamos sair, minha gente. Não é nada! (...) – Isso é reza lá da terra deles" (RAWET, 1998, p. 36-37).

*

Assim, os contos giram em torno de dois personagens principais que compartilham de determinada origem e questões comuns (serem imigrantes judeus no Brasil de meados do século XX e serem sobreviventes de guerra[11]). Os dois já são velhos e se veem no dilema de como lidar com uma memória dolorosa em uma terra tão diferente culturalmente do Velho Continente.

O *Profeta* é um homem que teve sua família destruída na Europa e imigra para o Brasil para reencontrar os parentes que aqui já estavam instalados há tempos, mas estes tinham uma experiência imigratória diferente da sua. Ida é uma velha mulher judia que nada nem ninguém mais tinha: desembarca no porto sem ninguém à sua espera e se vê na obrigação de trabalhar para prover seu sustento.

[11] "Durante o período obscuro na Europa, os judeus deixaram de ser imigrantes espontâneos ou forçados para se tornarem refugiados de guerra e de perseguições anti-semitas. A Europa Oriental e a Rússia foram responsáveis por essa massa de refugiados para a América durante e pós-Segunda Guerra Mundial." (PÓVOA, 2007, p. 80).

As condições materiais de existência do *Profeta* e de Ida são muito diferentes na nova terra, mas, apesar do primeiro ter o conforto material assegurado pelo seu irmão, tal fato não garante sua permanência deste lado do Atlântico. O *Profeta* e Ida são postos em situações de adaptação ao novo que transcendem tais questões. Os desafios também são culturais (o idioma é um entrave aos dois) e psicológicos (o trauma da guerra os marca profundamente).

O *Profeta* tinha consciência da "barreira da língua" (RAWET, 1998, p. 24) e falava só com seu irmão e a esposa deste, pois eram os únicos que conheciam o ídiche, "os outros quase não o entendiam" (RAWET, 1998, p. 25). Apesar de o idioma não atravancar completamente sua compreensão do que se passava ao redor[12], a diferença linguística contribuiu para seu progressivo isolamento e solidão. No outro conto, Ida tenta, por vezes, se comunicar pela mímica, entretanto, o silêncio da personagem é que prevalece. Os meninos do cortiço viviam "na expectativa de ouvir a língua engrolada", ela "ia e vinha, muda" (RAWET, 1998, p. 31). Assim, a linguagem é elemento que soma no processo contínuo e crescente de marginalização dos personagens principais por aqueles que o rodeiam, seja os familiares (no caso do *Profeta*), seja os novos vizinhos (no caso de Ida). Aqui, podemos voltar à trajetória pessoal de Rawet, que também tinha o ídiche como língua materna e aprendeu à duras penas a língua portuguesa:

> Uma característica comum aos protagonistas, componente essencial na trama de cada conto, é a impossibilidade de se comunicarem, uma barreira no uso da linguagem que reforça e às vezes até mesmo "justifica" a exclusão. Rawet parece dizer que a linguagem é utilizada pelo grupo hegemônico como instrumento de poder, de dominação, de exclusão. Talvez refletindo sua experiência pessoal de imigrante de fala ídiche, da dificuldade que enfrentou para aprender a falar português e integrar-se ao novo ambiente para onde fora trazido com sete anos de idade. (KIRSCHBAUM, 2000, p. 39).

Rawet mostra outro elemento interessante de sua percepção sobre os imigrantes que aqui aportavam: o *Profeta* teve, de certo modo, amparo social e econômico proporcionado pela parte da família que já se encontrava instalada no Brasil. Seu irmão, podemos inferir, migrou motivado pela pobreza e precárias condições de vida[13] "e que o acaso pusera, marginalmente, a salvo do pior" (RAWET, 1998, p. 25). "O pior", ou seja, a experiência da guerra e da *Shoah* é apresentado por Rawet como marco divisor entre as

[12] "Da língua nada havia aprendido. Mas, observador, se bem que não arriscasse, conseguiu por associação gravar alguma coisa. E o 'profeta' que o riso moleque lhe pespegara à entrada, ia-se tornando familiar." (RAWET, 1998, p. 26).

[13] "Os maus tratos, os *pogroms*, as perseguições e as péssimas condições de vida (pobreza extrema) foram as causas da chegada dos primeiros grupos de judeus a São Paulo, bem como dos refugiados da Segunda Grande Guerra Mundial, decorrentes da perseguição nazista, que vitimou seis milhões de inocentes, e da acessão de Gamal Abdel Nasser ao Egito, na década de 1950, que também vitimou centenas de milhares de judeus, que se refugiaram na capital paulista." (PÓVOA, 2007, p. 149).

vidas do *Profeta* e seu irmão. Apesar de ambos serem judeus, o *Profeta*, ao longo do conto, vai tomando consciência de que aqueles não eram mais os seus. Lidar com a memória dos acontecimentos recentes é imperativo para o *Profeta*, entretanto, seu irmão e demais familiares acreditam que esse passado não lhes diz respeito.

Ida recebeu ajuda inicial de alguém desconhecido: "A princípio receberam-na em casa de alguém, mas como novidade, bicho raro de outras terras que tem histórias para mais de um mês. As histórias cansaram. A bondade também" (RAWET, 1998, p. 34). Depois disso se viu na premência de ir trabalhar: "Veio o casarão com uma língua que não entendia, moleques a arremedar, os pacotes arriando os braços, e as pernas marcando calçadas e se esfregando em cem capachos diários" (RAWET, 1998, p. 34). Ao contrário do *Profeta*, Ida se viu obrigada a trabalhar para prover seu próprio sustento, numa atividade muito comum aos imigrantes judeus: o mascatear: "Com exceção dos que se estabeleceram nos projetos de assentamento rural, praticamente todos os judeus que vieram para o Brasil nesta época foram suburbanos e um número muito grande viveu de mascatear, vender a prestações." (KIRSCHBAUM, 2000, p. 26).

Logo, somos remetidos a uma questão fundamental na compreensão sobre a chegada e estabelecimento de imigrantes judeus no território brasileiro em meados do século passado, que é justamente sobre as possibilidades que aqui encontravam. De acordo com Póvoa, desde o fim do Império e início do Período Republicano, levas de imigrantes judeus foram subvencionadas pela *Jewish Colonization Association* (JCA ou ICA) e implantaram assim as primeiras colônias agrícolas judaico-brasileiras, num movimento basicamente de ocupação rural. Entretanto, havia também a imigração urbana centrada primordialmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Nas cidades, os imigrantes judeus trabalhavam essencialmente no comércio ou na incipiente indústria. Muitas vezes contavam com o amparo de parentes e/ou amigos já instalados em tais cidades ou com associações judaicas de auxílio (como as cooperativas de crédito e benemerência). (Cf. PÓVOA, 2007, p. 140-181).

Os personagens de Rawet parecem tipificar tais possibilidades, na figura do *Profeta* e Ida. Apesar de a segurança material do *Profeta* ter sido garantida por seus familiares, Rawet faz uma dura crítica ao apontar o crescente desprezo do *Profeta* por aquelas pessoas – "Esses gordos senhores da vida e da fartura nada têm a fazer aqui" (RAWET, 1998, p. 27) – e ambiente aburguesados, que eram incondizentes com o que foi a sua vida até então: o conforto do carro e das poltronas, paradoxalmente, mais lhe causava estranheza que acolhimento. Rawet também parece construir uma crítica ao apontar para o duro ofício em que Ida se viu obrigada a adotar: quando a paciência dos que a acolheram inicialmente se esgotou, a mesma se viu sozinha e não foi integrada à comunidade judaica. Aqui Rawet realça a sensação de abandono e desamparo de Ida pela própria comunidade judaica, "parece protestar contra o fato de que, após essa recepção inicial, a comunidade esquecesse de sua responsabilidade para com os refugiados" (KIRSCHBAUM, 2000, p. 52).

Deste modo, podemos retomar e corroborar a supracitada hipótese de Kirschbaum de que "Rawet se propunha nesses contos a desenvolver uma crítica ampla da comunidade judaica concreta, específica, em que vivia, de dentro da comunidade" (KIRSCHBAUM, 2000,

p. 38): nos idos da década de 1950, quando Rawet escreveu e publicou *Contos do Imigrante*, já havia uma comunidade judaica instalada tanto no Rio quanto em São Paulo, e ainda muitos imigrantes chegavam no Brasil desprovidos de qualquer meio para sua subsistência. Rawet aponta para uma falta de solidariedade e compreensão dentro da própria comunidade, ressaltando que apesar da origem religiosa comum, se tratava de uma comunidade que nem sempre correspondia à máxima difundida no senso comum de que "os judeus se ajudam entre si".

Mas, de acordo com nosso autor, a questão da adaptação e desafios não se centram unicamente em tais questões. Apesar de lidarem com condições materiais diferentes ao chegar no novo território, Ida e o *Profeta* são colocados num processo onde o elemento cultural é usado como instrumento para sua exclusão social: além do idioma, a figura (características físicas, vestimenta e comportamento) dos dois personagens é apresentada por Rawet como algo estranho aos demais personagens que o circundam. O *Profeta* não enxerga semelhantes em meio à sua família e frequentadores de sua sinagoga, já mais assimilados culturalmente. Ida é única no casarão onde habita: "Nunca tiveram coragem de olhá-la de frente", "Não havia uma igual no casarão", "(...) nunca ouvira falar de caso semelhante" (RAWET, 1998, p. 31).

Aqui ressaltamos que Ida e o *Profeta* tem semelhanças e diferenças em suas respectivas experiências no novo território. O que os une é o fato de ambos serem judeus que passaram pelo horror da Segunda Guerra e dizimação do mundo e vida que até então conheciam. Ao imigrarem, do lado de cá do Atlântico são percebidos como figuras estranhas, pelo seu idioma, imagem e comportamento. Se veem num processo de marginalização constante, mas tal processo é empreendido e tem fim de maneiras distintas. O *Profeta* experimenta a exclusão progressiva essencialmente pela própria comunidade judaica: a família e membros da sinagoga não o reconhecem como igual, pois se tratavam de judeus já assimilados em certo nível e, principalmente, não haviam passado pela *Shoah*. A única saída que o *Profeta* encontra é voltar para a Europa, na busca de alguém que o entenda em sua alteridade. Ida é marginalizada pela comunidade (que não a acolhe e integra plenamente), mas o conto discorre longamente sobre o estranhamento que causa em seus vizinhos não-judeus. A mulher é zombada pelas crianças e não consegue conversar com ninguém do casarão onde habita. Entretanto, o final é promissor: ao depararem com a cena de Ida chorando, os vizinhos (que também são marginalizados, mas essencialmente pela condição econômica) parecem reconhecer a sua alteridade:

> Mas a vizinhança reconhece seu direito de ser diferente: *"Vamos sair, minha gente. Não é nada!" (...) "-Isso é reza lá da terra deles."* Esta parece ser a acusação apresentada por Rawet: a comunidade judaica inicialmente oferecera sua solidariedade, mas tacitamente condiciona este apoio ao aspecto de novidade, de a protagonista ter histórias para contar, e limitara seu apoio aos aspectos materiais de adaptação do refugiado; em contraste, a vizinhança do casarão recebe a nova moradora inicialmente com uma sensação de estranheza, compreensível pela dessemelhança de linguagem e costumes, mas acaba por aceita-la em toda a sua diferença. Nesta

> avaliação, Rawet assinala o sincretismo religioso característico do povo brasileiro, notadamente em suas camadas mais marginalizadas, que é onde, afinal de contas, Ida vai encontrar sua estabilidade. (KIRSCHBAUM, 2000, p. 54).

Regina Igel aponta que na literatura judaico-brasileira, a questão da marginalidade está posta em três tipos: "Estes são causados por elementos exteriores à comunidade, por coerções internas e por forças individuais." (IGEL, 1997, p. 175). Igel afirma que, nesta literatura o tema da marginalidade aparece, de modo geral, dentro dessas três modalidades: 1) a modalidade exterior – "Neste contexto, refere-se à marginalidade instigada pela sociedade circundante não-judaica" (IGEL, 1997, p. 175); 2) a modalidade comunitária – "Essa modalidade refere-se a um distanciamento imposto pela comunidade judaica ao indivíduo judeu" (IGEL, 1997, p. 185) e 3) a modalidade interior:

> Na variedade interiorizada de separação não ocorre, necessariamente, rejeição por membros de grupos consanguíneos nem por elementos exteriores à comunidade. O sentimento de afastamento é íntimo, invisível aos olhos dos outros, mas de dramáticas consequências em pauta pessoal. A questão do auto-isolamento, como expressa na literatura, além de sua importância estético-literária, ganha foros sociais e psicológicos que podem revelar angústias pessoais consideradas insolúveis. (IGEL, 1997, p. 200).

Neste esquema proposto por Igel, podemos relacionar o primeiro ponto ao caso de Ida: seus vizinhos não-judeus a percebem como ser estranho e, por meio das zombarias, a marca como elemento diferente. Entretanto, como já apontado, o final é otimista: Rawet, ao narrar a densidade e mistura do cortiço, arremata o caso de Ida na perspectiva de que, naquele caldeirão, mais um elemento cultural poderia se somar. Não se trata, neste caso, de preconceito por parte dos moradores ou negação de compreender "as histórias para mais de mês" que a personagem trazia consigo (em nenhum momento Ida se dispôs a contar sua experiência de guerra e negaram-lhe ouvidos, como no caso do *Profeta*). Sua marginalização pelos vizinhos é inicial, o fim do conto deixa aberta a perspectiva de sua aceitação e o caminho de reconstrução da vida no novo lugar. A marginalização central aqui para Rawet é a da própria comunidade judaica que, poderia ter acolhido a personagem totalmente, indo além do provimento de alguns bens para iniciar a atividade laboral e a cessão de um abrigo por um tempo, mas também ouvir, compreender e solidarizar-se com a sua experiência de guerra. Assim, a "modalidade comunitária" é a chave na construção da crítica de Rawet. Fato este que transparece mais claramente no conto *O Profeta*, onde o personagem é levado a um ostracismo imposto pelo núcleo comunitário judaico familiar.

Igel vincula o terceiro ponto – a modalidade interior – à própria trajetória de Rawet: "Rawet afastou-se voluntariamente da sociedade em geral, fazendo da comunidade judaica, nos últimos anos de vida, alvo de seu escárnio e repulsa", "Do aborrecimento da vida, passou ao tédio de ser judeu, 'demitindo-se' do judaísmo" (IGEL, 1997, p. 203). Aqui somos novamente instigados a apontar o quanto vida e obra podem se relacionar, apesar de uma

não explicar totalmente a outra. O que temos sustentado é que a trajetória do literato influi na sua escrita, mas a relação tempo e lugar – em outras palavras, a dinâmica histórica – configura também a obra literária. Por isto, ela é testemunho de uma época, indícios do real, enfim, um testemunho histórico.

Como ponto central, Ida e *Profeta* tem a seguinte questão: como construir um futuro tendo que lidar com a dura memória da guerra e do extermínio? O genocídio havia lhes tirado o mundo que conheciam até então. Passado, presente e futuro se cruzam para esses personagens à medida que percebem que a *Shoah* destruiu as suas vidas precedentes, os jogou num novo país e assinala o horizonte com dúvidas e falta de perspectivas.

Primo Levi, escritor judeu sobrevivente de guerra, assinalou no prefácio de *É Isto Um Homem? sobre* a necessidade absoluta do testemunho daqueles que sobreviveram à *Shoah*: "A necessidade de contar 'aos outros', de tornar 'os outros' participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares" (LEVI, 1988, p. 07-08). Levi coloca a necessidade do relato como algo vital para os sobreviventes dos campos de concentração. Assim, o ato de narrar suas experiências e memórias do horror são tão urgentes quanto qualquer outra demanda necessária à continuidade da vida. No caso do *Profeta* de Rawet, essa demanda é exposta: o personagem, ao tentar narrar aos seus familiares o que ocorreu na Europa, é ouvido somente no princípio. Logo depois, não mais dispõem-se a ouvi-lo "Que quer com tudo isso? Por que nos atormenta com coisas que não nos dizem respeito?" (RAWET, 1998, p. 28). Assim, seu direito à memória é negado pelos próprios parentes.

Também se referindo à passagem supracitada do autor ítalo-judeu, Márcio Seligmann-Silva aponta que:

> Levi, nesta passagem coloca as expressões "aos outros" e "os outros" entre aspas. Este destaque indica tanto o sentimento de que entre o sobrevivente e "os outros" exista uma barreira, uma carapaça, que isolava aquele da vivência com seus demais companheiros de humanidade, como também a consequente dificuldade prevista desta cena narrativa. Sabemos que dentre os sonhos obsessivos dos sobreviventes consta em primeiro lugar aquele em que eles se viam narrando suas histórias, após retornar ao lar. Mas o próprio Levi também narrou uma versão reveladora deste sonho, que ficou conhecida, na qual as pessoas ao ouvirem sua narrativa se retiravam do recinto deixando-o a sós com suas palavras. A outridade do sobrevivente é vista aí como insuperável. A narrativa teria, portanto, dentre os motivos que a tornavam elementar e absolutamente necessária, este desafio de estabelecer uma *ponte* com "os outros", de conseguir resgatar o sobrevivente do sítio da outridade, de romper com os muros do *Lager* [campo de concentração]. A narrativa seria a picareta que poderia ajudar a derrubar este muro. (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 66).

No caso do *Profeta*, esse sonho se concretiza: seus familiares se recusam a ouvi-lo. O testemunho, posto por Seligmann-Silva como ponte que pode unir os que sobreviveram à *Shoah* com os demais que não provaram tal horror, é assim inviabilizado. No conto *A Prece*, Rawet escreve: "As histórias cansaram" (RAWET, 1998, p. 34). O autor, nos dois textos, aponta para uma indisposição dos judeus aqui previamente residentes de se solidarizarem com a dor dos recém-chegados. Rawet constrói, deste modo, uma representação da comunidade judaica que se estabeleceu no Brasil menos unida do que geralmente se pode imaginar. A despeito das instituições judaicas (como sinagogas, escolas, hospitais e associações de acolhida ao imigrante e aos judeus em situação de penúria) que progressivamente foram surgindo no Brasil, Rawet constrói uma crítica que acaba por argumentar que apesar dessas organizações comunitárias, a questão da solidariedade no grupo não era total. Ademais, nos leva a problematizar sobre a própria pertinência de se referir ao grupo como algo homogêneo. Muitas vezes, no senso comum, tende a se eclipsar a diversidade dos imigrantes judeus que chegaram na América ao longo do século XX[14]. Originários de inúmeros países e levados a imigrar por diferentes motivos, as diferenças culturais, sociais e econômicas dos mesmos deu origem a uma comunidade multifacetada, onde os elementos étnicos, religiosos e históricos não são únicos.[15]

No caso de Ida e *Profeta*, o ponto de ruptura central entre as experiências de vida deles e "os outros" judeus é a *Shoah*. Como supracitado, se trata de outro tipo de imigrante, aquele que se vê forçado a imigrar pela destruição de sua comunidade prévia. Mais uma vez, somos remetidos à discussão sobre a singularidade deste fato histórico:

> Num certo nível, porém, a questão do Holocausto em geral, na sua totalidade, vai reafirmar-se junto com o problema de seu caráter indizível. Depois que tivermos rememorado, vistoriado os fatos, lamentado as vítimas, permaneceremos impressionados com esse núcleo de humilhação absoluta, degradação e horror sofrido pelas vítimas. Como podemos compreendê-lo, quando até mesmo as vítimas se viram obrigadas a dizer: "Eu não podia acreditar no que via com meus próprios olhos." Por mais fragmentadas pela mídia, pela geografia ou pela posição subjetiva que

[14] "Segundo Fausto (2000, p.129), nunca houve antes, na história dos judeus, um número tão grande de imigrados reunidos e provenientes de tantos países e de distantes continentes e variados níveis sociais e culturais, porém todos acossados e encalçados e imigrantes/refugiados (...). Num mesmo navio, de acordo com Lesser (1995, p. 175), viajaram juntos judeus com proeminentes madeixas *peot* e *tsitsit* e judeus cujos pais já haviam perdido as bases judaicas. Nas embarcações, encontravam-se de renomados financistas até pobres comerciantes da Hungria e desgarrados indigentes de Varsóvia e Lodz, de necessitados mascates da França até eruditas professoras, artistas e cientistas da Alemanha e todos juntos com os suplantados mestres das *Yeshivot* e modernos pedagogos de hebraico da Polônia e Lituânia. Todos emigravam num mesmo barco para o continente americano, cada um instalava-se de acordo com as suas possibilidades econômicas (...)" (PÓVOA, 2007, p.42-43).

[15] A divisão *Sefaradim* e *Ashkenazim* é usual, embora não encerre toda a diversidade do grupo social em questão: "Existem judeus etíopes, indianos, iemenitas etc., mas aqui interessa falar dos que vieram ao Brasil. São Paulo recebeu imigrantes judeus de várias procedências. Conforme o país de origem, falavam línguas diferentes, tinham hábitos diferentes e características próprias na forma de praticar a religião. Entre eles havia dois grupos predominantes: os *asquenazitas* e, em menor número, os *sefaraditas*. Essas denominações, de origem geográfica, são relacionadas às regiões onde os judeus viveram ao longo de sua história." (FREIDENSON, 2006, p. 181).

> sejam as representações do Holocausto, em última análise tudo se detém diante desse núcleo: inimaginável, indizível e irrepresentável terror. As gerações posteriores ao Holocausto só podem se aproximar desse núcleo pela aproximação mimética, uma estratégia mnemônica que reconhece o evento em sua alteridade e para além da identificação ou da empatia terapêutica, mas que incorpora fisicamente um pouco do terror e da dor no lento e persistente ofício de rememoração. (HUYSSEN, 2000, p. 84-85).

Finalmente, concluímos que os contos de Rawet são fontes que muito podem contribuir na compreensão sobre o caso dos imigrantes judeus no Brasil, visto a obra literária estar sempre situada na dinâmica histórica. A análise dos contos nos permitiu entrever as possibilidades e tensões nas quais os imigrantes recém-chegados poderiam provar, em outras palavras, nos auxilia na compreensão das experiências de lutas e desafios encarados pelo autor e seus personagens imigrantes. Afinal, a literatura, como produto cultural e social, indissociável da vida e da história, tem compromisso com o real (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 71). Entendemos que a crítica que Rawet constrói oferece diversos elementos para o debate sobre a situação social dos imigrantes judeus no Brasil durante a primeira metade do século XX. Como podemos conferir, revela-se na escrita de Rawet certo engajamento ao "denunciar", por meio de seus personagens, experiências de marginalidade, possibilidades de recomeço e as complicadas relações que os sujeitos podem ter com a memória (em especial se esta for referente a experiências de dor e perda). A experiência pessoal de Rawet – pelo fato de também ser imigrante e pela possibilidade de o mesmo ter testemunhado parte do processo de chegada e estabelecimento de muitos judeus que chegavam ao Brasil no decorrer dos anos 1940 e 1950 – é fator que também deve ser observado na leitura e compreensão de sua obra, construindo uma relação entre texto e contexto.

Artigo recebido em 21 jul. 2017.
Aprovado para publicação em 19 set. 2017.

Referências

ABDELMALEK, Sayad. A *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

ANTUNES, Gabriel. *A Escrita Errante de Samuel Rawet.* 2011. 97 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Instituto de Letras, Departamento de Teoria Literária, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (Orgs.) *Memória e (res)sentimento:* indagações sobre

uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2001.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A História Contada:* capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

COELHO, Elizabete Chaves. *Olhares Imigrantes*: literatura judaica no Brasil. 2008. 115 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

FREIDENSON, Marilia. A Integração dos Judeus em São Paulo. *Cadernos CERU*, Série 2, n.18, 2006.

GINSBURG, Jacó. Os Imigrantes de Samuel Rawet. *Paratodos*, Ano II, n.30, 1957.

HUYSSEN, Andreas. *Seduzidos Pela Memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IGEL, Regina. *Imigrantes Judeus / Escritores Brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

KIRSCHBAUM, Saul. *Samuel Rawet: Profeta da Alteridade*. 2000. 106 f. Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

LEVI, Primo. *É isso um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

PÓVOA, Carlos Alberto. *A territorialização dos judeus na cidade de São Paulo-SP*: a migração do Bom Retiro ao Morumbi. 2007. 284 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

RAWET, Samuel. *Contos do Imigrante*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2ª Ed, 1998.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Narrar o Trauma:* a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, vol.20, n.1, pp. 65-82, 2008.

Imigração e identidade nacional francesa: conflitualidades na esfera pública

Paula de Souza Paes [1]

Imigration and French national identity: conflicts in the public sphere

http://dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.70657

[1] Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Jornalismo da UEPG. Email: paulasouzapaes@gmail.com

Resumo:

O artigo apresenta o processo de institucionalização e legitimação do “problema” da Imigração na França. Para isso, analisamos um caso específico de violência ocorrido em 2010 na periferia da cidade de Grenoble, envolvendo a morte de um descendente de imigrante. Pretendemos compreender a visibilidade dada ao tema imigração, destacando os atores e as questões relativas à publicização dessa questão societal. Através de elementos históricos, demonstraremos como o tratamento público da imigração, a partir principalmente dos anos 80, caracteriza-se por sua localização nas periferias, como se os problemas tidos como fruto do processo migratório fossem encontrados somente nas zonas urbanas sensíveis. Enfim, salientamos como a comunicação pública em matéria de imigração contribui para a constituição de um consenso sobre os aspectos desse problema.

Palavras-chave: Imigrante, Descendente de imigrante, Identidade nacional, Esfera pública, França.

Abstract:

The article presents the process of institutionalization and legitimation of the "problem" of immigration in France. For this, we analyze a specific case of violence occurred in 2010 on the suburb of the city of Grenoble, Involving the death of an immigrant descendant. We intend to understand the visibility given to the issue of immigration, highlighting the actors and issues related to the publicity of this societal question. Through historical elements, we will show how the public treatment of immigration, mainly from the 1980s, is characterized by its location in the peripheries, as if the problems caused because of the migratory process were found only in sensitive urban areas. Finally, we emphasize how public communication on immigration contributes to the establishment of a consensus on the aspects of this problem.

Keywords: Immigrant, Descendant of immigrant, National identity, Public sphere, France.

Introdução

País de imigração a partir do final do século XIX, a França experimentou ondas de imigração provenientes principalmente de países europeus até meados de 1940. A falta de mão de obra, especialmente no campo, trouxe fluxos migratórios principalmente de países vizinhos, como a Itália, a Bélgica e a Suíça (BOUVIER, 2012). A partir do começo dos anos 50, a imigração para a França é caracterizada pela chegada de mão de obra dos países do Magrebe, incluindo a Argélia, uma ex-colônia francesa[1]. Os números mostram que a imigração de países não europeus é muito mais recente do que a de países europeus (BOUVIER, 2012).

A imigração é um tema controverso na França há pelo menos trinta anos. Desde os anos 80, ele é considerado um problema, porque está relacionado com a questão da insegurança, da violência e da delinquência (BONNAFOUS, 1991). É no início dos anos 80 que se inicia assim um processo de institucionalização do " problema imigrante"[2]. Isso resulta na associação de um lugar (os bairros em áreas urbanas sensíveis) a uma categoria da população que ali vive (jovens adultos descendentes de imigrantes). A noção de institucionalização é aqui entendida em referência a Peter Berger e Thomas Luckman (2012), como um processo que ocorre quando as experiências são classificadas e tipificadas. Partimos das explicações e justificativas mobilizadas publicamente que determinam os contornos do "problema da imigração" a partir de um caso de "crise", como os atos de violência na Villenueve, uma zona urbana sensível (ZUS[3]) de Grenoble em 2010. Em julho desse mesmo ano, jovens moradores provocam atos de violência no bairro chamado Villeneuve em Grenoble (França), onde existe uma forte concentração de população estrangeira. Diante desse problema, o presidente da República anuncia uma mudança no código penal. Ele propõe a retirada da nacionalidade de jovens infratores. A resposta do Estado a esses incidentes associa, dessa forma, a questão da imigração a um problema de insegurança no país.

Durante o governo do presidente da República francês Nicolas Sarkozy (2007-2012), a imigração ganha mais uma vez a cena midiática. É o que demonstra a visibilidade dessa questão tida como tema prioritário da sua campanha presidencial (AFP, 2007) e sua *mise en débat* com a criação de um Ministério específico para tratar o tema - chamado de Ministério da Imigração, Integração, Identidade Nacional e Co-Desenvolvimento - que organizou, em 2009, um "grande debate" sobre a contribuição da imigração para a identidade nacional francesa.

[1] A independência da Argélia foi declarada oficialmente em 1962.

[2] Nós escrevemos aqui "problema imigrante" entre aspas para mostrar a nossa distância *vis-à-vis* do uso comum do termo. O status do imigrante na França refere-se a pessoas que têm a nacionalidade francesa.

[3] De acordo com a definição oficial, as Zonas Urbanas Sensíveis são territórios definidos pelos poderes públicos para serem o alvo prioritário da política urbana em função de considerações locais relativas às dificuldades que enfrentam os habitantes desses territórios. Definição disponível em http://www.ville.gouv.fr/?carte-des-quartiers-prioritaires,3823. Consultado em: 24 de julho de 2017. A lista das ZUS conta com 751 territórios que englobam 4,7 milhões de habitantes, aproximadamente 7,5% da população francesa.

Este artigo se propõe, dessa forma, a abordar a maneira pela qual as práticas de comunicação são ferramentas governamentais que ajudam na institucionalização do problema da imigração e na estigmatização de jovens franceses descendentes de imigrantes e dos moradores das periferias. A perspectiva aqui adotada tem como referência principal o trabalho de Erik Neveu (1999) sobre a construção de problemas públicos. Consideramos que um problema público não é "naturalmente" público. Dessa forma, o "problema" da imigração resulta de um trabalho de definição: da parte dos atores envolvidos, a partir dos questionamentos que emergem da sociedade e das respostas em termos de ação pública que são elaboradas. Se considerarmos que os problemas públicos são fruto de um trabalho de definição por diferentes atores, podemos fazer as seguintes perguntas sobre o "problema" da imigração: como ele foi definido como um problema? Quais explicações são mobilizadas pelas autoridades políticas?

A prioridade do governo dada ao tema imigração através das escolhas políticas do presidente Nicolas Sarkozy desencadeou uma certa atratividade para a mídia, especialmente durante estes incidentes em Grenoble. Isto é o que emerge a partir da análise do corpus de artigos da imprensa francesa, durante o período de julho de 2010 a julho de 2011, dos jornais nacionais *Le Monde* e *Libération*. Nós também analisamos os comunicados de imprensa durante esse período do governo do Nicolas Sarkozy. Para este artigo, trazemos também uma parte dos artigos que separamos sobre o tema de 1985 a 2011, recolhidos no museu chamado *La Cité nationale de l'histoire de l'immigration* em Paris[4], o que nos permitiu contextualizar o tratamento público da imigração em um período de tempo longo. Os resultados parciais aqui apresentados dizem respeito à uma pesquisa mais aprofundada de doutoramento, defendida em 2014 na França (AUTORA, 2014).

Antes de abordar os incidentes na Villeneuve, nosso estudo de caso, o artigo apresenta em um primeiro momento o processo de localização da questão da imigração a partir dos anos 80. Em um segundo ponto, abordamos os incidentes na periferia da cidade de Grenoble e como o seu tratamento público revela o posicionamento político do então Presidente da República, Nicolas Sarkozy.

A questão da imigração se localiza

A partir dos anos 1980, a midiatização da imigração na França se desenvolve de forma progressiva a partir de um enquadramento local e limitado. A professora de ciências da comunicação, Simone Bonnafous (1991), em uma pesquisa sobre a análise de discursos

[4] *La Cité nationale de l'histoire de l'immigration* (A cidade nacional da história da imigração), inaugurada em 2007, foi proposta pelo Programa de Ação Anual do Comitê Interministerial da Integração em abril de 2003. O objetivo era criar um centro de recursos multimídias e de memória da imigração, destacando o papel da imigração na construção do país. A Cité foi concebida como "um lugar de pedagogia, pesquisa, debate, tendo também uma função patrimonial". O que motivou sua criação foi a constatação da falta de um lugar na França que conserve a memória da imigração, como fazem outros países europeus. Hoje, a Cité se intitula apenas Museu da História da Imigração (Musée de l'histoire de l'immigration). Disponível em: http://www.histoire-immigration.fr. Acesso em: 22 de outubro de 2017.

sobre imigração na imprensa nacional francesa, de 1974-1984, demonstra essa constatação. Essa localização é percebida nos artigos jornalísticos sobre a imigração, através das seguintes designações: “periferia”, “cidade” e “subúrbio”. A partir de então, o tratamento jornalístico da questão da imigração se concentra em situações que envolvem a criminalidade e a insegurança observada nestes territórios.

O enquadramento local da imigração é explicado com o surgimento, em 1981, do “problemas das periferias”, conforme nomeia a socióloga Annie Collovald (2001). Foi neste momento que os incidentes no bairro Minguettes, localizado na periferia de Lyon com forte concentração de população imigrante, chama a atenção dos políticos e jornalistas para um grupo específico da população: os jovens imigrantes. Os problemas causados por eles se resumiram a “carros queimados, barricadas e coquetéis molotov jogados contra a polícia”, como salienta o sociólogo Patrick Champagne (1991, p. 67), em um artigo sobre o tratamento político e midiático durante os atos de violência em Minguettes. Na verdade, desde o final dos anos 1970, preocupações sobre os subúrbios franceses já eram objeto de debate político. Os sociólogos Christian Bachmann e Nicole Leguennec (1996) afirmam que os problemas de desemprego dos jovens, a insegurança e a presença de imigrantes nas periferias eram identificados e debatidos na imprensa no final dos anos 1970. Entretanto, é a partir dos incidentes em 1981 que a atenção, tanto das autoridades públicas quanto a dos jornalistas, focaliza-se sobre as famílias de imigrantes e os jovens que, frequentemente, estão desempregados ou em situação de dificuldade com os estudos.

A ocorrência de incidentes semelhantes em outras periferias (Vaulx-en-Velin em 1990, Argenteuil, Sartrouville e Mantes-la-Jolie em 1991) é seguida por um tratamento estatal que associa os problemas vivenciados nos subúrbios às questões da pobreza, imigração e à juventude. Assim, ao longo dos anos 80, no centro do debate sobre os problemas das periferias estavam as questões da delinquência juvenil e da integração das populações imigrantes. O estudo da socióloga Julie Sedel (2009, p. 22) demonstra essas observações:

> Esse “problema das periferias”, tal como foi formulado por meio da resposta estatal, associa, portanto, um lugar - os conjuntos de habitação social – perseguição de carro com a polícia, incêndios de carros - a uma fração da população moradora da periferia– “jovens”, o termo que designa implicitamente, os filhos de imigrantes[5] (tradução nossa).

Dessa forma, a associação entre “periferia - delinquência - jovens imigrantes” torna-se uma questão sensível na França, que levanta questões sobre as formas locais de exclusão (Dubedout, 1983). Isso se reflete na solicitação de vereadores e dirigentes associativos na implementação de ações públicas territoriais, a partir de 1988, com a criação do Conselho Nacional das Cidades (CNV) e da Delegação Interministerial para a Cidade e o

[5] Ce « problème des banlieues », tel qu’il est formulé à travers sa réponse étatique, associe donc un lieu – le grand ensemble d’habitat social- des incidents – courses poursuites en voiture avec la police, incendies de voitures – à une fraction de la population des cités HLM – « les jeunes », le terme désignant de façon implicite, les enfants d’immigrés.

desenvolvimento social urbano (DIV). O investimento do Estado em resolver este problema culmina com a criação do Departamento da Cidade em 1990 (LAFARGE, 2002). Os incidentes nas periferias são, portanto, entendidos como resultado do enfraquecimento ou mesmo da ruptura dos laços sociais. Assim, a luta contra as desigualdades territoriais é uma luta para fortalecer as relações sociais entre os habitantes de periferias e os da cidade.

Christine BARATS (1994) reforça essa observação, na sua análise sobre o discurso do ex-presidente francês François Mitterrand (1981-1995) em matéria de imigração. Ela observa que, nos primeiros anos de seu mandato, o Presidente intervém principalmente em países estrangeiros quando o tema é o fluxo migratório. No entanto, durante os anos de 1984 e 1991, a França torna-se o lugar privilegiado pelo Presidente ao abordar esse tema. Esse movimento indica que a "imigração" já não é entendida em termos de mobilidade, porque o movimento migratório está cada vez mais associado à integração de estrangeiros no país:

> Essa mudança relativa aos locais de intervenção do Presidente (França-exterior), para abordar estas questões "coincide" com uma mudança discursiva observável durante este mesmo período e que testemunha a substituição do tópico "imigração" pelo tópico "integração[6]" (BARATS, 1994, p. 110, tradução nossa).

A modificação vem acompanhada de uma mudança na percepção do imigrante na França. A autora constata que, embora o termo "imigração" designe termos como "trabalhadores imigrantes" e problemas enfrentados por imigrantes, o termo "integração" é caracterizado pelo uso de "clandestinos" e problemas causados pelos imigrantes e não mais enfrentados por eles. Dessa forma, podemos concluir que, a partir dos anos 80, o tópico "imigração" se inscreve em um contexto francês em detrimento de um contexto de relações internacionais.

Nos debates políticos observamos também essa tendência. Em 1988, a imigração é um dos temas da eleição presidencial na França. Na imprensa, os políticos realçam as condições do país - ou melhor, a ausência de condições - para acolher os imigrantes. Jean-Marie Le Pen propõe, enquanto candidato, expulsar todos os estrangeiros clandestinos e organizar o regresso dos imigrantes que não pertencem à comunidade europeia "começando pelos desempregados" (SOLE, 1988). Em um debate entre candidatos à eleição publicado no *Le Monde,* no dia 30 de abril de 1988, sobre o tema "imigração", o candidato Jacques Chirac enfatiza a falta de condições no país para receber imigrantes. "É um problema de identidade nacional e de modo de vida dos franceses e de coesão social". Em uma outra ocasião, ele reitera seu posicionamento: "o desemprego, a imigração clandestina e a insegurança são três fenômenos convergentes que explicam o descontentamento de alguns de nossos compatriotas!" (Lv. G.,1988). Para ele, a imigração é um problema sobre o qual é necessário refletir e controlar, porque ele é um tema "que preocupa bastante os franceses" (*Le Monde,* 30 de abril de 1988). Dessa forma, ele declara que o problema da imigração se refere a um

[6] Ce changement relatif aux lieux d'interventions du Président (France/étranger), pour traiter de ces questions « coïncide » avec un changement discursif observable au cours de cette même période et qui témoigne de la substitution de la topique « immigration » par la topique « intégration ».

problema de coabitação entre os moradores marcada pela ausência de laço social entre os indivíduos.

É importante ressaltar que os descendentes de imigrantes[7] são mais numerosos que os imigrantes na França. 6,7 milhões deles nasceram na França e são descendentes diretos dos imigrantes. Essa característica é singular ao país em comparação com outros países europeus: a proporção de descendentes de imigrantes na população residente é uma das mais elevadas da Europa (BOUVIER, 2012).

Sendo assim, podemos concluir que as declarações dos políticos dizem menos sobre o fenômeno migratório do que sobre a oposição entre franceses e estrangeiros. Nesse sentido, a maneira pela qual o "problema" é definido e legitimado (BERGER, LUCKMAN (1966), 2012, p. 162) está ligada às normas de comportamento (ELIAS, 1973, p. 135), às boas maneiras e aos modos de vida dos franceses em relação aos imigrantes. Como afirma Norbert Elias sobre o processo da sócio-gênese do Estado, "[...] as máquinas, as descobertas científicas, o sistema governamental são testemunhas de uma certa estrutura de relações humanas, da sociedade, de um modo determinado de comportamento humano[8]" (ELIAS, 1973, p. 128). A legitimação desse problema diz respeito à relação do Estado com os indivíduos. Gradualmente, o tema "imigração" passa a ser relacionado a casos chamados de "violência urbana" que são socialmente definidos pela associação entre atos de violência em periferias por jovens descendentes de imigrantes.

Esse contexto histórico nos permite compreender o processo de legitimação do problema que o tema imigração se tornou e, ainda, contextualizar o tratamento público dado aos incidentes ocorrido na Villeneuve de Grenoble em 2010, que abordamos agora.

Violência na periferia de Grenoble

Jovens moradores do bairro Villeneuve provocaram três noites de violência após a morte de Karim Boudouda, também morador desse bairro. No dia 16 de julho de 2010, o jovem foi morto na Villeneuve depois de assaltar um cassino em Uriage, cidade perto de Grenoble, houve perseguição e troca de tiros com a polícia. Os jovens do bairro incendiaram carros e latas de lixo, atiraram pedras contra policiais que cercaram a área.

Após a violência, o governo de Nicolas Sarkozy toma várias medidas, principalmente em termos de segurança: o ministro do Interior, Brice Hortefeux anuncia o envio de reforço de forças móveis e um helicóptero para Grenoble; o Presidente Nicolas Sarkozy anuncia a

[7] O termo « descendente de imigrantes » não é definido oficialmente. Nós fazemos referência à definição utilizada pelo Insee: " é descendente de imigrantes toda pessoa nascida na França tendo ao menos o pai ou a mãe imigrante". (BREEM, 2010). O jovem adulto, Karim Boudouda, que tinha 27 anos, era filho de pais argelinos. Dessa forma, seu caso corresponde à definição.

[8] [...] Les machines, les découvertes scientifiques, le système gouvernemental sont les témoins d'une certaine structure des rapports humains, de la société, d'un mode déterminé du comportement humain.

criação de novos dispositivos policiais, o GIR (Grupo de Intervenção Regional) e a UMIR (Unidade de Intervenção Rápida Mista).

Em uma conferência de imprensa, o Presidente associa diretamente os problemas relativos às periferias francesas ao fluxo imigratório para o país. O discurso de Nicolas Sarkozy se focaliza sobre a relação entre a imigração, a violência e a insegurança encontradas no país:

> Devemos reconhecer, eu tenho que dizer, nós sofremos as consequências de 50 anos da imigração insuficientemente regulamentada que levaram a uma falta de integração. Nós somos muito orgulhosos do nosso sistema de integração. Talvez devemos acordar? Para ver o que ele tem produzido. Ele funcionou. Não funciona mais. (...) A guerra que eu decidi começar contra os traficantes, contra os bandidos, essa guerra vale por vários anos. Ela vai muito além da situação de um governo, de uma maioria ou de um partido[9]. ("Le discours de Grenoble de Nicolas Sarkozy". Le Figaro. 30 de julho de 2010, artigo republicado no dia 31 de março de 2014, tradução nossa).

O fluxo migratório "não controlado" é interpretado por ele como a causa principal dos problemas atuais que o pais deve enfrentar, como o tráfico de drogas e a violência. De uma parte, os problemas são apresentados como específicos das periferias, de outra parte, como problemas relacionados aos imigrantes.

Durante a sua ida a Grenoble no final de julho de 2010, Nicolas Sarkozy, propõe uma mudança no Código Penal, sugerindo a remoção de cidadania francesa dos indivíduos que cometem uma infracção penal. Dessa maneira, um item adicional ao projeto de lei chamado "Imigração, Integração e Nacionalidade" foi desenvolvido alguns meses depois de sua declaração:

> A nacionalidade francesa deve ser retirada de todas as pessoas de origem estrangeira que voluntariamente ameaçar a vida de um funcionário de polícia ou de um militar. (…) A nacionalidade francesa se merece. Deve se mostrar digno. Quando se atira contra um agente das forças de ordem, não se é mais digno de ser francês[10]. (Le discours, 2014).

O Código Civil francês permite a retirada da nacionalidade francesa, mas em casos específicos, como em terrorismo e crimes de guerra. O chefe de Estado propõe dessa forma a extensão das possiblidades de privação da nacionalidade. A emenda sobre a retirada da nacionalidade significa que, se adotada, as sanções devem ser ajustadas a cada pessoa que

[9] Il faut le reconnaître, je me dois de le dire, nous subissons les conséquences de cinquante années d'immigration insuffisamment régulée qui ont abouti à un échec de l'intégration. Nous sommes si fiers de notre système d'intégration. Peut-être faut-il se réveiller ? Pour voir ce qu'il a produit. Il a marché. Il ne marche plus. (...) La guerre que j'ai décidé d'engager contre les trafiquants, contre les voyous, cette guerre-là vaut pour plusieurs années. Elle dépasse de beaucoup la situation d'un gouvernement, d'une majorité ou d'un parti.

[10] La nationalité française doit pouvoir être retirée à toutes les personnes d'origine étrangère qui auraient volontairement porté atteinte à la vie d'un fonctionnaire de police ou d'un militaire de la gendarmerie. (…) La nationalité française se mérite. Il faut pouvoir s'en montrer digne. Quand on tire sur un agent chargé des forces de l'ordre, on n'est plus digne d'être Français.

comete um crime contra as forças de ordem, o que torna mais evidente a oposição entre "franceses" e "imigrantes". Com essa proposta, o Presidente faz referência aos franceses de origem estrangeira, como é caso de Karim Boudouda, morto na Villeneuve, que era filho de argelinos. O discurso do Presidente diz respeito a grupos que, independentemente de sua nacionalidade, são vistos como imigrantes. Dessa maneira, tudo indica que a origem e identidade dos indivíduos representam uma ameaça, como ilustra a seguinte passagem do texto relativo à emenda:

> Para os delinquentes estrangeiros que cometerem um crime ou delito, a expulsão do território nacional permitirá às pessoas honestas de desfrutar de seu direito mais básico, o direito de viver em segurança, paz e serenidade. Os infratores naturalizados franceses que participarem de crimes devem ter sua nacionalidade francesa retirada, na medida em que ameaçam a segurança nacional[11] (ASSEMBLEE NATIONALE, 20 de setembro de 2010.)

Dessa forma, os jovens de origem estrangeira são apresentados como responsáveis da "crise" das periferias (PAES, 2015). Nesse sentido, a reação do Estado na elaboração da emenda contribui para a estigmatização do imigrante e de descendentes de imigrantes. Um estigma é, de acordo com Erving GOFFMAN (1975), um atributo que é socialmente designado a certos indivíduos tornando-os diferentes dos outros membros da sociedade: ele designa "um atributo que lança um descrédito profundo" ou uma "má reputação" a determinadas pessoas (1975, p.13). Além disso, o chefe de Estado faz declarações inexatas (ou generalizadas) a propósito da imigração na França e sobre a população que habita zonas urbanas sensíveis (ZUS), o que compromete a compreensão do fenômeno migratório no país. Ora, a relação entre descendente de imigrante e as áreas residenciais das ZUS, assim como a relação entre essas zonas, os descendentes de imigrantes e os jovens magrebinos não é evidente como aparenta ser. Um descendente de imigrantes não mora obrigatoriamente nas zonas urbanas sensíveis. O número de imigrantes vivendo nessas áreas é mais importante que o de descendentes de imigrantes. Um descendente de imigrantes não é necessariamente um jovem ou menor de idade, porque quando nascido na França (de ao menos um pai imigrante) ele continua sendo descendente de imigrantes para o resto da vida. Além disso, a população de descendentes de imigrantes é fundamentalmente vinda de fluxos migratórios antigos, vindos de Portugal, da Itália e da Espanha. Cerca de 65% dos descendentes são originários da Europa. Os descendentes do Magrebe representam 23%. No entanto, no caso de descendentes de 15-24 anos o Magrebe representa 36% das origens (BREEM, 2010).

Ademais, no discurso do chefe de Estado, o tema "imigração" aparece como o problema mais importante da Villeneuve, deixando em segundo plano as formas locais de exclusão e as particularidades dessa área. Nesse sentido, a postura do Estado é uma postura que quer passar uma mensagem que tranquilize os cidadãos, porque ela engloba o indivíduo

[11] Pour les délinquants étrangers ayant commis un tel crime ou délit, l'expulsion du territoire national permettrait aux honnêtes gens de jouir de leur droit le plus fondamental, celui de vivre en toute sécurité, tranquillité et sérénité. Les délinquants naturalisés français ayant participé à ces exactions devraient être déchus de la nationalité française dans la mesure où ils menacent la sécurité nationale.

em um grupo: o grupo dos imigrantes. Fazendo isso, ela exclui toda a marginalidade que existe na França e a desigualdades observadas nessa zona urbana e na cidade. A Villeneuve faz parte da zona urbana sensível da aglomeração de Grenoble, uma zona prioritária em termos de política urbana. Os indicadores de precariedade (o número de desempregados, de famílias monoparentais, de beneficiários de uma alocação de residência) se concentram na parte sul de Grenoble, onde se encontra a Villeneuve (BERTHELOT, 2008). Essa parte é caracterizada por uma forte proporção de população estrangeira. A zona urbana sensível da aglomeração conta com 17.732 habitantes sendo que 15, 3% são estrangeiros. Grenoble apresenta 158 746 habitantes sendo 9,3% de estrangeiros, segundo a análise realizado pelo Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos *(Institut national de la statistique et des études économiques*), Insee[12], em 2008. Entretanto, a Villeneuve é composta por vários conjuntos habitacionais muito heterogêneos entre si: são 23 que reagrupa um total de 4200 residências e 10.700 moradores de acordo com o recenseamento de 1999 (*Habiter et vivre à la Villeneuve,* 2003). Devido à heterogeneidade da Villeneuve, é como se houvesse várias e não apenas "uma" Villeneuve. Além disso Grenoble é uma cidade onde os indicadores de precariedade ultrapassam as fronteiras das periferias contempladas pela política urbana. O antigo centro de Grenoble também apresenta sinais de precariedade financeira e ligada ao emprego (BERTHELOT, Alain, 2008).

O Estado tenta impor, portanto, uma definição dos incidentes, reforçando os aspectos socialmente acordados ao "problema da imigração". Eles se traduzem pela relação entre imigração e casos de violência ocorrendo em periferias. O imigrante aparece como o "culpado" no discurso de Nicolas Sarkozy. Dessa forma, o Presidente interpreta os incidentes como o resultado de uma relação de oposição entre a sociedade francesa e os imigrantes e os filhos de imigrantes. A oposição, tal como é apresentada pelo chefe de Estado, revela "sinais distintivos" da "superioridade" dos padrões ocidentais de comportamento diante do comportamento dos imigrantes, principalmente do imigrantes dos países do Magrebe já que o jovem em questão é Karim Boudouda, filho de argelinos. Nesse sentido, durante os incidentes na Villeneuve, Nicolas Sarkozy inscreve a questão da imigração na esfera privada, culpando os imigrantes pelos atos de violência cometidos nessa área residencial. As questões políticas relacionadas à imigração e aos bairros prioritários (tais como, por exemplo, as precárias condições de vida dos habitantes) são reduzidas por um representação consensual dos aspectos do problema: a concentração de imigrantes nos subúrbios e o suposto comportamento violento dos "jovens imigrantes".

Entretanto, essa postura não foi adotada momentaneamente, em razão dos incidentes em Grenoble. O interesse de Nicolas Sarkozy pela política de imigração vem desde o início de 2000, quando ele era ministro do Interior (2002-2007). Em 2003, por exemplo, na votação do projeto de lei na Assembleia Nacional relativo ao controle e à estadia dos estrangeiros na França, ele afirma que "A imigração é uma das questões sociais, onde a confiança dos nossos concidadãos no Estado é mais fragilizada" (SARKOZY, 2003). Nos anos

[12] Insee faz parte do Ministério da Economia e das Finanças na França. Tem por objetivo coletar, analisar e divulgar informações sobre a economia e a sociedade francesas em todo o seu território. Sobre sua atuação: disponível em: https://www.insee.fr/fr/information/1302198. Acesso em: 22 de outubro de 2017.

seguintes, a importância da questão imigração é fortalecida. Ela é apresentada por Nicolas Sarkozy como "questão decisiva para os próximos anos (SARKOZY, 2005); como uma dificuldade ou ainda como uma prioridade: "o uso generalizado de vistos biométricos, a deportação de imigrantes ilegais, o rigor em relação aos países de onde surgem fluxos ilegais, são agora as principais prioridades do governo" (SARKOZY, 2005).

Enquanto candidato à Presidência da República francesa, Nicolas Sarkozy propõe "transformar profundamente a política francesa de imigração[13] (RIDET, 2005, tradução nossa)". Esse posicionamento, tanto do seu governo quanto do Presidente, fica evidente no momento dos incidentes na Villeneuve. Trata-se do posicionamento político partidário de Nicolas Sarkozy, eleito pelo partido tradicional de direita, UMP (Union pour un mouvement populaire).

Além disso, o discurso do presidente sobre a emenda relativa à remoção da nacionalidade francesa prolonga um posicionamento político restritivo sobre as condições de residência no país. Dessa maneira, a proposta de Nicolas Sarkozy em 2010 não é necessariamente uma ruptura com as políticas anteriores. Com a chegada de Nicolas Sarkozy no Ministério do Interior, em 2002, novas leis que promovem o desenvolvimento de uma imigração seletiva são votadas. De fato, desde 2003, projetos de lei sobre a entrada e a permanência de estrangeiros foram apresentados à Assembleia Nacional: a Lei de 26 de novembro de 2003 sobre o controle da imigração, a residência de estrangeiros em França e a nacionalidade; a Lei de 24 de julho de 2006 sobre a imigração e a integração e a Lei de 20 de novembro de 2007, sobre o controle da imigração, a integração e o asilo. Em 2010, o projeto de lei do ministro da Imigração, da Integração, da Identidade Nacional e do Desenvolvimento Solidário, Éric Besson, é adicionado a essa lista. Então, são quatro leis em sete anos. Em geral, essas leis restringem certos direitos adquiridos, como, por exemplo, a Lei de controle da Imigração de 2003 que estipula que o título de residente só pode ser concedido a um cônjuge estrangeiro de um francês após 2 anos, sendo que antes o prazo era de um ano (AUTORA, 2015). Assim, as decisões políticas tomadas no momento dos acontecimentos na Villeneuve devem ser entendidas em um período de tempo longo.

Conclusão

Gradualmente, o tema "imigração" passa a ser relacionado a casos chamados de "violência urbana" que são socialmente definidos pela associação entre atos de violência em periferias por jovens descendentes de imigrantes. Sob o governo de Nicolas Sarkozy, essa dinâmica se reforça, uma vez que a questão da imigração foi objeto de discussões públicas, especialmente durante os atos de violência que ocorreram no bairro de Villeneuve, em Grenoble. O Presidente da República, no momento desses incidentes, coloca a responsabilidade nos imigrantes, contribuindo para a diferenciação social entre franceses e imigrantes. A criação de uma emenda para estabelecer a retirada da nacionalidade dos

[13] « de transformer profondément la politique française de l'immigration ».

indivíduos que cometem um crime reforça esse posicionamento, que ajuda a distinguir os franceses do imigrantes ou franceses que são descendentes de imigrantes. A oposição, tal como ela é apresentada, revela "signos distintivos[14]" de superiodade das normas e comportamentos ocidentais em relação aos comportamentos dos imigrantes vindo de países magrebinos.

As desigualdades sociais do país são invisibilizadas e ideias pré-concebidas sobre a presença de imigrantes no solo francês se propagam. Ora, como demonstramos, um descendente de imigrantes não vive necessariamente em áreas urbanas sensíveis.

Dessa forma, a definição do que se convencionou chamar de violência urbana se reforça: incidentes em periferias cometidos por jovens que são considerados imigrantes, mesmo que eles tenham nacionalidade francesa. Podemos concluir, então, que a definição do Estado do "problema da imigração" repousa na "ameaça" que esse assunto representa para os cidadãos franceses em termos de segurança. Durante os incidentes na Villeneuve, o posicionamento político do chefe de Estado no que diz respeito ao tema torna-se evidente. Esses aspectos refletem a relação entre imigração e casos de violência em periferias. Dessa forma, o tratamento público dado à imigração contribui para a diferenciação entre os indivíduos e opõem franceses a imigrantes ou descendentes de imigrantes. Nossa proposta abordou a maneira pela qual as práticas de comunicação são ferramentas governamentais que ajudam na institucionalização do problema da imigração e na estigmatização de jovens franceses descendentes de imigrantes e dos moradores das periferias.

A forma como a imigração torna-se um tema prioritário durante a presidência de Nicolas Sarkozy (2007-2012) é baseada em uma definição do "problema da imigração", politicamente orientada. O que contribui para a constituição de um consenso sobre os aspectos desse problema, portanto, para a regulação da esfera pública.

Artigo recebido em 21 set. 2017.
Aprovado para publicação em 26 set. 2017.

Referências

AFP, « L'immigration un « thème d'action » pour Sarkozy », Le Nouvel observateur.fr. 5 de março de 2007.

ASSEMBLEE NATIONALE. Artigo adicional ao projeto de lei "Immigration, Intégration et Nationalité", 20 de setembro de 2010, IN: Assembleia Nacional, URL: <

[14] Elias Norbert, *op.cit.*, p. 212.

http://www.assemblee-nationale.fr/13/pdf/amendements_commissions/cloi/2400-02.pdf>, Acesso em: 16 de dezembro de 2015.

BACHMANN, Christian; LEGUENNEC, Nicole. *Violences urbaines.* Ascension et chute des classes moyennes à travers cinquante ans de politiques de la ville. Paris: Editions Albin Michel, 1996.

« A Grenoble, « Gitans » et « Maghrébins » s'affrontent pour le marché de la drogue ». Le Monde, 7 de dezembro de 2007.

BARATS, Christine. L'intégration et le discours présidentiel sur l'immigration: inscription dans l'espace national et consensus d'évitement**.** *Quaderni,* n° 22, 1994, p. 109-123.

BERGER, Peter, Luckman Thomas (1966). *La construction sociale de la réalité*. Paris: Armand Colin, 2012.

BERTHELOT, Alain. Précarité dans l'agglomération de Grenoble: pas uniquement dans les zones urbaines sensibles. *La Lettre Analyses,* n°99, 2008, sur www.insee.fr/rhonealpes.).

BONNAFOUS, Simone. *L'immigration prise aux mots.* Paris: Editions Kimé, 1991.

BONNET, Michel; MUSTAPHA, Touahir. Lyon et Grenoble: deux profils métropolitains différents. *La Lettre-Analyse.* Insee Rhône-Alpes, n° 206, décembre 2013.

BOUVIER, Gérard. Les descendants d'immigrés plus nombreux que les immigrés: une position française originale en Europe. *Insee Références*. 2012.

BREEM, Yves. Les descendants d'immigrés. *Info migrations,* n°15, juillet 2010.

CABRET, Nicole. Soufiane, quinze ans, a été tué à Grenoble par deux mineurs de seize et dix-sept ans, Société. Le Monde, 5 de dezembro de 2000.

CHAMPAGNE, Patrick. La construction médiatique des « malaises sociaux. *Actes de la recherche en sciences sociales,* n° 90, 1991, p.64-76.

COLLOVALD, Annie. Des désordres sociaux à la violence urbaine. *Actes de la recherche en sciences sociales,* n° 136-137, 2001, p.104-113.

« Destot: « Je ne laisserai stigmatiser ni Grenoble ni la Villeneuve ». Le Dauphiné Libéré. 30 de julho de 2010.

DUBEDOUT, Hubert. *Ensemble, refaire la ville: rapport au Premier ministre du Président de la Commission nationale pour le développement social des quartiers*. Paris: La documentation française, 1983.

ELIAS, Norbert (1969). *Civilisation des mœurs.* Paris: Calmann Lévy, 1973.

GOFFMAN, Erving. *Stigmate. Les usages sociaux des handicaps*. Paris: Les Editions de Minuit, 1975.

« Grenoble en proie à une vendetta meurtrière entre trafiquants de drogue ». Le Monde, 3 de novembro de 2007.

Habiter et vivre à la Villeneuve, diagnostic. Municipalité de Grenoble, março de 2003.

JOLY, Jacques; PARENT, Jean-François. *Grenoble de 1965 à 1985. Paysage et politique de la ville*. Grenoble: PUG, 1988.

LA HAYE, Yves (de). *Dissonances. Critique de la communication*. La pensée sauvage, 1984.

LAFARGE, Géraud. La double construction de la sociologie de l'exclusion. *Regards Sociologiques*, n°23, 2002, p.59-74.

« Le discours de Grenoble de Nicolas Sarkozy ». Le Figaro, 30 de julho de 2010, artigo atualizado no dia 31 março de 2014.

Lv. G.. « Chirac chante sur deux registres le thème de l'immigration ». *Libération*, 12/13 de março de 1988.

NEVEU, Erik. L'approche constructiviste des « problèmes publics », un aperçu des travaux anglo-saxons. *Questions de communication*, n°22, 1999, p. 41-57.

PAES, Paula de Souza. *La communication publique et les pratiques journalistiques au prisme des mutations sociales: la question de l'immigration en France (1980-2010).* 2014. 486f. Tese (Doutorado em ciências da informação e da comunicação) - Universidade Grenoble 3-Stendhal, Grenoble, 2014.

_____. La question de l'immigration comme enjeu de communication publique et politique. *Les Enjeux de l'Information et de la Communication*, n°16/1, 2015, p. 73 à 87, Disponível em : https://lesenjeux.univ-grenoble-alpes.fr/2015/05-De%20Souza%20Paes/index.html. Consultado em. 24 de julho de 2017.

_____. A imprensa regional e suas estratégias editoriais relativas à questão da imigração na França. *Estudos em Jornalismo e Midia*, vol. 12, n°2, 2015, p. 292-302.

RIDET Philippe, M. de Villepin rejoint M. Sarkozy sur la gestion de l'immigration, *Le Monde* 11 de junho de 2005.

SARKOZY, Nicolas. Je ne peux laisser passer. Libération, 5 de agosto 2005.

SARKOZY, Nicolas. *Conférence de presse sur l'immigration*. Paris, le 11 décembre 2006. Disponivel: http://www.interieur.gouv.fr/Archives/Archives-de-Nicolas-Sarkozy-2005-

2007/Interventions/11.12.2006-Conference-de-presse-sur-l-immigration. Acesso em: 13 julho 2013.

SARKOZY, Nicolas. *Projet de loi relatif à la maîtrise de l'Immigration et au séjour des étrangers en France 2003*. Ministère de l'Intérieur, URL: http:// www.interieur.gov.fr, consultado no dia 10 de dezembro de 2012.

SEDEL, Julie. *Les médias et la banlieue*. Paris : INA, Editions Le Bord de l'Eau, 2009

SOLE, Robert. Les candidats et l'immigration. *Le Monde*. 23 de março de 1988.

VIGNA, Xavier. « Une émancipation des invisibles? Les ouvriers immigrés dans les grèves de mai-juin 68 », dans: Boubeker Ahmed, Hajjat Abdellali (coord.). *Histoire politique des immigrations (post) coloniales, France, 1920-2008.* Paris, Editions Amsterdam, 2008, p. 86.

WEIL, Patrick. *La République et sa diversité. Immigration, intégration, discriminations*. Paris: Editions du Seuil et la République des Idées, 2005.

Peruanidad(es) no Brasil: a construção de identidades na experiência migratória de estudantes peruanos no Rio de Janeiro

Camila Daniel [1]

Peruvianness(es) in Brazil: constructing identities in the migratory experience of Peruvian students in Rio de Janeiro

http:/dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.70584

[1] Doutora em Ciências Sociais pela PUC-Rio. Professora do Departamento de Ciências Administrativas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: camiladaniell@gmail.com.

Resumo:

Este trabalho examinará como os peruanos que chegaram ao Rio de Janeiro como estudantes universitários (re)constroem sentidos sobre o que é "ser peruano" no Brasil. Escapando do falso dilema entre preservar a identidade de origem ou se aculturar, os estudantes fazem uma apropriação crítica de elementos brasileiros, ao mesmo tempo em que (re)avaliam os aspectos peruanos de sua identidade, (re)forçando alguns e relativizando outros. Nesta dinâmica, a comida, a dança e a música peruanas são ativadas como elementos diacríticos (BARTH, 2000) que possibilitam a identificação dos estudantes com outros peruanos no Rio de Janeiro, a despeito de suas diferenças. Por outro lado, o estranhamento que sofrem pelos brasileiros, por exemplo, pelo seu sotaque, desempenha um importante papel neste processo. A noção de *experiência migratória* (DANIEL, 2013) balizará esta análise. Este trabalho se baseia no trabalho de campo etnográfico realizado entre 2011 e de 2012.

Palavras-chave: identidade; etnicidade, mobilidade estudantil.

Abstract:

This paper will examine how Peruvians who arrived in Rio de Janeiro as university students (re)construct meanings about what it is like "to be a Peruvian" in Brazil. Escaping from the false dilemma between preserving the identity of origin or acculturating, students make a critical appropriation of Brazilian elements, while re-evaluating the Peruvian aspects of their identity, (re)forcing some and relativizing others. In this dynamic, Peruvian food, dance and music are activated as diacritical elements (BARTH, 2000) that allow the identification of students with other Peruvians in Rio de Janeiro, despite their differences. On the other hand, the strangeness student suffer by Brazilians, due to, for example, their accent, plays an important role in this process. The notion of *migratory experience* (DANIEL, 2013) will guide this analysis. This work is based on ethnographic fieldwork conducted between 2011 and 2012.

Keywords: identity; etnicidade, student mobility.

Introdução

Este trabalho examinará como os peruanos que chegaram ao Rio de Janeiro como estudantes universitários (re)constroem diferentes sentidos para o que é "ser peruano" no Brasil. Apesar de ainda preterida no campo dos estudos migratórios, a mobilidade estudantil se caracteriza como um tipo particular de fluxo internacional de pessoas que também manifesta as pressões estruturais do capitalismo neoliberal no mundo e na América Latina - exigência do mercado de trabalho mundial por mais qualificação, a expansão do capital estrangeiro e corporações no ensino superior, a internacionalização da educação, a redução do investimento público em educação - que afetam a construção de identidades.

Por outro lado, além de obter um diploma de graduação, mestrado ou doutorado, se tornar um estudante estrangeiro no Brasil oferece aos peruanos a possibilidade de (re)pensar quem são em relação aos "outros", entre eles seus familiares e amigos que ficaram no Peru ou estão outros lugares do mundo, aos brasileiros e demais estrangeiros com quem convivem no Rio de Janeiro. Em outras palavras, além da dimensão macrossociológica, a mobilidade estudantil internacional é também constituída por uma dimensão subjetiva e cultural, formada a partir da percepção, dos sentimentos e dos significados atribuídos a ela pelos atores envolvidos em tal fluxo.

Este trabalho analisará como os peruanos que chegaram ao Rio de Janeiro como estudantes universitários se percebem como indivíduos e (re)elaboram diferentes formas de "ser peruano" no exterior. Para tanto, exploraremos a noção de *experiência migratória*, entendida como "um processo no qual o indivíduo, através do deslocamento geográfico, encontra a possibilidade de circular por outros universos culturais e simbólicos e de lançar um olhar distanciado tanto sobre o país de destino, como do país de origem e sobre si mesmo" (DANIEL, 2013, p. 26). Inseridos no contexto de descentramento do sujeito propiciado pelo questionamento às identidades baseadas nas metanarrativas, como a nação e a classe (HALL, 2006, p. 15), os estudantes peruanos escapam do falso dilema entre preservar uma identidade de origem ou se aculturar, fazendo uma apropriação crítica de elementos peruanos e brasileiros na construção de uma *peruanidad* no Rio de Janeiro.

Neste processo, a música, a dança e comida peruanas são apropriados como sinais diacríticos que reforçam o sentimento da *peruanidad* em relação à identidade brasileira. No entanto, a unidade imaginada por tal identidade não apaga as desigualdades de poder e as hierarquias dentro da própria comunidade peruana, entre elas a classe, na qual os estudantes, pela qualificação da mobilidade estudantil, ocupam um lugar privilegiado em comparação a outros imigrantes. Por outro lado, tal *peruanidad* também é construída em relação aos brasileiros, mais especificamente os cariocas. Apesar de representados como simpáticos e cordiais, os cariocas são também vistos como distantes, sendo uma das formas de reproduzir a distância a discriminação dos peruanos pelo sotaque. Assim, é na relação com outros peruanos e com os brasileiros que os estudantes peruanos participam ativamente da dinâmica de construção de uma *peruanidad* como identidade étnica no Rio de Janeiro.

Este trabalho foi realizado por meio de trabalho de campo etnográfico no período de maio de 2011 a julho de 2013. O trabalho de campo incluiu a realização de observação participante, entrevistas semiestruturadas, conversas informais (presenciais e via facebook) e minha ativa participação, inclusive como dançarina do grupo de danças folclóricas peruanas, em eventos públicos como as celebrações da independência do Peru, do dia da hispanidade e do Sr. de los Milagros, as festas *Noches de Sol* e as apresentações do grupo de música afroperuana Negro Mendes.

Os estudantes com quem convivi ao longo do trabalho de campo são de diferentes partes do Peru, principalmente da capital Lima, Arequipa e Trujillo, inseridos principalmente em áreas como Engenharia, Física, Matemática e, em menor proporção nas Artes Cênicas, Química, Biologia, Economia, Direito e Administração, tendo chegado ao Rio entre 1989 e 2012. Entre os que vieram como estudantes de graduação predominam jovens homens oriundos das classes médias, cujos pais trabalham/vam no Peru como profissionais qualificados – advogados, professores universitários, contadores, administradores. Eles chegaram no Rio de Janeiro até início dos anos 2000 e, no momento da pesquisa, já estavam estabelecidos na cidade. Os estudantes de pós-graduação, por sua vez, chegaram ao Rio mais velhos, depois de realizar a graduação no Peru. Muitos deles eram oriundos das classes baixas peruanas, de bairros periféricos de Lima ou cidades do interior, cujos pais desempenhavam atividades de baixa qualificação e remuneração. A presença de mulheres é mais marcante entre os estudantes de pós-graduação, apesar de ainda minoritária. Neste trabalho opto por denominá-los como “estudantes” mesmo depois de formados por eles terem se inserido no fluxo migratório de uma forma qualificada, socialmente valorizada e juridicamente protegida (DANIEL, 2013, p.27).

A mobilidade estudantil de peruanos como uma experiência migratória

Desde os anos 80, a ida de peruanos para o exterior se tornou um fenômeno numericamente expressivo, impulsionada por motivos econômicos e políticos. Naquele período, o país enfrentou uma severa crise política, com a insurgência de grupos políticos armados, e econômica, com o aumento exponencial da inflação e da deterioração das condições de vida. Desde então, os principais destinos escolhidos pelos peruanos que ingressam nas rotas migratórias tem sido Estados Unidos, Espanha, Itália, Argentina e Chile (INEI, 2012). O Brasil não está entre os destinos mais procurado pelos peruanos, mas se tornou uma opção para aqueles que almejam níveis mais elevados de educação por uma série de motivos entre eles: as oportunidades de bolsas estudo e pesquisa que o país oferece também para os estrangeiros, a proximidade geográfica do Brasil com o Peru, a expectativa de que o Brasil seria culturalmente mais parecido com o Peru que outros países, a oportunidade de cursar no Brasil uma carreira ainda não desenvolvida no Peru, a demanda do mercado de trabalho peruano por mais qualificação (DANIEL, 2013, p. 119).

Vivendo num país em que a presença estrangeira faz parte do cotidiano, através, por exemplo, de programas de televisão e cinema, ações de organizações não-governamentais e agências de desenvolvimento, redes de *fast food* e o contato com outros

peruanos que vivem no exterior, os estudantes peruanos que vão para o Rio de Janeiro tem os trânsitos internacionais como uma realidade próxima da sua imaginação (APPADURAI, 1996). Portanto, a decisão de estudar no Rio de Janeiro não se dá num vazio. Ela está inserida num contexto em que os peruanos avaliam as oportunidades e condições - econômicas, sociais e acadêmicas - das quais dispõem dentro e fora do país para preencher suas mais variadas expectativas. No processo de decisão, eles levam em consideração o mercado de trabalho e de diplomas de seu país e percebem que ter um diploma brasileiro pode render mais vantagens do que um peruano. Além disso, alguns estudantes também analisam que não apenas o mercado de trabalho peruano, mas também a sociedade no país valoriza os indivíduos que vivem uma experiência internacional, considerados mais cosmopolitas do que aqueles que nunca estiveram no exterior (DANIEL, 2013, p.134).

Acionando o capital social (Porte, 2000) que dispunham, os jovens peruanos que se inserem no Rio de Janeiro como estudantes encontram na educação superior uma oportunidade de ir para o exterior de forma institucionalmente protegida, socialmente prestigiada e simbolicamente valorizada. O acesso à informação sobre a obtenção de bolsas de estudos e o contato com peruanos que já tinham estudado no Brasil foram grandes estímulos para que eles chegassem à esta decisão.

Alguns deles já tinham pensado em sair do país, como estudantes ou não. Os que pensaram em se tornar emigrantes desistiram da ideia por avaliá-la como muito arriscada. Os que já tinham imaginado sair do país como estudantes não tiveram anteriormente as condições, principalmente econômicas, que tornassem o plano viável. O Brasil se tornou uma opção para estudar quando os jovens tomaram conhecimento das oportunidades de realizar cursos de graduação e pós-graduação no país sem nenhum custo e, no caso da pós-graduação, ainda recebendo bolsas de agências de fomento brasileiras. Tal realidade é muito diferente da pós-graduação no Peru, em que todos os cursos são pagos, grande parte deles pouco prestigiados e com reduzidos investimentos públicos em pesquisa. O Brasil também pareceu um destino mais vantajoso que outros países mais prestigiados, para onde muitos deles gostariam de ir, como Estados Unidos, Espanha, Alemanha e Rússia, que são mais distantes, o custo de vida mais alto e as bolsas de estudos mais concorridas.

A cidade do Rio de Janeiro fascina os estudantes por sua exuberante beleza natural, pelo carnaval e por ser o cenário das telenovelas que os peruanos assistiam antes de sair do país. Mas a cidade também oferece grandes desafios. Antes de chegar, os estudantes construíram uma série de expectativas de como seria sua vida no Rio de Janeiro, a partir das representações de Brasil que tiveram acesso através das novelas, da internet e de amigos. Tais expectativas serviram como base para sua primeira inserção na cidade. Quando chegam aqui, eles precisam lidar com todos os aspectos que entram em jogo quando se vive no exterior: aprender um novo idioma, encontrar um lugar para morar, se adaptar ao sistema de ensino brasileiro, lidar com os hábitos alimentares locais, compreender as formas de sociabilidade de brasileiros e cariocas, aprender a se locomover pela cidade. Ao lidar com as questões de ordem prática na vida cotidiana no Rio de Janeiro, os estudantes percebem que determinados costumes que eles viviam como naturais no Peru, não são compreendidos pelos brasileiros que, por sua vez, têm outros costumes, ou vice-versa.

Entre os diversos costumes que os estudantes peruanos encontram no Rio de Janeiro e que provocam estranheza estão os hábitos alimentares. Um dos hábitos alimentares mais difundidos na cidade é o consumo diário da combinação do arroz branco com feijão preto, principalmente na hora do almoço. Apesar do arroz branco ser a base de muitos pratos peruanos, como o arroz *con pollo*, arroz *chaufa* e o *lomo saltado*[2], o feijão preto não é um alimento popularmente consumido na vida cotidiana do país. Além disso, um hábito comum nas diferentes partes do Peru é que as refeições são compostas por uma entrada, geralmente uma sopa, um prato principal e uma bebida, muitas vezes um chá. Todos os pratos variam de acordo com o dia da semana. Na cidade de César, doutorando em Engenharia na PUC-Rio, na Serra norte do Peru, o feijão fazia parte do cardápio, mas apenas às segundas-feiras. Já para a doutoranda em Física, Sofia, que cresceu em Trujillo, na costa norte do Peru, o feijão não fazia parte da sua rotina. Para ambos, o hábito carioca de servir arroz branco e feijão preto todos os dias gerava um incômodo, estampado nas refeições do "bandejão", o restaurante universitário da PUC-Rio, onde César costuma se alimentar, e nas quentinhas, que Sofia compra para se alimentar no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, onde estuda. Enquanto Sofia se acostumou com a combinação carioca, tendo incorporado a mesma na sua vida cotidiana inclusive no Peru, César não. Sofia, inclusive, sente falta do arroz branco com feijão preto quando está no Peru de visita.

É no encontro entre os seus "costumes naturalizados" e os dos brasileiros que os estudantes peruanos se deparam com a possibilidade de viver a mobilidade estudantil como uma experiência migratória. Entendida como "um processo no qual o indivíduo, através do deslocamento geográfico, encontra a possibilidade de circular por outros universos culturais e simbólicos e de lançar um olhar distanciado tanto sobre o país de destino, como do país de origem e sobre si mesmo" (DANIEL, 2013, p. 26), esta noção nos permite analisar a mobilidade estudantil em diálogo com outras modalidades migratórias, a dimensão cultural deste fluxo e as negociações identitárias que ela possibilita. Por meio do ensino superior, a mobilidade estudantil permite que os peruanos cheguem ao Brasil de forma regularizada, com o visto de estudante, e se insiram na sociedade brasileira por intermédio de camadas sociais intelectualizadas. Entre as possibilidades que a mobilidade estudantil abre para os peruanos está a chance de (re)construir novos sentidos de ser peruano/a no Rio de Janeiro.

As representações de *peruanidad* no Rio de Janeiro

A presença peruana no Brasil é caracterizada pela heterogeneidade, como demonstram trabalhos como os de Oliveira (2006, 2008a, 2008b, 2013), Lucena (2008), Dutra (2012) e Santos (2012). Ela inclui homens e mulheres, oriundos de zonas rurais e urbanas, da capital Lima, mas também de outras partes do país, inseridos no Brasil como estudantes universitários, trabalhadores, comerciantes formais e informais, profissionais

[2] Pratos comumente servidos nas festas peruanas. Os três são pratos típicos da costa do Peru, tendo como base o arroz. O *arroz con pollo* tem como principais ingredientes, além do arroz, ervilha, cenoura e coentro; o *arroz chaufa*, de influência chinesa, molho shoyu, gengibre e cebolinha, já o *lomo saltado*, o arroz branco é servido com batata frita, carne em cubinhos com molho shoyu, tomate e cebola.

liberais, empregadas domésticas (DANIEL, 2013b). A heterogeneidade da população peruana se expressa nas práticas culturais dos peruanos no Brasil: em seus gostos, preferências e formas de socialização no espaço público e privado. No Rio de Janeiro, os diferentes grupos de peruanos organizam práticas culturais por meio das quais se expressam, se apropriando material e simbolicamente do espaço da cidade num processo de reterritorialização (HAESBEART, 2004), como as já mencionadas festas e as partidas de futebol, como as que acontecem durante a Copa Peru-Rio (DANIEL, 2014a).

No dia 24 de julho de 2011, estive presente pela primeira vez num evento público peruano no Rio de Janeiro. Nesta data, aconteceu a *fiestas patrias*, celebração da independência do Peru, ocorrida em 28 de julho de 1821. Naquela ocasião, tive contato com os três elementos fundamentais que acionam nos peruanos no Rio de Janeiro o sentimento de pertencimento à mesma comunidade de origem: a comida, a música e a dança. Tais elementos, no Peru, desempenhavam o importante papel de produzir o que Anderson (2008) denominou como "comunidade imaginada": a produção de símbolos, imagens, estórias que fundamentam emocionalmente a nação, não apenas como uma unidade política, mas como a reunião de pessoas num mesmo território que, a despeito de suas diferenças, se reconhecem como camaradas. A nação como "comunidade imaginada" tem como base o mito de que todos os indivíduos no interior dela compartilham uma história que, ignorada sua artificialidade, é difundida como irrevogável, ancestral e inevitável, que sustenta o sentimento de nação em oposição, por exemplo, às identidades étnicas.

A festa pela independência do Peru em 2011 aconteceu num casarão antigo de dois andares na Lapa, região central da cidade. Nessa região também vive um grupo de peruanos que se dedica ao comércio ambulante, entre eles, a produtora da festa. O evento foi organizado pela sra. Beni, conhecida por cozinhar comida peruana nos eventos da comunidade. Juntamente com suas irmãs, sobrinho/as e seu/suas respectivo/as companheiro/as, ela se tornou uma referência como cozinheira e organizadora de eventos peruanos no Rio de Janeiro, caracterizados pelos preços populares. Além da festa no dia 24 de julho, durante os domingos do mês de julho, ela e suas sobrinhas frequentam o Aterro do Flamengo para vender comida peruana na Copa Peru-Rio, campeonato de futebol organizado por imigrantes peruanos (DANIEL, 2014a), sendo um dos organizadores o marido de sua sobrinha mais velha.

A festa reuniu um público diversificado de peruanos, inclusive muitos estudantes. Alguns brasileiros - amigos, parceiros ou familiares de peruanos - também estiveram presentes, em proporção significativamente menor. Realizada de forma amadora, o evento acumulou longas filas para a compra de comida e bebida e não ofereceu assentos suficientes para os frequentadores. Por várias vezes, eles se acotovelaram para alcançar uma das cadeiras empilhadas que chegou após o início da festa. Mesmo assim, não houve cadeiras suficientes: muitos tiveram que ficar em pé. O local da festa tinha pouca incidência de luz e estava em precário estado de conversação, com as paredes em tijolo bruto e o piso branco e preto desgastado e encardido. A decoração, com bandeiras do Peru e balões rubro e branco, cores que simbolizam o país, a trilha sonora, a animação dos presentes e o perfume da comida sendo preparada amenizavam o cenário. Diversos ritmos latino-americanas em espanhol sonorizaram a festa como: a salsa, o *vals*, estilo de valsa peruana, a *cumbia* e a

chicha. Uma das atrações da festa foi a participação do grupo *Sayari Danzas* peruanas, grupo de dança folclórica peruana composto majoritariamente por estudantes. Em 2011, o grupo apresentou três números de dança: um *vals*, a *valicha* e um *tondero*[3].

Os peruanos que chegaram no Rio de Janeiro como estudantes – muitos deles estabelecidos como residentes na cidade depois de formados – desempenham um protagonismo na organização de eventos que representam a *peruanidad* no espaço público carioca. Um dos motivos que explica o protagonismo de estudantes no espaço público no Rio de Janeiro é o fato de alguns deles terem vindo para a cidade cursar a graduação em diferentes campos artísticos e, depois de formados, atuam profissionalmente em seus campos de formação. Entre eles estão os atores Edison Mego e Rosana Reátegui, formados pela UNIRIO e o músico Sérgio Valdeos, formado pela UFRJ. Além de residirem no Rio de Janeiro depois de formados, os três incluem elementos peruanos[4] e de sua experiência migratória em alguns de seus trabalhos artísticos.

Atuando no campo artístico da cidade, Edison, Rosana e Sérgio conciliam seus projetos profissionais com sua participação em eventos gratuitos organizados pela comunidade peruana. Um deles foi o "Peruanidades: uma tarde de cultura peruana em Santa[5]", evento autogestado por peruanos, muitos deles estudantes, sem fins lucrativos realizado em Santa Teresa em 2013. O evento teve a apresentação do grupo "Os tapetes contadores de história", do qual Edison e Rosana fazem parte, e de Sérgio Valdeos, tocando um repertório tradicional peruano. Além deles, a programação do evento contou também com a venda de comida pela senhora Beni e sua família, a apresentação de danças folclóricas peruanas pelo Grupo Sayari e de danças afrolatinas, pelo grupo Aguasalá, e de música afroperuana e *criolla*, pelo Grupo Negro Mendes, do qual Edison também é integrante.

Entre os diferentes eventos dos quais os estudantes peruanos no Rio de Janeiro participam, grande parte deles tem como foco um dos três elementos diacríticos da *peruanidad* no Rio de Janeiro – a comida, a música e a dança -, quando não os três, como ocorrido na celebração da Independência de 2011 e o evento Peruanidades, em 2013. A partir da representação e da performance do que é "ser peruano", estes eventos desempenham – intencionalmente ou não – um duplo papel: 1) o de (re)elaborar uma *peruanidad* como uma identidade étnica; 2) divulgar uma imagem positiva do Peru e dos peruanos que dá sentido ao "ser peruano" no Brasil, desafiando os estereótipos que pesam sobre eles no Rio de Janeiro[6].

[3] O *vals* é a valsa peruana. Inspirada na valsa vienense, o *vals* é dançada em casal, que mantém a postura ereta e quanto deslizam os pés pelo salão, porém sempre mexendo os quadris na cadência da música. A *Valicha* é uma canção de estilo *huayno*, típica da Serra do Peru, de origem indígena. O t*ondero* é uma dança de origem camponesa da costa norte do Peru que mistura influências ciganas, africanas e indígenas.

[4] No caso de Edison e Rosana, que são atores, a presença peruana em seu trabalho artístico é nítida no sotaque e também na inclusão de histórias peruanas no repertório do seu grupo. Sobre o sotaque, discutiremos o tema mais adiante.

[5] https://www.facebook.com/events/421094674667271/?ref=14. Acessado em: 29/09/2017.

[6] Sobre a representação da presença peruana no Rio de Janeiro nos meios de comunicação virtuais ver Daniel e Carvalho (2015).

Os estudantes reconhecem que a sociedade peruana é marcada por tensões, baseada numa combinação entre raça, classe, gênero, etnia e região de origem e orientação sexual, e outros aspectos. Por exemplo, um tema de conversa recorrente dos peruanos comigo era sobre o racismo no Peru e sua reprodução entre os peruanos no Rio de Janeiro. Para eles, os mais afetados pelo racismo tanto no Peru quanto na comunidade peruana no exterior são as pessoas que somam: um fenótipo indígena, são oriundas da Serra, vivem na zona rural, falam línguas originárias, possuem nível de escolaridade baixo e desempenham atividades laborais pouco qualificadas, denominadas de maneira deletéria como *cholos*. Eu sempre me questionei se o fato do racismo ser um tema recorrente nas conversas dos peruanos comigo se devia ao fato da minha posicionalidade entre eles como pesquisadora ou negra, ou pela combinação das duas posições.

No Rio de Janeiro, as clivagens entre os peruanos não desaparecem, porém não são transportadas de maneira automática ou irrefletida do Peru para o Brasil. No contexto migratório, as tensões da sociedade peruana passam por um processo de ressignificação que abre um espaço para sua relativização, em alguns momentos, e seu reforço, em outros. Num contexto em que tanto a educação superior quanto as viagens internacionais são socialmente valorizadas[7], os estudantes peruanos no Rio de Janeiro se destacam. Sua inserção no Brasil se dá por meio da universidade, espaço de produção de conhecimento e de poder, possibilitando o aumento do seu nível de escolaridade e qualificação. Por outro lado, sua saída do Peru foi protegida pela institucionalidade da universidade, que, além do ensino gratuito, permitiu o acesso ao visto de estudante e às classes intelectualizadas brasileiras. Portanto, os estudantes ocupam um lugar privilegiado na hierarquia social dos peruanos no Rio de Janeiro. Em muitos casos, os estudantes preferem evitar se relacionar com os imigrantes peruanos - como os vendedores ambulantes -, considerando que a diferença de classe inviabiliza a afinidade entre eles e que o trabalho ambulante contribui para a representação negativa dos peruanos no Rio de Janeiro.

Os eventos pela independência do Peru e o Peruanidades são exemplos de momentos em que as divergências entre os peruanos foram momentaneamente colocadas em suspenso, em prol do objetivo comum de celebrar o país de origem e, assim, reconhecer-se como peruano. Um aspecto importante a ser considerado nesse momento de suspensão das divergências para a (re)afirmação da *peruanidad* como uma identidade étnica é o estranhamento dos estudantes ao se deparar com a dificuldade para encontrar referências peruanas no Rio de Janeiro. Por exemplo, na cidade não são vendidos vários dos ingredientes necessários para preparar grande parte dos pratos peruanos, como a pimenta *ají amarillo*. Também não há espaços públicos de socialização onde seja possível ouvir e dançar ritmos peruanos, com exceção dos eventos organizados por eles mesmos. Tal estranhamento produz em muitos o sentimento de que, no Rio de Janeiro, eles estão deslocados, fora do lugar ao qual acreditam pertencer. Assim, se reunir com outros peruanos oferece uma oportunidade de se sentir em casa fora de casa.

[7] Como exemplo da valorização que ir para o exterior entre os jovens peruanos, em 2010, mais de 60% dos alunos de graduação cogitavam sair do país depois de terminar os estudos (II CENAUN apud DANIEL, 2013, p. 136).

Peruanos sim, iguais não: peruanidades negociadas

A celebração da Independência de 2011 foi um evento que reuniu peruanos de diferentes classes e regiões sob a insígnia de uma pátria em comum, que os uniu em suas diferenças - ainda que momentaneamente. No entanto, em 2012, a união na celebração da independência do Peru foi rompida. Outro peruano, que chegou no Rio de Janeiro como estudante, organizou uma festa pela Independência do Peru no mesmo dia e horário que a tradicional festa da Sra. Beni. As duas festas aconteceram no centro do Rio: a da sra. Beni na Lapa, como no ano anterior, e a do Dj Rayado[8], na região da Praça XV. As duas festas tiveram comida, música e dança, inclusive com a participação do grupo Sayari. Aquele foi o ano que, pela primeira vez, eu participei das *fiestas patrias* não apenas como uma espectadora, mas também como dançarina do grupo. Minhas primeiras apresentações públicas foram nas duas festas de 2012. Primeiramente, eu e outro companheiro do grupo começamos as comemorações pela independência do Peru apresentando um *tondero* na festa da Sra. Beni. Em seguida, nos dirigimos para a festa do Dj. Rayado aonde eu, meu parceiro de dança e os outros integrantes do grupo nos dividimos para apresentar um *tondero,* dois festejos, um *vals* e o poema "Me gritaron negra", de Victoria Santa Cruz[9].

As festas de independências tiveram um público bastante diversificado, trazendo à tona parte das tensões da comunidade peruana no Rio de Janeiro. Na festa da Sra. Beni o público foi principalmente imigrantes que trabalham como vendedores ambulantes, muitos deles residentes do entorno da Lapa e que participam do círculo de amizade da sra. Beni e seus familiares. Já a festa organizada pelo Dj Rayado teve como público peruanos inseridos na classe média, entre eles estudantes, e brasileiros que convivem com eles. Uma questão interessante de notar entre as festas da sra. Beni e do Dj Rayado é que, apesar das duas terem como atração a música, a comida e a dança, a trilha sonora das duas festas não foi exatamente a mesma. Alguns ritmos latino-americanos, como a salsa e merengue estiveram presentes nas duas festas. No entanto, um estilo musical sempre presente na festa da sra. Beni que tem muito a dizer sobre os dois círculos sociais, mas nunca foi tocado na festa do Dj Rayado: *a chicha*.

A *chicha* é um ritmo peruano muito difundido nas classes populares, entre os migrantes da serra e da selva que vivem na periferia de Lima. Criada nos anos 80, ela fusiona o *huayno*, ritmo tradicional da serra do país, com elementos da *cumbia* colombiana e estilos musicais cubanos. Expressão da inventividade dos migrantes internos, a chicha, seus produtores e ouvintes são estigmatizados pelas classes médias e altas e pela cultura hegemônica de Lima. Apesar disso, eles formam um mercado musical próprio que produz e consume chicha, mas encontra dificuldade de penetrar os meios de comunicação tradicionais (BAILÓN, 2004). A presença da chicha nas festas da sra. Beni está associada ao gosto que ela, sua família e amigos próximos tem pelo ritmo. Muitos deles viviam nas

[8] O dj Rayado veio para o Rio de Janeiro como estudante em 2000, onde cursou Comunicação Social na Universidade Federal Fluminense.
[9] Sobre a apresentação do grupo Sayari na festa de independência organizada pela Dj. Rayado ver autor (2015).

periferias de Lima, como migrantes de primeira ou segunda geração antes de desembarcar no Rio de Janeiro. Recordando-nos que os gostos são socialmente construídos, revelando nosso habitus (BOURDIEU, 1989), podemos concluir que o gosto pela chicha nos informa o lugar que a sra. Beni e seus amigos ocupam na hierarquia social peruana no Peru e no Rio de Janeiro.

A realização de duas festas de independência do Peru no mesmo dia e horário no Rio de Janeiro, cidade que abriga uma pequena população peruana[10], traz à tona as cisões e as incomunicabilidades entre os peruanos. A tentativa de construção de uma identidade étnica baseada na origem nacional comum na experiência migratória não apaga as relações de poder nas quais os peruanos estão inseridos no Peru e no Brasil, sendo a classe apenas uma delas. Assim, a presença da chicha na festa da sra. Beni e sua ausência na festa do Dj Rayado e dos espaços culturais hegemônicos do Peru evidenciam os silenciamentos de determindas expressões culturais na construção de uma identidade peruana.

No ano de 2013, o Dj Rayado e a sra. Beni entraram num acordo sobre como organizar as festas de independência. Os dois continuaram a realizar festas separadas. A diferença de 2013 foi que a sra. Beni realizou sua festa no horário da tarde e o Dj Rayado fez a dele à noite, evitando assim o conflito de horários. Desta maneira, os dois produtores culturais não iriam competir pelo público interessado em celebrar a independência do Peru. O público, por sua vez, teria a oportunidade de escolher ir à festa com a que mais se identifica ou, ainda, frequentar as duas.

Da porta para fora: os paradoxos da cordialidade brasileira

Se, por um lado, a organização de eventos peruanos no Rio de Janeiro desempenha um importante papel para a construção de identidades entre os peruanos na cidade, a relação com a sociedade brasileira também ocupa um lugar de destaque na percepção dos estudantes peruanos sobre si. Como Sayad nos lembra (1998), toda imigração é também uma emigração, ou seja, nos processos migratórios sempre há, pelo menos, duas sociedades envolvidas: a sociedade de origem e a de destino. Assim, os brasileiros se tornam atores sociais importantes por meio dos quais os estudantes encontrarão a oportunidade de se (re)pensar como indivíduos na experiência migratória.

Os estudantes compartilham da percepção de que os peruanos, em geral, são pessoas fechadas e reservadas, principalmente quando estão entre desconhecidos. Quando comparam com os cariocas, eles analisam que os peruanos falam menos e mais baixo, são mais tímidos e discretos, principalmente os oriundos dos Andes. Os cariocas, por sua vez, são representados como descontraídos, simpáticos e falantes. A informalidade dos cariocas também surpreende: os peruanos estão acostumados a chamar as pessoas mais velhas de “senhor” e “senhora”, seus professores pelo sobrenome e vestir roupa social para assistir

[10]De acordo com dados do Consulado Geral do Peru no Rio de Janeiro, nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, residem cerca de 5000 peruanos (consulta via correio eletrônico, 2015).

aula, conta Tomás[11]. O jovem explica que as hierarquias na vida social peruana são muito importantes e, por isso, elas são respeitadas no espaço público e privado. É por isso que os peruanos estranham que no Rio quase todos se tratarem como "você", inclusive alunos e professores, e que muitos alunos assistam aula de bermuda e chinelo.

Todos os estudantes afirmam ter uma boa relação com os brasileiros no Rio de Janeiro, os quais, em geral, se mostram solícitos e dispostos a ajudá-los, por exemplo, quando eles pedem informações na rua. Na pesquisa que realizou com estudantes de doutorado brasileiros nos EUA e na Europa, Rezende (2009) observou que entre os estereótipos que as sociedades locais atribuem aos brasileiros está o de que o brasileiro é um 'povo afetivo': avesso a formalismo e afeito à espontaneidade. Esta afetividade 'tipicamente' brasileira faria dele uma pessoa aberta, calorosa e propensa a fazer amigos. Por isso, os estudantes brasileiros acreditam que uma parte fundamental no seu processo de integração à sociedade local onde foram estudar é fazer amigos nativos.

Os estudantes peruanos concordam que, no Rio de Janeiro, os estrangeiros não são alvo de discriminações: eles são bem recebidos e bem tratados. Enquanto reconhecem nos cariocas uma disposição em tratar bem os estrangeiros, os estudantes também percebem neles uma peculiaridade. Ainda que sejam geralmente muito simpáticos e corteses, não é uma tarefa fácil fazer amigos cariocas. Os estudantes peruanos analisam que, ao mesmo tempo em que são amigáveis, os cariocas se fecham em seus grupos de afinidades e relutam em convidá-los a participar deles. Walter[12] reflete que esta é uma característica principalmente dos brasileiros das classes mais altas, que têm mais resistência em se aproximar dos estrangeiros. Tal avaliação se coaduna com a percepção que Guadalupe[13] tem das suas colegas brasileiras. Apesar de sempre dizer que ela precisa provar a comida brasileira feita pelas famílias em casa, nunca tomam a iniciativa de convidá-la para ir às suas próprias casas. Guadalupe chega à conclusão de que os brasileiros são simpáticos e alegres, mas seletivos quando a questão é fazer amizades mais íntimas. Para ela, está óbvio que suas colegas de universidade não querem ter uma relação mais profunda com ela.

> Ele (o brasileiro) não se mistura. Ele faz faculdade, faz mestrado com você (...), mas ele não chega a se misturar muito - os brasileiros que eu tô conhecendo, de classe alta; brasileiros de classe baixa, eu não sei muito... (Guadalupe)

Daniel[14], que fez seu mestrado no Rio Grande do Sul, também acredita os cariocas apresentam uma resistência para ter uma relação mais íntima com os estrangeiros. Comparando com os gaúchos, ele observa que os cariocas são muito simpáticos e receptivos

[11] Tomás é engenheiro e chegou ao Rio de Janeiro em 2005 para realizar o mestrado na UFRJ.
[12] Water é engenheiro. Veio para o Rio de Janeiro fazer o mestrado na PUC-RJ.
[13] A geóloga Guadalupe chegou em 2011 para cursar o mestrado na PUC-RJ.
[14] Daniel chegou ao Rio de Janeiro em 1996 para realizar a graduação na Universidade Gama Filho.

"da porta para fora": eles são simpáticos com os estrangeiros, mas evitam ter um contato mais íntimo, como convidá-los para ir à sua casa ou conhecer sua família. Já os gaúchos não são tão receptivos quanto os cariocas à primeira vista, mas estão dispostos a fazer amizades mais duradouras.

> Agora, posso ver uma diferença (...) de estado para estado. Aqui são super receptivos, mas da porta da fora. Mas no Rio Grande do Sul, não são tão receptivos quanto aqui. Mas se você conhece a pessoa, ela te apresenta o pai, a mãe, te leva pra almoçar, pra jantar... A intimidade é maior... No Rio (de Janeiro) tem menos intimidade. Você tem que conhecer muito a pessoa! Eu conheci quase a mesma quantidade de pessoas e suas famílias no Rio e no Rio Grande do Sul em 2 anos e eu moro aqui há mais de 15 anos. (Daniel)

Assim, Daniel descontrói a ideia difundida inclusive entre muitos estudantes peruanos de que todos os brasileiros seriam como os cariocas. A partir de sua experiência no Rio Grande do Sul, ele relativiza a generalização, reconhecendo particularidades no comportamento de cariocas e gaúchos. A dificuldade de construir uma relação mais profunda com os cariocas é agravada quando o estudante ainda não fala português. Não dominar o idioma intimida muitos peruanos a se aproximar de brasileiros. Além disso, como grande parte dos estudantes decide vir para o Rio de Janeiro a convite de um amigo peruano, quando chegam, eles se integram às redes de relações desse amigo, que geralmente é composta quase que exclusivamente por conterrâneos. Por isso, alguns estudantes, mesmo depois de muitos anos morando no Rio de Janeiro, conhecem poucos brasileiros ou mantém uma relação de pouca intimidade com os que conhecem.

Alguns estudantes julgam que, muitas vezes, esta distância entre brasileiros e peruanos tem uma contribuição também por parte dos últimos. Os que compartilham desta percepção concluem que muitos peruanos se mantêm fechados: com uma postura de desconfiança, preferem estar com os amigos peruanos, principalmente se eles já se conhecem do Peru. Muitos deles não se esforçam para aprender português ou interagir com os brasileiros. Adquirir o domínio da língua portuguesa é um elemento fundamental no processo de interação dos estudantes peruanos com os brasileiros. E, como um ciclo que se retroalimenta, os estudantes que conseguem se comunicar em português têm mais possibilidades de interagir com brasileiros e nesta interação, eles adquirem mais fluência na língua.

Entretanto, a simpatia e a descontração dos cariocas escamoteiam formas de discriminações sutis aos estrangeiros. Apesar de quase todos os estudantes responderem "não" à pergunta "no Brasil, o estrangeiro é discriminado?", muitos relatam casos em que um estrangeiro recebeu um tratamento depreciativo de um brasileiro. Este tipo de tratamento é disfarçado e geralmente se torna mais explícito em ambientes de disputa, como o mercado de trabalho, quando o estrangeiro acessa serviços públicos como a

universidade, ou ainda quando o estrangeiro reclama de algum aspecto do Brasil. Rubén[15] explica que, em geral, os cariocas tratam bem os estrangeiros, porém não todos:

> Tem um ou outro ignorantón que solta essas frases, tipo: "que o estrangeiro, que está roubando nosso trabalho, que se aproveitam"... Por exemplo, se você reclama por algo, e alguém corta sua onda, por exemplo "volta pro seu país[16]!" (Rubén).

Renato[17] aponta para uma questão fundamental na inserção do estrangeiro na sociedade brasileira. Por mais simpáticos e receptivos que sejam os cariocas, em momentos de confronto eles acionam a lógica que estrutura as leis brasileiras, que é a de que os estrangeiros têm direitos limitados[18]: eles têm direitos civis, mas não direitos políticos. Por isso, a sociedade brasileira entende que os estrangeiros não podem reclamar ou expressar uma visão crítica do Brasil e dos brasileiros, mesmo se vivem no país há muitos anos.

A ideia de que o estrangeiro não deve reclamar de nenhum aspecto da sociedade receptora não é exclusividade do Brasil, mas, segundo Sayad (1998; 1999), esta é a lógica que estrutura os Estados nacionais. Do não-nacional é exigido polidez e obediência às regras estabelecidas. Como uma visita na casa de um estranho, ele deve se portar com discrição e ser grato pela disposição do anfitrião - o cidadão nacional - em recebê-lo. Por isso, o não-nacional nunca é pensando como um ser político, mas como um indivíduo que, pela generosidade do anfitrião, recebeu dele o favor de morar no país estrangeiro. A polidez exigida do não-nacional o reduz a uma posição de neutralidade que o torna moralmente obrigado a portar-se como apolítico, como um bom convidado que não se envolve nos assuntos dos 'donos da casa' (SAYAD, 1998, p.67).

Como convidados, os estrangeiros são repreendidos quando acessam recursos que os brasileiros entendem como exclusivos aos nacionais. Neste caso, o estrangeiro deixa de ser visto como o convidado generosamente recebido para se tornar aquele que ameaça o bem-estar da sociedade nacional. Blanchette (2001) comenta que o tratamento do estrangeiro como uma ameaça é comum mesmo entre as camadas intelectualizadas brasileiras, lembrando casos em que seus colegas brasileiros de pós-graduação questionaram por quê ele, um norte-americano, tinha direito a receber uma bolsa das agências de fomento brasileiras. Apesar de fugir do escopo desse trabalho, cabe ressaltar que os estrangeiros estão sujeitos a diferentes formas de discriminação de acordo com sua origem nacional e a posição de seu país no capitalismo global – um norte-americano, muito provavelmente não sofrerá os mesmos tipos de discriminação que um peruano -; sua raça –

[15] Rubén veio para o Rio de Janeiro cursar a graduação em Engenharia mecânica na UFRJ.
[16] Tradução da autora.
[17] Renato chegou no Rio de Janeiro em 2006 onde cursou a graduação em Direito na UERJ.
[18] Renato se refere ao Estatuto do Estrangeiro, de 1980, que regulou a imigração no Brasil até 2017.

um peruano branco tem mais chance de "se passar" por brasileiro que um peruano com fenótipo indígena -; classe, gênero, orientação sexual.

A sutileza dessas formas de discriminação reside na dificuldade em observá-las na vida cotidiana carioca. Reconhecer as formas de discriminações às quais os estrangeiros estão sujeitos no Rio de Janeiro exige dos estudantes a perspicácia de compreender os cariocas para além do trato superficial cotidiano, ou seja, além do que um turista pode ver. Ao contrário de um turista, que fica na cidade pouco tempo e está a passeio, os estudantes vivem na cidade e é, ao longo desse período, que eles acreditam desenvolver um olhar mais crítico sobre a cidade e as relações dos cariocas com os estrangeiros. Ou seja, a capacidade de crítica exigiria tempo para ser desenvolvida. Na entrevista que fiz com Guadalupe e Augusto, ela fazia duras críticas ao Rio de Janeiro, principalmente à discriminação aos pobres, enquanto Augusto[19], que havia chegado no Rio há 4 meses, não percebia as críticas que fazia sua amiga. Guadalupe explicou que, com o tempo, Augusto entenderá sua opinião, pois ela mesma só começou a entender o Rio de Janeiro mais profundamente depois de passados alguns meses na cidade.

O sotaque como direito: a relação com os brasileiros e os limites da assimilação

Como discutimos anteriormente, muitos dos entrevistados acreditam que adquirir o domínio da língua portuguesa é um elemento fundamental para se integrar à sociedade brasileira. Rubén reflete que os peruanos que interagem com cariocas, aprendem português e são mais comunicativos conseguem ter uma relação próxima com os brasileiros. Renato concorda com o amigo e reforça que quanto mais aberto aos brasileiros, quanto mais domínio de português o peruano tiver, menos os brasileiros perceberão que ele é um estrangeiro. À pergunta: "você se sente um estrangeiro?", Rubén e Renato responderam:

> Rubén: depende...Depende...Digo que depende do seu nível de sociabilidade;
> Rubén: de aclimatação ou de alienação (...) à cultura: quanto mais brasileiro pareça, mais brasileiro vão te tratar. No meu trabalho, por exemplo, como eu sou um peruano um pouco mais comunicativo com os outros, (...) consigo me relacionar assim mais tranquilamente com os outros brasileiros. Vejo que o tratamento é diferente, por exemplo, com os outros peruanos que também trabalham na empresa, mas que são um pouco diferentes: que não falam muito, são mais tímidos, mais calados...
> Renato: Sim.. As gírias... Quando começam a se comunicar como eles (brasileiros), já não se dão conta que é um estrangeiro[20].

[19] O geólogo Augusto veio para o Rio de Janeiro em 2012 para realizar o mestrado na PUC-RJ.
[20] tradução da autora.

Rubén e Renato esclarecem que o domínio do português, incluindo o uso de gírias, tem um papel fundamental no processo de adaptação dos peruanos à sociedade local, permitindo que eles pareçam o mais brasileiro possível. E como analisa Rubén, quanto mais brasileiro o peruano parecer, mais brasileiro ele será tratado. Consequentemente, menos estrangeiro ele se sentirá. Os dois estudantes explicitam que, na sua percepção, adaptar-se à sociedade brasileira envolve assimilar as formas de comportamento brasileiras e afastar-se das peruanas. Entretanto, mesmo se reconhecendo como bem integrado à vida social, depois de já ter sido casado com uma brasileira e ter filhos nascidos aqui, Rubén analisa que não está isento de receber um tratamento diferenciado por ser reconhecido como estrangeiro. Diferentemente de outros peruanos que, pelo fenótipo indígena, são reconhecidos como estrangeiros pelos brasileiros, Rubén não é identificado como peruano pelas suas características físicas. No entanto, ele é reconhecido como tal pelo sotaque.

Por mais que socialize com brasileiros e seja mais falante que outros peruanos, Rubén se depara com os limites entre o ser e parecer um brasileiro, sendo o sotaque um importante demarcador da fronteira. Consciente das implicações que ser um estrangeiro envolve, Oscar investiu em descontruir esta fronteira. Tendo chegado ao Brasil em 1989 para cursar a graduação, ele acredita que o sotaque é uma marca que, como um estigma, distingue os estrangeiros dos brasileiros. Nessa distinção, o estrangeiro sempre recebe um tratamento diferenciado - melhor ou pior – que o de um brasileiro. Para evitar que isso, Oscar percebeu que precisaria parecer brasileiro, e falar português fluentemente e com pouco sotaque era fundamental. Oscar chegou a fazer tratamento fonoaudiológico para suavizar o sotaque e não ser denunciado como estrangeiro pela forma de falar. Por outro lado, Sofia[21] não teve dificuldades para se adaptar à sociedade brasileira e se sentir à vontade, mas se incomoda de ser sempre lembrada de que é estrangeira, mesmo já morando aqui há dez anos:

> ...de qualquer jeito, por mais que você se adapte, você não é, você nunca chegará a ser brasileira. Então você sempre vai ser uma estrangeira aqui. Isso é o difícil. Por exemplo, às vezes, quando eu saio prum lugar e pergunto ou entro num táxi pra ir pra um lugar, já me perguntam: "de onde você é?" Porque eles pegam pelo sotaque. Aí que eu me sinto estrangeira. Eles conseguem perceber. Isso é um pouco difícil, porque, quando você vai pro Peru, você não sente. Você é peruana. Não tem essa coisa de ser sempre uma estranha (Sofia).

Sofia fala português fluentemente e seu sotaque é bem discreto, mas, ainda assim, ela é reconhecida com estrangeira no dia a dia da cidade. Nos momentos em que é perguntada sobre seu país de origem, Sofia é lembrada de que não é brasileira, o que, para ela, significa sempre ser uma estranha. É esta sensação que caracteriza e reproduz a distância entre "ser brasileiro" e "parecer brasileiro". Muito provavelmente, quando um

[21] A física Sofia chegou ao Rio em 2006 para realizar o mestrado no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.

brasileiro embarca num táxi, o motorista não pergunta de onde ele é. E era esse tipo de tratamento que Sofia também gostaria de receber. Sayad nos lembra que a oposição entre nacionais e estrangeiros não é natural, mas naturalizada; arbitrária e convencional, ela se pretende irrevogável ao ser desistoricizada no seio do Estado (Sayad, 1998; 1999). Tal oposição entende o nacional como aquele que segue a ordem "natural" das coisas: ele permanece no lugar onde nasceu e que lhe garante a nacionalidade. O estrangeiro, ao contrário, escapa dessa ordem lógica: ele deixou o lugar onde nasceu para viver em outro onde não possui a nacionalidade (SAYAD, 1998, p. 57).

Apesar dos esforços que fez para falar português sem sotaque, Oscar não considera isso fundamental na sua relação com a sociedade brasileira hoje. Para ele, a atitude de se assimilar foi importante para se sentir integrado e obter êxito na sua carreira profissional. No seu processo de adaptação à sociedade brasileira, Oscar optou por se afastar dos peruanos, por não se identificar com alguns deles e também por considerar importante conhecer o Brasil da maneira mais profunda possível. Oscar, que é de Iquitos, cidade na região da Amazônia peruana, não se sentia à vontade na companhia dos peruanos de Lima, percebendo neles uma postura de desdém em relação aos peruanos de outras regiões que não a capital.

Apesar de estar no Brasil desde 1989, foi apenas em 2010 que Oscar começou a se envolver mais frequentemente com outros peruanos no Rio de Janeiro, participando ativamente de festas e eventos públicos. Hoje, ele preza por cultivar hábitos peruanos e não se incomoda em deixar seu sotaque florescer. Quando nos conhecemos, em junho de 2011, Oscar dava seus primeiros passos na vida pública peruana, assim como eu. Quando fomos apresentados, eu não consegui identificar se ele era peruano ou não, pelo seu sotaque carioca. Depois de tantos anos no Brasil, Oscar se considera parte do Brasil e, por isso, se sente no direito de falar português com sotaque:

> Eu me forcei a vida inteira pra falar fluentemente português... assim, o mesmo direito que o baiano tem de falar com o sotaque dele (eu também tenho).. Chegou o momento de assumir isso daí... (Oscar)

Oscar está estabelecido na cidade. Casado com uma brasileira, com quem tem dois filhos e se estabeleceu na carreira, ele sente que pode "assumir o lado peruano" sem temor.

> Hoje em dia eu me permito ser peruano. Não porque antes eu não me permitia isso. Mas antes eu tinha primeiro que provar que eu era capaz de tudo, podia fazer tudo e não podia ter questionada a minha qualidade, a minha eficiência por ser estrangeiro. Hoje em dia eu não preciso provar pra mais ninguém! Hoje em dia, eu falo português com fluência, porque eu quero. (...) Se eu quiser, eu falo do meu jeito (Oscar).

A percepção de Oscar sobre a importância de ter sido capaz de se assimilar à sociedade brasileira a ponto de falar o idioma local sem sotaque para ter suas habilidades reconhecidas está intimamente relacionada com a avaliação que Daniel, Rubén e Renato fazem sobre o tratamento diferenciado que estrangeiros recebem em situações de disputa, como no mercado de trabalho. Todos eles percebem que os brasileiros olham com temeridade o sucesso de estrangeiros no mercado de trabalho nacional, sendo acusados de roubarem o emprego de um brasileiro.

Douglas[22], por outro lado, não se incomoda de ter sotaque. Ele reconhece que, pelo sotaque, sempre será reconhecido como estrangeiro, o que não considera um problema. Ao contrário: ele avalia que o sotaque faz parte de sua identidade, que tem como uma de suas características o fato de não ser brasileiro, ou seja, não compartilhar as referências – músicas, programas de televisão, danças – que os brasileiros compartilharam ao longo de suas vidas. Por isso, ele não pretende se esforçar para falar como brasileiro:

> O sotaque, não faço questão de mudar. Sempre eu vou ser chamado de estrangeiro. Eu quero manter minha identidade. Eu quero falar do meu jeito! Esse é meu jeito mesmo. Tem que aceitar do jeito que eu sou. (...) Eu também não me esforço pra me tornar assim tão brasileiro (Douglas).

Nos casos de Rubén, Oscar e Sofia, o sotaque é o principal elemento que mantém a fronteira entre eles e os brasileiros. No entanto, outros peruanos são percebidos como estrangeiros mesmo antes dos brasileiros ouvirem seu sotaque. Neste grupo estão os peruanos que carregam no corpo um conjunto de traços indígenas, como olhos pequenos, cabelo preto liso, baixa estatura e pele marrom. Para eles, as chances de se parecer brasileiro é limitada pelo seu próprio corpo, já que, no Rio de Janeiro, pessoas que detém tal fenótipo não são imaginadas como brasileiras.

Considerações Finais

Sabemos que é parte de qualquer afirmação de identidade a relação com a diferença, com o "outro" (HALL, 2006), sendo a diferença um elemento constitutivo das identidades individuais e coletivas. Assim são erigidas as "fronteiras simbólicas" e "fronteiras culturais" (VELHO, 1987) que, através da escolha de determinados sinais diacríticos (BARTH, 2000), demarcarão o grupo imigrante e seus descendentes, distinguindo-o da sociedade abrangente. Praticadas no Rio de Janeiro, a comida, a dança e a música peruana se transformam em elementos diacríticos que balizam a construção da *peruanidad* como uma

[22] Douglas chegou no Rio em 2006 para realizar o mestrado na PUC-RJ.

identidade étnica em relação à identidade nacional brasileira, ambas imaginadas e representadas pelos peruanos na sua experiência migratória. Inseridos no contexto da globalização e empreendendo um tipo específico de movimento migratório, os estudantes peruanos participam do fluxo global de pessoas que desestabiliza as identidades unificadas e centralizadas que deram sentido à modernidade, entre elas, a identidade nacional, neste caso, a brasileira. Por outro lado, os estudantes ocupam também um papel de destaque na produção da representação que dá sentido à identidade peruana no Rio de Janeiro. Utilizando os recursos que dispõem nas suas redes de relações e de suas formações acadêmicas, eles ocupam o espaço público por meio de eventos que contribuem para definir consensos que permitam os peruanos no Rio de Janeiro a se reconhecer como tais, a despeito de suas diferenças.

Como nos lembra Hall (2006), as identidades nacionais têm como princípio a ideia de unidade, submersas em relações de poder e sujeitas a contradições internas que não são capazes de subordinar todas as formas de identificações possíveis. Spivak (2009) nos alerta que nenhum país conseguiu alcançar a homogeneidade cultural que tanto o projeto do Estado-nação almejou. A suposição de que um Estado, uma unidade administrativa e política, corresponde a uma nação (uma cultura, uma língua e um povo) é uma fórmula falaciosa, que esconde as diferenças das sociedades que são levadas a conviver desigualmente. A imaginada unidade da nação esconde uma relação assimétrica entre a cultura nacional dominante e as demais culturas que, apesar de também comporem a nação, não são reconhecidas como tais (SILVA, 2000). Cabe ressaltar que as identidades são constituídas em dinâmicas relacionais, no contato entre o "eu" e o "outro". O que faz *peruanidad* se transformar de identidade nacional, no Peru, em identidade étnica, no Brasil, é o caráter situacional das identidades não apenas entre indivíduos, mas também entre países. No Brasil, os peruanos, inclusive os estudantes, se tornam o "outro" dos brasileiros, o estranho que busca seu lugar no mundo.

Artigo recebido em 21 jul. 2017
Aprovado para publicação em 10 set. 2017

Referências:

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*: Editora Companhia das Letras, 2008.

APPADURAI, Arjun. *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*, Minneapolis and London: University of Minnesota press, 1996.

BAILÓN, Jaime. La chicha no muere ni se destruye, sólo se transforma. *Iconos: Revista de Ciencias Sociales*, n. 18, 2004, p. 53-62.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2000.

BLANCHETE, Thaddeus. *Gringos*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: *O poder simbólico*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1989.

DANIEL, Camila; CARVALHO, Jéssica A. Meios de comunicação virtuais e Imigração: uma análise da representação da imigração peruana no Brasil. Trabalho apresentado no II Coloquio Internacional Comunicación, poder y cultura en América Latina. Universidad Nacional Autonoma de Mexico, Ciudad de Mexico - Mexico.

DANIEL, Camila. O "folclórico" das danzas folklóricas: a dança como espaço de (re) afirmação de identidade entre peruanos no Rio de Janeiro. In: *Religiosidade e Performance*, 2015.

_____. Territorialidades migrantes: um estudo antropológico sobre a Copa Peru-Rio. *Revista Percursos*, v. 15, 2014a, p. 120-138.

_____. As relações de gênero na *experiência migra*tória de peruano/as no Rio de Janeiro. *Ambivalências*, v. 1, 2014b, p. 29-45.

_____. Novas rotas na migração Sul-Sul: o caso dos peruanos no Brasil. *Travessia*, ano 26, n. 73, 2013b, p. 31-40.

_____. *P'a crecer en la vida: a experiência migratória de jovens peruanos no Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, PUCRJ, 2013.

DUTRA, Delia. *Mulheres migrantes peruanas em Brasília. O trabalho doméstico e a produção do espaço na cidade*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do" fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y INFORMÁTICA (INEI) et al. Perú: estadísticas de la emigración internacional de peruanos e inmigración de extranjeros, 1990-2011, OIM: Lima, 2012

LUCENA, C. T. Saberes e sabores do país de origem como forma de integração. *Cadernos Ceru,* vol. 19, n.o 1, São Paulo: USP, 2008, p.65-80.

OLIVEIRA, Márcia M. de. Feminilização e vulnerabilidades da migração internacional na Tríplice Fronteira Brasil, Peru e Colômbia. In: SIMPÓSIO FAZENDO GÊNERO, 2008. Anais eletrônicos. UFSC: Florianópolis, 2008a. Acesso em 3 de agosto de 2013. Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST19/Marcia_Maria_de_Oliveira_19.pdf

_____. Migrações Fronteiriças: uma reflexão necessária no Amazonas. In: Simpósio Internacional do Centro de Estudos do Caribe no Brasil, 5, 2008. Anais eletrônicos. Salvador, 2008b. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/public_mig_fro_ref.pdf. Acesso em 3 de agosto de 2013.

_____. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, 2006, p. 183-196.

PORTES, Alejandro. "Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea". *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.33, 2000, p.133-158.

REZENDE, Cláudia Barcelos. *Retratos do estrangeiro: identidade brasileira, subjetividade e emoção*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009.

SAYAD, A. "Immigration et 'penséss d'État'". *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 129, 1999, p. 5-15.

_____. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, EdUSP, 1998.

SANTOS, A. R. "A migração de peruanos para a Amazônia Brasileira: uma discussão sobre redes migratórias, fronteiras e identidades". *SOMANLU*, v. 12, n.2, 2012, p-63-82.

SILVA, Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da; HALL, S; WOODWARD, K. (orgs). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes, 2000.

SPIVAK, Gayatri; BUTLER, J. *Quién le canta al Estado-Nación: lenguaje, política, pertenencia*. Buenos Aires-Barcelona-Mexico, Paidós, 2009.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

Expatriados, imigrantes e refugiados no Brasil: trajetórias e estratégias de integração econômica e social

Marco Aurélio Ruediger [1]

Margareth da Luz[2]

Maria Isabel MacDowell Couto[3]

Janaina de Mendonça Fernandes[4]

Wagner Faria de Oliveira[5]

Bárbara Barros Barbosa[6]

Marcelo Rotenberg[7]

[1] Doutor em Sociologia pelo IUPERJ. Diretor da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas. E-mail: marco.ruediger@fgv.br

[2]Doutora em Antropologia pela UFF. Pesquisadora da FGV/DAPP. E-mail: margareth.luz@fgv.br

[3]Doutora em Sociologia pela UERJ. Pesquisadora da FGV/DAPP. E-mail: mariaisabelmacdowell@gmail.com

[4]Pós-doutora em Arquitetura e Urbanismo pela UFF. Pesquisadora da FGV/DAPP. E-mail: jmfernandes655@gmail.com

[5]Mestre em Economia do Desenvolvimento pela UFRGS. Pesquisador da FGV/DAPP. E-mail: wagner.oliveira@fgv.br

[6]Mestre em Economia do Desenvolvimento pela UFRGS. Pesquisadora da FGV/DAPP. barbara.barbosa@fgv.br

[7]Mestre em Administração Pública pela EBAPE/FGV. E-mail: marcelo.rotenberg@fgv.br

Expatriates, immigrants and refugees in Brazil: trajectories and strategies of economic and social integration

http:/10.12660/rm.v8n13.2017.70588

Resumo:

No início dos anos 2010, o Brasil passou a receber dois novos fluxos de imigrantes - nacionais dos países do Mercosul e refugiados, especialmente haitianos -, criando um tipo de hierarquia distinguindo entre imigrantes desejáveis e indesejáveis, com acesso diferenciado a recursos legais, sociais e culturais para sua integração na sociedade. Esse novo tipo de imigração, em oposição ao fluxo de origem europeia, sofre preconceito da sociedade, dificultando sua integração social e econômica. Com base em pesquisas qualitativas realizadas com imigrantes, este trabalho pretende discutir de forma comparativa os obstáculos e estratégias de inserção econômica e social utilizadas por três categorias de migrantes - expatriados, imigrantes e refugiados - para se integrar à sociedade brasileira e lidar com mecanismos de controle de migração e restrições no Brasil. Com base nos resultados, é possível gerar insumos para o aperfeiçoamento da política migratória brasileira.

Palavras-chave: Migração, Integração de migrantes, Política migratória.

Abstract:

In the early 2010s, Brazil started to receive two new inflows of immigrants – citizens from Mercosur countries and refugees, especially from Haiti –, creating a kind of hierarchy that distinguishes desirable and undesirable immigrants, granting different access to legal, social and cultural resources to their integration into society. This new kind of immigration, different from the flow from Europe, is the target of prejudice from society, making it more difficult for them to integrate socially and economically. Based on qualitative researches conducted with immigrants, this work aims to discuss comparatively the obstacles and strategies of economic and social integration which are used by three categories of migrants – expatriates, immigrants and refugees – to enter the Brazilian society and deal with mechanisms of migration control and restrictions in Brazil. Based on these results, it is possible to generate inputs to enhance Brazilian migration policy.

Keywords: Migration, Integration of migrants, Migration policy.

1. Introdução

As pesquisas sobre migrações são proeminentes nas ciências sociais, com destaquepara a Economia, a Sociologia, a Antropologia, a Demografia, a Geografia, a Psicologia Social, e a Ciência Política. Richmond (1988), sugere que a questão das migrações teria sido tratada como mero efeito do processo de desenvolvimento do capitalismo, assim como dos processos de industrialização e de urbanização (SASAKI; ASSIS, 2000). Constam como exemplos a abordagem difusa de Max Weber que, como Emilie Durkheim e Karl Marx, estava mais interessado nas consequências da industrialização e do crescimento do capitalismo, e a reflexão sobre o fenômeno da migração produzida pelo demógrafo Thomas Malthus, para quem um incremento das migrações seria consequência inevitável da superpopulação.

No início do século XX, a migração se tornou objeto de estudo da sociologia norte-americana em resposta aos problemas sociais gerados pelo crescente fluxo populacional da Europa para os Estados Unidos(SASAKI; ASSIS, 2000). Thomas e Znaniecki(1984) demonstram como o processo de imigração atua na quebra de laços de solidariedade tradicionais, em especial o sistema familiar, integrando os imigrantes em um novo mundo regido principalmente por relações laborais e monetárias. O estudo tem um caráter documental e subjetivo, pois descreve a trajetória de um grupo social a partir do relato autobiográfico de um jovem imigrante polonês, radicado em Chicago(CHAPOULIE, 2001, p.146 *apud* OLIVEIRA, 2014). Nesse sentido, a Escola de Chicago expandiu os estudos migratórios, tendo como preocupação os processos de adaptação, integração e assimilação dos imigrantes na sociedade americana. Desenvolveu também o conceito de *meltingpot*, que viria a ser questionado nos anos 1960, com o ressurgimento da etnicidade e a consequente contestação da insensibilidade quanto a identidades individuais e grupais (GREEN, 2008).

Segundo Gabaccia (1992), o crescente interesse contemporâneo pelo fenômeno migratório estaria marcado por análises econômicas, que enxergam os imigrantes como indivíduos atomizados – e não como pessoas inseridas em redes de relações sociais. De acordo com a autora, uma outra perspectiva sobre as migrações internacionais vem emergindo, tomando como ponto de partida a constituição de um espaço transnacional de relações – que perpassa fronteiras culturais, geográficas, políticas e legais. Por essa abordagem, os imigrantes aparecem integrados em redes que vinculam pessoas, projetos, interesses e instituições em diferentes partes do globo.

A abordagem econômica *mainstream* busca explicar os fluxos migratórios internacionais a partir da regulação entre a oferta e a demanda de vagas de emprego no mercado de trabalho – o que, usualmente, gera diferenças de salário e de oportunidades entre países. Trabalhos clássicos como o de Sjaastad (1962) e o de Borjas (1999; 2000) entendem a questão migratória a partir de um arcabouço de alocação de recursos, associando a mobilidade internacional de pessoas com o modelo de equilíbrio geral típico da teoria *mainstream*, na qual a perfeita mobilidade de pessoas, associada à escolha individual racional, gera como resultado um equilíbrio eficiente do ponto de vista da maximização do bem-estar geral.

Esse tipo de abordagem foi criticado por Portes (1976), que rejeita a sobrevalorização das relações econômicas em detrimento das expectativas socialmente orientadas. Em outros termos, os migrantes não deveriam ser tomados primeiramente como indivíduos maximizadores, extirpados de suas relações sociais, mas como integrantes de estruturas coletivas com comportamento complexo, que condicionam sua mobilidade espacial e socioeconômica(SASAKI; ASSIS, 2000).

Nos últimos anos, os chamados novos estudos desafiaram hipóteses e conclusões dos estudos clássicos, incorporando diferentes elementos à análise. Autores como Docquier e Machado (2013), Alesina, Harnoss e Rapoport (2013) e Stark e Dorn (2013) vêm realizando estudos a partir de bases de dados que permitem análises mais complexas do fenômeno migratório associado a questões de trabalho.

Nesse sentido, pode-se dizer que é crescente a preocupação da literatura com fenômenos coletivos mais amplos e não apenas a decisão individual de migrar por questões econômicas(MASSEYet al, 1987; SASAKI; ASSIS, 2000). O sentimento de adesão a diferentes grupos étnicos ou culturais, crenças religiosas, entre outros, condiciona a decisão de emigrar, bem como a escolha do país de destino. Masseyet al(1987) e Sasaki e Assis (2000) sugerem que as famílias (ou unidades domiciliares), bem como outras unidades de produção e consumo culturalmente estabelecidas, além das redes relacionais, prevalecem sobre os interesses dos indivíduos, portanto devem ser o principal foco de análise para o entendimento das migrações. Além do diferencial de renda e das políticas públicas de atração, seria preciso considerar as redes de proteção criadas por imigrantes, inclusive como artifício para a minimização de riscos inerentes às flutuações dos mercados de trabalho. O presente artigo está alinhado com estedebate.

O aumento dos níveis de migração internacional tornou-se uma questão política significativa em muitos países nos últimos anos. No caso do Brasil, o Estatuto do Estrangeiro, criada em 1980 no período da ditadura militar, era focada na segurança nacional e apresentava uma série de restrições à imigração. As dificuldades impostas pela lei foram intensificadas por uma gestão de imigração, não integrada entre os diferentes atores estatais e marcada por processos burocráticos lentos e ineficientes, cujo maior gargalo é o serviço prestado nos postos de controle de fiscalização da Polícia Federal. No início dos anos 2010, houve um fluxo de haitianos que junto à imigrantes do MERCOSUL de baixa qualificação criaram um tipo de hierarquia de imigrantes com a distinção entre imigrantes desejáveis e indesejáveis, com acesso diferenciado a recursos legais, sociais e culturais para integração na sociedade similar a realidade destes em outros países.

Tendo em vista esse contexto, o artigo apresenta os resultados de pesquisa realizada junto a imigrantes no Brasil com o objetivo de aferir e analisar percepções dos investigados acerca da política migratória do país. O artigo está estruturado, além desta introdução contendo revisão da literatura, em quatro partes. A seção 2 apresenta a metodologia adotada. A terceira seção descreve e analisa os resultados,e a última seção traz as considerações finais.

2. Metodologia

A pesquisa original propunha uma análise comparativa das estratégias de inserção econômica e social utilizadas por quatro perfis de migrantes (expatriados, imigrantes, refugiados e os detentores de visto por razões humanitárias) e dos mecanismos de controle de migração e constrangimentos no Brasil.

Foi adotada uma metodologia qualitativa de pesquisa com a realização de grupos focais, voltados para as seguintes questões:

- Percepções sobre a política de imigração no Brasil;
- Avaliação sobre o processo de imigração;
- Razões para emigrar e de escolha do Brasil como destino; e
- Condições de adaptação e vida na sociedade brasileira.

Ao todo foram realizados 8 grupos focais com imigrantes de diversas nacionalidades[8] recrutados a partir de uma descrição do perfil esperado de acordo com as seguintes composições:

- 2 grupos de imigrantes que exerciam atividades profissionais de nível técnico;
- 2 grupos de imigrantes que exerciam atividades profissionais de nível superior;
- 2 grupos de imigrantes de perfil acadêmico;
- 1 grupo de empreendedores - imigrantes que abriram algum tipo de negócio no Brasil;
- 1 grupo de imigrantes com refugiados e detentores de vistos concedidos por razões humanitárias.

O grupo focal é uma reunião informal na qual um pequeno número de participantes discute assuntos de interesse da pesquisa (MERTON; FISKE; KENDALL, 1999). A conversa é orientada por um roteiro aberto e flexível: um profissional de moderação introduz o debate e encoraja os membros do grupo a discutir o assunto entre eles. A flexibilidade dos grupos de foco permite que vários tópicos sejam discutidos, e que novas questões surjam, reorientando o curso da pesquisa (KRUEGER, 1998). Há persuasão e constrangimento entre os participantes, e esses fatos são presenciados e analisados. Ademais, o debate permite que os participantes elaborem melhor seus argumentos: o pressuposto é de que os indivíduos sejam mais propensos a expressar suas ideias quando ouvem as ideias de outros (FRANKLAND; BLOOR, 1999).Na análise, são levadas em consideração as categorias sociais utilizadas; o contexto emocional no qual a informação foi obtida; as concordâncias e

[8] Não houve uma predefinição de nacionalidades “desejadas”. Naturalmente, as nacionalidades guardam relação com o perfil do estoque de imigrantes no Brasil (majoritariamente composto por latino-americanos, haitianos, europeus e norte-americanos).

divergências entre as opiniões dos participantes; as mudanças de opinião ocasionadas pela interação; as respostas vinculadas a experiências pessoais, em contraste com impressões vagas; e, por fim, as ideias principais, os gestos, as reações e sentimentos.

Como resultado disso, os trechos apresentados neste documento – uma amostra que destaca passagens mais relevantes entre todos que foram utilizados pela análise - são fruto do processo de discussão, ainda que sejam relatados como falas individuais. Como mostrado acima, entende-se que a interação e o contexto foram cruciais para que essas falas emergissem, o que não necessariamente teria ocorrido em entrevistas em profundidade.

3. Principais resultados

Os principais resultados dos oito grupos focais realizados entre os dias 20 e 25 de agosto de 2015, estão organizados com base nos perfis: um com refugiados, seis com imigrantes - subdivididos por qualificação profissional e atividade - e um com empreendedores – que iniciaram negócios no Brasil.

O grupo de refugiados e detentores de vistos concedidos por razões humanitárias era composto por imigrantes do Haiti (4), do Mali (3) e da República Democrática do Congo (1). É importante fazer a ressalva que alguns participantes estavam em processo de aprendizado do português, tornando muito difícil distinguir os fonemas verbalizados. Houve momentos em que a moderadora precisou do auxílio de outros participantes para atuarem como “tradutores”.

Os integrantes deste grupo eram todos homens, entre 24 e 34 anos. A média de tempo de residência no Brasil neste grupo era de pouco mais de dois anos - sendo que aquele que chegara há mais tempo estava no país há quatro anos, e o imigrante mais recente chegara há um ano. Com a exceção de um tecnólogo em mecatrônica que também dava aulas de inglês e francês, os participantes deste grupo ocupavam cargos de baixa qualificação, mas cabe observar que dois deles, no momento da pesquisa, buscavam maior qualificação profissional.

O grupo de empreendedores foi composto por proprietários de negócios no Brasil, sendo duas mulheres e seis homens, entre 31 e 36 anos à exceção de um homem de 56 anos. Três dentre os participantes estavam no Brasil há pouco mais de um ano, e os demais haviam chegado há 3 ou mais anos - totalizando uma média do grupo de pouco menos de 3 anos e meio de estadia no Brasil. Outra característica interessante diz respeito à origem destes imigrantes: 5 eram provenientes da própria América Latina (México, Chile, Haiti), 2, da Europa (França e Espanha), e 1, de Angola. Nenhum deles possuía filhos nascidos no Brasil, mas 5 deles estavam em relacionamentos - casamentos ou uniões estáveis - com brasileiros.

Os outros 6 grupos focais foram divididos de acordo com a qualificação/atividade em acadêmicos, técnicos e indivíduos com alta qualificação. No total os grupos de imigrantes acadêmicos somaram 10 mulheres e 5 homens entre 21 e 37 anos, com uma média de

pouco menos de 3 anos de chegada ao Brasil. Um dos participantes era oriundo dos Estados Unidos; dentre os demais, metade veio da América Latina (3 da Colômbia, 2 do Chile, 1 do México e 1 do Equador), e metade da Europa (1 de Portugal, 1 da Escócia e 5 da França). Cabe destacar que 9 participantes eram estudantes - de graduação ou pós -, 5 eram professores de línguas, e 1 era orientador acadêmico.

Os grupos de imigrantes altamente qualificados totalizaram 10 homens e 4 mulheres, entre 25 e 38 anos. Dentre os entrevistados, 8 eram franceses, e outros 2 eram também europeus (Portugal e Itália). Os demais eram latino-americanos: 3 chilenos e 1 argentino. A média de tempo de chegada ao Brasil deste grupo era de aproximadamente 3 anos e meio, sendo que metade dos entrevistados havia chegado no Brasil há mais de 4 anos.

Finalmente, os grupos de imigrantes de nível técnico foram compostos por 9 homens e 3 mulheres, entre 26 e 52 anos. A nacionalidade predominante era a francesa, com 4 entrevistados, além de um italiano e um português, totalizando 6 europeus. Os outros 6 eram latino-americanos, dos quais 2 chilenos, 1 argentino, 1 venezuelano, 1 boliviano, e 1 colombiano. O tempo médio de chegada ao Brasil deste grupo era consideravelmente mais baixo do que o dos imigrantes altamente qualificados, superando pouco a marca de 2 anos.

3.1 A decisão de deixar o país de origem e a escolha pelo Brasil

O primeiro aspecto trabalhado nos grupos focais dizia respeito aos motivos que levaram os entrevistados a deixarem seus países de origem e virem para o Brasil. No decorrer das entrevistas foi possível identificar três grupos muito claros: aqueles que decidiram emigrar em razão de perseguições políticas; aqueles que o fizeram buscando melhores condições de vida, e os chamados “cidadãos do mundo”. O primeiro deles foi o único que se limitou a apenas um grupo, o de refugiados e detentores de vistos concedidos por razões humanitárias. A maioria dos refugiados deixou seus países por sofrer perseguição política.

> Eu estava no país como estudante, estava fazendo faculdade de jornalismo, mas, como qualquer outra pessoa que tem sonho, você quer realizar o seu sonho, mas infelizmente não realiza porque tem perseguições, muitas pessoas atrás de você. Eu estava na luta contra o governo, [do Congo] então como estudante e motivando outras pessoas para que as coisas melhorassem no país, então estava na luta e sofri muitas perseguições até deixar o país, saindo de lá e vindo para o Brasil. (Refugiados e Razões Humanitárias)

> Porque na verdade era filiado [a partido político], eu saí e vim porque tem guerra civil lá [no Mali]. Qualquer país se sair daqui vai para outro país. Guerra civil e todo mundo sabe disso. (Refugiados e Razões Humanitárias)

No caso dos haitianos, o deslocamento foi justificado pela busca de melhores condições de vida diante da história de conflitos internos que funcionavam como obstáculo ao desenvolvimento econômico do país e, mais recentemente, diante de catástrofes naturais. Os haitianos apresentaram como principais razões para emigrar a busca por melhores condições de trabalho e o aperfeiçoamento profissional, com o objetivo de enviar remessas a seus familiares que permaneceram no país.

> Ele estava no Haiti era professor de matemática, mas não conseguiu sustentar a família com o salário de professor, então conseguiu vir para ajudar a família. (Refugiados e Razões Humanitárias)

A busca por melhores condições de vida dos haitianos aparece também em outros grupos focais, especialmente no de imigrantes de qualificação mais baixa. Não causa surpresa o fato de a crise econômica, em especial dos países europeus, ser referida como razão para emigrar. Os entrevistados afirmaram que, diante da recessão e consequente dificuldade de continuar com seus negócios, de permanecer em seus empregos ou de se inserir no mercado de trabalho, viram na emigração a possibilidade de iniciar uma nova fase em suas carreiras.

> A França estava um pouco pesada de crise econômica. Todo mundo estava sem saber se tinha futuro. Tinha outra ideia do Brasil, todo mundo estava com projeto de empresa e tudo há 3 anos atrás. Na França estava todo mundo desanimado, sem perspectiva de futuro. (Técnicos)

> Saí de Portugal pela crise econômica. Tinha uma empresa lá que começou a correr muito mal. [...] quando houve o choque fiscal em Portugal e resolvi vir para aqui. (Técnicos)

Um terceiro tipo de justificativa, distante das outras duas, apareceu dentre os entrevistados: o deslocamento simplesmente pelo desejo de viver outras culturas, novas experiências de vida. São pessoas para as quais poderíamos usar a expressão “cidadãos do mundo”. Elas afirmam que emigraram não por qualquer injunção seja econômica ou outra, mas pelo espírito de aventura. Nesses casos, o país de destino é apenas mais uma parada num processo de mobilização global.

> Só conhecer, viajar. Eu havia morado em outros lugares. Eu havia morado em Cuba. (Técnicos)

> É que gosto de viajar e conhecer outro país, pois, quando uma pessoa fica em meu país, é importante vir para outro país. (Empreendedores)

> Sempre quis morar fora da França, descobrir outras culturas, falar outros idiomas. Antes, morei quatro anos no México. Agora, estou no Brasil. Já viajei à Venezuela, Chile, Colômbia, conheço muito a América Latina e não

> sabia nada do Brasil, então novo idioma, nova cultura e aqui estou. (Acadêmicos).

É interessante notar que esse perfil não se limitou aos grupos de imigrantes mais qualificados. Exceto pelo grupo dos refugiados e razões humanitárias, esse perfil de "cidadãos do mundo" apareceu em todos os grupos focais.

Uma vez que é feita a escolha de deixar um país, por que esses imigrantes escolheram o Brasil? O clima tropical com sua luminosidade foi apontado como uma das razões de atratividade pelos imigrantes, em especial os dos países europeus. Esses entrevistados argumentam que o longo inverno em seus países, com dias curtos, impacta no humor das pessoas que lá residem, tornando-as depressivas, arredias e irritadas. Afirmam que em seus países, o Brasil é visto como um lugar interessante, com uma cultura musical rica, propício a aventuras, onde se pode "ir à praia após o trabalho". Para eles, havia uma expectativa mais glamorosa de vida. É interessante notar, no entanto, que muitas vezes a apreciação do clima tropical e suas consequências para a vida cultural se confunde com uma imagem estereotipada: um lugar onde é Carnaval o ano todo, onde se ouve e dança samba diariamente nas ruas.

> Eu tive cá em 2008, viajando o Brasil, Rio, São Paulo e me apaixonei pela paisagem, cultura, eu gosto do Brasil. Eu já vim para ficar aqui. Eu adoro sol, luz, me deixa disposto. (Técnicos)

> Eu morava nos Estados Unidos e achava que no Brasil toda gente era feliz, era dançando, música, daí eu cheguei aqui achando que tudo era samba, música, tão unidos. (Empreendedores)

> Vou falar por mim, mas a imagem que eu tinha sempre me interessei pelo Brasil, desde criança, mas a imagem que tinha era do Carnaval. Eu vim com a ideia que era festa todos os dias, música, samba na rua. Foi isso, macacos por todo lugar. Uma ideia bem diferente do que é. (Empreendedores)

Essa motivação da rica vida cultural e do clima tropical brasileiro esteve associada ao grupo que chamamos "cidadãos do mundo", mas não apenas. O grupo que citou razões econômicas como principal motivação para o deslocamento, também falou sobre as características naturais e culturais do país. Ambos os grupos ressaltaram dentre os motivos de escolha do Brasil, a avaliação de que o país estava em fase de ascensão econômica, apresentando-se como uma alternativa vantajosa para se iniciar uma nova vida. O país estava "bombando" na percepção dos imigrantes, apresentando perspectivas de crescimento profissional. Tal é o caso de um engenheiro e de um arquiteto franceses que enxergaram a oportunidade de desenvolverem projetos de construção.

> Estudei engenharia civil na França. Existiam vários intercâmbios, oportunidades. Como faço engenharia civil quis conhecer um país em crescimento, com várias coisas para construir, lá na Europa já tem muitas coisas prontas, menos obras. Escolhi o Brasil, mas agora a construção está

> meio difícil aqui, mas ainda têm muitas coisas a construir, precisa de muita infraestrutura. (Alta qualificação)
>
> Eu já tinha vontade de vir ao Brasil. Eu estava vendo coisas que estavam bombandoas coisas aqui. [...] Eu cheguei em janeiro de 2014. Tinha muita história. Meu irmão trabalha com publicidade e falou que a empresa dele conseguia fazer dinheiro no Brasil. Todo mundo estava falando do Brasil, que estava funcionando bem. Eu acho que a gente poderia melhorar aqui. Minha esposa trabalha com pâtisserie, e eu achei que poderia se dar bem. (Técnicos)

Para os imigrantes que vieram ao Brasil com vistos de estudante, a qualidade da educação pública superior no país foi o grande atrativo, além da sua gratuidade e da concessão de bolsas. Na Colômbia, por exemplo, os imigrantes relataram a ausência de universidades gratuitas, mesmo entre as federais, e o alto custo de fazer uma pós-graduação.

> Na Colômbia, mesmo na universidade pública é muito caro fazer pós-graduação. A gente não tem universidade pública de graça. Então, isso é um atrativo enorme, estamos perto, temos bolsa para estudar, sem custo. A qualidade da educação é muito boa, é atraente, eu pessoalmente acho que no Brasil as pessoas não dão o valor que isso tem, a qualidade da educação. (Acadêmicos)
>
> Eu comecei procurando um lugar para poder estudar fora do Chile e sempre quis fazer meus estudos e pós-graduação fora. Dentro do ranking tinha a USP e aí, depois conheci um brasileiro. Depois decidi viver com ele aqui. Depois, entrei na USP e continuei meus estudos. (Acadêmicos)

Há ainda que se ressaltar, entre os grupos de imigrantes altamente qualificados, a percepção de que o brasileiro tem como qualidade e vantagem competitiva o domínio da inteligência emocional, que o torna hábil para os relacionamentos interpessoais, sendo essa habilidade, no caso das organizações a responsável pelo sucesso ou insucesso profissional de seus colaboradores. Aqui a pessoa é mais importante do que a eficiência e, para os entrevistados, esse é um aspecto das relações de trabalho que os encanta: a sensibilidade de fazer um julgamento perspicaz e sensível a respeito do outro. É a inteligência emocional que permite aos brasileiros manterem-se motivados a realizar seus objetivos, apesar das adversidades, e a contarem com sua intuição e a criatividade. “O brasileiro é único”, dizem.

> Mas é diferente. O Brasil tem para oferecer ao mundo a inteligência emocional, interpessoal; isso é muito bom. [...] Eu acho que tem muita diferença com a Europa, o Brasil é muito diferente. Aqui a pessoa vai muito pela intuição. (Alta qualificação)
>
> O que encanta mais são as pessoas. As pessoas conseguem do nada fazer tudo, e ter sempre a predisposição de estar bem, fazer tudo o possível. De dormir quatro horas, trabalhar dez e ficar quatro no trânsito e ainda

> assim... A principal diferença entre o Brasil e a Europa é muito a forma humana das relações. Os esforços, aqui, são muito maiores, porque a cidade é maior, mas as pessoas estão dispostas a fazer acontecer. (Acadêmicos)

Por fim, o grupo dos refugiados e de razões humanitárias diferenciou-se dos demais. Os imigrantes do Haiti vieram para o Brasil principalmente por causa do acordo entre os dois países e por acreditarem que aqui seriam melhor acolhidos do que, por exemplo, na França, para onde alguns conterrâneos haviam seguido. Os refugiadose detentores de vistos concedidos por razões humanitárias, avaliaram que o país estava em uma situação econômica mais favorável do que os países europeus, de onde vinham notícias da crise. Depreende-se que todos nutriam muitas esperanças em relação à vida ao Brasil, acreditando que aqui teriam melhores condições de vida.

> Naquela época? O que aconteceu no Haiti estavam muitos países que queriam escolher os haitianos para viajar, mas sabe que os haitianos são muito inteligentes. Por exemplo, na França escolheram para haitianos ir viajar, trabalhar e ter uma vida melhor. Os haitianos chegando à França será que vai ser melhor para nós? Não. Então é desse jeito que escolheram os países que vão. Para eles tipo uma vida melhor, como posso dizer, o imigrante seria melhor na França ou não? Não. Então o que fazíamos na época? Escolhia o Brasil, porque tem o contrato de governo e Haiti. (Refugiados e Razões Humanitárias)

> Ele [do Mali] viu que o Brasil era um país melhor. Europa tem crise, tem muita coisa, família e conhece a cultura lá [...] Na verdade ele tem familiar na Europa e tem algumas pessoas que eles sabem e que contam para eles como é a vida lá, que a vida é muito complicada. [...] Sim, porque lá está tendo crises [econômicas]. (Refugiados e Razões Humanitárias)

Como era de se esperar os participantes dividem-se entre os que desejam permanecer no país por tempo indeterminado, estabelecendo suas raízes aqui, e os que veem essa experiência de vida como temporária. Os que desejam ficar apontam como razões para essa escolha as mesmas que influenciaram na decisão de emigrar: o clima tropical, a cordialidade do povo e as potencialidades de crescimento econômico do país.

> No meu caso, vim aqui porque é escolha própria, quero morar aqui, então não tem uma data limite, quero fazer aqui, fazer a minha vida. (Alta qualificação)

> No meu caso, foi bem difícil chegar até aqui por documentação e tudo. Por enquanto, eu quero ficar, viver aqui, morrer aqui. (Técnicos)

> Eu acho que o Brasil tem todas as coisas da natureza que precisa. O Brasil pode ser autossuficiente. Se for gerenciado bem, o Brasil tem capacidade

> de crescer muito. Os brasileiros trabalham muito mais do que as pessoas no meu país. Na Europa não pode trabalhar mais do que 40 horas por semana. Vocês são muito trabalhadores. Eu acho que vocês sofrem muito com o governo que vocês têm aqui. Eu acho que o povo brasileiro é forte, trabalhador, uma pessoa que quer avançar. O Brasil pode ser um país do futuro. Tanto é que eu escolhi para ficar aqui. Eu já morei em vários países, e nunca senti uma afinidade com um país. No Brasil, você se sente bem aqui. Eu me sinto bem, aqui. O jeito brasileiro é muito mais relaxado do que na Europa. (Acadêmicos)

Os entrevistados que pretendem voltar para seus países ou mesmo se dirigir para outros destinos justificam sua decisão pelo aumento do custo de vida e a consequente dificuldade de alcançar ou manter certo padrão de conforto, reflexos da crise econômica.

> Como eu falei, para construir uma vida aqui, ter um futuro aqui, é difícil, estou morando num país, o francês na França é muito mais fácil, porque temos muito mais facilidade, porque temos saúde de graça, educação de graça, mais facilidade, aqui tem que lutar muito e ter muito dinheiro para ter boas condições, hoje não tenho dinheiro para ter boas condições, então não sei, vamos ver. (Alta qualificação)

> A gente não tem filhos e a gente está pensando nisso. E a gente está pensando na saúde, escola, e tem muita coisa que funciona bem na França. A gente está ficando mais para poder desenvolver mais na vida, mas agora a gente está mais sobrevivendo aqui. A gente fica sempre no final do mês sem grana. É difícil de aceitar. (Técnicos)

3.2 Integração Econômica e Social no Brasil

Apesar de justificarem a vinda para o Brasil devido ao suposto clima receptivo do país, em todos os grupos foram reafirmados problemas significativos para legalização da situação dos imigrantes. A grande dificuldade enfrentada pelos entrevistados é a burocracia para a emissão dos diferentes documentos necessários para a sua regularização. São referidas inúmeras situações envolvendo desde a renovação dos diferentes tipos de vistos, passando pela aquisição do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), pela concessão da carteira de trabalho, até a emissão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Não se trata somente dos inúmeros procedimentos necessários à obtenção de cada documento, as muitas idas aos órgãos que os emitem, as horas perdidas nas filas, e os longos prazos decorridos até a finalização desses processos, mas também os altos custos envolvidos. Os procedimentos são tão difíceis e demorados que empresas ou despachantes são contratados por aqueles que podem arcar com essas despesas, onerando ainda mais os processos. Os entrevistados afirmam que esses custos e dispêndio de tempo prejudicam sua contratação pelas empresas. Muitos ficaram meses sem poder trabalhar por causa da demora em adquirir todos os documentos.

> É possível se você tem uma especialidade esperada aqui. Um engenheiro num nível bem avançado, você consegue. Mas é tudo papelada, documentos, taxas. É muito encargo para a empresa, por isso que a empresa não está tão interessada nisso. (Técnicos)

> Eu fiz o visto permanente na Itália, porque eu casei lá. [...] Eu comecei a fazer na Itália, tem que traduzir o casamento para cá, tem que ter um cara para assinar e depois leva seis meses para ter um visto permanente. Depois, quando você chega no Brasil, você tem 90 dias para comunicar a Polícia Federal de que você está aqui. Levou mais seis meses para eu ter o RNE. Então, eu cheguei, aqui, no dia 24/11/2011, e meu RNE é de Março de 2012. Levou um ano e meio. (Técnicos)

> A carteira para dirigir, nossa, foi tipo uma odisseia, mesmo tendo outro despachante contratado para fazer essa coisa, ali também foram 10 cadastros num dia, foi muito demorado. [...] Eu acho também essa coisa foi um resultado de uma política para o estado para garantir vagas [de trabalho]. (Alta qualificação)

> Quando eu dei entrada para a renovação do visto, que seria automático, meu processo foi indeferido, mas daí eu provei tudo novamente e o processo ficou perdido no Ministério da Justiça, pois eles mudaram a lei e entre o Ministério da Justiça e Polícia Federal ficou perdido. Até o ano passado dei entrada na ouvidoria e acabou de sair no Diário Oficial há um mês atrás. (Empreendedores)

Diante das dificuldades referidas, os imigrantes lançam mão de algumas estratégias para a inserção no mercado. Pode-se entrar no país com visto de turista, renová-lo e, depois, se inscrever em um curso, obtendo um visto de estudante. Ou chega-se ao Brasil com o visto de estudante, enquanto procura uma empresa que aceite a contratação e providencie o visto de trabalho. Fica-se muitas vezes ilegal no Brasil, trabalhando sem a documentação exigida, na esperança da regularização, que pode acontecer pelo matrimônio, pela prole ou através do emprego em uma empresa.

> Eu fiquei dois anos ilegais no Brasil, por quê? Porque eu tinha esse objetivo, eu sabia que na Europa estava ruim para eu voltar, [...] eu trabalhei em três empresas como ilegal. Não era só por não querer fazer, mas pela dificuldade que era em conseguir fazer. Primeiro ano de visto de estudante, mais dois de ilegal [...] nesse momento foi um momento de decisão para mim, que eu fiquei ilegal no Brasil e eu pensei: volto a Portugal e não tem trabalho e onde posso estar numa situação pior ou arrisco aqui porque estou acreditando, posso tentar e vai dar certo [...] surgiu a oportunidade de trabalho em São Paulo, com uma empresa estrangeira querendo contratar, vim e aí consegui o visto de trabalho. [...] A maior dificuldade foi as empresas entenderem também o processo como fazer, tudo isso. (Alta qualificação)

> Como turista. Eu tinha três meses para chegar aqui, e ter um papel provisório que a polícia dá para a pessoa que casa. E aí, você pode ter todos os registros. Só que nesse tempo, você não pode trabalhar. Eu comecei a trabalhar em julho e ainda não tinha carteira. Eu falei com meu chefe, ele entendeu a situação e me deixou trabalhar. Era com jeitinho. (Técnicos)

> Sou do México e estou aqui há seis anos. Já fiz de tudo aqui, cheguei legal, turismo, mas fiquei trabalhando sem documento e depois estudante. Depois eu fiz união estável e consegui residência, daí fiquei com carteira assinada em uma agência de viagens e agora montei a minha agência. (Empreendedores)

A validação do diploma é outro entrave burocrático à inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. O processo é muito demorado, burocrático e dispendioso. As universidades exigem a complementação curricular, o que nem sempre é possível para quem trabalha, além de demandar mais de um ano para cumprir as disciplinas em divergência. Ademais, os conselhos das faculdades se reúnem apenas duas vezes ao ano para julgar os pedidos de validação. Não se compreende porque a validação do diploma por uma universidade brasileira não é suficiente, sendo ainda necessária a aprovação em conselhos profissionais, quando é o caso.

> Pedem muitos documentos, gasta-se muito dinheiro para validar: uma soma absurda para mim. [...] 1 ano e meio, mas ainda não está aprovado. Depois que você paga leva 14 meses para aprovar. É muito tempo. (Alta qualificação)

> Aqui, o arquiteto tem que ser registrado no CAU. Isso você pode conseguir só quando você tem um diploma brasileiro. Eu poderia fazer isso, mas só se eu fizesse transferência do meu diploma. Só que eu não fiz isso, porque tinha um monte de papeladas e eu não tinha tempo de ir numa escola. São duas disciplinas por ano. É um grupo de arquitetos, pessoas que se reúnem e que dá a aplicação equivalente. Isso. Eu descobri que não é necessário em alguns escritórios. Mas você pode trabalhar e não pode assinar. (Técnicos)

No caso dos refugiados e de detentores de vistos concedidos por razões humanitária, o processo - que é diferenciado - deveria ser simplificado. No entanto, somente dois participantes, haitianos, entraram no país com visto de permanência concedido pelo consulado do Brasil em sua cidade. Os demais entraram ilegalmente pela fronteira, devido à dificuldade e à demora para a concessão de visto no Haiti, e ainda estão ilegais. Os refugiados do Congo e Mali entraram com visto de turista e aqui procuraram a organização Cáritas para obter o status de refugiado reconhecido. Os participantes se ressentiam da burocracia necessária para a regularização de sua situação, com exceção dos que já chegaram aqui com visto de permanência. Estes últimos afirmaram que o processo foi rápido e simplificado.

> Deixa eu te contar. Naquela época que cheguei ao Brasil não estava muita dificuldade para conseguir o visto brasileiro, mas agora o que acontece no Haiti? Lá tem muita burocracia para poder conseguir um visto brasileiro para viajar, para vir para cá. Então o que eles fizeram? Pagaram as pessoas para poder transportar de outros países, muita burocracia para chegar. Não é questão que não quer vir com visto. (Refugiados e Razões Humanitárias)

> É fácil para mim, pois, eu cheguei a São Paulo na Polícia Federal para fazer tudo, tirar protocolo, CPF, amanhã vou tirar trabalho, uns cinco dias. [...] É o acordo. Em cinco dias tem carteira de trabalho. Haitiano é rápido. (Refugiados e Razões Humanitárias)

Além da questão burocrática de regularização do status legal dos imigrantes no Brasil, há um outro ponto bastante importante, sobretudo para os refugiados e detentores de vistos concedidos por razões humanitárias, que é o acolhimento na chegada. Todos os haitianos entrevistados já tinham onde ficar quando chegaram ao Brasil, pois enviaram dinheiro para que os seus conterrâneos aqui estabelecidos providenciassem o aluguel de um quarto ou de uma casa. No entanto, nas entrevistas os participantes expressaram a falta de uma estrutura de acolhimento aos imigrantes de suas condições. Organizações como a Cáritas tem assumido essa responsabilidade, mas faltam-lhes recursos.

> Vou tentar explicar um pouco, mas não é fácil, é difícil. É extremamente difícil, mesmo a Cáritas que está lá com essa responsabilidade de acolher os refugiados, eles não têm recursos eficiente para acolher aqui. Então pessoas chegam aqui não tem uma organização que vai ajudar eles psicologicamente. No meu caso teve muitas coisas ruins e até hoje eu tenho traumas, não tinha uma pessoa que poderia ajudar nesse tipo de coisa. Você chega aqui vai a Cáritas e tem que saber como se virar. A Cáritas te ajuda no caso de documentos, protocolo. Você vai ao centro tem refeição de 1,00, come, mas agora [só dão] por três meses. (Refugiados e Razões Humanitárias)

A desinformação dos empregadores e instituições bancárias acerca dos processos de legalização, como por exemplo, a validade do protocolo emitido pela Polícia Federal em favor dos refugiados, é entrave à inserção dos imigrantes na sociedade brasileira.

> Quando você vem para o Brasil tem a Cáritas que lhe dá um protocolo temporário e vai demorar de um ano a seis meses enquanto estão analisando o seu caso. Se tiver algum tipo de desperdício, se eles analisarem, mas não deu certo o que falou, então lá não vão lhe dar nenhum documento. Agora se o seu caso seja aprovado pelo Conare, vão dar o RNE, que é o visto de permanência. Com esse protocolo pode trabalhar, pode fazer qualquer outra coisa. Infelizmente muitas empresas não sabem o que é o protocolo. Até os bancos não sabem, pois, você vai lá

> abrir uma conta não pode, mas é um documento que qualquer pode usar. (Refugiados e Razões Humanitárias)

A burocracia para validação do diploma também aparece como um obstáculo à inserção deste grupo no mercado de trabalho. Refugiados e imigrantes com vistos concedidos por razões humanitárias qualificados acabam ocupando postos de trabalho que exigem muito pouca capacitação. Entre os entrevistados, por exemplo, havia um professor de matemática que trabalhava como pedreiro. Apenas o certificado de conclusão do ensino médio é imediatamente reconhecido. A solução encontrada pelos imigrantes é ingressar em outra faculdade aqui, opção mais barata e rápida de se obter um diploma de nível superior, ou então fazer um curso técnico no SENAI, por exemplo. São relatadas as dificuldades enfrentadas para conseguir arcar com os custos desses cursos.

> Tem pessoas chegando ao Brasil que se formou em direito, administração e chegando aqui vira ajudante de pedreiro. Porque o diploma dele não é reconhecido, não reconhece o valor dele. Tem pessoas que ficam sete anos estudando, se formando em algo, mas chegando aqui não dá para trabalhar nessa área. (Refugiados e Razões Humanitárias)

> Mas faço há um ano e oito meses na construção civil, mas devagarzinho consegui entrar no SENAI para ficar no meu lugar, mas cada mês pagar 350 reais. Sim, se passar um ano e três meses lá depois sair, mas as professoras me convidaram a fazer outro curso, mas não consegui pagar. As minhas amigas no SENAI me ajudam a pagar o curso. Eu faço dois cursos lá. Depois acaba o curso espero uma empresa me chamar. (Refugiados e Razões Humanitárias)

Os participantes desse grupo destacaram a dificuldade para encontrar emprego no Brasil. Não apenas estão sublocados em função de sua capacitação, como têm sua força de trabalho explorada pelos empregadores, sem pagamento de horas extras e recebendo baixos salários. Afirmou-se que era necessária muita qualificação para conseguir um emprego. O refugiado do Congo, por exemplo, disse só estar trabalhando porque falava três idiomas e tinha curso superior aqui no Brasil. Seu salário era de dois mil reais.

> Sabe onde estou trabalhando, por que me aceitaram? Porque eu falo inglês, francês e português. Então você tem que ser extremamente competente, e qualquer erro, já era. Você tem que se esforçar muito, mas muito. Não é fácil. Tem algumas pessoas que só olham no lado que só tem erros, não pode corrigir, se errar algo já falam algo. (Refugiados e Razões Humanitárias)

Por fim, os participantes relataram episódios em que foram vítimas de racismo ou xenofobia, sobretudo no ambiente de trabalho. Contaram que sofreram humilhações com a

justificativa de que eram “pretos” e que, portanto, deveriam se sujeitar a qualquer situação sem reclamar, porque estavam no Brasil para “trabalhar como escravos”. Manifestações de preconceito eram também observadas nos transportes públicos, como casos em que passageiros se levantam quando os participantes sentavam-se ao seu lado.

> O, quero dizer, não são todos os brasileiros, mas os que eu conheço estão legais, de boa, mas a maioria ficou maltratando os haitianos por conta do racismo, porque o Haiti é um país pobre. (Refugiados e Razões Humanitárias)

> Eu trabalho com ele lá, daí ele falou para mim: “Você é um preto. Não pode fazer isso”. Eu sou filho de deus, por que me tratar assim? (Refugiados e Razões Humanitárias)

> Ele está falando de preconceito. O preconceito nos lugares públicos, tipo ônibus, você está na rua, as meninas, as pessoas lhe vê diferente e não lhe considera como uma pessoa normal. Às vezes no ônibus senta em um lugar a pessoa levanta direto. Esse tipo de coisas acontece. (Refugiados e Razões Humanitárias)

Como veremos abaixo, os casos de racismo e xenofobia não se limitaram ao grupo de refugiados e detentores de vistos concedidos por razões humanitárias. No entanto, nos demais grupos de imigrantes, pode-se observar um claro recorte nos testemunhos desse tipo de preconceito. Os grupos relataram vários episódios, vivenciados ou observados, de racismo ou xenofobia, que veiculavam estereótipos ligados a determinadas nacionalidades, como, por exemplo, colombianos - associados ao narcotráfico -, bolivianos - relacionados a subempregos em confecções de roupas -, haitianos e africanos - identificados à pobreza e falta de qualificação -, para além dos casos de discriminação racial.

> Eu só tenho problema com brasileiro. Eu trabalho com brasileiro, o patrão fala comigo se posso fazer hora extra, eu trabalho 50h extra por mês, mas quando o pagamento chega só paga 20h extra. Falo com o patrão – “Por que isso? Eu vim trabalhar aqui junto com brasileiro, não quer me pagar bem?”. Ele está bravo comigo: ‘Você é haitiano, aqui no Brasil não é seu país’. (Refugiados e Razões Humanitárias)

> Por ser colombiana. É assim: “Tem coca?”. É uma piada, sempre uma piada. Uma vez é engraçado, mas não duas, três, quatro. (Acadêmicos)

> Eu pensava que ia ter um recebimento melhor. O brasileiro é muito enriquecido na cultura, mas um pouco fechado com estrangeiro. Senti preconceito por eu ser boliviano, eles falavam, você trabalha com costura. (Técnicos)

Por outro lado, sobretudo os imigrantes europeus, destacaram o acolhimento que receberam dos brasileiros, como algo muito positivo por serem “legais” e solidários. Estes

entrevistados, se surpreendem com o fato de as pessoas na rua socorrerem a quem passa mal ou cai, e se mostrarem disponíveis a oferecer seu tempo para ajudar a encontrar um endereço ou dar informações.

> Eu tive uma boa surpresa, de um povo muito aconchegante, muito legal, eu estava chegando de um país bem fechado, que reclama muito, aqui sempre eu faço uma brincadeira, Sidney é o paraíso na terra onde as pessoas são um pouco chatas, São Paulo é uma cidade lixo, mas as pessoas são muito legais, para mim foi melhor, eu prefiro morar em São Paulo com pessoas legais do que em Sidney com pessoas fechadas, e isso foi o lado pessoal. (Alta qualificação)

> Eu fui bem recebido tanto no trabalho como com os amigos. Eu cheguei, aqui, não tinha amigos. Eu acho que o estrangeiro aqui é bem recebido, querem saber de onde você veio. (Técnicos)

> Aqui, quando você tem um problema na rua, o pessoal para e ajuda você. Depois você fala obrigado e eles falam, imagina. Eu não preciso imaginar um mundo assim, ele existe. É gente boa e é super gostoso. Isso tem um valor muito alto. (Acadêmicos)

4. Considerações Finais

A partir da análise qualitativa observam-se similaridades de percepção entre os sujeitos pesquisados, além da reafirmação do apontado por Sasaki e Assis (2000) sobre a percepção das redes de apoio, das questões referentes à economia e da necessidade de observar a questão da imigração para além das implicações econômicas das políticas públicas.

Nesse sentido, destaca-se a avaliação de que é importante reduzir a burocracia necessária à regularização da situação do imigrante no Brasil. Não apenas são muitos os documentos a serem concedidos, mas justamente em função dos numerosos trâmites, o prazo de emissão é longo. Há ainda dificuldade de compreensão da legislação bem como dos procedimentos. Avalia-se que havia a necessidade de um novo marco legal para a migração, pois o Estatuto do Estrangeiro tornou o país fechado para os fluxos migratórios e dificulta a atuação dos órgãos envolvidos na gestão da imigração[9].

A questão da dificuldade de integração no mercado de trabalho foi apontada praticamente em todos os grupos, tendo em vista que a dificuldade e custo de revalidação do diploma estrangeiro se torna entrave importante para o aproveitamento adequado da mão de obra do imigrante que acaba ocupando funções abaixo de sua qualificação. Além disso, os imigrantes relataram outras dificuldades: a falta de informação das empresas sobre a validade do protocolo concedido pela Polícia Federal; o não reconhecimento de suas

[9] No momento em que a pesquisa foi realizada, o projeto da nova lei de migração tramitava no Congresso Nacional. A Lei 13.445/2017 recebeu sanção presidencial em 24 de maio de 2017.

habilidades; e a falta de contatos nos diferentes meios profissionais, visto que a indicação é importante no Brasil.

Neste aspecto negativo é importante ainda destacar o racismo e/ou xenofobia: um claro viés de preconceito que dificulta a adaptação e inserção de imigrantes negros e latino-americanos na sociedade brasileiras. Foram eles que deixaram transparecer o enfrentamento de hostilidades baseadas na cor da pele ou na origem dos imigrantes. Os imigrantes europeus, por sua vez, destacaram a capacidade de acolhimento dos brasileiros. Como aspectos positivos de sua experiência no Brasil, além do clima ameno e predominantemente ensolarado e da riqueza cultural, ressaltaram a solidariedade dos brasileiros, seu domínio da "inteligência emocional" - habilidade para os relacionamentos interpessoais -, sua capacidade de se manterem motivados apesar das adversidades. Tais fatores teriam facilitado a integração dos imigrantes na sociedade.

Durante as entrevistas os imigrantes compreendiam a crise econômica nacional inserida em um contexto global e acreditavam que, na Europa, a situação estava muito pior. Ademais, os entrevistados assumiam que o Brasil seria um país do futuro e que superaria rapidamente essa fase difícil. Isso devido ao talento dos brasileiros para superar as dificuldades através de seu espírito alegre, do uso de sua intuição e criatividade, aliado ao fato de contarmos com abundantes recursos naturais e termos potencial de crescimento. Por essa razão, parcela considerável dos participantes dos grupos focais afirmou que pretendia estabelecer suas raízes aqui.

No presente contexto de reconfiguração dos fluxos migratórios globais e desafios econômicos e políticos no Brasil, a nova lei de migração introduziu mudanças importantes na legislação, ao privilegiar a dimensão dos direitos dos imigrantes. No entanto, ainda há pontos em aberto - em especial a regulamentação da lei com a criação de órgão governamental para administrar a política migratória - que precisam ser tratados para facilitar a integração de imigrantes laborais e refugiados, aspectos para os quais o presente trabalho espera ter contribuído.

Artigo recebido em 21 jul. 2017.
Aprovado para publicação em 21 nov. 2017.

Referências

ALESINA, A.; HARNOSS, J.; RAPOPORT, H. Birthplace Diversity and Economic Prosperity.*NBER Working Paper Series*, n. 18699, 2013.

BORJAS, G. The Economic Analysis of Immigration. In: *Handbook of Labor Economics 3*, 1999. p.1697-1760.

_____. Economics of Migration. In: *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*. Section 3.4, n.38, 2000, p.1-21.

DOCQUIER, F.; MACHADO, J. *Global Competition for attracting talents and the world economy*.The World Economy 2013. 2013.

FRANKLAND J.; BLOOR M.The analytical potential of sensitive moments in focus group discussions. In: KITZINGER J.; BARBOUR R.S. (Orgs.). *Developing focus group research: politics, theory and practice*.London: Sage, 1999. p.156-72.

GABACCIA, Donna. *Seeking common ground: multidisciplinarity studies of immigrant women in the United States*. Londres: Praeger, 1992.

GREEN, Nacy L. Tempo e Estudo da Assimilação. *Antropolítica*, n.25, p.11-22, 2008.

KRUEGER, R. *Designing and conducting focus group interviews: Notes*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

MASSEY, D.; ALARCON R.; DURAND J.; GONZALEZH. Return to Aztlan: The Social Process of International Migration from Western Mexico. Berkeley: University of California Press 1987.

MERTON, R.; FISKE, M.; KENDALL, P.L. *The focused interview: a manual of problems and procedures*. New York: Free Press, 1999.

OLIVEIRA, M. O Tema da Imigração na Sociologia Clássica. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v.57, n.1, p.73-100, 2014.

PORTES, A. Determinants of the brain drain.*International Migration Review*, v.10, n.4, 1976.

RICHMOND, A. H. *Immigration and ethnic conflict*. Londres: MacMillan Press, 1988.

SJAASTAD, L.A.The Costs and Returns of Human Migration. *Journal of Political Economy*, v.70, n.5, p.80-93, 1962.

STARK, O.; DORN, A. International migration, human capital formation, and saving. *Economics Letters*, Elsevier, v.118, p.411-414, 2013.

SASAKI, E; Assis, Gl. Teorias das migrações internacionais. *In: XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 2000, Caxambu (MG). XII EncontroNacional de Estudos Populacionais, 2000.

THOMAS, W. I.; ZNANIECKI, F.*The Polish peasant in Europe and America*.Chicago: University of Illinois Press, 1984.

O Caso dos Norte-coreanos na Coreia do Sul: Questões sobre Identidade, Nação e Acolhimento

Thiago Mattos Moreira[1]

The Case of North Korean Asylum-seekers in South Korea: Topics on Identity, Nation and refuge

http:/dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.70491

[1] Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ. E-mail: othiagomattos@gmail.com.

Resumo:

Este artigo vem analisar o caso dos migrantes norte-coreanos na Coreia do Sul, figuras ambíguas que abarcam em si elementos de refugiado, desertores políticos e co-nacionais em sua nova morada. Através de uma análise histórica e documental das políticas públicas da Coreia do Sul para o Norte, e em especial para com estes indivíduos que recorrem à sua administração para buscar amparo humanitário, este artigo tenta evidenciar as discrepâncias entre uma resiliente narrativa de unidade entre os dois países e a crescente desassociação identitária entre seus habitantes. A intenção fundamental é que o estudo deste caso abra portas para abordagens mais plurais sobre as origens e efeitos das identidades nacionais.

Palavras-chave: Coreia, Refúgio, Políticas Públicas, Identidade, Unificação.

Abstract:

This article examines the case of North Korean migrants in South Korea, those ambiguous figures that are simultaneously refugees, political defectors and co-nationals in their new home. Through a historical analysis of South Korea's public policies to the North, and especially to these individuals who come to their administration to seek humanitarian relief, this article attempts to highlight the discrepancies between a resilient narrative of unity between the two countries and the increasing disassociation of identity among its inhabitants. The fundamental intention is that this case study open doors to more pluralistic approaches on the origins and effects of national identities.

Keywords: Korea, Refuge Public Policies, Identity, Unification.

Introdução

Segundo dados recentes do Ministério de Unificação sul-coreano (2016), existem aproximadamente 29.000 refugiados (ou desertores, dependendo do prisma político a qual se pertence) norte-coreanos vivendo sob a jurisdição de Seul. Apesar destes representarem menos de 1% da população do país, que hoje ultrapassa os 50 milhões de habitantes, este é provavelmente o grupo minoritário que mais preocupa a administração pública sul-coreana por se tratar não apenas de uma questão humanitária, mas de Identidade e segurança nacionais. Afinal, a capacidade de integrar este (ainda) pequeno grupo de indivíduos à sociedade seria o teste de fogo para uma eventual reunificação da península – um dever de Estado pela constituição de ambas as Coreias.

As ondas migratórias indocumentadas rumo ao Sul iniciaram nos anos 90, primeiramente em face da grande crise alimentícia que assolou o Norte, a atualmente chamada "Marcha Árdua", intensificando-se nos anos seguintes, reportadamente em função do endurecimento do regime político autoritário do país e suas constantes violações de direitos humanos fundamentais (KIM, 2011, p.110). Desde então, o fenômeno da inserção de norte-coreanos na sociedade sul-coreana tem sido um desafio da política pública de Seul. Um desafio não apenas em termos materiais – o orçamento do Ministério da Unificação, a principal instituição responsável pelo processo de "reassentamento", atingiu sozinho, no ano de 2015, a grandeza de 1,3 bilhões de dólares (KOREAN HERALD, 2015) - mas também em termos discursivos: como enunciar estes "novos" cidadãos de forma coerente? Como abarcar em sua moderna sociedade indivíduos que apesar de serem inegavelmente coreanos perante seus pares em ambos os lados da fronteira (possuírem um mesmo fenótipo, mesma língua, mesma escrita e mesma fome por Kimchi), parecem mais alheios do que qualquer turista a elementos culturais que já são indissociáveis do que hoje se entende por ser sul-coreano (alta tecnologia, ferrenha sociedade de mercado, K-Pop, Democracia liberal, etc.)? E ainda: O que fazer quando mesmo estes elementos de unidade, principalmente o linguístico e o étnico-racial, começam a se dissipar ao longo do tempo? São perguntas que assistentes sociais e policy makers têm crescentemente se feito nas últimas décadas. Busco, na redação deste artigo, tentar entender um pouco melhor este tensionamento existente na identidade nacional coreana (de todo a península) perante este complexo fenômeno migratório. De modo mais objetivo e delineado, a seguinte questão orienta este trabalho: Como se dá o processo de acolhimento de desertores norte-coreanos na Coreia do Sul? Seriam eles, aos olhos dos sul-coreanos irmãos, inimigos ou estrangeiros?

O resultado desta pesquisa, que é de caráter eminentemente documental, se constrói em cima da hipótese de que já existe um distanciamento identitário profundo entre sul e norte coreanos, em despeito do discurso estatal oficial de fraternidade, unidade e de defesa de direitos humanos fundamentais para estes indivíduos. Distanciamento este que pode ser observado na própria redação e aplicação das políticas públicas de acolhimento de norte-coreanos por Seul, bem como nos resultados das mesmas. Este trabalho entende que a construção do desertor/refugiado/migrante norte-coreano como simultaneamente um

"insider" e um "outsider" pela política pública é uma das origens da reportada dificuldade de inserção destes indivíduos na sociedade sul-coreana. Além disto, é do posicionamento deste artigo que a compreensão do processo de acolhimento desses refugiados possui a capacidade de desencadear uma discussão mais profunda sobre a auto percepção de identidade nacional não apenas na península coreana, mas em todos os contextos globais em que este debate é relevante, bem como rever a noção de refugiado vis-à-vis o imigrante econômico indocumentado.

Definições Instrumentais

Uma questão delicada para este trabalho é como denominar os norte-coreanos que desertaram o regime político de Pyongyang e passaram a viver sob a jurisdição de Seul. Estes se encontram em uma situação bastante anômala para o direito internacional e o regime de refugiados. Os governos da Coreia do Sul e da Coreia do Norte reivindicam em suas respectivas constituições serem as únicas autoridades legítimas para toda a península, e ambos os governos reconhecem todos os coreanos que vivem na península e suas ilhas circundantes como co-nacionais, o que torna a utilização do termo "refugiado" para aqueles que chegam no país um tanto contraditória uma vez que, segundo a definição do ACNUR (2017), este se refere aqueles que "foram forçados a fugir do seu país por causa da perseguição, da guerra ou da violência". Em tese, os norte-coreanos que migram ao Sul jamais deixaram o seu país, tanto que possuem sua nacionalidade reconhecida no momento que chegam na referida jurisdição – ao mesmo tempo em que seu status de refugiado é reconhecido em Estados como os EUA e os membros da União Europeia e simultaneamente negado por outros como China e Mongólia, que os entendem como imigrantes econômicos indocumentados. Todavia, o termo refugiado ainda é recorrentemente usado pela mídia para se referir a esta população, bem como por alguns autores do meio acadêmico (SCHATTLE, 2013).

O termo "deslocado interno" também se mostra insuficiente para exprimir a condição dos norte-coreanos no Sul: apesar de este contemplar a permanência destes indivíduos no que estes entendem ser seu país, ignora a mudança de jurisdição política da sua existência destes como cidadãos – fator central do escopo desta terminologia (ACNUR, 2007). Tendo estas complicações taxonômicas em mente, o termo escolhido tanto pela administração pública do Norte quanto pela do Sul para tratar destes indivíduos é "desertores" (MINISTRY OF UNIFICATION, 2017), fazendo alusão à relação destes com o regime da República Democrática da Coreia (nome oficial da Coreia do Norte), mas não com sua nacionalidade. Tendo este debate em mente, o trabalho fará, de forma instrumental, referência a estes indivíduos tanto como "desertores", quanto como "refugiados", dependendo do contexto em que esse aspecto de seu status político for mais relevante para o contexto.

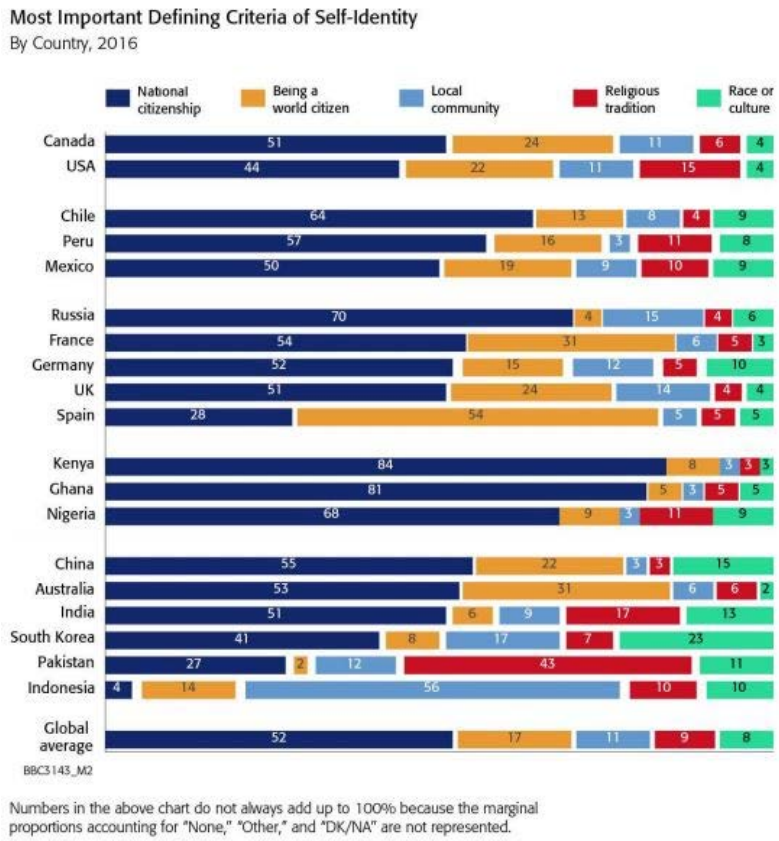
A fragmentação da nacionalidade coreana e o fator étnico-racial

Em paralelo com o processo de desassociação que as duas Coreias têm enfrentado em seu inconsciente coletivo, e que este artigo pretende investigar através da figura do desertor norte-coreano, é necessário entender o que sustentou e produziu o sentimento de identidade da península coreana durante quase 7 décadas com notória resiliência. Só observando os fatores que produziram a unidade podemos entender os vetores que operam a dissociação da mesma em pólos autônomos no Norte e no Sul – expondo suas contradições e sua complexidade. Via de regra, ambos os lados do paralelo afirmam a existência da ideia de *han nara* ( ), "um povo, uma nação", (DEMICK, 2009, p.248) – mas múltiplas evidências levam a crer a emergência, pela atividade ou passividade dos Estados do sentimento de *uri nara* ( ), "nossa nação", ao menos do que pode ser analisado da população sul-coreana e dos desertores/refugiados norte-coreanos (CAMPBELL, 2011).

É incontornável assinalar que grande parte do sentimento e da identidade nacional da Coreia é baseado em sua homogeneidade étnico-racial historicamente construída. Existe no caso Coreano uma certa indivisibilidade entre dimensões étnicas e raciais em seu imaginário coletivo. A noção de um povo único, racial e culturalmente homogêneo na península tem vestígios milenares. Em grande parte, o conceito é fruto dos conflitos da época monárquica contra a China, mas se intensificou consideravelmente com a ocupação japonesa no início do século passado, onde sua identidade como povo em todas as suas dimensões tentou ser suprimida através de assimilação cultural e estupros sistêmicos. Como esta trata-se de questão densa e impossível de ser esgotada de forma breve, sugere-se o livro de Bruce Cummings (2005)*, Korea's Place in the Sun: A Modern History*, para entender em detalhes o pensamento étnico-racial coreano.

Mesmo hoje, a identificação nacional por critérios majoritariamente étnicos-raciais, apesar de não serem absolutos, destoa, na Coreia, em comparação a outros países com mesmo nível de desenvolvimento econômico, como um fator crucial para identificação e empatia nacional. Como aponta a pesquisa feita pela BBC em abril de 2014, 25% da população sul-coreana identifica raça e cultura como os dois principais definidores identitários, e não a cidadania nacional, superando até mesmo vizinhos regionais que também seriam altamente homogêneos em termos étnicos como China e Japão, sendo o maior nível de ocorrência desta opinião dentre os países da OCDE. Apesar do acesso a estes mesmos dados no Norte ser impossível no momento, imagina-se, devido a seu total isolamento político, que os números sejam ainda mais elevados.

Gráfico 1.1 – Critérios definidores de Identidade



Tradução: (Enunciado) critério mais importante para definição de identidade (Critérios, da esquerda para direita) Cidadania nacional/ Ser um cidadão do mundo/ Comunidade Local/ Tradição religiosa/ Raça ou Cultura. **Fonte: BBC, 2016**

O seu forte sentido de unidade e orgulho nacional decorreram em alguma medida, portanto, de uma identidade com base em uma linhagem comum e uma compartilhada ascendência que, como poderia assinalar Smith (1991), é ao mesmo tempo espontânea e fabricada. Espontânea por de fato existirem elementos folclóricos-culturais que surgiram cotidianamente ao longo dos séculos (culinária – *kimchi*, *soju, magkeoli, etc.*; Vestimenta – *Hanbok; etc.)* alinhadas a um fenótipo próprio, e fabricada pelo motivo destes mesmos serem utilizados por uma elite política para se advogar por coesão interna, tanto no passado feudal quanto na contemporaneidade do Estado-nação. Ser coreano seria uma condição inalienável daqueles que compartilham "seu sangue", e a unificação possui um valor moral quase religioso.

Neste mesmo sentido, e de forma quase simbiótica, a língua e a escrita coreanas foram outros dois aspectos centrais que uniram os coreanos étnicos de ambos os países e

que mantiveram sua comunidade imaginada relativamente intacta mesmo que politicamente dividida para além da dimensão da raça. O Hangeul ( ), o alfabeto coreano criado em 1446 pelo Rei Sejong merece um capítulo à parte, sendo referido por parte da literatura como a grande primeira política pública e diplomacia de coesão nacional da península (CUMMINGS, 2005). Confirmando as teses de Benedict Anderson (2008) e Anne Marie Thiesse (2000) sobre o poder do vernáculo sobre o inconsciente coletivo, capaz de criar uma forma de abstração conjunta que seria terreno fértil para que as ficções criativas nacionais da elite pudessem chegar à periferia e assim fossem assimiladas, o Hangeul se traduz até hoje como uma expressão máxima do particularismo coreano. Antes da criação do Hangeul, os coreanos utilizavam os caracteres chineses para se expressar por escrito, o chamado Hanja (漢字), o que aprofundava a relação de dependência vassalar com a China, uma vez que somente a classe nobre educada no reino vizinho conseguia expressar seus pensamentos por escrito.

No entanto, mesmo tendo este arcabouço cultural em vista, uma grande questão permanece sobre a base étnica do nacionalismo coreano: ele é sustentável? Seria possível descolar seu sentimento nacional da raça? No mundo Globalizado em que Seul se submergiu e pretende se tornar liderança, *policy makers* começaram a se perguntar como indivíduos de fenótipo negro, por exemplo, fluentes em coreano e versados em sua cultura, seriam um dia aceitos como parte da comunidade imaginada coreana. Este seria um grande empecilho para o discurso de globalização que tão prontamente foi encabeçado nas searas internacionais na coreia do Sul e que domesticamente possui tanta dificuldade de se contemplado. Apesar dos fluxos migratórios serem tímidos, estes já superam os dos vizinhos Japão e China em números relativos e é uma questão sobre qual os estudiosos do nacionalismo coreano recorrentemente se debruçam. Muitos questionam se uma Coreia unificada, ainda mais imbuída de sua particularidade étnico-racial, seria capaz de abraçar a pluralidade do mundo em seu território: e mesmo se assim o fosse, como uma reunificação se justificaria?

Em seu livro de 2006, "Ethnic Nationalism in Korea: Genealogy, Politics, and Legacy", Shin Gi-wook argumenta que a incerteza e a precariedade provocadas pela globalização criaram condições para que esse tipo específico de nacionalismo, o étnico-racial, pudesse ser constantemente reproduzido globalmente, sendo a Coreia terreno fértil para sua perpetuação. Para o autor, o fator étnico-racial seria um porto-seguro contra a instabilidade externa, que haveria sido reforçada inclusive nos anos 90, durante a crise da Ásia, onde a xenofobia no Sul da península chegou a extremos e – como efeito colateral, teria reforçado os elos imaginários com o norte em detrimento de uma empatia com “estrangeiros”. Contudo, outros estudiosos, como Jin-kyung Lee, discordam. Em seu livro “Service Economies: Militarism, Sex, and Migrant Labor in South Korea”, Lee argumenta que a transformação econômica proporcionada pela intensa globalização na Coreia do Sul estaria diluindo o forte componente étnico ainda presente no nacionalismo sul-coreano contemporâneo; em outras palavras, nação e etnia estariam em “lento” processo de dissociação. Os deslocamentos sociais causados pelo capitalismo global criaram gradualmente um novo espaço através do qual a nação poderia ser imaginada

Independentemente do ponto de vista que se assume em relação à questão étnica na Coreia, é possível dizer que o estado de armistício estabelecido em 1953 se transformou no novo mito fundacional de dois países pela metade, muito embora ambos só tenham se reconhecido como atores legítimos na década de 80. Mesmo hoje, ambos os lados do paralelo 38 invocam em seu discurso oficial a unicidade do povo coreano, a meta de reunificação é dever de Estado em ambas as constituições, mas os efeitos da divisão se tornam gradativamente evidentes – em despeito do discurso, da língua e do sentimento étnico. Os migrantes norte-coreanos são possivelmente a maior expressão desta incoerência e a forma corpórea de sua urgência.

Fonte: Ministry of Unification Annual White Paper (2016)

Tabela 1.1 – Número de desertores Norte-coreanos registrados na Coreia do Sul

Ano	~1998	~2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Homens	831	565	510	474	626	424	515	573	608	662	591	795	404	369	305	251	8,503
Mulheres	116	478	632	811	1,272	960	1,513	1,981	2,195	2,252	1,811	1,911	1,098	1,145	1,092	1,025	20,292
Total	947	1,043	1,142	1,285	1,898	1,384	2,028	2,554	2,803	2,914	2,402	2,706	1,502	1,514	1,396	1,276	28,795
Porcentagem Feminina	12%	46%	55%	63%	67%	69%	75%	78%	78%	77%	75%	70%	72%	76%	78%	83%	70%

Entendendo a migração norte-coreana

A jornada dos refugiados Norte-coreanos até a jurisdição de Seul é longa e perigosa: a grande maioria dos que desejam fugir do sistema político de Pyongyang o faz através de subornos envolvendo agentes da fronteira com a China durante o inverno, quando o rio Yalu que divide os dois países se congela e a travessia a pé se torna possível. A maior parte dos que escapam passam a viver de forma indocumentada na China – estima-se que em torno de 200.000 norte-coreanos vivem deste modo, trabalhando em fábricas na parte continental do país. Os norte-coreanos chegam à China desprotegidos de qualquer regimento legal, uma vez que Pequim não reconhece o status de refúgio destes indivíduos tanto em função de sua posição ambígua dentro do ACNUR quanto em seu apoio tácito, e por vezes explícito, a Pyongyang (KIM, 2012, p. 37-40). Por vezes o governo chinês deporta forçadamente nacionais norte-coreanos de volta a seu país de origem e se recusa a dialogar sobre qualquer questão humanitária ligada à Coreia do Norte no ambiente das Nações Unidas, afirmando que estes se tratam apenas de emigrantes econômicos ilegais e não refugiados de fato (RICHARDSON, 2017, p.1-2). Um argumento que, apesar de repudiado nos fóruns internacionais de direitos humanos, possui certa base factual: pesquisas entre os refugiados apontam que maior parte dos que fogem da Coreia do Norte o fazem por motivações econômicas e não necessariamente por perseguição política ou oposição ao regime – elemento basilar para a definição da categoria perante os acordos internacionais.

Motivo	2010	2011	2012	2010-2012
Razões econômicas	23	77	64	164 (39.1%)
Dissatisfação com o regime	6	21	26	53 (12.6%)
Convidados por familiares que migraram	6	46	56	108 (25.7%)
Medo de punição	0	6	8	14 (3.3%)
Evasão e punição	2	5	6	13 (3.1%)
Outros Motivos	10	32	26	68 (16.2%)
Non-responses	104	43	39	186 (-)
Total de casos	151	230	225	606 (100%)

Source: EAI Security Initiative Working Paper 29, p. 4.

Em face desta situação, apenas uma fração dos que escapam de Pyongyang de fato chega a Seul. Muitos acabam se envolvendo em relações matrimoniais com chineses para tentar garantir sua permanência no país e uma estabilidade financeira mínima ou acabam encontrando meios de se deslocar até o sudeste asiático ou mesmo até a Europa em busca

de asilo (KIM, 2012, p.55). Os que conseguem chegar à Coreia do Sul, o fazem através da compra de documentos falsos ou pelo tráfico internacional de pessoas que parte de países como Camboja e Tailândia – muitas vezes através de fluxos de prostituição, como o elevado número de refugiadas do sexo feminino apontado na tabela 1.1 pode sugerir e o mapa abaixo demonstra graficamente.



Mapa 1.1 – Fluxo migratório de Norte-coreanos

Os que conseguem fazer a hercúlea travessia para o outro lado da península, no entanto, possuem significativos incentivos para fazê-lo, que vão além do atrativo mundo de sonhos que passam a assistir e desejar nas populares novelas sul-coreanas transmitidas por toda a Ásia[1]. Ao contrário de outros grupos de migrantes que se estabeleceram nos últimos anos em grandes números na Coreia do Sul[2], os refugiados norte-coreanos chegam ao país com um status diferenciado: o de cidadão. Todo refugiado norte-coreano que chega a Seul é considerado cidadão sul-coreano por lei constitucional, muito embora estes tenham que ser primeiramente examinados pelo governo para prevenir qualquer ameaça à segurança nacional[3], bem como para verificar se a sua reivindicação de ser norte-coreano é, de fato,

[1] O impacto das novelas sul-coreanas dentre os refugiados do Norte tem sido assunto de crescente atenção para os que estudam os conflitos da península. Não são poucos os casos de refugiados que contam terem sido motivados a escapar do Norte após entrarem em contato com conteúdo cinematográfico sul-coreano contrabandeado (Choe, 2015, p.2).

[2] Em especial contraste com o crescente número de esposas vietnamitas e filipinas que têm migrado para o país, bem como um grande contingente de trabalhadores de outras regiões do sudeste asiático (Seol, 2015, p.64)

[3] Apesar da óbvia preocupação com segurança na triagem de refugiados, o número de atos de terror cometidos internamente por refugiados norte-coreanos e mesmo por indivíduos simpatizantes da causa de Pyongyang é surpreendente baixa se considerarmos uma zona com rivalidades tão intensas, com a exceção e alguns poucos e emblemáticos incidentes, representando menos de 2% de todas as "provocações" registradas pelo governo sul-coreano desde 1953. (SHIN, 2011)

genuína[4]. A travessia, contudo, carrega em si um peso que muitos imigrantes indocumentados conhecem bem: grandes dívidas aos "Coiotes" que possibilitaram a penosa travessia pela China. São de conhecimento geral casos de refugiados norte-coreanos que são forçados a entregar quase todo o dinheiro do auxílio governamental para o tráfico de pessoas, embora esforços policiais em torno dessas práticas tenham demonstrado melhoria significativa no policiamento destas atividades (HAGGARD, 2010, p.31)

Programas governamentais de apoio ao refugiado Norte-coreano

Após completar sigiloso processo de triagem, os refugiados entram no chamado *Hanawon*, uma instituição fundada no ano 1999 operada pelo governo sul-coreana diretamente através do Ministério da Unificação que abriga e educa os refugiados por um mínimo de 12 semanas de forma compulsória antes de serem inseridos na sociedade sul-coreana. Os cursos educacionais incluem treinamento vocacional básico, palestras sobre história e democracia coreanas, o conceito de economia de mercado, bem como aconselhamento psicológico, teste de aptidão profissional e exames de saúde (CHO & KIM, 2011, p. 25-50). São um total de 392 horas de curso, distribuídos em 4 segmentos-base da seguinte forma que são enunciados na lista de seu material didático, em tradução oficial para o inglês:

Tabela 2.1 – Ementa do curso compulsório de reassentamento do Instituto Hanawon		
Estabilidade emocional e avaliação de saúde	➔ Testes psicológicos e aconselhamento ➔ Tratamento médico e aconselhamento pós-traumático	51 horas
Compreensão da sociedade coreana	➔ Aulas sobre livre democracia e economia de mercado ➔ Experiências práticas (Compras em mercados locais, visitas em locais de interesse da cidade, etc.)	138 horas
Teste vocacional e	➔ Testes de aptidão	157 horas

[4] Múltiplos relatos de chineses que aprendem a língua coreana para se passar por norte-coreanos e então receber as benesses sociais concedidas pela Coreia do Sul levaram o governo a reforçar seu processo de Triagem, fazendo não apenas testes de línguas coreana, mas sobre geografia norte-coreana (DEMICK, 2013)

orientação de carreira	➔	Treinamento profissional básico	
Apoio inicial ao reassentamento	➔	Informação sobre os serviços de acolhimento continuado	51 horas

Depois que os refugiados se formam no *Hanawon* o estado fornece-lhes um pagamento de instalação e assistência de habitação baseado em seu desempenho dentro do programa e sua configuração familiar. O valor médio do auxílio, para uma família de 3 pessoas, é de um depósito 18.000 dólares, com um auxílio mensal de 320 dólares pelo período de 5 anos (Ministério da Unificação, 2015, p. 40). Além disso, um funcionário público denominado "auxiliar de reassentamento" é disponibilizado para os refugiados por até dois anos. Não há uma agência centralizada que lide com os programas de assistência aos refugiados norte-coreanos após este período, estes estão espalhados por vários ministérios e governos locais, além de numerosas agências do setor privado e governos estrangeiros (majoritariamente dos Estados Unidos), mas tem suas operações, via de regra, viabilizadas sob os repasses do Ministério da Unificação (LEE, 2015, p.70-75).

Tabela 2.2 - Programas Estatais de apoio providos pelo Governo Sul-coreano aos refugiados do Norte

Instituição	Serviços prestados
Ministério da reunificação	***Hanawon***, atribuição de moradia, pagamento de reassentamento, registro de família, Hana Center de apoio e auxílio ao refugiado
Agência Nacional de polícia	Serviço especial de proteção (6 meses - prorrogável)
Ministério da educação	Centro Nacional de Educação Multicultural, escolas alternativas, programas de admissão preferencial, apoio escolar
Ministério do Emprego e trabalho	Apoio de formação vocacional, gestão de agências de formação, proteção do emprego
Ministério da Igualdade de gênero e família	Migrant Youth Foundation
Ministério da Saúde e bem-estar	Seguridade social e total cobrimento de

	despesas médicas
Autoridades municipais e provinciais	Proteção residencial, emissão de certificados de moradia e outras assistências administrativas

Fonte: MINISTÉRIO DA UNIFICAÇÃO, Manual for the Resettlement Support for North Korean Refugees, 2013

Há pouca dúvida de que os atuais programas de assistência aos refugiados norte-coreanos são abrangentes, e pelo menos no papel, cobrem quase todos os aspectos do processo de reassentamento, desde a habitação e a alocação inicial em empregos até a tutoria extra no mundo acadêmico. Contudo muitos programas são sobrepostos por diferentes ministérios e agências que não são bem promovidos para a população-alvo – não atendendo por vezes suas reais necessidades e não tendo um acompanhamento continuado e participativo do desenvolvimento de seus novos cidadãos (SEO, 2013, p.301). Muitos norte-coreanos afirmam se sentir desmotivados com os programas por sentirem condescendência ao invés de fraternidade nestas interações (DEMICK, 2013).

Apesar da multiplicidade de programas de assistência, para a maioria deles a duração da assistência é limitada a um máximo de cinco anos. O pressuposto subjacente é que os refugiados teriam se adaptado à sociedade sul-coreana com sucesso até então. O atual esquema de assistência pode ser caracterizado em poucas palavras como de generosa assistência econômica para o curto prazo, com base na expectativa otimista de adaptação livre de problemas desses indivíduos, mas ingênuo ao pensar que a materialidade imediata bastaria para a reintegração destes indivíduos. Muitos são os casos de norte-coreanos delegados à margem da sociedade, sofrendo não apenas com dificuldades financeiras, mas com sentimentos de solidão e depressão. Afinal, muitos deles possuíam vidas de prestígio no Norte e no Sul são percebidos via de regra apenas como recipientes de caridade. Basta pensar que não existe nenhum tipo de revalidação de diplomas entre instituições universitárias do Norte e do Sul – muitos médicos refugiados do Norte acabam administrando karaokês no Sul (DEMICK, 2013). A preocupação de acolher os Norte-coreanos dos “traumas” de sua vida passada haveria deixado pouco (ou nenhum) espaço para que suas biografias pudessem fazer parte de suas novas vidas (MINISTÉRIO DA UNIFICAÇÃO, 2016).

Percepções sul-coreanas: Norte-coreano como outsiders e unificação como dogma secular

Como dados do próprio ministério da unificação apontam em relatórios especiais emitidos em 2014 e 2016, a percepção contemporânea de refugiados Norte coreanos na

Coreia do Sul está longe de endossar o sentimento de fraternidade pleiteado pelo discurso e prática política de Seul (ou mesmo de Pyongyang): 60% da população sul-coreana afirma não se sentir próxima desta crescente parcela de sua sociedade, apesar dos esforços em sentido contrário do Ministério da Unificação e outras entidades. Além disto, dentre as principais queixas encontradas no processo de acolhimento de Norte-coreanos em sua nova casa, o mesmo relatório aponta que 33% destes afirmam terem sido vítimas de discriminação por sua condição e 29% apontam ter sérias dificuldades com a adaptação cultural. O dado mais alarmante divulgado pelo relatório, contudo, é de que 26% dos refugiados afirmam sentirem que os Sul-coreanos os enxergam como uma nacionalidade diferente. Estes dados corroboram com pesquisas (SHIN, 2010 p. 57) que aponta que mais da metade dos refugiados vivendo no Sul preferem manter sua identidade de "Norte coreano", e relatam desejo de voltar ao Norte em um momento de possível reunificação.

Tal desnível abre espaço para reflexões mais profundas sobre a origem do sentimento de desconexão e alteridade existente entre os refugiados norte-coreanos e seus conterrâneos do Sul. E até a ocorrência de um fenômeno raro, porém crescente: os duplos desertores. Ou seja, norte-coreanos que migraram para o sul e, insatisfeitos com a vida que encontraram, retornaram para o norte. (McCURRY, 2015). Os depoimentos de refugiados norte-coreanos que alegam não conseguirem se adaptar e desejam retornar ao país de origem geram um desconforto a Seul - que não permite tal retorno, prendendo os indivíduos que tentam retornar através da fronteira, norte coreanos ou não. Via de regra a administração pública não comenta tais manifestações, e afirma que nos últimos 10 anos menos de 20 refugiados coreanos realizaram a migração de retorno a Pyongyang, apesar de fontes jornalísticas relatarem números bem maiores – em torno de 800 indivíduos (TAYLOR, 2013).

O desertor Norte-coreano, neste espaço pouco usual, se encontra em uma relativa vantagem material sobre o refugiado regular – uma figura ainda quase desconhecida pelo sul-coreano médio e sua administração pública, devida à dificuldade de acesso à península pelas regiões afetadas pelas grandes tragédias políticas (SCHATTLE, 2013) - mas em um lugar de enunciação potencialmente mais trágico e nocivo à sua autoestima. Enquanto o refugiado tradicional possui sua identidade cultural reconhecida, e até mesmo celebrada ou preservada dependendo de seu preceptor, o norte-coreano, presumindo uma conexão identitária com o Sul, se vê compelido a negar sua experiência social e pessoal e a classificá-la de modo integral como trauma. Em uma espécie de clivagem cultural historicamente justificada.

Grande parte dos estudos sobre refugiados norte-coreanos se concentra na adaptação da população refugiada à sociedade e na avaliação das políticas governamentais. Nesta medida, menos tem sido feito ou discutido sobre a atitude da população sul-coreana em relação aos refugiados (LEE & SON, 2011). Contudo, mesmo uma leitura superficial existente da atitude pública em relação aos refugiados norte-coreanos mostra uma tendência de deterioração da narrativa de unidade entre os dois povos. Em 2005, uma pesquisa pioneira conduzida na Coreia do Sul pelo East Asia Institute (EAI) mostrou que 75%

dos participantes expressaram algum grau de proximidade com o povo da Coréia do Norte, contudo, a proporção caiu para 55,2% na mesma pesquisa de EAI realizada em 2010, em função de tensões armadas próximas a época de pesquisa - demonstrando volatilidade em um sentimento presumidamente estanque. O estudo também revelou que os sul-coreanos entre 20 e 25 anos como um todo possuem uma atitude mais negativa em relação aos refugiados norte-coreanos, em contraste com o grupo dos coreanos com cinquenta anos ou mais, que se declararam sentir maior proximidade com os norte-coreanos.

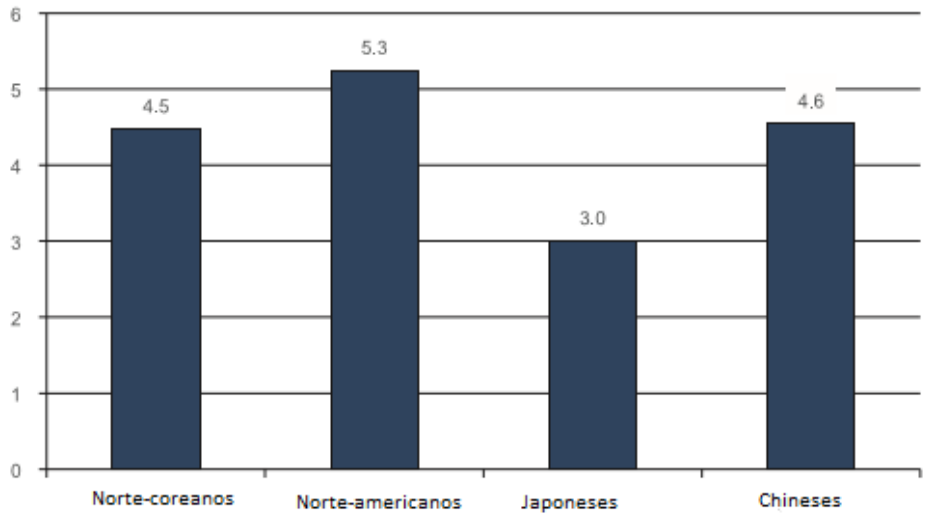
Alguns analistas, corroborando com o argumento desta pesquisa, atribuíram essa diferença geracional ao fato de que os sul-coreanos mais novos passaram a não considerar os norte-coreanos como indivíduos pertencentes à mesma nação que eles, uma vez que as duas Coreias estariam separadas há mais de meio século e existiria pouca ou nenhuma memória afetiva que fornecesse margem factual ao argumento de unidade peninsular oriundo do Estado. (CHOI & KIM, 2012). Como resultado, muitos refugiados norte-coreanos experimentariam desconfiança, tratamento injusto, ostracismo e discriminação, até mesmo hostilidade absoluta, criando sérios desafios para a perspectiva de um reassentamento bem-sucedido, ou melhor dizendo, adequado ao que seria proposto pela narrativa estatal em sua política pública de memória. Estudos posteriores também identificaram que o preconceito social predominante em relação aos refugiados norte-coreanos quase nunca está manifesto na sociedade sul-coreana, existindo uma considerável dose de tabu no tema, mas afetaria o consistentemente a relação com norte-coreanos refugiados de maneiras sutis e impactantes. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Coreano de Desenvolvimento Educacional (KEDI) em 2013, por exemplo, mostrou que, dentre os 429 estudantes norte-coreanos de ensino fundamental e médio entrevistados em seu projeto, apenas 10,7% relataram ser explicitamente discriminados ou socialmente condenados ao ostracismo devido ao fato de serem da Coreia do Norte. Todavia, como já apontado, 64% dos entrevistados relataram que não permitiriam que seus colegas sul-coreanos soubessem de sua naturalidade se eles tivessem a chance de se transferir para uma escola diferente, pois se sentiriam assim mais confortáveis.

Neste ponto vale ressaltar que na Coreia do Sul não existem quaisquer leis anti-discriminatórias para nenhuma minoria social, seja racial, religiosa, política, sexual, étnica ou de gênero. Este fato, que é alvo de constantes denúncias da sociedade civil, organizações não-governamentais de direitos humanos como a Human Rights Watch e até do alto comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (OHCHR, 2014), é mais um empecilho para adaptação dos norte-coreanos, uma vez que existe uma certa resistência estatal em reconhecer a xenofobia perante estes indivíduos (KOREAN HUMAN RIGHTS MONITOR, 2013), ou mesmo de classificar qualquer postura de cidadão sul-coreanos contra cidadão norte-coreanos como xenofóbica.

A tendência de desenvolvimento de identidades independentes se verifica em pesquisas com recortes etários ou temporais. Tenha como exemplo a seguinte pesquisa realizada pelo ANSAN Institute of Policy Studies em 2015, onde mais de 7000 Sul-

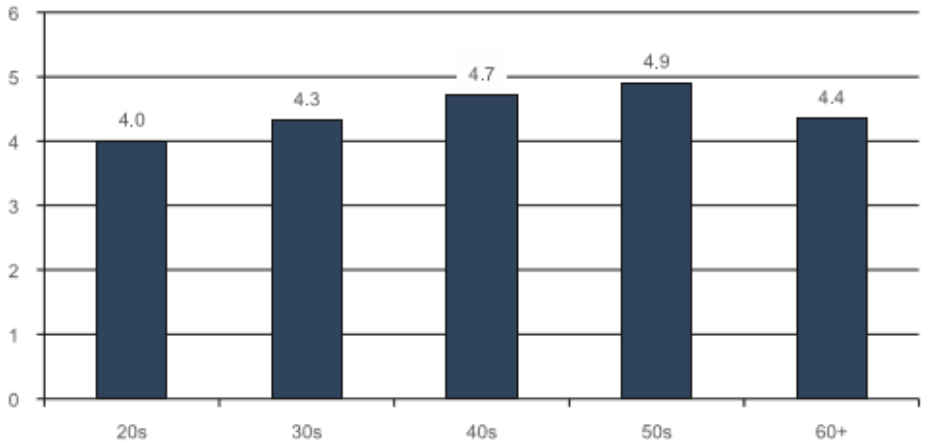
coreanos foram interrogados sobre quais nacionalidades eles teriam maior afinidade pessoal. Apesar do termo "afinidade" e "identidade" não serem intercambiáveis ou equivalentes, a pesquisa demonstra uma considerável ruptura na auto-percepção coreana: os sul-coreanos passam a preferir conviver com certos totais estrangeiros do que com aqueles que a narrativa nacional aponta como irmãos. E ainda mais grave: esta é uma tendência que parece reverberar com mais intensidade na juventude: justamente aqueles que têm crescentemente menos referências do que seria uma Coreia unificada.

Gráfico 3.1 – Afinidade Pessoal de Sul-coreanos com outras nacionalidades (de 1 a 10)



Fonte: ASAN Report - South Korean Attitudes toward North Korea and Reunification, February 2015, p.17

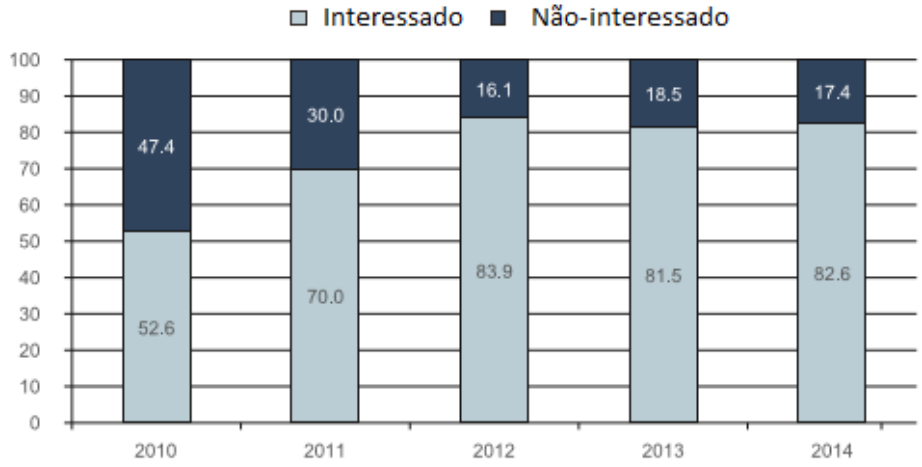
Gráfico 3.2 - Afinidade pessoal de sul-coreanos com norte-coreanos por faixa etária (de 1 a 10)



Fonte: ASAN Report - South Korean Attitudes toward North Korea and Reunification, February 2015, p.18

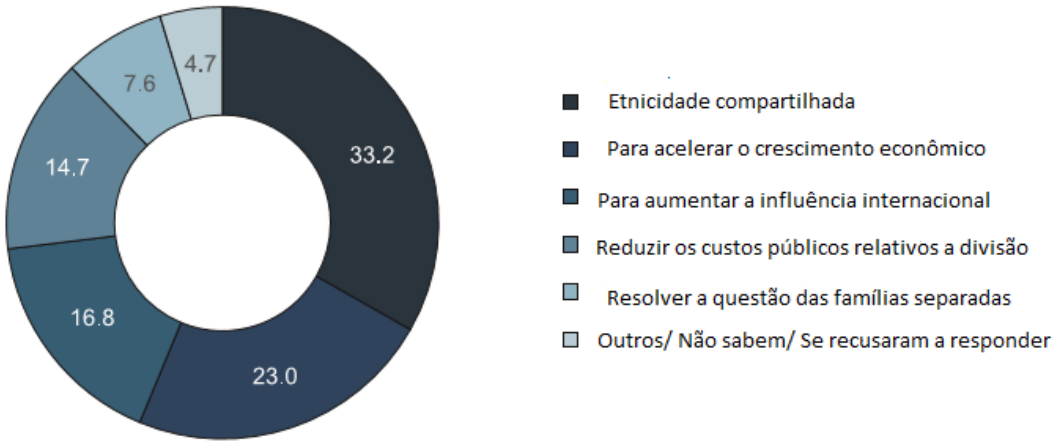
Todavia, se a empatia e a afinidade para com os norte-coreanos se encontram em baixa na última década, a ideia de reunificação em si tem progressivamente retomando atratividade e centralidade para o cidadão sul-coreano, tanto para os jovens quanto para com os mais velhos, possivelmente em função das políticas públicas educacionais e de memória. O mesmo relatório do Instituto ANSAN, ao perguntar aos seus entrevistados se estes tinham interesse na reunificação das Coreias obteve os seguintes resultados:

Gráfico 3.3 – Resultado para a pergunta "Você tem interesse na Reunificação?"



Fonte: ASAN Report - South Korean Attitudes toward North Korea and Reunification, February 2015, p.29

Gráfico 3.4 – Motivos apontados para a Reunificação das Coreias (2014)



Fonte: ASAN Report - South Korean Attitudes toward North Korea and Reunification, February 2015, p.32

O relatório vai ainda mais a fundo em sua pesquisa e indaga aos entrevistados por quais razões a unificação é algo importante e/ou desejado (gráfico 1.4). De forma não tão surpreendente, dada a narrativa oficial de "um povo, uma nação" adotada de forma consistente pelos líderes sul-coreanos após a democratização, o critério étnico lidera a pesquisa. Outras razões apontadas pelos entrevistados, menos ligados ao que poderíamos chamar de "dogma secular" da unificação, aparentam ser mais estratégicas e alinhadas com ganhos individuais decorrente da unificação, mas ainda refletem o discurso da política pública, mesmo que seja de uma postura mais recente do Estado sul-coreano em comparação ao tradicional de unidade: A ex-Presidente Park Geun-hye passou grande parte dos anos de 2013 e 2014, remodelando a abordagem do Ministério da Unificação com a visão de "reunificação como bonança" – o lema do ministério durante seu mandato (MINISTRY OF UNIFICATION, 2014, p. 5). Seguindo a lógica da administração de Park, a melhor forma de aumentar o interesse público pela unificação seria divulgar os benefícios econômicos que esta supostamente traria, ao invés de apelar por razões emocionais. A ideia é que a junção do trabalho do Norte com a proeza tecnológica do Sul levaria a uma economia coreana revigorada e pronta para o novo milênio (YONHAP, 2014; KOREAN TIMES, 2015).

Conclusões

De um modo geral, podemos observar a seguinte contradição entre as percepções e as instituições responsáveis pela unificação e assentamento de refugiados norte-coreanos na Coreia do Sul: enquanto a empatia a nível pessoal entre sul e norte coreanos se encontra em declínio e é menos sólida do que alguns *policy makers* gostariam de admitir, a ideia de

unificação em si ainda permanece como um forte compasso moral dentro da Península coreana. Tal desnível abre espaço para reflexões mais profundas sobre a origem do sentimento de desconexão e alteridade existente entre os refugiados norte-coreanos e seus conterrâneos do Sul. E até a ocorrência de um fenômeno raro, porém crescente: os duplos desertores. Ou seja, norte-coreanos que migraram para o Sul e, insatisfeitos com a vida que encontraram, retornaram para o Norte. (MCCURRY, 2015). Os depoimentos de refugiados norte-coreanos que alegam não conseguirem se adaptar e desejam retornar ao país de origem geram um desconforto a Seul - que não permite tal retorno, prendendo os indivíduos que tentam retornar através da fronteira, norte coreanos ou não. Via de regra a administração pública não comenta tais manifestações, e afirma que nos últimos 10 anos menos de 20 refugiados coreanos realizaram a migração de retorno a Pyongyang, apesar de fontes jornalísticas relatarem números bem maiores – em torno de 800 indivíduos. (TAYLOR, 2013)

A política pública sul-coreana para o acolhimento de refugiados do Norte se dificulta a cada ano em que a unificação não acontece. É crescente o desinteresse das novas gerações em Seul em relação a estes indivíduos que se tornam progressivamente mais dentro da sociedade. Os esforços em prover ferramentas para a adaptação são limitados e por vezes contraditórias: presumem unicamente a existência de uma identidade cultural comum que se encontra em erosão e são operacionalizadas em uma lógica de ensino *top-down*, mesmo que o objetivo final seja uma integração nacional e não uma subordinação do norte perante ao sul - o que é compreendido como objetivo constitucional de ambos os estados-nação. As próprias motivações para uma unificação se tornam mais turvas se pensarmos que mesmo a unidade étnica, que unia um imaginário de unidade nos dois extremos da península, entrou em declínio com a adoção de políticas multiculturais do sul. De fato, desde 2008 a taxa de imigrantes erradicados no Sul aumenta em uma média de 10% ao ano, sendo a população imigrante no país superior a 5% de sua população - em torno de 3 milhões de pessoas - com um em cada cinco casamentos registrados em cartório sendo com estrangeiros. (LIE, 2014, p.54).

É provável que se as políticas públicas para o acolhimento de refugiados não forem revistas, visando não apenas um aprendizado técnico dos indivíduos, mas também uma nova narrativa que encopasse estes indivíduos e todo o norte, a própria ambição de uma Coreia unida entre em erosão. É importante ter em vista que a experiência de vida dos norte-coreanos, para uma adequação como os propostos basilares da unificação, não pode ser tratada como uma totalidade de trauma sem consequências para a auto percepção destes indivíduos. A alternativa de abrir espaços para suas necessidades de expressão de identidade parece se apresentar como necessidade. A imposição de um estilo de vida específico só irá aumentar seu distanciamento com o Sul e prolongar o sofrimento dentro desta crise humanitária.

Artigo recebido em 18 jul. 2017
Artigo aprovado para publicação em 29 nov. 2017

Referências

ACNUR, UNHCR'S ROLE IN SUPPORT OF AN ENHANCED HUMANITARIAN RESPONSE TO SITUATIONS OF INTERNAL DISPLACEMENT. 2007. Disponível em: < http://www.unhcr.org/protection/idps/50f9518b9/unhcrs-role-support-enhanced-humanitarian-response-situations-internal.html> Acesso em 12 de Agosto de 2017

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.* Companhia das Letras. 2008

ASAN Report. South Korean Attitudes toward North Korea and Reunification, The Asan Insitute for Public Policies. 2015

ASAN. *Institute of Policy Studies Resettling in South Korea: Challenges for Young North Korean Refugees*, 2014

BUSINESS INSIDER, South Korea's gender problem could lead to an existential crisis Dsiponível em: <http://www.businessinsider.com/why-south-korea-is-becoming-the-oldest-country-2016-1> Publicado em 5 de Fevereiro de 2016

CAMPBELL, Emma-Louise.; *Uri nara, our nation: Unification, identity and the emergence of a new nationalism amongst South Korean young people*. The Australian National University. 2011

CHO, D.; KIM, Y. A study on settlement service for North Korean defectors. *Journal of Korean Public Police and Security Studies*, 2011

CHOE, Sang-Hun. North Korea's Forbidden Love? Smuggled, Illegal Soap Operas, *The New York Times, Jan.* 2015 <https://www.nytimes.com/2015/01/25/world/north-koreas-forbidden-love-smuggled-illegal-soap-operas.html?_ 0 r=> Acesso em 23 de Janeiro de 2017

CHOI, Dang-il; KIM, Yong-nun. A study on settlement service for North Korean defectors. Journal of Korean Public Police and Security Studies, p. 25-50, 2012

CUMMINGS, Bruce. *Korea's Place in the Sun: A Modern History.* W. W. Norton & Company, 2005

DEMICK, Barbara. Nothing to Envy – Ordinary Lives in North Korea. Spiegel & Grau ed., 2009

DREAM TOUCH FOR ALL South Korean-North Korean translator Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ym3HnjBxPsw> 25 de Abril de 2015

EAI (East Asian Institute), Working Paper No. 29- □□ □□□ □□□ □□□ □□□□□□ (Mudanças na realidade dos desertores e direções políticas norte-coreanas), 2013

HAGGARD, Stephan. Witness to Transformation: Refugee Insights Into North Korea Peterson Institute ed., 2010

HANA FOUNDATION, □□□□ □□ □ □□□ □□□□ □□ □□□ □□□□, Video do Youtube, Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=pvZUD5Mz44g> Acesso em 9 de Agosto de 2017

HYUNG, Gu-Lynn. *Bipolar Orders: The Two Koreas since 1989*, 2009

JEON, Bon-hee et al. P*revalence and Correlates of Depressive Symptoms among North Korean Defectors Living in South Korea for More than One Year*, Psychiatric Investigation, Vol. 6, 3 de Agosto de 2009

JUNG, Jae-in. The adjustment of North Korean refugee youths in South Korean schools. Journal of Research of Unification, p. 209-239, 2004

KIM, Jih-Un & JANG Dong-Jin Aliens Among Brothers? The Status And Perception Of North Korean Refugees In South Korea Em Asian Perspective Vol. 31, No. 2, p. 5-22, 2011.

KIM, Hyun-Kyoung. A study on the recovery predictive factors for North Korean refugees with torture experience. *Journal of Association of Social Welfare Studies*. 2010

KIM, Mik-young Securitization of Human Rights: North Korean Refugees in East Asia, 2012

KIM, Suk-Hi. The Survival of North Korea: Essays on Strategy, Economics and International Relations, McFarland Publisher, 2011

KOREA TIMES, Editorial: Still unification 'bonanza'? Disponível em: <http://www.koreatimes.co.kr/www/news/opinon/2015/03/202_172107.html> Publicado em 20 de Janeiro de 2015

KOREAN ÉXPOSE, Inter-Korean Marriage and Pursuit of Assimilation, Disponível em: < https://koreaexpose.com/inter-korean-marriage-and-pursuit-of-assimilation/> Publicado em 14 de Setembro de 2014

KOREAN HERALD "Unification Ministry budget to increase 10.4% next year". Dez. 2015 <http://www.koreaherald.com/view.php?ud=20140918000946> Acesso em 12 de Dezembro de 2016

KOREAN HUMAN RIGHTS MONITOR, Comprehensive Anti-discrimination Bill Withdraw. Disponível em: <http://www.humanrightskorea.org/2013/comprehensive-anti-discrimination-act-withdrawal-korea-human-rights-situation-back-tracks/> Acesso em 5 de Agosto de 2017

LANKOV, Andrei, Why have North Korean defections dropped? Em The Guardian, Publicado em 7 de Maio de 2015, Disponível em:

<https://www.theguardian.com/world/2015/may/07/north-korea-defectors-drop>

LEE, Ahlam. *North Korean Defectors in a New and Competitive Society: Issues and Challenges in Resettlement, Adjustment, and the Learning Process*, Lexington Books, 2015

LEE, Kun-hyo. *Analysis of types of maladjustment problems of North Korean adolescent refugees to South Korean society*. Korean Adolescent Development Institute, 2011

LEE, J. Service Economies: Militarism, Sex Work, and Migrant Labor in South Korea Jin-kyung Lee. The Journal of Asian Studies. 2, 561, 2012. ISSN: 00219118

LIE, J. *Multiethnic Korea?: Multiculturalism, Migration, and Peoplehood Diversity in Contemporary South Korea,* 2014

McCURRY, J. *The defector who wants to go back to North Korea.* The Guardian. Publicado em 22 de abril de 2014.

Disponível em : <https://www.theguardian.com/world/2014/apr/22/defector-wants-to-go-back-north-korea> Acesso em 12 de janeiro de 2017

MINISTÉRIO DA UNIFICAÇÃO “Bukhanitaljumin Hyunhwang" [Status of North Korean Defectors, □□□□□□ □□]" Resettlement Support Division. 2015.

Disponível em: <http://www.unikorea.go.kr/content.do?cmsid=1440> Acesso em 12 de dezembro de 2015

MINISTRY OF UNIFICATION, Annual White Paper o Korean Unification, 2016

MINISTRY OF UNIFICATION, Annual White Paper o Korean Unification, 2014

MINISTRY OF UNIFICATION, Manual for the Resettlement Support for North Korean Refugees, 2013

MY, Chi-un; KIM, Hyung-jae, et al. *Correlates of depressive symptoms among North Korean refugees adapting to South Korean society: the moderating role of perceived discrimination*, Social Science & Medicine Volume 131, p. 107-113, Abril de 2015

NDTV, Inter-Korean marriage agent takes on a niche market< http://www.ndtv.com/world-news/inter-korean-marriage-agent-takes-on-a-niche-market-520835> Publicado em 13 de Outubro de 2013

OCHR, Statement of preliminary observations delivered by the United Nations Special Rapporteur on Contemporary Forms of Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Related Intolerance, M. Mutuma Ruteere, 6 de Outubro de 2014

PARK, Sang-il; CHOI, Nung-jang A study on educational needs for North Korean migrants’ stable professional life: The necessity of approach to humanities education., 2011

RICHARDSON, S. China, North Korea, and Human Rights 'Dialogue'. Human Rights Watch Jan. 2017 <https://www.hrw.org/news/2017/01/26/china-north-korea-and-human-rights-dialogue> Acesso em 26 de Janeiro de 2017

SCHARTMAN, Nathan, High divorce rate among international marriages in Korea em ASIAN CORRESPONDENT Disponível em: < https://asiancorrespondent.com/2011/05/high-divorce-rate-among-international-marriages-in-korea/#TscZpX7FUAQfwSPI.97 > Publicado em 24 de Maio de 2012

SCHATTLE, Hans; McCANN, Jennifer. The Pursuit of State Status and the Shift toward International Norms: South Korea's Evolution as a Host Country for Refugees. Journal of Refugee Studies Vol. 2. 2013

SEO, Yon-soo. Two fundamental problems of current supporting policy of North Korean refugees and multicultural solution through social integration. Journal of Korean Political Science Association, 2013

SEOL, Doong-Hon The political Economy of Immigration in South Korea In: CATLES, Stephen; OZKUL, Derya. *Social Transformation and Migration: National and Local Experiences in South Korea, Turkey, Mexico and Australia. Sydney, Palgrave Macmillan (ed.), 2015.*

SHIN, M. N. "*Preparing for Reunification through Mutual Understanding between South Korean Citizens and North Korean Refugees*," Social Science Studies, Dong Guk University, Vol. 19, No. 1, 2010

SHIN, G. W. Ethnic Nationalism in Korea; Genealogy, Politics, and Legacy. Reference and Research Book News. 2006.

SMITH, Anthony D. "A Identidade nacional", capítulo 4 – Nacionalismo e Identidade Nacional p.94-124; capitulo 5 – Nações Criadas deliberadamente? p.125-152, 1991

SOHN, H. M. *Korean Language in Culture And Society*, University of Hawaii Press. P. 32-39, 2006

TAYLOR, Andrew. Publicado em 26 de Dezembro de 2013, Disponível em: <http://www.businessinsider.com/why-north-korean-defectors-keep-returning-home-2013-12> Acesso em 23 de Janeiro de 20017

THIESSE, Anne-Marie. *Des fictions créatrices: les identités nationales,* 2000

TUDOR, Daniel. Korea: The Impossible Country Tuttle ed. 2012

WSJ, Wall St. Journal, Korean Dating Transcends North-South Divide Disponível em: < https://www.wsj.com/articles/korean-dating-transcends-northsouth-divide-1391058870> Publicado em 30 de Janeiro de 2014

Comida, consumo e identidade: Notas etnográficas por entre os processos migratórios da mandioca; do contexto brasileiro e paraense ao contexto europeu

Miguel de Nazaré Brito Picanço[1]

Food, consume and identity: Etnographical notes over the migration process of mandioca; of the Brazilian and paraense context to the European context

http://dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.70658

[1] Doutorando em Ciências Sociais na UNISINOS/ Universidad de Barcelona. Bolsista CAPES. Email: micanbri2013@gmail.com

Resumo:

Este artigo descreve os ciclos da mandioca no Brasil, com centralidade no Estado do Pará, onde ela se estabelece como alimento primordial não apenas para a dieta local, mas como objeto na constituição de redes de interações entre os sujeitos, transformando-se em bem material e simbólico. Foi desenvolvido trabalho empírico a respeito dos fluxos migratórios de brasileiros para territórios catalão e francês, situando as implicações do consumo da mandioca e seus derivados nesse processo. A partir da observação de campo, e da análise de dados secundários foi possível construir uma narrativa evidenciando-se o papel da mandioca tanto para a preservação de costumes alimentares nativos como para a manutenção da identidade cultural num contexto de globalização e padronização do consumo.

Palavras-chave: Mandioca, Transnacionalização, Migração, Identidade.

Abstract:

This article describes the cycles of cassava in Brazil, with a centrality in the State of Pará, where it establishes itself as a primordial food not only for the local diet, but as an object in the constitution of networks of interactions between the subjects, becoming material good and symbolic. Empirical work on the migratory flows of Brazilians to the Catalan and French territories was developed, placing the implications of the consumption of cassava and its derivatives in this process. From the observation of the field, and the analysis of secondary data, it was possible to construct a narrative evidencing the role of cassava both for the preservation of native food customs and for the maintenance of cultural identity in a context of globalization and standardization of consumption.

Keywords: Cassava, Transnationalization, Migration, Identity.

Introdução

Estudos apontam que a mandioca (*Manihot esculenta*) tem desempenhado papel decisivo na formação da História do Brasil. Sua relevância é reconhecida de tal modo que, em obras célebres como Casa Grande & Senzala, Gilberto Freyre (2005) apresenta e destaca as várias formas pelas quais a mandioca alimentava, a *priori,* os indígenas e*, a posteriori,* os colonizadores e colonos. Mas a proeminência da mandioca para a história do Brasil não se restringe à sua função alimentar. Ela foi objeto decisivo para o projeto colonizador, pois, além de alimentar a mão de obra escrava – africana e indígena, também serviu de moeda de troca em terras portuguesas, africanas e asiáticas.

Disso resulta que a mandioca foi, e continua sendo, um dos mais importantes alimentos da mesa do brasileiro, senão o mais importante deles, funcionando como recurso, um instrumento que, no decorrer do tempo, desenhou a nossa cozinha, ajudando, dessa maneira, na construção de nossa brasilidade, de nossa identidade. Sua importância é tanta que, no Estado do Pará, ela aciona um conjunto de práticas, relações sociais e representações simbólicas cujos conteúdos e significados revelam um elevado valor êmico, presente no imaginário popular do povo paraense, para quem a mandioca e seus derivados estão além de simples mercadorias a serem comercializadas ou coisas[1] a serem comidas[2]. Eles desempenham relevante papel na construção das identidades culturais e, ao mesmo tempo, são instrumentos que fortalecem a tradição e os vínculos sociais, produzindo redes de sociabilidade entre os sujeitos que ali habitam.

Desse modo, importa dizer aqui que faz algum tempo que a mandioca (*Yuca* para os espanhóis) deslocou-se do território brasileiro e paraense, povoando outros lugares além-mar. Esse processo se intensificou com o advento da globalização que, na atualidade, tem alavancado um movimento migratório contínuo não apenas de pessoas, mas também de algumas de suas práticas socioculturais, especialmente as alusivas ao ato de comer.

Portanto, é no bojo desse processo migratório que a mandioca e seus derivados têm-se movimentado de tal maneira que, no território europeu, ela povoa a vida dos imigrantes brasileiros, mas também dos africanos, bolivianos, peruanos, etc., que por lá vivem. Assim, descrever e analisar as implicações dos movimentos da mandioca e seus derivados nesse processo migratório é o objetivo primeiro deste trabalho.

Este artigo resulta de observações diretas realizadas durante incursões em campo, nos territórios catalães, especificamente nas cidades de Barcelona, Gavá, Santa Coloma e

[1] Aqui a coisa é pensada como [...] um devir, um lugar onde vários aconteceres se entrelaçam [...] é um certo agregado de fios vitais [...] nos quais ao longo da caminhada a coisa é constantemente formada" (INGOLD, 2012, p. 29).

[2] Utilizo o termo comidas e não alimentos para reforçar o traço de sociabilidade proporcionado pela comida em situações coletivas, como comensalidade.

Tarragona, assim como na França, nas cidades de Bordeaux, Saint Denis e Campiègne, nos meses de abril a julho de 2017, tempo em que o autor estagiava no *Observatorio de la Alimantación* (ODELA), na *Universidad* de Barcelona, por meio do Programa de Doutorado Sanduíche (PDSE), financiado pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Este estudo é composto de duas seções. Na primeira, descrevem-se os processos operados nos ciclos da mandioca e sua transformação em variados bens de consumo no território brasileiro, com centralidade no Estado do Pará, pontuando as implicações nas identidades socioculturais decorrentes desse processo. Na segunda seção, se faz uma descrição etnográfica dos movimentos migratórios – com notoriedade para os brasileiros – em direção ao território catalão e francês, situando as implicações dos movimentos da mandioca e de seus derivados nesse processo.

A mandioca e suas interfaces no contexto brasileiro e paraense: uma questão de identidade

No decorrer da história da sociedade brasileira, a mandioca aparece como um recurso decisivo na formação, sustentação e continuação daquilo que hoje é o povo brasileiro. Essas constatações estão publicizadas em obras de autores como Marcena (2012), Cascudo (2011), Freyre (2005), Silva (2005) e DaMatta (1986).

As proposições apontadas pelos escritos desses autores, além de permitirem compreender que, no decorrer da história nacional brasileira, a mandioca desempenhou papel imprescindível, contribuindo para desenhar o protótipo daquilo que hoje é a nossa cozinha, também fazem notar as implicações dessa cozinha na constituição sociocultural de nossa sociedade, em especial do povo nordestino e nortista. Sendo assim, "[...] talvez não seja exagero afirmar que foi por causa da mandioca que o Brasil se construiu." (MACÊDO, 2016, p. 218).

As afirmativas e descrições que atribuem à mandioca papel importante no processo de formação da sociedade brasileira fundamentam-se em estudos arqueológicos, mas também em registros de cronistas datados do século XV, por exemplo, os relatos de Pero Vaz de Caminha que, ao escrever ao rei de Portugal, Dom Manuel, contou-lhe sobre os hábitos alimentares dos nativos, com notabilidade para a mandioca, que fora chamada pelo cronista de inhame (MARCENA, 2012).

Do mesmo modo, Freyre (2005), ao apropriar-se dos escritos de Gabriel Soares, fornece importantes informações referentes às práticas alimentares dos habitantes do Novo Mundo. Nesses relatos, o cronista, além de destacar a proeminência da mandioca como fonte de alimento, também descreve o modo como os nativos produziam seus alimentos, com notoriedade para a farinha de mandioca.

Marcena (2012) assevera que, nos primórdios da colonização brasileira, "[...] a mandioca era vista pelos colonizadores como uma espécie de trigo do Novo Mundo que nutria o indígena sul-americano há séculos, através da farinha e de beijus que, posteriormente encantaram alguns paladares europeus" (MARCENA, 2012, p. 44) e auferiram a preferência dos colonos que gradativamente os consumiam ao invés do pão de trigo. "[...] Embora o beiju fosse muito apreciado, foi a farinha que se estabeleceu como o pão do Brasil." (SILVA, 2005, p. 85).

A adesão de colonizadores e colonos aos hábitos alimentares dos nativos denota um marco na história do Brasil em geral e na história da alimentação brasileira em particular. Esse fato confirma a supremacia da mandioca no projeto colonizador, pois "Foi completa a vitória do complexo indígena da mandioca sobre o trigo: tornou-se a base do regime alimentar do colonizador [...]" (FREYRE, 2005, p. 191).

Assim, as proposições dos autores apontam para a mandioca como um recurso que potencializou a colonização brasileira mediante três processos: primeiro, foi graças ao cultivo da mandioca que os nativos puderam migrar de suas condições nômades para determinadas áreas geográficas fixas, o que, de certo modo, contribuiu para o domínio estrangeiro sobre eles; segundo, a mandioca passa a agradar o paladar dos estrangeiros, principalmente os de menor poder aquisitivo; e, finalmente, a farinha de mandioca serviu de base alimentar para as tropas colonizadoras, ao mesmo tempo em que alimentava a mão de obra escrava oriunda do continente africano (MARCENA, 2012).

Marcena (2012) e Cascudo (2011) observam que foi com o advento da farinha que a mandioca definitivamente se firmou como alimento basilar no processo de colonização. "A farinha indispensável era a explicação única. Comida para todos, portugueses e mazombos, a indiada fiel, fosse qual fosse o nível social participante" (CASCUDO, 2011, p. 95). A farinha de mandioca configurou-se, portanto, o alimento principal daqueles que chegavam ao Novo Mundo, materializando-se no "[...] primeiro conduto alimentar brasileiro pela extensão e como continuidade nacional" (CASCUDO, 2011, p. 96). Tal era sua importância que, em Portugal, ela tornou-se moeda de troca e foi amplamente utilizada especialmente em tempos de escassez. (CASCUDO, 2011).

Sobre a mandioca pairava tamanho prestígio que a primeira Constituição brasileira, a de 1824, ficou conhecida como Constituição da mandioca. Nesse período, o direito ao voto tornou-se privilégio apenas para "[...] aqueles que tinham renda medida por bens de raiz, indústria, comércio, sendo raiz a mandioca." (BONI, 2016, p. 1).

Outrossim, pode-se inferir que a mandioca, com considerável notabilidade para a farinha, foi elemento decisivo, dispositivo que, a *priori,* potencializou o domínio dos europeus sobre o território brasileiro, mas, além disso, por quase quatro séculos, ela encontrava-se no epicentro da alimentação, assim como da economia de quase todas as regiões do país. No século XIX, sua utilização tornou-se conspícua de norte a sul do território brasileiro, pois seu cultivo "[...] estava disseminado por todo o território brasileiro, inclusive

nas regiões localizadas mais ao sul e a sudeste, principalmente no interior, área historicamente definida como de domínio da cultura do milho [...] (SILVA; MURRIETA, 2014, p.41). "Na geografia da alimentação brasileira o "complexo" da mandioca [...] constitui uma permanente [...] em todas as direções demográficas [...]." (CASCUDO, 2011, p. 101).

Por considerar a mandioca o alimento que mais representa a cozinha brasileira, Cascudo atribui a ela o epíteto de "Rainha do Brasil". Para o autor, nenhum outro alimento é mais "legitimo" e mais popular entre os brasileiros, em especial "[...] para o brasileiro do povo comer sem farinha não é comer" (CASCUDO, 2011, p. 101), principalmente no século XIX, tempo em que ela tornou-se, em definitivo, o mais fulcral dos produtos alimentares do país, alimentando não apenas a mesa, mas também a economia do Brasil; porém, foi também nesse mesmo século que ela perdeu sua centralidade.

Foi "a partir de 1820, quando as plantações de subsistência deram lugar às áreas de cultivo de produtos de exportação [...]" (SILVA; MURRIETA, 2014, p.50), que a mandioca iniciou seu processo de decadência, tendo sido substituída por outros gêneros alimentícios, como o milho, o café e, posteriormente, pela cana-de-açúcar.

As transformações iniciadas no século XIX potencializaram-se na primeira metade do século subsequente, quando o Estado brasileiro foi tomado por discursos em prol da modernização da agricultura camponesa. Foi então, em nome da modernidade, que ascendeu no Brasil um novo modelo socioeconômico, baseado na industrialização e na urbanização, mediante medidas como a "[...] venda de terras consideradas devolutas, o incentivo do Estado à expansão da monocultura do café e ao deslocamento da mão de obra do campo para abastecer o mercado urbano. (FERRARO, 2005, apud SILVA; MURRIETA, 2014. p. 51).

Entre as décadas de 20 e 30 do Século XX, o café foi gradativamente substituído pela cana-de açúcar, que passou a ser "[...] o alicerce do futuro programa de produção de etanol, que revolucionaria a indústria automobilística do país." (SILVA; MURRIETA, 2014, p.52). Daí por diante, o governo brasileiro engajou-se na implementação de um modelo agroindustrial baseado na chamada "Revolução Verde", cuja ênfase estava "[...] na produtividade e intervenção tecnológica por meio de pacotes técnicos e administrativos [...]." (SILVA; MURRIETA, 2014, p.52), com centralidade para a produção de gêneros alimentícios de elevado valor econômico, dos quais a mandioca não fazia parte.

Na contramão dos dados históricos, que situam a mandioca e sua farinha em um processo de descontinuidade nacional, afirma-se que, passados "[...] quase cinco séculos, a farinha continua mantendo o prestígio no crédito popular [...] sem ela a refeição estará incompleta e falha [...]." (CASCUDO, 2011, p. 92), ao menos para os habitantes do Estado do Pará onde, assim como em tempos de outrora, hoje ela ainda reina absoluta como o principal alimento que nutre e alimenta não apenas o povo, mas também a economia daquele Estado.

No Estado do Pará, existem farinhas de mandioca, dentre as quais uma ocupa a centralidade, a saber, a farinha d'água, que é alimento diário presente em todas as refeições, em especial quando essas refeições são regadas ao sabor do açaí (*Euterpe oleracea)*. A farinha d'água é "INGREDIENTE OBRIGATÓRIO DA CULINÁRIA LOCAL, [...] OS PARAENSES DIZEM QUE [...] VAI BEM COM CAFÉ, AÇAÍ, PEIXE, MOQUECA, MINGAU E ATÉ SORVETE [...]." (SAMPAIO, 2017, P. 1).

A farinha d'água opera de tal modo na vida dos paraenses que, no ano de 2016, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos do Pará (DIEESE/PA), constatou que, no referido ano, os paraenses tiveram uma das alimentações mais caras do Brasil, isto pelo alto preço da farinha d'água que foi reajustada em até 62, 24%, fato que conferiu a Belém, a terceira posição no *ranking* nacional entre as capitais com maior inflação do país.

Nesse encarecimento da farinha, repousa uma contradição, porque, segundo o Boletim Agropecuário da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA, 2015), a mandioca desempenha papel decisivo para a cadeia produtiva agrícola do Estado, não apenas porque sua produção corresponde a 65,4% de toda a produção do seguimento lavoura temporária, mas também por corresponder a 59,2% do valor produzido nesse contexto produtivo. Sua relevância na produção agrícola estadual historicamente tem garantido ao Estado do Pará a primeira posição, tanto na produção de mandioca quanto no consumo de farinha que dela deriva, isto em nível nacional.

Segundo o DIEESE/PA, a contradição supramencionada decorre de questões estruturais na linha de produção dos referidos produtos que, na sua maioria, são produzidos artesanalmente. Ademais, a questão agrava-se, quando as tratativas de venda e compra da farinha são marcadas pelo excesso de atravessadores que negociam diretamente com os produtores e a renegociam nas feiras, nos supermercados e nos mercados das cidades paraenses.

Importa aqui dizer que, no contexto paraense em geral, o cultivo da mandioca transcende a produção de farinha d'água e toma forma de outras farinhas, como farinha seca, farinha lavada, farinha para farofa, farinha de tapioca e farinha de carimã. Do conjunto dessas farinhas, os paraenses elegeram algumas para fazer um prato que é típico da região, a saber, o chibé, alimento singelo, cujos ingredientes necessários para sua feitura são apenas farinha e água que, depois de misturadas, dão forma ao chibé, que pode ser degustado com ou sem acompanhamento[3].

De todas as comidas derivadas da mandioca, o chibé parece funcionar como marcador e definidor da identidade paraense, pois, com regularidade, nesse Estado, é comum o seguinte discurso, "eu sou paraense; sou papa chibé", o que significa dizer que o indivíduo é um "autêntico" paraense, e, para homenagear – e talvez até confirmar essa identidade, associada a quem come com gosto o chibé –, a prefeitura Municipal de Belém

[3] Com regularidade o chibé é acompanhado de camarão, peixe salgado e assado.

lançou, no ano de 1996, um dicionário cujo título é Papa Chibé, que se encontra na sua quinta edição. O conteúdo do dicionário versa sobre palavras e expressões cujos sentidos dificilmente serão apreendidos fora do contexto paraense. Desse modo, pode-se conceber o chibé como um prato que, de alguma maneira, unifica o povo paraense, funcionando como uma "carteira de identidade alimentar" (MACIEL, 2005) daqueles que habitam essas terras do norte.

Outrossim, argumenta-se aqui que a farinha de mandioca pode ser pensada como um alimento emblemático que, de alguma maneira, ajuda na definição da identidade coletiva do povo paraense, funcionando assim, nos termos de Contreras (2011), como um daqueles pratos Totem, que são dotados de "[...] um valor simbólico muito peculiar que faz deles uma chave da identidade cultural, indicadores da especificidade e da diferença. Esses pratos recriam uma identidade, e as reuniões para degustá-los em grupo recriam uma comunidade [...]" (CONTRERAS, 2011, p. 142), funcionando, portanto,

> [...] como textos que narram a história de constituição de um grupo, sua contextualização presente, traduzindo, simultaneamente o código de valores que orientam a prática social. Por sua contribuição ao processo de singularização cultural, eles participam da própria representação que o grupo faz de si, da constituição de sua identidade. (DUTRA, 2004, p. 107).

Assim, perfilha-se aqui a ideia de que o caso da farinha de mandioca, no contexto paraense é ilustrativo para pensar que tanto o ato de comer quanto a comida em si residem num plano que está além de uma atividade meramente biológica, pois, são práticas e coisas que agregam "[...] mais que uma coleção de nutrientes eleitos de acordo com uma racionalidade unicamente dietética ou biológica. Tão pouco as razões das escolhas alimentares são apenas econômicas" (CONTRERAS, 1992, p. 98). Dito de outro modo, o ato de comer distancia-se substancialmente do ato de alimentar, na media em que este último diz respeito apenas à função básica e imprescindível à sobrevivência humana que, por sinal, é uma função universal, enquanto que o primeiro faz referência "[...] a algo costumeiro e sadio, alguma coisa que ajuda a estabelecer uma identidade, definindo, por isso mesmo, um grupo, classe ou pessoa". (DAMATTA, 1986, p. 55).

Simmel (2004) ajuda a adensar as reflexões acerca do ato e da necessidade de comer. Faz isto ao apontar que "[...] é singular que este seja o elemento mais egoísta, que é por sinal o mais imprescindível e imediatamente restrito ao indivíduo" (SIMMEL, 204, p. 160), uma necessidade cuja função, *a priori*, nos remete a uma prática imediatista, fisiológica numa tentativa da manutenção da vida, mas que, no decorrer da história humana, tornou-se um ato não mais solitário, convertendo-se num conteúdo de ações coletivas, em um fazer suprapessoal, agora não mais egoísta, mas compartilhado e marcado por ações sociais

recíprocas garantidas pelo prazer de comer juntos, "[...] de acordo com as regras mais sagradas de comunhão e comensalidade" (DAMATTA, 1986, p. 55).

Essas proposições ajudam a perceber quão complexas são as relações em torno das questões alimentares que, em um plano mais geral, subscrevem-se em "[...] cuestiones muy diversas, de carácter biológico, ecológico, tecnológico, económico, social, político, ideológico [...]"e quiçá religioso, além de possibilitar entender que "[...] no hay ningún alimento que tenga un significado derivado exclusivamente de las características intrínsecas sino que dicho significado depende de las asociaciones culturales que la sociedade le atribuye" (CONTRERAS, 1992, p. 99).

Assim, com base nos apontamentos históricos e da antropologia da alimentação, postula-se que, em termos econômicos, a mandioca pode até não ter mais retomado o posto de principal produto alimentício do Brasil, mas, mesmo assim, ela continua sendo parte fundamental da alimentação nacional, "[...] continua inabalável em seu trono." (CASCUDO, 2011, p. 101), pois, ainda hoje, como farinha, ela é "[...] o cimento a ligar todos os pratos e todas as comidas dos brasileiros" (DAMATTA, 1986, p. 63), ela é "o ingrediente" que está presente de norte a sul do Brasil, em especial no Estado do Pará, onde ela povoa e alimenta a economia do lugar, assim como a identidade coletiva daquele povo que elegeu a farinha d'água como ícone de sua cozinha, mas também come a maniçoba[4], o tacacá[5], a tapioca, o beiju, o chibé, o tucupi, a maniva, dentre outros pratos e derivados que compõem o "complexo da mandioca" naquele território.

Portanto, é considerando que os significados atribuídos às comidas e ao ato de comer são construções socioculturais, portadoras de uma carga simbólica refletida tanto na construção quanto na continuação das complexas construções indenitárias, que se busca situar as implicações dos movimentos da mandioca e seus derivados no fluxo migratório de brasileiros no contexto europeu.

Do local ao global: um olhar por entre os movimentos da mandioca; do território brasileiro para o território Europeu; da Catalunha à França

Com a intensificação dos processos globais, os fluxos migratórios em escala transnacional têm sido potencializados, provocando reordenamentos em todos os campos da vida, inclusive naqueles relacionados às práticas alimentares, isto porque, esses fluxos são acompanhados pela circulação de alimentos que, em movimentos contínuos e graduais, seguem cada vez mais as pessoas em escalas transnacionais. (ROCHA; RIAL, 2014). Sendo

[4] Maniçoba, prato tipicamente paraense, feito de maniva moída, cozida por sete dias. Nesse tempo outros ingredientes, de origem animal, vão sendo gradativamente acrescentados e juntamente com temperos e condimentos dão concretude a maniçoba.

[5] Tacacá, prato típico do Pará, feito de goma de tapioca, tucupi, camarão, jambu e pimenta.

assim, os fluxos alimentares, numa perspectiva global, quase sempre, se não sempre, são construídos, a partir dos movimentos migratórios de pessoas.

Assim, considera-se que as coisas alusivas ao ato de comer têm desempenhado papéis decisivos para a expansão e corroboração da história global, uma vez que os produtos alimentícios foram os primeiros dentre os demais a serem comercializados em termos globais. Isso resultou na aproximação e nos intercâmbios de culturas, desde uma perspectiva alimentar e outras perspectivas que, até então, portavam distinções entre si. Com isso, pode-se considerar que nenhuma outra dimensão da vida foi tão profícua em termos globais quanto as dimensões enredadas com o ato de comer, ou seja, foram nas coisas relacionadas à alimentação humana, mais do que em quaisquer outras, que a dita globalização encontrou bases sólidas para sua sustentação. Isso decorre do fato de ser a alimentação humana lugar privilegiado de interligação "[...] entre pessoas, lugares e contextos culturais." (ROCHA; RIAL, 2014, p. 3).

Nesse aspecto, importa notar que o deslocamento de alimentos vinculados ao fluxo migratório das pessoas constitui a base para compreender-se tanto a expansão da história global quanto os diferentes sistemas alimentares inventados, reinventados e/ou mantidos por meio de trocas culinárias no decorrer desses movimentos.

Ademais, essa relação entre comida e migração não é um fenômeno inerente apenas à sociedade moderna e global. Migrar parece ser uma tendência constitutiva à sobrevivência humana e, desde os primórdios da história da humanidade, a alimentação ocupa centralidade nesse processo, provocando uma completa ruptura na civilização ao possibilitar a migração do homem de um estado nômade para outro, sedentário, incorporando novas práticas humanas até então desconhecidas, por exemplo: as trocas mercantis. Portanto, "as migrações são parte constitutiva da história humana" (ROCHA; RIAL, 2014, p. 4).

Assim, os argumentos acima mencionados podem ser apropriados para se pensar e situar a mandioca no bojo desses fluxos migratórios, pois faz algum tempo que ela tem seguido os imigrantes brasileiros e tem povoado outros lugares do mundo, sendo consumida de maneira distinta no planeta, materializando-se como insumo no processo produtivo mundial em várias linhas industriais, desde a produção de alimentos, como caramelos, massas, panificação e bebidas, até na construção civil, na indústria têxtil, na indústria de cosméticos e também na mineração (BEZERRA, 2009).

Esse movimento migratório operado pela mandioca não é um fenômeno recente; antecipou o que se convencionou chamar de globalização, pelo menos no que diz respeito à capacidade de alimentar, que é inerente a ela, pois, a difusão de alimentos originários do Novo Mundo para outras partes do planeta – dentre esses alimentos situa-se a mandioca – remonta a tempos em que a chamada globalização ainda estaria por vir. (MINTZ, 2001). Portanto, a mandioca habita em território europeu faz muito tempo. (SILVA, 2005).

Assim, parece conveniente dizer que faz algum tempo que as coisas de comer, derivadas dessa planta, manifestam-se além do território brasileiro e paraense. Elas transpuseram o Atlântico, e no território europeu povoam os supermercados, as tabernas, os *sites* e as mesas de alguns dos mais de 37.691[6] mil brasileiros que habitam em Catalunha, por exemplo, conforme demonstram os dados desta etnografia.

Dito isso, torna-se importante salientar que os dados etnográficos deste trabalho, resultam de incursões em campo realizadas em território catalão e francês durante o ano de 2017. A pesquisa mescla o uso de dados de campo etnográfico, obtidos por meio de observações diretas, com entrevistas e conversas formais e informais realizadas com os sujeitos que, de uma maneira ou outra, encontram-se envoltos com os derivados da mandioca no contexto abarcado, conforme se descreve no que segue.

Os primeiros dados desta etnografia vieram de um almoço oferecido por Helen Velazquez (que é nativa do norte da Bolívia e reside na Cidade de Gavá[7] há 13 anos), pela passagem de seu aniversário, para o qual fui convidado. Ao adentrar na sala, deparei-me com uma mesa farta, um banquete que me chamou duplamente a atenção: primeiramente, pela diversidade de alimentos que a mesa dispunha, em segundo lugar, pela estranheza que a mim eles causaram. Afinal, eram quase todos desconhecidos do meu olhar e do meu paladar. Disse 'quase' porque, dentre o estranhamento da mesa, sobressaltou-me aos olhos a familiaridade, a proximidade: no centro da mesa, compondo um xarão, estava a mandioca, ocupando lugar de destaque entre os outros pratos servidos. Dentre os convidados de Helen, estavam colombianos, bolivianos e espanhóis, que saboreavam o banquete, inclusive a mandioca que, entre um prato e outro, povoava o sabor dos convidados.

Foi então, a partir desse evento, que advieram informações que confirmaram, que, assim como em alguns lugares do Brasil, como no Estado do Pará, por exemplo, em algumas regiões da Bolívia e da Colômbia, a mandioca é alimento basilar, em especial nas comunidades rurais que a consomem como alimento diário. Também foi nessa ocasião que apareceram algumas pistas sobre lugares da Catalunha que comercializavam a mandioca, a saber: supermercados, açougues, lojas, fruteiras, etc.

Nos supermercados, ela apresentava-se apenas *in natura* e custava 1.90 € o quilo. Foi um Valor elevado, se comparado com as outras coisas vendidas ali, que não custavam mais de 1.50 € o quilo. Os outros derivados da mandioca são dispostos para venda em açougues (*carnicerías)*, lugar onde as tratativas em torno do consumo de carnes são tão notáveis quanto a comercialização de produtos alimentícios originários de países africanos e latinos, inclusive do Brasil. Dentre esses produtos, encontravam-se alguns derivados da

[6] Conforme dados do Ministério das Relações Exteriores (2015), a Espanha é o sexto país com maior concentração de imigrantes brasileiros. O mais amplo contingente reside nas cidades de Madri, com 49 mil imigrantes, e, nos territórios da Catalunha, com 37.691, totalizando 86.691 brasileiros, vivendo legalmente naquele país.

[7] Gavá é uma cidade pertencente à província de Barcelona.

mandioca, como goma para tapioca, farinha de tapioca, carimã e macaxeira. As embalagens, tanto da goma quanto da farinha de tapioca, indicavam ser produtos industrializados e importados do Brasil.

Segundo Nazir, que é paquistanês e proprietário de um desses açougues, o consumo da goma é basicamente restrito aos brasileiros, enquanto o da macaxeira *in natura* dá-se de maneira indiscriminada por todos os latinos e africanos que habitam em Catalunha. Nazir confirmou que a goma e a farinha de tapioca comercializadas em seu açougue são importadas do Brasil, enquanto a mandioca e a carimã são respectivamente de origem boliviana, africana e uruguaia. Disse mais: a Espanha não produz derivados da mandioca, que é praticamente desconhecida dos espanhóis, exceto aqueles que, de alguma maneira, relacionam-se com os latinos e africanos, seja por relações matrimoniais, seja de amizade. "A *yuca* e suas coisas chegaram aqui na Espanha junto com os africanos e latinos; eles introduziram o consumo da *yuca* aqui", afirmou Nazir em conversa com o autor.

Outros estabelecimentos como o de Nazir são facilmente encontrados pelas ruas da Catalunha, como o de Santa Coloma de Gramenet, município da província de Barcelona. Nessa Cidade, há uma loja que dispõe de um corredor inteiro de prateleiras tomadas por produtos alimentícios brasileiros, com relevante destaque para a goma, para a tapioca, para a farinha de tapioca, para a macaxeira *in natura* e para a farinha d'água. Esta última é disposta em sacas e vendida a granel, assim como fazem os paraenses em suas barracas de farinhas nas feiras das cidades do Estado do Pará.

Além de ser comercializada nas lojas supracitadas, a mandioca também pode ser encontrada em restaurantes, como no restaurante *Puerto Peru*, que fica localizado às margens da praia de Tarragona, cidade turística, famosa por ser cenário de monumentos históricos tombados como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Na fachada do referido restaurante, encontra-se disposta uma placa, cuja função é anunciar o cardápio do dia, que tem como entrada *Yuca* frita, (para os paraenses, macaxeira frita). Segundo Dânia Hernandéz, jovem peruana e garçonete do lugar, faz pouco tempo, há aproximadamente um ano, que a *Yuca* foi agregada ao cardápio do restaurante e, desde então, tornou-se um dos pratos mais requisitados pelos clientes latinos, incluindo brasileiros, e por alguns espanhóis.

Interessa dizer, que lojas como a de Nazir e a de Santa Coloma são comuns por todo o território catalão, inclusive na cidade de Barcelona; o mesmo não pode ser afirmado em relação ao restaurante. É também importante frisar que as tratativas comerciais em torno dos derivados da mandioca sobrepuseram-se às lojas físicas especializadas em produtos afro-latinos. São também dispostos ao consumo em lojas virtuais, em especial a goma para tapioca, que ocupa posição de destaque ao ser apresentada como produto principal das mencionadas lojas.

A propósito, foi na condição de produto principal que, pela segunda vez, a tapioca foi encontrada sendo comercializada no mundo virtual e, desta vez, em terras francesas. Esse achado deu-se por meio de um vídeo publicado e veiculado em <www.joyfood.fr/>, cujo conteúdo se transcreve a seguir:

> Mon restaurant s'inspire d'un basique de la street food brésilienne, la crêpe de tapioca, tapioca por les brésiliens ou beiju.
>
> Cette farine qu'on chauff qui forme une galette et qu'on garnit comme bon nous semble. À la base, il n'y a pas de beurre, pas de matière grasse. On est sur une base extrêmement saine (LAPLACE, Paul, vídeo. Acesso em: 20 de junho de 2017).

A mensagem do vídeo referia-se à publicidade do restaurante parisiense, *Pop Up: Atelier Bouse Badoit,* no qual a mandioca era mostrada em forma de tapioca por Laplace, que é Chefe de cozinha e dono do referido restaurante, cuja especialidade e prato central é a tapioca.

Motivado e instigado pelo conteúdo do vídeo, o campo etnográfico foi estendido até as cidades de Bourdoux, Saint Denis, Compègne e Paris. A intenção desta "aventura etnográfica" era comprovar, ou não, o consumo da mandioca naquele território. Por sorte, por lá ela também foi encontrada sendo comercializada tanto *in natura,* em grandes redes de supermercados, como na rede *Carrefour*, assim como nas formas de farinha d'água e goma para tapiocas comercializadas em lojas especializadas no comércio de produtos afro-latinos[8]. Por sorte, também na cidade de Compègne, encontrou-se com Priscila Botelho, paraense de Belém, casada com Greg, que é francês.

Priscila migrou para a França no ano de 2013 e, desde então esteve apenas uma vez em Belém. Entre uma conversa e outra, Priscila falava da saudade que sente de sua terra natal, especialmente de sua família e da comida do seu lugar de origem, particularmente da farinha de mandioca. Na ocasião, mostrou em sua dispensa, um quilo de farinha d'água que ela havia comprado em uma loja especializada em vendas de produtos afro-latinos, e, em sua geladeira, um pacote congelado cujo conteúdo era maniçoba. Relatou que comia esses alimentos pouco a pouco, e assim o fazia, para que sempre os houvesse em sua casa, em sua mesa.

Ao narrar suas experiências, Priscila pontuava notadamente a importância desses alimentos para ela, que pareciam desempenhar dupla funcionalidade, pois, ao mesmo tempo que lhe permitiam acessar, em sua memória, sua origem, também lhe possibilitava compensar a saudade dessa origem, conforme a transcrição que segue:

[8] Todas as lojas físicas observadas (exceto as redes de supermercados), que comercializam produtos derivados da mandioca em Catalunha e na França pertencem a paquistaneses, africanos e peruanos.

> [...] os europeus [...], são muito fechados, frios, então eu [...] sofro muito com isso. Pra piorar tem a questão da comida, porque a gente tem nossos hábitos, é acostumado a comer tudo misturado, colocar farinha em tudo, pimenta e aqui não tinha essas coisas, como farinha, agora que está chegando por alguns lugares da França, mas é muito raro de encontrar, e, quando encontra, são farinhas que vêm da África, não são do Brasil, mas é quase a mesma coisa, então dá pra matar a saudade. Então, quando eu compro alguma comida por aqui como a farinha, eu economizo o máximo que eu posso; vou comendo aos pouquinhos, porque eu sei que eu não vou ter tão cedo. Então, essas comidas me fazem lembrar o Brasil, o Pará, me fazem lembrar a minha família. Tem dia que eu faço aqui em casa um feijão, uma farofinha, uma calabresa e ai a gente faz como se fosse um churrasco. Isso me faz relembrar as coisas de Belém. Minha mãe mandou três quilos de maniçoba, e eu estou comendo aos poucos, estou guardando um quilo para eu comer em outubro na época do Círio, porque eu sei que as minhas amigas de Belém vão postar no *Facebook* as fotos comidas do Círio e vai me dar saudades da minha família, das comidas, então, para amenizar a minha saudade, eu terei maniçoba para comer na época do Círio e como eu também tenho farinha, então vai ser perfeito [...] (Entrevista concedida em 28 de junho de 2017).

Destarte, acredita-se que as experiências vivenciadas por Priscila em território francês, somadas aos dados etnográficos coletados em Catalunha, são ilustrativas e ajudam a elucidar os movimentos e o consumo da mandioca por brasileiros no contexto europeu, pois, conforme referido anteriormente, no processo migratório pessoas são levadas a abandonar certas experiências, porém, aquelas intrínsecas à comida são as de mais difícil desapego e, com certa regularidade as acompanham. Isso ocorre porque a comida é dotada de representações simbólicas e emocionais que são ativadas pela satisfação de poder degustar um alimento que outrora povoou seus hábitos alimentares de acordo com seus gostos e suas preferências (CONTRERAS, 2011), ou seja, a sensação gustativa conota tanto informações quanto emoções que são inerentes a uma dada realidade sociocultural, a uma certa identidade.

Sendo assim, determinadas práticas, contextos e eventos "marcam a comida com lembranças pessoais" (MACIEL, 2011, p. 151), que envolvem "[...] emoção, trabalha com a memória e com sentimentos. As expressões "comida da mãe" ou "comida Caseira" ilustram bem este caso, evocando infância, aconchego, segurança, [...]. Ambos remetem ao familiar, ao próximo, ao frugal. [...] (MACIEL, 2011, p.151), assim como ocorre com Priscila.

Assim, argumenta-se aqui que o consumo da mandioca e seus derivados emergem no contexto Catalão e francês, como linguagem e "[...] imagem de identidade. Como sinônimo do que reforça e torna coeso o grupo, sobretudo entre os imigrantes" (BRAGA, 2010, p. 18), brasileiros e paraenses que ali habitam. Essa dimensão indenitária atribuída às

coisas de comer, oriundas da mandioca, podem ser claramente compreensíveis, quando se retoma os argumentos de Marcena (2012), Cascudo (2011), Freyre (2005), Silva (2005) e DaMatta (1986), que apontam para a mandioca como alimento que foi decisivo para constituição, não apenas da cozinha brasileira, mas também, para a formação sociocultural e indenitária do Brasil, especialmente dos brasileiros do Pará. Sendo assim, concatena-se aqui com as proposições de Macêdo (2016), ao afirmar que, talvez não haja nenhum equívoco em associar a constituição do Brasil à mandioca.

Desse modo, os dados desta investigação levam a pensar que, a adesão dos mercados catalão e francês aos derivados da mandioca, assim como a demanda e o consumo desses alimentos no contexto europeu advieram, em certa medida, dos desejos dos imigrantes brasileiros que habitam aqueles territórios. Sendo assim, as tratativas em torno do consumo da mandioca no contexto europeu, não podem ser compreendidas apenas como um fenômeno inerente ao mercado global; são, antes disso, práticas eminentemente culturais que dizem respeito à satisfação do desejo de comer algumas coisas que foram elaboradas no bojo das construções das identidades coletivas daqueles imigrantes.

Nessa perspectiva, compreende-se que desejo demanda e consumo são primeiramente construções socioculturais, para depois serem fenômenos de ordens econômicas, pois não se restringem apenas a simples questões individuais, antes, envolvem um conjunto de relações e eventos, "[...] práticas e classificações sociais, em vez de uma misteriosa revelação das necessidades humanas, de uma reação mecânica à manipulação social [...]" (APPADURAI, 2008, p. 46). Ademais, seria quase "[...] impossível ver o desejo por bens como algo sem fundamentos, ou independente da cultura e a demanda como uma reação natural e mecânica à disponibilidade de bens e de dinheiro para comprá-las" (APPADURAI, 2008, p. 46).

Desse modo, ao apontar para o desejo, a demanda e consumo, Appadurai ajuda a educar o olhar para o consumo das comidas derivados da mandioca em território europeu, como um fenômeno "[...] eminentemente social, relacional e ativo, em vez de privado, atônico ou passivo [...]" (APPADURAI, 2008, p. 48). Um fenômeno que é, *a priori*, da ordem cultural e, *a posteriori*, de cunho mercadológico (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006) e que desempenha papel central na construção e permanência das identidades coletivas, "na regulação das relações sociais, assim como na definição [...] de mapas culturais [...] e, como tal, é investido [...] de valores socialmente utilizados para expressar categorias e princípios, cultivar ideias, fixar e sustentar estilos de vida, enfrentar mudanças ou criar permanências" (ROCHA, 2006, p. 8).

Portanto, os dados etnográficos, assim como as proposições epistêmicas desta investigação situam o processo migratório como fenômeno complexo que envolve questões além de mudanças geográficas, pois implica também, a migração de coisas que são dotadas de carga simbólica, dentre as quais, a comida ocupa centralidade ao situar-se "[...] na interface entre o país de inserção e o de origem, entre o indivíduo migrante e o seu país,

região ou família. (ROCHA; RIAL; HELLEBRANDT, 2013, p. 188,), operando como um recurso decisivo tanto para a afirmação quanto para a continuidade das identidades, mesmo fora de seu contexto de origem.

Considerações finais

Destarte, postula-se então que a migração de colombianos, peruanos, brasileiros e africanos tem fomentado sobre o mercado europeu uma nova demanda de consumo que, pelo observado faz algum tempo, foi incorporada aos mercados catalão e francês, que dispõem à venda, por exemplo, macaxeira em suas redes de supermercados, goma para tapioca em lojas virtuais, ou ainda, permitindo que lojas, tabernas, *carnicerías* e minimercados afro-latinos e restaurantes instalem-se em seus territórios.

Essa demanda, ao mesmo tempo que imprime sobre o mercado europeu a necessidade de incluir a mandioca e seus derivados em suas tratativas comerciais, funciona como um recurso, um dispositivo que garante e assegura a continuidade e/ou permanência das identidades coletivas nacionais e/ou regionais dos imigrantes que por ali habitam, como os brasileiros.

Sendo assim, ao seguir as pistas da mandioca pelo contexto europeu, pode-se, dentre outras coisas, supor que ela talvez ainda não componha o paladar dos europeus, especialmente dos espanhóis e franceses, pelo menos não de maneira indiscriminada, mas que, por meio do processo migratório, ela está gradativamente se firmando pelos lugares desses territórios e nas mesas de alguns desses habitantes.

Desse modo, o fluxo de alimentos no processo migratório global não deve ser apreendido apenas pelo discurso da homogeneização e mercantilização – ainda que, *a priori,* esse processo esteja submerso nessa direção, pois os indivíduos imigrantes, levados pela necessidade de manutenção do corpo, aderem às comidas globalizadas. Todavia, sempre que possível, procuraram saciar seus desejos alimentares, dispondo em suas mesas coisas de comer que os remetem à sua origem, à sua identidade, como faz Priscila, minha informante. Isso ocorre pelo fato de que, ao se deslocarem de um lugar para outro, as pessoas não se desprendem, como num passe de mágica, de suas experiências anteriores; levam consigo suas memórias, seus hábitos culturais, especialmente os que se referem à comida.

Em vista disso, postula-se que as coisas inerentes ao campo alimentar constituem-se em recursos determinantes para se compreender os processos migratórios, do mesmo modo que esses são recursos indispensáveis na apreensão dos repertórios alimentares, sejam eles locais, ou globais.

Artigo recebido em 28 set. 2017.
Aprovado para publicação em 04 out. 2017.

Referências

APPADURAI, Arjun. Introdução: mercadorias e a política de valor. *In*: *A vida social das coisas*: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Org. APPADURAI, Arjun. 1ª Ed. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 15-88.

ARTE papa xibé. Produtos que expressam a cultura amazônica. Prefeitura Municipal de Belém. Belém, 2017, P. 1.

BEZERRA, Francisco de Assis Pinto. *Crescimento da produção da mandioca e os impactos econômicos no nordeste paraense*: o caso do Distrito de Americano no Município de Santa Izabel do Pará. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Núcleo de altos estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

BONI, Ana Paula. Os descendentes da mandioca. *Infográficos estadão*. São Paulo, 2016, p.1.

BOTELHO, Priscila. Entrevista concedida a Miguel de Nazaré Brito Picanço. *Campiègne*, França, 2017.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond**.** *Brasileiros em Portugal:* transmissões, recepções e transformações alimentares. Horizontes Antropológicos, n. 33, Porto Alegre, 2010, p. 197-224.

CASCUDO, L. da C. *História da alimentação no Brasil.* 4ª Ed. São Paulo: GLOBAL, 2011, p. 90-101.

CONTRERAS, Jesús; GRACIA, Mabel. *Alimentação, sociedade e cultura.* 1ª Ed. Rio de janeiro: Fiocruz, 2011, p. 7-467.

_____ Jesús. Alimentación y Cultura: reflexiones desde la Antropología. Universidad de Chile. Facultad de Ciências sociales: *Revista Chilena de antropología*, n. 11, Chile, 1992, p. 95-111.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* 1ª Ed. Rio de janeiro: Rocco, 1986, p.11-118.

DEPARTAMENTO, Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos do Pará (DIEESE/PA). Valor da cesta básica aumenta em todas as capitais em 2016. Nota à imprensa. www.dieese.org.br. Belém, 2016, p. 1.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens*: para uma antropologia do consumo. 1ª Ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, p. 7-117.

DUTRA, Rogéria Campos de Almeida. Nação, Região, Cidadania: A Construção das Cozinhas Regionais no Projeto Nacional Brasileiro. *Revista Campos, de Antropologia Social*, n.1, Paraná, 2004, p. 93-110.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 50ª edição. Global Editora, 2005, p. 156-232.

FUNDAÇÃO, Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA). Boletim Agropecuário do Estado do Pará. Belém, 2015, p. 25-31.

HERNANDÉZ, Dânia. Entrevista concedida a Miguel de Nazaré Brito Picanço. *Tarragona*, Catalunha, Espanha, 2017.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos,* n. 37, Porto Alegre, 2012, p. 25-34.

LAPLACE, Paul. *Pop Up: Atelier Bouse Badoit*, (Video). França, 2017. Disponível em: www.joyfood.fr/. Acesso em 20/05/ 2017.

MACEDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. *A cozinha mestiça:* história da alimentação em Belém. 2016. Tese (doutorado em História social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

MACIEL, Maria Eunice. Olhares antropológicos sobre a alimentação: Identidade cultural e alimentação. In: CANESQUI, AM., and GARCIA, RWD., orgs. *Antropologia e nutrição:* um diálogo possível [online]. FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2005, p. 48-5.

_____ Cultura e alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Saravarin? Horizontes Antropológicos, n.16, Porto Alegre, p. 145-156.

MARCENA, Adriano. *Mexendo o Pirão:* Importância Sociocultural da Farinha de Mandioca no Brasil Holandês (1635 a 1646). 1ª Ed. Recife: Funcultura, 2012, p. 8-145.

MINISTÉRIO, das Relações Exteriores. Brasileiros no mundo. www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br. Brasília,2015, p.1.

MINTZ, Sidney W. Comida e Antropologia: Uma breve revisão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* n.47, São Paulo, 2001, p. 31-42.

MIRZA, Nasir. Entrevista concedida a Miguel de Nazaré Brito Picanço. *Gavá*, Barcelona, Espanha, 2017.

ROCHA, Carla Pires Vieira da; RIAL, Carmen Silvia. Migração, Consumo Alimentar e Globalização: Fluxos entre Brasil e Europa. VII Encontro Nacional de Estudos do Consumo, III Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo, I Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo. Rio de Janeiro, 2014, p. 1-11.

ROCHA, Costa Pires Vieira da; RIAL Carmem Silva; HELLEBRANDT, Luceni. Alimentação, globalização e interculturalidade alimentar a partir do contexto migratório. *Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, n.105, Florianópolis, 2013, p.187-199.

ROCHA, Everardo. Os bens como cultura: Mary Douglas e a antropologia do consumo. *In*: *O mundo dos bens*: para uma antropologia do consumo. Orgs. DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. 1ª Ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, p. 7-18.

SAMPAIO, Vanessa. *Bragança (Pa) festeja a gastronomia no São João.* Ministério do Turismo. Brasília, 2017, p. 1.

SILVA, Henrique Ataide da; MURRIETA, Rui Sérgio Sereni. *Mandioca, a rainha do Brasil?* Ascensão e queda da *Manihot esculenta* no estado de São Paulo. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum, n. 1, Belém, 2014. P. 37-60.

SILVA, Paulo Pinto e. *Farinha, feijão e carne seca:* um tripé culinário no Brasil. 1ª Ed. São Paulo: SENAC, 2005, p. 21-142.

SIMMEL, Georg. Sociologia da refeição. *Estudos históricos*, n.33, Rio de Janeiro, 2004, p.159-166.

VELAZQUEZ, Helen. Entrevistas concedidas a Miguel de Nazaré Brito Picanço. *Gavá*, Barcelona, Espanha, 2017.

A questão da autoria: o caso de Alexandre Dumas

Isabella Nogueira[1]

The issue of authorship: the case of Alexandre Dumas

http://dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.69276

[1]Mestranda em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Bolsista CAPES. E-mail: granataisabellan@gmail.com.

Resumo:

A partir do caso de Alexandre Dumas pai e seus colaboradores vamos falar sobre a questão da autoria. A pergunta inicial é: quem é o autor? Segundo Foucault, no texto O que é um autor (1969), o importante é buscar a dimensão do texto além do próprio nome do autor. Porém, a dimensão individual deve criar um equilíbrio entre vida e obra. Portanto, queremos pensar o que esses escritos trazem para além do autor e o que este traz para esses escritos. A partir do caso Dumas, vamos questionar essa figura autor, fundamental nos estudos da História e da Literatura.

Palavras-chave: História e Literatura, Alexandre Dumas, Autor, Romantismo, Século XIX.

Abstract:

Through the case of Alexandre Dumas father and his collaborators we are going to talk about the question of authorship. The first question is: who is the author? According to Foucault, in his essay What is an author? (1969), the point is to search beyond the text besides the author's own name. However, the individual dimension must create a balance between the life and the work. Therefore, want to think what these writings bring beyond the author and what it brings back to these writings. From Duma's case, we are going to question this author's figure, central to the studies of History and Literature.

Keywords: History and Literature, Alexandre Dumas, Author, Romanticism, 19th century.

> Voilà, monsieur Dumas, ce qu'est devenue la littérature entre vos mains. Traite avec vous la question d'art serair perfaitemont inutile. Vous ne connaissez que deux choses, fabriquer et vendre; fabriquer beaucoup pour vendre davantage. (...) Il faut pourtant établir une exception pour vous, monsieur Dumas: vous signez tout et ne soignez rien. Mais la question d'argent l'emporte à vos yeux sur une foule d'autres considérations. (...) C'est-à-dire, entendons –nous, de fabricants. Vous devinez bien que, pour M. Dumas, la collaboration represente le repôs, le far niente, le doux loisirs, le divan d'une maîtresse, la dètonation du champagne, les bels masques, les voyages en poste, le joies de Florence, les courses en Suisse, les biftecks d'ours et une foule de choses gracieuses, dont il n'aurait pas le bonheur de jouir si, par-ci, par-là, il ne confiait à d'autres la confection d'une chef-d'oeuvre. Dieu s'est reposé le septime jour de la création. Par consequente, vite à la besogne, messieurs Anicet, Durieu, Brunswick, Cordelier-Delanoue, Goubaux et Beudine, Maquet, Dennery, tous les fidèles de mon atelier Théâtral!(...) Cette longue et pénible histoire de notre littérature moderne peut se résumer par um seul mot, l'ARGENT. (MIRECOURT, 1845, p.51)[1]

Cada vez que se quis atingir Alexandre Dumas, todos foram pelo mesmo caminho, a autoria. Questionava-se sua habilidade em escrever com tanta frequência, em tão pouco tempo, e seus privilégios com os editores, se estes estavam conscientes de suas atitudes. Diferente dos outros escritores românticos conhecidos, Dumas teve uma formação débil, fato que sempre marcou seu nome.

Em 1845, Eugène de Mirecourt (que se chamava Jean-Baptiste Jacquot), escritor contemporâneo de Alexandre Dumas que iniciou sua carreira em 1836 com a obra Sortir d'un réve (MORAND, 1855), escreveu um folheto em que fazia duras acusações a Alexandre Dumas, uma crítica a Dumas & Cia, porém, não desejava nada mais do que trabalhar para personagens como o escritor de Os três mosqueteiros. Antes de escrever essa crítica, bem articulada em 81 páginas, Mirecourt já tinha se dirigido a Dumas propondo-lhe um enredo para um romance, ao que este recusou. Sentindo-se rechaçado, Mirecourt, dirigiu-se à Sociedade dos Homens de Letras para protestar contra o sistema literário, que não deixava aos demais autores espaço suficiente para ganhar a vida. Denunciava uma indústria dirigida

[1] "Eis aí senhor Dumas, o que se tornou a literatura entre suas mãos. Tratar com o senhor sobre a questão da arte é perfeitamente inútil. Não conheceis senão duas coisas, fabricar e vender. Produzir muito para vender ainda mais. [...] Mas temos que estabelecer uma exceção para o senhor Dumas: assinais tudo e não cuidais de nada. O dinheiro é mais importante aos vossos olhos do que uma série de outras considerações. [...] Ou seja, entendamo-nos bem, os fabricantes. Você deve supor que, para Dumas, a colaboração representa o resto, o fazer nada, o doce prazer, o sofá de uma amante, o desarrolhar de um champanhe, as máscaras bonitas, a viagem publicada nos jornais, as alegrias de Florença, compras na Suíça, bifes de urso e uma série de coisas graciosas, de que ele não teria a felicidade de desfrutar se, um por um, ele não tivesse confiado aos outros a realização da obra prima. Deus descansou no sétimo dia da criação. Por conseguinte, passem rapidamente às obrigações, aos senhores Anicet, Durieu, Brunswick, Cordelier-Delanoue, Goubaux et Beudine, Maquet, Dennery, todos os fiéis do meu ateliê teatral. [...] Essa longa e dolorosa história da nossa literatura moderna pode ser resumida em uma palavra, DINHEIRO". (Tradução livre).

por poucos, que guardavam para si todos os privilégios. Repelido mais uma vez, decide escrever uma carta a Émile de Girardin, diretor do jornal La Presse, pedindo-lhe que fechasse as portas para Dumas e toda sua fábrica, uma vez que tratava-se de um mercantilismo vergonhoso. Sua sugestão era que franqueasse espaço para jovens promissores, fazendo alusão a si mesmo, no entanto, Girardin respondeu-lhe que o público queria Dumas e que ele o manteria. Essa última resposta desencadeou em Mirecourt ódio suficiente para escrever sua crítica, que tornou-se bem articulada por ter tido a confidência de colaboradores insatisfeitos. Ela teria sido até válida se não fosse o fato de Mirecourt ter demonstrado sua má-fé insultando Dumas com palavras vulgares (MAUROIS, 1959, p.184). Começou falando de sua origem e elencou, de modo pejorativo, o quanto Dumas tinha de marquis e de nègre. O marquis que é de conhecimento de todos, diz ele, está longe da epiderme de Dumas, o qual desempenha seu papel de marquis em público e deixa o de nègre traí-lo na intimidade (MIRECOURT, 1845, p.17-18). Além disso, atacava a vida privada dele, zombando de Ida Ferrier, seu affair da época, e preocupou-se também em expor um cálculo matemático para demonstrar a impossibilidade de Dumas escrever tanto.

> Vous avez publié TRENTE-SIX volumes dans le cours de l'année 1844, monsieur Dumas, et, pour l'année 1845, vous em annoncez le DOUBLE. Eh bien, nous allons fair ele simple calcul que voici: Le plus habile copiste, écrivant douze heures par jour, obtient à peine 5,900 lettres à l'heure, ce qui lui donne, as journée finie, 46,800 lettres, ou 60 pages ordinaires de roman. Donc il pourra copier cinq volumes inoctavo par mois et soixante par an, mais à condition qu'il ne s'arrêtere pas une heurre et ne perdra pas une seconde. (MIRECOURT, 1845, p.48) [2].

Todos sabiam e contribuíam para o crescente comércio literário denunciado por Mirecourt, porém, sua argumentação foi tão violenta que o efeito de denúncia desapareceu, dando espaço a um elenco de comentários concordantes a favor de Dumas. Esse também foi o caso de Balzac, que, não tendo um ótimo relacionamento com Dumas, poderia ter-se entusiasmado com o julgamento. Contudo, vemos em suas palavras não uma total reprovação à denúncia e sim à forma como ela foi articulada. Ele escreveu: "Deram-me o panfleto Dumas & Cia. É ignobilmente estúpido, mas é tristemente verdade. E como, na França, acredita-se mais facilmente numa calúnia espirituosa que na verdade estupidamente articulada, isto pouco mal causará a Dumas." Não foi só aos leitores e colegas de Dumas que essa crítica causou repugnância, mas também aos tribunais. Mirecourt foi condenado a quinze dias de prisão e a publicação da sentença nos jornais fez com que ele ficasse desacreditado no meio literário por um tempo. Para piorar sua situação, em 1857, um certo Rochefort, sob o título de Eugène de Mirecourt & Cia, por um associado, afirma que o autor também se utilizava de colaboradores, sendo ele próprio um deles, e ironicamente

[2] "O senhor publicou TRINTA E SEIS volumes durante o ano de 1844, Senhor Dumas, e para o ano 1845 anuncia o DOBRO. Bem, vamos fazer um simples cálculo: o mais hábil copista, escrevendo doze horas por dia, mal escreve 5900 letras por hora, dando ao final do dia 46800 letras ou 60 páginas de um romance comum. Portanto, ele vai copiar cinco volumes in-octavo [formato de uma folha de impressão dobrada em oito partes] por mês e sessenta por ano, desde que ele não pare por uma hora e não perca um segundo.". {Tradução livre}

argumenta que pagava pior que Dumas, mas essa é outra história. Para confundir mais as ideias de Mirecourt, Auguste Maquet partiu em defesa de Dumas (MAUROIS, 1959).

Auguste Maquet, em 4 de março de 1845, escrevera uma carta a Dumas dizendo-lhe que dispensava a inserção de seu próprio nome nos escritos que fizeram juntos:

> Declaro renunciar, a partir desta data, a todos os direitos de propriedade e de reimpressão sobre as obras seguintes, que juntos escrevemos, a saber: O Cavaleiro de Harmental; Silvanira; Os Três Mosqueteiros; Vinte Anos Depois; O Conde de Monte Cristo; A Guerra das Mulheres; A Rainha Margot; O Cavaleiro de Maison-Rouge, considerando-me definitivamente e devidamente indenizado por ti, de acordo com o que verbalmente convencionamos. Guarda essa carta, caro amigo, para mostra-la aos herdeiros ariscos e dizer-lhe claramente que, enquanto vivi, sentia-me muito feliz e muito honrado de ser colaborador e amigo do mais brilhante dos romancistas franceses. Que ele faça como eu. (D'ALMÈRAS apud MAUROIS, 1959, p.184).

Mais tarde, quando a carta tornou-se pública, durante a briga de Maquet e Dumas na justiça, pois aquele pedia uma soma exorbitante por direitos autorais, o primeiro afirmou ter sido a carta arrancada dele a contragosto. Contudo, suas alegações não foram completamente aceitas: a Justiça determinou o pagamento de royalties suplementares, mas negou-lhe a assinatura de coautoria (DUMAS,2012).

Anos antes, Dumas tivera problemas parecidos também com o escrito A Torre de Nesle, peça que foi publicada em 29 de maio de 1832. "Dès 1831, Frédéric Gaillardet avait revendiqué davant les tribunaux – qui lui donnèrent saticsfacion – la propriété de la Tour de Nesle que Dumas s'etait contenté de retoucher et de signer" (D'ALMÈRAS,1929, p. 46) [3]. Há indícios de que dessa vez Dumas não estava interessado na autoria, apenas tinha pedido que ganhasse seu dinheiro em proporção à fama da peça, quem quis colocar seu nome foi Harel, que considerava que o nome Dumas poderia trazer mais pessoas e consequentemente mais dinheiro, por causa de seu sucesso com Henrique III e sua corte. Contudo, Dumas, mais tarde, quando tudo já tinha passado e os pequenos jornais não colocavam mais em dúvida a autoria, acabou apropriando-se da obra, e em suas memórias, apenas comenta o sucesso que teve. Porém, na época, ainda no início da carreira de Dumas, esse ocorrido tivera uma desagradável repercussão. Agravando esse episódio, mais tarde, no Journal des Débats, Granier de Cassagnac acusou Dumas de ter imitado Schiller, Goethe e Racine e de ter buscado inspiração para sua peça Cristina, no quinto ato de Hernani, da peça de Victor Hugo, Maria Tudor. Dumas escreveu uma carta a Hugo, dizendo-lhe que foi este último quem pediu para que Cassagnac escrevesse esse artigo, e acusou-o de conhecer bem aquele texto. Hugo não defendeu-se, mas Cassagnac o fez novamente, em novo artigo (MAUROIS, 1959, p. 132-138). Além disso, em 1843, Louise Loménie e Sainte-Beuve denunciaram a literatura

[3] "Em 1831, Frédéric Gaillardet reivindicou junto aos tribunais – que acataram seu pedido – a propriedade de *A Tour de Nesle*, que Dumas tinha se contentado em editar e assinar." (Tradução livre).

industrial, sem deixar de lado o nome Dumas. Loménie escreveu:

> Atingido por esse deplorável contágio de industrialismo, praga da época, o Sr. Dumas, podemos e devemos dizê-lo, parece devotado de corpo e alma ao culto do bezerro de ouro.(...) É fisicamente impossível que o Sr. Dumas escreva ou dite tudo o que surge – por ele assinado. (LOMÉNIE apud MAUROIS, 1959, p. 184).

Mirecourt também equivocou-se ao dizer que apenas Dumas utilizava-se de colaboradores, pois muitas vezes os escritores compartilhavam entre si os mesmos, como foi o caso de Félicien Mallefille de Dumas com George Sand ou Paul Meurice e Auguste Vacquerie com Victor Hugo ou Balzac, que teve vários enredos para suas obras dados ou sugeridos – como é o exemplo de Beatrix –, por George Sand (MAUROIS, 1959, p. 186). Dumas não falará disso em suas memórias, porém, alega em sua defesa: "Meu maior desejo é ilimitado; minha aspiração primeira é sempre pelo impossível. Como faço para realizá-lo? Trabalhando como ninguém trabalha, cortando da vida todas as suas pequenezas, roubando ao sono" (MAUROIS, 1959, p. 182).

E o que Dumas pensava sobre isso? Por mais que ele não tenha dado muita importância às acusações, sempre mostrou importar-se com os títulos e as definições atribuídas não só à sua pessoa, mas principalmente ao Dumas hommes de lettres. Aquele desejo de ser conhecido, reconhecido e exaltado o fez buscar, em 1840/1841, a Academia Francesa para a ela ser eleito. Dumas ficou bastante agitado para conseguir esse intento e isso fez com que outros o criticassem, como, por exemplo, Jules Janin ou Sainte-Beuve, que nunca negaram as habilidades do autor, mas não o consideravam um Victor Hugo. Este último foi eleito em 1841 pela Academia, deixando Dumas desapontado, afinal, ele não se via diferente de Hugo. Não queria apenas ser famoso, era necessário ser reconhecido ao mesmo patamar, ou acima, de seu amigo/inimigo Hugo. Havia, por parte do literato, uma admiração banhada a competição por esse último. Dumas esforçou-se e esperneou, mas nunca conseguiu obter o respeito que Hugo obtivera em vida.

"A eleição de Victor Hugo permitia a toda geração romântica alimentar esperanças" e Dumas também as alimentou enquanto questionava a demora de sua eleição. O próprio Hugo pensava que "[a]s Academias, como todo o resto, pertencerão à nova geração. Enquanto ela espera eu serei a brecha viva por onde hoje penetram essas ideias e por onde esses homens entrarão amanhã". Eram esses homens "Vigny, Dumas, Balzac e mesmo seu inimigo Sainte-Beuve, pois tinha uma grandeza de alma". Ao contrário dos demais, Dumas só estava preocupado consigo próprio (MAUROIS, 1959, p. 159). Assim, desde 1839 ele reclamava a François Buloz, diretor da Revue des Deux Mondes, revista na qual publicava suas impressões de viagem, sobre essa demora: "Fala, pois, de mim, na revista, para a Academia e pergunte a si mesmo como é que não estou entre os seus membros quando já Ancelot se candidata". Em 15 de janeiro 1841, volta a escrever: "Fala um pouco de mim nas suas crônicas para a Academia. Não faço parte dela mas quero que estranhem esse fato" (MAUROIS,1959). Não contente o bastante, após a eleição de Hugo, Dumas entra em contato

com Nodier para alertá-lo da incoerência da Academia e para pedir-lhe um auxílio:

> Julgas que neste momento eu teria possibilidade de entrar para a Academia? Hugo entrou. Se todos os seus amigos fôssem mais ou menos meus amigos também... Se notares que a coisa ganha alguma consistência, sobe a Tribuna da Academia e dize em meu nome, a teus veneráveis confrades, que eu gostaria de figurar entre eles... Enfim, dize a meu respeito tudo o de bom que pensas e mesmo aquilo que não pensas. (MAUROIS, 1959, p.160).

Na verdade, nunca conseguiu entrar para a Academia, nem mesmo Balzac, seu segundo maior rival, mas os interesses eram diferentes, como também as atitudes. Contudo, havia aqueles que defendiam Dumas, como é o caso do Visconde de Launay, pseudônimo de Delphine de Girardin escritora e esposa de Émile de Girardin diretor do jornal La Presse:

> É, pois, inconveniente ser famoso? – perguntava encolerizada Delphine de Girardin. – Por que os talentos famosos tem tanta dificuldade para entrar? É pois um crime ter direitos? ... Balzac e Alexandre Dumas escrevem de quinze a dezoito volumes por ano e isto é imperdoável. “Mas os romances deles são excelentes. – Não é desculpa. São muito numerosos. Mas têm um êxito louco! – Um defeito a mais: eles que escrevam apenas um, bem pequenino, medíocre, que ninguém leia. Então, veremos”. Uma bagagem muito grande é um empecilho. Na Academia o lema é o mesmo do jardim das Tuileries: não se deixa entrar os que levam embrulhos muito grandes... (MAUROIS, 1959, p.160)

Na verdade, a Academia Francesa assustou-se com o “escândalo”, Dumas, era conhecida sua vida agitada e extrema e ele vivia no limite em todos os aspectos, principalmente aqueles das relações pessoais e econômicas, pois gastava mais do que ganhava, e não ganhava pouco. Os indivíduos pertencentes aos órgãos oficiais consideravam-no agradável, mas não sério o suficiente para ter o prestígio de representar a Academia. Esse acontecimento foi, de certo modo, uma derrota para Dumas, que, em 1860, já se sentia distante do meio literário francês e, principalmente, daqueles ilustres escritores. No entanto, nunca deixou de lutar pelo prestígio que considerava merecer (MAUROIS, 1959, p.160).

Não foi só Mirecourt, Leménie ou Sainte-Beuve que tiveram essa dúvida quanto à autoria, ela nos veio também quando colocamos como objetivo estudar a circulação da obra Mémoires de Garibaldi (1860). Nesse sentido, acabamos por fazer uma “revisão do papel do indivíduo (iluminado – senhor de si) como autor dos discursos”. Entra em questão, então, a preocupação com a subjetividade que se estende do autor ao personagem. (CAVALHEIROS, 2008, p. 69).

Garibaldi escreve e Dumas comenta e publica: essa declaração, escrita na capa do livro, parece querer tirar qualquer dúvida quando ao processo de composição da obra.

Contudo, uma análise mais atenta mostrará que a relação entre os dois e os escritos é um pouco mais complexa. Há todo um cenário que favoreceu o andamento da publicação do livro, a começar pelo fato de que Garibaldi entregava, sempre que podia, seu manuscrito para ser publicado por alguém. Não parece ser uma atitude diferente daquela dos colaboradores de Dumas. Poderíamos até escrever que Garibaldi foi um deles, uma vez que isso teria possibilitado, à época, que Dumas escrevesse e publicasse muito sobre a Itália.

No meio a esse emaranhado de acusas e defesa, a pergunta que fica é: quem é o autor? Mesmo que agora queiramos definir que é Dumas, resta ainda a pergunta quem é o autor/Dumas? E a elas se adicionam outras: importa quem é o autor? O autor morreu? E, por fim, "o que é um autor?".

Diríamos, inicialmente, que o autor é uma figura "exterior e anterior ao texto", pelo menos em aparência, visto que essa escrita é dominada, inicialmente, por duas regras que abarcam dois grandes temas, a saber: o tema da morte e o tema da expressão. O primeiro conferiria imortalidade ao autor ou adiaria a morte, enquanto o segundo articula-se entre dois extremos que vão do texto diz tudo ao leitor diz tudo. Sem embargo, esta seria uma argumentação mínima para o tema (CAVALHEIROS, 2008, p.70). Contudo, antes de começarmos esta discussão, é importante dizer que não foi sempre na história que se teve uma preocupação constante com o autor, essa começou a surgir a partir do momento em que se principiou a pensar os privilégios do indivíduo e a sua contenção.

No período de Dumas até mesmo a nomenclatura modificava-se constantemente, por conta das novas discussões. Geralmente os homens de letras eram designados como génie ou poète, o primeiro "dando ênfase ao caráter sagrado da prática", o segundo, "partindo da poesia como fonte primordial de inspiração". Victor Hugo era frequentemente denominado pelos dois nomes. Balzac, contudo, não referia-se a esses dois termos a não ser de forma irônica, como, por exemplo, para definir alguma personagem vaidosa; prefere a palavra historien e às vezes emprega a palavra auteur quando quer falar da comercialização de seus livros e não do processo criativo. De forma geral eram designados hommes de lettres, mas, em 1839, o termo utilizado era gens de lettres, que, se antes expressava uma bajulação, logo em seguida passou a ser usado de "modo ridicularizante" (MENDES, 2008, p.03).

Se até meados do século XIII não existia a preocupação em definir a figura do autor, a partir do século XIX isso se torna uma preocupação constante, mesmo que não seja comparável com a que temos nos dias de hoje. Da Antiguidade até a Idade Média, não havia preocupação com quem escrevia a obra ou mesmo com quem a publicaria, existia uma livre circulação de histórias que estavam à disposição dos processos de criação dos contadores. Eles podiam acrescentar, modificar ou melhorar de acordo com que achavam necessário. O próprio anonimato dava uma ideia de autenticidade da obra, a forte circulação, nesse caso apropriação do texto, dava sua antiguidade e por isso sua autenticidade; interessavam as verdades necessárias no texto para serem aplicadas a compreensão e explicação antes do imortal e depois do cotidiano.

A partir da Idade Média, essa figura sofre modificações. Era necessário saber quem era o autor, estabelecer sua identidade, para poder monitorar os escritos heréticos e assim punir a transgressão. Livros eram queimados e as pessoas podiam até ser condenadas à morte como forma de demonstração, para os demais, da impossibilidade de se voltar contra as autoridades, ou seja, o poder religioso e político, principalmente o primeiro. Mas ainda não existia à época o reconhecimento do direito autoral. (CHARTIER, 2012, p. 49) Há então a Renascença que por uma série de motivos políticos, econômicos e culturais se verifica uma exaltação do indivíduo, que na arte significa rever o papel do autor.

Quando falamos em reconhecimento autoral, que para Foucault está ligado a sustentação e construção da função autor, encontramos duas hipóteses em contraste. Para Foucault ocorreu quando começou-se a definir a propriedade burguesa: "quando se instaurou um regime de propriedade para os textos, quando se editam regras estritas sobre os direitos do autor, sobre as relações autor-editores, sobre as direitos da reprodução etc. Ou seja, no fim do século XVIII e no início do século XIX" (FOUCAULT, 2006, p. 275) que a transgressão que pertencia ao ato de escrever passou a ser um imperativo próprio da literatura. Chartier concorda com Foucault quando diz que o reconhecimento autoral está ligado à construção da função autor, contudo, pontua que a propriedade literária "é no interior da defesa do direito do livreiro editor, e não do autor, que ela se precisa" (CHARTIER, 2012, p. 42). No entanto, esta emergência em definir propriedade não é "a expressão possível de um novo direito burguês, mas um engajamento a serviço da perpetuação de um velho sistema de privilégios" (CHARTIER, 2012, p. 46). Não é a mesma ideia de propriedade que hoje consideramos, que podemos aplicar para a época, até porque durante esse período, a Alta Idade Média, exceto livros das autoridades religiosas, jurídicas ou antigas era de costume escrever livros em conjunto, com vários autores, os conhecidos zibaldone. Outro caso é o exemplo do teatro no qual, o autor era aquele que comprava, organizava e preparava o espetáculo, e não o escritor da peça.

Quando chegamos ao século XIX, a discussão sobre autor ou propriedade autoral não é novidade, porém, um novo sistema de relações econômicas, políticas e culturais está se instaurando e como tudo que faz parte da vida a questão autoral entra em uma nova discussão. Há um florescimento do indivíduo, para Gay (1999), quase uma neurose com o "eu", há uma consciência da ação do homem sobre as coisas, uma nova consciência sobre o tempo e a natureza.

O romantismo associado a esse período não foi só uma revolução literária, e sim uma revolução geral dos valores. Bénichou (2013) fala-nos de um poder espiritual novo, no qual ocorre uma consagração do escritor que se propôs a pensar o mundo com outros olhos e a rever a narrativa sobre ele. Um espírito romântico que perpetuava todos os campos da vida, tanto econômico e político quanto cultural.

> Pour le romantisme, le Poète, chercheur, interprète et guide, est au centre du monde de l'esprit, dont le prête ne détient plus qu'une des versions possible. Telle est la nouveauté qui fait du romantisme le signe d'um

> bouleversement profond.(...) Finalement chaque parti a fait comprendre à l'autre ce que ses vues avaient d'insuffisant, et une sorte d'unité romantique est née, qui a consacré la ruine de l'ancien ordre spiritual et inaugure le nouveau. (BÉNICHOU, 2013, p. 276) [4]

Durante essa nova consagração do escritor, exposta por Bénichou, ocorreu um novo olhar para o escritor, no entanto, esse novo olhar não estava só ligado à questão individual da figura e sim à nova estilística que estava surgindo: o discurso romântico. Este influenciou essa nova ordem do que hoje chamamos de Literatura.

A função autor, pensada por Foucault, caracteriza a circulação e o funcionamento dos discursos nas diferentes sociedades. A marca do autor não é nada mais do que a singularidade da sua ausência, contudo, não há uma morte do autor, já que este preserva sua existência em duas noções: aquela da obra e a da escrita. Na primeira não é possível apagar a figura do autor e deter-se na obra, já que a questão da individualidade é tão complexa quando aquela da obra; na segunda, trata-se do "empirismo do autor, tanto pela necessidade do comentário, quanto pela necessidade de interpretação, respectivamente denominadas, por Foucault, de modalidade crítica e modalidade religiosa" (CAVALHEIROS, 2008, p. 70). Assim, estudar a função autor nos levaria a não só pensar na discursividade apresentada, mas também em sua materialidade, que se dá, por exemplo, pelo estudo de sua produção e de seu cenário, os quais caracterizam o processo que constrói a figura que chamamos autor. Desse modo, ao lado da discursividade, Chartier considera que é de fundamental importância que pensemos na materialidade do discurso, ou seja, no livro. Esses pontos são indissociáveis, bem como a tensão que existe entre "escritor e indivíduo" ou "autor como ficção e o sujeito como ego" (CHARTIER, 2012, p. 63).

Se Foucault estava mais interessando em pensar a questão autor no emaranhado das relações de poder, Barthes (2012), com seu texto A morte do autor, estava preocupado em discorrer sobre a dificuldade de precisar de quem é a voz. Neste sentido ele nos diz que não é o autor quem fala, mas a linguagem, ou seja, o sujeito nunca escreve nada que já não foi dito, a linguagem já está dada e por isso não há uma antecedência entre o escritor e o texto que é eternamente escrito "aqui e agora". (BARTHES, 2012, p. 61) Nesse sentindo o escritor que é sucessor ao autor – "fora ou anterior à linguagem, porque o autor é entendido como sujeito social e historicamente construídos, isto é, um produto do ato de escrever", o qual faz o autor e não o contrário – no ato de escrever anula toda a voz, que é neutra, faz fugir o sujeito fazendo com que se perca toda a identidade, tanto aquela do escritor como aquela da escrita. Diminuindo a instância da autoria encontramos assim o aumento do poder do leitor.

[4] "Para o romantismo, o Poeta, pesquisador, intérprete e guia, está no centro do mundo espiritual, do qual o padre não detém mais que uma das versões possíveis. Essa é a novidade que faz do romantismo o sinal de uma perturbação profunda. [...] Finalmente cada partido [contrarrevolucionário e o liberal] deixou claro para o outro o que seus pontos de vista tinham de insuficiente, e uma espécie de unidade romântica nasceu, que consagrou a ruína da velha ordem espiritual e inaugurou uma nova." {Tradução livre}

> Assim se desvenda o ser total da escritura: um texto é feito de escrituras múltiplas, oriundas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, em paródia, em contestação; mas há um lugar onde essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, como se disse até o presente, é o leitor: o leitor é o espaço mesmo onde se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que é feita uma escritura; a unidade do texto não está em sua origem, mas no seu destino, mas esse destino já não pode ser pessoal: o leitor é um homem sem história, sem biografia, sem psicologia; ele é apenas esse alguém que mantém reunidos em um mesmo campo todos os traços de que é constituído o escrito. (BARTHES, 2012, p. 64).

A escrita, que é executada pelo escritor, mas organizada anteriormente pelo autor, considerando que a linguagem é anterior a este, segundo Barthes, é responsável, este último, pela mistura de escritas, "fazendo uma bricolagem de textos diferentes". Conforme esclarece Joachin Azevedo Neto, "Essa constatação, para Barthes, evidencia a inexistência de nexos entre escrita e vida. O escritor não escreve a partir de suas impressões e sentimentos, mas de imitação de signos já emitidos." (NETO, 2014, p. 155)

Concorda-se com Barthes quanto à ideia de bricolagem de textos diferentes, por exemplo, quando consideramos os escritos de Dumas. Várias vezes ele utilizava-se de textos existentes, muitas vezes reutilizando a sua própria escrita em vários outros livros. Quando vai escrever sobre Garibaldi essa é uma atitude constante; por exemplo, várias partes do livro Montevideo ou une Nouvelle Troie (1850) podem ser encontradas em seu jornal Le Mois (1848-1850) ou mesmo nas Mémoires de Garibaldi (1860). Entretanto, não consideramos que a partir dessa ideia evidenciamos uma inexistência de nexo entre vida e escrita. Mesmo que seja por imitação há eventuais características do escritor que se perpetuam em seus vários livros.

Bakhtin adverte que é assídua a confusão entre autor-pessoa e autor-criador, o primeiro, componente da vida, e o segundo, elemento da obra. O autor-criador é constituinte do objeto estético, é aquele que dá forma. Nessa ação, esse autor já se torna "o outro", é a consciência que abrange a consciência e o mundo da personagem e fornece um acabamento à imagem externa. Esse processo se dá pelo que Bakhtin chamou de excedente de visão estética do autor-criador. (CAVALHEIROS, 2008, p. 72)

> Esse *excedente* da minha visão, do meu conhecimento, da minha posse – *excedente* sempre presente em face de qualquer outro indivíduo – é condicionado pela singularidade e pela insubstitutibilidade do meu lugar no mundo: porque nesse momento e nesse lugar, em que sou o único a estar situado em dado conjunto de circunstâncias, todos os outros estão fora de mim. (BAKHTIN, 2011, p. 21)

A distância concreta de mim (autor) e de todos os outros indivíduos junto ao excedente de visão do autor, condicionada por mim e pela relação com cada um deles

(indivíduos) são superados pelo conhecimento, que "constrói um universo único e de significado geral", totalmente independente "daquela posição única e concreta ocupada por esse ou aquele indivíduo". Não existe, para o autor, uma "relação absolutamente irreversível", um "eu e todos os outros". Há uma relação relativa e reversível para o conhecimento entre o "eu e o outro", "uma vez que o sujeito do conhecimento como tal não ocupa um lugar concreto determinado na existência" (BAKHTIN, 2011, p. 22).

O **excedente** não só torna o **autor-criador** "**o outro**" em relação ao personagem, mas também em relação ao **autor-pessoa**. Foucault dizia que textos do mesmo autor podem conter vários "eus", várias posições-sujeito, o que significa a pluralidade do indivíduo e a sua falta de singularidade, além das posições dos "eus" na apropriação do discurso.

No entanto, para Bakhtin, só é possível ter um acabamento quando o autor-criador regressa a si mesmo. O excedente de visão humana é assim direcionado por uma diretriz axiológica.

Ao começar a escrever o texto Les Garibaldiens (1861), Dumas expõe, por meio de uma diretriz axiológica, mesmo que possa ser de forma inconsciente, o motivo de seu interesse pelo personagem Garibaldi. Isso ocorre porque as lutas pela unificação da Itália fazem com que reviva as injustiças que o pai sofreu naquelas terras, em mãos dos Bourbon, durante as campanhas napoleônicas. Caso ninguém até aquele momento tivesse dado o justo reconhecimento a esse homem, para Dumas ele era um herói e o faria apoiando e lutando, nem que fosse pela caneta, a causa republicana a que o pai tinha tanto apreço.

O **autor-criador** torna-se uma posição axiológica recortada pelo **autor-pessoa**, que, por sua vez, forma uma **voz criadora**. Nesse sentido, encontramos uma **voz criadora** que direciona para um equilíbrio, o autor-pessoa, o autor-criador e a multiplicidade de discursos do indivíduo na sociedade de que faz parte. Transporta assim, para o texto, a linguagem do dia-a-dia, da época, de um grupo social, de um gênero, de uma tendência, etc. Forma e conteúdo estão unidos no discurso, entendido como fenômeno social. (BAKHTIN , 1988, p. 82)

Essa articulação pode ser encontrada, por excelência, no discurso romântico que, diferentemente dos demais estilos, se caracteriza por ser um fenômeno plurilinguístico e heterogêneo, que repousa em planos linguísticos distintos, os quais estão submetidos a leis estilísticas diferentes das anteriores, ancoradas na poiêsis de Aristóteles (BAKHTIN, 1988, p. 72).

> O romance é apresentado como o gênero em que se orquestra esteticamente uma diversidade social de linguagens. O discurso do sujeito falante no romance, resultante de um conjunto múltiplo e heterogêneo de vozes ou línguas sociais, é representado artisticamente pelo próprio discurso do autor-pessoa – aquele que tem a fala refratada. É ele quem direciona todas as vozes alheias e entrega a construção do todo artístico a uma voz criativa. Essa voz, também refratada porque é uma voz segunda, do autor-criador, é uma voz social que ordena o todo estético. (CAVALHEIROS, 2008, p. 76).

O ato de composição do discurso romântico estaria ordenado pelo discurso do próprio autor, os discursos dos narradores, os gêneros intercalados, os discursos das

personagens, em resumo, um romance seria composto por um **plurilinguismo**. O autor-pessoa libera-se de sua própria linguagem deslocando-se para o outro e, consequentemente, para outra linguagem. Sendo assim, o autor reconhece sua própria linguagem com o outro, e, portanto, sua própria visão na visão de mundo do outro. Há, assim, no romance, línguas sociais intercaladas entre as línguas do indivíduo e aquelas do social. A obra Mémoires de Garibaldi torna-se um romance a partir desse plurilinguismo, identificamos em seu corpo o ato de composição que agora a pouco falamos.

É ancorada a esse **plurilinguismo** do texto que ocorre a defesa da instância verdade do escrito. A importância dada ao autor durante o século XIX, bem como a sua consagração, se dava pelo nível de verdade que ele representava.

Em seu livro La Lecture et la vie: les usages do romanau temps de Balzac, Judith Lyon-Caen apresenta-nos o caso de Balzac e Sue, em que a adesão dos leitores ao projeto realista dos romances pode ser compreendida de duas formas: primeiro, tentavam estender, corrigir e influenciar o romance, processo feito muitas vezes por meios epistolares; segundo, utilizavam o esquema romântico para descrever o real, apropriando-se de palavras e situações expostas em um romance para seu próprio mundo e, logo, "tratam a ficção como um instrumento pertinente de desvelamento da realidade social"(CAEN-LYON, 2006). O autor, por sua vez, se apropriava de histórias sociais as quais ele dava um toque de estilo social e pessoal. Era importante para o autor, como também para o escritor, a proliferação de "eus" ao mesmo tempo em que se queria definir o próprio "eu". O colaborador, nesse sentido, ajudava não só materialmente o autor, mas também lhe possibilitava recorrer a mais visões possíveis, aplicáveis à composição da obra no social.

Desse modo, não podemos, como nos explica Dosse, separar o estudo do indivíduo do seu pensar, ou seja, da sua produção literária. Deve-se considerar cada escrito do autor mesmo que isso não signifique definir um todo por meio deles, pois nem mesmo pela própria biografia é possível fazer isso. É necessário que se estabeleça um equilíbro. "O existir e o pensar devem ser retomados juntos em seus respectivos recortes, numa abordagem que não dependa nem do internalismo nem do externalismo, mas enfatize, a fim de funcionar como ponte entre esses dois polos, aquilo que os psicanalistas chamam de atenção flutuante ao sujeito biográfico" (DOSSE, 2009, p. 369).

Torna-se inevitável, ao estudarmos obras do século XIX, a relação dos autores com o mundo que os circunda. Há, nesse momento, uma formulação de um eu coletivo singular, ao qual se aplica a afirmação, corriqueira, de que "tudo neste mundo é revolução", que caracteriza também o reconhecimento de uma nova afirmação de consciência que decorre na ação do homem no tempo, um novo espaço de experiência se relaciona com um novo horizonte de expectativa. O progresso buscado continuamente pela ação da aceleração se faz sentir também no meio literário e, nesse sentido, o indivíduo e a sociedade estão em contínua revolução.

Dumas e Garibaldi fazem parte disso e, portanto, não podem ser excluídos dessa revolução. Há uma contínua ebulição entre os "eus" de si mesmo e os "eus" do mundo a sua

volta. Sendo assim, não encontramos, na obra Mémoires de Garibaldi, apenas um "eu", e sim uma multiplicidade transferida aos nossos olhos por uma multiplicidade de linguagens. O **autor-criador** estaria divido entre vários que se estabelecem, antes, pela pena de Garibaldi e, depois, pela de Dumas.

Artigo recebido em 05 jun. 2017.
Aprovado para publicação em 24 ago. 2017.

Referências

D'ALMÈRAS, Henri. *Alexandre Dumas et les Trois Mousquetaires*. Paris: Societé Français d'éditions littéraires et techniques, 1929.

BAKHTIN, Mikhail. O autor e a personagem na atividade estética. In: _____. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011, pag. 03-192.

_____. O discurso no romance. In: _____. *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do Romance*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1988, pag. 71-210.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: _____. *O Rumor da Língua*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012, p.57-64.

_____. Da obra ao texto. In: _____. *O Rumor da Língua*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012, p.65-75.

BÉNICHOU, Paul. La révolucion romantique. In: _____. *Le Sacre de L'Écrivain*:1750-1830. Paris: Gallimard,2013, p.275-352.

CAVALHEIROS, Juciane S. *A concepção de autor em Bakhtin, Barthes e Foucault*. Londrina: Signum Estud. Ling., n.11⁄2, 2008, p.67-81.

CHARTIER, Roger. *O que é um autor*? Revisão de uma genealogia. São Carlos: EdUFSCar, 2012.

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico*: escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DUMAS, Alexandre. *Mémoires de Garibaldi*. Paris: Michel Lévy frères,1860. Vol.I-II.

_____. *Le Mois* (1848-1850). Montréal: Éditions Le Joyeux Roger,2016.

_____. *Les Garibaldiens*: Révolution de Sicile et de Naples. Paris: Michel Lévy

frères,1868.

_____. *Montevideo ou une Nouvelle Troie*. Montréal: Éditions Le Joyeux Roger, 2013.

_____. *O Conde de Monte Cristo*. Rio de Janeiro: Zahar,2012.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor?. In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Estética*: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p.264-298.

GAY, Peter. *O coração desvelado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GARIBALDI, Giuseppe. *Memorie Autobiografiche*. Firenze: G. Barbera, 1888.

LYON-CAEN, Judith. Vérité romanesque et réalité sociale. In: _____. *La Lecture et la Vie*: les usages du roman au temps de Balzac. 2006.

MENDES, Maria L. D..No limiar da História Memória: Um estudo de Mês Mémoires, de Alexandre Dumas. São Paulo: USP. p.1-321,2007.

_____. A voz do escritor romântico: as Mémoires de Alexandre Dumas. In: *Revista Travessia*: Educação, Cultura, Linguagem e Arte. Florianopolis: Unioeste. ed. 03, 2008.

MIRECOURT, Eugène. *Fabrique de Romans*: Maison Alexandre Dumas et Compagnie. Paris: Chez tous les Marchands de Nouveautés, 1845.

MAOUROIS, André. *Os três Dumas*. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1959.

MORAND, Altéve. *Eugène de Mirecourt et les contemporaines*: etude et réfutation. Paris: Ch.Nolet, 1855.

NETO, Joachin A.. A noção de autor em Barthes, Foucault e Agamben. In: *Floema*. Itapetinga: UESB. Ano VIII, n. 10, 2014, p. 153-164.

A Diáspora Negra e a presença de africanos escravizados em Itapemirim – ES (1860-1870)

Laryssa da Silva Machado [1]

The Black Diaspora and the presence of Africans enslaved in Itapemirim-ES (1860-1870)

http://dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.69652

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Professora Efetiva da Rede Municipal de Educação de Marataízes – ES. E-mail: assyrall@gmail.com.

Resumo:

Este trabalho pretende relacionar a Diáspora Negra à presença de africanos escravizados em Itapemirim-ES, entendendo que estes estudos contribuem para os novos trabalhos da historiografia brasileira e para o movimento que estuda a Diáspora Africana, uma vez que procura revelar a existência de africanos escravizados em Itapemirim. De fato, muitas questões continuaram obscuras, mas é certo que havia africanos nas escravarias capixabas e itapemerinenses que, como será demonstrado, era uma das principais regiões econômicas capixabas no século XIX. Estes dados podem ser observados através da análise de registros de óbitos e batismos de escravos de Itapemirim, que apresentam um número significativo de africanos, revelando que esta região era ponto de chegada de muitos dos que vieram da África.

Palavras-chave: Diáspora Africana, Escravidão em Itapemirim, Registros Eclesiásticos, Africanos, Africanos escravizados.

Abstract:

This work intends to relate the Diaspora Negra to the presence of enslaved Africans in Itapemirim-ES, understanding that these studies contribute to the new works of Brazilian historiography and to the movement that studies the African Diaspora, since it seeks to reveal the existence of Africans enslaved in Itapemirim. In fact, many questions remained unclear, but it was certain that there were Africans in the Capixabas and Itapemerinenses slaves, which, as will be shown, was one of the main economic regions of the state in the nineteenth century. These data can be observed by analyzing Itapemirim slave deaths and baptisms, which show a significant number of Africans, revealing that this region was the point of arrival for many of those who came from Africa.

Keywords: African Diaspora, Slavery in Itapemirim, Ecclesiastical Records, Africans, Enslaved Africans.

Introdução

A historiografia nos últimos anos vem sofrendo uma série de alterações em seus estudos, em várias áreas incluindo a escravidão. A partir da década de 1970, novas pesquisas foram sendo realizadas no Brasil e em outros países, utilizando fontes antes descartadas, tais como "livros tombo, livros paroquiais de registros de nascimento, de batismo, de matrimônio e de óbitos; inventários e testamentos *post-mortem*, listas de escravos, cartas e registros de alforrias, entre outros" (FILHO, FILHO, 2012, p.2). Com essas novas fontes, a vida cotidiana dos homens e mulheres escravizados e suas relações sociais foram sendo descobertas e analisadas. Segundo Hebe Mattos

> A partir dos debates historiográficos abertos pelas novas pesquisas sobre a história social da escravidão no período colonial, destaco, portando, uma renovada preocupação com a historicidade dos processos, que empresta novos significados à história política em sentido estrito. Sem voltar ao velho historismo de problema único: o surgimento da nação entendido como construção essencializada, cada vez mais a dinâmica histórica dos processos estudados e a explicitação da questão formulada pelo historiador torna-se elementos chaves a possibilitar um denominador comum às discussões historiográficas. (MATTOS, 2014, p.85)

Inúmeros trabalhos inovadores, produzidos a partir da década de 1970, trazem novos aspectos da sociedade colonial brasileira a partir dos estudos sobre a expansão e governabilidade do Império português e sobre a escravidão, destacando a Diáspora Africana no Atlântico. Outros autores como Manolo Florentino e João Fragoso, em suas pesquisas romperam o paradigma metrópole-colônia a respeito do tráfico de escravos, uma vez que, quem o controlava eram comerciantes sediados na colônia e o comércio era realizado diretamente com a África[1]. Além disso, a pesquisa de Florentino e José Roberto Góes sobre família escrava no Rio de Janeiro[2] e o trabalho sobre o mesmo assunto em Campinas-SP de Robert Slenes[3] são importantes quebras de paradigma no assunto.

Para Florentino e Góes, "as estratégias senhoriais deveriam ser, antes de tudo, políticas. A política escravista não pode ser resumida aos custos econômicos da manutenção de um aparato de vigilância sobre os cativos [...] e não permite construir legitimamente um problema teórico relevante." (FLORENTINO, GÓES, 1997, p.30). Assim, os estudos que polarizam a relação senhor-escravo acabam por não contemplar todos os pormenores desta relação. Importante destacar que, como afirma Slenes "os novos estudos não amenizam nossa visão dos horrores da escravidão [...] Apenas devolvem ao escravismo sua "historicidade" como sistema construído por agentes sociais múltiplos, entre eles senhores e escravos." (SLENES, 2011, p.54)

[1] MATTOS, 2014, p.79-82.
[2] FLORENTINO, M., GÓES, J. R. *A paz das senzalas:* famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
[3] SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor* – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Campinas,SP: Editora da Unicamp, 2011.

Seguindo essa mesma linha, Maria de Fátima Gouvêa vai destacar as redes existentes dentro do Império português. Segundo ela, essas novas pesquisas realizadas revelam a importância das conexões entre grupos de traficantes espalhados nos vários territórios imperiais.

> O tráfico de escravos e a escravidão foram revisados, percebendo-se a importância das conexões que articulavam grupos traficantes espalhados por diferentes áreas do império português, bem como o perfil demográfico das levas de escravos africanos chegando a América portuguesa. Novos olhares possibilitaram também perceber o papel ativo desempenhado pelos escravos na conformação da sociedade colonial, através de diferentes formas de resistência e interação dos escravos com os demais grupos sociais que habitavam as áreas coloniais. (GOUVÊA, 2010, p.159-160)

Essa revisão historiográfica fez com que pesquisas sobre escravidão utilizando o novo conjunto de corpus documental fossem desenvolvidas em todo o Brasil. Não apenas regiões que se destacaram economicamente no período colonial e imperial, mas outros locais com economia voltada para o abastecimento interno, sem o devido destaque político/econômico, começaram a ter suas escravarias pesquisadas. O Espírito Santo é um exemplo disso. Apesar de ter sido uma das quinze primeiras Capitanias Hereditárias, muitas lacunas na historiografia ainda existem, sofrendo um impulso produtivo com a criação dos cursos de pós-graduação da Universidade Federal do Espírito Santo nos respectivos anos: em 2003 é criado o curso de mestrado e em 2011 o curso de doutorado[4]. Trabalhos sobre escravidão vêm sendo desenvolvidos pelo grupo liderado pela Prof.ª Dr.ª Adriana Pereira Campos, docente desta academia, revelando detalhes do cotidiano escravo em várias regiões capixabas.

Este trabalho se enquadra nesse perfil, uma vez que pretende analisar a presença de africanos escravizados em Itapemirim-ES na segunda metade do século XIX, utilizando como fonte os livros de registro de batismo e óbito de escravos da Paróquia Nossa Senhora do Amparo em Itapemirim. Através destes registros pode-se perceber a presença de africanos entre as escravarias, uma vez que os párocos, ao realizarem os registros, geralmente colocavam tal observação. Compreendem então um corpus documental na busca por resgatar parte da história afro-brasileira.

O próprio termo “Diáspora Africana” ou “Diáspora Negra” foi elaborado e passou a ser utilizado nas últimas décadas, como será demonstrado em pesquisa bibliográfica neste trabalho. Essa mudança na historiografia mundial dinamizou as relações e revelou as redes existentes na história que por muito tempo foram ocultadas. Assim, personagens que por séculos ficaram sem voz, como o caso dos escravos, passaram a ser agentes da história, tendo suas relações e estratégias reveladas.

A Diáspora Africana: imigração forçada e violenta de um continente para o outro

[4]Disponível em: <http://www.historia.ufes.br/pos-graduacao/PPGHIS/hist%C3%B3rico>

Quando se pensa em imigração relaciona-se a ideia àqueles povos que, por problemas enfrentados como guerras, crises financeiras e políticas, dentre outros, resolveram sair de seu território. Mas esquece-se de uma série de imigrações forçadas que aconteceram ao longo da história. A vinda dos africanos para a América é um exemplo deste tipo de imigração. Por isso, historiadores e representantes do movimento civil negro passaram a utilizar o termo "Diáspora Africana" ou "Diáspora Negra" para se referirem a vinda forçada dos africanos para trabalharem como escravos.

Muitos trabalhos têm sido desenvolvidos nos últimos anos relacionados a essa questão. Como destaca Nei Lopes, na Nota do Autor da "Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana", os trabalhos acadêmicos sobre o negro que foram realizados no passado, abordavam o ponto de vista da ciência, da criminologia e da psiquiatria forense, ramos da medicina legal. Após essa fase, outros trabalhos passaram a ser produzidos, onde o negro era mera estatística, salvando raras exceções, sendo estes trabalhos demográficos ou trabalhos com fontes seriais, sem analisar as peculiaridades e especificidades de cada caso. Este trabalho utilizará dados seriais para demonstrar a presença dos africanos no Espírito Santo e em Itapemirim, região sul dessa antiga Capitania Hereditária e Província e atual estado, porém observando e analisando as especificidades da região. Sobre essa nova produção acadêmica, que abrange os trabalhos sobre a diáspora africana, afirma Nei Lopes:

> Felizmente, entretanto, o novo século já vê a antítese dessa figura. Trata-se do intelectual negro militante, que, tendo também tido acesso aos bancos acadêmicos, combate o racismo com números, fundamentando sua luta em pesquisas quantitativas sobre a desigualdade de fundo etnorracial. Por meio desse novo perfil, os negros começaram a falar em seu próprio nome, dispensando intermediários, sejam eles os "especialistas" como os do perfil antes visto, sejam os sociólogos e antropólogos do poder hegemônico (LOPES, 2011, p.18).

O que se percebe com esta fala é o empoderamento de intelectuais negros e o impacto de sua produção acadêmica, discutindo a "Diáspora Africana", termo este que passou a ser utilizado como uma luta antirracismo, uma maneira de firmar o negro em seu lugar na sociedade, tirando dele o estigma de inferioridade da escravidão. Tavares destaca que o termo é algo que veio para ficar, referindo-se a comunidade global, conceito este ambíguo, já que se refere a uma multiplicidade de experiências de inúmeros fragmentos populacionais. Tal conceito faz alusão a Diáspora Judaica, que levou os judeus a se espalharem pelo mundo, evento semelhante ao ocorrido com os africanos, com a diferença que estes foram retirados de seu continente para serem trabalhadores escravizados.

> Do mesmo modo, o conceito diáspora passou a ser utilizado por religiosos, ativistas e intelectuais ligados às tradições africanas e à luta antirracista. Assim, também como os judeus, os descendentes de africanos espalharam-se pelo mundo. Contudo, a marcante diferença encontra-se no fato de que estes o fizeram, sobretudo, de modo compulsório e como resultado da escravidão. Uma vez instalados em quaisquer dos continentes, por mais que

> as tradições fossem represadas ou aniquiladas, os descendentes de africanos davam início a um processo de criação, invenção e re-criação da memória cultural dos laços mínimos de identidade, cooperação e solidariedade. Com esta rede de interação, as múltiplas culturas africanas, que se espalharam pelo mundo, preservaram visíveis traços das inúmeras comunidades étnicas a que pertenciam, sendo os mais marcantes aqueles manifestos por meio da força do ritmo musical, dos movimentos assimétricos na dança, na culinária e nas sabedorias de cura extraídas da fauna e da flora tropical (TAVARES, 2008/2010, p.81).

Essa rede de interação da cultura africana, como citado por Tavares, não diz respeito apenas às questões culturais. As produções acadêmicas sobre a diáspora também estão acontecendo em rede. Heywood destaca que, desde a década de 1960, muitos estudos surgiram tratando as questões culturais e políticas envolvendo o tema, principalmente nos Estados Unidos e também no Brasil. A partir da década de 1990, trabalhos enfatizando linguística comparativa, religião, política, arqueologia, música e nas tradições da arte performática ganharam destaque, mudando o foco dos estudos produzidos, que antes abordavam apenas as questões políticas e econômicas. “As contribuições mais estimulantes concentram-se na África e no papel dinâmico desempenhado por escravos nascidos na África, na criação e desenvolvimento de culturas afro-diaspóricas nas Américas.” (HEYWOOD, 2008, p.17)

Outro tema que ganhou destaque nesse período e dentro dessa ideia de Diáspora foi o conceito de crioulização, muito estudado nos últimos anos. Price, em seu artigo “O Milagre da Crioulização”, vai destacar que, tal assunto ainda gera muitas controvérsias, já que muitos trabalhos produzidos estão carregados de ideologia. Esse conceito vem sendo interpretado do ponto de vista linguístico, porém, depende da história para que seja investigado o contexto sociocultural. “No cômputo final, é só quando as narrativas rivais se confrontam e são cuidadosamente cotejadas que podemos começar a elaborar as razões para dar maior crédito a esta ou àquela. Não temos muita escolha senão continuar a lavrar os campos” (PRICE, 2003, p.411).

Outro autor que vai escrever sobre o assunto é Hall, criticando muitos trabalhos que pretendem falar sobre crioulização, mas que, segundo ele, são superficiais e incompletos. Este conceito, conforme apresenta em seu artigo, “África e africanos na diáspora africana: os usos de bancos de dados relacionais”, varia de acordo com os autores. A versão mais recente foi elaborada por Linda Heywood e John Thornton, de que a geração que moldou as culturas “crioulas” era formada por africanos católicos e europeizados da região centro-ocidental da África. Ele vai destacar a importância do uso dos bancos de dados históricos como importantes fontes para tais pesquisas, uma vez que “são ferramentas magníficas e inovadoras”. Eles podem integrar uma imensa quantidade de dados objetivos e detalhados em padrões amplos, permitindo análises relacionadas a um determinado intervalo de tempo e a um específico lugar” (HALL, 2010, p.320)

Hall, diferente de Lopes, citado anteriormente, vê nos bancos de dados e nas pesquisas estatísticas uma maneira de estudar e conhecer um determinado lugar e tempo

específico. Assim sendo, pesquisas que falam sobre os temas relacionados à Diáspora Africana são atuais e necessários. Conectar trabalhos de diversas regiões no mundo a essa rede de informações é importante para que peças do quebra-cabeça da diáspora negra sejam encontradas e encaixadas. O presente trabalho tenta demonstrar, através dos registros eclesiásticos de batismos e óbitos de Itapemirim-ES, a presença de africanos entre a população escrava desta região, podendo ser configurado como uma das peças deste grande quebra-cabeça. Muitos ainda são os temas e questões a serem pesquisados e questionados. Conforme demonstra Heywood

> A grande questão que ainda requer atenção, todavia, é saber em que medida a origem cultural africana e as noções de etnia e identidade orientaram as culturas escravas afro-diaspóricas e americanas. A questão divide a comunidade acadêmica. Um grupo de estudiosos argumenta que as sociedades africanas eram tão fragmentadas e que o impacto do comércio escravo e a agricultura eram tão destrutivos que isso impediu a continuação das culturas africanas nas Américas. Argumento contrário aponta que as identidades e etnias africanas eram tão importantes que influenciaram o processo de crioulização nas Américas. (HEYWOOD, 2010, p.23-24)

O Espírito Santo e os africanos

O Espírito Santo, uma das quinze primeiras Capitanias Hereditárias brasileiras, iniciou seu processo de colonização em 1535, quando o capitão donatário Vasco Fernandes Coutinho chegou ao litoral capixaba. Uma de suas primeiras medidas foi à ordem para "a construção de um engenho e principiou a abrir uma situação e nela foi residir" (DAEMON, 2010, p. 111). Aparentemente, nos primeiros anos de colonização o cultivo da cana foi bem sucedido. Segundo Freire, "em 1545, havia aqui seis engenhos, dos quais dois movidos a cavalo" (FREIRE, 2006, p.59). Pau-brasil e açúcar eram os principais produtos da região, mas fatores adversos, entre eles a constante ameaça indígena estagnaram a produção[5].

No entanto, o engenho açucareiro capixaba, mesmo que sem ter destaque semelhante aos nordestinos, colaborou para a consolidação da colonização do Espírito Santo, dinamizando a Capitania, já que em alguns engenhos existiam olarias, ferrarias, carpintarias, serrarias e artesanato têxtil. Essas produções provavelmente estavam voltadas à subsistência do próprio engenho, uma vez que a comunicação entre eles era dificultada pela mata fechada e o ataque dos índios presentes na Capitania[6]. Plantavam-se também alimentos como mandioca, algodão, milho, feijão e arroz, que era utilizado para alimentação dos moradores de cada propriedade[7].

> O Espírito Santo, que já nascera sob a égide da agroindústria açucareira, apesar das adversidades, criara tradição no setor. Em 1820, contavam-se na

[5]BITTENCOURT, 1989.
[6]BITTENCOURT, 1987.
[7]OLIVEIRA, 2008.

> província cerca de 60 engenhos e 66 destilarias (engenhocas, talvez). Nessa mesma época, produzia-se ainda: algodão, feijão, arroz, café, milho e legumes diversos, sendo a farinha de mandioca um dos principais componentes da sua base alimentar (BITTENCOURT, 1989, p. 36).

A mão-de-obra utilizada nos grandes engenhos era a escrava, como nas demais regiões açucareiras do Brasil. Segundo CAMPOS "a mão-de-obra escrava configurava um ativo bastante difundido na colônia brasileira, incluindo até mesmo centros de pequeno porte como a Capitania do Espírito Santo" (CAMPOS, 2006, p. 577). Assim, o Espírito Santo recebeu muitos escravos oriundos da África, e outros vindos de outras regiões do Brasil, podendo ser encontrados africanos escravizados de diversas partes, e outros negros transferidos, principalmente da Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, e outras regiões do Nordeste. Sendo assim, segundo Cleber Maciel:

> Documentos da história capixaba dão indicações de que por volta de 1550 já existiam, nesta terra, escravos negros, talvez trazidos de Portugal pelos conquistadores. Embora, oficialmente, a importação de força de trabalho diretamente da África só tenha ocorrido após 1561 (MACIEL, 1994, p. 11).

Os primeiros séculos da Capitania capixaba foram complicados devido à instabilidade política, onde o governo, em boa parte do tempo, vai ser exercito por capitães-mores, desde a passagem da Capitania aos herdeiros diretos de Coutinho até o século XVIII. Ribeiro vai explicar que "a transferência de comando da Capitania para capitães-mores era uma prática comum" (RIBEIRO, 2012, p.173). Mas essa instabilidade vai gerar reclamações da população capixaba. Uma das medidas tomadas nesse período vai ser o fim da alfândega, levando ao encerramento da navegação direta entre a Capitania do Espírito Santo com a Europa e a África (CUNHA, 1842).

Essa informação pode nos fazer acreditar que havia relações de comércio entre essas regiões e que, possivelmente muitos africanos vieram diretamente do continente para a Capitania do Espírito Santo nestes primeiros séculos de colonização para serem escravizados. Para isso, seria importante analisar os dados populacionais, mas os mesmos só são confiáveis a partir de 1790. Neste ano, o Espírito Santo contava com 22.493 habitantes, sendo 6.834 escravos. Em 1824 a população capixaba era formada por 22.165 livres e 13.188 escravos somando 35.353 habitantes; em 1856 havia 36.793 livres, 12.100 escravos, num total de 48.893 habitantes; e em 1872 os habitantes capixabas eram 59.478 livres e 22.659 escravos num de 82.137 habitantes[8].

Percebe-se, por estes números, que a produção capixaba, apesar de pequena, utilizava mão de obra escrava. Campos, analisando inventários *post-mortem* do Cartório de 1° Ofício de Vitória, encontrou os seguintes dados sobre a origem destes escravos da sede

[8]CAMPOS, 2011, apud Capitão-Mor Ignacio João Mongiardino (*apud* OLIVEIRA, José T. de. História do Estado do Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Nota IV, p. 239); VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. *Memoria statistica da Provincia do Espirito Santo escrita no anno de 1828.* Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978; RELATÓRIO do Presidente de Província – Barão de Itapemirim de 25 de maio de 1857; IBGE. Censo de 1872.

capixaba: entre os anos de 1790-1819 – 1266 crioulos (77,8%), 331 angolas (20,3%), 6 benguelas (0,4%), 5 congos (0,3%), 18 minas (1,1%), 1 ceulão (0,1%), total de 1627 escravos, além dos 252 escravos sem identificação. Já entre os anos de 1850-1871, período marcado pela promulgação da Lei Eusébio de Queirós[9] e da Lei Rio Branco (Ventre Livre)[10], apresenta os seguintes dados: 880 crioulos (60,3%), 81 de nação (5,6%), 32 angolas (2,2%), 3 benguelas (0,2%), 8 congos (0,5%), 5 minas (0,3%), 6 moçambiques (0,4%), 2 caribocas (0,1%), 1 cabinda (0,1%), 01 canange (0,1%), 1 ceulão (0,1%), total de 1020 escravos, além dos 439 sem identificação[11].

Percebe-se que havia um grande número de escravos "crioulos" em Vitória, o que configura a reprodução endógena dessas escravarias. Entre 1790-1819 a porcentagem de "crioulos" era de 79% enquanto apenas 21% eram africanos. Já entre 1850-1871 86% eram "crioulos" e apenas 14% eram africanos. Esse fato é explicado pela igualdade entre os sexos nas escravarias.

> O primeiro indício da singularidade do escravismo em terras capixabas é fornecido pela estimativa populacional produzida no ano de 1824, na qual se registrou a existência de 7.016 (53,2%) cativos e 6.175 (46,8%) cativas. De um estoque de 13.188 escravos em 1824, a Província saltou para 22.659 cativos em 1872, não obstante a composição sexual desse novo contingente permanecesse equilibrada. Os homens somavam, na época, 11.859 (52,3%) indivíduos e as mulheres, 10.800 (47,7%). Cachoeiro do Itapemirim, município da região sul da Província, também apresentava população com notável equilíbrio de sexos, apesar de se afigurar fronteira agrícola e sediar unidades produtoras do tipo *plantation*. Lá existiam 4.222 (56,4%) escravos e 3.260 (43,6%) cativas, enquanto a razão de masculinidade mantinha-se no patamar de 129, de acordo com o censo de 1872. (CAMPOS, 2011, p.88)

Essa presença pequena de africanos escravizados em Vitória não é percebida em outras regiões do Espírito Santo, como nos revela os registos eclesiásticos de Itapemirim. Analisando os registros de batismo e óbito de escravos no período de 1860à 1870, será percebido que havia um número significativo de africanos escravizados dentro das escravarias itapemerinenses. Esses dados serão analisados no próximo ponto, revelando que, além da grande quantidade de africanos entre os escravizados, muitos podem ter vindo clandestinamente após a promulgação da lei Euzébio de Queirós.

Itapemirim e os escravizados africanos

A região de Itapemirim estava entre as primeiras sesmarias, doada por Vasco Fernandes Coutinho à Pedro da Silveira em 1539. Segundo Daemon "Neste ano estabeleceu-se Pedro da Silveira nas terras que lhe foram doadas, que julgamos ter sido no município de

[9] Lei que proibia o tráfico internacional de escravos no Brasil, promulgada em 1850.
[10] Lei que considerava livre todos os filhos de escravas nascidos a partir daquela data. Promulgada em 1871.
[11] CAMPOS, 2011.

Itapemirim, no lugar denominado Caxangá, e onde por muito tempo se viam ruínas de antiga povoação" (DAEMON, 2010, p.114). Aparentemente a mesma não foi bem sucedida, pois registros relacionados à ocupação da região do Rio Itapemirim só reaparecerão no início do século XVIII. Em 1674 o herdeiro da Capitania Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho vendeu ao coronel baiano Francisco Gil de Araújo estas terras, que por sua vez, iniciou uma busca por ouro, colonizando assim a região de Vila Velha à Benevente. Segundo Moreno,

> Seus sucessores mantiveram essa iniciativa e o desbravamento continuou ocorrendo para o sul, até chegarem ao Rio Itapemirim em princípios do século XVIII – 1701 ou 1710, onde acabaram se fixando. Foram eles Domingos de Freitas Bueno Caxangá (...) e outros agregados que resolveram tentar a sorte nestas terras. Construíram aqui uma fazenda de açúcar batizada de Caxangá. Sendo plana a maior parte do terreno e ainda por cima coberto por mata, o que dificultava a defesa contra eventuais ataques dos índios, a sede da fazenda foi estrategicamente localizada no alto de um morro na margem sul do rio, denominado mais tarde de Fazendinha. (MORENO, 2016, p.19)

A colonização efetiva dessa região ocorrerá apenas em 1771, com a chegada dos refugiados das Minas de Castelo[12], após ataque indígena. "Até por volta de 1700 nada havia de concreto no Itapemirim, porém, nos anos seguintes a região virá a crescer até se tornar a segunda maior arrecadação da província, e importante polo econômico e político." (BRANDÃO *et al*, 1999, p. 1).

> Em 1771, os puris atacaram as minas do Castelo, obrigando quantos ali trabalhavam a abandonar a região. A fim de assegurarem às mulheres e crianças retirada mais ou menos segura, homens monopolizaram a atenção dos atacantes em renhida resistência, destruindo – ao partirem – casas, canais e pontes, outrora construídos com enorme sacrifício. Vieram, os sobreviventes, instalar-se na barra do Rio Itapemirim" (OLIVEIRA, 2008, p. 222)

A partir de então, a região vai se desenvolver, através das lavouras de açúcar, inicialmente, e depois do café. Em 1808, segundo relatos da passagem do Desembargador Luís Tomás de Navarro, havia nas margens do Rio Itapemirim seis ou sete engenhos grandes de fabricar açúcar. Em 1828, eram seis sesmarias cultivas e três confirmadas, duas lojas de fazendas secas e três de lojas de molhados. A povoação da região foi realizada pelos próprios capixabas, contando com a ajuda de mineiros e paulistas, que migraram para o Espírito Santo na primeira metade do século XIX em busca de melhores condições de vida (OLIVEIRA, 2008). Oliveira destaca o exemplo do Barão de Itapemirim, "belo exemplar de bandeirante do século XIX. Não consta que os colonos tenham, em tempo algum, experimentado a ferocidade dos indígenas (...). As primeiras estradas já permitiam trânsito mais fácil entre os diferentes núcleos de população" (OLIVEIRA, 2008, p.355)

[12] Região no interior do Espírito Santo onde foi encontrado ouro.

Essa migração mineira e paulista trouxe consigo o cultivo do café, principal produto exportado do Brasil no século XIX. Ao longo da segunda metade do século XIX, o açúcar, a aguardente e o café serão os principais produtos exportados pelo Porto da Barra de Itapemirim, de acordo com os Relatórios dos Presidentes da Província do Espírito Santo referente aos anos de 1851, 1857, 1861, 1862, 1863[13].

> Tudo isso gerou uma nova era de prosperidade para a Província, cujas rendas baseavam-se (...) na agricultura, registrando os primeiros superávits do período. As vilas canavieiras, entretanto, que não conseguiram substituir a produção tradicional, iniciaram um trajetória de franca decadência, como a Vila de Itapemirim (BITTENCOURT, 2002, p. 191).

A produção do café dinamizou a região sul do Espírito Santo. Segundo Brandão *et al*, "O crescimento da produção do açúcar, o café que já surge como uma rica opção e o comércio tiram à região do Itapemirim do secular abandono". (BRANDÃO *et al,* 1999, p. 14). A navegação a vapor pelo Rio Itapemirim tornou-se de extrema importância para o escoamento do café, sofrendo melhorias significativas, possibilitando a navegação por diversas regiões litorâneas, chegando até o Porto da Barra, em Itapemirim, onde as mercadorias eram encaminhadas até o porto do Rio de Janeiro, para serem exportadas (BITTENCOURT, 1989).

Apesar da decadência citada por Gabriel Bittencourt, a Vila de Itapemirim continuou tendo sua importância, já que, a produção do café de Castelo, Alegre, Cachoeiro de Itapemirim, dentre outras regiões, era exportada para o Rio de Janeiro pelo Porto da Barra, localizado na foz do Rio Itapemirim, sendo este o porto mais importante da região sul. Nesse período, grandes navios a vapor ancoravam no porto da Barra em Itapemirim. As vias fluviais e ferroviárias desembarcavam toneladas de sacos de café que seguiam para outras regiões.

> O porto marítimo mais importante do sul da costa era o de Itapemirim (...). A importância do Porto (...) derivava de dois fatores fundamentais para o comércio da época: primeiro, a sua localização em uma região grande produtora de café; segundo, a proximidade do Rio de Janeiro. Deve-se observar que os exportadores remetiam o café para o Rio de Janeiro, de onde era embarcado para o exterior (HESS, FRANCO, 2005, p. 34).

Para o trabalho nessas fazendas era utilizada mão de obra escrava. Muitos escravos povoavam a população de Itapemirim no século XIX, conforme demonstrado nos dados a seguir: 1824: 2.332 livres e 1.148 escravos, total de 3480 habitantes; 1856: 4968 livres e 3454 escravos, total de 8.422 habitantes; 1872: 17.822 livres e 10.355 escravos, total de 28.177

[13] Relatórios apresentados pelos Presidentes e Vice-Presidentes da Província do Espírito Santo: 1852 – Bacharel José Bonifácio Nascentes D'Azambuja; 1858 – Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim; 1862 – José Fernandes da Costa Pereira Júnior; 1863 – Dr. Eduardo Pindahiba de Mattos. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo>

habitantes[14].Florentino destaca que, após acordo retificado entre Brasil e Inglaterra em 1831, houve um aumento considerável nos desembarques anuais de escravos no Rio de Janeiro até 1850[15], sendo 40 mil africanos entre 1838-1839 e 50 mil africanos entre 1846-1850 desembarcando no porto carioca[16]. Campos vai observar que, neste período houve um aumento no número de cativos, uma vez que a ameaça do fim do tráfico levava os senhores de escravos a incrementarem suas escravarias. Além disso, a expansão cafeeira no sul fazia com que as fazendas necessitassem de quantidade maior mão de obra, incrementando assim as escravarias de Itapemirim[17].

TABELA 1:

NÚMERO DA POPULAÇÃO DE ITAPEMIRIM E DO ESPÍRITO SANTO NOS ANOS DE 1824, 1856 E 1872

ANO	ITAPEMIRIM			ESPÍRITO SANTO		
	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL
1824	2.332 (67%)	1.148 (33%)	3.480	23.317 (64%)	13.184 (36%)	36.501
1856	4.968 (59%)	3.454 (41%)	8.422	36.793 (75%)	12.100 (25%)	48.893
1872	17.822 (63%)	10.355 (37%)	28.177	59.478 (72%)	22.659 (28%)	82.137

Fonte: CAMPOS, 2011, *apud* (Ano de 1824) VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. *Memoria statistica da Provincia do Espirito Santo escrita no anno de 1828*. Transcrição do manuscrito original por Fernando Achiamé. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978; (Ano de 1856) – Censo constante do Relatório apresentado pelo José Maurício Fernandes Pereira de Barros, no dia 13 de fevereiro de 1857, p. 8; Censo de 1872.

Porém, mesmo após o fim do tráfico de escravos em 1850, muitos navios trazendo cativos foram interceptados no Porto da Barra de Itapemirim. Em relatórios apresentados pelos presidentes da Província do Espírito Santo, os mesmos relatam a presença de "embarcações suspeitas" em Itapemirim. Em 25 de maio 1855 o então presidente da Província Dr. Sebastião Machado Nunes, em relatório apresentado a Assembleia Legislativa, relata que, nos fins de setembro do ano anterior uma embarcação suspeita tentou desembarcar em Itapemirim, sendo apreendida em Itabapoana[18]. Apesar de não se tratar de uma embarcação com africanos, o presidente ressalta o perigo que o litoral capixaba estava sofrendo, o que leva a entender que muitos navios com escravos clandestinos tentavam desembarcar no local:

> Contrabando de Africanos. Nem—um fato tem dado na província do desembarque de africanos boçaes (sic), ou de tentativa desse crime. Em fins de setembro dó ano próximo passado apareceu nas costa desta província

[14]CAMPOS, 2011, p.87, apud (Ano de 1824) VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. *Memoria statistica da Provincia do Espirito Santo escrita no anno de 1828*. Transcrição do manuscrito original por Fernando Achiamé. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978; (Ano de 1856) – Censo constante do Relatório apresentado pelo José Maurício Fernandes Pereira de Barros, no dia 13 de fevereiro de 1857, p. 8; Censo de 1872.
[15] Ano da promulgação da Lei Euzébio de Queirós.
[16] FLORENTINO, 2011.
[17] CAMPOS, 2011.
[18] Região pertencente a Itapemirim.

> para o lado de Itapemirim urna embarcação suspeita. Imediatamente o delegado do termo, Dr. Rufino Rodrigues Lapa, deu parte desta ocorrência ao Dr. Chefe de policia, temendo desde logo as mais enérgicas providencias. Pedia auxilio a guarda nacional, da qual lhe foi prestado imediatamente um contingente comandado pelo tenente Joaquim Marcellino da Silva Lima. Com esta força e com a do destacamento de 1ª linha, que ali existe a mando do tenente José Caetano de 'Oliveira Rocha, pôs-se em segurança a costa de modo a tornar impossível um desembarque naquele ponto, caso fosse tentado. Quando aqui chegarão estas noticias achava-se surto no porto o brique (sic) escuna de guerra **Xingu**: imediatamente o 2º tenente Manoel Antonio da Rocha Faria desempenhou perfeitamente esta Comissão, saindo com toda a diligência e voltando depois de obter a convicção de que se não corria o risco de um desembarque de africanos naquele ponto. A embarcação suspeita, tendo-se afastado para o lado do Sul, foi apreendida em Itabapoana pelo comandante do destacamento pertencente à província do Rio de Janeiro, e depois relaxada pela autoridade competente em conseqüência de ter verificado que se não empregava no comércio de africanos. Não faço menção deste fato, e suas circunstancias, senão para pôr patente o espírito das autoridades da província, com a da mesma população a cerca do comércio ilícito de africanos; e sinto não ter presentes os nomes de todos os cidadãos guardas nacionais, que compuseram o continente, para fazer deles aqui especificada menção. Todo mundo compreende hoje que, para se não comprometer o futuro do país, é indispensável que a cessação do tráfico de africanos seja uma realidade[19]. (NUNES, 1855, p. 7-8)

Já em 1856, o presidente da Província Dr. José Maurício Fernandes Pereira de Barros, em relatório apresentado a Assembleia Legislativa, relata que havia sido apreendida uma embarcação com escravos em janeiro do presente ano, e que os traficantes estavam escolhendo pontos específicos, que eram São Mateus e Itapemirim para as tentativas de desembarcarem os cativos.

> Tráfico. Depois da apreensão do palha bote Maty Smith em 20 de janeiro ultimo pelo brigue escuna Olinda na Barra de São Matheus, duas milha distantes da terra, nenhum mais outro fato de semelhante natureza teve lugar em todo o extenso litoral desta província, nem no seu interior. Todavia Srs. parece que os traficantes tem lembrado de escolher alguns pontos da costa desta província, sobretudo Itapemirim e S. Matheus, para alvos de suas temerárias e criminosas tentativas: mas é de esperar que a ação vigilante do cruzeiro e das autoridades e força de terra consigam frustrar esses planos imorais.E a presidência Srs. por sua própria convicção fiel observadora das ordens terminantes e altamente conveniente do governo

[19] Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Sebastião Machado Nunes, Presidente da Província do Espírito Santo abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa no dia 25 de maio de 1855. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo>

> imperial em tão grave objeto, saberá rastrear os menores vestígios desse crime e promoverá a sua repressão com todo o rigor da lei[20]. (BARROS, 1856, p. 7)

Outro relato feito sobre a presença de navios suspeitos trazendo escravos após a proibição do tráfico foi feito também em 1856, pelo Barão de Itapemirim, Joaquim Marcelino da Silva Lima, então vice-presidente da Província. Segundo Oliveira[21], Silva Lima era um dos principais escravocratas e traficantes de escravos do Espírito Santo. O Barão ressalta a falta de força pública para combater o desembarque de africanos no litoral capixaba. Cento e tantos escravos haviam sido apreendidos em Itabapoana e pede que seja redobrada a atenção quanto aos navios chegando a Itapemirim.

> Tráfico de Africanos. Suposto seja muito conhecida a extensão das praias desta província, a falta de força pública e o quanto se prestam certos lugares para um fácil desembarque de africanos, nenhum se tem dado desde 1851, em que se motogrou (sic) a ultima empresa , graças aos esforços e dedicação do então delegado de polícia Dr. Rufino Rodrigues Lapa, que em Itabapoana apreendeu cento e tantos africanos, e bem assim, toda a tripulação do barco que os trazia; e pois se pode considerar extinto na província esse ominoso (sic) comércio . Todavia essa presidência não tem cessado de recomendar a todas as autoridades a maior vigilância a tal respeito, com especialidade às de Itapemirim, e seria para desejar-se que o governo imperial assumindo, aos pedidos ultimamente feitos, houvesse de facilitar certos meios indispensáveis para profligar os traficantes, se por ventura ousarem reaparecer nesta província[22]. (LIMA, 1856, p. 14)

Assim, se percebe que, a presença de mão de obra vinda da África continuava uma constância nos portos capixabas. Não se pode afirmar que algum navio trazendo cativos africanos desembarcou em Itapemirim, mas devido aos pedidos de reforço policial, possivelmente isso era algo comum na região. É certo que, o número de africanos escravizados em Itapemirim era significativo na segunda metade do século XIX. Isso pode ser observado com os registros eclesiásticos da Paróquia Nossa Senhora de Itapemirim. Serão analisados nesta pesquisa os dados referentes aos Batismos e Óbitos de escravos, no período de 1860-1870.

Neste período foram registrados 770 batismo e 372 óbitos. Estes apresentam um número significativo de africanos, alguns podendo ter chegado a Itapemirim mesmo após o fim do tráfico. De acordo com o Gráfico I, referente aos óbitos de escravos, 77 (21%) registros de óbito referiam-se a africanos, correspondendo a 21% do total. Já o Gráfico II, referente

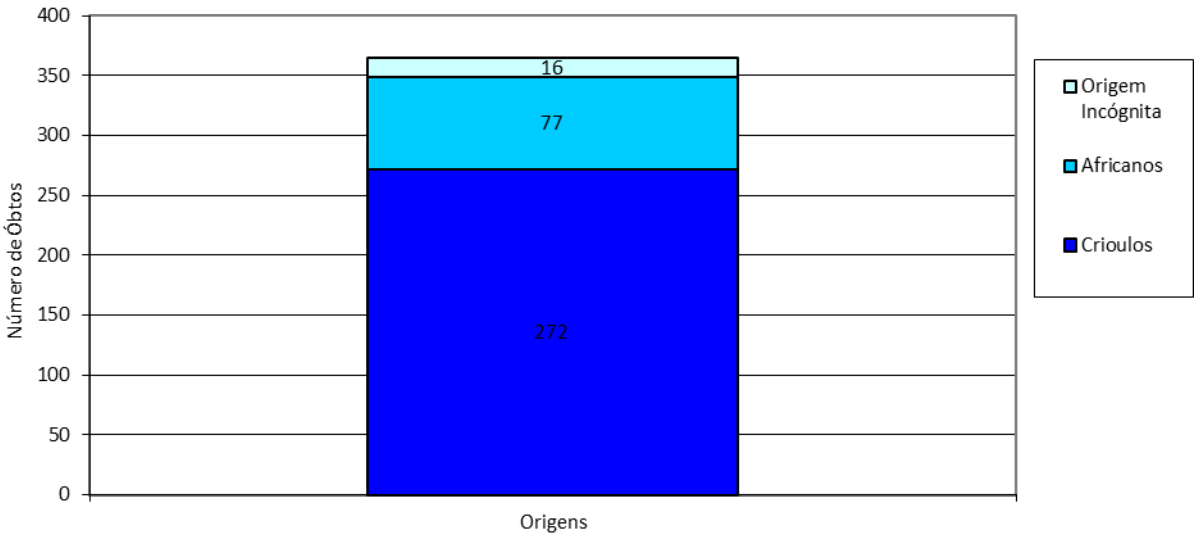
[20] Relatório com que o Exm. Sr. Dr. José Maurício Fernandes Pereira de Barros, Presidente da Província do Espírito Santo abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa no dia 23 de maio de 1856. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo>

[21] OLIVEIRA, 2008.

[22] Relatório com que o Exm. Sr.Barão de Itapemirim, primeiro Vice-Presidente da Província do Espírito Santo entregou a administração da mesma ao Exm. Snr. Dr. José Maurício Fernandes Pereira de Barros, no dia 08 de março de 1856. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo>

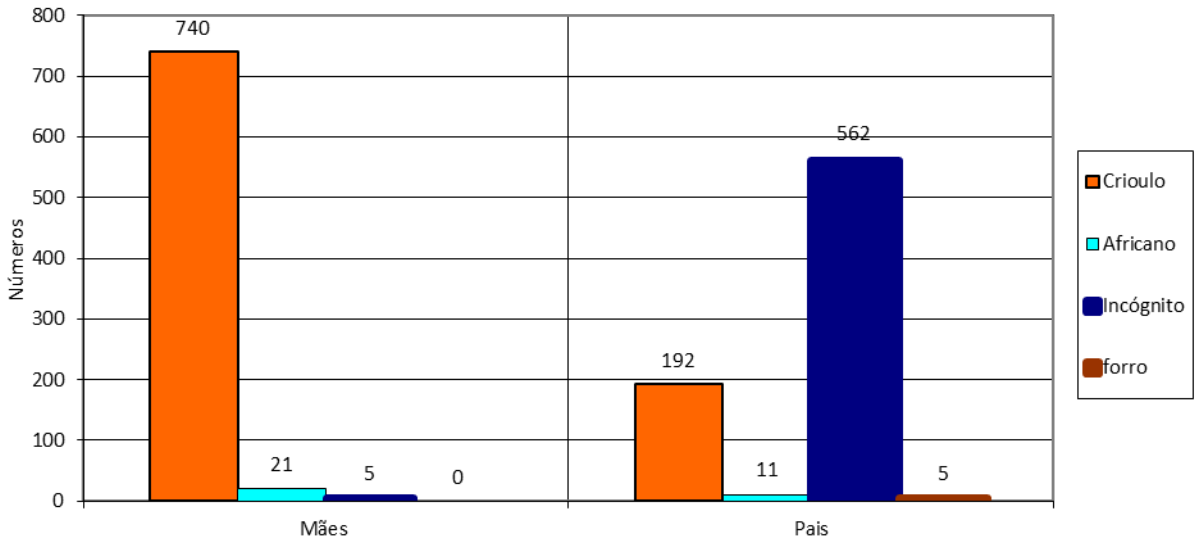
aos batismos de escravos, apresenta 21 mães africanas (3%) e 11 pais africanos (1,5%), este último dado considerando os registros que ocultam o nome do pai (562 registros – 73%). Se este número não for considerado, os registros de pais africanos correspondem a 10% dos registros. Outro dado que pode ser analisado é quanto aos registros de batismo com padrinhos e madrinhas africanos, sendo quatro padrinhos africanos (0,5%) e cinco madrinhas africanas (0,6%), um número pequeno se comparado aos padrinhos e madrinhas crioulos ou brancos. Observando os dados obtidos nos livros de batismo, o número de africanos é pequeno. Porém, nos registros de óbito este número é maior e mais significativo. Isso porque, possivelmente os africanos escravizados eram mais envelhecidos, estando mais presente nos registros de óbitos.

GRÁFICO I
Número de óbtos de Africanos e Crioulos na Freguesia de Itapemirim, E.S- 1860 à 1870.



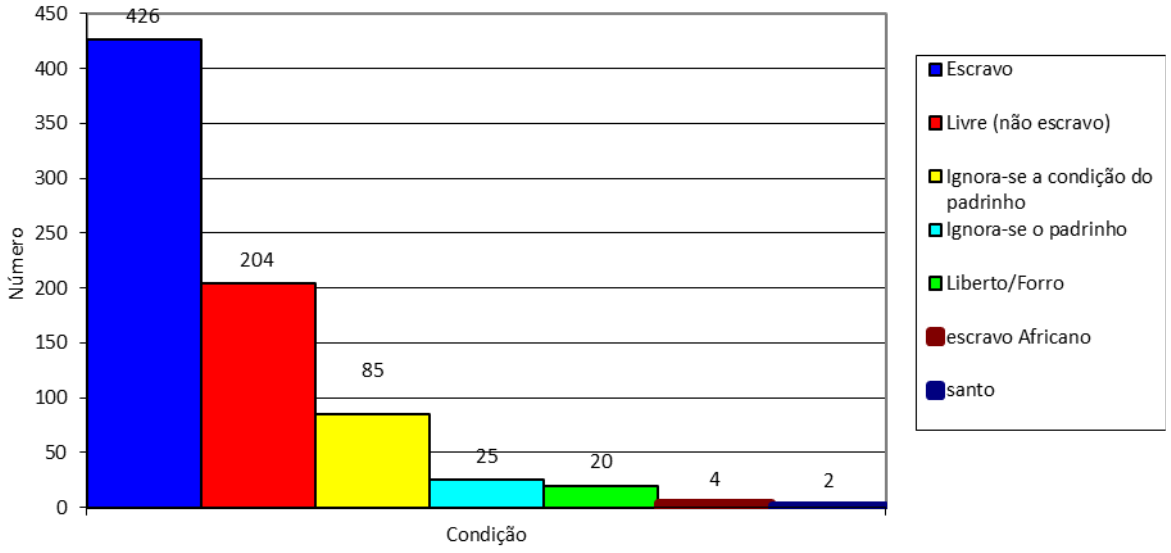
FONTE: LIVRO de Óbito da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, (1859-1885), nº 2.

GRÁFICO II
Número de registro de batismo de mãe e pai crioulos e africanos na Freguesia de Itapemrim, E.S-1860 à 1870.



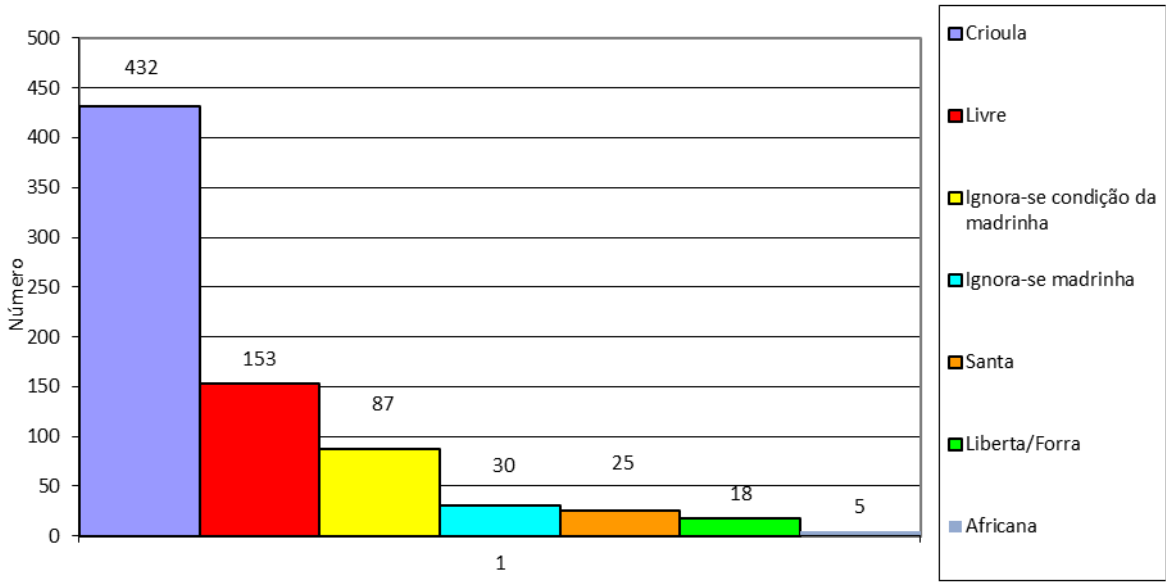
FONTE: LIVRO de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, (1859-1872), nº 2.

GRÁFICO III
Condição dos padrinhos de escravos na Freguesia de Itapemirim ES-1860 à 1870.



FONTE: LIVRO de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, (1859-1872), nº 2

GRÁFICO X
Condição das madrinhas de escravos na Freguesia de Itapemirim, ES-1860 à 1870.



FONTE: LIVRO de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, (1859-1872), nº 2

A comparação dos gráficos nos faz perceber que havia um número considerável de africanos escravizados em Itapemirim, uma vez que o tráfico estava proibido e este número não se renovava. Este número foi diminuindo com o passar do tempo, pois muitos foram falecendo, conforme se vê no gráfico I. Mas ainda havia um número interessante, apesar de bastante reduzido, como se comprova no gráfico II, com a quantidade de mães e pais africanos que batizaram seus filhos nesta década. É preciso salientar que, o período da pesquisa corresponde a uma década após o fim do tráfico externo de escravos e pouco mais de uma década antes do final da escravidão, período em que era mais rara a entrada de africanos no Brasil para seres escravizados.

Dentre as origens dos africanos escravizados presentes nos registros, aparecem os seguintes nomes referentes às regiões de embarque na África: Africanos, Fasula, Nação, Moçambique, Mina de Nação, Angola, Benguela e Congo, predominando nos registros os escravos Nação. Nos registros de Batismo temos os seguintes dados: Africanos sem identificação de origem: quatro pais, oito mães, uma avó, dois padrinhos e três madrinhas; africanos de Nação: sete pais, treze mães, uma avó, dois padrinhos e duas madrinhas. Já nos registros de óbito temos os seguintes dados: Africanos sem identificação de origem: 17 óbitos de homens, nove óbitos de mulheres; Nação: 22 óbitos de homens, cinco de mulheres, um pai e uma mãe que sepultaram seu filho; Fasula: sete óbitos de homens e seis de mulheres; Moçambique: um óbito de homem e um de mulher; Mina de Nação: um óbito de homem; Angola: quatro óbitos de homens; Benguela: quatro óbitos de homens; Congo: quatro óbitos de homens.

TABELA 2:
ORIGEM DOS ESCRAVOS AFRICANOS PRESENTES NOS REGISTROS DE BATISMO DE ESCRAVOS (1860-1870)

ORIGEM	PAI	MÃE	AVÓ	PAD.	MAD.
AFRICANO SEM IDENTIFICAÇÃO	4	8	1	2	3
NAÇÃO	7	13	1	2	2

FONTE: LIVRO de Óbito da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, (1859-1885), nº 2.

TABELA 3:
ORIGEM DOS ESCRAVOS AFRICANOS PRESENTES NOS REGISTROS DE ÓBITO DE ESCRAVOS (1860-1870)

ORIGEM	HOMEM	MULHER	PAI	MÃE
AFRICANO SEM IDENTIFICAÇÃO	17	9	-	-
NAÇÃO	22	5	1	1
FASULA	7	6	-	-
MOÇAMBIQUE	1	1	-	-
MINA DE NAÇÃO	1	-	-	-
ANGOLA	4	-	-	-
BENGUELA	4	-	-	-
CONGO	2	-	-	-

FONTE: LIVRO de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, (1859-1872), nº 2.

Pelos registros acima apresentados percebe-se que em Itapemirim havia uma quantidade significativa de africanos escravizados, vindo de diversos lugares da África. Os dados eclesiásticos não podem ser considerados dados demográficos, uma vez que só demonstram aqueles que participaram de algum sacramento católico. Mas, pode-se perceber a dimensão da escravaria de Itapemirim e como havia africanos escravizados nesta região a partir dos dados apontados.

Conclusão

O que se pode perceber, através deste trabalho é que a Diáspora Africana espalhou os africanos escravizados por muitos territórios na América. No Espírito Santo, que tinha uma economia voltada para o abastecimento interno com uma pequena quantidade de escravos se comparada às escravarias paulistas, cariocas e mineiras, havia uma quantidade significativa de africanos escravizados.

Isso se reflete em Itapemirim, que representava a segunda maior escravaria do Espírito Santo no século XIX. Muitos desses, como ficou demonstrado nos registros de batismo e óbito eram africanos. Por estes dados pode-se ter um demonstrativo da quantidade de africanos que existiam em Itapemirim, já que, registros eclesiásticos não equivalem aos dados demográficos. Porém, os mesmos demonstram aspectos estatísticos e demográficos que muitas vezes não são encontrados em outros registros.

É claro que a escravaria de Itapemirim entre 1860 e 1870 era abastecida por reprodução endógena, já que a maior parte dos registros, tanto de pais nos batismo, quanto de escravos mortos, tratavam-se de crioulos. Mas a presença dos africanos existe, principalmente nos registros de óbito, o que sugere que estes vivam em Itapemirim durante

o século XIX. Alguns podem ter chegado após o fim do tráfico, uma vez que nos relatórios provinciais havia a preocupação dos presidentes e vice-presidentes com o desembarque de navios trazendo africanos clandestinamente.

Enfim, como em muitas regiões brasileiras, o africano foi trazido para ser escravizado, sofrendo as duras penas da escravidão, mas ajudando na construção da sociedade brasileira e das diversas comunidades dentro do Brasil. Assim, esta pesquisa tenta remontar uma parte da história dos africanos escravizados, utilizando das fontes disponíveis para revelar a presença dos mesmos em Itapemirim-ES.

Artigo recebido em 19 jun. 2017.
Aprovado para publicação em 24 jul.2017.

Referências

Fontes Primárias

ARQUIVO da Paróquia Nossa Senhora do Amparo em Itapemirim-ES. Livro de Batismo de Escravos número 2, anos de 1859 à 1872.

ARQUIVO da Paróquia Nossa Senhora do Amparo em Itapemirim-ES. Livro de Óbito de Escravos número 2, anos de 1859 à 1885.

CUNHA, F. M. Ofício dirigido ao Conde de Linhares sobre a Capitania, hoje Província do Espírito Santo – 1811. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro: 1842.

RELATÓRIOS da Província do Espírito Santo nos anos de 1839; 1845; 1852; 1855; 1856; 1857; 1858; 1859; 1864; 1867 e 1868. Disponível em <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>.

Livros e artigos

BITTENCOURT, Gabriel (org). *Espírito Santo: Um Painel da Nossa História.* Vitória: Secretaria de Estado da Cultura e Esportes do Espírito Santo, 2002.

BITTENCOURT, Gabriel. *Formação Econômica do Espírito Santo:* O Roteiro da Industrialização. Do Engenho às Grandes Indústrias (1535 – 1980). Rio de Janeiro/ Vitória: Livraria Editora Cátedra em convenio com Departamento Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, 1987

BITTENCOURT, G. *Noticias do Espírito Santo.* Rio de Janeiro: Cátedra, 1989.

BRANDÃO, Ana Maria. *et al*. *Itapemirim/ Marataízes. Resgate Histórico, Cultural e Econômico. Cachoeiro* de Itapemirim: S. E., 1999.

CAMPOS, A. P. A Escravidão e Creolização: A Capitania do Espírito Santo, 1790-1815. IN: FRAGOSO, João. *et al*. (orgs.) *Nas Rotas do Império:* Eixos Mercantis, Tráfico e Relações Sociais no Mundo Português. Vitória: EDUFES; Lisboa: II C T, 2006.

CAMPOS, A. P. Escravidão, reprodução endógena e creolização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos. *Topoi:* Revista de História, v. 12, n. 23, 2011, p. 84-96.

DAEMON, B. C. *Província do Espírito Santo:* sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

FILHO, A. J. F.; FILHO, P. A. O. Registros Eclesiásticos e Cartoriais, Fontes e Documentação: Possibilidades, Perspectivas e Desafios para as Pesquisas em Escravidão no Brasil – Triângulo Mineiro – MG. VI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, UFPI, Teresina, Piauí,. 24 a 28/06/2012, p. 1-17.

FLORENTINO, M., GÓES, J. R. *A paz das senzalas:* famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, M. G. Sobre a lógica demográfica da "Plantation" no Brasil, 1789-1850. In: CAMPOS, Adriana Pereira; SILVA, Gilvan Ventura da. (Orgs*.). O sistema escravista lusobrasileiro e o cotidiano da escravidão. Vitória*, ES: GM, 2011, p. 45-73.

FREIRE, M. A. *A Capitania do Espírito Santo:* Crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822). Ilha de Vitória: Flor e Cultura, 2006.

GOUVÊA, M. F. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c.1680-1730. In: FRAGOSO, J. GOUVÊA, M. F. *Nas Tramas das Redes.* Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.153-202.

HALL, G. M. África e africanos na diáspora africana: os usos de bancos de dados relacionais. In: *Topoi,* v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 318-331.

HESS, Regina Rodrigues/ FRANCO, Sebastião Pimentel. *A República e o Espírito Santo* – 2ª ed., Vitória, ES: Multiplicidade, 2005.

HEYWOOD, Linda. (Org.) *Diáspora Negra no Brasil.* São Paulo: Editora Contexto, 2008.

LOPES, N. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana.* São Paulo: Selo Negro, 2011.

MACIEL, Cleber da Silva. *Negros no Espírito Santo.* Vitória, Departamento de Cultura, Secretaria de Produção e Difusão Cultural/UFES, 1994

MATTOS, H. Colonização e escravidão no Brasil – Memória e Historiografia. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (org.). *O Brasil Colonial:* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p.41-104.

MORENO, L. R. *Itapemirim:* Como tudo começou. Serra: Formar, 2016.

OLIVEIRA, José Teixeira. *Historia do Estado do Espírito Santo.* Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PRICE, Richard. O Milagre da Crioulização: Retrospectiva. *Estudos Afro-Asiáticos,* Rio de Janeiro, n. 3, p. 383-419, 2003.

RIBEIRO, L. C. M. Modos de Ver (1534-1643): o governo da capitania do Espírito Santo na sua primeira centúria. In: BITTENCOURT, G., RIBEIRO, L. C. M. (org.). *Espírito Santo:* um painel da nossa história II. Vitória-ES: Secult, 2012, p.171-200.

TAVARES, J. C. DIÁSPORA AFRICANA: A EXPERIÊNCIA NEGRA DE INTERCULTURALIDADE. In: *Cadernos Penesb* – Periódico do Programa de Educação sobre o Negrona Sociedade Brasileira – FEUFF. Rio de Janeiro/ Niterói – EdUFF, n.10, 2008-2010, p.77-85.

SLENES, R. W. *Na senzala, uma flor* – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.

Memórias subterrâneas na fotografia de Augusto Malta: imagens, disputas e identidades no Brasil da modernidade

Sergio Luiz Pereira da Silva[1]; Dolores Eugênia de Rezende[2]

Underground memories in the photography of Augusto Malta: images, disputes and identities in Brazil of modernity

http:/dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.69989

[1] Doutor em Ciências Humanas pela UFSC. Professor do Programa de Pós Graduação em Memória Social e do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. E-mail: slps2@uol.com.br

[2] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Memoria Social da UNIRIO. Bolsista CAPES.
E-mail: lola_rezende@hotmail.com

Resumo:

O artigo tem como objetivo analisar a memória construída através das imagens do fotógrafo Augusto Malta, que documentou um período importante da história da cidade do Rio de Janeiro, as reformulações urbanísticas conhecidas como o "bota-abaixo" ocorridas no início do século XX. Falaremos sobre o impacto dessas reformas sobre a população da cidade. Buscaremos igualmente compreender através da análise iconográfica de suas imagens, como duas diferentes identidades foram representadas: uma idealizada pelo poder público como Identidade Nacional, representando uma elite sofisticada aos moldes europeus, vivendo numa cidade modernizada, e por outro lado a identidade nacional mais real, de uma população pobre, mestiça e esquecida, vivendo numa cidade decadente, suja e prestes a desaparecer. Sob a luz dos estudos de Memória Social, analisaremos de que maneira podemos perceber uma disputa de memórias.

Palavras-chave: Fotografia, Augusto Malta, Memória, Identidade.

Abstract:

This article aims at analyzing the memory built through the images of the photographer Augusto Malta, who documented an important period in the history of the city of Rio de Janeiro, the urbanistic reformulations occurred in the early twentieth century aimed the insertion of Brazil into the ideals of European modernity. We will talk about the impact of these reforms on the population of the city. We will also seek to understand through the iconographic analysis of some of their images, how two different identities were represented: one idealized by the public power as National Identity, representing a sophisticated elite in European molds, living in a modernized city, and on the other hand the Real, of a poor, mestizo and forgotten population by this same power, living in a decaying, dirty and disappearing city. In the light of the studies of Social Memory, we will analyze how we can perceive a dispute of memories.

Keywords: Photography, Augusto Malta, Memory, Identity.

Introdução

"O que mais me fascina e me mantém encantado nas fotografias que amo? " Com esse questionamento Giorgio Agamben inicia um de seus "fragmentos" intitulado O dia do juízo, em seu livro Profanações. Nesse texto, o teórico discorre sobre a fotografia, definindo-a de maneira metafórica e propondo-a, de algum modo, como o lugar do Juízo Universal, por compreender que "o que aparece" nela é o que será convocado para o suposto Dia do Juízo. Afirma ainda amar o fato de que a fotografia nos apresenta uma exigência: o sujeito fotografado demanda algo de nós, ou seja, mesmo que a pessoa na imagem seja hoje completamente esquecida, que o seu nome seja apagado para sempre da memória dos homens, aquela pessoa e aquele rosto pedem o seu nome, requerendo, assim, que não sejam esquecidos.

E é essa exigência que fazemos presente agora, buscando nos rostos dos "esquecidos" que aparecem na obra fotográfica que Augusto Malta, não os nomear, como em sua liberdade poética nos fala Agamben, mas tenta-los compreender.

Malta é considerado o mais importante cronista visual da cidade do Rio de Janeiro segundo a historiadora Maria Inês Turazzi[1], em sua introdução à biografia do fotógrafo no livro de Ermakoff (2009), Augusto Malta e a Cidade do Rio de Janeiro – 1903-1936. Ainda, de acordo com vários outros autores (MOREIRA, 1996; HOLLANDA, 2003; KOSSOY, 2002), a extensão e importância da crônica visual por ele desenvolvida o habilita a ser considerado o primeiro fotojornalista brasileiro.

Neste artigo, apresentaremos quem foi e como atuou Malta num cenário do Brasil que pretendia inserir-se no cenário mundial da modernidade, analisando sua obra em duas facetas: uma primeira representando uma identidade pretendida, e uma segunda, uma identidade que não se queria para o povo. Veremos igualmente como sua obra serviu ao poder público como documentação, bem como a função da fotografia como documento, e o papel de Malta como fotógrafo engajado nesse projeto

Teremos como alicerce teórico para compreender o momento histórico em questão, tanto autores da historiografia do Brasil, como escritores da literatura, periódicos e depoimentos orais. Usaremos autores da Memória Social para compreender como se dá o processo de imposição de uma memória oficial, bem como o processo de resistência por parte de grupos desprivilegiados.

[1] Historiadora e autora de diversos artigos e livros sobre fotografia, história do Rio de Janeiro e iconografia brasileira.

Analisaremos iconograficamente algumas imagens do fotógrafo. Privilegiaremos as imagens onde pessoas são retratadas em detrimento de tantas outras em sua vastíssima obra que representam paisagens e edifícios. Nosso foco não é o aspecto arquitetônico da cidade, ou mesmo as obras urbanas em si, e sim, a população no espaço da cidade.

Escolheremos as imagens com o critério de apresentar os contrastes presentes em sua obra, quando segmentos da população carioca foram representados em distintos contextos: por um lado, aquelas que percebemos como a imagem e a identidade impostas pelo poder público, que pretendia sua população bem vestida e educada, numa imagem oficial, e a qual queriam documentar para ficar gravada na memória da cidade. Por outro lado, aquelas que percebemos como a imagem dos que se queria ocultar da visão, daqueles que seriam fisicamente retirados desse centro revitalizado, destituídos de seu espaço e estilo de vida, e questionamos se, de alguma forma, sua imagem persistiu numa forma de resistência.

Malta e a memória visual do Rio de Janeiro na transição para a modernidade

Natural de Paulo Afonso, Alagoas, Augusto César de Campos Malta nasceu em 14 de maio de 1864, e chegou ao Rio de Janeiro por volta de 1889. Segundo duas das instituições públicas que detêm a maior parte das imagens do artista, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e o Museu da Imagem e do Som, foi quem mais produziu fotografias sobre a cidade (HOLLANDA, 2003). Durante quase quarenta anos de trabalho como fotógrafo oficial da prefeitura, percorreu a cidade incansavelmente com seu olhar atento, e suas imagens frequentam publicações oficiais, guias turísticos, revistas ilustradas e postais da cidade. O fotógrafo alagoano tornou-se um dos ícones das amplas mudanças nas primeiras décadas do século XX ocorridas na capital fluminense, a então capital brasileira.

Malta fotografou o Rio de Janeiro em um período de intensas transformações, quando a cidade passou a ser vista como centro irradiador dos novos valores que deveriam nortear a vida da nação. Para atender às expectativas que foram depositadas sobre a Capital, fazia-se urgente substituir sua imagem de cidade atrasada, suja e pestilenta por uma que sugerisse conforto, segurança e modernidade, que atrairiam a civilidade, os imigrantes, os avanços tecnológicos e os capitais desejados. E essa modernização destruidora do Estado visava eliminar não só a cidade colonial marcada por ruas estreitas e sinuosas, como também romper com os valores culturais relacionados ao passado imperial. Esse período ficou conhecido como o “bota-abaixo”.

Francisco Pereira Passos[2] ficou a cargo das interferências no centro do Rio. Ele, de origem aristocrática, havia estudado em Paris à época das reformulações urbanísticas promovidas pelo Barão Hausmann[3] ao final do século XIX. Tais transformações da capital francesa, que atendiam a um ideário de modernidade, exerceram forte influência sobre o jovem engenheiro e, quando nomeado prefeito da capital pelo presidente do Brasil, que conferiu a ele poderes excepcionais, usou tais poderes para fazer da capital brasileira a cidade-símbolo dessa mesma modernidade. Aplaudido pelas classes dominantes e pela imprensa brasileiras, Pereira Passos passou à história oficial como um herói, que trouxe a civilização para os trópicos. (ROCHA, 1995)

O processo de reurbanização do centro da cidade do Rio, quando ruas e avenidas foram alargadas, outras abertas, como a Avenida Central (hoje conhecida como Avenida Rio Branco), inspirada pelos *boulevards* da capital francesa, seria o marco de uma cidade renovada. Sua paisagem seria reformulada, instituindo uma nova arquitetura e substituindo os cortiços, estalagens e pequenas lojas, por grandes estabelecimentos comerciais, instituições religiosas, escolas, teatros e museus.

E a reformulação física foi acompanhada por igual reestruturação dos costumes e da imagem de uma nova sociedade carioca. Construir uma cidade mais moderna significaria a construção simbólica de um novo país, ideal instaurado pela ordem republicana. A elite carioca assumia o cosmopolitismo como forma de negação de tudo aquilo que pudesse ser identificado com o passado colonial – sinônimo de atraso. Um novo país pediria, igualmente, a produção de uma nova identidade nacional, através da atuação de um Estado autoritário e onipresente. Mais além, denotava o distanciamento explicito entre as elites governantes e o conjunto da sociedade brasileira. (MOREIRA,1995)

Augusto Malta tendo sido contratado por Pereira Passos como o fotógrafo oficial da prefeitura, tinha a incumbência de percorrer o centro, identificando e fotografando os edifícios, moradias ou estabelecimentos comerciais antigos, material esse que seria usado como "prova científica" que justificaria sua demolição. Ele igualmente documentaria o processo de reurbanização, e suas obras. Nesse esforço entre a prefeitura e o governo federal em transformar o Rio de Janeiro em uma verdadeira metrópole nos moldes europeus, fazia-se importante deixar tudo fotograficamente documentado. Não podemos esquecer-nos que a fotografia então era vista como a mais real e fiel expressão do acontecimento passado, também em sincronia com o ideário da modernidade.

[2] Francisco Pereira Passos (1836-1913), descendente de cafeicultores, era filho do Barão de Mangaratiba. Engenheiro formado na Escola Militar, fez curso de especialização na École des Ponts e Chaussés. Foi prefeito do Rio de Janeiro entre 1902 e 1906.

[3] Georges-Eugène Haussmann (Paris, 27 de Março de 1809 — Paris, 11 de Janeiro de 1891), Barão Haussmann-o "artista demolidor", foi prefeito do antigo departamento do Sena (Paris), entre 1853 e 1870. Durante aquele período foi responsável pela reforma urbana de Paris, determinada por Napoleão III, e tornou-se muito conhecido na história do urbanismo e das cidades.

Contudo, além das transformações físicas da cidade, a fotografia de Malta também buscava a representação de uma *Belle Époque*[4], mostrando principalmente a elite, descrevendo uma sociedade imaginava-se ser ou como gostaria que se fosse – a imagem de um Brasil da modernidade.

No entanto, é importante salientar que a realidade de grande parcela da população, classificada desde o século XIX como "classes pobres" ou "classes perigosas", era a de uma vida sem as mínimas condições de saneamento e higiene. Malta tinha também a função de fotografar as habitações coletivas e cortiços no centro da cidade onde essa população pobre vivia. Assim, as imagens dessas pessoas também se fazem presentes em sua obra, na representação daquilo que se pretendia extirpar da paisagem: gente ociosa pelas ruas, muitas vezes malvestida e descalça, e crianças soltas com excesso de liberdade, hábitos considerados incompatíveis com a cidade moderna que se esperava. As reformas também deveriam abranger o saneamento de tais comportamentos, excluindo-se essa população do cenário urbano remodelado, deslocando-a à força para áreas periféricas da cidade, como poderemos constatar no pensamento da época no trecho a seguir:

> Estimaríamos que o fotógrafo Municipal dispusesse de tempo, ou de recurso para andar surpreendendo os nossos maus costumes: indivíduos deitados pelo chão, caídos, bêbados; (...) e tantas outras coisas ridículas que infestam esta capital e que o tempo e a vontade enérgica do prefeito se incumbiram de destruir para dar lugar à civilização em todas as suas maneiras de melhorar e aperfeiçoar" Photografia Municipal. O Comentário, 27/01/1904, p. 37-38, (apud. CIAVATTA, 2002, p. 90)

Essa operação de incluir e excluir, ao dizer o que éramos, significou também dizer o que não éramos. A construção da identidade e da diferença se fez presente, naquele momento histórico do Brasil, daquela sociedade, em declarações sobre quem pertencia e sobre quem não pertencia, sobre quem seria incluído e quem seria excluído das reformas perpetradas pelo poder público. Fronteiras foram demarcadas entre o que se pretendia de uma identidade nacional, e aquilo que não se adequava a ela. E esses Outros não incluídos nos planos e melhorias das reformas urbanas foram esquecidos a seu tempo.

[4] *Belle Époque* (expressão francesa que significa *bela época*) foi um período de cultura cosmopolita na história da Europa que começou no fim do século XIX (1871) e durou até a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914. A expressão também designa o clima intelectual e artístico do período em questão. Foi uma época marcada por profundas transformações culturais que se traduziram em novos modos de pensar e viver o cotidiano. Esse período a que nos referimos, da reformulação urbana da cidade do Rio de Janeiro, bem como de seus hábitos, foi inspirado nesse movimento ocorrido na Europa.

Nesse cenário histórico aqui apresentado, existe uma identidade idealizada sendo forjada, e outra identidade sendo negada. De um lado a elite, privilegiada pelo governo, e para quem as benesses do Estado estavam voltadas, sendo fotografada numa metrópole remodelada, e representando o ideal da modernidade. Por outro lado, a população pobre, feia e malvestida, sendo fotografada como prova de seus maus hábitos e decadência, sendo marginalizada, empurrada para além das fronteiras da cidade modernizada – o Outro. Há duas distintas memórias visuais sendo construídas através das imagens de Malta e que hoje são constituintes da memória da Cidade do Rio de Janeiro, e da nação, o que veremos na análise das imagens.

Segundo Michael Pollack (1992; p.204), "a memória organizada, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos serão gravados na memória de um povo". E Malta, ao servir ao poder público, aquele que o contratou, foi um ator social na construção dessa memória organizada. Esse mesmo poder, ao contratar um profissional para documentar seu projeto de nação, e seu processo de se forjar uma identidade nacional, pretendia deixá-la gravada como uma "memória coletiva" homogeneizadora. Porém, Pollak nos faz refletir igualmente sobre a memória dos marginalizados e excluídos, a qual ele denomina memória subterrânea que, "como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, opõem-se à memória oficial, no caso a memória nacional" (1989; p.4).

O Estado com sua força institucional atuou para demarcar essa memória coletiva. Sua postura pode ser interpretada sob à luz de Halbwachs (2006), que não via nela uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentuando as funções "positivas" com o intuito de reforçar uma coesão social pela adesão afetiva ao grupo. Percebemos uma parcela dessa população projetando uma imagem que pretendia perpetuar. Esse burguês, enquanto perambula, está economicamente ativo e engajado num projeto de "memória oficial". Porém, essa memória – e identidade - sendo formada, contemplava somente um grupo: a elite.

O choque da modernidade e a memória oficial nas imagens de Malta

A rapidez com que as transformações em toda área do centro do Rio de Janeiro se deram e, principalmente, da Avenida Central, gerou bastante polêmica, desencadeando um intenso confronto entre críticas e exaltações. Para a classe mais pobre que ocupava o centro, o ideal de um Brasil moderno não era o suficiente para justificar a destruição de suas casas (ENTLER, OLIVEIRA, JR;2008). Houve o choque da destruição de um estilo de vida e do espaço ao qual ele estava associado. Houve também o choque quanto à velocidade e a dinâmica de uma nova cidade.

Walter Benjamin (1989) nos fala do choque do ideal da modernidade, da fermentação das grandes cidades, do seu crescimento, do contato com as grandes massas citadinas, da multidão amorfa dos passantes, do público das ruas - dessa rua que é o local

privilegiado da modernidade – o território da novidade, da ação, do movimento, onde todas as suas tensões se transformam num espetáculo.

Nesse Rio de Janeiro "moderno", o hábito burguês de perambular pelos boulevards revela também uma ociosidade. Trata-se, no entanto, de um ócio bem diferente daquele que se condenava nas ruas do Rio antigo, sobretudo por uma questão de ritmo: em oposição ao pobre parado nas janelas, calçadas, botequins e quiosques, está o burguês em pleno movimento, ao mesmo tempo, contemplando e compondo a agitação da metrópole. Na imagem a seguir veremos a Avenida Central recém-inaugurada, mostrando esse burguês em seus novos hábitos.



Figura 1- Avenida Central – Augusto Malta- 1906

Fonte: G. Ermakoff – Arquivo de Imagens

Em seguida, podemos ver outra dentre inúmeras das imagens de Malta da Avenida Central, esta realizada já por volta dos anos de 1920, mostrando a reforma do centro da cidade já consolidada e um estilo de vida da *belle époque* dos trópicos.



Figura 2- Avenida Rio Branco – Augusto Malta (Circa 1920)
Fonte: G. Ermakoff – Arquivo de Imagens

Faz-se importante ressaltar aqui, nessas imagens apresentadas, a função "oficial" do fotógrafo Malta, documentando essa nova metrópole, e representando a imagem daquilo que se pretendia ser: uma população inserida num cenário mundial moderno. Era o ideal de uma cidade, com carros que substituíam os bondes, de pessoas vestidas à moda europeia em sua *flanerie*[5]. Em ambas imagens *o* tempo é o da *belle époque* brasileira, recorte cronológico assinalado pelo historiador Nicolau Sevcenko (1989) como compreendendo, grosso modo, o período de 1900 a 1920.

Dentro dessa lógica discursiva, Malta mostra a cidade e o comportamento pretendidos, a identidade forjada, servindo ao propósito de seu empregador, o poder público, que produzia o discurso "controlador" da modernidade. A imagem reproduz o discurso de uma cidade de elite europeia, com ruas e cariocas remodelados, "bem-comportados", cultos, bem vestidos, frequentando lugares inspirados nos *boulervards*, flanando, passeando de automóvel, inseridos em uma cidade modernizada.

Porém, a historiografia brasileira deixa claro que o poder público municipal negou esse espaço à população pobre e malvestida. As camadas mais pobres da população, que não tinham condições de acompanhar o rigor das regras de elegância que o novo espaço exigia, com o uso de colarinho, casaco, chapéu, sapato e meias, tiveram o acesso negado à principal avenida do centro da cidade.

[5] *Flânerie* deriva da palavra *flâneur*, aquele que flana, caminha, passeia. O sentido de flanar conduz a uma travessia pela cidade. Flanar baseia-se num percurso épico que o *flâneur* empreende por muito conhecer a cidade. Embora o seu olhar sempre seja o do distanciamento, ele é antes de tudo um observador que sente a cidade, " ele busca asilo na multidão" como bem disse Walter Benjamin.

> Demonstração do delírio autoritário das elites no período "(...) foi a criação de uma lei de obrigatoriedade do uso do paletó e sapatos para todas as pessoas, sem distinção, no Município Neutro. O objetivo do regulamento era pôr termo a vergonha e a imundície injustificáveis dos em mangas-de-camisa e descalços nas ruas da cidade. O projeto de lei chegou a passar em segunda discussão no Conselho Municipal e um cidadão, para o assombro dos mais céticos, chegou a ser preso 'pelo crime de andar sem colarinho. (SEVCENKO, 1989, p. 33).

Alguns tentavam burlar a lei: revoltaram-se contra a vacina obrigatória[6], criaram artifícios de resistência e contestação aos novos tempos e costumes, buscaram novos espaços, e insistiram em circular mesmo onde tinham seu acesso vetado ou dificultado. Mas é fato que essas formas de resistências eram na verdade um modo de burlar a estratificação estética implementada através de políticas públicas, na qual só era permitido acesso ao espaço público, cidadãos de notória distinção visual, como as moças na imagem abaixo.

[6] Referimo-nos aqui à Revolta da Vacina que foi uma manifestação popular ocorrida entre 10 a 16 de novembro de 1904 na cidade do Rio de Janeiro. O início do período republicano no Brasil foi marcado por vários conflitos e revoltas populares. O motivo que desencadeou isso foi a campanha de vacinação obrigatória, imposta pelo governo federal, contra a varíola. A campanha de vacinação obrigatória foi colocada em prática em novembro de 1904. Embora seu objetivo fosse positivo, ela foi aplicada de forma autoritária e violenta. Proposta pelo sanitarista Oswaldo Cruz, ela também fez parte do projeto de reformulação urbana e sanitária do governo de Pereira Passos.



Figura 3- EXPOSIÇÃO NACIONAL do Centenário da Abertura dos Portos Brasileiros às Nações Amigas, Rio de Janeiro, RJ, Augusto Malta, 1908.

Fonte: G. Ermakoff – Arquivo de Imagens

Nessa imagem, "moças elegantes" fazem pose e conversam sentadas em um dos bares da exposição de 1908. Entre os dias 28 de janeiro e 15 de novembro desse ano, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu uma grande exibição de bens naturais e produtos manufaturados oriundos de diversos estados brasileiros. A chamada Exposição Nacional de 1908 foi promovida pelo Governo Federal, com a justificativa de celebrar o centenário da Abertura dos Portos (1808) e de fazer um inventário da economia do país. Seu principal objetivo, porém, era o de apresentar a nova Capital da República - urbanizada pelo Prefeito Pereira Passos e saneada por Oswaldo Cruz - a diversas autoridades nacionais e estrangeiras que a visitaram. Ela significa, igualmente, a projeção de uma identidade nacional que se pretendia, e que se queria preservar para o futuro: a de uma população bem vestida à moda europeia, branca e educada.

Podemos também aqui notar como a fotografia, ela mesma filha da revolução tecnológica europeia do século XIX, período das inovações técnicas, da ciência, da produção e do consumo em massa começando a dominar a sociedade ocidental, sendo utilizada para conferir materialidade a preconceitos e estereótipos políticos e sociais. Malta se utiliza dessa nova imagem técnica para representar a sociedade burguesa em seus feitos e realizações.

Neste ponto questionamos se o fotógrafo tinha consciência de seu papel num projeto uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Sabemos através de suas próprias palavras que ele compreendia a importância de seu trabalho: "Daí por diante,

transformei-me em fotógrafo oficial (...). Passos foi um grande animador da minha arte, dava-me conselhos e protegia-me (...). Cedo compreendi o valor desse trabalho para a história do Rio (...)".[7] Benjamin, em a *Pequena História da Fotografia,* de 1931, coloca-nos uma questão: "Mas um fotógrafo que não sabe ler suas próprias imagens não é pior que um analfabeto? " (1987, p.107) Dito de outra maneira, o fotógrafo que não sabe ler o futuro em suas próprias imagens seria um analfabeto. Malta tinha consciência de que sua produção imagética se inseria numa dimensão ideológica, e ele abraçou a causa da modernidade. Sabemos através de depoimentos de sua própria família que ele era um homem atento às inovações tecnológicas ditadas pelo progresso da ciência e da tecnologia frutos da modernidade e era um homem a quem o passado pouco interessava. (CARLINI, 1980)

E nesse processo de se construir uma memória, ao se usar a fotografia para assim ficar gravada na memória do povo, e sendo essa memória gravada um elemento constituinte do sentimento de identidade, a qual o próprio fotógrafo provavelmente se via inserido, Malta também se ocupou em retratar um elemento sem o qual ninguém consegue construir uma autoimagem – O Outro. (POLLAK, 1989). Veremos a seguir as imagens que, em nossa interpretação, representam esse Outro, aquele que foi esquecido pelo poder público.

A fotografia dos esquecidos

> (...) Fujam os vagabundos e os madraços! Fujam turcos com fitas e com rendas! No ponto aberto já não quer mais tendas O prefeito doutor Passos! (...). O Malho.[8]

As soluções modernizadoras da cidade não extinguiram suas ambiguidades: "zonas altas e baixas", o centro e os bairros, o 'perto' e o 'longe' atestam o aburguesamento e a pauperização como as duas facetas da transformação capitalista que se operava na urbe. A cidade que garante o espaço de alguns, elimina o de outros.

E esse "Outro" foi esquecido no processo de modernização, para os quais as benesses nunca foram direcionadas. O que sabemos, que o fotógrafo da prefeitura se ocupou em registrar a camada pobre da população, pois essas imagens tinham uma finalidade cientificista de prova, de documento, que demonstrava a insalubridade dos hábitos, do estado de decadência dos imóveis a serem demolidos. As crianças soltas pelas ruas, descalças, homens vadios e desocupados, vários deles negros e mulatos vestidos apenas com

[7] Manuscrito de Augusto Malta datado 29 de agosto de 1936. (apud, CAMPOS, 1987).
[8] Trecho de poesia publicada no *O Malho* de 18-04-1903, sem autor.

calças e camisas surradas, vendedores ambulantes, os frequentadores dos quiosques, significavam a imagem do que se queria eliminar da paisagem carioca.

E aqueles esquecidos no processo modernizador, foram tornados marginais, ao serem destituídos de seu espaço e modo de vida, removidos para a periferia, deixados fisicamente à margem da cidade, e politicamente à margem da cidadania. Em uma cidade que se modernizava, seus modos, hábitos e costumes eram vistos como incompatíveis com a imagem civilizada almejada pelas autoridades públicas e elites locais.

A seguir veremos uma imagem de Malta que tinha como função documentar um casarão a ser demolido no processo de remodelação do centro do Rio de Janeiro. Se ela tinha como objetivo primeiro ser uma prova cientifica de sua má conservação, numa paisagem arquitetônica a ser eliminada, essa de ruas estreitas típicas do período colonial, ela também capturou a imagem das pessoas que pertenciam a esse espaço, e que seriam igualmente retiradas desse cenário, removidas à força. Perceberemos nela, como os homens ali em pé, encaram a câmera, e o fotógrafo, com um olhar desafiador.



AUGUSTO MALTA: *Rua dos Andradas com Alfândega*, 1906.
Abaixo da identificação, segue o comentário "está pedindo picareta".
Rio de Janeiro, Museu da Imagem e do Som.

Figura 4 -Rua dos Andradas com Alfândega – Augusto Malta – 1906
Fonte- Museu da Imagem e do Som - RJ

Nessa imagem, podemos perceber um Malta sempre muito meticuloso em seu processo de documentação. Ele deixava pistas de suas opiniões nas legendas, como fez em grande parte de sua obra. Elas podem ser entendidas como a assinatura do fotógrafo que nelas registrava, data e local, e muitas vezes o número do fotograma correspondente ao

arquivamento do material acompanhados de comentários sobre o assunto. Especificamente na imagem em questão, ele diz claramente que o imóvel "*está pedindo picareta",* ou seja, que deveria ser demolido. Tal declaração explícita, mostra-nos o quão ele estava em sintonia com o processo de demolição das moradias, e o projeto modernização do centro da cidade.

Igualmente, em muitos de seus registros fotográficos, como o que mostraremos abaixo, é possível ver famílias inteiras posando diante de suas casas e lojas. Diz-se que ele utilizava esse subterfúgio para disfarçar que a verdadeira intenção da imagem era avaliar a situação dos imóveis condenados à demolição, e assim eliminar o "risco" de ser atacado por proprietários insatisfeitos que sabiam que seus imóveis seriam desapropriados. Simulavam-se assim fotografias "inocentes" da meninada das redondezas que adoravam posar para posteridade. (ERMAKORF, 2009).



Figura 5 - Prédio da Rua Frei Caneca. Foto de Augusto Malta, 1906
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).

Oswaldo Porto Rocha (1995) em sua excelente pesquisa apresentada no livro *A Era das Demolições*, narra como a construção da Avenida Central, e a reurbanização da região central, implicou a derrubada de cerca de 1.600 velhos prédios residenciais e comerciais, como esses que aparecem nas imagens feitas por Malta. Ele também nos fala de uma série de arbitrariedades e abusos dos construtores. No processo, a documentação de Malta foi

fundamental para a avaliação dos prédios a serem desapropriados. Quando um proprietário marcava audiência na prefeitura para reclamar um valor maior para a indenização, muitas vezes ele se via confrontado por uma farta iconografia sobre a degradação de sua propriedade. Se a localização central garantiria aos prédios um alto valor comercial, as evidências fotográficas de sua má conservação e de sua *má utilização* encerravam as discussões.

Neste ponto questionamos por quê essas pessoas sorririam condescendentes para um fotógrafo que prenunciava sua destruição. Seu espaço e estilo de vida desapareceriam de maneira arbitrária, porém suas imagens sobreviveram na documentação de Malta. Buscamos em Michael Pollak (1989) a ideia da sobrevivência de memórias subterrâneas, na tentativa de compreender os processos e os atores que intervêm na constituição da memória, privilegiando a análise dos excluídos e dos marginalizados. Essas memórias se oporiam à "memória oficial", no caso a memória nacional. Vimos anteriormente algumas das imagens de uma identidade forjada, imposta, e agora vemos a imagem e memória daqueles que foram esquecidos à sua época, presentes nesses artefatos visuais, nessas imagens das crianças em frente de uma casa condenada ao desaparecimento. Entendemos aqui, à luz de Pollak (1989), que havia um processo de disputa de identidades, e, consequentemente, de Memórias.

Essas imagens daqueles (e daquilo) que desapareceriam da cidade modernizada, mostram-nos uma cultura dominada pelo Estado que o destituiu de direitos, determinando a destruição de suas casas e estilo de vida. Elas também, ainda segundo Pollak, podem falar-nos de uma resistência, uma oposição à "memória oficial", aquela apresentada pelas imagens da nova avenida, dos novos edifícios, dos novos hábitos de uma população modernizada.

As imagens das pessoas que foram removidas à força e deslocados para a periferia ou morros da cidade, são artefatos visuais de memória e interpretamos como uma forma de resistência por parte desses esquecidos. Na imagem das crianças agrupadas em frente de suas casas, os espaços a desaparecer, as quais seriam desapropriadas pela Prefeitura, percebemos que elas, de alguma forma, encaram a lente do fotógrafo como quem diz: "merecemos um lugar nesta história". Pollak (1989, p. 103) nos fala da história oral funcionando como memória subterrânea, mas não poderiam as imagens fotográficas também desempenhar essa função? Não se esconder das lentes do poder municipal, mostrar-se e coadjuvar aquela fotografia seria estar inexoravelmente colado àquela imagem que legaria ao futuro a marca da sua presença.



Figura 6 – Quiosque no Largo da Carioca- Augusto Malta - 1911
Fonte: G. Ermakoff – Arquivo de Imagens

Nessa imagem de Malta, vemos outro exemplo emblemático de como o poder público (e a elite) definiu a feiura, a alteridade, que eram os quiosques: pequenas construções de madeira em estilo oriental, localizadas em praças, largos e ruas da cidade. Durante o processo de remodelação da cidade e dos costumes, eles também foram alvos, terminando por serem todos removidos pela administração do Prefeito Pereira Passos no ano de 1911, juntamente com seus frequentadores, um público essencialmente masculino, comendo e bebendo descontraidamente.

Luís Edmundo (1878-1961) dentre outros escritores, patrocinadores da *"Liga contra o feio"* em 1908 e da *"Liga da Defesa da Estética"* em 1915 (SEVCENKO, 1989), era feroz defensor das mudanças, e da extinção dos quiosques, e com estas palavras expressou sua posição de que eles eram males a serem extirpados:

> Em todo o Rio de Janeiro (...) o kiosque affrontoso, ennodando a paizagem, (...). Cada qual mais sórdido.(...). Ignóbeis todos. Fallemos. Porém, dos outros, dos peiores. Estão os freguezes do antro em derredor, recostados à vontade, os braços na platinbanda de madeira, que sugere um balcão; os chapéus derrubados sobre os olhos, fumando e cuspindo o solo(...) o kiosque é uma improvisação achamboada e vulgar de madeiras e zinco, espelunca fecal, empestando à distância e em cujo bojo vil um homem se engaiola, vendendo ao pé rapado – vinhos, broas, café, sardinha frita, codias

> de pão dormido, fumo, lascas de porco, queijo e bacalháo. (EDMUNDO, 1938. p. 117-118).

Augusto Malta não produziu essas imagens com o intuito de denúncia social, antes, ele as produziu como forma de documentar o não pertencimento daquelas pessoas a um espaço renovado. Assim como a memória é socialmente construída, a documentação também o é. Se esses rostos foram esquecidos pelo poder público, a fotografia de Malta tem o poder de nos fazer relembrá-los.

A existência dessa documentação nos permite fazer um balanço da reforma de Pereira Passos e analisar a dimensão da ameaça do processo de desarticulação cultural, da perda de identidade vivida por essas camadas populares que se viram destituídas de seu estilo de vida. Nesse momento histórico da europeização da cultura carioca – e brasileira – e da padronização de hábitos e comportamentos coletivos, a reformulação urbana impôs uma modernização autoritária e de fachada, e só fez aprofundar as desigualdades sociais herdadas do passado colonial e escravagista, e vem falar-nos da problemática da construção social da memória.

Chalhoub (1986) expõe as contradições de um período em que o surgimento de prédios modernos conviveu com as favelas, e que o surgimento de um ideal de "civilidade" não eliminou do Rio de Janeiro os problemas mais básicos de uma cidade grande, como a miséria, a violência e a injustiça. Atribui-se a este período o estigma de marco inicial da favelização da cidade, considerando-se que o "bota-abaixo" promovido pelo governo acabou impulsionando a aglomeração de moradias precárias nas encostas dos morros. Ele também nos aponta como o plano no qual a construção da Avenida estava inserida se desdobrou em vários conflitos e tensões sociais, resultado das insatisfações dessas classes subordinadas e desprivilegiadas.



Figura 7 - Grupo posando no Mangue ao lado do viaduto da Central do Brasil –Augusto Malta – 1920
Fonte: Museu da Imagem e do Som-RJ

Esses rostos, risonhos, desconhecidos e esquecidos, pedem nome. Benjamin também em seu texto *Pequena História da Fotografia*, a propósito das fotografias de *Octavius Hill*[9], escreve que o retrato por ele realizado da vendedora de peixes de New Haven exige o nome da mulher que um dia esteve viva: (...) "algo que não se pode ser silenciado, que reclama com insistência o nome daquela que viveu ali, que também na foto é real, e que não quer extinguir-se "na arte". "(BENJAMIN,1987,p.93). Sentimo-nos, de alguma forma, olhados pelas pessoas retratadas e buscamos saber a sua história.

Aqueles fotografados fazendo pose representavam uma realidade nacional: uma população mestiça, pobre e malvestida, e que em nada se parecia com os seres deslocados de uma *belle époque* francesa no calor dos trópicos. Não basta indagarmos o porquê de o fotógrafo ter se decidido a registrar tal imagem. Assim, posando para sua permanência, esses brasileiros cariocas representavam uma identidade nacional real, em oposição àquela forjada na busca de se criar uma identidade nacional à europeia.

Este artefato visual resiste à passagem do tempo, e ao esquecimento. Não sabemos seus nomes, mas seus rostos na imagem fotográfica são o documento que prova que eles existiam, apesar dos esforços do Estado em retirá-los do campo de visão e afastá-los da vitrine em que a cidade do Rio havia se transformado.

[9] David Octavius Hill, foi um fotógrafo e pintor escocês que passou para a história por suas impressionantes calótipos de retratos fotográficos (modelos de rua e tipos), também cultivada outros gêneros, como a paisagem e monumentos arquitetônicos. Considerado o pai do retrato fotográfico, é a esse artista que Walter Benjamin se refere quando fala do retrato da vendedora de peixes.

Faz-se necessário deixar claro que o discurso de Malta, através de suas imagens, não fala em eliminação das classes populares, de extinguir ambiguidades ou contrastes sociais, mas sim em uma nova distribuição territorial. Vemos uma cidade garantindo a alguns e afastando outros de determinados espaços, mesmo que possibilitasse o acesso dos trabalhadores ao centro. Na disputa de identidades, demarca-se "cada identidade em seu espaço". A elite, a população bem vestida e de "bom gosto" pertencendo à Avenida Central, seus Cafés, restaurantes e festas, enquanto a população pobre, feia e analfabeta, afastada da região central para as periferias da cidade e para os morros. Dois mundos, o da elite moderna e civilizada, e o da plebe atrasada, pareciam bem apartados. Contudo, tratava-se mais de um desejo do que propriamente de um fato. Na verdade, era um mundo só: a multifacetada Cidade do Rio de Janeiro.

Considerações finais

Ao entendermos a produção de imagens fotográficas como uma produção de documentação histórica, e ao compreendermos o trabalho do fotógrafo como uma produção de memória, da memória visual da cidade, percebemos a representação de duas diferentes identidades na obra do fotógrafo. Augusto Malta, o fotógrafo oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro, teve como missão documentar para a posteridade o Carioca idealizado, considerando-se ele, como morador da capital do Brasil à época, a imagem do que se pretendia do povo brasileiro "modernizado" – A identidade do cidadão brasileiro. Seu olhar, contudo, também se voltou para "outro" carioca, tão real quanto o primeiro, mas que havia sido esquecido pelo poder público em seus planos de um país moderno.

Em sua função como fotógrafo oficial do poder público, ao documentar as transformações urbanas, e um ideário da modernidade, também registrou o dia a dia da cidade e suas pessoas, e assim fazendo, flagrou grupos que conviviam, num mesmo período histórico, numa mesma urbe, entretanto em mundos bem diferentes. Nossa análise nos fez ver exemplificadas essas diferenças da população em fotografias representando grupos totalmente distintos um dos outros, e em contextos igualmente distintos, mesmo que na mesma cidade.

Pudemos observar através da historiografia brasileira que o processo não ocorreu sem alguma forma de resistência, mesmo que tenha sido inexorável a extinção dos espaços e estilos de vida das camadas pobres da sociedade. Igualmente observamos que houve uma disputa de identidades que estavam sendo forjadas, bem como uma disputa por espaço – O espaço do Rio de Janeiro reurbanizado.

O produto final na obra de Augusto Malta, suas fotografias, se deu dentro de um processo do homem que, dentre as várias escolhas possíveis, optou por um ponto de vista em particular, o entusiasmo e otimismo advindos das ideias de modernidade. Ele utilizou toda a tecnologia a ele oferecida por esta modernidade e, não menos relevante, por seu

"patrocinador", o poder público. Sua narrativa fotográfica é permeada por desejos de um lugar e de uma época, que o motivaram a traduzir, e perpetuar em imagens determinados aspectos da realidade.

O maior legado de sua obra talvez seja o de fornecer-nos com sua fotografia, compreendida tanto como documento histórico, quanto documento social, a possibilidade de uma constante construção (ou revisão) de uma memória coletiva nacional. Se houve por parte do poder público o intuito de se construir uma memória nacional dominante, através de suas imagens, também podemos vislumbrar as memórias marginalizadas.

Neste momento, recorremos a Halbwachs, e com ele concordaremos que nossas memórias são coletivas, e que sempre seremos relembrados por outros, por ocasião de sua narrativa em sua visita a Londres: "que nunca esteve sozinho, que todos os romances de Dickens lidos na infância o acompanhavam" (2006, p.30-31). Na lógica da Memória Coletiva, ao passearmos, flanarmos pelas ruas do centro do Rio de Janeiro nos dias atuais, estamos sempre acompanhados de Augusto Malta. As imagens desse novo Rio culminaram por cristalizar no imaginário do carioca a ideia de que o período de Pereira Passos foi o momento da implantação da civilização e da modernidade da capital da República, mesmo que tenha se esquecido de grande parte desses cariocas ao longo do processo.

Por fim, em uma dinâmica de lembrar e esquecer, a Memória da cidade do Rio de Janeiro em sua ambiguidade, tanto nas imagens do carioca ideal, de uma identidade imposta, espelhando uma *belle époque*, tanto nas imagens do carioca real, com seus vestir, habitar e comportar errados, fazem-se presentes na obra de Augusto Malta.

Artigo recebido em 22 abr. 2017.
Aprovado para publicação em 29 jul. 2017.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: Walter Benjamin. *Obras Escolhidas I*. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: Walter Benjamin. *Obras Escolhidas III.* Charles Baudelaire. Um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAMPOS, Fernando F. *Um fotógrafo, uma cidade:* Augusto Malta. RJ, 1987.

CARLINI, M. Amalthea. Depoimento de Amalthea Malta Carlini ao programa Ciclo de Ciências e Artes Plásticas, Museu da Imagem e do Som, Rio de Janeiro, 20 de março de 1980. Disponível em: http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br/#.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim:* o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo, Brasiliense, 1986.

CIAVATTA, Maria. *O mundo do trabalho em imagens:* a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo.* RJ, Imprensa Nacional, 1938.

ENTLER, Ronaldo; OLIVEIRA JR., Antônio Ribeiro de. Augusto Malta e Marc Ferrez: Olhares sobre a construção de uma metrópole. 19&20, Rio de Janeiro, v. III, n. 4, out. 2008. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/am_mf.htm>.

ERMAKOFF, George. *Augusto Malta e o Rio de Janeiro de 1903-1933.* Rio de Janeiro: G. Ermakoff Editora, 2009.

HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva.* São Paulo: Centauro, 2006.

HOLLANDA, Ricardo de. Augusto Malta, a versão mecânica do flâneur. In: *Revista Rio de Janeiro,* nº 10, 2003.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História,* 2ª ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

_____*Dicionário Histórico-Fotográfico Brasileiro. Fotógrafos e Ofício da Fotografia no Brasil (1833-1910).* Rio de Janeiro: IMS, 2002.

MOREIRA, Regina da Luz. *Os cariocas estão mudando de cidade sem mudar de território:* Augusto Malta e a construção da memória do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado), Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

_____ Trópico versus civilização nas imagens de Augusto Malta (Rio de Janeiro, 1903 -1906). In: In PEIXOTO, Clarice E.; MONTE-MÓR, Patrícia (editores). *Cadernos de Antropologia e Imagem:* A Cidade em Imagens. Rio de Janeiro: UERJ / Núcleo de Antropologia e Imagem (NAI), n° 4, 1997.

POLLAK, Michael. ”Memória, esquecimento, silêncio”, *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro 1989. p. 3 – 15.

_____. “Memória e Identidade Social”, *Estudos Históricos,* nº10, Rio de Janeiro, FGV,1992; p.204-205.

ROCHA, Osvaldo Porto. *A era das demolições*: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920. Rio de Janeiro, 1995.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão:* tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1989. 3.ed.

SOUZA , Fernando Gralha de . *A belle époque carioca:* imagens da modernidade na obra de Augusto Malta. (1900-1920). Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

Reforma urbana no Estado Novo: a gestão de Henrique Dodsworth na cidade do Rio de Janeiro (1937-1945)

Pedro Sousa da Silva[1]

Urban reform in the Estado Novo: the management of Henrique Dodsworth in the city of Rio de Janeiro (1937-1945)

http:/dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.69426

[1]Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista CNPQ. Email: pedrosousadasilva13@gmail.com.

Resumo:

Ao longo dos oito anos de Estado Novo, o Rio de Janeiro passou por um processo de grandes transformações urbanísticas acompanhado de uma reorganização da máquina administrativa. Este artigo examinará as principais transformações ocorridas na Secretaria Geral de Viação e Obras, a elaboração e a execução dos principais empreendimentos do plano de obras públicas da municipalidade.

Palavras-chave: Estado Novo; urbanismo; Renovação urbana; Henrique Dodsworth.

Abstract:

During the eight years in which the Estado Novo lasted, the city of Rio de Janeiro passed throw a big process of urbanistic changes and a reorganization of the administrative machine. This article will examine the main transformations that occurred in the Secretaria Geral de Viação e Obras, the preparation and execution of the main projects of the public works plan of the municipality.

Keywords: Estado Novo; Urbanism; Urban Renewal; Henrique Dodsworth.

Introdução

Em julho de 1937, Getúlio Vargas nomeou o Deputado Federal Henrique Dodsworth para o cargo de interventor na Capital Federal, figura com larga trajetória na política carioca que contava com a simpatia de diversas entidades da classe dominante local, como a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e a Associação Comercial (SARMENTO, 2003, P. 31). Após o golpe de Estado, em 10 de novembro, Dodsworth seria mantido no cargo e governaria a cidade durante todos os oito anos da ditadura do Estado Novo. Fiel aos laços políticos que herdara de seu tio, o engenheiro e ex-prefeito Paulo de Frontin, Henrique Dodsworth defendia uma visão da administração municipal ao estilo dos "prefeitos-engenheiros", na qual um grande programa de obras seria a solução para os problemas da cidade (SARMENTO, 2015, p. 55-58).

Nos oito anos seguintes, a cidade passou por um grande conjunto de intervenções urbanísticas cujas maiores obras foram a construção das avenidas Presidente Vargas e Brasil, a urbanização da Esplanada do Castelo e a duplicação do Túnel do Leme. Em nenhum momento, tal conjunto de obras representou apenas uma imposição natural causada pelos grandes problemas de circulação, habitação e saneamento que infligiam a então cidade mais populosa do país. Ainda que o principal periódico técnico da Prefeitura divulgasse que a ditadura inaugurou "uma nova era de trabalho e prosperidade, sem tropeços da demagogia e as perturbações inerentes às velhas formas da política partidária" (REVISTA, 1941, P.255), as políticas públicas do Governo Dodsworth não ignoravam as demandas expressas por entidades que representavam os interesses da construção civil e outras frações da classe dominante que apoiaram a nomeação do interventor.

A reorganização administrativa da Secretaria Geral de Viação e Obras

A centralidade que o programa de reforma urbana toma no Governo de Henrique Dodsworth é notável na prioridade que adquire a reorganização dos serviços da Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas na reforma administrativa promovida pela municipalidade. Para chefiar essa secretaria, Dodsworth nomeou o engenheiro Edison Junqueira Passos, figura de prestígio no meio técnico que permaneceria no cargo durante todo o Estado Novo. U

Um mês após o início da gestão, Henrique Dodsworth e Edison Passos promulgaram o Decreto 6.040 de 18 de agosto de 1937, no qual extinguiam a Diretoria de Engenharia cujos serviços seriam desdobrados em duas diretorias: a de Obras Públicas e a de Fiscalização de Obras e Instalações. Conforme estabelecido pelo decreto, o planejamento de intervenções e a execução de obras pela própria secretaria foram alocadas na Diretoria de Obras Públicas enquanto a Diretoria de Fiscalização de Obras e Instalações ficou composta por uma Comissão de Vistorias e duas Subdiretorias. Com isso, a Diretoria de Fiscalização, posteriormente renomeada como Departamento de Edificações, facilitou o processo de fiscalização dos empreendimentos imobiliários ao instalar uma divisão responsável pela

emissão de guias e permissões para obras em cada distrito da cidade (RIO DE JANEIRO, 1937, P. 412). Tais medidas iam ao encontro do pulsante ritmo de crescimento da construção civil na cidade do Rio de Janeiro: segundo dados do censo de 1940, a indústria carioca da construção civil empregava 52,5% do total de operários recenseados no país neste setor; 58% do total do capital aplicado, detinha 60% da força motriz disponível e 64,4% do valor da produção (FREITAS FILHO, 1986, p. 206).

Quando os efeitos da Segunda Guerra-Mundial abalaram o crescimento do setor, com a crise no fornecimento de matérias-primas, a política da gestão de Henrique Dodsworth em aliança com o SINDUSCON, Sindicato da Indústria da Construção Civil, priorizou os interesses do setor junto aos órgãos como a Coordenação da Mobilização Econômica [1] (LAMARÃO, 2001). Os laços estabelecimentos entre a municipalidade e o sindicato, através de seu presidente, Eduardo V. Pederneiras, garantiram uma série de vantagens para a compra de materiais como cimento e pinho para as empresas cariocas, além da concessão de facilidades burocráticas, como emissão de habite-se temporários, pela administração municipal (LEAL, 1987, p. 55-60).

Os representantes das construtoras da Capital Federal dispunham de espaço cativo nos órgãos municipais incumbidos de revisar a legislação responsável pela regulamentação do uso do solo. Em nossa pesquisa, encontramos ofícios do gabinete do Prefeito sobre a formação de comissão para revisão do Código de Obras da cidade: além de representantes da Secretaria de Viação e Obras, o Prefeito e o Secretário Edison Passos também convidavam Augusto Vasconcelos, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil, e Eduardo Vasconcelos Pederneiras, presidente do SINDUSCON, para contribuírem com o trabalho (RIO DE JANEIRO, Cx. 237).

O apoio ao plano de obras da Prefeitura do Distrito Federal e ao Secretário Edison Passos também era expresso em entidades tradicionais que reuniam engenheiros e empresários como o Clube de Engenharia, no qual o secretário era figura próxima das lideranças (PASSOS, 1943, p. 93). Em jantar promovido pelo Clube de Engenharia, em homenagem à posse de Edison Passos, em 28 de agosto de 1937, Maurício Joppert, em nome da direção da entidade, saudou o prefeito e o secretário Edison Passos e destacou a necessidade da administração municipal se debruçar sobre os problemas de tráfego e para a nova situação gerada pela crescente presença de automóveis na cidade:

> (...)Um dos que mais se destacam é o do tráfego urbano é hoje quase impossível andar de automóvel no Rio de Janeiro em certas horas para um número relativamente pequeno de veículos que possui o Distrito. Ruas estreitas e maldispostas, tráfego de bondes planejado e contratado em épocas que não existia o automóvel, entopem e engarrafam o tráfego frequentemente desafiando a inteligência, a atividade e a competência

[1] Órgão criado em 1942 pelo Executivo Federal para coordenar a atuação do Estado sobre a economia na situação de guerra. A coordenação contava com um Serviço de Licenciamento de Despachos de Produtos Importados encarregado de licenciar nas repartições alfandegárias os despachos de importação de matérias-primas e produtos acabados, em cotas predeterminadas.

> indiscutível do meu prezado amigo Edgard Estrela. (...). Despois tem de se cuidar do alargamento das ruas que deve ser estudado desde já para um programa de 20 a 25 anos. (ENGENHEIRO, 1937, p. 283).

Além de reformar os serviços da Secretaria de Viação e Obras, o decreto 6.040 criou um novo órgão: a Comissão de Obras Novas. Desde o seu início, a Comissão de Obras Novas representou uma instância do aparelho de Estado que atenderia aos interesses das empresas da construção civil. Conforme destacava o relatório de atividades da SGVO de 1940, "todos os serviços realizados pela Comissão de Obras Novas foram executados por empreitada, mediante concorrência pública" (COMISSÃO, 1940a, p. 50). Em seus quatro anos de atividades, o órgão foi dirigido pelo engenheiro Carlos Soares Pereira, que, após a extinção da comissão, passou pela direção do Departamento de Obras nos anos finais da gestão de Dodsworth. Posteriormente, o engenheiro participaria da criação e direção do Departamento de Estradas de Rodagens do Distrito Federal no final dos anos 1940 (COSTA, 2006, p. 244).

Os primeiros serviços da Comissão de Obras Novas consistiam em estudar, preparar orçamentos e decidir os locais que receberiam obras. Com o aumento das atribuições da Comissão, em 1940, o órgão ficou responsável não só por projetar e fiscalizar as obras que lhe fossem atribuídas pelo Secretário de Viação e Obras, como também passou a ser responsável por emitir avisos, ordens de serviços e multas às empreiteiras. A relação do órgão com a contratação de empreiteiras também era aumentada por conta da presença de Carlos Soares Pereira na direção da Comissão de Concorrências Públicas[2], instância do poder municipal responsável por habilitar as empresas para concorrerem as licitações (PEREIRA, 1941, p. 99). A Comissão de Obras Novas também era responsável pelo entendimento com as empresas de serviços de utilidade pública e Repartições Fiscais sobre qualquer empecilho que atrapalhasse a realização das empreitadas (idem).

Os dois maiores empreendimentos sob comando da comissão foram a Avenida Tijuca, posteriormente renomeada como Edison Passos, cujo trajeto adentrava na Serra da Tijuca, e os trabalhos iniciais da Variante Rio-Petrópolis, futura Avenida Brasil, estrada que se converteria na principal via de comunicação com os demais estados e com a periferia da cidade. Com mais de quatro quilômetros de extensão, a Avenida Tijuca foi a obra mais cara sob responsabilidade da Comissão de Obras Novas. Sua construção era justificada pelo precário estado de conservação da Estrada Nova e da Estrada Velha da Tijuca e pelo potencial turístico da área (LANE, 1938). O planejamento da nova via ocorreu desde os primeiros momentos do Governo Dodsworth no interior do Departamento de Obras. Com a constituição da Comissão do Plano da Cidade, a nova instância passou a agrupar alguns trabalhos de elaboração no último período de realização das obras (COMISSÃO, 1940a, p50). As concorrências para as obras da Avenida Tijuca foram vencidas por uma única empreiteira: a Sociedade Brasileira de Urbanismo. Entre 1937 e 1940 a empresa realizou o empreendimento principal e obras complementares por um custo total de US$ 1.107.625,45[3].

[2] Além do diretor da Comissão de Obras Novas, a Comissão de Concorrências Públicas contava com a participação do engenheiro Luiz Onofre Pinheiro Guedes e do oficial administrativo Moacyr da Cunha Barbosa.
[3] Dados retirados dos Boletins da Prefeitura do Distrito Federal 1937-1941.

Poucos meses após o surgimento da Comissão de Obras Novas, a reforma dos serviços da Secretaria de Viação e Obras ganhou um novo capítulo com a promulgação do Decreto 6.092, de novembro de 1937, no qual o Governo Dodsworth criou a Comissão do Plano da Cidade. As atribuições do órgão incluíam todas as particularidades da elaboração de um plano de melhoramentos da cidade, o poder de revisão sobre o zoneamento de qualquer área do município, resolver os casos omissos do Código de Obras, cooperar com projetos de obras da União que ocorressem no Rio de Janeiro e planejar um programa de realizações sistemáticas dentro do Plano da Cidade (COMISSÃO, 1938, p. 22).

A Comissão do Plano da Cidade era dividida em duas Subcomissões, uma de Elaboração e outra de Colaboração. A Subcomissão de Elaboração devia ser composta por elementos oriundos da administração municipal indicados tanto pelo Prefeito quanto pelo Secretário de Viação e Obras (IDEM, p.22). Por outro lado, a Subcomissão de Colaboração teria um caráter consultivo e informativo e devia ser composta, preferencialmente, por elementos, indicados pelo secretário e prefeito, escolhidos nos "Departamentos oficiais da União (...) associações e empresas que, pela natureza das suas atividades, mais diretamente possam opinar sobre o Plano da Cidade" (IDEM). Em nossa pesquisa nos arquivos da gestão de Henrique Dodsworth notamos que a grande maioria dos indicados para colaborar com os trabalhos da Comissão do Plano da Cidade era composta por engenheiros que possuíam vínculos com o Clube de Engenharia. Os nomes sugeridos pelo engenheiro da prefeitura José Oliveira Reis, indicado por Edison Passos para chefiar os trabalhos da Comissão, incluíam: Sampaio Correia, presidente da entidade na ocasião, e outros associados como o empresário Guilherme Guinle, Maurício Joppert, Marcelo de Teixeira Brandão e Raul Caracas. Além de filiados à tradicional entidade da engenharia carioca, a maioria dos indicados possuía laços com empresas que exploravam serviços urbanos ou com agentes alocados no aparelho de Estado. Raul Caracas era engenheiro da Light, Marcelo Brandão ocupava o cargo de engenheiro-chefe no Serviço Federal de Águas e Esgotos do Distrito Federal e Maurício Joppert, além de próximo a Henrique Dodsworth e Edison Passos, foi nomeado pela Prefeitura para avaliar os trabalhos de construção da Avenida Tijuca entre 1938 e 1940 (SILVA; AYRES, 1940, p. 200).

O Plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro

Ainda que as reuniões da Comissão do Plano da Cidade não tenham deixado registro nos arquivos da gestão de Henrique Dodsworth, uma síntese dos debates travados na comissão é encontrada nos projetos apresentados por Edison Passos em palestra na sede da Associação Brasileira de Imprensa durante a Semana do Engenheiro de 1940 e no artigo "Uma síntese das principais vias do Plano Diretor" de José de Oliveira Reis, ambos publicados na Revista Municipal de Engenharia entre 1941 e 1942. As condições políticas que permitiam investimentos vultosos em obras públicas eram assumidas sem pudores por Edison Passos (PASSOS, 1941, p. 213).

O cenário político surgido após o golpe do Estado Novo, com o fechamento do Legislativo e cerceamento das forças de oposição, eliminou o sinuoso caminho que as intervenções urbanísticas passavam até sua execução no regime anterior. A importância da

ditadura para o cumprimento do plano de obras também foi destacada, algumas décadas depois, em entrevista concedida por José de Oliveira Reis:

> E também tem outro fator importante que foi a ditadura, e na ditadura não tinha Câmara, não tinha ninguém para atrapalhar- os deputados, vereadores etc. -, de modo que a obra era de mais fácil execução, só precisava de autorização do Presidente da República e de dinheiro. (...). Além disso, como era ditadura, não havia grita. Não podia gritar coisa nenhuma, porque tudo era feito de acordo com o que o governo queria (FREIRE; OLIVEIRA, 2008, p. 24).

A preocupação da gestão de Henrique Dodsworth com as novas exigências da circulação viária era justificada pelo traçado e localização das principais vias da cidade. Segundo Passos o ponto mais grave dos problemas de circulação se encontrava no Centro onde "O tráfego é agravado pela passagem forçada aí de grande parte do tráfego regional. Além disso, o mau traçado das vias e a insuficiência de espaços livres para estacionamento concorrem sensivelmente para a pletora de que verifica na zona comercial" (IDEM, p. 26). O acumulo de problemas viários no Centro e a perspectiva de piora com o aumento crescente do número de carros na cidade justificavam a imediata implantação do programa de obras. A saturação das vias da área central também era destacada por José de Oliveira Reis, ao afirmar que: "toda a ligação da Zona Norte com a Zona Sul tinha de passar pelo Centro da cidade. Os dois polos mais importantes do Centro da cidade eram a Avenida Rio Branco e o Largo da Lapa" (Idem, p.29).

As exposições de Edison Passos e José de Oliveira Reis estabeleciam que a nova circulação viária do Centro dependia da abertura de novas vias: a Diagonal Lapa-Praça da República e Avenida Perimetral. Para isso, a construção da Avenida Presidente Vargas e a demolição do Morro de Santo Antônio eram definidas como obras básicas: apesar de sua demolição ser prevista em diversos projetos desde o século XIX, o Morro de Santo Antonio, por conta de seu tamanho e localização, tinha escapado incólume até então. Segundo Edison Passos tal morro era "o mais prejudicial ao desenvolvimento da Cidade" sendo sua demolição urgente pois era "considerado simplesmente um "quisto" perturbador da expansão do centro urbano, dificultando a comunicação entre as zonas sul e norte da cidade" (PASSOS, 1941, p.218). A ânsia do Secretário pela demolição do morro também se ligava a constante formação de ocupações com a construções de casebres na colina apesar das incessantes e violentas tentativas de remoção realizadas pelo poder público desde o início do Século XX (MATTOS, 2016, p. 3-43). Além de desafogar o trafego do Centro e abrir uma nova área para o comércio de luxo, os planos da municipalidade previam a construção de uma nova área ganha ao litoral entre as terras do aeroporto Santos Dumont e o Morro da Viúva no Flamengo: A preocupação da gestão de Henrique Dodsworth com as novas exigências da circulação viária era justificada pelo traçado e localização das principais vias da cidade. Segundo Passos o ponto mais grave dos problemas de circulação se encontrava no Centro onde "O tráfego é agravado pela passagem forçada aí de grande parte do tráfego regional. Além disso, o mau traçado das vias e a insuficiência de espaços livres para estacionamento

concorrem sensivelmente para a pletora de que verifica na zona comercial" (Idem, p. 26). O acumulo de problemas viários no Centro e a perspectiva de piora com o aumento crescente do número de carros na cidade justificavam a imediata implantação do programa de obras. A saturação das vias da área central também era destacada por José de Oliveira Reis, ao afirmar que: "toda a ligação da Zona Norte com a Zona Sul tinha de passar pelo Centro da cidade. Os dois polos mais importantes do Centro da cidade eram a Avenida Rio Branco e o Largo da Lapa" (Idem, p.29).

As exposições de Edison Passos e José de Oliveira Reis estabeleciam que a nova circulação viária do Centro dependia da abertura de novas vias: a Diagonal Lapa-Praça da República e Avenida Perimetral. Para isso, a construção da Avenida Presidente Vargas e a demolição do Morro de Santo Antônio eram definidas como obras básicas: apesar de sua demolição ser prevista em diversos projetos desde o século XIX, o Morro de Santo Antonio, por conta de seu tamanho e localização, tinha escapado incólume até então. Segundo Edison Passos tal morro era "o mais prejudicial ao desenvolvimento da Cidade" sendo sua demolição urgente pois era "considerado simplesmente um "quisto" perturbador da expansão do centro urbano, dificultando a comunicação entre as zonas sul e norte da cidade" (PASSOS, 1941, p.218). A ânsia do Secretário pela demolição do morro também se ligava a constante formação de ocupações com a construções de casebres na colina apesar das incessantes e violentas tentativas de remoção realizadas pelo poder público desde o início do Século XX (MATTOS, 2016, p. 3-43). Além de desafogar o trafego do Centro e abrir uma nova área para o comércio de luxo, os planos da municipalidade previam a construção de uma nova área ganha ao litoral entre as terras do aeroporto Santos Dumont e o Morro da Viúva no Flamengo:

> Com seu desmonte e a execução das obras complementares indispensáveis, referentes ao alargamento da faixa litorânea compreendida entre o Aeroporto Santos Dumont e o Morro da Viúva, a cidade conquistará- além de um grande centro edificável, resultante do desmonte do morro e das desapropriações circunvizinhas- uma outra de aterro, "*non edificandi*" e onde se formará grandioso "*park-way*", emoldurando no seu conjunto pelo deslumbrante panorama da Baía de Guanabara (PASSOS, 1945, p.164).

Contudo, dificuldades do estado de guerra impediram a realização da obra que só foi retomada nos anos 1950 durante o mandato de Dulcídio Cardoso (1952-1954). A conclusão das vias e da arborização do parque, construído nas terras ganhas ao litoral, só foi realizada no Governo de Carlos Lacerda na década de 1960 (ABREU, 2013, p.135). Destino diferente tiveram as obras da Avenida Presidente Vargas e a conclusão da urbanização da Esplanada do Castelo concluídas nos últimos três anos do Governo Dodsworth. O estabelecimento de uma ligação direta entre a Cidade Nova e o litoral através do Centro estava presente em projetos desde o Século XIX. Uma via deste tipo fora proposta, com diferentes traçados, tanto pelo Prefeito Carlos Sampaio, com a Avenida Independência, quanto no Plano Agache através da ligação entre a Avenida Rio Branco com uma das pontas do novo sistema de circulação viária (FRIDMAN, 2008, p. 100).

Inicialmente chamada de Avenida 10 de Novembro, em homenagem a data do golpe que instaurou o Estado Novo, o prolongamento da Avenida do Mangue até o mar teve seu nome alterado para Presidente Vargas. Segundo Henrique Dodsworth tal alteração se deu pelo apoio incondicional do presidente a realização do projeto (LACERDA, 1968). Além de desafogar a área do centro bancário da Avenida Rio Branco, e lhe oferecer uma nova possibilidade de expansão, a Avenida Presidente Vargas era o eixo central do novo sistema de circulação do Centro. Em seu trajeto, a nova via se conectaria à Diagonal Lapa-Praça da República e, em seu extremo, com a Radial Oeste, via de ligação com os subúrbios que seguiria através do leito da Estrada de Ferro Central do Brasil (COMISSÃO, 1943, p. 6).

Dos 3.600 metros previstos para a via, cerca de 1.500 já estavam representados na Avenida do Mangue. Apesar disso, o volume de gastos para a construção da avenida foi alto com custo previstos de US$ 15.935.845,00. Para viabilizar economicamente sua construção, a prefeitura desapropriou não só os terrenos necessários para a via como também as áreas paralelas que seriam loteadas e comercializadas através das Obrigações Urbanísticas (PASSOS, 1941, p. 221). As otimistas previsões da prefeitura previam um valor de venda dos terrenos urbanizados de US$ 20.410.628,00 o que tornaria a obra não só viável como permitiria um saldo de quase US$ 5.000.000,00 do projeto (RIO DE JANEIRO, 1940).

Em seu trecho inicial a via possui 70 metros de largura até atingir a Igreja da Candelária. Com a igreja no centro, se forma uma praça com 120 metros de largura da qual a via segue em direção a Cidade Nova até a altura da Ponte dos Marinheiros. Neste trajeto, as pistas da via assumem uma largura de 80 metros, tamanho que a tornava a maior avenida do centro urbano (REIS, 1942, p. 205). Sua abertura envolveu a destruição de quarteirões na rua General Câmara e São Pedro além da destruição de parte do Campo de Santana, justificada pela necessidade de manter o traçado reto da via. Na mesma área, o Governo Federal levava a cabo duas obras grandiosas: o novo prédio da Central do Brasil e o suntuoso Palácio Duque de Caxias, sede do Ministério da Guerra, inaugurado em 1944 juntamente com trecho da Avenida Presidente Vargas (LIMA, 1990, p. 56-90).

Segundo Passos, a obra contribuiria para “melhorar a massa edificada da cidade, levando para a zona que atravessa e dela tributária, novos conjuntos arquitetônicos e gabaritos de maior altura” (PASSOS, 1941, p.221). A confiança na atração de investimentos imobiliários e no preenchimento dos espaços vazios a médio prazo era tanta que os construtores da via dispensaram a arborização da Avenida pois a proteção contra os rigores do tempo seria assegurada pelos passeios cobertos exigidos dos edifícios a serem construídos (DODSWORTH, 1955, p. 43). A falta de árvores também foi agravada com a decisão de eliminar os refúgios centrais, inicialmente presentes no projeto, para aumentar as pistas de velocidade destinada aos automóveis (BRITO, 1944, p.100).

Outra proposta do novo sistema de circulação viária do Centro era a Avenida Diagonal, via com 50 metros de largura, que partiria do Largo da Lapa em direção ao Campo de Santana até a altura do Paço Municipal, que foi destruído nas obras de abertura da Presidente Vargas. A principal justificativa para a construção desta artéria era desviar o trafego entre as Zonas Norte e Sul realizado pelas avenidas Rio Branco e Mem de Sá. Na Avenida Diagonal também desembocaria o prolongamento da Avenida Almirante Barroso

que, após alargamento, serviria como ligação do trafego do Castelo com a Diagonal e formaria com esta, uma nova via de acesso à Avenida Presidente Vargas (PASSOS, 1941, p. 215).

A conclusão da urbanização da Esplanada do Castelo também permitiria a abertura da Avenida do Perimetral: via que ligaria a Av. Beira-Mar com a Praça Mauá passando pelo Aeroporto Santos Dumont, Praça do Castelo, Praça XV, Centro Bancário, início da Presidente Vargas e finalizando seu trajeto na Praça Mauá. Sua principal função era desafogar o transito da Avenida Rio Branco e melhorar o acesso da Zona Sul ao Centro Bancário (REIS, 1942, p. 205).

Outro eixo viário do Centro em direção à Zona Sul seria a Avenida Glória-Lagoa via planejada para desafogar o transito da Avenida Beira-Mar em direção à Zona Sul. Esta via de sete quilômetros com largura média de 40 metros partira da Praça Paris, no ponto de cruzamento com a Avenida Diagonal, e seguiria pela Rua do Catete aproximando seu traçado das encostas dos Morros Novo Mundo, Dona Marta, Corcovado até atingir a Avenida Epitácio Pessoa, nesta mesma região, o Governo Dodsworth concluiu, nos anos anteriores, as obras do Canal do Jardim de Alá (REIS, 1977, p. 112).

Diferentemente da Avenida Glória-Lagoa, a duplicação do Túnel do Leme, outra obra prioritária para melhorar o acesso viário à Zona Sul, foi executada. Possuindo um tráfego misto de automóveis, ônibus e bondes, o Túnel do Leme apresentava uma faixa utilizável de apenas 8 metros situação que provocava congestionamentos constantes principalmente na manhã e final de tarde. Para evitar a sobrecarga do Túnel Alaor Prata, o Túnel Velho, a prefeitura optou pela construção de uma segunda galeria.

A proposta de construção de uma estrada de ligação do Distrito Federal com os outros estados brasileiros vinha desde o início do século XX (COSTA, 2006, p. 185-204). Nas primeiras décadas deste século, as saídas da cidade do Rio de Janeiro eram feitas pela Estrada Rio-São Paulo e pela Rio-Petrópolis. O trafego pela Estrada Rio-Petrópolis margeava a Estrada de Ferro Leopoldina e atravessava os bairros de Bonsucesso, Ramos, Olaria, Penha, Braz de Pina, Cordovil, Parada de Lucas e Vigário Geral, núcleos populacionais que se adensavam na década de 1930. A precariedade da via e o intenso tráfego de pedestres, e a sua inadequação como via de comunicação entre os subúrbios e o centro da cidade eram destacados por Edison Passos “o trafego local misto desta via, sendo agravado pela intensa circulação de pedestres, é incompatível com o de grande velocidade, procedente do interior. O próprio acesso ao centro urbano, através do Largo de Benfica, não se recomenda” (PASSOS, 1941, p. 222).

A solução adotada pelos técnicos municipais foi a construção de uma via litorânea, com uma extensão de 15 quilômetros e permitindo tráfego de alta velocidade, que seguiria em continuidade a Avenida Rodrigues Alves até Meriti no estado do Rio de Janeiro. Segundo a Comissão do Plano da Cidade, um dos principais motivos para adoção do trajeto seria o pouco gasto com indenizações por desapropriação por conta da situação dos terrenos: brejos, terras alagadiças e territórios vencidos ao mar sob domínio da União (COSTA, 2006, p. 231). Por conta disso, as previsões de gastos com a Variante da Estrada Rio-Petrópolis, posteriormente Avenida Brasil, eram de US$ 1.509.662,00; gastos muito inferiores aos da

Presidente Vargas e Esplanada do Castelo (PASSOS, 1941, p. 222).

Contudo, as otimistas previsões de autofinanciamento que a gestão de Henrique Dodsworth utilizava para justificar seus onerosos empreendimentos não se realizaram. As incertezas do mercado imobiliário e os embates entre a Prefeitura e o Ministério da Justiça por conta da nova Lei de Desapropriações, naufragaram as vendas dos títulos vinculados aos terrenos desapropriados (FURTADO; REZENDE, 2016, p. 180). Para solucionar este impasse, Getúlio Vargas promulgou o Decreto-lei 3.532, de 21 de agosto de 1941, que adaptou as Obrigações Urbanísticas frente a nova legislação sobre desapropriações e ao desapreço dos investidores pelos títulos municipais. Com isso, as Obrigações foram transformadas em caução para empréstimos realizados pelo Banco do Brasil para execução dos planos de urbanização (BRASIL, 1941a, p. 1635).

Com base no aporte financeiro do Banco do Brasil, o Governo Vargas através do Decreto-lei nº 3.983 aprovou o empréstimo no valor de US$ 37.258.458,00, dos quais US$ 19.746.376,82 eram destinados a pagar as desapropriações e obras da Avenida Presidente Vargas e Esplanada Castelo; US$ 1.509.661,84 para os trabalhos da Avenida Brasil; US$ 1.509.661,84 para a duplicação do Túnel do Leme e o restante para as obras do Morro de Santo Antônio (BRASIL, 1941b).

As novas regras de financiamento também acarretaram mudanças na estrutura das licitações para as obras. As novas normas, trazidas no Decreto Nº 7101, de 15 de setembro de 1941, realçavam o papel do Prefeito e introduziam representantes do Banco do Brasil nas estruturas de comando. Segundo a nova legislação, os planos de urbanização seriam executados sob a superintendência de um novo órgão: a Comissão Coordenadora da Execução dos Planos de Urbanização e Obras Complementares. Esta nova comissão foi presidida por Henrique Dodsworth e contou com a presença dos secretários de Viação e Obras, Finanças e Administrações e um representante do Banco do Brasil. A concessão das empreitadas tornou-se atributo exclusivo do mandatário da municipalidade e a Comissão de Obras Novas foi extinta. Os trabalhos técnicos e a fiscalização das obras continuavam a cargo da pasta de Edison Passos que criou três serviços técnicos especiais para supervisionar os trabalhos das empreiteiras[4].

As grandes obras do Governo Dodsworth

Segundo as pesquisas do arquiteto Mauro Kleiman, a execução de um grande volume de obras, somente comparável ao realizado na reforma urbana de Pereira Passos, no início do século XX, tem papel decisivo na formação e ampliação do mercado para as empreiteiras cariocas (KLEIMAN, 1994, p. 27). Ainda que no período do Estado Novo a legislação ainda permitisse a contratação de pessoa física para a realização de obras de infraestrutura e houvesse uma certa divisão do número total de obras entre diversas empreiteiras, a análise da atuação ao longo dos anos do regime e do faturamento apontam

[4] Toda a trajetória da elaboração das instâncias legais para a criação dos órgãos responsáveis por fiscalizar a realização das obras foi copilada na Revista Municipal de Engenharia, Nº 5, vol. de novembro 1941.

elementos para o surgimento da concentração de ganhos em um número restrito de empresas.

A pesquisa de fôlego realizada por Mauro Kleiman, nos diários oficias da União e do Distrito Federal, apontou o período do Estado Novo como origem do predomínio de um pequeno grupo de empresas formado pelas empreiteiras Sociedade Brasileira de Urbanismo; Companhia Brasileira de Construções; L. Quattroni e Genésio Gouveia que concentravam 46% do faturamento enquanto outras 39 empresas eram responsáveis por 54% (IDEM, p. 39).

Nossa análise das licitações supervisionadas pelos Serviços Técnicos Especiais confirmou a hipótese defendida na pesquisa de Kleiman. Grande parte dos lucros da Companhia Brasileira de Construções tinha origem nas obras de duplicação do Túnel do Leme na qual a empresa obteve 78% do faturamento total ou US$ 661.235,00. A concentração de faturamento também ocorreu nas obras das avenidas Presidente Vargas e Brasil, os empreendimentos de maior gasto e impacto da gestão de Henrique Dodsworth, que foram conduzidos pelos Serviços Técnicos Especiais da Avenida Presidente Vargas e pelo da Variante Rio-Petrópolis.

As demolições para abertura da Presidente Vargas destruíram o bairro da Praça Onze, região de habitação popular que absorveu a população expulsa da zona central pelas demolições das casas de pensões e cortiços durante a reforma urbana do início do século XX (SILVA, 2006, p. 223). Marco da cultura negra, a Praça também era símbolo do carnaval carioca sendo palco, a partir do início dos anos 1930, do desfile das Escolas de Samba (LIMA, 1990, p. 53). Os arredores da Praça Onze também possuíam uma alta concentração de imigrantes com uma forte presença de judeus (FRIDMAN, 2007, p. 82-90).

A necessidade de valorização destes terrenos limítrofes ao Centro também estava presente nos argumentos do engenheiro Hélio de Brito, chefe da Serviço Técnico Especial da Avenida Presidente Vargas, que justificava destruição das quadras por conta das características das construções existentes naquele espaço:

> Papel de relevante importância representa, também, a Avenida Presidente Vargas na transformação que será operada com o desaparecimento de velhas construções no centro urbano, levantadas em acanhados terrenos, com testadas extremamente exíguas e nas quais se aliou a mesquinhez da composição arquitetônica das fachadas a ausência quase completa de espaços livres, acarretando não só o desagradável aspecto das edificações, mas ainda condições extremamente precárias de iluminação e ventilação (BRITO, 1944, p.110-12).

A escolha pelo início dos trabalhos nos territórios com “edifícios de menor valor e habitado por pessoas menos influentes” foi uma estratégia adotada por Henrique Dodsworth para atestar o caráter irreversível do empreendimento e facilitar o enfrentamento dos interesses de comerciantes e banqueiros instalados no valioso trecho entre a Rua Uruguaiana e a Candelária (GERSON, 2013, p. 209-215). Após o fim da Ditadura, o arquiteto Alberto

Szilard, que participou das obras de construção do novo prédio da Central do Brasil, criticou a condução dos trabalhos da avenida e o tratamento dispensado aos removidos:

> Na abertura da avenida, não foi democrático o processo de desapropriação. A Prefeitura, em vez de começar a construção de blocos modernos de apartamentos com jardins grades, piscinas e lagos num local cuja população podia ser acomodada provisoriamente e cujo saneamento seria premente – como, por exemplo, nas imediações das ruas Júlio do Carmo e Benedito Hipólito –, pôs todos os moradores das casas entre as ruas General Câmara e São Pedro simplesmente na rua, indenizando somente proprietários. Não foi muito democrático. Pelo menos não foram tratados democraticamente os inquilinos das casas demolidas (SZILARD, 1950, p. 66).

As obras de demolição foram conduzidas em grande parte pela Empresa Brasileira de Demolições, comandada por Luiz Koatz, que ganhou todos os contratos para obras de demolição no ano de 1941. No ano seguinte, a empresa de Luiz Koatz permaneceu majoritária ganhando 55% das licitações de demolição enquanto o engenheiro José Campos venceu um total de 45%. Em 1943 a Empresa Brasileira de Demolições ganhou 95% das licitações, no ano seguinte, a empresa foi responsável 36% das últimas demolições da via enquanto José Campos respondeu por 45%. O “Bota Abaixo” conduzido pelas demolidoras era a parte de maior impacto social da cirurgia urbanística conduzida por Dodsworth na área central, entretanto, as obras de terraplanagem, construção de galerias de águas pluviais e pavimentação concentravam grande parte dos gastos e eram a maior fonte de lucros para as empreiteiras.

Neste setor, o contrato mais vultoso de 1942, nas obras da Avenida Presidente Vargas, ficou a cargo da Sociedade Técnica e Comercial Anhanguera Ltda., que arrematou os serviços de construção de galerias subterrâneas no trecho compreendido entre a Avenida do Mangue e o lado ímpar da Praça da República por US$ 383.210,84. As etapas da obra executadas em 1943 marcaram o início dos trabalhos da Construtora Genésio Gouveia, empreiteira que aglutinou o maior lucro individual nas obras da Avenida ao ser responsável por trechos que custaram US$ 1.286.423,27. Durante o ano de 1943, a Genésio Gouvêa executou a pavimentação em concreto hidráulico, construiu galerias de águas pluviais e realizou obras complementares no trecho entre a Avenida Tomé de Souza e a Rua Uruguaiana ao custo de US$ 392.64,25. A Genésio Gouvêa também executou obras no trecho entre a Rua de Santana e a Praça da República a um custo total de US$ 308.399,00. Em 1944, a empreiteira recebeu um aditamento no contrato do trecho entre a Rua Uruguaiana e São Tomé que passou a valer US$ 404.719,71. Além disso, a Genésio Gouvêa também foi responsável pelas obras no trecho entre a Avenida Rio Branco e Rua Uruguaiana que custaram US$ 573.304,53 (BOLETINS, 1944).

Todavia, a empreiteira com maiores ganhos nas grandes obras da gestão de Dodsworth foi a Sociedade Brasileira de Urbanismo responsável por grande parte das obras

da Avenida Brasil. Fundada em 1932, com a participação de Paulo de Frontin, tio e padrinho político de Henrique Dodsworth, a empresa foi próxima do grupo político de Vargas e do PSD carioca durante os anos 1940-1960 (FERRAZ,1981, p. 96). Além de próximos ao grupo político do prefeito, os diretores da empresa, como o engenheiro Francisco de Siqueira Cavalcanti, responsável pela assinatura dos contratos com a municipalidade durante o Estado Novo, também eram membros de espaços que promoviam a sociabilidade entre engenheiros e empresários da construção civil como o Clube de Engenharia, no qual o Secretário de Obras Edison Passos seria eleito presidente em 1943[5]. Durante a gestão de Henrique Dodsworth, além das obras na Avenida Brasil, a Sociedade Brasileira de Urbanismo também foi responsável pela construção da Avenida Tijuca, obras no Forte de Copacabana, na Estradas das Canoas e melhoramentos no Alto do Corcovado (BOLETINS, 1938-1941).

Além de vencerem as concorrências de maior valor, o faturamento da Sociedade Brasileira de Urbanismo e Genésio Gouvêa também era garantido por sucessivos termos aditivos nos contratos. Enquanto a fiscalização municipal retificava os contratos de empresas menores, como ocorreu com a Anhanguera cujo contrato foi reduzido em US$ 99.760, um grupo restrito de empresas recebia aumentos (BOLETINS, 1943). Um dos exemplos mais explícitos desta prática foram as obras no Alto do Corcovado em que os contratos da Sociedade Brasileira de Urbanismo saltaram de US$ 76.864,00 para US$ 220.488,00. Tal prática garantiu que a empreiteira se tornasse a empresa com maior ganho em um só contrato dos Serviços Técnicos Especiais: após vencer a concorrência para a construção do trecho da Avenida Brasil entre Ramos e Parada de Lucas, ao custo de US$ 841.160,00, a Sociedade Brasileira de Urbanismo conseguiu sucessivos acréscimos nos valores e trechos sem licitações que elevaram seus ganhos para US$ 2.533.024,51. O funcionamento deste o modus operandi da empresa necessitava de pareces técnicos assinados pelo Secretário Edison Passos e Henrique Dodsworth. Nos arquivos da Gestão Dodsworth nossa pesquisa encontrou pedidos da Prefeitura para que Getúlio Vargas autorizasse a dispensa de concorrência nas obras da Avenida Brasil. Para justificar tal medida, Henrique Dodsworth destacava os vantajosos preços oferecidos pela construtora:

> Considerando que os serviços de construção da Avenida Brasil constituem uma obra de interesse nacional, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência autorização (...) para a dispensa de concorrência pública para as obras aludidas, em virtude das vantagens econômicas que advirão para a Prefeitura provenientes dos preços de nível mais baixos dos que se conseguiria em nova concorrência e da economia referente ao encurtamento da distância de transporte nos serviços de terraplanagem (FUNDO, AGCRJ, Cx.221).

A proximidade entre os representantes de empreiteiras e grupos políticos alocados no aparelho de Estado não era exclusividade no cenário carioca: em Minas Gerais, as obras realizadas pela Prefeitura de Belo Horizonte, comandada pelo grupo político de Juscelino

[5] A lista de sócios ativos do Clube de Engenharia foi publicada em todas as edições da Revista do Clube de Engenharia nos anos de 1939 a 1941.

Kubitscheck, foram importantes para o crescimento da Andrade Gutierrez (CHAVES, 1985, p. 101). Em São Paulo, a proximidade dos proprietários da Camargo e Corrêa com Adhemar de Barros foi vital para os primeiros anos de atividade daquela que seria a maior empreiteira brasileira ao longo da ditadura civil-militar (CAMPOS, 2014, p. 84-89). Na Capital Federal, A proximidade entre as empreiteiras cariocas e os mandatários da cidade durante o Estado Novo teve um episódio emblemático oito anos após a queda da ditadura quando o então Deputado Federal Edison Passos foi convidado para fazer o discurso de abertura da cerimônia de fundação da Associação Brasileira dos Empreiteiros de Obras Públicas, entidade que seria presidida por Siqueira Cavalcanti da empresa Sociedade Brasileira de Urbanismo (REVISTA, 1953, P. 70).

Considerações finais

Apesar do discurso defendido pela gestão Dodsworth pregar que o planejamento urbano englobava todos os bairros da cidade, nossa pesquisa sobre a distribuição de intervenções urbanísticas conduzidas pela Secretaria Geral de Viação e Obras demonstrou outra realidade. Seguindo o critério de divisão do espaço metropolitano proposto pelo geógrafo Maurício de Abreu em que a Zona Central seria formada pelos bairros do Centro, Zonal Sul e parte da Zona Norte; constatamos que estes espaços foram os que mais passaram por intervenções urbanísticas, um total de 45 de todas as obras, o que lhes garantiu uma maior oferta de serviços como pavimentação, saneamento entre outros (ABREU, 2013, p.18-32). Os bairros dos subúrbios cresceram com menos intervenções e uma estrutura precária de serviços públicos e contaram com uma distribuição menor das obras do Governo Dodsworth recendo apenas 43% enquanto os 10% restantes ocorreram na Zona Rural formada pelos distritos de Campo Grande, Santa Cruz e Jacarepaguá. A distribuição espacial das obras de Henrique Dodsworth, ao ocorrer, em sua maior parte, em um território que já passara por melhorias previas, contribuiu com a valorização dos terrenos de alto valor dos bairros da Zona Sul, e demonstrou que o programa de obras de Henrique Dodsworth, em última instância, reforçou a disparidade entre os serviços públicos nos bairros da cidade ao privilegiar a reprodução e ampliação dos interesses dos setores ligados ao mercado da construção civil.

Ao contrário do discurso oficial que sustentava o Plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro como uma “atividade baseada em critérios técnicos, desprovida da interferência de velhas formas da política” (RIO DE JANEIRO, 1943, p. 6) nossa pesquisa aponta que a política prefeitura estado-novista fomentou a atividade de um grupo restrito de empresas da construção civil. Durante o final dos anos 1940 e toda a década de 1950, Sociedade Brasileira de Urbanismo, Genésio Gouvêa e Quattroni continuariam a liderar o faturamento no mercado de obras públicas cariocas em empreendimentos como a duplicação da Avenida Brasil e a construção da Avenida Perimetral (KLEIMAN, 1994, p. 44-99). Uma liderança que teve como suas bases fundamentais a proximidade com os agentes alocados no aparelho de Estado e o amplo programa de obras públicas da gestão de Henrique Dodsworth.

Artigo recebido em 17 jul. 2017.
Aprovado para publicação em 25 ago. 2017.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro.* 4ª edição. 4ª reimpressão. Rio de Janeiro: IPP, 2013.

CHAVES. Marilena. *Indústria da Construção no Brasil:* desenvolvimento, estrutura e dinâmica. Dissertação (Mestrado em Economia Industrial). Rio de Janeiro: UFRJ, 1985.

COSTA, Renato Gama Rosa. *Entre "avenida" e "rodovia":* a história da Avenida Brasil (1906-1954). Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 2006 (Tese de Doutorado).

FERRAZ Filho, Galeno Tinoco. *A transnacionalização da Grande Engenharia Brasileira.* Dissertação (Mestrado em Economia). Campinas: Unicamp, 1981.

FREITAS FILHO, Almir Pita. *A industrialização no Rio de Janeiro, 1930-1945:* indústria e industriais no antigo Distrito Federal. Niterói: ICHF-UFF, 1986 (Dissertação de mestrado). P. 206

FREIRE, Américo; Oliveira Lúcia Lippi (org.). *Novas memórias do Urbanismo carioca.* Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FRIDMAN, Fania. *Paisagem estrangeira:* memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

FURTADO, Fernanda; REZENDE, Vera. O financiamento da abertura da Avenida Presidente Vargas: estratégias institucionais e legais. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Nº 10, 2016. P. 175-192.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio de Janeiro.* 6ª edição. Rio de Janeiro: Bem-te-ví. 2013. P. 209-215.

KLEIMAN, Mauro. *Construtores do moderno Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: IPUR/UFRJ, 1994.

LACERDA, Mauricio Caminha de. Testemunhos de nosso tempo (XXVII): O Frontin Henrique Dodsworth. *O jornal.* 28 de abril, 1968. Apud LEAL, Maria da Glória de Faria. Op. Cit. P. 138

LAMARÃO, Sérgio. Coordenação da Mobilização Econômica. In: ABREU, Alzira Alves de et al. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB).* 2. Ed. Ver. E atual. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001 v. III

LEAL, Maria da Glória de F. *A construção do espaço urbano carioca no Estado Novo:* a indústria da construção civil. Niterói: ICHF/UFF, 1987 (Dissertação de mestrado).

LIMA, Evelyn F. Werneck. *Avenida Presidente Vargas:* uma drástica cirurgia. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1990.

MATTOS, Romulo Costa. *Favelas na Primeira República:* tentativas de remoção e resistência. Revista História e Luta de Classes. Nº 21, ano 11, março 2016.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais:* as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Editora da UFF, 2014.

SARMENTO, Carlos Eduardo. A arquitetura do impossível: a estruturação do Partido Autonomista do Distrito Federal e o debate autonomista nos anos 1930. In FERREIRA, Marieta de Morais. *Rio de Janeiro:* uma cidade na história. Rio de Janeiro: FGV, 2015. P. 55-58

SARMENTO, Carlos Eduardo. (Des) construindo Frontin: em busca de uma memória perdida. In FREIRE, Américo (org.). *Paulo de Frontin:* discursos parlamentares. Rio de Janeiro: ALERJ, 2003. P. 31-28.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. *Luzes e Sombras na cidade:* no rastro do Castelo e da Praça Onze: 1920/1945. Rio de Janeiro: Secretaria Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2006 (coleção biblioteca carioca).

BRITO, Hélio Alves de. Obras da Avenida Presidente Vargas. *Revista Municipal de Engenharia*, Nº 2, julho 1944, p. 100.

LANE, Francisco. Avenida Tijuca. *Revista Municipal de Engenharia.* Vol. V, Nº 3, maio de 1938.

PASSOS, Edison. Clube de Engenharia (Discurso inaugural pelo Eng. Edison Passos. *Revista Municipal de Engenharia*. Nº 2, Vol. IX, abril. 1943. P. 93

REIS, José de Oliveira. O Rio de Janeiro e seus prefeitos: evolução urbanística da cidade. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.

REIS, José de Oliveira. Uma síntese sobre as principais vias do Plano Diretor. *Revista Municipal de Engenharia*, julho de 1942, Nª 4

SILVA, Maurício Joppert; AYRES, A. Junqueira; RODRIGUES, Philuvio. Avenida Tijuca. *Revista Municipal de Engenharia,* Nº 5, Vol. VIII, set. 1940

SZILARD, Adalberto; REIS, José de Oliveira. *Urbanismo no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: O Construtor, 1950.

Fontes

ASSOCIAÇÃO Brasileira dos Empreiteiros de Obras Públicas. *Revista Municipal de Engenharia*, vol. XX, 1953.

Boletim da Prefeitura do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia e Estatística, 1938-1945.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 3.532, DE 21 DE AGOSTO DE 1941a. Altera dispositivos do Decreto-Lei n. 2.722, de 30 de outubro de 1940, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 23/8/1941, Página 16635.

BRASIL. Decreto-lei n. 3.983 – de 30 de dezembro de 1941b. Abre na Prefeitura do Distrito Federal o crédito especial de617.000:000$0 (seiscentos e dezessete mil contos de réis) para atender durante os exercícios de 1941 a 1943, inclusive, à despesa com os empreendimentos que menciona, ligados ao Plano de Realizações.

COMISSÃO de Obras Novas. *Revista Municipal de Engenharia,* julho de 1940a.

COMISSÃO do Plano da Cidade. *Revista Municipal de Engenharia.* Vol. V, Nº 1, 1938, p. 22

COMISSÃO do Plano da Cidade. *Revista Municipal de Engenharia.* Nº 4, julho 1940b

COMISSÃO do Plano da Cidade. O Plano Diretor. *Revista Municipal de Engenharia,* Nº3, Vol. X, julho 1943

DOSWORTH, Henrique de Toledo. Avenida Presidente Vargas. Aspectos urbanísticos, jurídicos e administrativos de sua realização. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio 1955.

PASSOS, Edison. Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, Departamento de Geografia e Estatística, 1945.

PASSOS, Edison J. Plano de Melhoramento da Cidade do Rio de Janeiro. *Revista Municipal de Engenharia*, Rio de Janeiro, v. VIII, nº 4, p. 213-224, julho 1941.

PEREIRA, Carlos Soares. Relatório da Comissão de Obras Novas. *Revista Municipal de Engenharia,* Vol. VIII, Nº 1, janeiro 1941.

Revista Municipal de Engenharia, Rio de Janeiro, Nº4, vol. VIII, julho de 1941

RIO DE JANEIRO (Distrito Federal). Decreto Nº 6.040 de 18 de agosto de 1937. Cria na Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas as diretorias de obras públicas e fiscalização de obras e instalações e extingue a Diretoria de Engenharia e dá outras providencias. Boletim da Prefeitura do Distrito Federal, Rio de Janeiro, 1937, p. 412-416.

RIO DE JANEIRO (Distrito Federal). Decreto Nº 6.897 de 28 de dezembro de 1940. Aprova o plano da Avenida Presidente Vargas e dá outras providências. Boletim da Prefeitura do Distrito Federal, Rio de Janeiro, DF, 1940.

RIO DE JANEIRO. Fundo Gabinete do Prefeito. Série Gestão Henrique Dodsworth. Cx. 237

RIO DE JANEIRO (DISTRITO FEDERAL). Relatório da Prefeitura do Distrito Federal, 1937- 1943. Departamento de Geografia e Estatística, 1943.

OEA, evoluir ou perecer: a luta permanente por relevância e eficiência na proteção e promoção da democracia nas Américas

Guilherme France[1]

OAS, to evolve or to perish: the permanent struggle for relevance and efficacy in the protection and promotion of democracy in the Americas

http:/dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.70574

[1] Mestre em História, Política e Bens Culturais (CPDOC-FGV), Mestre em Direito Internacional (UERJ). Pesquisador do Centro Justiça e Sociedade - FGV Direito Rio.E-mail: guilhermefrance@hotmail.com

Resumo:

O objetivo do presente estudo é traçar o histórico do papel da Organização dos Estados Americanos na proteção e promoção da democracia no continente, com objetivo de compreender o momento atual e as possibilidades futuras da organização. Para tanto, será utilizada a abordagem teórica de Ernst Haas sobre mudança institucional. A hipótese com que se trabalha é que a OEA teria passado por um processo de aprendizado a partir do qual foram questionados seus valores originais e teorias implícitas. Como resultado, seu propósito final foi redefinido e novos mecanismos foram desenvolvidos para que tal propósito fosse alcançado. Não só o fim da Guerra Fria representou um evento transformativo para a organização, como também as experiências pelas quais ela passou informaram um processo de instrução constante o qual continua em curso até hoje.

Palavras-chave: Organização dos Estados Americanos, Democracia, Construtivismo, Direito Internacional.

Abstract:

The goal of this paper is to study the history of the role taken by the Organization of American States in the protection and promotion of democracy in the continent, so that it is possible to understand its current place and future possibilities. For that, we rely on Ernst Haas' work on institutional change. The hypothesis is that the OAS went through a learning process, during which its original values and implicit theories were questioned. As a result, its fundamental objective was redefined and new mechanisms were introduced so that it could be successful. Not only did the end of the Cold War was a transformative event, so too influenced this learning process the experiences the organization went through in the last twenty years.

Keywords: Organization of American States, Democracy, Constructivism, International Law.

Introdução

A transformação da Organização dos Estados Americanos (OEA) ao longo dos últimos vinte anos é digna de nota e, ainda sim, pouco estudada, especialmente no Brasil. Conforme a Guerra Fria se encaminhou para o seu fim, a OEA se transformou de uma guardiã do capitalismo no hemisfério em uma defensora de democracia no continente. Esse caminho não foi rápido, direto ou sem seus percalços. Mais ainda por isso, ele merece ser estudado em detalhes.

Assim, o objetivo do presente estudo é traçar o histórico do papel da Organização dos Estados Americanos na proteção e promoção da democracia no continente, com objetivo de compreender o momento atual e as possibilidades futuras da organização nessa seara. Afinal, como se notará, aquele caminho ainda não chegou a seu fim. Como qualquer organização localizada no mundo real, a OEA é influenciada pelos seus acontecimentos, buscando se adequar, constantemente, a eles.

Para melhor compreender esse processo de transformação pelo qual a organização passou, a abordagem teórica de Ernst Haas (1990) é especialmente valiosa. Preocupado com a mudança institucional, o autor estabelece uma tipologia de possíveis formas como essa mudança pode ocorrer, além de oferecer valiosos instrumentos explicativos para esclarecer quais as condições para que essas mudanças aconteçam, como elas se processam e quais as suas consequências.

A hipótese com que se trabalha é que a OEA teria passado por um processo de aprendizado a partir do qual foram questionados seus valores originais e teorias implícitas. Como resultado, seu propósito final foi redefinido e novos mecanismos foram desenvolvidos para que tal propósito fosse alcançado. Não só o fim da Guerra Fria representou um evento transformativo para a organização, como também as experiências pelas quais ela passou informaram um processo de instrução constante.

A presente pesquisa se utilizará, principalmente, de fontes primárias, no que se refere aos documentos e discussões realizadas no âmbito da OEA, e secundárias, para dar conta dos processos históricos relevantes à compreensão dos eventos que influenciaram esses processos e a própria evolução da OEA.

O trabalho está organizado da seguinte forma: inicialmente é apresentada a abordagem teórica que informa todo o seu conteúdo, com a justificativa de sua aplicação ao presente caso; em seguida, se traça o histórico do desenvolvimento do regime interamericano de proteção e promoção da democracia, com destaque para as evoluções normativas e para as crises enfrentadas. Por fim, se sinaliza a mais recente proposta de reforma desse regime que, ainda que em fase de estudos, é valiosa para compreender os atuais desafios da organização e um possível caminho para superá-los.

Abordagem teórica

O construtivismo é a teoria a partir da qual Ernst Haas (1990) desenvolve sua tipologia de mudança institucional. O construtivismo é uma corrente teórica do campo de Relações Internacionais que tem, como premissa básica, o fato de que vivemos em um mundo que é socialmente construído. Também relevante para construtivistas é a importância de ideias e valores, assim como os elementos materiais, na relação entre agente e mundo. O mundo material só faz sentido a partir da forma como nos referimos a ele e mediante os meios que utilizamos para fazê-lo. (MESSARI & NOGUEIRA, 2005, p.162-167).

No que se refere especificamente às organizações internacionais, o construtivismo afirma que elas têm capacidade de mudar a definição de interesses e identidades dos Estados e de outros atores. As organizações internacionais seriam também fóruns onde poderiam ser criadas normas e expectativas convergentes sobre o comportamento internacional. Como acabam produzindo e promovendo normas, elas também alteram a forma como a interação no cenário internacional ocorre (HERZ & HOFFMANN, 2004 ,p.75-76).

As organizações internacionais também têm a capacidade de mudar. Estudar esse processo é o objetivo da obra de Haas (1990). O ponto de partida do autor é relativamente simples: as organizações internacionais são deliberadamente desenhadas por seus criadores com objetivo de resolver problemas que exigem, para sua solução, alguma forma de ação colaborativa. Dessa forma, fica claro que o que vai motivar a mudança de uma organização internacional é a mudança na definição do problema que deve ser resolvido pela organização (HAAS, 1990, p. 3-4).

Por que atores mudam sua percepção acerca do que constituiria o problema que encaram como essencial e para o qual pretendem arregimentar algum tipo de ação colaborativa? A resposta a essa pergunta depende de uma consideração detalhada sobre os valores e interesses desses atores e sobre a sua capacidade de redeterminá-los em função tanto de eventos exteriores, quanto experiências passadas. A partir dessa compreensão, será possível entender se e qual papel desempenham as próprias organizações internacionais, enquanto burocracias, nesse processo de mudança (HAAS, 1990, p. 7, 27).

Desiludidos quanto à capacidade de a organização resolver os problemas enfrentados por eles, os Estados se questionam se não haveria melhores formas de resolvê-los. O processo de instrução se dá quando conhecimento consensual é utilizado para especificar relações causais de novas formas. Quando as políticas inicialmente praticadas já não se mostram mais capazes de atingir os fins desejados, começa a se pensar sobre novas políticas, solucionando os novos problemas conforme esse processo se desenvolve, os membros da organização chegarão a um entendimento comum sobre quais são as causas específicas dos problemas – decompondo-o e analisando suas minúcias (HAAS, 1990, p.23-25).

Haas (1990, p. 19) delineia os passos por que passam as organizações internacionais durante esse processo de transformação. Inicialmente, surgem (1) as demandas por mudanças, formuladas por coalizões de atores relevantes. Em seguida, essas demandas são organizadas em (2) agendas e, posteriormente, em (3) programas de ação, a partir de um processo de barganha política. Como produtos desses novos programas de ação, são emanados (4) resultados organizacionais, que, por sua vez, serão vivenciados pelos membros daquela organização como (5) novas experiências (*outcomes* positivos ou negativos). Essas experiências informam um *loop* de *feedback* que poderá resultar em novas demandas ou na readequação dos programas de ação, de acordo com a avaliação do resultado obtido.

Dessa forma, o que vai se verificar, ao longo do presente estudo, é que a Organização dos Estados Americanos frequentemente toma uma decisão ou dá certo passo em determinada direção, apenas para descobrir que tal passo foi insuficiente. O processo avaliativo das experiências gera, por meio desse *loop*, uma determinação de se adequar o mecanismo em questão aos problemas que surgem. Afinal, os problemas enfrentados pela democracia são múltiplos. Enquanto, num primeiro momento, a maior ameaça a esse regime político são os golpes militares; num segundo, são os autogolpes – momentos em que presidentes democraticamente eleitos tomam medidas autoritárias para estender e perpetuar o seu poder. Da mesma forma, golpes parlamentares ou judiciais, fenômenos também relevantes na região, têm caraterísticas próprias que demandam soluções específicas. As soluções demandadas para lidar com esses problemas são diferentes – exigindo que o processo de instrução se repita continuamente.

Como mencionado, vem do ambiente externo o estímulo que leva ao processo de instrução, de busca por alternativas. Afinal, as organizações internacionais são hiper-dependentes do ambiente em que se encontram. A probabilidade de que o impulso inicial para esse processo seja uma fonte endógena é muito pequena. Dentre as condições que propiciam a essa busca, destacam-se: (i) o desejo de procurar novas cadeias de relações causa-efeito, (ii) a possibilidade de se encontrá-las e (iii) a urgência de fazê-lo (HAAS, 1990, p.28).

Existem duas formas pelas quais organizações podem mudar. A primeira delas é chamada de aprendizado. Acontece o aprendizado quando as mudanças de comportamento da organização são acompanhadas de questionamentos sobre as teorias implícitas que sustentavam os programas desenvolvidos por ela e de um exame dos valores originais que existiam por trás daquele comportamento. Novos conjuntos de problemas, que devem ser solucionados pela organização, são construídos uma vez que novos fins são definidos a partir do conhecimento consensual que se tornou disponível a partir da atuação das comunidades epistêmicas[1] (HAAS, 1990, p.4-5).

[1]De acordo com a definição de Peter M. Haas (1992, p.3) a "comunidade epistêmica" pode ser entendida como uma rede de profissionais com reconhecida perícia e competência em um domínio particular.

Existem, por fim, duas condições básicas para que o processo de aprendizado aconteça com sucesso: a existência de uma coalizão estável de Estados com o mesmo objetivo e a existência de conhecimento consensual disponível para justificar o novo conjunto de problemas e soluções a ser assumido pela organização. Ambas as condições devem estar presentes para o sucesso desse processo de mudança (HAAS, 1990, p.165).

A outra forma de mudança das organizações internacionais é a adaptação. Ela pode acontecer de duas maneiras. Uma delas é chamada de "crescimento incremental" e se dá pelo aumento sucessivo do programa da organização conforme atores adicionam novas tarefas e removem antigas, sem que haja mudança na dinâmica de tomada de decisão. A outra é chamada de "não-crescimento turbulento" e se dá com profundas transformações no mecanismo de tomada de decisão da organização, de forma que os fins não são mais coerentes com os fundamentos da organização e qualquer consenso sobre os meios ou sobre as finalidades da organização desintegra (HAAS, 1990, p.5).

Maior destaque, no presente estudo, será dado à modalidade mudança por aprendizado, já é a hipótese do presente trabalho que a Organização dos Estados Americanos tenha passado por esse tipo de transformação.

Poderia se afirmar que a OEA simplesmente adicionou a tarefa de proteger e promover a democracia no continente às outras que já tinha – a, assim, afirmar que se trata de adaptação. É, afinal, uma organização multilateral de caráter genérico, com múltiplas atividades – algumas das quais não sofreram alteração tão profunda quanto a discutida aqui. Acontece que sua criação foi no seio da Guerra Fria, sendo marcada, de forma inquestionável, pelo desejo norte-americano de evitar que o comunismo e a URSS ganhasse espaço no hemisfério ocidental. A suspensão de Cuba da organização é um grande exemplo disso.

Durante a Guerra Fria, nota-se uma divergência entre lideranças da política externa norte-americana sobre o papel da democracia. Enquanto liberais, como o Presidente Kennedy, percebiam-na como um antídoto para combater o comunismo, conservadores, como os Presidentes Nixon, Ford e Reagan, notavam a vulnerabilidade de governos latino-americanos de centro e esquerda ao comunismo. Para conservadores, que predominaram ao longo da segunda metade do século XX, o combate ao comunismo é a prioridade que deixa a defesa da democracia em segundo plano (MAINWARING & PÉREZ-LIÑÁN, 2013, p. 218). Apenas com o fim da Guerra Fria e com o desaparecimento da ameaça comunista é que essa ordem de prioridades se altera.

Dessa forma, a democracia passa de vulnerabilidade, ou seja, forma pela qual o comunismo poderia se infiltrar na região, como quase acontece no Chile de Salvador Allende, a valor a ser protegido, salvaguardado. De outro lado, os golpes militares e/ou autoritários, antes mecanismos necessários para evitar a infiltração comunista, passam a ser vistos como fonte de instabilidade, ameaças para todo o continente – razão pela qual seria necessário um instrumento supranacional de proteção e promoção da democracia.

Assim, conclui-se que houve, de fato, uma mudança de comportamento a partir da revisão dos valores originais que informavam essa organização. Sem dúvida, essa transformação parte do ambiente externo que já sinalizava, no fim da década de 80, o final da bipolaridade que governou as Relações Internacionais pela segunda metade do Século XX. É esse processo histórico que será analisado na próxima seção.

Evolução histórica

Desde a sua criação, em 1948, a Organização dos Estados Americanos já sinaliza com um compromisso com a democracia. Prevê o art. 3º, alínea d: "A Solidariedade dos Estados americanos e os altos fins a que ela visa requerem a organização política dos mesmos, com base no exercício efetivo da democracia representativa" (OEA, 1948). Nota-se, no entanto, a busca de um equilíbrio entre a proteção da democracia e a garantia da soberania estatal e do princípio da não-intervenção – a alínea seguinte resguarda o direito de os Estados escolherem livremente os seus sistemas de governo. Ao longo da Guerra Fria, nota-se, como mencionado, que esse compromisso ficava em segundo plano frente outras ameaças – outros problemas. Exemplo disso é que, em 1959, foram realizadas duas tentativas fracassadas de se desenvolver um regime de proteção da democracia sob os auspícios da OEA. De um lado, o projeto da Declaração de Santiago pretendia detalhar, de forma minuciosa, o que democracia representativa significava para a organização – essencialmente criando requisitos para que se considerasse um governo verdadeiramente democrático. De outro, o Conselho Permanente empreendeu esforços para deslegitimar futuros e eventuais governos que ascendessem ao poder por meio de golpes e para criar um mecanismo que convocasse reuniões extraordinárias para o estudo de medidas punitivas, caso um golpe se materializasse na região (CAMARGO, 2013 , p. 49).

O que se sucede durante a segunda metade da década de 80 é justamente o evento externo suficiente para mudar as compreensões dos Estados-membros daquilo que constituiria o problema a ser resolvido pela OEA. Vale mencionar, porém, uma decisão anterior que já sinalizava a direção em que a organização tomaria: a adoção de uma resolução, em 1979, condenando as violações de direitos humanos cometidas pelo governo de Somoza na Nicarágua. Por meio dessa resolução, reconheceu-se o direito do povo nicaraguense de eleger, livremente, seus governantes, em substituição ao governo autoritário que estava no poder (COOPER & LEGLER, 2001, p. 105).

Um componente importante vale menção, até porque será retomado posteriormente em outras circunstâncias. Durante a década de 80, foi criado um arranjo ad hoc independente da OEA, cujo objetivo era a atuação em crises políticas e institucionais: o Grupo do Rio. Composto por Brasil, Argentina, Peru, México, Uruguai, Colômbia, Venezuela e Panamá, o grupo excluía os Estados Unidos, representando, também, uma ameaça para a própria relevância (e sobrevivência) da OEA. Esse é, como visto, um dos elementos a incentivar um processo de transformação em organizações internacionais.

A partir de 1985, essa mudança ganhou força. Por meio do Protocolo de Cartagena das Índias, de 1985, foi reformada a Carta da Organização, alterando-se seu preâmbulo, que passou a incluir: "Certos de que a democracia representativa é condição indispensável para a estabilidade, a paz e o desenvolvimento da região." A parte dispositiva da Carta também foi alterada, passando a incluir entre os propósitos da OEA, no art. 2, alínea b, "Promover e consolidar a democracia representativa, respeitado o princípio da não-intervenção". Foi nesse momento também que ganhou maior destaque o cargo de Secretário-Geral, ao qual foi reconhecido o direito de participar de todas as reuniões do organismo e de trazer à atenção do Conselho Permanente ou da Assembleia Geral qualquer questão que julgasse afetar a paz e a segurança no hemisfério (OEA, 1985).

Em 1989, esse novo compromisso da organização foi posto à prova. No Panamá, eclodiu uma crise, com ditador Manuel Noriega agindo para anular as eleições presidenciais realizadas, as quais tinham resultado na eleição de um opositor, Guillermo Endara. O Conselho Permanente da OEA aprovou a Resolução 534, defendendo o direito do povo panamenho de escolher seus novos líderes de forma democrática, mas não tomou nenhuma medida concreta contra o ditador panamenho. Assim, foi a decisão norte-americana de intervir, em dezembro de 1989, que permitiu a instalação, no poder, de Guillermo Endara (COOPER & LEGLER, 2001, p.106).

Seguindo a linha do processo de transformação proposta por Haas (1990), a ausência de qualquer ação efetiva representou um output negativo, alimentando um processo de feedback que levou a modificação do programa de ação escolhido. O fracasso em proteger a democracia panamenha foi fundamental para que a OEA, na reunião da 21ª sessão da Assembleia Geral, em junho de 1991, no Chile, adotasse o Compromisso de Santiago com a Democracia e a Renovação do Sistema Interamericano. Naquela ocasião, os Estados membros da OEA se comprometeram a "adotar medidas eficazes e rápidas para garantir a promoção e proteção da democracia representativa" (OEA, 1991a).

Adotou, também em Santiago, a Resolução 1080 que:

> 1. Instrui o Secretário-Geral a convocar reunião do Conselho Permanente caso ocorra qualquer súbita interrupção do processo político institucional ou do legítimo exercício de poder por um governo democraticamente eleito em qualquer dos Estados-membros, com o objetivo de, dentro dos parâmetros da Carta, examinar a situação, decidir e convocar uma reunião ad hoc dos Ministros de Relações Exteriores ou uma sessão especial da Assembleia Geral, devendo isso ocorrer no prazo máximo de 10 dias. (...)
> 3. Instrui o Conselho Permanente a estabelecer um conjunto de propostas que sirva de incentivo para preservar e fortalecer a democracia, baseadas na solidariedade e na cooperação, e informar a Assembleia Geral em sua próxima sessão (OEA, 1991b)

As medidas propostas sofriam com a falta de recursos disponíveis à organização, especificamente à Secretaria-Geral. A entrada do Canadá na OEA, em 1990, aliviou esse problema[2]. Foi graças à adesão desse novo membro e nova fonte de financiamento para a organização, que foi possível a criação da Unidade para a Promoção da Democracia (UPD), a qual seria responsável pela provisão de acompanhamento e cooperação técnica, além do monitoramento e fiscalização de processos eleitorais (HAWKINS & SHAW, 2008, p. 468).

Ainda em 1991, a OEA enfrentou mais uma crise, dessa vez no Haiti. Em setembro, o Presidente haitiano Jean-Bertrand Aristide foi derrubado por um golpe militar, o qual colocou o General Raoul Cédras no poder. A reação da OEA foi rápida, mas insuficiente. A organização reuniu seu Conselho Permanente, condenou o golpe, exigiu o restabelecimento de Aristide no poder e convocou uma reunião extraordinária dos ministros das relações exteriores. Nessa reunião, lembrando a Resolução 1080, determinou-se o isolamento diplomático do Haiti, suspensão de relações comerciais e da doação de ajuda não-humanitária. Também se determinou que o Secretário-Geral, a época o brasileiro João Clemente Baena Soares, desempenhasse papel de mediação na crise. Como ressaltado, no entanto, essa atuação foi insuficiente. A crise no Haiti acabou sendo referida ao Conselho de Segurança das Nações Unidas que, com o apoio dos Estados Unidos, conseguiu exercer pressão suficiente para que Arisitide fosse recolocado no poder (LEVITT, 2006, p. 302).

Seguindo essa experiência e dando continuidade ao processo já iniciado, na sessão seguinte da Assembleia Geral, em 1992, nas Bahamas, os Estados-membros declaram seu compromisso com a democracia representativa (OEA, 1992a). Ainda mais importante foi o Protocolo de Washington, de 1992, que emendou a Carta da OEA, introduzindo o art. 9 que explicita as medidas a serem tomadas em caso de rompimento da ordem democrática. Esse protocolo apenas entrou em vigor em 1997, quando dois terços dos Estados-membros o ratificaram.

> Art. 9 - Um membro da Organização, cujo governo democraticamente constituído seja deposto pela força, poderá ser suspenso do exercício do direito de participação nas sessões da Assembleia Geral, da Reunião de Consulta, dos Conselhos da Organização e das Conferências Especializadas, bem como das comissões, grupos de trabalho e demais órgãos que tenham sido criados.
> a) A faculdade de suspensão somente será exercida quando tenham sido infrutíferas as gestões diplomáticas que a Organização houver empreendido a fim de propiciar o restabelecimento da democracia representativa no Estado membro afetado;
> b) A decisão sobre a suspensão deverá ser adotada em um período extraordinário de sessões da Assembleia Geral, pelo voto afirmativo de dois terços dos Estados membros;

[2] Para mais detalhes sobre a relação do Canadá com a OEA e sua adesão à organização, cf. MCKENNA, Peter. *Canada and the OAS*: From Dilettante to Full Partner. Ottawa: Carleton University Press, 1995.

> c) A suspensão entrará em vigor imediatamente após sua aprovação pela Assembleia Geral;
> d) Não obstante a medida de suspensão, a Organização procurará empreender novas gestões diplomáticas destinadas a coadjuvar o restabelecimento da democracia representativa no Estado membro afetado;
> e) O membro que tiver sido objeto de suspensão deverá continuar observando o cumprimento de suas obrigações com a Organização;
> f) A Assembleia Geral poderá levantar a suspensão mediante decisão adotada com a aprovação de dois terços dos Estados membros; (OEA, 1992b)

O breve relato desses desenvolvimentos não deve indicar que o processo de barganha política foi completamente consensual. De fato, apesar dos documentos fundadores da OEA preverem diversos mecanismos de tomada de decisão majoritários, sempre se busca a unanimidade. E, nesses casos, foi difícil consegui-la. Nota-se a existência de dois grupos de Estados nos dois espectros dessa questão, de acordo com Bloomfield (1994). Enquanto, de um lado, México, Colômbia e, em alguma medida, Brasil se encontrariam no campo dos não-intervencionistas, tentando frear o processo de transformação aqui descrito ou, ao menos, torná-lo menos intrusivo; de outro lado, Argentina, Canadá, Chile e Estados Unidos estavam como ativistas, promovendo mecanismos mais rígidos de proteção e promoção da democracia. É comum, como Haas, descreve, a existência de conflitos entre coalizões durante processos de aprendizado.

Ao longo da década de 90, a OEA enfrentou outros (e novos desafios) na empreitada de solucionar o problema de ameaças à democracia no continente. Enquanto a maioria das crises institucionais anteriores haviam sido ocasionadas por golpes, a partir de 1992, uma série de crises diferentes ocorreu.

A primeira delas ocorreu no Peru, em 1992. Em abril daquele ano, o presidente Alberto Fujimori dissolveu o Congresso Nacional, dispensou grande parte do Judiciário e suspendeu a Constituição de 1979. Era o que se convencionou chamar autogolpe – quando o presidente, democraticamente eleito, toma medidas autoritárias para expandir e perpetuar seu poder. Em resposta a esta crise, a OEA se reuniu e, invocando a Resolução 1080, condenou o golpe. Realizou, também, investidas para que a crise fosse solucionada de forma consensual e dialogada. A crise se concluiu com uma eleição para uma nova Assembleia Constituinte e Fujimori permaneceu no poder.

Em maio de 1993, o presidente da Guatemala, Jorge Serrano, efetuou seu autogolpe contra as instituições do país. Dissolveu o congresso, suspendeu direitos e liberdades fundamentais e dispensou membros da Suprema Corte e do Judiciário. A OEA novamente se reuniu, condenou o golpe e efetivou tratativas para mediar uma solução para o caso. A conclusão da crise se deu com a fuga de Serrano e o restabelecimento da ordem a partir da escolha, pelo Congresso, de um novo presidente até as eleições seguintes.

Esse breve relato das crises institucionais no Peru e na Guatemala não pretende ser exaustivo, nem dar juízo definitivo sobre a atuação da OEA nesses casos[3]. Certamente, existem também diversas outras crises institucionais durante a década de 1990, como Equador (1997), Paraguai (1996, 1999) e Venezuela (1992)[4]. A intenção é apenas indicar uma lacuna no regime construído até então: o Protocolo de Washington fala em "cujo governo democraticamente constituído seja deposto pela força". Pelas experiências descritas, nota-se que essa não é a única fonte de ameaças à democracia. Esse feedback informou aos Estados-membros que seria necessária uma readequação do programa de ação proposto, para que se atendesse de forma ampla e compreensiva ao problema enfrentado. Isso é notado na Declaração da Cidade de Québec do Encontro das Américas, em 2001, que reconhece a multiplicidade de forma de ameaça à democracia (ENCONTRO DAS AMERICAS, 2001).

Isso foi realizado com a adoção da Carta Democrática Interamericana, em 2001. Apesar de não constituir um tratado internacional, não alcançando, portanto, o nível de obrigatoriedade criada pela Carta da OEA e os subsequentes protocolos, essa declaração já teve sua importância reconhecida em diversas instâncias e tem fundamental relevância na medida em que ela: (i) garante a democracia como direito dos povos americanos (art. 1); (ii) afirma que o exercício efetivo da democracia é a base do Estado de Direito e dos regimes constitucionais dos Estados-membros (art. 2); e (iii) confirma que a democracia é indispensável para o exercício efetivo das liberdades fundamentais e dos direitos humanos (art.7) (OEA, 2001).

A Carta ainda entre em detalhes, esclarecendo quais seriam os elementos fundamentais de uma democracia representativa e que deveriam ser protegidos a todo custo: respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais; celebração de eleições periódicas, livres, justas e baseadas no sufrágio universal e secreto; o regime pluralista de partidos e organizações políticas; a separação e independência dos poderes públicos; a transparência das atividades governamentais; a probidade e a responsabilidade dos governos na gestão pública; o respeito dos direitos sociais e a liberdade de expressão e de imprensa; entre outros (OEA, 2001).

Importante notar, ainda, que essa Carta expandiu a possibilidade de recurso ao mecanismo previsto no art. 9, introduzido pelo Protocolo de Washington. Ao invés de fazer referência apenas ao caso de deposição pelo uso da força, a Carta prevê, em seu art. 19, o acionamento das instâncias previstas no caso de "ruptura da ordem democrática ou uma alteração da ordem constitucional que afete gravemente a ordem democrática" – um conceito bastante mais amplo. Atende, assim, à necessidade de estabelecer salvaguardas contra autogolpes, por exemplo.

O Capítulo IV da Carta estabelece, no entanto, antes do recurso às medidas do art. 9, uma série escalonada de passos a serem dados. O art. 17 trata de uma ação preventiva,

[3] Para tanto, cf. Levitt, 2006.
[4] Para mais detalhes sobre essas crises, cf. Camargo, 2013.

antecipando que o governo de um Estado poderá pedir assistência da OEA, caso sinta estar em risco. O art. 18 prevê, já na iminência de uma crise, que a o Secretário-Geral ou o Conselho Permanente poderão fazer visitas a fim de verificar a situação e produzir um relatório que informará decisões posteriores da organização. Assim, chega-se ao artigo 19 da Carta, a consagração da cláusula democrática da organização:

> Art. 19 – Com base nos princípios da Carta da OEA, e sujeito às suas normas, e em concordância com a cláusula democrática contida na Declaração da Cidade de Quebec, a ruptura da ordem democrática ou uma alteração da ordem constitucional que afete gravemente a ordem democrática num Estado membro constitui, enquanto persista, um obstáculo insuperável à participação de seu governo nas sessões da Assembleia Geral, da Reunião de Consulta, dos Conselhos da Organização e das conferências especializadas, das comissões, grupos de trabalho e demais órgãos estabelecidos na OEA. (OEA, 2001).

Por fim, o art. 20 prevê a realização de gestões diplomáticas para solucionar a crise e, caso elas sejam infrutíferas, a convocação de uma reunião extraordinária da Assembleia Geral para decidir sobre as medidas apropriadas. O art. 21 estabelece que a votação para suspender o direito de participação de um membro na organização obedecerá ao critério majoritário, sendo necessários votos afirmativos de dois terços dos Estados-membros (OEA, 2001).

Nota-se que, assim, a OEA pretendeu adequar suas respostas às diferentes ameaças sofridas pela democracia, levando em consideração, especialmente, experiência prévias.

Estagnação e novos desafios

O período de constantes evoluções no mecanismo estudado chegou ao fim com a adoção da Carta, em 2001. A partir desse momento, a OEA não foi capaz de desenvolver seu regime de proteção e promoção da democracia de forma significativa.

Na reunião da 35ª Sessão da Assembleia Geral, em 2005, foi feito um esforço concertado de avançar novas propostas. Dentre elas, se destaca a criação de um comitê responsável por receber informações da sociedade civil sobre a qualidade da democracia dentro dos Estados e por realizar recomendações sobre planos de ação a serem adotados. Também se previa que o Conselho Permanente avaliaria periodicamente situações que poderiam afetar negativamente os processos democráticos nacionais. Essas propostas, que representariam significativo aprofundamento do regime, foram avançadas pelos Estados Unidos, mas não ganharam apoio significativo dos outros membros da organização.

De fato, Hawkins e Shaw (2008, p. 475) argumentam que a virada unilateral e isolacionista adotada pelos Estados Unidos a partir de 2001 teria sido responsável pelo fracasso daquelas propostas e pela maior recalcitrância dos outros países do continente em aceitar mecanismos de maior intrusão em suas políticas domésticas. Essa virada seria

evidenciada pela invasão do Iraque, em 2003, pelo suposto apoio norte-americano à tentativa de golpe contra Chávez, na Venezuela, em 2002, e pela posição unilateral adotada pelo país durante a crise no Haiti, em 2004.

O resultado (ou a falta de resultado) daqueles esforços pode ser percebido na Declaração da Florida, adotada ao final daquela reunião, em 2005. Vaga e genérica, a declaração apenas mantém a questão na pauta interamericana. Referências frequentes aos princípios da não-intervenção e da autodeterminação dos povos são suficientes para deixar claro as divergências que resultaram nesse documento (OEA, 2005).

Há que se afirmar, no entanto, que a proposta norte-americana tocava em um ponto sensível que já havia sido motivo de questionamentos: todos os mecanismos de defesa da democracia tinham o poder Executivo nacional como representante do Estado – único com capacidade de sinalizar problemas e requerer a intervenção da OEA. Acontece que, em muitos casos, é o próprio chefe do poder Executivo que toma medidas autoritárias contra a separação de poderes e os direitos e liberdades fundamentais. Nesse sentido, se compreende a proposta norte-americana de dar um canal por meio do qual, outros atores domésticos – notadamente a sociedade civil – pudesse se comunicar com a organização.

Outra questão que surge ao longo da primeira década do século XX é o surgimento de outras organizações internacionais encarregadas de atuar na mesma questão – a proteção e promoção da democracia. Isso não é absolutamente novo; como mencionado, na década de 80 e 90, o Grupo do Rio atuou de forma decisiva em algumas crises políticas[5]. No entanto, essas organizações desenvolveram arcabouços institucionais bastante evoluídos, passando a representar uma espécie de concorrência para a OEA e forçando-a a continuamente evoluir.

Merecem destaque, nesse âmbito, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Inicialmente focado na questão comercial e econômica, o Mercosul, composto por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, se volta para a proteção da democracia em 1998, com a assinatura do Protocolo de Ushuaia I, do qual também foram signatários Bolívia e Chile. Esse protocolo previa que, em caso de rompimento da ordem democrática, aquele Estado poderia ser alvo de sanções – da suspensão de direitos de participação na organização até a suspensão dos direitos e obrigações decorrentes do processo de integração. Eram sanções primordialmente relacionadas ao funcionamento da própria organização.

Em 2011, o Mercosul e associados, incluindo além dos signatários originais do Ushuaia I, Equador, Peru, Colômbia e Venezuela, deram um passo além, com a assinatura do Protocolo Ushuaia II. Esse documento, que ainda não entrou em vigor, prevê um rol de sanções bastante mais amplo, em caso de rompimentos na ordem democrática (art. 6): a suspensão do direito de participar do Mercosul; o fechamento de fronteiras; a limitação do

[5]Para maiores detalhes sobre as diversas organizações regionais com atuação na proteção e promoção da democracia, cf. Sloboda & France, 2015.

comércio, tráfego aéreo e marítimo; a adoção de sanções políticas e diplomáticas adicionais; entre outras (MERCOSUL, 2011).

Paralelamente, foi criada em 2006 a União das Nações Sul-Americanas, composta por todos os Estados do subcontinente. Sua preocupação e compromisso com a democracia foi aparente desde esse momento, ganhando maior operacionalidade com a assinatura do Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da UNASUL sobre Compromisso Democrático, em 2011. Previa, em caso de rompimento da ordem democrática, uma série de medidas a serem adotadas, dentre as quais se destaca rol de sanções previstas semelhante àquele de Ushuaia II (art. 4): suspensão do direito de participar dos órgãos da UNASUL; fechamento de fronteiras; sanções políticas e diplomáticas; entre outras.

Esse protocolo já se encontra em vigor, desde março de 2014. O que se nota é que todas as três organizações possuem cláusulas democráticas, prevendo determinadas medidas a serem tomadas em casos de rompimento na ordem democrática. Todas prevêem a realizações de tratativas diplomáticas diversas para resolver a crise e todas tem um rol de sanções a ser aplicadas contra o Estado onde venha a ocorrer tal rompimento. Acontece que o rol de sanções disponível à UNASUL e ao Mercosul (assim que o Protocolo de Ushuaia II entrar em vigor) é muito mais amplo do que aquele de que a OEA pode lançar mão.

O fato é que a OEA perdeu primazia em relação a questões de segurança e política, desde o início do século. O fato de os Estados Unidos fazerem parte da organização e muitos Estados a verem como instrumento de pressão daquele sobre o resto do continente acabou sendo um dos motivadores para essa multiplicação de organizações regionais com atuações temáticas sobrepostas. Apesar de manter papel destaque na América Central, a OEA perdeu espaço no restante do continente (PORTALES, 2013, p. 213). E um grande exemplo disso foi a crise do Paraguai de 2012.

Ao longo daquele ano, o presidente paraguaio Fernando Lugo sofreu com um processo de *impeachment* que acabou levando a sua deposição e à posse de seu vice e opositor, Federico Franco. As justificativas para o desencadeamento desse processo ("mau desempenho das funções presidenciais") e o procedimento empregado, com curto prazo para a apresentação da defesa de Lugo, por exemplo, foram amplamente criticadas. Ocorreu, entretanto, uma divergência na interpretação dessa crise pelas organizações regionais competentes.

De um lado, Mercosul suspendeu o Paraguai de alguns dos direitos que lhe eram concedidos pelos tratados constitutivos do bloco, com base no art. 5º do Protocolo de Ushuaia e a UNASUL encaminhou no mesmo sentido, aplicando o art. 4º do Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da UNASUL sobre Compromisso Democrático (SLOBODA & FRANCE, 2015, p. 543). De outro, a OEA mostrou-se incapaz de chegar a um consenso sobre a crise. Canadá, EUA, México, Honduras e Haiti não se dispuseram a condenar a deposição de Lugo, tendo o Canadá, inclusive, manifestado apoio a Franco (UCHOA, 2012).

A decisão de classificar um evento como crise é um procedimento predominantemente político, apesar de se calcar em normas regionais. Com a existência de múltiplos conjuntos normativos regionais, esta decisão se torna ainda mais contenciosa e sujeita a divergências. No caso paraguaio, isso levou "a um aumento da politização e instabilidade política no curto prazo", conforme a população e os partidos paraguaios eram apoiados e criticados por diferentes atores externos (HOFFMAN, 2016, p. 55).

Perspectivas de reforma

Como notado, a pesar de um intenso período de desenvolvimento normativo durante a década de 90, o regime interamericano de proteção e promoção da democracia atingiu um *plateau*. E um novo problema surgiu para a organização: como justificar sua atuação numa questão temática que já é alvo de atenção por parte de outras organizações internacionais, as quais possuem instrumentos de sanção mais amplos e efetivos?

Pela experiência passada, notada o fracasso da Declaração da Flórida em 2005, é evidente a desconfiança dos países da região em relação às intenções norte-americanas. Assim, considera-se improvável que qualquer proposta de reforma que intencione um aumento do rol de sanções disponíveis à organização seja aprovada. A declaração do embaixador argentino na OEA, em 2005, deixa bastante claro esse sentimento: "*ninguém pode ter certeza que no futuro não estará sentado sendo julgado por esse comitê daqui a um, dois ou três anos. Todos os países têm seus problemas. Mas garanto uma coisa: os países mais poderosos nunca estarão nessa posição vulnerável*" (HAWKINS & SHAW, 2008, p. 476).

Iniciou-se, assim, um processo de instrução que atenda às necessidades da organização de oferecer uma solução efetiva para o problema das ameaças à democracia, mas que não vá além ou desperte temores previamente adquiridos pelos Estados-membros. Esse processo ainda não foi concluído e seu sucesso é longe de certo, porém vale, aqui, mencionar algumas linhas gerais do que se pensa em propor.

Antes, porém, é interessante mencionar o papel que tem a Comissão Jurídica Interamericana, como ponto focal de uma comunidade epistêmica capaz de produzir conhecimento sobre as matérias relevantes para OEA. É, afinal, o órgão responsável por aconselhar a organização em matérias jurídicas e promover o desenvolvimento e codificação do direito internacional na região. Composto por acadêmicos, juristas, diplomatas, certamente se qualifica dentro da definição de Peter Haas (1992) para comunidade epistêmica.

A fase inicial do processo de instrução se refere à formação de demandas, sendo seguida pelo estabelecimento de agendas, que ocorreu em agosto de 2014, durante o 85º

período ordinário de sessões da Comissão, no Rio de Janeiro, com a indicação à relatoria do Dr. Hernán Salinas (OEA, 2014).

Ao estabelecimento da agenda, se segue a formulação dos programas de ação. Um ponto inicial que ficou claro é a importância de se evitar a impressão de que se pretende reformar a Carta Democrática Interamericana, com objetivo de evitar ameaçar o consenso já conquistado sobre o tema. Salinas (2015) deixa claro também não haver qualquer tentativa de superar ou invadir as soberanias nacionais – é um esforço de superar os temores previamente mencionados.

Em resposta à existência de organizações regionais com ferramentas punitivas mais avançadas do que a OEA, fica claro que a opção escolhida no projeto em desenvolvimento é ceder a elas esse "campo de especialidade" e desenvolver o foco da OEA em aspectos preventivos. Mesmo nas hipóteses de aplicação de sanção, Salinas tende a defender sua aplicação de forma mais gradual, com o estabelecimento de opções mais flexíveis.

O fortalecimento dos aspectos preventivos passa, necessariamente, pela ampliação do papel da Secretaria-Geral, já encarregado, pelo art. 110 da Carta, a trazer à atenção da Assembleia Geral e do Conselho Permanente, questões que afetem a paz e a segurança na região. Para isso, é fundamental que se melhore a infraestrutura desse órgão, aumentando o seu financiamento (SALINAS, 2015).

O projeto também inclui uma proposta de introdução de mecanismos de alertas prévios, com objetivo de antecipar crises e sinalizar possíveis pontos de aprimoramento nos ordenamentos nacionais. Seriam realizados informes periódicos sobre a situação dos países, sendo feitas avaliações sobre aspectos específicos, entre os próprios Estados membros. O projeto possivelmente incluirá também a sugestão de estabelecimento de uma Comissão de Observação Permanente – nesse ponto seria interessante verificar o quanto ela difere da comissão proposta em 2005, na Flórida. Salinas (2015) também considera a criação de um órgão especial (Relatoria Especial, Ombudsman ou Alto Comissariado) dedicado exclusivamente à questão da democracia. Sugere, ainda, dar maior precisão ao que constituiria "*ruptura da ordem democrática ou uma alteração da ordem constitucional que afete gravemente a ordem democrática*", expressão constante da Carta Democrática Interamericana.

Por fim, já foi discutida a problemática de se considerar como interlocutor, junto à OEA, apenas o poder executivo nacional. Em resposta a isso, pretende-se estender o direito de iniciativa a outros órgãos do Estado, como o Congresso Nacional e o Judiciário. Tornando possível que esses órgãos acionem os instrumentos previstos nos documentos da OEA, amplia-se a proteção contra *autogolpes*. Dar maior voz à sociedade civil também é considerado fundamental nesse projeto (SALINAS, 2015).

Conclusão

O presente estudo buscou esclarecer como se deu o processo de transformação da OEA ao longo dos últimos 20 anos. Esse processo não foi linear, nem contínuo, porém continua em curso até os dias de hoje. Assim, impossível qualquer avaliação definitiva sobre seu sucesso. De fato, o objetivo aqui não foi avaliar o sucesso das intervenções da OEA em uma crise ou outra. Essas crises foram destacadas porque representaram momentos formativos no processo de transformação da organização, oferecendo *feedbacks* que resultaram (ou não) em novas transformações.

A hipótese sinalizada inicialmente de que a Organização dos Estados Americanos passou por um processo de aprendizado foi confirmada pelo estudo histórico. E, espera-se que os instrumentos teóricos desenvolvidos por Haas (1990) tenham sido úteis para a melhor compreensão de todo esse processo.

Ainda que o trabalho tenha se voltado, majoritariamente, para a continuidade desse processo de aprendizado, não se pretende minimizar as dificuldades pelas quais ele passou e ainda passa. Resultado delas, afinal de contas, continua estagnado desde 2001. A existência de coalizões distintas e opostas, a dificuldade de se balancear a defesa da democracia com o princípio da não-intervenção e a defesa da soberania nacional e as tendências unilaterais do Estado mais poderoso do continente (e os decorrentes temores do restante dos Estados) são só algumas dessas dificuldades.

Um dos desafios que continuamente sofre esse empreendimento descrito se refere a visões conflitantes do que se entende por democracia. Apesar de a Carta da OEA e diversos documentos subsequentes fazerem referência à democracia representativa, dando destaque a questões como eleições, liberdades individuais e separação de poderes, existe outra perspectiva. Esta privilegiaria noções como participação direta da população nas decisões do poder público, autonomia cultural e direitos coletivos.

Foi também em função dessa diferença de perspectivas que a Venezuela deixou registrado, na Declaração da Cidade de Quebec sua oposição ao texto firmado, em especial às cláusulas referenciadas no presente estudo, as quais fazem referência à democracia representativa. Uma disputa entre essas visões ficou clara também durante as discussões da Assembleia Constituinte boliviana, após a eleição de Evo Morález, quando a OEA atuou de forma a promover a estabilidade da situação política no país (ARUGUAY & MORENO).

No entanto, o que se pretendeu evidenciar é que, apesar dessas dificuldades, a OEA passou (e continua passando) por um processo contínuo de aprendizado, no que se refere ao desenvolvimento do mecanismo interamericano de proteção e promoção da democracia. Esse processo dependeu de uma reavaliação dos valores originais da organização e do desenvolvimento de ferramentas capazes de articular a nova compreensão alcançada.

O processo continua e a iniciativa capitaneada pelo Dr. Salinas é apenas a mais recente numa série de esforços para revitalizar esse mecanismo. Embora seja impossível determinar, até o presente momento, se será bem-sucedida ou não, é valioso compreendê-la

historicamente e enxergar nela uma tentativa de dar resposta aos mais recentes desafios encarados pela Organização dos Estados Americanos.

Artigo recebido em 20 jul. 2017.
Aprovado para publicação em 29 out. 2017.

Referências

ARUGUAY, Aries; MORENO, Gustavo. *Competing regionalisms? The role of the OAS and UNASUR in Bolivia's Constitution-drafting process*. Estocolmo: International IDEA, s.d. Disponível em: <http://www.idea.int/resources/analysis/upload/The-Role-of-the-OAS-and-UNASUR-in-Bolivia-s-Consitution-drafting-process.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2015.

BLOOMFIELD, Richard. Making the Western Hemisphere Safe for Democracy? The OAS Defense-of-Democracy Regime. *The Washington Quarterly*, v. 17, n. 2, p. 157-169.

CAMARGO, Alan Gabriel. *Democratizando a América Latina? A promoção da democracia por meio do Regime Democrático Interamericano (RDI).*Dissertação de Mestrado, UNB, 2013

COOPER, Andrew; LEGLER, Thomas. The OAS Democratic Solidarity Paradigm: Questions of Collective and National Leadership. *Latin American Politics and Society*, v. 43, n. 1, 2001, p. 103-126.

ENCONTRO DAS AMÉRICAS. *Declaração da Cidade de Quebec*. Quebec City, 2001. Disponível em: <http://www.summit-americas.org/iii_summit/iii_summit_dec_pt.pdf>. Acesso em 6 jan. 2016.

HAAS, Ernst. *When Knowledge is Power*: Three Models of Change in International Organizations. Berkeley: University of California Press, 1990.

HAAS, Peter. Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination. *International Organization*, v. 46, n.1, 1992.

HERZ, Monica; HOFFMANN, Andrea. *Organizações Internacionais:* História e Práticas. Rio deJaneiro: Elsevier, 2004.

HAWKINS, Darren; SHAW, Carolyn. Legalising Norms of democracy in the Americas. *Review of International Studies*, v. 34, p. 459-480, 2008, p. 468.

HOFFMAN, Andrea Ribeiro. As organizações regionais e a promoção e a proteção da democracia: reflexões a partir da intervenção democrática na América do Sul. *Caderno CRH*, v. 29, n. 3, p. 47-57, 2016.

LEVITT, Barry. A Delusory Defense of Democracy: OAS Resolution 1080 and the Inter-American Democratic Charter. *Latin American Politics and Society*, v. 48, n. 3, p. 93-123.

MAINWARING, Scott; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. *Democracies and Dictatorship in Latin America*: Emergence, Survival, and Fall. Nova York: Cambridge University Press, 2013.

MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João. *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro,Elsevier, 2005.

MERCOSUL. *Protocolo de Montevidéu sobre Compromisso com a Democracia no MERCOSUL.* Montevidéu, 2011. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/multilaterais/protocolo-de-montevideu-sobre-compromisso-com-a-democracia-no-mercosul-ushuaia-ii-firmado-por-ocasiao-da-xlii-reuniao-do-cmc-e-cupula-de-presidentes-do-mercosul-e-estados-associados/>. Acesso em: 22 jan. 2016.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Carta da Organização dos Estados Americanos.* Bogotá, 1948. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/portuguese/carta.htm>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. *Protocolo de Cartagenas da India.* Cartagenas, 1985. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/treaties_A-50_Protocol_of_Cartagena_de_Indias.htm>. Acesso em: 5 jan. 2016.

_____. *Compromisso de Santiago com a Democracia Representativa e a Renovação do Sistema Interamericano.* Santiago, 1991a. Disponível em: <http://www.oas.org/en/sla/docs/ag03805E01.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2015.

_____. *Representative Democracy. Resolução 1080*. Santiago, 1991b. Disponível em: <http://www.oas.org/en/sla/docs/ag03805E01.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2015.

_____. *Declaração de Nassau.* Nassau, 1992a. Disponível em: <http://scm.oas.org/pdfs/agres/ag03806E01.PDF>. Acesso em: 6 jan. 2016.

_____. *Protocolo de Washington.* Washington DC, 1992b. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/esp/tratados_A-56_Protocolo_de_Washington.htm>. Acesso em: 6 jan. 2016.

_____. *Carta Democrática Interamericana.* Lima, 2001. Disponível em: < http://www.oas.org/OASpage/port/Documents/Democractic_Charter.htm>. Acesso em: 2 jan. 2016.

_____. *Declaração da Flórida.* Fort Lauderdale, 2005. Disponível em: <http://www.oas.org/consejo/GENERAL%20ASSEMBLY/Resoluciones-Declaraciones.asp>. Acesso em: 8 jan. 2016.

_____. *Informe Anual da Comissão Jurídica Interamericana à Assembleia Geral*. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.oas.org/es/sla/cji/docs/INFOANUAL.CJI.2014.ESP.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2016.

PORTALES, Carlos. Para onde vai o multilateralismo nas Américas? Projetos superpostos num período de mudanças globais. *Lua Nova*, v. 90, 2013, p. 203-241.

SALINAS, Hernán. Fortalecimento de la Democracia en las Américas. IN: ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *XLII Curso de Derecho Internacional***:** La actual Agenda Jurídica Interamericana. Rio de Janeiro, 7 ago. 2015.

SLOBODA, Pedro; FRANCE, Guilherme. A Democracia e o Bloco de Constitucionalidade do Direito Internacional na América Latina. IN: PEREIRA, Ana Cristina Paulo; MENEZES, Wagner (org.). *Direito e Relações Internacionais na América Latina.* Rio de Janeiro: Arraes Editores, 2015, p. 535-546.

UCHOA, Pedro. Sem consenso e descolada do Mercosul, OEA volta a discutir Paraguai. *BBC Brasil.* Washington DC, 2012. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/07/120709_oea_paraguai_pu.shtml>. Acesso em: 10 out. 2017.

UNASUL. *Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da UNASUL sobre Compromisso Democrático.* Quito, 2011. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5D505912E783485024145A95710308F3.proposicoesWeb1?codteor=1056965&filename=Avulso+33333333333333333+-MSC+551/2012>. Acesso em: 22 jan. 2016.

Digressões sobre o gênero enciclopédico – A Enciclopédia Brasileira em meio às transformações do campo científico da década de 1950[1]

Mariana Rodrigues Tavares [2]

Digressions on the encyclopedic genre – The "*Enciclopédia brasileira*" amid the transformations of the scientific studies of the 1950s

http://dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.70391

[1] Há um aprofundamento maior nas discussões acerca da Enciclopédia Brasileira e do próprio Instituto Nacional do Livro (INL) em minha dissertação de mestrado de mestrado intitulada *"UM BRASIL INAPREENSÍVEL?: História dos projetos da Enciclopédia brasileira do INL",* realizada no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) e defendida em 2016.

[2] Doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: historia.mari@gmail.com

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo abordar questões a respeito do projeto editorial da *Enciclopédia Brasileira* do Instituto Nacional do Livro no decorrer dos anos 1950. Neste sentido, tem por intuito detalhar e ponderar aspectos que se dedicam a observar os membros da comissão de ciências sociais e históricas, composta pelos mais célebres intelectuais do período, ocupantes dos principais cargos em Instituições públicas brasileiras. Por fim e no bojo desses aspectos considera-se que a partir da década de 1950-60 evidenciava-se no Brasil um processo de reconfiguração do campo historiográfico ocorrido graças a circulação dos primeiros trabalhos oriundos de pesquisas das Universidades brasileiras surgidas ainda na década de 1930. Por essas razões, defende-se a tese de que o projeto da *Enciclopédia Brasileira* no decorrer da década de 1950 adquiriu um caráter puramente universitário.

Palavras-chave: Intelectuais, Projeto editorial, Enciclopédia brasileira, INL.

Abstract:

This article aims to address issues regarding the editorial project of the "Enciclopédia Brasileira" of the Instituto Nacional do Livro during the 1950s. In this sense, it intends to detail and ponder aspects that are dedicated to observing the members of the social sciences and historical commission made up of the most celebrated intellectuals of the period, occupying the main positions in Brazilian public institutions. Finally and in the bulge of these aspects it is considered that from the decade of 1950-60 it was evidenced in Brazil a process of reconfiguration of the historiographic field occurred thanks to the circulation of the first papers coming from researches of the Brazilian universities arisen even in the decade of 1930. For these reasons, the thesis is defended that the project of the "Enciclopédia Brasileira" in the course of the 1950s acquired a purely university character.

Keywords: Intellectuals, Editorial project, Brazilian encyclopedia, INL.

> [...] Deixam de nos impressionar as coisas habituais. Daí o valor da leitura de [um] dicionário. Todo o povo tumultuoso da praça pública da Língua lá o encontramos individualizado, como soldados em quartel, cada um com o seu número, o seu posto, perfilados e obedientes quando os defrontamos. (Carta de Monteiro Lobato a Godofredo Rangel – Areias, 7 de julho de 1909 – In: **A barca de Gleyre**, 2010, p.206-207)

Pelo conteúdo da carta de Monteiro Lobato, vê-se que o escritor brasileiro dava importância aos dicionários. Tal preocupação e, até mesmo, uma supervalorização de obras desse gênero parece ter sido crescente no Brasil até culminar nos ensejos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com a publicação do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil,* obra destinada às comemorações do centenário da independência ocorridas em 1922. Com o caráter puramente vulgarizador, a obra do IHGB ofereceu um programa informativo sobre o país nos anos 1920. Cerca de pouco tempo depois, a *Enciclopédia Brasileira* do Instituto Cayrú e, posteriormente, do Instituto Nacional do Livro inseriu-se nessa conjuntura como fruto de uma época que investiu na investigação do passado para assegurar o desenvolvimento do projeto político-cultural elaborado ao longo do governo de Getúlio Vargas. A ação política varguista articulou determinados setores especializados da burocracia estatal e intelectuais, construindo programas de políticas culturais como instrumentos de representação da nacionalidade, que tiveram na leitura e na valorização do passado a sua principal forma de execução (GOMES, 2007, p.43-63).

A respeito do Instituto Cayrú sabe-se que inicialmente, sua estrutura organizacional previa uma Diretoria Técnico-Administrativa e um Conselho Superior, formada pelo diretor do Instituto, por três intelectuais, ambos escolhidos pelo presidente da República e pelo ministro da Educação, o comandante da comissão. Tomando como modelos exemplos de publicações estrangeiras, essa comissão intelectual chegou a proposições tipicamente nacionais. Argumentando a impossibilidade de execução de uma edição que se equiparasse às enciclopédias europeias, a solução cabível seria centrar-se na história do Brasil.

> Reconhecendo a impossibilidade de realizar-se no Brasil, por falta de recursos materiais e culturaes, uma obra compendie a generalidade de conhecimentos e se revista, ao mesmo tempo, de espírito de indagação scientifica, sugere a Comissão, como linhas geraes para a Encyclopedia Brasileira, os seguintes pontos de partida: I- As monographias e artigos referentes aos assumptos brasileiros ou americanos, tratados com o necessário desenvolvimento, seriam realizados por especialistas e pesquisadores capazes de acesso acentuado de originalidade e de investigação.
> (...)
> O recurso à compilação, só será tolerado, entretanto, se for verificada a inexistência de estudiosos capazes, de tratar do assumpto com

> originalidade. Será assegurada, porém, a revisão dos artigos e monographias por especialista, da materia. Julga a comissão preferível o emprego do systema de encyclopedia-diccionario, por ser a apresentação em ordem alphabetica dos assumptos, sem a menor duvida, a forma mais accessivel ao publico medio brasileiro[1].

Além das características restritas à temática brasileira, a comissão ainda destacou a classificação dos assuntos da *Enciclopédia* nos seguintes grupos: 1) artes technicas; 2) artes liberaes; 3) bellas artes; 4) letras; 5) economia; 6) pedagogia; 7) política; 8) direito; 9) sociologia; 10) historia; 11) geographia; 12) ethnologia; 13)anthropologia; 14) archeologia; 15) ecologia; 16) botanica; 17) mineralogia; 18) geologia; 19) mathematica; 20) physica; 21) chimica; 22) biologia; 23) logica; 24) physicologia; 25) cosmologia; 26) ethica; 27) metaphysica e 28) religião. Esse arcabouço estrutural da *Enciclopédia brasileira* demonstra o fato de que esta obra procurava, não apenas, atender ao projeto político nacionalista de Getúlio Vargas, mas tinha a intenção de dotar o país de uma obra voltada também aos interesses educacionais do período, advogados com a necessidade de se educar a população. Sendo assim, afirmava-se, em 1936, que a finalidade da *Enciclopédia Brasileira* foi a:

> (...) de suprir as deficiências apresentadas pelas enciclopédias e obras gerais estrangeiras em assuntos que interess[ass]em de perto ao homem culto e ao trabalhador intelectual brasileiro. Portanto, ei no momento o instituto concentrar seus esforços na organização de um léxico brasileiro (que poderá obedecer aos moldes do Webster's New International Dictionary) e de um **dicionário** de geografia, de história, de etnografia, de biografia, de bibliografia do Brasil, poder-se-á realizar, em tempo relativamente curto, uma obra que virá preencher a lacuna tão profundamente sentida por todos os intelectuais brasileiros (grifos meus).

No mesmo texto em que discutiam como proceder com a *Enciclopédia Brasileira*, as principais sugestões apresentadas propunham a execução do plano da seguinte maneira:

> (a) permitir, com o mesmo dispêndio e em tempo mais curto, a realização de uma obra de alto valor cultural;
> (b) fornecer, dentro do prazo relativamente breve, volumes de preço muito mais accessível, os quais, combinados com as grandes enciclopédias estrangeiras, formarão um conjunto onde o homem culto brasileiro encontrará uma resposta às indagações de seu espírito e um elemento de trabalho e de pesquisa;

[1]Para maiores detalhes ver: Fundo Gustavo Capanema – CPDOC/FGV.

> (c) fornecer uma base necessária à organização de uma enciclopédia brasileira, que, com esses elementos e quando se dispuzer dos recursos necessários, poderá assumir um caráter realmente satisfatório e uma cultura superior;
> (d) fornecer uma fonte de documentação que seria consultada e aproveitada na elaboração de futuras edições das enciclopédias estrangeiras, e que viria concorrer para melhor divulgação mundial dos assuntos nacionais[2].

Foi com esse programa de edição que o Instituto Cayrú se instalou, em janeiro de 1937, na Biblioteca Nacional[3]. No mesmo ano, um pouco mais tarde quando da criação do INL, algumas medidas foram tomadas a propósito de suas funções. Continuando a atender os pressupostos do Plano Nacional de Educação que estavam previstos na Constituição desde 1934, ao Instituto Nacional do Livro coube a incumbência de cuidar da educação extracurricular. O texto da Constituição definia que era competência da União fixar o Plano Nacional de Educação, "compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar sua execução, em todo o país"[4]. Dito em outras palavras, o Instituto Cayrú, depois expandido em Instituto Nacional do Livro foi criado para atender as demandas do Plano Nacional de Educação que estavam em voga com as políticas públicas do período Vargas-Capanema.

Tal qual previa a lei, essa modalidade de educação deveria ser ministrada pelos poderes públicos, pela família e por instituições privadas. Destacava-se a importância de publicações originais de livros, revistas ou jornais e o estabelecimento de bibliotecas permanentes e circulantes. Além disso, previa-se também a instalação de cursos de biblioteconomia[5] e de remessas regulares e gratuitas de publicações culturais. Nesse sentido, as justificativas para a implantação do Instituto Nacional do Livro apoiavam-se num duplo objetivo: desenvolver a educação extracurricular e editar a *Enciclopédia Brasileira*[6]. No decorrer do primeiro semestre de 1939, Mário de Andrade intensificou as negociações com o

[2]Para maiores detalhes ver: Fundo Gustavo Capanema – CPDOC/FGV.
[3]Arquivo Nacional, fundo Secretaria da Presidência da República, lata 32, documento intitulado Plano para o Instituto Cayrú.
[4]Para maiores detalhes ver: CURY, Carlos Roberto Jamil. O Plano Nacional de Educação de 1936-1937. Educativa, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 396-424, jul./dez. 2015.
[5]A respeito das bibliotecas públicas e da instalação do curso de Biblioteconomia surgidas no país a partir da criação do Instituto Nacional do Livro e também das políticas públicas de promoção da leitura ver além de (SILVA, 1992) os seguintes trabalhos: ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. *A palavra e o silêncio: biblioteca pública e estado autoritário no Brasil.* João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2002; BRAGANÇA, Aníbal. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: O Instituto Nacional do Livro (1937-1967). Matrizes, ano 2, nº2, primeiro semestre de 2009, pp. 221-246 e FONSECA, Edson Nery da. O Negócio das Enciclopédias. Revista de Ciência da Informação, v.1, n.2, 1972, p.91-98.
[6]Para maiores detalhes ver: SILVA, 1992, p.32.

ministro Gustavo Capanema para obter uma posição na burocracia estatal[7]. Até este ponto, o ano de 1939 havia sido complicado para o poeta. A Universidade do Distrito Federal (UDF), local onde Andrade lecionava, foi fechada após as denúncias da presença comunista no quadro de professores. Com o fim da instituição, a situação de Mário de Andrade se complicara ao ponto de reatar as negociações com Capanema para a função à frente do serviço público. E a partir daí obteve a vaga a de consultor técnico do Instituto Nacional do Livro e encarregado da preparação do anteprojeto de uma *Enciclopédia brasileira*.

O projeto da *Enciclopédia* não foi uma criação direta de Mário de Andrade, mas concentrava muitas de suas preocupações. A vinda para o Instituto Nacional do Livro significava, não só, a remediação necessária dos problemas financeiros, mas também a possibilidade de se manter na autoria de importantes projetos culturais. Para muitos a chegada do poeta a capital federal foi fruto da sua ambição política de levar "o Brasil ao Brasil" e cumprir a promessa fundadora do movimento modernista de direcionar o país para o contexto mundial (BOMENY, 2012, p.107). Além disso, não há como ignorar o próprio projeto político do Estado Novo que teve na ação dos intelectuais o meio para promover seu objetivo de nacionalizar o país, como já mencionado antes. Distanciando-se da noção de cooptação pode-se afirmar que assim como Mário de Andrade e outros intelectuais, a geração modernista foi "a mediadora da transição que se iniciara nos anos 20 e se completava nos anos 40. Os modernistas adequaram-se magnificamente bem à tarefa, tanto porque reinstauravam a temática da brasilidade com feições militantes, quanto porque eram os intelectuais disponíveis para o preenchimento dos cargos públicos do Estado Novo" (GOMES, 1996, p.139).

Nesse sentido, garantida a vaga na consultoria, a *Enciclopédia brasileira* do Instituto Nacional do Livro teve seus primeiros contornos definidos por Mário de Andrade.

Por essas razões, o caráter nacional imprimiu o perfil da Enciclopédia em seus primeiros anos. Ao sugerir aumentar a quantidade de linhas aos verbetes nos quais os aspectos brasileiros fossem tratados, Mário de Andrade e o Instituto Nacional do Livro procuravam oferecer ao Brasil uma obra que o universalizasse, e principalmente, que lhe conferisse uma identidade.

Nesse sentido, à *Enciclopédia Brasileira* atribuem-se as origens do projeto nacionalista de Getúlio Vargas, contudo ainda são escassas as informações sobre a mesma quando o foco de análise a aborda durante a década de 1950 e, principalmente, quando se trata da mudança de concepção em seus objetivos e o que se atribui como o escopo do Brasil. Nas próximas linhas a abordagem procura destacar de que maneira os processos de

[7]Antes de 1939, as negociações Andrade-Capanema também estiveram no âmbito do próprio Departamento de Cultura de São Paulo. Diante dos novos rumos tomados com a mudança do prefeito de São Paulo, cartas foram trocadas com o intuito de rever a situação do Departamento de Cultura "ameaçado" de extinção com a nova configuração política. Para maiores detalhes ver: Carta a Gustavo Capanema, 10-V-1938. O Departamento é o meu túmulo. Vide, ANDRADE, 2015, p.320.

institucionalização do campo científico, em especial, o historiográfico, decorrentes das transformações experimentadas a partir da década de 1950, incidiram na atuação dos intelectuais do Instituto Nacional do Livro responsáveis pela elaboração da *Enciclopédia brasileira*.

Os anos 1950: a década das mudanças

> **A Enciclopédia Brasileira, que dedicará ao conhecimento científico papel relevante em suas páginas**, pretende focalizar a dimensão prospectiva, sem prejuízo do inventário retrospectivo de importantes aquisições. Mas é preciso não esquecer que o nosso objetivo consiste em **atender às necessidades culturais do estudante de nível universitário**. (Diretrizes para a Enciclopédia Brasileira, 1957. Grifos meus)

"Atender às necessidades culturais do estudante de nível universitário". Em 1957 as diretrizes fundamentais do Instituto Nacional do Livro para a edição da *Enciclopédia Brasileira* orientavam os trabalhos para a composição de uma obra que contemplasse o público universitário. Sobre essa mudança principal cabem alguns questionamentos. Qual é o espaço social das universidades? Qual é o papel desempenhado pelo ensino universitário no Brasil?

O trecho que compõe as diretrizes para a edição da *Enciclopédia Brasileira* exemplifica a consolidação de um projeto de expansão das universidades públicas no Brasil iniciado nos anos 1930. Argumenta-se que nos anos 1950, os primeiros resultados da produção acadêmica já circulavam pelo território nacional e, cada vez, mais o Brasil tinha carência de produzir uma obra que atendesse ao novo público que se formava (VENANCIO, 2016).

Para alguns, a explicação acerca do Brasil dos anos 1950 se traduz na definição de uma *sociedade em movimento* devido às transformações decorrentes dos processos acelerados de industrialização e urbanização que o marcaram. Nesse sentido, a imagem de uma sociedade em movimento conferiu um sentido à busca do ideal de uma época marcada pelo progresso, pelo auto-aperfeiçoamento e aperfeiçoamento do mundo social, pela reorientação de valores, interesses, condutas e instituições (BOTELHO, 2008, p.15).

No caso específico da *Enciclopédia Brasileira* do Instituto do Livro apesar do escopo do novo projeto estar pautado no atendimento a uma recente categoria de público especializada, os universitários, os preparativos para a obra contaram com a direção de intelectuais majoritariamente formados pelo curso de Direito. Tal assertiva pode ser verificada na formação intelectual e profissional de seus membros e, principalmente, no

papel que desempenharam. Para além disso, há outros aspectos que precisam ser destacados. Sabe-se hoje que o Instituto Nacional do Livro jamais publicou uma edição da *Enciclopédia Brasileira.* Contudo, cabe-nos a retomada do questionamento inicial: qual é o lugar das Universidades? Não há nelas, o lócus privilegiado da produção especializada? Não estaria a *Enciclopédia* funcionando como um modelo obsoleto de produção bibliográfica? Já não haveria o seu *tempo* ultrapassado?

Apesar de criadas desde os anos 1920 com o projeto da UDF, as Universidades surgiram com mais intensidade no período de maior centralização do poder do Estado, seus resultados concretos só puderam ser percebidos na década de 1950. Nesse processo de especialização além das instituições de ensino superior, outros órgãos dedicados ao investimento das pesquisas universitárias emergiram, tais como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) criada em 1948; o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF); da primeira faculdade de Administração Pública, a EBAP; em 1951 do Conselho Nacional de Desenvolvimento e Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A respeito desta última são necessárias mais algumas considerações. Na década de 1950 o Brasil contava com apenas cerca de pouco mais de 60 mil alunos no ensino superior e a pós-graduação era inexistente. A Capes surgiu em 1951 por meio do decreto nº 29.741 inicialmente como uma comissão destinada a promover o aperfeiçoamento do pessoal de nível superior. Pouco tempo mais tarde em 1953, a Capes implantou o Programa Universitário, cuja característica comum foi a contratação de professores seniores para a dinamização das atividades acadêmicas. Mais tarde, a agência desenvolveu um programa de concessão de bolsas para a consecução das pesquisas, se tornando uma das maiores instituições financiadoras. Além das agências de fomento é válido destacar a criação da há de se tomar nota da fundação da ABNT em 1955. No cerne do processo de promoção da ciência no Brasil, foi necessário o surgimento de uma entidade devotada à normalização científica. Daí emergiu a Associação Brasileira de Normas Técnicas[8], a ABNT, também fruto de uma época de transformações na área da ciência que a partir de então precisava ser normalizada.

Intentando a edição de uma obra particularmente voltada para o público universitário e especializada, o arcabouço da *Enciclopédia Brasileira* de 1956 dividia-se nas seguintes áreas: 1- Filosofia e Linguística; 2- Filosofia; 3- Lógica; 4- Ciências Físicas; 5- Ciências Naturais; 6- Ciências Históricas e Sociais; 7- Artes e Literatura; 8- Organização, Economia e Administração e 9- Diversos[9]. A principal modificação do plano de 1956 em relação ao de 1937 reside na própria concepção de ciência que passou a se subdividir em inúmeros itens e especialidades no processo de formatação da obra. Essas transformações foram originárias

[8]Para maiores informações sobre o processo de normalização científica e documental ver: RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca; LIMA, Marcia H. T. de Figueiredo; GARCIA, Marcia Japor de Oliveira. A normalização no contexto da comunicação científica. *Perspect. Cienc*. inf**.,** Belo Horizonte, v.3, n.2, jul./dez.1998, p.147-156. Para maiores informações sobre a Capes e o CNPq ver: FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz (Orgs.). *Capes, 50 anos* – Depoimentos ao CPDOC. CPDOC/FGV e Capes. 2001.

[9]Fundo Paulo Assis Ribeiro/Arquivo Nacional.

de um período no qual todas as disciplinas estavam se especializando e novas áreas do conhecimento surgindo. Nesse âmbito, a questão da *Enciclopédia* deixava de ter como escopo a escrita de uma obra que abarcaria "todo" o conteúdo a respeito do Brasil para dar lugar àquilo que poderia interessar a uma formação mais geral sobre o mundo. Do particularismo brasileiro, passou-se ao universalismo.

Além disso, o plano também previa que a obra contivesse, de maneira detalhada, as áreas do currículo educacional seguindo a classificação temática:

> Generalidades: obras gerais, bibliotecas, coleções, academias. Particularidades – Manuscritos – Livros. Assuntos de caráter geral ou de classificação difícil;
> Religiões: Animismo – fetichismo – magia – mitologia – cristianismo – budismo – islamismo;
> Filosofia;
> Ciências Puras: Matemática, astronomia, cronologia, física, meteorologia, química, mineralogia, geologia, oceanografia, biologia, antropologia, paleontologia, botânica, zoologia.
> Ciências Aplicadas: medicina, anatomia, fisiologia, farmácia, agricultura, agropecuária, veterinária, engenharia, siderurgia, hidráulica, eletricidade, fábricas, motores, automóveis, aeronáutica, construções, materiais, instalações, transporte, navegação, estradas, economia doméstica, artefatos, objetos de uso, comércio, ofícios, profissões, exército, marinha, guerra e defesa.
> Belas Artes: arquitetura, urbanismo, paisagem, artes plásticas, decoração, teatro, dansa, música, rádio, esportes, jogos.
> Literatura – Poesia.
> Geografia – Viagens.
> História Universal: acontecimentos, arqueologia, heráldica, personagens, biografias.
> Ciências Sociais: economia, política, direito, Estado, governo, administração, estatística, educação, ensino, higiene, assistência, previdência, associações, etnografia, costumes, folclore[10].

Mesmo diante de um arquétipo que se assemelhava a divisão de áreas do conhecimento e que parecia atender as demandas exigidas pela *sociedade em movimento* dos anos 1950, a *Enciclopédia Brasileira* enfrentou disputas internas que ilustram as diferenças que estavam distinguindo os lugares sociais entre as produções das universidades cariocas e as de São Paulo. Junto delas, tem-se também, o espaço social desempenhado pelos intelectuais que ocupavam cadeiras dentro e fora das universidades.

[10] Fundo Paulo Assis Ribeiro/Arquivo Nacional.

Em 1958 o cenário dos debates se esquadrinhava e no espaço da troca de correspondências, os impasses se evidenciavam. Paulo de Assis Ribeiro[11], consultor técnico da obra, apelava para outros funcionários:

> Rio de Janeiro, 17 de junho de 1958
>
> Caro Tarcisio,
>
> Talvez, as condições atuais do problema da Enciclopédia, e, em especial, as ligadas à necessidade de sua atuação na Enciclopédia, não lhe tenham sido formuladas com precisão.
> **O nosso problema é salvar as posições-chaves**; isto é, **evitar que pessoas com orientações tendenciosas venham ocupar função num setor tão importante como filosofia, religião e educação.**
> Não podíamos propor, para essa Comissão, um sacerdote, pois tal atitude poderia parecer acintosa; como sabe, precisávamos de um leigo e a renovação de sua indicação ao Ministro se impôs; seu nome já saiu publicado no Diário Oficial como representante da Comissão e, apareço, na Comissão central coordenadora.
> Sei que você está sobrecarregado de trabalho e não lhe quero pedir um trabalho suplementar. O que peço, é que você compareça a umas reuniões para não dar a impressão que não contamos com um bom elemento; e, isto seria grave para nós porque, por um lado, **o ISEB está fazendo tudo para tomar a Enciclopédia e por outro, o Ministro seduzido pelo ISEB que já tem um filósofo engatilhado para introduzir na Enciclopédia** (Álvaro Vieira Pinto).
> Se você não puder colaborar, ainda que formalmente, durante um certo período, não poderei mais sustentar a situação e não será fácil impedir a inclusão de elemento indesejável.
> Sei que D. Helder dá suma importância ao assunto.
> Em conversa, poderei explicar melhor a situação e, estou certo de que o convencerei de sua possibilidade de dar a colaboração preciosa que todos esperam de você[12]. (grifos meus).

O "conteúdo preocupado" desta carta é revelador. Segundo o autor, estaria o ISEB interessado na direção da *Enciclopédia* e na sua consequente publicação. E mais. Havia a indicação do nome de Álvaro Vieira Pinto como dirigente da parte de filosofia.

[11]Um pouco sobre a trajetória política de Paulo de Assis Ribeiro pode ser vista no artigo: ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. O agrarismo ipesiano nos projetos de Paulo de Assis Ribeiro. **SÆCULUM** - REVISTA DE HISTÓRIA [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012, p. 221-239.
[12]Fundo Paulo Assis Ribeiro/Arquivo Nacional.

Mesmo possuindo uma formação na área da Medicina, a partir da década de 1950, Álvaro Vieira Pinto havia se dedicado integralmente à Filosofia, assumindo inclusive a cadeira de história da filosofia na própria FNFi. Tempos depois se direcionou cada vez mais para a área filosófica ao se tornar chefe do Departamento de Filosofia do recém-criado Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). No ISEB publicou a coleção *"Textos de Filosofia Contemporânea do ISEB"* e lançou a *Consciência e realidade nacional*, sua principal obra[13].

Além da inserção dos novos membros, a observação é duplamente curiosa. É possível afirmar isso porque em primeiro lugar há uma disputa de conteúdos que deveriam compor a obra. De um lado, a concepção religiosa e de outro a divulgação das ciências sociais. O tom "alarmado" de Paulo de Assis Ribeiro reflete a sua própria posição política, pois entre décadas de 1940-70, sua atuação ficou conhecida como uma das mais destacadas na articulação dos círculos *tecno-empresariais* que se opuseram ao governo, especialmente, no período pré-golpe de 1964. Mais tarde, Assis Ribeiro se filiou ao IPÊS[14] do Rio de Janeiro. Vindo de uma formação em engenharia, Paulo de Assis tentou viabilizar um projeto mais tecnicista para a *Enciclopédia*.

Sobre o ISEB, algumas ponderações são ainda necessárias. Como é de amplo conhecimento, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros foi criado em 1955 (Decreto nº 57.608) por João Café Filho durante a conjuntura de suicídio do presidente Getúlio Vargas. A ideia que orientou a fundação do ISEB[15] estava pautada na intenção de se formar uma cúpula de assessores do governo, tendo como princípio de discussão os pressupostos da ideologia nacional-desenvolvimentista[16].

A principal "ameaça" provocada pelo ISEB à *Enciclopédia* estaria no plano de orientação da edição da obra, retirando do INL a função de organizá-la. Ao ISEB cabia o papel de elaboração de uma ideologia desenvolvimentista afinada com o programa governamental de Juscelino Kubitschek[17]. O que antes pertencia do Instituto do Livro, isto é, o lugar

[13]Para maiores informações sobre Álvaro Vieira Pinto ver: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/alvaro_vieira_pinto. Acesso em 14 jan.2016.

[14]Sobre o IPÊS ver: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudos_Sociais. Acesso em 20 jan.2016.

[15]O ISEB sucedeu o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP). O IBESP congregou o núcleo de intelectuais radicados no Rio de Janeiro e composto pelos nomes de: Hélio Jaguaribe; Álvaro Vieira Pinto; Cândido Mendes; Alberto Guerreiro Ramos; Nelson Werneck Sodré e Roland Corbisier. Sobre o ISEB ver: SODRÉ, Nelson Werneck. A verdade sobre o ISEB. Rio de Janeiro: Avenir Editora, Coleção Depoimento, 4. Vol, 1978; TOLEDO, Caio Narravo de. *ISEB:* fábrica de ideologias. 2.ed., 2. Impressão. São Paulo: Ática, 1982 e BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.47, n.1, 2004, p.49-84.

[16]Para maiores detalhes ver: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB. Acesso em 17 abr.2015.

[17]De acordo com o pesquisador Caio Navarro de Toledo, o presidente Juscelino Kubitscheck assim definiu a tarefa do ISEB em 1956: "formar uma mentalidade, um espírito, uma atmosfera de inteligência para o desenvolvimento." Ver: TOLEDO, 1982, p. 32. Além de Caio Navarro de Toledo, Lúcia Lippi destaca que o ISEB assumiu a "necessidade de uma ideologia do desenvolvimento, sem a qual não haveria um verdadeiro processo

legitimado da "escrita" sobre o Brasil, estaria ameaçado nos anos de 1950, por um instituto superior dedicado aos estudos brasileiros, pois neste momento, segundo Giselle Venancio[18], o ISEB foi ao lado da USP e da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), uma das instituições mais destacadas no campo intelectual das Ciências Sociais no Brasil (FURTADO, A; VENANCIO, G, 2013). Junto com o cenário dos conflitos "isebianos", há de se tomar nota de alguns outros aspectos.

Neste pequeno ensaio já foi defendida a assertiva de que a partir dos anos 1950 iniciava-se um processo de especialização advindo da criação dos cursos universitários juntamente com as mudanças estruturais experimentadas pelos anteprojetos da *Enciclopédia Brasileira* do INL. Sendo assim, cabe observar a formação dos membros das comissões que compunham as áreas do conhecimento responsáveis por editar elaborar os verbetes que comporiam a organização da referida obra.

A pesquisa que aqui nos interessa debruça-se a respeito dos intelectuais que compuseram a Comissão de História da Enciclopédia e qual o papel desempenhavam no campo historiográfico que se formava naqueles anos. Para tanto, tem-se a necessidade de verificar a trajetória de cada um deles e observar a atuação na área da História. Diante disso, toma-se nota dos nomes dos intelectuais que pertencentes a Comissão de Ciências Históricas e Sociais, Geografia, História, Sociologia, Demografia, Economia política, política, imprensa, Ciências Jurídicas, recreação). A saber foram: Arthur Rios, Hélio Viana, Américo Lacombe, Giorgio Mortara, Francisco Clementino Santiago Dantas, Prudente de Moraes Neto e Mario Filho. Dentre eles, há uma característica comum. Dos sete membros da comissão, cinco deles tem formação na área de Direto e os outros dois com formação na área de Sociologia e Jornalismo. Os nomes de Américo Jacobina Lacombe, Hélio Viana, Prudente de Moraes Netto, Santiago Dantas e Giorgio Mortara são todos ligados ao Direito e a História. Esta última mais diretamente ligada às trajetórias de Américo Lacombe e Hélio Viana através dos cargos docentes e cátedras nas áreas de História. Além disso, o nome de G. Mortara esteve presente também em outra instituição: o IBGE do qual esteve ligado ao Conselho Estatístico.

Em meio a essas questões percebe-se que as trajetórias cruzadas desses "homens de lei" foram definitivas para a construção dos saberes historiográficos no Brasil. Formados em Direito, ocupantes de cargos públicos a frente de Instituições governamentais, a atuação desses intelectuais revela que com o passar dos anos e com o crescente processo de institucionalização das universidades, estas se tornaram um *lócus* privilegiado de uma produção tipicamente historiográfica, estando com isso, a *Enciclopédia* num patamar ultrapassado do gênero de escrita. Muitos desses intelectuais seguiram, posteriormente, a

---

de mudança social." Para maiores detalhes ver: OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. A sociologia de Guerreiro Ramos e seu tempo. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia. *Um enigma chamado Brasil:* 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.252-253.

[18]A respeito dessa discussão ver: VENANCIO, Giselle Martins; FURTADO, André Carlos. Brasiliana & História Geral da Civilização Brasileira: escrita da História, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956- 1972). Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n.9, jan./jun. 2013. p. 05 - 23.

trajetória das universidades. Contudo, o deslocamento da produção, cada vez mais, foi pautado na produção oriunda da Universidade de São Paulo, a USP, espaço privilegiado da produção e lócus não ocupado por esses intelectuais. Tendo conhecimento da extinção da Seção da *Enciclopédia* em 1973 pode-se supor que a organização de uma obra elaborada por intelectuais distanciados do lócus da USP contribuiu para o projeto fosse suspenso e que as disputas entre Rio de Janeiro e São Paulo acentuadas desde os primórdios, distanciassem cada vez mais para São Paulo.

Para o caso específico da *Enciclopédia*, não apenas a projeção que a produção dos historiadores da USP estavam angariando já se refletia desde meados dos anos 1950. Há uma documentação disponível no fundo Paulo de Assis Ribeiro que demonstra a intenção de institucionalizar a *Enciclopédia Brasileira* e transferi-la para o estado de São Paulo. As informações que se dispõem sobre esta fundação são ainda raras. Reduzem-se apenas a um esboço da fundação e as suas características. O documento está no fundo de Paulo de Assis Ribeiro no Arquivo Nacional.

Mais do que institucionalizar a *Enciclopédia*, o plano revela as intenções de transformar a obra numa edição cada vez mais paulista e universitária. Abaixo seguem alguns detalhes:

> A Fundação Enciclopédia Brasileira será localizada na cidade de São Paulo. Constituirá inicialmente um conjunto de três instituições, distribuídas da seguinte maneira: 1) Instituto de Altos Estudos; 2) Instituto de Eletrotécnica; 3) Instituto de Economia Rural.
>
> - INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS
> O I.A.E. pretende realizar o que as nossas universidades não conseguiram até agora sequer iniciar em nosso país. Trata-se de preparar técnicos e especialistas nos diversos setores do conhecimento através de cursos que forneçam desde as noções elementares até o ensino de nível mais elevado possível. A nova instituição manterá cursos que abranjam a matemática, a física, a química, a biologia, a psicologia, a economia, a sociologia, a história e a filosofia.
>
> - INSTITUTO DE ELETROTÉCNICA
> O Instituto de Eletrotécnica, assim como o Instituto de Economia Rural, não disporá de aparelhagem especializada, podendo porém, estabelecer convênios com a **Universidade de São Paulo** para o efeito de se utilizar dos seus laboratórios. O objetivo dos cursos mantidos pelo I.E. e pelo I.E.R. consiste, sobretudo, em debater os problemas relacionados com a aplicação a indústria dos novos métodos e processos elaborados pela ci6ncia teórica ou experimental.
>
> - INSTITUTO DE ECONOMIA RURAL

> O que o Instituto de Eletrotécnica representa para a Indústria, o Instituto de Economia Rural representa para a agricultura. Os cursos do I.E.R., sob forma de seminário, permitirão o amplo debate de questões que se relacionam com a assistência técnica aos pequenos e grandes lavradores. A divisão do Estado de São Paulo nas regiões ou zonas de produção permitirá empreender, em moldes completamente desconhecidos, a tão esperada reforma agrária.
>
> Eis porque a Fundação Enciclopédia Brasileira, integrando os diferentes institutos, está fadada a exercer a mais duradoura influência sobre o sistema educativo e a formação cultural do nosso povo[19] (grifos meus).

O esboço de criação é curioso. Mesmo não datado revela a maneira pela qual a imposição do discurso científico das universidades, e particularmente da USP, a partir dessa época passou a legitimar a própria concepção da obra. E mais. O fato de se deslocar a *Enciclopédia* do Rio para São Paulo, mais especificamente, para a USP, demonstra os processos de especialização dos conhecimentos que os intelectuais paulistas realizavam, além do poder institucional dessa universidade (FURTADO, 2014). Além disso, a intenção de se criar um instituto de eletrotécnica e de economia rural são bons indícios do que seria a gestão de Paulo de Assis Ribeiro no IPÊS na década de 1960 quando foi formado o grupo de empresários contrário à proposta de reforma agrária de João Goulart e articulador do golpe de 1964.

Ao que tudo indica, essas disputas entre Rio e São Paulo motivaram o rompimento de Paulo de Assis Ribeiro, associado ao grupo paulista, com o projeto. Sua saída, certamente, foi prioritariamente condicionada por esse debate de concepções e não apenas por motivos de saúde e da corrupção de alguns funcionários.

No que tange os intelectuais, ao se mapear os demais nomes vê-se que foram membros das comissões depara-se com nomes conhecidos do universo católico, do movimento integralista, da filosofia e da história. Os nomes são: Euryalo Cannabrava como presidente comissão central; Paulo de Assis Ribeiro como coordenador e figura tecnocrata; Fernando de Bastos d'Avila (padre), Coronel Figueiredo, Armando Hildebrand, Yolanda Monteiro como secretaria, Antonio Houaiss na comissão de filologia; Celso Cunha na mesma comissão; Afrânio Coutinho, Otávio Melo Alvarenga e José Galante na comissão de literatura e artes Na comissão de atividades econômicas e sociais vê-se René Laclette, Paulo Sá e Manoel José Ferreira; na comissão de economia e administração João Paulo de Almeida Magalhães, Wanderbilt Duarte de Barros e Ostand Cardim, na comissão de ciências naturais Leonam Azevedo Pena, Othon Henry Leonardes e Carlos Chagas Filho. Há de somar a entrada

[19] Fundo Paulo Assis Ribeiro/Arquivo Nacional.

posterior de Miguel Reale[20] na comissão de religião da *Enciclopédia*. Sem dúvida, estivemos diante de um quadro composto por conservadores católicos e tecnocratas na administração e organização da *Enciclopédia*.

Os nomes dos personagens que compuseram as comissões da *Enciclopédia* foram, em sua grande maioria, pessoas ligadas às antigas instituições que legitimavam o campo dos conhecimentos antes do advento científico promovido pelas universidades a partir da década de 1950. Com o passar dos anos, as próprias mudanças internas promovidas por gestores foram, aos poucos, minando o espaço dos intelectuais tradicionais para a entrada daqueles que pertenciam às universidades. São exemplos desse processo, além das disputas acima destacadas, o convite feito a professores de universidades estrangeiras para atuarem em colaboração com a edição da *Enciclopédia*. A pedido de Euryalo Cannabrava, chefe da Seção da *Enciclopédia* na década de 1950, alguns intelectuais mexicanos, cubanos e paraguaios remetiam respostas solicitando maiores informações sobre a obra.

Algumas considerações precisam completar estas linhas. O gênero de publicação cujo formato assumiu os contornos da *Enciclopédia Brasileira* do Instituto Nacional do Livro foi perdendo na década de 1950 o perfil de uma obra que capaz de conferir ao Brasil um estudo aprofundado. A tendência verificada no Brasil a partir da década de 1950 esteve residente numa espécie de produção, cada vez mais, pautada na autoridade científica da Universidade. Pode-se supor que uma nova concepção de ciência estava sendo formada e que estava em processo a genealogia de uma nova tradição apartada dos antigos circuitos institucionais.

Além disso, a partir da articulação intelectual dos anos 1950-60 viu-se uma identificação entre a arte e a ciência aplicada, isto é, a ciência compreendida enquanto uma aproximação das atividades educacionais e da ciência praticada. Segundo Libânia Xavier "[intelectuais como Anísio Teixeira] Teixeira enfatizou a distinção entre campo de aplicação do conhecimento e atividade de produção científica. Ele definiu o campo da aplicação prática como um sistema concreto e limitado no qual os conhecimentos científicos deveriam sofrer um processo de ajuste e adaptação à situação. Dessa forma, a aplicação dos dados da ciência não resultaria em produção de conhecimento científico, mas na configuração de uma regra de arte, ou seja, em uma regra de prática" (XAVIER, 2000, p. 4).

Com isso, estava em curso um processo de renovação no campo científico e cujo tempo social já havia passado para os gêneros literários formatados numa edição de *Enciclopédia*. Dito em outras palavras, o *tempo* se modifica a partir das relações entre o habitus e o mundo social, entre as disposições do ser e do fazer e as regularidades do mundo social e natural (BOURDIEU, 2001, p.256). Nesse sentido, a partir da década de 1950, iniciava-se o tempo das Universidades, destacando-se, sobretudo, o período das produções acadêmicas uspianas. Mais tarde, a cristalização desse momento ocorreu com a criação dos cursos de Pós-graduação ao longo dos anos 1970. Nessa mesma década, a Seção da

[20] Nos anos 1970 com a instalação do programa de coedições, alguns desses intelectuais também ocupariam cargos de pareceristas das obras submetidas.

Enciclopédia foi extinta e o Instituto Nacional do Livro direcionou-se, cada vez mais, para o processo das coedições de livros. Sendo assim, à *Enciclopédia brasileira* coube o descompasso entre a história do jogo social que estava em processo de redefinição de suas regras e de estabilização do discurso acadêmico universitário (BOURDIEU, 2001, p.262).

Artigo recebido em 17 jul. 2017.
Aprovado para publicação em 21 out. 2017.

Referências

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. *A palavra e o silêncio:* biblioteca pública e estado autoritário no Brasil. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2002.

BRAGANÇA, Aníbal. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: O Instituto Nacional do Livro (1937-1967). *Matrizes,* ano 2, nº2, primeiro semestre de 2009, pp. 221-246.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido. *Revista de Ciências Sociais,* Rio de Janeiro, vol.47, n.1, 2004, p.49-84.

BOURDIEU, Pierre. O ser social, o tempo e o sentido da existência. In: *Meditações Pascalianas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.253-300.

BOTELHO, André. Ciência pelo desenvolvimento: a escrita pública de José Leite Lopes. In: BOTELHO, André; VILLAS BÔAS, Glaucia. (Org.). *O Moderno em questão.* A década de 1950 no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2008, p.271-309.

Carta de Monteiro Lobato a Godofredo Rangel – Areias, 7 de julho de 1909 – In: *A barca de Gleyre*, 2010, p.206-207.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Plano Nacional de Educação de 1936-1937. *Educativa*, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 396-424, jul./dez. 2015.

ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. *O agrarismo ipesiano nos projetos de Paulo de Assis Ribeiro*. SÆCULUM - REVISTA DE HISTÓRIA [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012, p. 221-239.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade do Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar,* Curitiba, editora UFPR, n.28, 2006, p.17-36.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Universidade do Brasil:* das origens à construção. *2.ed.rev.e ampl*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz (Orgs.). *Capes, 50 anos* – Depoimentos ao CPDOC. CPDOC/FGV e Capes. 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício:* a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 20-21.

FONSECA, Edson Nery da. O Negócio das Enciclopédias. *Revista de Ciência da Informação,* v.1, n.2, 1972, p.91-98.

FURTADO, A.C. *As edições do cânone*. Da fase Buarqueana na coleção História Geral da Civilização Brasileira (1960-1972). 2014. 248f. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. A sociologia de Guerreiro Ramos e seu tempo. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia. *Um enigma chamado Brasil:* 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.252-253.

RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca; LIMA, Marcia H. T. de Figueiredo; GARCIA, Marcia Japor de Oliveira. A normalização no contexto da comunicação científica. *Perspect. Cienc*. inf., Belo Horizonte, v.3, n.2, jul./dez.1998, p.147-156.

SCHWARTZMAN, Simon. A universidade primeira do Brasil: entre intelligentsia, padrão internacional e inclusão social. *Estudos Avançados,* vol. 20, n.56, jan./abr. 2006, p.161-189.
SODRÉ, Nelson Werneck. *A verdade sobre o ISEB.* Rio de Janeiro: Avenir Editora, Coleção Depoimento, 4. Vol, 1978.

TOLEDO, Caio Narravo de. *ISEB:* fábrica de ideologias. 2.ed., 2. Impressão. São Paulo: Ática, 1982.

VENANCIO, Giselle Martins; FURTADO, André Carlos. Brasiliana & História Geral da Civilização Brasileira: escrita da História, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956- 1972). *Revista Tempo e Argumento,* Florianópolis, v. 5, n.9, jan./jun. 2013. p. 05 – 23.

VENANCIO, Giselle Martins. Prefigurações da paisagem historiográfica: revistas, coleções e mediação. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Ramos (org.). *Intelectuais mediadores:* práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.

XAVIER, Libânia Nacif. *A EDUCAÇÃO NO DEBATE INTELECTUAL DOS ANOS 50/60.* Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação – 6 a 9 de novembro de 2000. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/082_libania.pdf Acesso em 16 out. 2017.

Reminiscências da livraria importadora Leonardo da Vinci na vivência político-cultural da cidade do Rio de Janeiro

Flavia Baptistini [1]

Memoirs of the importing bookshop Leonardo da Vinci at the political-cultural living of Rio de Janeiro

http://dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.70569

[1] Mestra em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getulio Vargas – CPDOC/FGV-RJ. Email: flaviabaptistini@gmail.com

Resumo:

Este artigo pretende resgatar aspectos determinantes na trajetória e na identidade da livraria importadora Leonardo da Vinci. Sediada na cidade do Rio de Janeiro, esteve por mais de sessenta anos sob o comando da mesma família, até ser vendida no início de 2016. Como parte integrante da memória cultural da cidade - bem como outras livrarias antes dela – contribuiu não só para a produção e o fomento do conhecimento humanístico na antiga capital da República, como ensejou formas de sociabilidade de uma série de intelectuais residentes na cidade durante a segunda metade do século XX e início do século XXI.

Palavras-chave: História Editorial, Livrarias, Livraria Leonardo da Vinci, Memória e cidade, Rio de Janeiro.

Abstract:

This articles aims to rescue Leonardo da Vinci Bookshop's prevailing factors of its path and identity. The Bookshop based in Rio de Janeiro, which had been in the care of the same family for more than sixty years until the beginning of 2016, when it was sold and redesigned. As part of the city's memory - as well as other previous bookshops - Leonardo da Vinci enabled not only the production and the development of the humanistic knowledge in the old Republic capital, but also promoted ways of sociability of several scholars living in Rio de Janeiro during the second half of the 20th century and the beginning of 21h century.

Keywords: Publishing History, Bookshops, Leonardo da Vinci Bookshop, Memory and city, Rio de Janeiro.

Introdução

Estão as livrarias com seus dias contados? Serão elas vítimas da passagem do tempo, responsável por atualizar algumas práticas enquanto descarta outras consideradas *démodés* ou anacrônicas? Qual o papel que as "novas" livrarias exercem na vivência contemporânea das cidades? E de que forma estes pequenos espaços em vias de extinção, anteriormente considerados centros de atividades intelectuais e de sociabilidade[1], estão ligados às "identidades[2]" e às memórias de suas cidades?

Com base nestas indagações iniciais, interessei-me pelo caso da Livraria Leonardo da Vinci, cujo fim foi amplamente divulgado na imprensa do Rio de Janeiro ao longo de 2015. A longevidade da casa e a comoção em torno do seu fechamento foram os gatilhos iniciais do projeto: um tradicional espaço de venda de livros, localizado no centro do Rio de Janeiro, parecia fazer parte da "memória ameaçada" de uma certa comunidade carioca, formada por algumas gerações de intelectuais, artistas, políticos e estudantes.

Além de terem sido *locus* de vivência e sociabilidade em tempos passados, as pequenas unidades varejistas dedicadas à venda de livros atendiam a perfis de leitores diversificados e espalhados geograficamente. Para tanto, acolhiam não somente os livros candidatos a *best-sellers*, segmento facilmente encontrado em qualquer rede varejista (THOMPSON, 2013, p.33-45), mas também àqueles livros destinados a interesses específicos, contribuindo na preservação da bibliodiversidade[3] (GERLACH, 2006).

Nessa perspectiva, os estudos sobre as livrarias brasileiras visam colaborar não somente com a historiografia da indústria do livro no país ou com a memória cultural das cidades, mas também contribuir com o debate sobre a importância desses locais para o fortalecimento de ambientes letrados culturalmente diversificados e consequentemente para a ampliação da base de leitores e da prática de leitura.

Este artigo, produzido a partir da dissertação "Livrarias, Memória e Identidade: A Importação de Livros no Brasil e a Trajetória da Livraria Leonardo da Vinci no Rio de Janeiro", propõe-se a compilar algumas das descobertas que circundaram a questão central da pesquisa: Quais aspectos da sua trajetória foram fundamentais à sua longa existência e à posição prestigiosa que conquistou perante a comunidade de intelectuais, acadêmicos e literatos?

[1]A noção de sociabilidade aqui empregada refere-se as relações de convivência e laços formados entre os pares (GOMES apud AGULHON, 1993, p. 75-76).

[2]A noção de identidade, aqui empregada e aplicada à Livraria Leonardo da Vinci e às cidades, refere-se ao conjunto de características intrínsecas ao indivíduo ou adquiridas através da interação social, muitas vezes contraditórias e fragmentadas, que compõem a noção de sujeito pós-moderno (HALL, 2006).

[3]O termo bibliodiversidade designa a diversidade cultural aplicada ao livro, segundo a declaração de 2007 da Alliance Internationale des Éditeurs Indépendants, uma associação sem fins lucrativos, fundada em 2002, regida por leis francesas, que reúne grupos de editores independentes de 45 países da África, América, Europa e Ásia, com o objetivo de proteger e promover a bibliodiversidade.

Como fontes foram utilizadas entrevistas em profundidade com indivíduos que fizeram parte da trajetória da livraria, entre os quais a fundadora e seus filhos, ex-funcionários e ex-clientes[4]; coleta e análise de material documental relacionado à família e ao seu envolvimento com atividades políticas durante a ditadura militar (1964- 1985), de posse da família e de instituições arquivísticas, dentre elas o Arquivo Nacional (AN), Arquivo do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)[5]; além de análise de periódicos[6] da cidade do Rio de Janeiro, ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI, acessíveis via Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e Fundação Casa de Rui Barbosa.

De início serão apresentados os principais acontecimentos que marcaram a trajetória "da casa" ao longo de seis décadas (1952-2016), bem como alguns vestígios do envolvimento da livraria com incidentes políticos durante o regime militar. Na sequência, atributos constitutivos da "identidade" da livraria, entre eles a atuação da livreira Vanna Piraccini e algumas das principais práticas administrativas, comerciais e sociais que a consagraram; e para finalizar uma análise dos elementos determinantes ao capital simbólico constituído e mantido pela "casa".

Cronologia dos principais acontecimentos na história da casa importadora

Após a euforia dos "anos dourados" para a indústria editorial nacional, a iminência de uma outra crise antes da chegada dos anos cinquenta já preocupava os empresários do setor, com a estagnação do mercado interno e o acirramento do cenário competitivo, decorrentes da intensa atividade das casas editoras nacionais na década anterior e da diminuição da tiragem média dos livros lançados (HALLEWELL, 2012, p. 569).

Economicamente, a taxa cambial e a inflação desfavoreciam a indústria nacional – em 1945 o preço do livro nacional havia aumentado 80% em relação aos importados, em comparação com os do ano 1939 - fortalecendo novamente o segmento do varejo dedicado à importação. As vantagens concedidas ao mercado de importação de livros foram ampliadas ao longo da década de 1950, quando o governo adotou um sistema de licenças de importação, e logo depois, as taxas múltiplas de câmbio, uma espécie de subsídio cambial ((HALLEWELL, 2012, p. 571-572).

[4]Entre os entrevistados constam os professores universitários Arno Vogel e Severino Bezerra Cabral Filho, o historiador e pesquisador Vicente Saul Moreira dos Santos, o ex-curador do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) Pedro Martins Xexeo, o jurista Alfredo José Neto e a livreira Margarete Cardoso, além da fundadora Vanna Piraccini, seus filhos Milena Piraccini Duchiade e Florin Piraccini Duchiade e os ex-funcionários George Gould, Gilda de Almeida Lucas, Mario Sergio Santos da Costa e Renato Alexandre.

[5]Foram consultados os acervos do Sistema Nacional de Informação (SNI) em posse do AN e o acervo do DOPS em posse do APERJ, entre janeiro e fevereiro de 2017, ambos sediados na cidade do Rio de Janeiro.

[6]Entre eles o Jornal do Commercio, Jornal do Brasil, O Globo, Correio da Manhã, Diário Carioca, Diário de Notícias e Tribuna da Imprensa entre as décadas de 1950 e 2010, através de busca por palavras-chave no acervo digital.

Ambas as medidas acabaram beneficiando enormemente o negócio de importação de livros, a ponto destes serem vendidos no Brasil por metade do preço praticado em seus países de origem. Tais decisões minaram a já pequena exportação de livros brasileiros e catalisaram o aumento das importações. Em 1951 houve um salto de 50% na importação de livros, atingindo quase mil e quinhentas toneladas; em 1953, elas chegaram a duas mil toneladas:

> O efeito final dos impostos alfandegários e da taxa do dólar foi tornar mais barato, durante a maior parte da década de 1950, importar livros do que importar papel para imprimi-los. E como os direitos de tradução deviam ser pagos pela taxa cambial plena, também era muito mais barato importar um livro estrangeiro em tradução publicada em Lisboa do que adquirir esses direitos e produzir uma versão brasileira…O resultado inevitável foi que a maior parte das editoras estrangeiras passou a vender os direitos de tradução para a língua portuguesa apenas a editoras de Lisboa ou do Porto (HALLEWELL, 2012, p. 573-574).

Nesse contexto, árido para a indústria nacional e fértil para as importações, surgiu a livraria importadora Leonardo da Vinci. Pode-se dizer que o novo estabelecimento nasceu a partir de outra livraria já existente, a Nova Galeria de Arte - localizada num anexo do Hotel Copacabana Palace - que vendia livros importados, raridades e peças de arte aos clientes endinheirados do complexo hoteleiro.

O romeno Andrei Duchiade chegou ao Brasil em 1949 vindo de Paris, convidado pelo primo Trajano Coltzesco a trabalhar na Nova Galeria de Arte. Após ter-se estabelecido, ele vai buscar a ítalo-romena Vanna Piraccini, desembarcando juntos em terras brasileiras em dezembro de 1951[7]. Logo após chegar à cidade o casal quis ampliar o alcance do ofício para além dos salões luxuosos da capital federal; com esta disposição, abriram uma nova loja para a venda de livros importados.

Assim, em 1952, o casal imigrante iniciou as atividades da Livraria Leonardo da Vinci em uma pequena sala no 18º andar do Edifício Delamare, na Avenida Presidente Vargas. Eles eram os responsáveis pelo dia a dia do negócio, que contava com mais três sócios engenheiros. O nome dado à livraria decorreu da admiração que a única sócia mulher tinha pelo mestre renascentista desde a época escolar, em evidência naquele ano pela comemoração dos 500 anos de seu nascimento.

Embora tenha sido concebida como casa importadora de livros desde o início, a inclinação às humanidades e às artes ainda não tinha se firmado quando a livraria foi

[7]Consta no Arquivo Nacional o registro da chegada de Andrei Duchiade e Vanna Piraccini, provenientes de Gênova e desembarcados no Porto do Rio de Janeiro, em 04 de novembro de 1951 no vapor Flórida.

fundada. Durante os primeiros anos de existência, a maioria dos livros ofertados eram técnicos e científicos, ligados a áreas de Engenharia, Química, Administração e Finanças[8]. Desde o seu primeiro anúncio, a livraria era apresentada como "casa especializada em livros técnicos e científicos, franceses e ingleses", e assim permaneceu ao longo de toda a década de 1950. Somente na década seguinte, a livraria iria ao encontro do ar cosmopolita e da oferta humanística que a consagrou.

A inclinação à produção editorial francesa, aos seus pensadores e publicações, esteve presente na Da Vinci desde a sua fundação e é parte constitutiva de sua trajetória (MACHADO, 2012. p. 265). Isto se deu em parte pela influência que a produção intelectual francesa exercia (e ainda exerce) no mundo ocidental e no ambiente intelectual e acadêmico brasileiro; e em parte pelas inclinações dos proprietários e escolhas de "Dona Vanna", que chegou a cursar parte do curso de Línguas Neolatinas na Université de Paris-Sorbonne (período impreciso).

Em 1956, os proprietários decidiram mudar-se para a primeira galeria subterrânea do Rio de Janeiro, no subsolo do recém-inaugurado exemplar do modernismo brasileiro, o Edifício Marquês de Herval, obra do escritório de arquitetura MMM Roberto, localizado na artéria central da cidade, na Avenida Rio Branco, 185. Nesta mesma década, a livraria viveu seus primeiros ímpetos expansionistas, com a abertura de filiais em Copacabana (1954), na Galeria Alaska, e em Porto Alegre (1957), na Rua Salgado Filho, iniciativas que sobreviveram por um curto período de tempo.

Além destas experimentações iniciais, o casal decidiu apostar na atividade editorial, fundando, no início da década de 1960, a Scala Editora. A primeira publicação foi a Coleção Madrigal, com 10 contos clássicos infantis adaptados para o português, organizados por Lucia Benedetti - professora, escritora e precursora da dramaturgia infantil no país. Entre eles figuravam *Pinocchio* de Carlo Collodi, *A ilha do Tesouro* de Robert Louis Stevenson, *O Rouxinol e outros contos* de Hans Christian Andersen. Não obstante, as vendas fracassaram e o estoque vendido logo depois.

Segundo a fundadora, este lançamento foi principal causador da falência da livraria, que perdera, num curto espaço de tempo o capital de giro necessário para as compras e os pagamentos das faturas (CABRAL, 2016). Em extrema dificuldade financeira, já que as dívidas assumidas no pedido de concordata impediam a livraria de encomendar livros, a livraria sofreu seu segundo revés, em meados de 1965, com a morte repentina do Sr Andrei Duchiade, em decorrência de um choque anafilático, após ser picado por abelhas que cultivava em seu apiário em Nova Friburgo.

Este incidente trágico foi o ponto de virada da livraria, quando "Dona Vanna" assumiu os negócios em definitivo. Ela passou os anos seguintes organizando a vida financeira da livraria com aportes de recursos próprios advindos da família, proveniente da

[8] Jornal do Commercio, 1950-1959.

alta burguesia bolonhesa (PIRACCINI, 2016). Aos poucos, as dívidas foram sanadas e a oferta revista e ampliada. A livraria testemunhou sua primeira florada no final da década de 1960 e início da década de 1970 quando passou a ser considerada representante da vanguarda do pensamento humanístico europeu na forma de publicações impressas (CABRAL, 2012).

Pensadores e correntes filosóficas ligadas ao estruturalismo, pós-estruturalimo e marxismo; obras de Merleau-Pounty, Levis-Strauss, Jacques-Marie Émile Lacan, Michel Foucault, Gilles Deleuze e Jacques Lacan; livros da Siglo 21, Maspero, Les éditions sociales. Entre as editoras, as francesas Gallimard, Hachette, Flammarion ou Martinière, e as italianas como Mondadori, entre outras.

Embora "Dona Vanna" tivesse adotado uma postura conciliadora e diplomática no trato com os clientes e na escolha dos livros que ofertava (DUCHIADE, F., 2016) – o que a fez estabelecer boas relações tanto com os dirigentes e apoiadores do regime quanto com os dissidentes e perseguidos pelo mesmo – a proprietária disponibilizava publicações consideradas subversivas, com convicção e desenvoltura.

Fosse pelo fato de se antecipar aos desejos de seus clientes-leitores, fosse por inclinação pessoal da livreira, a Da Vinci ficou conhecida como um dos locais de acolhimento do pensamento político de esquerda em território brasileiro, num mundo cindido pela Guerra Fria. Fazendo jus à fama, o estabelecimento abrigou intelectuais perseguidos pelo regime, tais como Arno Vogel e Manuel Mauricio de Albuquerque, à época, respectivamente, bacharel e professor de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ (IFCS). O período mais crítico de censura à livraria ocorreu entre 1969 e 1973 (MACHADO, 2012, p. 334-339), após a instauração do AI-5.

Embora alguns carregamentos de livros tenham sido censurados, considerados proibidos e retidos na alfândega do Porto, muitas vezes a partir de critérios arbitrários como a imagem, cor ou título da capa, a Da Vinci continuou a comprar legalmente e a exibir os livros considerados "incendiários", a exemplo das principais obras da literatura marxista, Lenin, Trotski, Mao Tse Tung, Marta Harnecker (DUCHIADE, 2016). Segundo relatos da ex-proprietária e de antigos funcionários, a livraria era mantida sob vigilância pela polícia encarregada de levantar informações sobre os movimentos de resistência ao regime (PIRACCINI, 2016).

Em seis de dezembro de 1973, houve o incêndio que destruiu todo o acervo, estoque e mobiliário. Embora nunca tenha sido provado, e naturalmente ninguém tenha sido responsabilizado, suspeita-se que o incêndio da livraria tenha acontecido de forma deliberada, após um início acidental na boate do outro lado do corredor da galeria. Como indicativos de ato criminoso, os vestígios do incêndio – a vitrine foi quebrada e um grande armário que se localizava ao fundo arrastado para a parte frontal da loja – além da memória da livreira, que se recorda dos gritos que ouviu quando saiu à porta da livraria naquele dia fatídico: "– Russa Comunista!".

Anos depois, em uma visita à livraria, o General Golbery afirmou saber da injustiça vivida por ela, numa espécie de *mea culpa* velada. Segundo depoimento da fundadora (PIRACCINI, 1998), antes do incêndio ela já estava sendo intimidada por contatos telefônicos, e já tinha sido convocada a comparecer à sede do DOI-CODI para prestar esclarecimentos sobre um livro enviado a ela e confiscado na Alfândega. Era o livro *Pour la libération du Brésil* (1970), escrito pelo amigo Conrad Detrez, em colaboração com Carlos Mariguella.

As ameaças foram explicitadas nos seis meses posteriores ao incêndio, numa tentativa de demovê-la da ideia de reabrir a "casa": "*Se você reabre a sua…. [impublicável] de livraria nós te assassinamos*" (PIRACCINI, 1998). Em 1981, Mivaflor, o sítio da família em Nova Friburgo, foi invadido pela polícia política, sob a alegação de que ali se realizavam encontros e treinamentos do grupo armado MR-8. O caseiro foi preso, as armas antigas e o material de propaganda política foram apreendidos.

Através da pesquisa documental, realizada nos acervos do AN e do APERJ foi possível revelar fragmentos dos acontecimentos que envolveram a livraria e a família neste período. Grande parte do material encontrado no Arquivo Nacional diz respeito às atividades político-partidárias da filha primogênita, Milena Piraccini Duchiade, ativista estudantil e posteriormente militante do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), e se concentram no final da década de 1970 e década de 1980.

Na pesquisa realizada no APERJ, foram encontrados aproximadamente quinze documentos relacionados ao nome da livraria ou da família fundadora, confirmando as descobertas feitas no acervo do SNI: o interesse dos órgãos de inteligência nas atividades políticas de Milena e do filho caçula, Florin Piraccini Duchiade, fichados como membros do MR-8, e o envolvimento da livraria em ocorrências ocasionais de censura aos livros considerados "perigosos".

Embora a maioria dos documentos encontrados aponte para um monitoramento esporádico das atividades da livraria, e relacione os filhos da fundadora aos movimentos políticos de oposição ao regime, não existem evidências da participação direta da livraria ou da livreira em tais atividades. Não há qualquer evidência que incêndio tenha sido criminoso, encomendado pelas forças policias repressoras que atuavam no períodoao, bem como nenhuma prova do envolvimento de Vanna Piraccini com o comunismo ou com as forças opositoras ao regime. Pode-se dizer, contudo, que há, sim, indícios de alguma proximidade com estes movimentos, pela via familiar ou social, através das redes de sociabilidade construídas na circulação ensejada pela livraria.

Logo após o incêndio começaram as notícias[9] de que um grupo de intelectuais cariocas, entre clientes e amigos da casa, a partir de uma reunião na casa de Plynio Doyle, advogado e bibliófilo brasileiro, mobilizar-se-iam para ajudá-la a reerguer a livraria. Através

[9] Publicadas nos periódicos Correio da Manhã, Diário de Notícias e Jornal do Brasil entre dezembro de 1973 e janeiro de 1974.

de um fundo financeiro, sob a guarda de Athos Gabriel Pereira, então presidente do Sindicato Nacional de Livreiros e Editores, eles emprestariam uma determinada quantia, convertida em créditos futuros, a serem gastos futuramente na livraria após o restabelecimento das atividades. Muitos dos clientes em débito, eram quase quatro mil contas, procuraram quitar suas dívidas neste período.

Como colaboração à retomada das atividades, o artigo de Carlos Drummond de Andrade intitulado "Aquela Livraria" no Jornal do Brasil do dia 15 de dezembro de 1973, incitava os amantes dos livros a este ato de boa-fé, amor à cultura e gratidão pelos fundamentais serviços prestados pela casa, na formação cultural de gerações de estudantes, acadêmicos, literatos e escritores.

Passados alguns dias do incidente, a livreira alugou uma sala na Rua da Ajuda, à época chamava-se Melvin Jones, e com os livros que ainda estavam parados na alfândega, reiniciou provisoriamente a sua operação, às vésperas do Natal, e ali permaneceu até a reinauguração da sede em agosto de 1974.

Pode-se considerar o incêndio como o fechamento de um ciclo e o início de uma fase de grande prosperidade para a livraria. Após este evento traumático, que contabilizou uma perda humana - um homem que fazia reparos nas dependências da loja - e perdas materiais significativas, a livraria nunca mais sofreu nenhum tipo de ameaça ou incidente[10] que pudesse ser atribuído à perseguição política ou à censura. Foi também o decênio em que a Livraria consolidou seu prestígio como uma das casas livreiras mais importantes do país, com uma projeção, até então, restrita aos círculos dos *habitués* e eruditos, frequentadores usuais deste tipo de estabelecimento.

As décadas de 1980 e 1990 foram um período de prosperidade financeira e reconhecimento fora do campo. Foi quando a livraria aumentou seu capital através da compra de imóveis adjacentes, chegando a ter cinco lojas e 400 metros quadrados (MACHADO, 2012, p. 334-339), além das salas destinadas ao estoque e à administração, em outros andares do mesmo edifício. Na década de 1980 foi eleita a melhor livraria da cidade através de enquete feita pelo Jornal do Brasil com 20 consultados, dentre os quais 18 votaram nela. Em 1993, na sondagem realizada pela Folha de São Paulo, a Leonardo Da Vinci aparece na liderança nacional (MACHADO, 2012, p. 334-339).

Em 1997, Milena Piraccini Duchiade, filha primogênita, passa a trabalhar na livraria e vai aos poucos assumindo a função de livreira-chefe. Isto acontece num momento de grande mudança para o varejo livreiro, com a expansão da Amazon (fundada em 1994) e a consolidação das redes de livrarias no país, que estavam inaugurando suas primeiras *megastores* em território nacional.

[10] Outro incidente envolvendo a polícia política passou longe da livraria e esteve relacionado ao material apreendido no sítio da família em Nova Friburgo, na década de 1980.

Sob o novo comando algumas atualizações e modificações no negócio da livraria foram feitas: a casa foi reformada e o sistema informático atualizado; um catálogo com maior participação de livros nacionais foi desenvolvido. Novas filiais foram abertas: a Piccola Da Vinci, no Shopping Gávea (1998) em parceira com o sócio Wilson Nogueira Rodriguez, e no MAM (2004); foi lançado em 2003 o Baú do Leonardo (2003), iniciativa que procurava atender os alfarrabistas e aproveitar o estoque vultoso que a livraria ainda mantinha. Estes últimos foram empreendimentos significativos, porém de curta duração, pois não conseguiram ser financeiramente sustentáveis.

Em 2002, a livraria celebrou seus 50 anos com um ciclo de palestras intitulado *Cinco décadas em questão* sobre temas dominantes em cada uma das décadas, e uma exposição de livros raros, cartas e fotos de Carlos Drummond de Andrade. Antes do final da primeira década do novo milênio, a livraria já enfrentava dificuldades financeiras, que foram sendo vencidas pelas injeções constantes de recursos financeiros pessoais da fundadora e algumas rajadas de lucro, como uma grande encomenda feita pelo Instituto Superior Metropolitano de Angola, em Luanda (DUCHIADE, 2016). Nos anos que se seguiram, como forma de honrar os compromissos assumidos e manter a livraria aberta, seus ativos foram pouco a pouco foram vendidos.

Além das mudanças que começaram a ocorrer no varejo livreiro no Brasil a partir do final do século XX e o aprofundamento destas na entrada do século XXI, a reboque do que já vinha ocorrendo em toda a cadeia de produção do livro em mercados mais maduros (THOMPSON, 2013), outros fatores podem servir de argumentação para as dificuldades vividas pela Da Vinci: uma nova gerência com outra concepção do negócio e estilo de liderança; a estabilidade econômica vivenciada com o advento do Plano Real (1994) incentivando o turismo internacional e o acesso a bens de consumo comprados diretamente no exterior, bem como a intensificação de fluxo financeiro, comercial e cultural entre os países - processo conhecido como Globalização.

Para concluir, é possível refletir sobre o seu declínio a partir de uma possível lógica inerente ao desenvolvimento do campo de produção erudita, segundo a análise de Pierre Bourdieu presente na obra *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário* (1996), aplicada à trajetória das editoras francesas e que poderia, com as devidas licenças, ser aplicada ao caso da Leonardo da Vinci e que será melhor explicitada em momento posterior.

> Uma editora que entra na fase de exploração do capital simbólico acumulado faz coexistir duas economias diferentes, uma voltada para a produção e a pesquisa (e, na Gallimard, a coleção fundada por Georges Lambrichs), a outra orientada para a exploração do acervo e para a difusão dos produtos consagrados (com coleções como "La pleiade" e sobretudo "Folio" ou "Idees"). Concebem-se facilmente as contradições que resultam das incompatibilidades entre as duas economias: a organização que

> convém para produzir, difundir e promover uma categoria de produtos é inadaptada para a outra; além disso, o peso que as exigências da difusão e da gestão fazem pesar sobre a instituição e sobre os modos de pensamento dos responsáveis tende a excluir os investimentos arriscados, quando os autores que os poderiam ocasionar não se voltaram por antecipação para outros editores. Não é preciso dizer que, se pode acelerá-lo, o desaparecimento do fundador não basta para explicar tal processo, que está inscrito na lógica do desenvolvimento das empresas de produção cultural. (BOURDIEU, 1996, p. 166, grifo do autor)

No início de 2016 concretizou-se a venda da Leonardo da Vinci a Daniel Bandeira Louzada, mais uma vez, escapando do seu fim do seu fim e renascendo para uma outra fase, próximo capítulo de uma história marcada por ciclos e intermitências.

Atributos constitutivos da livraria: a livreira e suas práticas

Vanna Piraccini nasceu em quatorze de janeiro de 1926, na cidade de Bolonha, capital política e centro comercial da região da Emília-Romanha, na Itália. A família abrigava, de um lado, o estilo de vida da alta-burguesia italiana, e de outro os valores rigorosos das culturas norte-europeias, como a sobriedade e a disciplina. Vanna, bem como sua irmã mais velha, viveram a infância sob os cuidados dos avós (DUCHIADE, M, 2016). “Dona Vanna" atribui sua formação ao seu avô materno, um professor de latim severo que lia Goethe e outros clássicos alemães para a neta, além de fazê-la praticar o latim à mesa, durante as refeições (PIRACCINI, 2016).

Aos 18 anos, ingressou na Universidade de Bucareste para estudar Línguas Neolatinas, onde permaneceu por dois anos. Em dezenove de outubro de 1946, aos 20 anos, Vanna casou-se com Constantin Calmuschi, em Bucareste, na Romênia, num enlace de curta duração. Após essa data, há uma lacuna de informação de aproximadamente cinco anos em sua trajetória, onde alega-se que tenha vivido em Roma, Paris e Londres, nesta última cidade por um curto período de tempo. Sabe-se que neste período conheceu Andrei Duchiade, terminou o casamento e decidiu seguir o companheiro rumo ao novo continente.

Nos primeiros anos de sua nova rotina no Brasil, dividia-se entre as tarefas domésticas e a função de compradora da livraria. Mesmo trabalhando em regime parcial, dedicava-se ao contato com as editoras e, aos poucos, foi conquistando a confiança e o respeito da clientela. A morte do companheiro[11], em meados de 1965, obrigou-a a assumir integralmente o destino da Da Vinci e da família.

[11] Eles nunca foram casados segundo as leis brasileiras, pois a Lei do Divórcio só seria promulgada no Brasil em 1977. No entanto, o divórcio foi assinado num tribunal parisiense no dia 15 de junho de 1959. Em 1963 e 1964,

Como medidas inaugurais à frente do negócio, ela comprou a participação dos sócios[12] e decidiu ampliar a oferta da Da Vinci. Através de novas editoras de países que já constavam timidamente do acervo, entre eles a Itália, Espanha, Portugal e principalmente aquelas oriundas dos Estados Unidos, com obras muito mais em conta que as similares inglesas. No início da década seguinte, os negócios começaram a prosperar e ela a se firmar como livreira respeitada.

> *Então você tem aí um intervalo de 8 anos entre a morte do meu pai e o incêndio da livraria, quando a livraria se consolida e saneia do ponto de vista financeiro. Minha mãe muito mais agressiva do ponto de vista comercial: "- Vamos importar da Itália, da Espanha e de Portugal. Porquê? Porque ela conhecia as pessoas nas feiras […] Ela tinha uma postura mais inteligente, mais ousada, mais aberta. Ela entendeu que o livro americano era muito mais barato que o livro inglês […] (*DUCHIADE, M., 2016, grifo nosso).

Foram também os anos em que a livreira pôde desenvolver com mais autonomia seu estilo de trabalho e consolidar sua marca pessoal no exercício do ofício. Ao longo dos anos, ela não só aprimorou as habilidades esperadas de um bom livreiro - a procura constante de bons títulos, o conhecimento da clientela e a forma de atendê-la - mas incorporou outras.

A sensibilidade na composição do catálogo é um exemplo. Na busca pelas obras, além de feiras internacionais, as viagens e visitas às editoras eram frequentes. Os livros, escolhidos de forma quase artesanal, não serviam somente para satisfazer o desejo dos clientes, tinham a finalidade também de apresentar novas ideias ao público frequentador - prática que serviram à modelagem de suas habilidades às vicissitudes da profissão.

Contrariando a autoimagem da livreira (PIRACCINI, 2016), mais próxima daquela de um editor - um agente movido por objetivos econômicos e culturais, pois muitas vezes, se sente responsável politicamente pela comunidade ou sociedade em que vive (BRAGANÇA, 2001, p. 57-83) - do que a de um próspero comerciante, pode-se afirmar que "Dona Vanna" foi uma bem-sucedida empresaria.

---

os periódicos nacionais oficiais publicavam notícias sobre o processo de homologação do divórcio em terras brasileiras, sentença estrangeira de número 1859. No entanto, existem documentos e notas jornalísticas que atribuem a Vanna Piraccini o sobrenome do marido, Duchiade.

[12] Oficialmente, ela retirou os sócios José Francisco Coelho e Antonio Rotundo somente em 1976 (Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1976. Junta Comercial). Em 1977, ela criou uma nova empresa chamada Nova Livraria Leonardo da Vinci e inseriu seus dois filhos como sócios do empreendimento (Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 5 de julho de 1977, Junta Comercial).

Sem intenção de refutar a importância da "missão" da qual se sentia imbuída, a livreira é lembrada pelos ex-funcionários - entre eles George Gould (2017), Gilda de Almeida Lucas (2016) e Florin Piraccini Duchiade (2016) - como uma administradora habilidosa. Para ilustrar, um pequeno compilado destas iniciativas: o gerenciamento das dívidas de acordo com a flutuação da taxa cambial; a política de remuneração e de incentivo aos seus funcionários, pouco usual para a época e para o tipo de negócio (ALEXANDRE, 2016).

As práticas que envolviam diretamente o trato com os clientes foram citadas com frequência nas entrevistas com os antigos representantes da livraria, quer pelos seus ex-clientes e amigos (VOGEL, 2017; JOSE NETO, 2016; XEXEO, 2016). As encomendas[13] eram uma forma efetiva de criar laços com a clientela, e além de contribuírem para satisfazer as mais variadas demandas, elas mostraram ser ferramentas de fidelização e fonte abundante de pesquisa sobre os interesses dos exigentes clientes.

O conhecimento acumulado sobre os clientes era utilizado também para fazer encomendas por conta da casa, pensando nos interesses específicos de cada freguês. Iniciativa, dentre outras, que configurava uma espécie de serviço contínuo de consultoria bibliográfica (ALEXANDRE, 2016) e a guiava na percepção de ciclos culturais em voga entre a intelectualidade brasileira.

> *[…] escolhia para coincidir com o momento cultural do Brasil na época. Depois a pessoa dizia: "- Só aqui encontrei este livro! Em São Paulo andei em todas as livrarias. Em Curitiba…". A escolha era um critério cultural meu, mas coincidia com o momento cultural do país* (PIRACCINI, 2016, grifo nosso).

O sistema de contas, outra prática consagrada na Da Vinci, chegou a ter mais de quatro mil cadastrados; em seus últimos anos contava com aproximadamente mil e oitocentos indivíduos, entre clientes ativos e inativos. Consistia num sistema de pagamento fracionado, implementado na gestão do Sr. Andrei, que permitia que o cliente dividisse o valor da compra em parcelas, sendo três vezes a forma mais usual.

Conforme relatos de dois ex-gerentes (GOULD, 2016; VOGEL, 2017), o sistema de contas carregava uma carga simbólica significativa, uma espécie de "código de acesso" a um território desejado, mas ainda inacessível para alguns. Consequentemente as contas, além de incentivar o consumo, funcionavam como uma eficiente estratégia de publicidade, tornando-se um "traço de iniciação" apreciado dentro do campo de produção intelectual e acadêmica carioca.

[13] Chegaram a representar 50% do faturamento da livraria (PIRACCINI, 2016).

Assim como suas políticas administrativas e práticas comerciais, a relação que a "casa" criou e soube cultivar com indivíduos e instâncias de poder institucionalizadas tiveram um papel significativo em sua trajetória. Diplomática no trato e democrática quanto ao catálogo ofertado, a livreira certificava-se de que os clientes encontrassem desde os pensadores mais críticos àqueles simpáticos ao regime militar e à influência norte-americana no país.

Outro aspecto notável na história da livraria é a relação de proximidade que foi construída com a imprensa. No conteúdo dos principais jornais cariocas, constantes da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, salta aos olhos a visibilidade[14] concedida ao estabelecimento, principalmente no *Jornal do Commercio* das décadas de 1950 e 1960, no *Jornal do Brasil* das décadas de 1970 e 1980 e no Jornal *O Globo*, em décadas mais recentes.

A Leonardo da Vinci e a livreira Vanna Piraccini aparecem como matéria prima tanto para as crônicas sobre o universo intelectual da cidade e seus clientes ilustres, muitas das quais[15] de autoria de Carlos Drummond de Andrade, quanto para acontecimentos dignos das colunas dedicadas à literatura ou a vida social[16], além das matérias jornalísticas sobre o mercado de importação e livreiro[17].

Além do catálogo e do atendimento, seria uma lacuna não considerar a relação com indivíduos[18] bem posicionados no ambiente político e artístico-intelectual de ambos os espectros ideológicos na sobrevivência da casa, principalmente durante a ditadura militar, assim, como a relação que estabeleceu com a imprensa, na construção de narrativas que a celebrizaram, coroando o lugar de prestígio que a Da Vinci ocupou na memória[19]de parte da intelectualidade carioca.

Capital simbólico e consagração

[14] Na década de cinquenta e sessenta os anúncios se concentram no Jornal do Commercio e nas duas décadas seguintes no Jornal do Brasil, quando a publicidade passou a ser feita dentro do conteúdo editorial do jornal, nas seções dedicadas aos livros, mercado editorial ou eventos da cidade.

[15] Entre as crônicas de Carlos Drummond de Andrade estão *Livrarias Cariocas* de 10 de dezembro de 1974 e *A avenida e os Cegos* de 09 de janeiro de 1987, e a nota Cultura na coluna Mirante de 17 de abril de 1982, todas publicadas no Jornal do Brasil.

[16] Como exemplo em 30 de setembro de 1959, no Jornal do Correio da Manhã, na coluna de José Condé é publicada nota sobre o lançamento de um livro de poemas de Alexandre Djukitch na Leonardo da Vinci. Durante o ano de 1967 podem ser encontradas variadas notinhas relacionadas à livraria na coluna de Léa Maria, aos sábados no Caderno B e durante a década de setenta, na coluna do Zózimo Barroso Amaral, ambas no Jornal do Brasil.

[17] Como exemplos a reportagem do dia 19 de janeiro de 1980 intitulada *Caro como o caviar: o livro importado cada vez mais um luxo, não um supérfluo e* a reportagem de capa sobre a livraria e a Dona Vanna na seção Mercado do dia 28 de janeiro de 1989, ambas publicadas no Jornal do Brasil.

[18]Entre eles podemos citar Carlos Lacerda, Fernando Gabeira, Leandro Konder, Renato Lessa, Santiago Dantas, Manuel Barros da Motta, Senador Arnon de Mello, Coronel Malvino Reis, Cândido Mendes.

[19] Memória segundo Pierre Nora (1993, p.9).

Segundo a percepção de agentes do campo artístico-intelectual e acadêmico da cidade, aqui representados pelos diferentes perfis de entrevistados ligados direta ou indiretamente à Da Vinci, a livraria ocupou uma posição privilegiada entre aqueles lugares que "produziram", incentivaram e abrigaram a produção de bens simbólicos de algumas gerações de literatos, intelectuais e acadêmicos na cidade do Rio de Janeiro.

De acordo com Pierre Bourdieu (1996), no campo de produção de bens simbólicos, existe uma fragmentação dos empreendimentos culturais em duas categorias distintas. De um lado os "empreendimentos culturais com ciclo de produção curto", voltados ao acúmulo de ganhos financeiros a curto prazo, e aqueles com "ciclos de produção longo", geralmente dedicados aos próprios produtores do campo e com a perspectiva de ganhos financeiros a longo prazo.

Embora a obra de Bourdieu (1996) refira-se especificamente às editoras e às galerias de arte - e as livrarias não costumam ser consideradas empreendimentos culturais, por se tratarem de um elo voltado exclusivamente à venda e distribuição da mercadoria-livro - propõe-se que a Livraria Leonardo da Vinci possa ser enquadrada no horizonte de análise bourdieusiano, ao ser enquadrada como um local de produção ou fomento da produção bens simbólicos.

A partir deste espectro de análise, a Da Vinci poderia ser considerada um empreendimento cultural de ciclo longo, ainda que não alcance todos os critérios definidos pelo autor, já que a livraria se consolidou no campo dos "produtores para produtores" (BOURDIEU, 1996, p.169) sem abdicar de algumas ferramentas de vendas utilizadas pelas empresas voltadas à produção cultural de ciclo curto.

A Da Vinci soube preservar certa autonomia na composição do catálogo, sem desconsiderar obras e autores com potencial de retorno financeiro, o aspecto comercial do empreendimento. Obteve, por competência ou afeto, tanto a simpatia de intelectuais e figuras acadêmicas proeminentes - sem falar na numerosa lista de clientes anônimos - quanto da imprensa, numa relação duradoura que foi sendo atualizada ao longo de décadas, de acordo com as práticas e os modismos vigentes.

> O êxito simbólico e econômico da produção de ciclo longo depende (pelo menos em seus começos) da ação de alguns "descobridores", isto é, dos autores e dos críticos que fazem a editora dando-lhe crédito (pelo fato de ali publicar, de fornecer-lhe manuscritos, de falar favoravelmente de seus autores etc.), e também do sistema de ensino, único capaz de oferecer, a prazo, um publico convertido […] (BOURDIEU, 1996, p. 168-169, grifo do autor).

É fácil identificar entre muitas personalidades, uma dessas figuras capazes de trazer, ao mesmo tempo, legitimidade e popularidade à "casa". Um de seus "descobridores" (BOURDIEU, 1996, p.168-169), uma espécie de padrinho oficialmente instituído, sem dúvida, foi Carlos Drummond de Andrade, com uma dezena de menções, entre crônicas e notas, sobre a casa, os livreiros proprietários e suas visitas cotidianas. Assim como a Livraria Garnier tinha em Machado de Assis um "compadre" muito próximo (REIS, 2004), a Da Vinci obteve o afeto, a confiança e a assiduidade do poeta por muitos anos.

Além do poeta, a clientela que frequentava a livraria era composta de indivíduos consagrados em suas áreas de atuação, entre muitos escritores, artistas e políticos. Figuras de diferentes gerações e atividades profissionais - tais como Tristão de Athayde (pseudônimo de Alceu Amoroso Lima), Santiago Dantas, Jorge Amado, Glauber Rocha, Lygia Fernandes Telles, Décio Pignatari, Golbery do Couto e Silva - frequentaram o espaço.

Se os clientes consagrados em seus campos atuaram como "avalistas" da livraria, a presença dos acadêmicos na lista dos clientes assíduos - entre estudantes e docentes - foi imprescindível a sustentação, segundo a análise de Bourdieu. A clientela formada por acadêmicos em diferentes estágios da vida escolástica, conhecidos geralmente entre seus pares, também era volumosa, entre os quais: Eduardo Portela, Cândido Mendes, Sergio Paulo Rouanet, Willian Gonçalves, Arno Vogel, Melo Fonder.

Dentre os diferentes perfis de clientela a dinâmica era similar: existiam, entre os frequentadores, aqueles que conferiam prestígio à "casa" e aqueles que a frequentavam em busca desta legitimação, à procura desse capital simbólico (BOURDIEU, 1996) extrínseco às obras vendidas.

Este "círculo virtuoso" garantiu não só a frequência "qualificada" durante décadas, como proporcionou o acúmulo de ganhos financeiros a partir da segunda metade da década de 1970, outra característica em alinhamento com os empreendimentos culturais de ciclo longo, segundo Bourdieu (1996, p. 170-171). Foi também neste período que a livraria passou a ser conhecida e reconhecida por indivíduos alheios ao ambiente de produção cultural erudita, conferindo uma alta carga de significado simbólico aos livros vendidos e à clientela frequentadora.

Considerações finais

Por fim, pode-se concluir que os elementos centrais da história da Livraria Leonardo da Vinci não se limitaram à elaboração do catálogo, diverso e qualificado, nem à figura da livreira no comando. A diferenciação da Da Vinci também se revelou em muitas das iniciativas e práticas cotidianas, ligadas à forma peculiar de condução do negócio, aspectos corriqueiramente invisíveis aos olhos dos menos atentos. A longevidade alcançada e o espaço de prestígio ocupado pela livraria na segunda metade do século XX e início do século

XXI (1952-2016), demonstraram estar baseados num emaranhado de fatores intrínsecos e extrínsecos ao negócio da livraria.

As iniciativas, quando reunidas, apresentam um mosaico de práticas e atividades que estão na base de sua consagração: ao incentivar a criação de laços entre os funcionários; ao prestar um serviço de consultoria bibliográfica prévia; ao fortalecer a política de encomendas, que provou ser um sistema eficiente de pesquisa sobre os interesses dos clientes. Ao privilegiar o sistema de contas que significava crédito e acesso aos livros, até então indisponíveis, para uma parcela da população interessada; ao adotar uma estratégia de divulgação inovadora e na construção e manutenção de relações amistosas com as instâncias de poder institucionalizadas, na esfera política, intelectual, artística e midiática. E, sobretudo, ao alimentar o "burburinho" em torno do subsolo da Avenida Rio Branco, 185.

Embora exista, entre os entrevistados, a sensação de um encerramento simbólico da livraria, e com ela uma fase áurea do varejo livreiro carioca e nacional, é improvável, e não aconselhável, o apagamento da trajetória de importante "universidade de milhares de cursos, professores e laboratórios, enriquecidos com museus e órgãos criativos" (ANDRADE, 1982) localizada temporalmente na segunda metade do século XX e início do século XXI, na cidade do Rio de Janeiro. Este artigo procurou, entre outros propósitos, contribuir para que parte desta memória fosse registrada, conhecida e celebrada.

Artigo recebido em 20 jul. 2017.
Aprovado para publicação em 26 set. 2017.

Referências

ALEXANDRE, Renato. *Renato Alexandre*: depoimento[nov. 2016]. Entrevistador: Flávia Maria Zanon Baptistini. Rio de Janeiro, 2016. 1 arquivo .mp3 (90 min.). Entrevista concedida à pesquisadora.

ANDRADE, Carlos Drummond. Aquela livraria. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 dez. 1973. p. 5.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Livrarias cariocas. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 10 dez. 1974.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Cultura. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 17 abr. 1982, Caderno B.

ANDRADE, Carlos Drummond de. A avenida e os cegos. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 9 jan. 1987.

BRAGANÇA, Aníbal. *Eros pedagógico:* a função editor e a função autor. 2001. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte:* gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

CABRAL, Severino. *Severino Cabral*: depoimento [12 nov. 2012]. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2012. Entrevista concedida ao projeto Os livros e a vida literária no Rio de Janeiro da Biblioteca Nacional.

CABRAL, Severino. *Severino Cabral:* depoimento [nov. 2016]. Entrevistador: Flávia Maria Zanon Baptistini. Rio de Janeiro, 2016. 1 arquivo .mp3 (60 min.). Entrevista concedida à pesquisadora.

CARO como o caviar: o livro importado cada vez mais um luxo, não um supérfulo. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 19 jan, 1980. Diário.

CARDOSO, Margarete. *Margarete Cardoso:* depoimento [nov. 2016]. Entrevistador: Flávia Maria Zanon Baptistini. Rio de Janeiro, 2016. 1 arquivo .mp3 (90 min.). Entrevista concedida à pesquisadora.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1950-1959. Diário.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1973-1974. Diário.

COSTA, Mario Sergio Santos da. *Mario Sergio Santos da Costa:* depoimento [nov. 2016]. Entrevistador: Flávia Maria Zanon Baptistini. Rio de Janeiro, 2016. 1 arquivo .mp3 (90 min.) Entrevista concedida à pesquisadora.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 1973-1974. Diário.

DUCHIADE, Florin Piraccini. *Florin Piraccini Duchiade:* depoimento [nov. 2016]. Entrevistador: Flávia Maria Zanon Baptistini. Rio de Janeiro, 2016. 1 arquivo .mp3 (60 min.) Entrevista concedida à pesquisadora.

DUCHIADE, Milena Piraccini. *Milena Piraccini Duchiade*: depoimento [nov. 2012]. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2012. Entrevista concedida ao projeto Os livros e a vida literária no Rio de Janeiro da Biblioteca Nacional.

DUCHIADE, Milena Piraccini. *Milena Piraccini Duchiade:* depoimento [out. 2016]. Entrevistador: Flávia Maria Zanon Baptistini. Rio de Janeiro, 2016. 1 arquivo .mp3 (240 min.) Entrevista concedida à pesquisadora.

GERLACH, Markus. *Proteger o livro:* desafios culturais, econômicos e políticos do preço fixo. Rio de Janeiro, Liga Brasileira de Editores, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do Rio… os intelectuais cariocas e o modernismo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 62-77, 1993.

GOULD, George. George Gould*:* depoimento [dez. 2016]. Entrevistador: Flávia Maria Zanon Baptistini. Rio de Janeiro, 2016. 1 arquivo .mp3 (120 min.) Entrevista concedida à pesquisadora.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Tupy Kurumin, 2006.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil:* sua história. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1970-1979. Diário.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1980-1989. Diário.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 28 jan.1989. Seção Mercado.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 1950-1959. Diário.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 1960-1969. Diário.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 8 dez. de 1976. Junta Comercial.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 5 jul. de 1977. Junta Comercial.

JOSÉ NETO, Alfredo. *Alfredo José Neto:* depoimento [nov. 2016]. Entrevistador: Flávia Maria Zanon Baptistini. Rio de Janeiro, 2016. 1 arquivo .mp3 (120 min.) Entrevista concedida à pesquisadora.

LUCAS, Gilda de Almeida. *Gilda de Almeida Lucas:* depoimento [dez. 2016]. Entrevistador: Flávia Maria Zanon Baptistini. Rio de Janeiro, 2016. 1 arquivo .mp3 (120 min.) Entrevista concedida à pesquisadora.

MACHADO, Ubiratan. *História das livrarias cariocas.* São Paulo: Edusp, 2012.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*, n° 10, p. 7-28, dez. 1993.

PAUL, Danielle Rosa. *História em catálogos:* um estudo da política editorial Zahar de 2001 a 2014. 2015. Dissertação (Mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

PIRACCINI, Vanna. *Vanna Piraccini:* entrevista [1998]. 1 CD. Disponível no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

PIRACCINI, Vanna. *Vanna Piraccini:* depoimento [nov. 2016]. Entrevistador: Flávia Maria

Zanon Baptistini. Rio de Janeiro, 2016. 1 arquivo .mp3 (240 min.) Entrevista concedida à pesquisadora.

REIS, Rutzkaya Queiroz dos. Machado de Assis e Garnier: o escritor e o editor no processo de consolidação do mercado editorial. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1., 2004, Niterói. *Anais ...* Niterói: UFF, 2004.

SANTOS, Vicente Saul Moreira dos. *Vicente Saul Moreira dos Santos:* depoimento [nov. 2016]. Entrevistador: Flávia Maria Zanon Baptistini. Rio de Janeiro, 2016. 1 arquivo .mp3 (120 min.) Entrevista concedida à pesquisadora.

THOMPSON, John B. *Mercadores de cultura*. São Paulo: Unesp, 2013.

VOGEL, Arno. *Arno Vogel:* depoimento [fev. 2017]. Entrevistador: Flávia Maria Zanon Baptistini. Rio de Janeiro, 2016. 1 arquivo .mp3 (120 min.) Entrevista concedida à pesquisadora.

XEXEO, Pedro. *Pedro Martins Xexeo:* depoimento [nov. 2016]. Entrevistador: Flávia Maria Zanon Baptistini. Rio de Janeiro, 2016. 1 arquivo .mp3 (90 min.) Entrevista concedida à pesquisadora.

Contornos da agenda sustentável – Cooperação rumo ao desenvolvimento: Análise da gestão socioambiental do Superior Tribunal de Justiça

Luciana Picanço de Oliveira[1]

Contourns of the sustainable agenda - Cooperation towards development: Analysis of socio-environmental management of the Superior Court of Justice

http://dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.70256

[1] Mestranda em Direito, Políticas Públicas e sustentabilidade pela Unirio. E-mail: lupioliver@hotmail.com

Resumo:

O presente estudo leva ao debate o desenvolvimento sustentável e as suas conquistas. Será analisado “o que é o desenvolvimento?” e as diferentes noções sobre este tema, desde a desnecessidade de desenvolvimento econômico até o desenvolvimento sustentável. Sob o argumento da sustentabilidade, serão evidenciadas as conquistas internacionais em respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos, tais como o desenvolvimento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e acordos como a ECO-93, Agenda 21, Rio+20 e Acordo de Paris. Por fim, será analisado um caso concreto, demonstrando a implementação interna dos padrões de sustentabilidade internacionais. Por meio do programa A3P da administração pública, o Ministério do Meio Ambiente estabeleceu uma Agenda Sustentável de adesão voluntária, a qual foi aderida pelo Superior Tribunal de Justiça por meio da implementação da gestão socioambiental. Seus objetivos, metas e planos de ação demonstram a real possibilidade de implementar políticas públicas eficientes, em consonância com preceitos internacionais.

Palavras-chave: Direito Internacional; Desenvolvimento Sustentável; Superior Tribunal de Justiça.

Abstract:

The present study intents to debate the sustainable development and its achievements. It will analyze "what is development?" and the different notions on this topic, since the unnecessity of the economic development until the notion of sustainable development. Under the argument of sustainability, will be evidenced the international achievements in the environmental protection and human rights, as the United Nations Development Program (UNDP) and agreements as ECO-93, Agenda 21, RIO+20 and the Paris Agreement. At the end, will be a case study demonstrating the internal implementation the international sustainability standards. Through the Public Administration Program A3P, the Environmental Ministry established the Sustainable Agenda, with voluntary membership, which was adopted by the Superior Court of Justice with the implementation of socio-environmental management. This objectives, goals and plans of action demonstrate the real possibility of the implementation of efficient public policies, on the basis of international precepts.

Keywords: International Law; Sustainable Development; Superior Court of Justice.

Introdução

Vive-se em um mundo de constante transformação. O relacionamento entre nações é cada dia mais concreto e as diferenças políticas e ideológicas devem ser ponderadas – e muitas vezes traspassadas - para a tomada de decisões internacionais. Os temas aparecem na agenda internacional por diversos motivos que podem se pautar em ideologias, interesses políticos, mudanças de governo, desastres ambientais, problemas humanitários, e até pela conscientização acerca de um tema – especificamente neste trabalho, fala-se da conscientização sobre o desenvolvimento e da sustentabilidade.

O trabalho possui a singela pretensão de fazer uma pesquisa qualitativa, pela metodologia de análise de documentos, para responder as seguintes questões: O que significa desenvolvimento sustentável? As decisões tomadas pela sociedade internacional visando o desenvolvimento sustentável estão sendo institucionalizadas por meio de políticas públicas domésticas? No âmbito do Poder Judiciário, como o Superior Tribunal de Justiça, órgão de suma importância para o ordenamento jurídico, está implementando os ideais de sustentabilidade em sua gestão administrativa? Parte-se da hipótese de que, apesar da presença singela de políticas públicas ambientais – em real implementação – o Brasil tem implementado diversos programas por meio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) visando a proteção e reparação de danos ambientais no âmbito da administração pública. Baseado na política A3P do MMA, o Superior Tribunal de Justiça – unidade de análise escolhida – no ano de 1999 gerou o plano de gestão socioambiental, o qual fora implementado por meio de cinco categorias: gestão de resíduos, licitações sustentáveis, qualidade devida no ambiente de trabalho, sensibilização e capacitação, e uso racional de recursos naturais e bens públicos – os quais serão analisados especificamente.

A justificativa do presente trabalho é a relevância do tema. Fala-se em desenvolvimento sustentável, mas a produção acadêmica sobre o tema – no âmbito do Direito - ainda é singela no Brasil. Por este motivo e para melhor compreensão dos contornos da agenda sustentável, será feita uma revisão dos eventos históricos que acompanharam a inserção do tema "desenvolvimento sustentável" na agenda internacional. Nesse sentido faz-se importante analisar os conceitos introduzidos pelas Convenções e Acordos internacionais, os quais se conduziram em torno do ideário de sustentabilidade, ou seja, de desenvolvimento econômico aliado ao respeito ao meio ambiente e às questões de direitos humanos. Cada país terá maior ou menor adesão aos preceitos convencionados internacionalmente, porém, uma vez aderida a política internacional, o país deverá implementá-la no âmbito doméstico. Essa implementação deve ser feita por meio de políticas públicas, as quais concretizam as bases uma vez convencionadas. É neste sentido que se faz importante a compreensão do entrelaçamento do "jogo de dois níveis" descrito por Putnam, onde o tomador de decisão precisa ponderar os interesses e pressões internacionais com os nacionais. Visando exemplificar esta relação e demonstrar a efetivação das políticas internacionais no âmbito do Direito Ambiental, fora escolhido como unidade de análise o Superior Tribunal de Justiça, com sua gestão socioambiental, demonstrando que é

possível uma gestão inteligente com eficiência econômica e respeito ao meio ambiente, a fim de concretizar no âmbito interno o desenvolvimento sustentável.

A sociedade internacional e o desenvolvimento

Para abordar os contornos do desenvolvimento sustentável, cumpre evidenciar primeiro a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico. O primeiro, de acordo com a economia capitalista moderna, significa o aumento da capacidade produtiva, baseado em índices como Produto Interno Bruto *per capita*, vinculando-se estritamente ao campo da economia. Já o desenvolvimento econômico baseia-se em fatores econômico associados ao aumento da qualidade de vida da sociedade. Nesse sentido, aborda Giansanti (2009. p. 11):

> Na fase atual, o desenvolvimento capitalista (e, em certa medida, também o do "socialismo real") supõe certa ênfase em fatores como: (...)
> - A ampliação da produção de mercadorias e serviços de forma sistemática;
> - Os fortes índices de industrialização, urbanização e desenvolvimento científico e tecnológico;
> - A melhoria de determinados índices sociais, como a queda das taxas de analfabetismo e mortalidade infantil;
> - A constituição de mercados de consumo, com tendência à abertura das economias e elevação do volume de exportações.

Nas últimas décadas as mudanças no cenário internacional geraram novos conceitos e debates, incluindo novos temas na agenda internacional, incorporando outras dimensões de desenvolvimento, conciliados com o meio ambiente, a cultura e a dimensão humana e social (SVAMPA, 2008). Com a crise do ideário fordista e o declínio da ideia clássica de desenvolvimento como progresso industrial, novos movimentos sociais – como os movimentos ecologistas da década de 60 – tomaram espaço na interação pluralista dos atores internacionais.

É neste viés que Maristella Svampa (2006), referindo-se aos estudos de Martínez Allier, destacou três correntes de ecologismo: (1) o culto à vida silvestre – indiferente ao crescimento econômico -; (2) o credo ecoeficientista – defensor do uso eficiente dos recursos naturais; origem dos termos "modernização ecológica" e "desenvolvimento sustentável" -; e, (3) o movimento de justiça ambiental – visão da autora, a qual alega que conflitos ambientais são causados pela reprodução globalizada do capital, pela desigualdade social e pela nova divisão internacional do trabalho. Para os adeptos a esta teoria, os países em desenvolvimento possuem alta demanda por matéria-prima, sendo vulneráveis ao domínio dos países ricos e possuindo grandes territórios "improdutivos" facilitando o discurso

produtivista e excludente. O desenvolvimento destes países seria resultante da autonomia e autodeterminação. Sob a mesma ótica, Arturo Escobar (1992, p. 24) adicionou que:

> Para examinar o desenvolvimento como discurso é preciso entender por que tantos países começaram a se ver como subdesenvolvidos, como "se desenvolver" virou um problema fundamental e como se tornou real pelo desenvolvimento de programas e estratégias.
> (...)
> Da mesma forma, o desenvolvimento funcionou como um mecanismo poderoso para a produção e administração do terceiro mundo no período pós segunda guerra mundial. (TRADUÇÃO NOSSA)

Para Escobar, a ideia de desenvolvimento criou anormalidades. Com o intuito de erradicar os problemas, acabou multiplicando-os, impactando de maneira assustadora os países "do terceiro mundo", em desenvolvimento. Em sentido diverso, cumpre observar a peculiaridade daqueles que acreditam que o desenvolvimento em nada se assemelha com o crescimento econômico. Para estudiosos como René Ramirez, não há necessidade em se preocupar com o desenvolvimento econômico puro e sim com "uma boa vida". O autor aborda que o tempo é o único bem finito da vida e o verdadeiro bem a ser valorizado. Sob o lema "sumak kawsay", aborda Soliz (2010, p. 9):

> Uma forma social inclusiva, que está ancorada em uma interculturalidade entendida como a possibilidade não só para reconhecer cosmovisiões diferentes, mas, acima de tudo, para interagir e viver entre vários assuntos Um modo de relacionamento equilibrado com o entorno e a natureza. Boa Vida é, então, viver a plenitude, integrando todas estas dimensões. Trata-se da construção de um projeto emancipatório pós-capitalista, sobre o entendimento de que o capitalismo ja não é reformável. (TRADUÇÃO NOSSA)

Para Amartya Sen, o desenvolvimento está estritamente relacionado com a expansão da liberdade individual, sendo ela um compromisso social:

> É importante reconhecer, ao mesmo tempo o lugar fundamental que ocupa a liberdade e influência dos fatores sociais no grau e extensão dessa liberdade. Para resolver os problemas que enfrentamos, devemos conceber a liberdade individual como um compromisso social.
> (...)
> Segundo esta abordagem, a expansão da liberdade é tanto o fim primordial do desenvolvimento como seu meio principal. O desenvolvimento consiste na eliminação de alguns tipos de privação de liberdade que deixam aos indivíduos poucas opções e oportunidades limitadas para exercer sua

> agência fundamentada. A eliminação da falta de liberdades fundamentais - é o que sustentamos aqui - é uma parte constitutiva do desenvolvimento. Sem embargo, a compreender melhor a conexão entre desenvolvimento e liberdade, devemos ir além desse reconhecimento básico (por crucial que este seja). A eficácia instrumental de alguns tipos de liberdade para promover outros tipos de liberdade é um poderoso complemento da importância intrínseca da liberdade do homem, em geral, como objetivo sublime do desenvolvimento (SEN, 2000, p. 16) (TRADUÇÃO NOSSA)

Influenciado pelo lema "sumak kawsay" [1] e adepto aos ensinamentos de Amartya Sen, René Ramirez (2012) criticava a ideia de que o desenvolvimento estaria totalmente atrelado ao aumento de riquezas. Para ele, o erro do sistema capitalista seria a ideia de que o incremento de bens materiais aumentaria o bem-estar social. Ramirez desvia o foco da economia para as pessoas, sob a alegação de que o amor, a amizade, a educação, a saúde e o tempo que se dedica a eles, são fatores mais importantes do que a acumulação de capital:

> O presente estudo sustenta que o espaço onde principalmente se revelam as preferências dos indivíduos não é o âmbito da compra/consumo, mas e sobre tudo, na forma como cada pessoa distribui o tempo de acordo com suas condições socioeconômicas, partindo do tempo dedicado para a satisfação de necessidades e sendo o fim da boa vida buscar tempo para o ócio libertador, o amor, a amizade, a construção de relações sociais, a participação pública, no espaço de uma relação harmoniosa com a natureza.
> (...)
> Neste sentido, a presente investigação sustenta que o marco analítico (incluída sua unidade de valoração em dinheiro) da economia não é suficiente para tentar abordar uma teoria que inclua em sua análise outros âmbitos da vida, que vão mais além da produção e consumo de bens e serviços produzidos em um mercado; razão pela qual se propõe construir um marco analítico ao redor do conceito de tempo e usá-lo como variável intermediária para medir o Bom Viver das pessoas e da sociedade. Enquanto o dia tem 24 horas, é necessário analisar como cada pessoa e a sociedade distribuem, em seu conjunto, o tempo, se o que se busca é maximizar o tempo para a boa vida ou vida plena. (RAMIREZ, 2012, p. 20, p. 27)

[1] A palavra "sumak" significa plenitude e a palavra "kawsay", viver. Sumak kawsay é uma expressão originada da língua quíchua dos Andes, traduzida para o Português como o "bem viver". Baseada nesta concepção, a Constituição do Ecuador de 2008 dispõe que decide construir "*uma nova forma de convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a natureza, para alcançar o bem viver, o sumak kawsay*". (CONSTITUCION POLITICA DEL ECUADOR, 2008. Preámbulo) (TRADUÇÃO NOSSA)

Inexiste consenso sobre “o que é o desenvolvimento”. No entanto, nos dias atuais, há uma grande tendência à associação entre o desenvolvimento econômico e a proteção de bens ambientais, culturais e humanos, demonstrando a crescente preocupação da humanidade com a noção de desenvolvimento sustentável -. É neste viés que foi desenvolvido o presente trabalho e que serão desenvolvidos os tópicos a seguir.

O desenvolvimento sustentável

Pode-se dizer que, dois séculos atrás, não se pensava em sustentabilidade. Para a comunidade internacional – leiam-se, países desenvolvidos -, o importante era o desenvolvimento econômico e o aumento de riquezas. Como aborda GIANSANTI (2009, p. 30):

> Com a difusão do industrialismo e a ascensão norte-americana, já na chamada Segunda Revolução Industrial, no final do século XIX e início do século XX, cria-se um novo modelo produtivo, com inovações tecnológicas e elevadas doses de ciência. Trata-se do sistema *fordista-taylorista*, caracterizado pelo trabalho parcelado e pela mecanização e seriação da produção, como linhas de montagem mecanizadas.

Com a ineficiência – em termos sociais - do modelo *fordista-taylorista*, avançando para o século seguinte, foi iniciada a chamada “revolução verde”. Com o intuito de solucionar a necessidade de alimentos mundial, foram desenvolvidos cultivos por sementes de alto rendimento. "Configurava-se como uma tentativa de diminuir as limitações que a natureza impunha à agricultura, com um pacote tecnológico baseado no uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes, máquinas agrícolas e sementes melhoradas” (IÓRIO; RIBEIRO, apud GIANSANTI, 2009, p. 31). Consequentemente, a “revolução verde” não foi verdadeiramente “verde”, posto que desencadeou uma dependência forçada entre agricultores e fornecedores de insumos para agricultura (GIANSANTI, 2009) e estimulou a utilização de produtos químicos no dia a dia do setor primário.

O período pós segunda guerra e a sucessão de catástrofes ambientais das décadas de 1970 e 1980 trouxeram para debate internacional a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento “a todo custo”. Passa a surgir a preocupação com o futuro do planeta e iniciam-se debates acerca da elaboração de normas que condicionassem o desenvolvimento desenfreado das economias industriais.

Sendo assim, “o que significa um desenvolvimento sustentável?” O termo “desenvolvimento sustentável” foi popularizado por meio do Relatório Brundtland, também chamado de “Nosso Futuro Comum”, elaborado na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, em 1988. Ele dispunha que esse desenvolvimento seria:

> O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 46) (GRIFOS NOSSOS)

Em um mundo bipolar e amedrontado pelos conflitos armados, o aparecimento da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) foi uma das primeiras respostas internacionais para a cooperação em torno do desenvolvimento econômico e social mundial:

> O fomento da justiça, o desenvolvimento equilibrado, o uso dos recursos internacionais para a promoção do progresso social e da melhoria da qualidade de vida dos povos em liberdade são alguns dos elementos que refletiam a consideração ética que, pelo menos em sua origem, esteve presente na visão dos representantes das 50 nações que se reuniram em São Francisco para elaborar a Carta Fundacional da Organização das Nações Unidas. (AYLLÓN, 2006, p.244) (TRADUÇÃO NOSSA)

Com o intuito de reduzir as desigualdades regionais, países desenvolvidos decidiram cooperar para o desenvolvimento do Terceiro Mundo, contribuindo então, na década de 1970, com um percentual de 1% do Produto Interno Bruto. No entanto, a história comprovou que os Estados Unidos e Grã Bretanha descumpriram este acordo, contribuindo para o insucesso desta iniciativa.

Em 1972, por meio da Conferência de Estocolmo – vista como um dos principais acordos internacionais acerca dos entraves do desenvolvimento econômico com a proteção ambiental -, conceitos como “qualidade de vida”, “igualdade”, “liberdade” e “justiça social” foram inseridos no discurso internacional e serviriam de base para discussões posteriores.

Finda a Guerra Fria, novas dinâmicas internacionais foram iniciadas e o processo de globalização começou a se disseminar pela Terra, colocando em voga na agenda internacional temas como a proteção ambiental, a difusão de tecnologias, a interdependência econômica e o ativismo de novos atores internacionais – tais como Organizações Não Governamentais e empresas transnacionais (AYLLÓN, 2006). Segundo Ayllón, nos anos noventa surgem novos conceitos e metodologias atrativas para a mediação sobre desenvolvimento e erradicação da pobreza, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Nos termos do autor:

> Os relatórios do PNUD propuseram um modelo de desenvolvimento mais inclusivo que não se reduzia a consideração da renda per capita como critério imperante. Defenderá um conceito de desenvolvimento integral,

> equilibrado, afastado da limitada visão economicista de algumas instituições financeiras multilaterais. O desenvolvimento humano do PNUD será um processo contínuo que oferecerá oportunidades para que todos, sem exceção, possam desfrutar das condições de vida digna. Para medir o desenvolvimento e para orientar a adoção de políticas públicas que possam focalizar melhor os setores sociais onde se deve concentrar a atuação dos governos, as sociedades e a cooperação internacional cria o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). (AYLLÓN, 2006, p. 247) (TRADUÇÃO NOSSA)

O índice de Desenvolvimento Humano pode ser influenciado por três variáveis: a esperança de vida, o acesso à educação e a renda *per capita*. Nos dias atuais, o Brasil encontra-se com desenvolvimento humano médio, estando em 2017 na 79ª posição entre 188 países – a classe de desenvolvimento mediano varia de 0,500 a 0,799 -. Acerca dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, influenciados pelo PNUD, destaca Echart que:

> Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e sua principal meta, a luta contra a pobreza, têm se convertido no novo paradigma que guia as políticas de desenvolvimento e, como tal, tem sido adotado por todos os atores do sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento. Porém, mais além dos avances e retrocessos que se tem registrado no cumprimento desta nova agenda, o que se apresenta como um simples catálogo de objetivos básicos tem grandes repercussões na configuração de um determinado modelo de desenvolvimento. (ECHART, 2008, p.83) (TRADUÇÃO NOSSA)

Em junho de 1992, o Rio de Janeiro sediou um dos maiores eventos sobre alterações climáticas e biodiversidade: a Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU. De grande impacto, a Rio-92 gerou 27 princípios por meio da Declaração do Rio, dentre eles o direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza; a erradicação da pobreza; a responsabilidade comum, porém diferenciada; a cooperação mútua e troca de conhecimento científico (GIANSANTI, 2009). Por meio da ECO-92, fora criada a Agenda 21, uma agenda de trabalho para a construção de uma sociedade internacional sustentável, com mecanismos de desenvolvimento e cooperação ambiental, levando em consideração as desigualdades regionais, a necessidade de erradicação da pobreza e o fortalecimento das práticas socioambientais.

Entre os objetivos e programas da Agenda 21, pode-se destacar a primazia da *cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável* (ONU, 1995, p. 13) – visando fortalecer as políticas domésticas e a cooperar para o estabelecimento de um ambiente externo colaborativo -. Nesse sentido, dispõe:

> Cabe à economia internacional oferecer um clima internacional propício à realização das metas relativas a meio ambiente e desenvolvimento, das seguintes maneiras:
> (a) Promoção do desenvolvimento sustentável por meio da liberalização do comércio;
> (b) Estabelecimento de um apoio recíproco entre comércio e meio ambiente;
> (c) Oferta de recursos financeiros suficientes aos países em desenvolvimento e iniciativas concretas diante do problema da dívida internacional;
> (d) Estímulo a políticas macroeconômicas favoráveis ao meio ambiente e ao desenvolvimento. (ONU, 1995, p. 14)

Outro objetivo de grande importância foi o combate à pobreza, com a intenção de estabelecer uma estratégia inteligente, considerando os recursos naturais de cada país, o seu sistema de produção e a sua população, conjugando-os com o direito à saúde, educação, direitos individuais e a participação popular nas políticas públicas desenvolvidas. Nesse mesmo sentido, destacou a necessidade de promoção das condições de saúde e de interação entre meio ambiente e desenvolvimento para a tomada de decisão:

> O objetivo geral é melhorar ou reestruturar o processo de tomada de decisões de modo a integrar plenamente a esse processo a consideração de questões socioeconômicas e ambientais, garantindo, ao mesmo tempo, uma medida maior de participação do público. Reconhecendo que os países irão determinar suas próprias prioridades, em conformidade com suas situações, necessidades, planos, políticas e programas nacionais preponderantes. (ONU, 1995, p. 96)

Vinte anos após a RIO-92, foi realizada a RIO+20, uma nova conferência da Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de renovar os compromissos – para os próximos 20 anos - e avaliar o progresso e as lacunas na implementação da Agenda 21. Os pontos principais da RIO+20 foram a economia verde no desenvolvimento sustentável, a solidificação da estrutura institucional sobre o desenvolvimento sustentável. e a continuação do projeto de erradicação da pobreza:

> Sob o tema economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, o desafio proposto à comunidade internacional é o de pensar um novo modelo de desenvolvimento que seja ambientalmente responsável, socialmente justo e economicamente viável. Assim, a economia verde deve ser uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável. (...)
> Sob o tema da estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável, insere-se a discussão sobre a necessidade de fortalecimento do multilateralismo como instrumento legítimo para solução dos problemas globais. Busca-se aumentar a coerência na atuação das instituições

> internacionais relacionadas aos pilares social, ambiental e econômico do desenvolvimento. (SECRETARIADO DA RIO+20, 2012, p. 12)

Sob a mesma ótica, de acordo com os princípios ambientais da prevenção e precaução, foram elaboradas: (1) a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, em 2011 – com objetivo de estabelecer um novo tratado para a redução de emissões de carbono; teve como precedente o Protocolo de Kyoto de 1997 -, criando o Fundo Climático Verde, com o intuito de distribuir US$ 100 bilhões anuais para países pobres poderem adaptar-se aos impactos climáticos; e, (2) o Acordo de Paris, em 2015 – com o objetivo de dispor novas reduções de emissão de dióxido de carbono a partir de 2020. Entre outros pontos acordados, destaca-se a necessidade de reduzir o aquecimento global, aumentar a resiliência aos impactos ambientais adversos e promover um desenvolvimento consciente em relação aos limites climáticos.

O presente estudo não possui a pretensão de elencar exaustivamente todos os marcos internacionais sobre o desenvolvimento sustentável. No entanto, seu intuito é de melhor entender a evolução internacional rumo a um desenvolvimento equilibrado e consciente, com respeito aos fatores que irão além da economia pura. Conforme já vislumbrado, esse desenvolvimento deve ser baseado não apenas no crescimento econômico, mas também na melhoria da qualidade de vida das populações, estando estritamente associado ao acesso à saúde, educação, saneamento básico, expectativa de vida, meio ambiente equilibrado, aumento das liberdades individuais e outros fatores. Foi neste viés que os Acordos e Convenções mencionados tomaram forma, priorizando sempre o impacto que a humanidade gera em seu entorno e visando mitigar os efeitos nocivos à vida das gerações futuras.

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Baseado na RIO+20, e nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), "*decidiu-se estabelecer um processo intergovernamental inclusivo e transparente que fosse aberto a todos, com vistas a elaborar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*" (UNDP, 2017). Nesse sentido, fora desenvolvida a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, que consiste em um plano de ação voltado tanto para o desenvolvimento econômico, quanto para o social e ambiental. Com 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas, a Agenda "busca fortalecer a paz universal com mais liberdade, e reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global ao desenvolvimento sustentável" (UNDP, 2017).

Conforme salienta o PNUD, a Agenda 2030 é focada em "5 P´s": pessoas, prosperidade, paz, parceiras e planeta. Sob a ótica das pessoas, visa a redução da pobreza e

da fome, com o intuito de proporcionar a todos uma vida digna, igualitária e um ambiente saudável. Já com o olhar da prosperidade, possui o objetivo de proporcionar a todos o "alcance de uma vida próspera e de plena realização pessoal" (UNDP, 2016, p.1), conciliando o progresso econômico com a proteção da natureza. Visando a paz, o objetivo é "promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência" (UNDP, 2016, p.2). Para o desenvolvimento da parceria, fora criada a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável, baseada na solidariedade – principalmente em relação aos países pobres. Por fim, com o olhar no planeta, foca no fomento de práticas de produção e gestão sustentáveis, evitando a degradação e o desrespeito ao meio ambiente. É neste sentido que a Agenda dispõe:

> Encontramo-nos num momento de enormes desafios para o desenvolvimento sustentável. Bilhões de nossos cidadãos continuam a viver na pobreza e a eles é negada uma vida digna. Há crescentes desigualdades dentro dos países e entre os países. Há enormes disparidades de oportunidades, riqueza e poder. A desigualdade de gênero continua a ser um desafio chave. O desemprego, particularmente entre os jovens, é uma grande preocupação. Ameaças globais à saúde, desastres naturais mais frequentes e intensos, conflitos em ascensão, o extremismo violento, o terrorismo e as crises humanitárias relacionadas e o deslocamento forçado de pessoas ameaçam reverter grande parte do progresso alcançado na área de desenvolvimento nas últimas décadas. O esgotamento dos recursos naturais e os impactos negativos da degradação ambiental, incluindo desertificação, secas, degradação dos solos, escassez de água doce e perda de biodiversidade aumentam e agravam a lista de desafios que a humanidade enfrenta. A mudança do clima é um dos maiores desafios do nosso tempo e seus efeitos adversos comprometem a capacidade de todos os países em alcançar o desenvolvimento sustentável. O aumento na temperatura global, a elevação do nível do mar, a acidificação dos oceanos e outros impactos da mudança do clima estão afetando seriamente as zonas costeiras e os países costeiros de baixa altitude, incluindo muitos países de menor desenvolvimento relativo e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento. A sobrevivência de muitas sociedades, bem como dos sistemas biológicos do planeta, está em risco. (UNDP, 2016, p. 4-5) (GRIFOS NOSSOS)

Especificamente, foram desenvolvidos os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável – (1) acabar com a pobreza; (2) acabar com a fome; (3) assegurar uma vida saudável e o bem-estar; (4) promover educação qualitativa e inclusiva; (5) alcançar a igualdade de gênero; (6) manejo sustentável da água e saneamento para todos; (7) acesso a energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos; (8) promover o desenvolvimento sustentável e o acesso ao pleno emprego; (9) construir infraestrutura resiliente, promover a inovação e a industrialização sustentável; (10) reduzir desigualdades regionais domésticas; (11) tornar cidades e assentamentos seguros, sustentáveis inclusivos e resilientes; (12) promover padrões de consumo sustentável; (13) combate a mudança do clima e seus impactos; (14) conservação e uso sustentável dos recursos hídricos; (15) uso

sustentável de ecossistemas terrestres; (16) promover sociedades pacíficas e inclusivas; e (17) estabelecer meios de implementação dos objetivos com respectiva parceria global. (UNDP, 2016). Conforme se pode observar, os 17 objetivos mencionados não se passam de desdobramentos dos 8 de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidos no ano 2000 por meio da Declaração do Milênio da ONU:

1. Redução da pobreza – reduzir os níveis de desnutrição e pobreza extrema;
2. Atingir o ensino básico universal – que todas as crianças tenham acesso ao ensino fundamental;
3. Igualdade entre sexos e autonomia das mulheres – igualdade no mercado de trabalho e na participação política;
4. Redução da mortalidade infantil – objetivo atrelado ao acesso à saúde e à redução da pobreza;
5. Melhorar a saúde materna – com a consequente redução de mortes de gestantes, melhoramento do atendimento em leitos de maternidade, com a diminuição de óbitos em estado puerperal;
6. Combater o HIV, a Malária e outras doenças – tem como meta universalizar o tratamento de pacientes com HIV – e demais doenças graves -, aumentando o acesso aos medicamentos e reduzindo a contaminação pela promoção de políticas públicas.
7. Garantir a sustentabilidade ambiental – possibilitando a todos o acesso à água potável, ao saneamento básico e a redução do uso de materiais contaminadores;
8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento – voltado para países desenvolvidos. Visa a contribuição financeira para países pobres, viabilizando o desenvolvimento e diminuindo as disparidades globais. Este é um dos objetivos mais polêmicos do Acordo, pois, é comprovado pela história, que muitos países de comprometem com a doação, mas reduzem os montantes ao longo do tempo.

O entrelaçamento doméstico-internacioal – um estudo sobre a gestão socioambiental do Superior Tribunal de Justiça

A adesão a um acordo internacional perde a importância dentro de um país se não for implementada no cenário doméstico. O objetivo dos acordos e tratados é estabelecer um padrão mínimo de comportamento estatal, a fim de viabilizar os bens econômicos, sociais, ambientais e humanitários. Uma vez convencionado, cabe ao país implementá-lo por meio de políticas públicas de nível nacional, estadual e local. Conforme aborda Robert Putnam (1988), existe um real entrelaçamento entre os âmbitos doméstico e internacional. Para que

haja sincronia entre eles, é preciso coordenar o "jogo de dois níveis" [2] – ou seja, internacional e doméstico -. "O que é jogado em um tabuleiro influenciará o segundo tabuleiro, por isso os decisores precisam sempre fazer os paralelos entre os dois níveis, para balancear ao máximo os benefícios e minimizar as pressões" (PUTNAM, 1988, p. 434) (TRADUÇÃO NOSSA).

Se um acordo inviável - na hipótese de ter sido ratificado pelo nível doméstico -, não for implementado por meio de políticas públicas, ele não gera efeitos domésticos e, portanto, se torna inócuo para a população local – tanto em termos sociais, quanto em termos ideológicos -. Por este motivo os tomadores de decisão precisam estar atentos tanto às pressões locais quanto às intenções internacionais (PUTNAM, 1988), visando sempre coordenar "os dois níveis de jogo" e trazendo à existência no território nacional os direitos e deveres assumidos perante a sociedade internacional.

Com o intuito de exemplificar a implementação dos acordos abordados – no tópico anterior -, será feita uma breve análise da implementação de atitudes sustentáveis no Poder Judiciário, tomando como unidade de análise o Superior Tribunal de Justiça.

Baseado nos objetivos de desenvolvimento sustentável, com a visão de implementar no âmbito interno a sustentabilidade de recursos, a gestão inteligente e a proteção ambiental, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) desenvolveu a A3P, uma Agenda Ambiental na Administração Pública. Visando o aumento de eficiência do órgão público, o programa tem como metas:

- Redução de gastos de energia;
- Diminuição da produção de rejeitos;
- Aquisição de materiais de menor impacto ao meio ambiente;
- Redução de padrões de consumo e produção no setor público.

Essas estratégias, associadas à gestão ambiental, formam a base da A3P e "promovem a sustentabilidade socioambiental na gestão pública" (MMA, [199-]). Este é um programa de adesão voluntária, podendo ser aderido por qualquer instituição pública, em todas as esferas de governo. Os gestores interessados devem assinar um Termo de Adesão que ficará em vigor por cinco anos, não prorrogáveis. Por conseguinte, o gestor de comprometerá em realizar cinco passos:

- Criar uma comissão gestora da A3P – Composta por, no mínimo, cinco membros, que deverão planejar, executar e fiscalizar as ações do programa;

[2] Segundo Puntam, o jogo de dois níveis consiste em um jogo simultâneo em dois tabuleiros. Ao mesmo tempo que o negociador deve agir no tabuleiro de nível internacional, ele deve estar atento às reverberações no tabuleiro de nível nacional. De mesmo modo, não deve o decisor agir no plano nacional sem levar em consideração as implicações que determinada política terá no âmbito internacional. É nesse sentido que se concretiza o entrelaçamento entre os dois níveis, onde ambos se influenciam ao mesmo tempo.

- Elaborar diagnóstico – deve ser feito um levantamento de dados da instituição, demonstrando sua situação socioambiental. Esta avaliação deverá ser feita de acordo com as metas da A3P e a Comissão Gestora deverá mapear os gastos com energia, água, materiais de escritório; revisar programas de licitação, com o intuito de fazê-las sustentáveis; avaliar a viabilidade física e financeira para a implementação da A3P e promover a conscientização dos funcionários acerca da importância da Agenda.
- Elaborar o Plano de Gestão Socioambiental (PGS) – "Tomando o diagnóstico como base, é hora de definir as atividades e projetos prioritários para a implantação da A3P na instituição". (MMA, [199-]). Devem ser estipuladas, de acordo com a disponibilidade financeira, ações, objetivos e metas, formulando um cronograma de execução com indicadores de implementação.
- Mobilizar e sensibilizar – A Comissão Gestora, com o uso de meios de comunicação, deve desenvolver um Plano de Sensibilização de seus funcionários, o qual deve oferecer cursos, treinamentos, material, entre outros, visando sempre a capacitação profissional consciente, com a promoção de uma postura socioambiental positiva.
- Avaliação e monitoramento – Deve ser instituído um sistema de avaliação do programa, verificando a implementação das ações, objetivos e metas; identificando as falhas e aprimorando técnicas que se mostraram infrutíferas.

O Ministério do Meio Ambiente oferece apoio técnico para a implementação do Programa, fornece acesso à Rede A3P, onde as instituições podem trocar experiências sobre suas gestões, oferece eventos de capacitação e material informativo a todas as instituições que aderirem à Agenda. Em contrapartida, solicita o envio de relatórios de monitoramento e acompanha o desenvolvimento dos cinco passos do Termo de Adesão.

Em 1999, baseado na Agenda Ambiental na Administração Pública, o Superior Tribunal de Justiça iniciou a implementação de novos padrões de sustentabilidade, sob cinco eixos:

- Gestão de resíduos;
- Licitações Sustentáveis;
- Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- Sensibilização e capacitação;
- Uso racional de recursos naturais e bens públicos.

Para a gestão de resíduos, o Tribunal incorporou as disposições do Decreto n. 5940/2006, que institui a seleção de resíduos descartáveis e destinação dos mesmos para

associações e cooperativas de catadores de material reciclável. Nesse sentido, relata a norma:

> Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:
> I - coleta seletiva solidária: coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis; e
> II - resíduos recicláveis descartados: materiais passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, rejeitados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direita e indireta.
> (...)
> Art. 5º Será constituída uma Comissão para a Coleta Seletiva Solidária, no âmbito de cada órgão e entidade da administração pública federal direita e indireta, no prazo de noventa dias, a contar da publicação deste Decreto.
> (...)
> § 2º A Comissão para a Coleta Seletiva Solidária deverá implantar e supervisionar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, bem como a sua destinação para as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme dispõe este Decreto. (BRASIL. Decreto n. 5940/2006) (GRIFOS NOSSOS)

Além da coleta seletiva, é feito o recolhimento de resíduos eletrônicos, a separação apropriada de óleo de cozinha usado, o armazenamento e repasse de cartões de PVC e são realizados eventos como a Campanha Semanas de Descarte e STJ Reutiliza, para reaproveitamento de materiais não recicláveis.

Para viabilizar licitações sustentáveis, o Tribunal analisa a necessidade de compra de materiais, pesquisa as opções disponíveis no mercado, fazendo recomendação daquelas que possuem maior sustentabilidade, analisando também a destinação de resíduos dos fornecedores em potencial. Para esta finalidade fora criada a Comissão de Licitações Sustentáveis, a qual elaborou o Guia de Licitações Sustentáveis no ano de 2015, com o objetivo de aumentar a integração entre a comissão, a Coordenadoria de Compras e Contratos e gestores de compras e contratação do STJ, obedecendo sempre aos ditames da Lei de Licitações – Lei n. 8.666/93 – e viabilizando maior transparência e sustentabilidade no processo licitatório. Nesse sentido, dispõe o Guia de Licitações Sustentáveis:

> A licitação pública sustentável é um mecanismo de gestão pública em que a sustentabilidade deve ser considerada desde a fase de planejamento orçamentário, passando pela revisão dos procedimentos, consumo consciente, execução contratual e destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação. Como definição, a licitação sustentável busca integrar critérios ambientais, sociais e econômicos em toda decisão no processo licitatório. Para avaliação desses critérios, deve ser considerada a real necessidade de aquisição do produto ou serviço (Portaria STJ n. 293 de 31 de maio de 2012, art. 5º, I a V), a disponibilidade de estudos e tecnologias sustentáveis, o ciclo de vida (Portaria n. 293, art. 6º) e descarte (Portaria n. 293, art. 8º, I a V). Assim, o planejamento é o início para o uso

> mais eficiente e responsável dos recursos públicos por meio da diminuição das externalidades negativas e análise dos ciclos de vida. (...) É uma oportunidade para as unidades revisarem seus procedimentos, necessidade e quantidade dos produtos e serviços utilizados. (STJ. Guia de Licitações Sustentáveis, p.3) (GRIFOS NOSSOS).

O planejamento é a principal ferramenta adotada pelo Tribunal, sendo prioridade para as licitações sustentáveis. É por meio dele que é analisada a real necessidade de aquisição e são controlados os padrões de produção e consumo, evitando excessos. Entre os dezesseis[3] procedimentos básicos elencados no Guia, destacam-se: (1) verificar a real necessidade de aquisição de produto ou contratação de serviço – conforme dispõe o art. 5º da Política de Sustentabilidade do STJ: "I. repensar a necessidade de consumo e os padrões de produção e consumo; II. recusar possibilidades de consumo desnecessário; III. reduzir, consumir menos, optar por produtos que ofereçam menor potencial de geração de resíduos" –; (2) verificar assistência técnica, vida útil, custos de instalação e manutenção, entre outras características de cada produto ou serviço necessário; (3) estabelecido o padrão, verificar produto similar com maior sustentabilidade; (4) perfeita identificação do produto ou serviço, a fim de indicar com precisão aos potenciais fornecedores o objeto ou serviço a ser licitado – obedecendo assim o princípio da especificidade da Lei n. 8.666/93 e tornando viável o objeto da licitação; (5) verificar a existência de estoque de materiais que possam ser reutilizados – conferir junto ao STJ Reutiliza o armazenamento dos objetos da licitação; entre outros.

No sistema de licitações sustentáveis são priorizadas as microempresas e empresas de pequeno porte – para bens de consumo até o valor de R$ 80.000,00[4] -, bem como são estipuladas "compras compartilhadas sustentáveis", ou seja, a aquisição em conjunto por diferentes setores ou unidades dentro da mesma organização pública, visando diminuir o impacto ambiental e aumentar a eficiência econômica dos contratos. Esta aquisição visa:

> - Economia de esforços através da redução de processos repetitivos;
> - Redução de custos por meio da compra concentrada com maiores volumes (ganho de escala);
> - Melhor planejamento das necessidades (contratações periódicas);
> - Padronização de equipamentos e soluções – facilidade de manutenção e uso. (STJ. Guia de Licitações Sustentáveis, p.12)

A fim de tornar viável a licitação sustentável, reconhece o Tribunal que é preciso adotar os critérios de sustentabilidade de maneira gradual, de acordo com a resposta do

[3] Para aprofundar os dezesseis procedimentos básicos do Guia de Licitações Sustentáveis, acessar a sessão de Gestão Ambiental do Superior Tribunal de Justiça em: www.stj.jus.br .

[4] De acordo com a Lei n. 8.666/93, o valor de R$80.000,00 para aquisição de produtos ou realização de serviços – exceto para obras e serviços de engenharia - somente será realizado na modalidade de convite ou por pregão eletrônico.

mercado e com a disponibilidade orçamentária da entidade. Nesse sentido alega que a "aquisição de produtos mais sustentáveis deve ocorrer à medida que o mercado evolui e é capaz de ofertar garantia de qualidade e quantidade suficiente para atender à demanda, sem o risco de entraves no procedimento licitatório" (STJ. Guia de Licitações Sustentáveis, p. 23). Por fim, o Guia estabelece sugestões de critérios de sustentabilidade às especificações de alguns materiais, tais como papéis, porta-objetos, materiais de limpeza, gêneros alimentícios, entre outros.

Cumpre destacar que o Superior Tribunal de Justiça, por ser uma instituição de âmbito federal, também deve obedecer aos princípios estabelecidos pelos Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS), criados pelo Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 – o qual regulamenta o art. 3º da Lei 8.666/93[5] -. Dispõe o decreto das seguintes diretrizes:

> Art. 4o São diretrizes de sustentabilidade, entre outras: I - menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; II - preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; IV - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e VII - origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras. (BRASIL. Decreto n. 7.746/2012) (GRIFOS NOSSOS)

O instrumento convocatório da licitação, ao descrever o objeto a ser adquirido ou o serviço a ser prestado, deve incluir na especificação técnica os critérios de sustentabilidade. A empresa interessada, ao se cadastrar, poderá demonstrar certificado pertinente aos requisitos licitatórios, emitido por instituição de pública ou credenciada. Também poderá ser exigido que o vencedor da licitação adote práticas sustentáveis na execução das prestações convencionadas.

Com o intuito de aumentar a qualidade de vida dos servidores no seu ambiente de trabalho, o Tribunal realiza diversas atividades, tais como a Feira Orgânica e o STJ Solidário – ações de voluntariado e capacitação de terceirizados -, onde são desenvolvidos cursos de educação a distância e de inclusão digital.

O objetivo de sensibilização e capacitação, o STJ desenvolve eventos temáticos sobre sustentabilidade e educação socioambiental, de modo a incentivar o uso consciente dos recursos, a coleta de materiais e a participação dos servidores nas práticas sustentáveis.

[5] O art. 3º da Lei 8.666/93 dispõe que: "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação aos instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos". (BRASIL, Lei n. 8.666, de 21 de julho de 1993).

Nos anos de 2014 e 2015 foram realizados Seminários de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário, os quais elaboraram a minuta da Resolução CNJ n. 201/2015[6].

O uso racional de recursos naturais e bens públicos é promovido por meio da Campanha de Consumo Consciente, que tem como objetivo promover um consumo racional, evitando excessos e diminuindo os gastos públicos com materiais dispensáveis. Nesse sentido, são aliados três eixos importantes da agenda sustentável: a racionalização do consumo, a diminuição do desperdício de materiais e a redução de gastos:

> A campanha, realizada em conjunto com a virtualização dos processos e com o outsourcing de impressoras, resultou numa economia de mais de R$ 6 milhões de reais em apenas dois anos de realização e ganhou o primeiro lugar do 5º Prêmio Melhores Práticas de Sustentabilidade da A3P, na categoria "Inovação na gestão pública", do Ministério do Meio Ambiente. (STJ. Gestão Socioambiental, [200-]).

Diante das atitudes implementadas pelo Superior Tribunal de Justiça nota-se a possibilidade de materializar e institucionalizar no setor público a sustentabilidade e a proteção ao meio ambiente. Por meio de atitudes pontuais e graduais o Tribunal tem evitado o desperdício de matéria-prima e conquistado eficiência administrativa, diminuindo os gastos públicos, sendo um exemplo de sustentabilidade possível a ser seguido não somente no Poder Judiciário, mas em toda a administração pública brasileira.

Conclusão

O presente estudo teve como finalidade analisar os conceitos acerca do desenvolvimento sob a ótica do desenvolvimento sustentável. Enquanto para alguns autores o desenvolvimento significa o "bem viver", para outros, este somente seria alcançado por lutas de classe. No entanto, a visão preponderante nos dias atuais é de que é possível alcançar um desenvolvimento sustentável, onde o avanço econômico se alia ao respeito à natureza e aos direitos humanos.

Nesse sentido, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), são consolidados os contornos da Agenda Sustentável, os quais, para produzirem efeitos devem ser implementados pelos países que os aderiram. É

[6] A Resolução n. 201/2015 do CNJ aborda sobre a criação das unidades ou núcleos socioambientais no Poder Judiciário e suas competências, bem como estabelece indicadores mínimos para os Planos de logística sustentável. Para maiores informações, acessar: http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2795.

neste sentido que se faz importante o entendimento do alinhamento entre os planos doméstico e internacional.

Com vistas à implementação dos ODM e ODS e em consonância com a ECO-92, a Agenda 21, a RIO+20 e o Acordo de Paris, o Ministério do Meio Ambiente desenvolveu inúmeras políticas públicas ambientais, dentre elas a Agenda A3P, que foi aderida pelo Superior Tribunal de Justiça, por meio de seu sistema de gestão socioambiental.

Por fim, foram analisadas as ações implementadas pelo Tribunal para - em consonância com os objetivos internacionais -, adotar uma política de consumo sustentável, com racionalização de materiais, redução de consumo e gastos e conscientização de seus servidores acerca da importância e necessidade de adoção de práticas sustentáveis, demonstrando que é possível a implementação dos ideais de sustentabilidade por meio de políticas públicas de gestão inteligente dos recursos materiais e orçamentários, alinhando-os por meio de atitudes setoriais estruturadas.

Artigo recebido em 11 jul. 2017
Artigo aprovado para publicação em 10 out. 2017

Referências

AYLLÓN, Bruno: *"América Latina en el Sistema Internacional de Cooperación para el Desarrollo"*, In SOTILLO, J. Á. e AYLLÓN B. (ed.): *América Latina en construcción. Sociedad, Política, Economía y Relaciones Internacionales*. IUDC-UCM / LOS LIBROS DE LA CATARATA, Madrid, 2006, pp. 242-291

ARENAL, C. *"La nueva sociedad mundial y las nuevas realidades internacionales: Un reto para la teoría y para la política"*, en Cursos de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales de Vitoria-Gasteiz, Ed. Universidad del País Vasco. 2001.

BARBÉ, E. (2003): *Relaciones internacionales.* Tecnos. Madrid. (Cap. III. La sociedade internacional).

BRASIL. Decreto n. 5940 de 25 de outubro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm . Acesso em 19.06.17.

BRASIL. Decreto n. 7.746/2012. Disponivel em: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/Decreto%207746%20_%20Sustentabilidade.pdf. Acesso em 19.06.17

BRASIL. Instrução Normativa n. 10, de 12 de novembro de 2012. Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/141112_IN10.pdf. Acesso em 19.06.17.

BRASIL. Lei n. 8.666, de 21 de julho de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm. Acesso em 23.06.17.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *A3P*. Disponível em: http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p. Acesso em 19.06.17.

_____ *Passo a passo para implantar a A3P.* Disponível em: http://www.mma.gov.br/legislacao/item/9167#5--passo. Acesso em 19.06.17

_____. *Planos de gestão de logística sustentável.* Disponível em: http://www.mma.gov.br/destaques/item/8975-planos-de-gest%C3%A3o-de-log%C3%ADstica-sustent%C3%A1vel . Acesso em 19.06.17

BRASIL. Resolução CNJ n. 201, de 03 de março de 2015. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2795 . Acesso em 23.06.17.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

ECHART MUÑOZ, Enara (2017). *"Relações Internacionais",* em ECHART, E. e BATISTA, C. (Org): Teoria e Prática da Política, Editora Appris. p.317-340

ESCOBAR, Arturo. "*Imagining a post-development era: Critical Thought, social movementes and development".* Social Text nº 31/32, Special Issue on Third World and Post-colonial issues, Duque University Press: 1992, p. 20-56.

GIANSANTI, Roberto. *O desafio do desenvolvimento sustentável*. 6ª ed. São Paulo: Atual, 2009.

HERZ, M.. *Contribuições teóricas para o estudo das organizações internacionais. In* HERZ, Mônica e HOFFMAN, Andrea. *Organizações Internacionais: Histórias e Práticas*. Rio de Janeiro: Campus. 2004.

KEOHANE, Robert O. e NYE, Joseph. *Realism and Complex Interdependence*. In: LECHNER, Frank J. e BOLI, John, *The Globalization Reader*. Oxford (UK): Blackwell, 2000, pp. 77-83.

ONU. Agenda 21. Disponível em: http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf. Acesso em 13.06.17.

PUTNAM, R. Diplomacy and Domestic Politics. The Logic of Two-Level Games. In: International Organization, 42, 1988, pp. 427-460.

RAMÍREZ, René G. *La vida (buena) como riqueza de los pueblos. Hacia una socioecología política del tiempo*, 1ª ed. Quito: Editorial IAEN, 2012.

RIO+20. *Como chegamos até aqui.* Disponível em: http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20/rio-20-como-chegamos-ate-aqui/at_download/rio-20-como-chegamos-ate-aqui.pdf. Acesso em 13.06.17

_____. *The future we want*. Disponível em: http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/at_download/the-future-we-want.pdf. Acesso em 13.06.17.

SECRETARIA NACIONAL DE PLANIFICACIÓN Y DESARROLLO. *Los nuevos retos de América Latina. Socialismo y sumak kawsay.* 1ª ed. Quito: SENPLADES, 2010.

SEN, Amartya. *Desarrollo y libertad.* Editorial Planeta, Madrid. Prólogo e Introducción, 2000, pp. 15-28. Disponível em: http://odh.pnud.org.do/sites/odh.onu.org.do/files/IntroducciF3n.20Desarrollo20y20Libertad.20Amartya20Sen..pdf. Acesso em 12.06.17.

SIMMON, B. A. & MARTIN L. L. *International Organizations and Institutions.* In: Walter Carlsnaes, Thomas Risse e Beth Simmons (orgs.), *Handbook of International Relations*, Londres: SAGE, 2001, pp. 192-211.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. *III Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário*. Disponível em: http://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/102965. Acesso em 20.06.17.

_____. *Guia de Licitações Sustentáveis*. Disponível em: http://www.stj.jus.br/static_files/STJ/Midias/arquivos/socioambiental/GuiaPr%C3%A1tico_VERS%C3%83OFINAL_Licita%C3%A7%C3%B5esSustent%C3%A1veis_STJ.pdf. Acesso em 19.06.17.

_____. *Gestão Socioambiental.* Disponível em: http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Institucional/Gest%C3%A3o-Socioambiental/STJ-Ambiental. Acesso em 19.06.17.

_____. *Plano de Logística Sustentável STJ.* Disponível em: http://www.stj.jus.br/static_files/STJ/Midias/arquivos/TABELASPLS.pdf. Acesso em 20.06.17.

SVAMPA, Maristella. "*La disputa por el desarrollo: territorio, movimientos de carácter socioambiental y discursos dominantes*". En SVAMPA, M.. *Cambio de época. Movimientos sociales y poder político*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

UNDP. *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.* Disponível em: http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf . Acesso em 14.06.17.

_____. *Os objetivos de desenvolvimento sustentável. Dos ODM aos ODS*. Disponível em: http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015.html. Acesso em 14.06.17.

UNFCCC. *Adoption of the Paris Agreement*. 2015. Disponível em: http://unfccc.int/resource/docs/2015/cop21/eng/l09r01.pdf. Acesso em 14.06.17.

_____. *Paris Agreement.* Disponível em: http://unfccc.int/paris_agreement/items/9485.php . Acesso em 14.06.17.

Desafios e estratégias na criação do Memorial Cardeal Dom Lucas Moreira Neves (2003 – 2013)

Vandelir Camilo Mário[1]

Challenges and strategies in creation of Memorial Cardinal Dom Lucas Moreira Neves (2003 – 2013)

http:/dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.70535

[1]Mestre em História, Politica, Bens Culturais (CPDOC/FGV-RJ). Atua como músico Corista no Theatro Municipal do Rio de Janeiro. Email: vrneves@yahoo.com.br.

Resumo:

O artigo tem como objeto o Memorial Cardeal Dom Lucas Moreira Neves, instituição de memória localizada em São João del Rei no estado de Minas Gerais, e composta por um museu, uma biblioteca e um arquivo pessoal. Dom Lucas Moreira Neves foi um frade dominicano, bispo auxiliar de São Paulo, além de arcebispo, cardeal e Primaz do País entre 1987 e 1998. Trata-se de um estudo de caso que buscou identificar as condições sociais, políticas e econômicas que viabilizam o empreendimento. Especial atenção é dada ao acervo –museológico, bibliográfico e arquivístico– depositado no Memorial, visando compreender o papel que desempenham na construção da imagem de dom Lucas Moreira Neves, bem como as iniciativas de cunho memorialista que vêm sendo empreendidas pela instituição.

Palavras-chave: Dom Lucas Moreira Neves, lugar de memória, legado; coleções, Igreja Católica.

Abstract:

The article aims at Memorial Cardinal Lucas Moreira Neves, memory institution located in São João del Rei in the state of Minas Gerais, and composed of a museum, a library and a personal archive. Archbishop Lucas Moreira Neves was a Dominican friar, auxiliary bishop of São Paulo, as well as archbishop, cardinal and Primate of the Country from 1987 to 1998. This case study sought to identify the social, political and economic conditions that development. Special attention is given to the collection - museum, bibliographical and archival - deposited in the Memorial, aiming to understand the role they play in the construction of the image of Dom Lucas Moreira Neves, as well as the memorialist initiatives that have been undertaken by the institution.

Keywords: Dom Lucas Moreira Neves, place of memory, legacy, collections, Catholic Church.

Introdução

O presente artigo busca analisar a criação do Memorial Cardeal Dom Lucas Moreira Neves, localizado em São João del-Rei, no estado de Minas Gerais. Buscando problematizar a história, as características e as estratégias de legitimação do Memorial, tomaremos por base a categoria "lugar de memória" do historiador Pierre Nora (1993).

Entende-se por lugar de memória os locais investidos de um desejo de memória e que agregam as dimensões material, funcional e simbólica. Lugar de memória é uma categoria que serve para designar diferentes objetos abstratos (comemorações, homenagens, elogios fúnebres) ou concretos (um monumento, uma praça, uma estátua, uma pintura, um museu, um memorial). Nessa perspectiva, lugar de memória é toda unicidade que, através da vontade dos homens, e do tempo, foi transformado em legado memorial de qualquer comunidade.

O Memorial Cardeal Dom Lucas Moreira Neves é formado por um museu, pela biblioteca e pelo arquivo pessoal do cardeal. O museu reúne os artefatos que pertenceram a dom Lucas (cruzes, paramentos, mitras e medalhas), a biblioteca contém diversas obras raras de cunho religioso, e o arquivo guarda todos os documentos pessoais de dom Lucas, tais como missivas, jornais, requerimentos, convites e fotografias. Desde a criação do Memorial Dom Lucas pelos familiares do cardeal a narrativa institucional busca exaltar a biblioteca e os objetos pessoais de dom Lucas que ocupam lugar de destaque nesta instituição: os livros evocam a erudição do titular, e os objetos remetem à alta hierarquia da Igreja à qual pertenceu. Contudo, o arquivo permanece ainda hoje sem tratamento arquivístico e é silenciado pela diretoria da instituição Memorial Dom Lucas.

A pesquisa de campo buscou analisar diferentes fontes, tais quais, documentos internos do Memorial, escritura, jornais da cidade e depoimentos do cardeal. O texto pretende caminhar apresentando aspectos da trajetória desse personagem e, a partir daí, discutiremos situações relacionadas às estratégias de memória de lugares caracterizados como Memorial e o papel que desempenham na construção da memória de dom Lucas.

Dom Lucas Moreira Neves[1] foi um cardeal brasileiro nascido na cidade de São João del-Rei, em Minas Gerais, em 1925 e falecido em Roma em setembro de 2002. Figura emblemática na Igreja Católica formou-se pela Escola Dominicana dos Frades Pregadores do estado de São Paulo, no Convento Santo Alberto Magno, e, em seguida, concluiu seus estudos teológicos em Saint-Maximin, na França, onde se tornou frade em 1950. De volta ao Brasil, deu início a uma atividade combinada entre trabalhos intelectuais e ações pastorais em diferentes setores da sociedade que marcariam sua trajetória. Entre os anos de 1950 e 1960 foi professor na Escola de Teatro Ação Social da Arquidiocese do Rio de Janeiro, mantendo contato com Bárbara Heliodora, Muniz Freire e Maria Clara Machado. Atuou como vice-presidente do Movimento Familiar Cristão (MFC), iniciando contato com líderes

[1] O nome de registro civil era Luiz Moreira Neves, somente após o noviciado na ordem dominicana em 1944 é que houve a troca de nome para Lucas em homenagem ao evangelista São Lucas (NEVES, VAYNE, 2006).

religiosos nos países da América Latina. Nessa época, dirigiu a então prestigiosa revista Mensageiro do Santo Rosário, dos Frades dominicanos[2].

Em 1967, foi designado bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo, então administrada pelo cardeal dom Agnelo Rossi e, confirmado no período de 1970 a 1974, auxiliar do cardeal dom Paulo Evaristo Arns. Nesse período, tornou-se porta-voz da CNBB e, assim, falava em nome de todo episcopado brasileiro (SERBIN, 2001, p.350). A partir de 1974, foi transferido para o Vaticano como vice-presidente do Conselho para os Leigos, órgão recém-criado pelo Papa Paulo VI, iniciando ali uma longa amizade com o cardeal polonês Karol Wojtyla, futuro Papa João Paulo II. Em 1978, a pedido do então Papa João Paulo II, acumulou as funções de secretário do Colégio dos Cardeais e de secretário da Congregação dos Bispos[3], cabendo a ele importante poder de influência nos pareceres finais na escolha dos bispos da Igreja Católica. Em setembro de 1987, foi transferido para o Brasil como arcebispo e Primaz do País e passou a residir em Salvador, Bahia[4]. Por essa época, provocou polêmicas com grupos oriundos de religiões afro-brasileiras e ainda travou embate com diferentes setores dos meios sociais, políticos e de comunicação. No mesmo período, foi eleito presidente da CNBB e selecionado para a Academia Brasileira de Letras e para a de Filosofia[5].

No primeiro semestre de 1998, retornou a Roma, assumindo um dos cinco cargos mais importantes da hierarquia da Igreja Católica: a presidência da Congregação dos Bispos e da Pontifícia Comissão para a América Latina[6]. Além disso, tornou-se um dos cardeais bispos da Igreja, como titular da diocese suburbicária de Sabina-Poggio Mirteto[7]. Até que, em setembro de 2000, renunciou a todos os cargos por motivos de saúde. Dom Lucas faleceu em Roma, em setembro de 2002, aos 77 anos[8]. Seus funerais foram realizados na Basílica de São Pedro e contaram com a presença de diferentes autoridades – as exéquias foram celebradas por João Paulo II e concelebradas pelo cardeal Joseph Ratzinger, futuro Papa Bento XVI. Após a transferência de seus restos mortais para o Brasil, suas exéquias receberam honras de chefe de estado e seu corpo foi sepultado na Catedral Basílica de Salvador, na Bahia, em celebração que contou com a participação de todos os cardeais brasileiros, além de diferentes políticos. Ao longo de sua trajetória, diversas autoridades e órgãos da imprensa conjecturavam sobre a possibilidade de o cardeal tornar-se um substituto de João Paulo II,

[2] O nome de registro civil era Luiz Moreira Neves, somente após o noviciado na ordem dominicana em 1944 é que houve a troca de nome para Lucas em homenagem ao evangelista São Lucas (NEVES, VAYNE, 2006).

[3] A Congregação dos Bispos é um organismo da Cúria Romana responsável pela criação de dioceses, prelazias territoriais e pessoais, ordinariatos militares (forças armadas, policiais militares e corpo de bombeiros) e outras formas de igrejas particulares locais. Acompanha a nomeação de todos os bispos e o exercício de suas atividades episcopais em toda Igreja de rito latino.

[4] Em entrevista a François Vayne, dom Lucas afirma não saber se sua indicação para ocupar o cargo de primaz do Brasil após a morte de dom Avelar Brandão, em 1987, foi um desejo pessoal de João Paulo II ou uma indicação de seu superior e amigo pessoal, o cardeal Bernadin Gantin, do Benin e então presidente da Congregação dos Bispos (NEVES; VAYNE, 2003, p. 50).

[5] Fonte: http://www.academia.org.br/academicos/lucas-moreira-neves-dom/biografia.

[6] A Pontifícia Comissão para a America Latina é um organismo da Cúria Romana que tem por função promover estudos doutrinais e pastorais relativos ao desenvolvimento da Igreja na América Latina.

[7] As igrejas suburbicarias de Roma são dioceses cardinalícias localizadas em torno de Roma: 1) Óstia; 2) Porto-Santa Rufina; 3)Albano; 4) Frascati; 5)Palestrina; 6) Sabina-Poggio-Mirteto; 7) Velletri-Segni.

[8] Fonte: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0909200202.htm

tendo seu nome configurado nas listas de um *papabile*[9] latino-americano.[10]

Não pretendemos realizar aqui um esboço biográfico sobre esse personagem e nem qualquer análise sobre fatos de sua trajetória. Nosso intuito é, primeiramente, localizar o leitor sobre quem foi esse religioso e, em seguida, apresentar os desafios, as estratégias e as demandas que ocorrem na criação de um "memorial" centrado na figura de um homem público como dom Lucas. Para isso, pretendo chamar atenção para a imagem que se estabelece desse personagem na monumentalização de um lugar para sua memória. Nesse sentido, a narrativa busca estabelecer os atributos de jornalista, intelectual e religioso conjecturado a assumir a cátedra de Roma. Nesse revolutear, é necessário mencionar a atuação social e política do religioso desde pelo menos 1967. Entre 1970 e 1974 Lucas participou, ao lado de outros bispos e cardeais brasileiros, da Comissão Bipartite[11], cuja função era manter a comunicação do episcopado com comandantes militares e emitir notas oficiais em nome da comissão. A comissão funcionou até o rompimento dos religiosos com os militares, após ataques a integrantes da Juventude Estudantil Católica (JEC), da Juventude Operária Católica (JOC) e à sede do Instituto Brasileiro de Apoio ao Desenvolvimento (Ibrades). Nessa ocasião, foi fundamental a atuação de dom Lucas na mesma comissão em relação ao desparecimento, tortura e morte do estudante Alexandre Vanucci, em 1974 (SERBIN, 2001, p.402).

Uma breve apresentação torna-se necessária para registrar as atividades e a atuação do cardeal. No período em que atuou como Primaz do Brasil, dom Lucas foi colunista dos principais jornais brasileiros. Além disso, foi importante agente na criação da primeira rede católica de televisão brasileira, a Rede Vida.[12]

Na trajetória desse cardeal, diferentes personas se alternam e se acrescentam. Sem sombra de dúvida há prevalência do homem religioso na figura de dom Lucas. Para isso, utiliza-se uma narrativa hagiográfica que justifica sua existência, é a imagem do homem incondicionalmente nascido para a vida religiosa católica. No mais, estabelece-se a ideia do homem ligado diretamente à Cúria Romana, ou seja, o homem da confiança do Papa João Paulo II.

Se por um lado Dom Lucas tinha uma "soberana indiferença por rótulos" (NEVES; VAYNE, 2006, p. X), por outro, o cardeal inventou seu próprio rótulo: o de um homem predestinado à vida consagrada, com capacidades intelectuais que o permitiam circular por diferentes ambientes do poder eclesiástico e social. Dessa forma, podemos observar que essa auto representação em dom Lucas tem mais de invenção, constituindo-se em uma interpretação com efeitos no domínio público e privado (HEYMANN, 2005, p.46).

---

[9]Papabile é como se denominam os Cardeais favoritos para a sucessão papal, segundo a imprensa e os vaticanistas. Um ditado romano diz que quem entra num conclave como papabile sai como Cardeal.

[10] Fonte: http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dom-lucas-ainda-era-cotado-para-ser-papa,20020908p53813.

[11]Comissão secreta, montada no período militar, formada por membros da alta hierarquia da Igreja Católica e das Forças Armadas. Funcionou de 1970 a 1974, com o objetivo de manter um diálogo da Igreja com o alto comando militar, representado pelo general Antônio Carlos Muricy, chefe do Estado - Maior (SERBIN, 2001, p. 21).

[12] Fonte: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-moreira-neves.

Destarte, acompanhando a divisão adotada pela própria instituição em seu espaço físico, a biblioteca, o museu e o arquivo merecerão, cada um deles, um item específico. A biblioteca do Cardeal ocupa lugar de destaque não só no espaço físico da sede, como também no discurso institucional. O museu também tem destaque, sendo responsável por produzir a conexão do visitante com a religiosidade e a sacralidade representada pelos objetos religiosos relativos aos altos dignitários da Igreja. O arquivo pessoal, classificado em 136 caixas de arquivo poliéster, é claramente silenciado pela instituição, encontrando-se, ainda hoje, sem tratamento arquivístico e inacessível à consulta. Para isso foi realizado levantamento documental do acervo material que compõe a memória material do Memorial. Além disso, foi fundamental, um diálogo com as entrevistas concedida pelos instituidores desse lugar, associada às declarações do cardeal em sua história de vida publicada no Brasil, em 2006.

No mais, pretendo problematizar sinteticamente a categoria "memorial" e a literatura relativa a lugares de memória denominados como Memorial.

Memoriais no Brasil: lugares de honra e glória?

O fato de estar diante de um lugar de memória designado como "Memorial" Dom Lucas me levou a problematizar essa categoria neste artigo. Embora o espaço consagrado à memória de dom Lucas não tenha recebido essa designação com base em qualquer discussão teórica, entendo que seja relevante buscar referências que possam ajudar a qualificar lugares de memória assim designados. Para isso foi realizado levantamento bibliográfico que abordasse instituições de memória caracterizadas como "memorial". É parca a literatura nacional que busque analisar essa categoria, cabendo muitas vezes aos museólogos e historiadores essa tarefa.

A literatura internacional vem buscando problematizar a categoria "memorial" analisando o discurso, os agentes, as demandas que cercam a institucionalização de ''memoriais" na atualidade. Para Erika Doss (2012), o surgimento desenfreado de instituições categorizadas como "memorial" pode ser entendido como uma "mania memorial": "These memorials unders core our obsession with issues of memory and history, and the urgent desire to express– and claim– those issues in visibly public contexts"[13] (DOSS, 2012, p. 7). Segundo Paul Williams (2008), pesquisador norte-americano que analisou diferentes memoriais em diversos países, em especial os memoriais voltados para temas como o Holocausto e a guerra,"more Memorials were opened in the last years than in the last hundred years"[14].Nesse sentido, Williams busca estabelecer uma definição para esses "memoriais" afirmando que esses lugares servem "to identify mass suffering of some kind"[15] (WILLIAMS, 2007, p. 8).

[13] "Esses memoriais sublinham a nossa obsessão com as questões da memória e da história, e o desejo urgente de expressar e afirmar essas questões em contextos visivelmente públicos" (tradução nossa).
[14] "Mais memoriais foram abertos nos últimos dez anos do que nos últimos cem anos" (tradução nossa).
[15] "Para identificar sofrimento em massa de algum tipo" (tradução nossa).

Dessa forma, a afirmação de Wiliiams não difere muito da definição estabelecida pelo International Council of Museums (ICOM) em 2001. Em sessão formada por representantes de diversos países, o ICOM estabeleceu de forma categórica o que é um memorial, partindo do pressuposto de que memoriais são instituições criadas para homenagear vítimas do Estado e que têm por objetivo se instituírem em nome de crimes ideologicamente motivados. Além disso, para esse órgão, os "memoriais" estão localizados frequentemente nos sítios históricos originais ou em locais escolhidos por sobreviventes de tais crimes para efeitos de comemoração, e procuram transmitir informações sobre eventos históricos, de modo a manter uma perspectiva histórica e, ao mesmo tempo, estabelecer fortes ligações com o presente (ICOM, 2001).

Segundo o *Guia Brasileiro de Museus* de 2011, o Brasil contava, naquele ano, com 101 memoriais espalhados por todo o país. Em sua maior parte, instituídos para a exaltação de memória de homens públicos, sobretudo políticos e juristas, mas também religiosos e intelectuais, ou seja, a elite sempre erigiu lugares para sua memória (HEYMANN, 2011, p.78).

Nesse sentido, ao observamos esses projetos memoriais brasileiros, estamos de fato diante de lugares que buscam, primordialmente, servir de honra e glória a determinadas trajetórias da história nacional.

Por essa chave, não podemos reconhecer os memoriais brasileiros como lugares exclusivos de sofrimento ou de luto, como afirma Williams (2007), e menos ainda entendê-los como lugares de vítimas de crimes de Estado, como estabelece o ICOM (2001). Entendemos que existem memoriais, especialmente no Brasil, voltados para acontecimentos triunfais, para comemorar vitórias ou para a exaltação de trajetórias consideradas exemplares e dignas de serem lembradas.

James Young (1993, p. 3) nos pode ser útil quando propõe que os memoriais podem ser "just as memorials have marked past victories"[16]. Young propõe que esses "memoriais" podem ser entendidos como estratégias de memória que possibilitem a criação de uma identidade local e a permanência de uma ausência, constantemente fomentando a renovação e a atualização.

Ao observarmos os memoriais em funcionamento no Brasil, porém, constatamos que eles apresentam, em sua maior parte, os mesmos sentidos propostos pelo Memorial Dom Lucas. Vale dizer, assim, que os nossos memoriais, em geral, não são voltados para memórias dolorosas, para sobreviventes de crimes, ditaduras ou até mesmo para questões relativas à diáspora africana, ou seja, não memorializam as vítimas de crimes do Estado.[17]

[16] "Somente para marcar um passado vitorioso" (tradução nossa).

[17] São poucas as instituições memoriais instituídas em homenagem às vítimas de Estado no País. Entre elas, encontra-se o Memorial dos Pretos Novos, órgão do Instituto de Pesquisa e Memória dos Pretos Novos (IPN), cujo objetivo é refletir sobre a escravidão no Brasil. Instalado na área portuária da cidade do Rio de Janeiro, o Memorial é um sitio arqueológico oriundo de um cemitério de escravos que ali funcionou entre os séculos XVIII e XIX. Após trabalhos de historiadores e arqueólogos foram localizados ossadas e outros artefatos. Já o Memorial da Resistência de São Paulo é uma instituição dedicada à preservação e à musealização da memória da resistência e da repressão política no Brasil de 1889 à atualidade

O Memorial cardeal dom Lucas Moreira Neves

Em setembro de 2000, após tornar-se emérito aos cargos no Vaticano, dom Lucas, com auxílio dos irmãos, inicia as primeiras tratativas de criar um memorial com seu nome para abrigar seus livros e objetos após a sua morte – medida tomada estrategicamente no processo de monumentalização de sua memória, justificada como preservação e divulgação de sua trajetória, assumindo os sentidos de legado do religioso e reunidos sob a marca de "patrimônio cultural de Dom Lucas"[18].

Dessa forma, a memória do cardeal foi institucionalizada em 7 de maio de 2003, oito meses após a sua morte, mediante a assinatura da escritura que dispunha sobre a criação da Fundação Memorial Dom Lucas pelas irmãs do Cardeal e por representantes da Igreja Católica local. Consta na escritura, entre outras informações, que a Fundação tem fins "religiosos e culturais" e que seu patrimônio é formado por uma biblioteca e uma pinacoteca. [19]

Todos os objetos e obras de arte que pertenceram ao cardeal (quadros, ampolas, crucifixos e mitras etc.) estão listados. É interessante notar que o documento não menciona o arquivo pessoal de Dom Lucas, que recebeu, em 2015, o título de "arquivo pessoal de interesse público e social" do Arquivo Nacional.[20] Dessa forma, entenderemos esses serem os principais desafios da instituição sobre os usos e acessos a memória matéria do cardeal.

Além disso, o Memorial recorre anualmente na realização de uma "Semana Cultural Dom Lucas", realizada no mês de setembro. E em parcerias com a ABL para o lançamento de obras póstumas de dom Lucas.[21] Nesse sentido, entenderemos essas medidas como estratégias de memória, ou seja, medidas que buscam, além de criar uma identidade, e manter a memória do titular presente e atualizada, são eventos que visam evocar e materializar lembrança e podem ser associados a estratégias de rememoração.

Para a consolidação dessas medidas, a função dos herdeiros é fundamental por ser ele o agente responsável por atualizar lembranças, organizar acervos e assumir a narrativa e os ressignificados dessa trajetória, para isso investindo em estratégias, tais como as homenagens póstumas, comemorações e eventos que possibilitem atualizar a história de vida desse prelado.

Para Ângela Gomes (1996), os herdeiros da memória são aqueles que colecionam e narram a história do grupo a que pertence. O herdeiro guarda/possui "marcas" do passado sobre o qual se remete, tanto porque se torna um ponto de convergência de histórias vividas

---

(Cf. <http://www.museusdorio.com.br/joomla/index.php?option=com_k2&view=item&id=83:memorial-dos-pretos-novos> e <www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/default.aspx?mn=4&c=83&s=0>).

[18] Folder Institucional Memorial Cardeal Dom Lucas Moreira Neves, São João del Rei, 2003.

[19] Escritura Constituição do Memorial Cardeal Dom Lucas Moreia Neves, São João del Rei, maio de 2003.

[20] Ibid.

[21] Disponível em: http://diocesedesaojoaodelrei.com.br/memorial-dom-lucas-promove-8a-semana-cultural-em-sjdr/.

por muitos outros grupos (vivos e mortos), quanto porque é o "colecionador" dos objetos materiais que encerram aquela memória (GOMES, 1996, p. 7). Nesse caso, a herdeira desta memória foi a irmã do cardeal, figura que exerceu forte papel político e social na cidade de São João del-Rei. Ela foi a responsável pela compra do imóvel-sede, pela classificação de todo acervo e ainda possuía a capacidade de envolver diferentes agentes no empreendimento, como familiares, conterrâneos e a diocese local.

Para isso, ela buscou divulgar quase todos os objetos do acervo para o público, havendo uma maior recorrência aos objetos de cunho religioso, que reiteram a autoridade religiosa, como os símbolos episcopais e cardinalícios – mitras, crucifixos, peitoral, anéis episcopais, solidéus – usados somente pelos altos dignitários da Igreja. Nesse sentido, "estas coleções são [...]formadas por objetos homogêneos sob certo aspecto: eles participam do intercâmbio que une o mundo visível e o invisível" (POMIAN, 1984, p. 66). Conforme afirma a irmã do cardeal nos dez anos de funcionamento do Memorial em entrevista "não podíamos ficar com todo esse material em nossa casa, então decidimos comprar o imóvel e fazer o memorial.[22]

A biblioteca do cardeal dom Lucas

A biblioteca é formada por aproximadamente 10 mil livros[23], dos quais 70% são obras de cunho religioso.[24] A questão da quantidade total de livros dessa biblioteca foi controversa.[25] A escritura do Memorial, datada de maio de 2003, indica aproximadamente 20 mil livros. Em setembro de 2004, após a inauguração, a instituição informava, em material de divulgação, que a biblioteca do Memorial reunia 40 mil livros.[26] E esse número não parava de crescer. Na entrevista concedida em 2013, por ocasião da comemoração dos dez anos de funcionamento da instituição, irmã do cardeal, informou, de forma categórica, haver no memorial "uma biblioteca com 50 mil títulos em vários idiomas. Dom Lucas falava, além de português, italiano, francês, inglês, alemão, russo, latim e espanhol".[27] Nesse sentido, podemos entender essas idiossincrasias no número total de livros como uma construção de memória, na qual se buscava estabelecer a intelectualidade do cardeal.

---

[22] Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2013/03/10/interna_internacional,355887/na-intimidade-dos-papas.shtml.

[23] Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/Declaracao/pareceres/Parecer_22_Dom_Lucas.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2017.

[24] MEMORIAL Dom Lucas é aberto ao público. *Gazeta de São João del Re*i, São João Del Rei, set. 2003.

[25] A biblioteca do Memorial Dom Lucas utiliza o mesmo sistema utilizado pela UFSJ. Atualmente as obras estão todas informatizadas, podendo, em breve, serem também disponibilizadas para consulta *on-line*. A parceria foi uma iniciativa entre a irmã do Cardeal e o então chefe da biblioteca, que cedeu o sistema para Stella digitalizar os livros. O fato ocorreu a partir de 1998, com a transferência da biblioteca para São João del-Rei.

[26] Folder institucional, Memorial Dom Lucas, São João del-Rei, 2004.

[27] Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2013/03/10/interna_internacional,355887/na-intimidade-dos-papas.shtml>. Acesso em: 04 jan. 2017.

A biblioteca tem lugar especial no Memorial, sua instalação foi feita com muito cuidado. Com ela pretende-se representar o intelectual e impressionar pesquisadores e visitantes. As estantes de madeira e o conjunto formado por mesas de estudo reconstroem o ambiente de uma biblioteca institucional e convidam à leitura e ao exercício intelectual.

A biblioteca ocupa todo o andar térreo da instituição, localizando-se atrás do *foyer* principal. Alguns livros refletem a trajetória de dom Lucas, quer como estudante na França (1947-1951), quer como cardeal e Primaz do Brasil (1987-1998), época em que se envolveu em diversos debates relacionados ao universo religioso de matriz africana. A temática dos livros remete, em grande parte, à filosofia tomista.[28]

Há, também, obras ficcionais, romances e grande quantidade de estudos etnológicos de pesquisadores da cultura afro-brasileira, como Edson Carneiro, com *Religiões negras e Candomblés da Bahia*; Ruth Landes, com *A cidade das mulheres*, e Pierre Verger,com *Orixás* e *Dieux D'Afrique.* A atuação de dom Lucas como Primaz do Brasil levou-o a ter diversos embates com autoridades candomblecistas e pesquisadores de matriz afro-brasileira em questões relacionadas ao sincretismo religioso. As divergências culminaram com a proibição da lavagem das escadarias da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, em Salvador, por filhas e mães de santo.

A biblioteca reúne diversos livros de autores que dom Lucas leu no contexto de sua formação teológica em Saint-Maximin, na França. Possui diversos livros escritos por mulheres, freiras carmelitas e dominicanas, todas canonizadas ou beatificadas pela Igreja, tais como Santa Catarina de Sena, Beata Isabel da Trindade e Santa Teresa do Menino Jesus, a "Teresa de Lisieux", e num número significativo de livros hagiográficos e estudos sobre Santa Teresa. Dom Lucas liderou um movimento no Vaticano para essa santa receber o título de doutora pela Igreja Católica, em 1997.[29] Em sua entrevista de história de vida, ele esclarece que "quando falo de Teresa, Doutora da Igreja, não estou falando de uma doutrina acadêmica, mas de uma doutrina espiritual", e informa textualmente que "escrevi ao Papa João Paulo II para lhe pedir que declarasse Teresa doutora da Igreja..." (NEVES; VAYNE, 2006, p. 25).

Além de uma predominância de autores franceses na biblioteca, é interessante observar a presença, nas estantes, de diferentes filósofos contemporâneos ao próprio dom Lucas. Certamente, a leitura desses escritores deveria ser incentivada pelos próprios mestres da escola teológica de Saint-Maximin. Há livros de Joseph-Marie Perrin, Gustave Thibon, Simone Weill, Jacques Maritain e Georges Bernanos, em diferentes edições e idiomas.

De acordo com o *folder* lançado em 2003, a biblioteca faz parte do "patrimônio cultural" do Memorial.[30] Luciana Heymann, ao analisar a biblioteca do acervo de Darcy

[28] É a filosofia escolástica de São Tomás de Aquino, frade dominicano do século XIII, que se caracteriza pela tentativa de conciliar aristotelismo e cristianismo, ou seja, a filosofia tomista é a metafísica a serviço da teologia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tomismo>. Acesso em: 02 jun. 2017.

[29] Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/homilies/1997/documents/hf_jp-/ii_hom_19101997.htm>. Acesso em: 17 jan. 2017.

[30] Fundação Memorial Dom Lucas. Folder institucional de divulgação. São João del-Rei, 2003.

Ribeiro, avalia que o acúmulo de livros pretende representar a trajetória intelectual do proprietário (HEYMANN, 2005, p.50). Dessa forma, essa biblioteca assume os sentidos de uma ideia de legado intelectual do Cardeal.

A biblioteca do cardeal dom Lucas foi reunida pelo titular ao longo de toda sua trajetória eclesiástica, tanto no Brasil como na Europa. O cuidado com sua biblioteca pessoal e os investimentos nos livros podem ser interpretados como uma tentativa de controlar a atualização de sua memória de intelectual *post-mortem* e ainda de influenciar as interpretações relacionadas à sua trajetória.

O museu do Memorial Dom Lucas

O museu é composto por diversos objetos religiosos: batinas, paramentos, mitras (muitas ornamentadas, outras de seda e bordados e algumas bastantes simples, forradas com tecido branco), anéis episcopais, báculos, imagens religiosas, âmbulas, teca, aspersório, ostensórios, manustérgio, cálices, patenas, crucifixos, luvas, chirotecas e ícones.

Dom Lucas assume os sentidos apontados por Regina Abreu (1996) na "fabricação de um imortal": a coleção do cardeal representa um homem semióforo e seus objetos semióforos. Os homens semióforos são os representantes do invisível e estabelecem uma ligação com outros tempos, outros personagens e outras sociedades, acompanhados por seus objetos semióforos (ABREU, 1996, p. 44).

Além desses objetos semióforos, a instituição expõe títulos, comendas e diplomas recebidos por dom Lucas de instituições civis, militares e políticas. Esses objetos conferem legitimidade e autenticidade à instituição, por terem sido objetos pertencentes e de uso do cardeal. Esse fato também é ressignificado pelos agentes responsáveis pela instituição, por meio de exposições, homenagens, obras póstumas, enfim, medidas que permitam renovar e preservar esse legado:

> De fato, a legitimidade dentro do campo de instituições de memória depende, em grande parte, da capacidade de abrigar acervos, de reunir peças e documentos inéditos – que funcionam como manifestação material do legado – ou, ao menos, de produzir um discurso convincente e documentado na apresentação do personagem e de sua trajetória. (HEYMANN, 2005, p.53).

A exposição permanente é estrategicamente constituída e exibida ao público em diversas vitrines. Os objetos ficam expostos em sequência cronológica – dir-se-ia predestinada –, que acompanha a vida do cardeal, em especial o período posterior a 1974, ano da sua transferência para o Vaticano, aproximando-se assim de uma "ilusão biográfica", na medida em que exalta determinados períodos da sua trajetória (BOURDIEU, 1986). Os anos anteriores ao bispado são tratados como uma preparação religiosa. Não havendo

referências históricas, a narrativa aproxima-se mais de um discurso hagiográfico do que biográfico sobre dom Lucas. O museu, embora coerente na narrativa, não fornece informações históricas sobre o cardeal.

Outras vitrines expõem os paramentos e objetos religiosos, como o anel cardinalício concedido pelo Papa João Paulo II, em 1988[31], e o anel episcopal, recebido em 1967 em uma cerimônia celebrada pelo cardeal dom Agnelo Rossi[32] e concelebrada pelo frade dominicano Alano Du Noday.[33] Encontram-se também em exibição, ainda no primeiro andar, uma estola[34] e o pálio[35] de arcebispo de Salvador, concedido em 1987. A estola de dom Lucas – peça na cor vermelha, ricamente ornamentada com bordados e franjas, que lhe foi presenteada por João Paulo II – ocupa lugar de destaque no museu (NEVES; VAYNE, 2006, p.56), sendo a única peça que possui legenda. Em um quadro ao lado da vitrine é possível ler a informação, escrita pelo próprio dom Lucas, de que a estola lhe fora cedida em 1987.

O próprio dom Lucas investe essa estola de grande simbolismo. Na entrevista concedida a François Vayne, ele conta que a estola lhe foi dada na residência papal de verão, em Castel Gandolfo, em uma cerimônia religiosa restrita aos dois prelados, e "foi tecida para o Santo Padre pelas carmelitas de Palermo. Eu a uso toda vez que vou pela primeira vez a uma paróquia, ou por ocasião de um evento diocesano" (NEVES; VAYNE, 2006, p. 56). O cardeal afirma que o fato de ter recebido uma estola do próprio Papa simbolizou a confiança que João Paulo II depositava nele por ocasião do seu retorno ao país como Primaz do Brasil. Fica claro que dom Lucas investiu fortemente no cultivo da imagem de homem da confiança

[31] O rito do consistório de um Cardeal dá-se com a entrega do barrete vermelho, a bula de nomeação e o anel cardinalício que representa o vínculo do indicado com o Papa. Cada papado possui imagem própria criada pelo Papa para seus Cardeais. O desenho anelar do papado de João Paulo II recria a passagem da cena da crucificação. Disponível em: <http://www.a12.com/formacao/detalhes/tornando-se-um-cardeal-o-ritual-do-consistorio>. Acesso em: 23 out. 2016.

[32] Nascido em Campinas em 1913, foi um dos alunos fundadores do Colégio Pio Brasileiro. Ordenado sacerdote em 1937 em Roma, em 1956 foi nomeado Bispo de Barra do Piraí/RJ. Indicado a Arcebispo de São Paulo em 1964, no ano seguinte recebeu o barrete cardinalício. Duramente criticado por negar a ocorrência de tortura no país após a implantação da ditadura militar, foi transferido para o Vaticano em 1970, como prefeito da Congregação para evangelização dos povos. Foi substituído por seu Bispo-auxiliar, Dom Paulo Evaristo Arns.

[33] Nasceu em Saint-Servant, na França, em 1899. Foi nomeado Bispo pelo Papa Pio XI. Encaminhado ao Brasil, trabalhou como Bispo diocesano de Porto Nacional, no norte de Goiás**,** tornando-se importante líder religioso da região. Um dos idealizadores do estado do Tocantins, faleceu em dezembro de 1985. Disponível em: <http://vocacionalop.blogspot.com.br/2012/11/homenagem-postuma-um-futuro-santo-do.html>. Acesso em: 21 out. 2016.

[34] Estola é uma faixa larga e comprida que os sacerdotes usam em torno do pescoço e que varia de cor de acordo com o calendário litúrgico.

[35] Pálio é uma espécie de colarinho de lã branca com cerca de cinco centímetros de largura e dois apêndices – um na frente e outro nas costas –, com seis cruzes bordadas ao seu longo. Expressa a unidade com o Sumo Pontífice. Originalmente utilizado pelo Papa, teve posteriormente seu uso estendido aos Primazes. Está destinado, portanto, aos Bispos que assumem uma arquidiocese. O pálio simboliza o poder na província e sua comunhão com a Igreja Católica.
Disponível em:
<http://br.radiovaticana.va/news/2016/06/28/quatro_arcebispos_brasileiros_receber%C3%A3o_p%C3%A1lio/1240599>. Acesso em: 21 out. 2016.

[35] Fonte:
<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,papa-preside-cerimonia-de-adeus-a-dom-lucas,20020911p53837>. Acesso em: 15 out. 2016.

do Papa polonês.



Figura 1 - Dom Lucas em Salvador, Bahia, com paramentos religiosos cardinalícios e, sobre o ombro, a estola presenteada por João Paulo II.
Fonte:
http://www.gettyimages.comdetail/news-photo/cardinal-lucas-moreira-neves-in-salvador-brazil-in-february-news-photo115099054#cardinal-lucas-moreira-neves-in-salvador-brazil-in-february-1995-picture-id115099054

Em outra ala do museu, encontra-se a sala dos diplomas e das condecorações recebidas pelo cardeal ao longo de sua atuação religiosa e civil. Ali estão depositadas as insígnias, como os diplomas de *doutor honoris causa* em Teologia, recebidos da Pontifícia Universidade São Tomás de Aquino em Roma, e do College Providence de Rhode Island, Estados Unidos.[36]

Também está exposta nesta sala a condecoração recebida do presidente francês François Miterrand, a *Legiond'Honneur*. Dom Lucas demonstra uma forte influência da cultura francesa em sua trajetória: há uma identificação com santos, escritores e intelectuais franceses[37]. Os diplomas da Academia Brasileira de Letras e da Academia Brasileira de Filosofia ocupam também lugar de destaque, exaltando a imortalidade da obra e da figura de dom Lucas[38].

[36] A Pontifícia Universidade São Tomás de Aquino foi fundada em 1577 pelos Frades da Ordem Dominicana, enquanto o College Providence, também fundado e administrado pelos Frades dominicanos, data de 1917. Disponível em:
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Pontif%C3%ADcia_Universidade_S%C3%A3o_Tom%C3%A1s_de_Aquino> e < http://www.pust.it/index.php?lang=it it />. Acesso em: 24 maio 2017.
[37] Disponível em: SSVP, Dom Lucas Moreira Neves recebe Legion d'honner. Sociedade São Vicente de Paulo. Ano V, nº 214, p.5. Setembro de 1999.
[38] Disponível em: http://www.academia.org.br/academicos/lucas-moreira-neves-dom/biografia

Um grande número de fotografias retrata o período pós-1974, época da transferência de dom Lucas para Roma. Muitas delas, tiradas em diferentes ocasiões, sugerem sua proximidade com Paulo VI, e sobretudo com João Paulo II. Dezenas de fotos registram sua presença junto a membros da Cúria Romana, no intuito de construir a imagem de um homem influente no Vaticano. No mais, há registro das viagens internacionais realizadas por dom Lucas na condição de representante ou legatário de João Paulo II.[39]

Por fim, há exibição de objetos religiosos, em sua maioria joias, pratarias e peças auríferas, destacando-se os diversos anéis episcopais, cálices, âmbulas, ostensórios, turíbulo, tecas, aspersórios, galhetas e manustérgios. Nenhuma dessas peças dispõe de legenda, não permitindo que o visitante tenha informação sobre a sua funcionalidade. A maior parte dos artefatos dessa coleção faz parte da exposição permanente. Esses artefatos, pela sua imponência material, receberam inegavelmente uma maior atenção da irmã do cardeal no momento de organização do espaço museal.[40]

Com as imagens, o Memorial procura explorar o alcance de um bispo brasileiro de origem são-joanense aos altos cargos no Estado do Vaticano.

O arquivo pessoal do cardeal

A análise do arquivo pessoal desse cardeal, deu-se a partir da classificação estabelecida pela irmã de dom Lucas, em 2003, além disso, recorremos aos depoimentos do cardeal relativos a passagens de sua trajetória e que nos permite compreender o lugar ocupado por esse arquivo pessoal na instituição Memorial.

O arquivo pessoal do Cardeal está disposto em 136 caixas de arquivo polionda e ainda não recebeu tratamento arquivístico. A classificação foi estabelecida pela irmã do cardeal, a partir de 2003. Para isto, a documentação foi separada em diferentes assuntos, pelas áreas de atuação ou pelos eventos que contaram com a participação de dom Lucas.

O arquivo contém documentos que perpassam toda a trajetória do bispo, incluindo sua certidão de nascimento em 1925 e a troca de correspondências entre dom Lucas e diversos bispos e cardeais brasileiros (como dom Eugênio Sales; dom Vicente Scherer; dom Silvério Albuquerque e dom Avelar Brandão) e estrangeiros.

Além disso, possui significativa correspondência pessoal com prelados italianos, brasileiros e latino-americanos, nas décadas de 1970, 1980 e 1990 e anos 2000, e documentos de diferentes secretarias do Vaticano. Apesar da sua atuação nos movimentos leigos da Igreja (como a JUC, a JOC e o MFC) nos anos 1950, 1960 e 1970, a documentação a respeito dela não é relevante no arquivo. O arquivo possui uma única caixa contendo material sobre esses movimentos. Intitulada “Prisões na JOC e Maçonaria no Brasil”, reúne diversas cartas pessoais e documentos oficiais da época.

[39] Disponível em: Folder institucional Memorial Dom Lucas Moreira Neves, 2003.
[40] Fonte: Escritura Constituição do Memorial Cardeal Dom Lucas Moreia Neves, São João del Rei, maio de 2003.

O maior número de caixas no arquivo de dom Lucas corresponde à classificação "Jornais". São 17 caixas, 13 das quais contendo jornais brasileiros (*A Tarde*, *Bahia Hoje*, *Jornal do Brasil*, entre outros), que publicavam semanalmente crônicas de sua autoria, e quatro caixas com o jornal diário *L'Osservatore Romano*, porta-voz oficial do Vaticano. O segundo maior número de documentos refere-se ao assunto "Sínodo Episcopal", presente em 11 caixas de arquivos[41].

A classificação com o tipo documental "Artigos" ocupa um total de sete caixas no arquivo onde estão depositados diversos artigos escritos por ele e sobre ele, extraídos de diferentes jornais. Há dois artigos que atacam duramente dom Lucas, envolvendo as questões sobre a ditadura militar. O primeiro é uma entrevista de frei Beto, que apresenta diversas denúncias sobre a omissão de dom Lucas em relação aos confrades dominicanos durante o regime militar. O artigo possui diversas marcações à caneta e anotações na lateral. O segundo é uma matéria jornalística que apresenta denúncias contra dom Lucas por parte do Padre italiano Renzo Rossi.[42]

Há uma caixa exclusiva para o artigo "*J'accuse*"e as repercussões polêmicas que envolveram esse verdadeiro manifesto, publicado pelo cardeal em 13 de janeiro de 1993. Nesse artigo, com o título transcrito de um manifesto do escritor francês Emile Zola, dom Lucas acusa duramente a TV brasileira e foca, em especial, na Rede de Televisão Globo e em sua programação que, segundo ele, "imbeciliza" a sociedade. Escrito logo após o assassinato de uma famosa atriz brasileira por seu colega de emissora, o artigo provocou a reação do proprietário da emissora, jornalistas e atores, e celeumas com familiares da atriz[43], ao afirmar:

> Quem matou, há dias, uma jovem atriz? Seria ingenuidade não indiciar e não mandar ao banco dos réus uma coautora do assassinato: a TV brasileira. A novela das oito. E – sinto ter que dizê-lo – a própria novela *De corpo e alma.*[44]

O arquivo inclui ainda nove caixas relacionadas à Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), com ênfase no período em que dom Lucas ocupou a presidência da instituição (1995-1998). A caixa relativa à Academia Brasileira de Letras contém cartas, atas de reuniões, notícias de posses de novos acadêmicos, apresentação informal de candidatos e

[41] Sínodo Episcopal são reuniões convocadas por autoridades religiosas diocesana ou pelo Papa, formada por padres, bispos, diáconos, religiosos ou leigos com intuito de definir normas ou leis eclesiásticas. Todas as decisões de um sínodo precisam ser referendas pela autoridade máxima da Igreja.

[42] Rossi viveu no Brasil entre 1965 e 1997. Durante a ditadura militar, prestou auxílio aos presos políticos, visitando-os nas prisões. Esteve com os Frades dominicanos presos no Presídio Tiradentes, em São Paulo.

[43] Escrito após o assassinato da atriz Daniela Perez, então contratada da Rede Globo e filha da autora da novela De corpo e Alma, a escritora Glória Perez.

[44] Disponível em: http://grupoinconfidencia.org.br/sistema/index.php?option=com_content&view=article&id=2116:jaaccuse&catid=275:dom-lucas-moreira-alves&Itemid=417.

discursos de diversos imortais.

Não podemos afirmar em que medida essa documentação possa ter sofrido interferência de outros agentes, como secretários e colaboradores do cardeal, mas provavelmente foram agentes decisivos na guarda e no descarte de determinados documentos.

O arquivo confere destaque às funções episcopais desempenhadas por dom Lucas. Os documentos relativos ao período anterior a 1967, quando o então frade dominicano participou ativamente de diversos movimentos de leigos e de jovens católicos, não são valorizados. O arquivo pessoal apresenta somente uma pasta com os encargos assumidos pelo então Frei Lucas, como a documentação relativa à JOC.

Na realidade, o arquivo pessoal permanece até hoje na sombra da instituição. Não houve, por parte dos gestores do Memorial, nenhum investimento – pesquisas, exibição, lançamento de obras baseadas sobre o arquivo. A falta de informação sobre a origem e a manutenção desse arquivo pelo próprio titular nos impedem de precisar sua relação com esse acúmulo documental, valendo a pena registrar que o arquivo recebeu novos materiais mesmo após a sua morte. Cabe frisar ainda que não há informações sobre a existência do arquivo na escritura de instituição do Memorial, ao contrário dos objetos e da biblioteca, que foram devidamente registrados. Não há informações sobre o arquivo nos *folders* de divulgação institucional.

Em suma, o arquivo não possui centralidade na instituição e nem é visto como patrimônio ou legado do cardeal, tal como ocorre com sua biblioteca pessoal e os objetos do museu. Até o momento, não há nada que indique que o arquivo será retirado deste lugar obscuro e disponibilizado como fonte de pesquisas.

Considerações finais

O artigo dedicou-se a analisar a criação do Memorial Cardeal Dom Lucas Moreira Neves, localizado em São João del-Rei, tendo como eixo de investigação uma análise a partir dos documentos internos e arquivisticos do Memorial. Além disso, jornais locais e entrevistas foram fundamentais por ajudar a revelar as condições sociais e políticas que permitiram a criação de um lugar de memória centrado na figura de um religioso cuja trajetória adquiriu reconhecimento público, sobretudo em sua cidade natal.

Esse lugar somente ganhou materialidade pela organização de uma rede formada por diferentes agentes, então liderados pela irmã do cardeal e herdeira dessa memória, além de amigos, de conterrâneos e da diocese local, atualmente a responsável por todo o patrimônio do Memorial. É interessante observarmos que outros memoriais voltados à memória de religiosos são administrados por suas respectivas dioceses, como, por exemplo, o Memorial Dom Helder Câmara (diocese de Recife/PE), o Memorial Dom Othon Motta (diocese de Campanha/MG), o Memorial Dom Ricardo Weberberger (diocese de Barreiras/BA) e o Memorial Frei Damião (diocese de Guarabira/PB). Essas instituições, ao

armazenarem documentos eclesiásticos e objetos de cunho religioso, podem ter um papel importante, tanto do ponto de vista da memória social como da pesquisa histórica.

Por outro lado, as dificuldades de acesso a arquivos religiosos por parte da Igreja são uma realidade nesses lugares e quiçá no Memorial Dom Lucas, agora administrado pela diocese local. Há carência de políticas de acesso e transparência por parte dos detentores de tal arquivo. Além disso, é escassa a literatura sobre arquivos eclesiásticos no que tange a categoria de acesso a tais documentos. A parca literatura afirma que o direito a informações contidas em arquivos de entidades religiosas não tem sido respeitado pela Igreja Católica. (SILVA, BORGES, 2009)

No caso do Memorial Dom Lucas, a instituição busca valorizar a conexão desse personagem com a Igreja Romana. O recorte temporal dessa projeção é monumentalizado no período dos papados de Paulo VI e João Paulo II, época em que o religioso exerceu influência tanto na Igreja Católica mundial como brasileira. Dessa forma, a narrativa institucional adotada busca estabelecer dom Lucas como homem de confiança de João Paulo II, um dos seus possíveis sucessores, e estabelece como legado sua proximidade ao poder da instituição.

A biblioteca pessoal e os objetos religiosos que formam o museu são valorizados desde o esboço da instituição pelo titular e pelos herdeiros que estabelecem esse conjunto como legado de dom Lucas, designando-o como "patrimônio cultural do Cardeal". Entretanto, o arquivo pessoal permanece ainda hoje sem qualquer tratamento arquivístico e é constantemente silenciado pela instituição, não assumindo os sentidos de um legado e menos ainda ressignificado pelos agentes responsáveis.

E, por fim, observamos que a memória do religioso é anualmente atualizada. Para isso, recorre-se a homenagens, lançamentos de obras póstumas e semanas culturais em nome de dom Lucas. Dessa forma, os desafios e as estratégias assumidas pelos agentes responsáveis por esse Memorial buscam justificar a existência e a manutenção do Memorial Dom Lucas como um lugar de glória e honra sobre a trajetória desse personagem.

Artigo recebido em 19 jul. 2017.
Aprovado para publicação em 28 set. 2017.

Referências

ABREU, Regina. "Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados". *Estudos Históricos,* v.14, n. 1, 1994, p. 205-230.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 1986, p. 183-191.

CAMILO, Vandelir Neves Deolindo Mário. *Desafios e estratégias na criação do Memorial Dom Lucas Moreira neves. 2017*, Dissertação (mestrado em bens culturais) – Escola de Ciências Sociais, CPDOC, FGV RJ. Rio de Janeiro. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18661/disserta%C3%A7%C3%A3o%20final%203107%20biblioteca%20fgv%20%281%29%20%281%29.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 29 ago. 2017.

DOSS, Erika. *Memorial mania:* public feeling in America. Londres: Paper back Edition, 2012.

GOMES, Ângela de Castro. "A guardiã da memória". Acervo. Rio de Janeiro, dez. 1996, p. 1-15. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/538.pdf. Acesso em: 19 ago. 2016.

HEYMANN, Luciana Quillet. "Os "fazimentos" do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. *Estudos Históricos.* v. 2, nº36, 2005, p. 43-58.

_____. "Memórias da elite: arquivos, instituições e projetos memoriais". *Revista Pós Ciências Sociais,* Vol. 8, n. 15, 2011, p. 77-95. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/579/333>. Acesso em: 29 ago. 2016.

IBRAM. Guia dos museus brasileiros. Brasília, 2011, 565p. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/gmb_extintos.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016

NEVES, Cardeal Lucas Moreira; VAYNE, François. Entrevista com François Vayne. Coleção Austregésilo de Athayde. Vol. 25. Rio de Janeiro: ABL, 2006. Disponível em: http://www.academia.org.br/sites/default/files/publicacoes/arquivos/entrevista_com_francois_vayne-cardeal_moreira_neves-para_internet.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*. São Paulo, v. 10, p. 1-22, dez. 1993.

POMIAN, Krzysztof. "Coleção". In: ROMANO, R. Enciclopédia Einaudi: memória, história. Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984, p. 51-85.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra:* bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. Tradução de Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Ana Aparecida Gonzaga; BORGES, Jussara. Arquivos secretos eclesiásticos em salvador.

Informação e Informação. Londrina, v.14, nº2, 2009, p.38-61.

WILLIAMS, Paul. *Memorial mania.* Nova York: Editorial Offices, 2007.

YOUNG, James. *The texture of memory:* holocaust memorials and meaning. New Heaven: Yale University, 1993.

Morar aqui é “coisa boa”: desvendando o processo de construção das identidades socioterritoriais dos jovens evangélicos que migraram para um empreendimento do Minha Casa Minha Vida na periferia de Juiz de Fora/MG

Juliana Aparecida Cantarino Toledo[1]

Living here is "good stuff": unraveling the process of construction of the socioterritorial identity of evangelical youngs that have migrated to a Minha Casa Minha Vida enterprise at Juiz de Fora/MG

http:/dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.70608

[1] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFF. Bolsista de pesquisa no NuGea - Núcleo de Pesquisa Geografia Espaço e Ação. E-mail: juliana_cantarino@yahoo.com.br

Morar aqui é "coisa boa": desvendando o processo de construção das identidades socioterritoriais dos jovens evangélicos que migraram para um empreendimento do Minha Casa Minha Vida na periferia de Juiz de Fora/MG

Resumo:

O objetivo do artigo é traçar discussões a fim de compreender o processo de re-territorialização dos jovens evangélicos que, em razão da contemplação de suas famílias por residências próprias, migraram para um vultuoso empreendimento edificado por um programa habitacional do Governo Federal. Para a discussão apresentada no texto, partimos do entendimento da juventude como uma categoria múltipla, forjada em seus contextos sociais e do território enquanto apropriação, baseada nas memórias de ocupação do espaço, significado a partir das relações e trajetos diários, tecidos através da ação denominada territorialidade. E ainda, da construção de uma identidade social.

Palavras-chave: Território, Juventude, Identidade.

Abstract:

The goal of the current article is to outline discussions aiming at understanding the process of reterritorialization of young evangelicals who, due to their families acquiring home ownership, migrated to a considerable enterprise founded by a housing program from the Government. In order to discuss what is presented in the text, we assume that the youth is a multiple category, cast in their social and territorial backgrounds in terms of appropriation, based on the memories of territorial occupation, meaning based on relations and daily routes through the action called territoriality. And still, the construction of a social identity.

Keywords: Territory, Youth, Identity.

Introdução

O presente texto constitui-se um recorte da pesquisa de mestrado intitulada "O papel das igrejas evangélicas no processo de re-territorialização e construção das identidades territoriais dos jovens evangélicos do Parque das Águas - Juiz de Fora/MG". A pesquisa, entre outros objetivos, buscou compreender atuação das igrejas evangélicas no processo de construção das identidades territoriais, dos jovens evangélicos que migraram para um vultuoso empreendimento residencial, edificado através de um programa habitacional do Governo Federal, na cidade de Juiz de Fora. Objetivo o qual, abordaremos nesse trabalho.

O empreendimento, inaugurado em 02 de julho de 2012, recebeu um considerável número de famílias contempladas com as residências, por meio de um sorteio público realizado pela Prefeitura da cidade. O deslocamento dessas famílias para o residencial implicou a perda dos vínculos sociais e territoriais desses sujeitos e de identidades territoriais, baseadas em memórias de ocupação da cidade, de conhecimento do território, no sentido da identificação de lugares, de perigos, de encontros e possibilidades em relação aos trajetos a partir de seus antigos bairros.

Para a juventude a perda desses vínculos apresenta-se como um movimento de ruptura ainda maior, pois é nesse momento que os jovens iniciam seus trajetos para além de seus lares. Em alusão a descrição de Cassab e Barbosa (2015), no que se refere à juventude, essa se caracteriza por um momento em que o ambiente familiar não é mais o único lugar onde os jovens erguem seus vínculos. Neste momento, saem em busca de experiências em outras redes de sociabilidade além daquelas construídas em suas casas. Durante a juventude, eles constroem suas identidades e estabelecem novos vínculos sociais.

Sendo assim, os jovens que hoje residem no loteamento Parque das Águas, compartilham o processo de constituição de identidade, estabelecem vínculos e relações sociais, uma vez que, habitam agora um local de residência até então desconhecido. Logo, esses jovens, ao mesmo tempo em que rompem suas relações socioterritoriais, são também obrigados a reconstruí-las. Procuraremos aqui, traçar uma discussão que terá como propósito compreender o processo de constituição dessas identidades.

Metodologicamente, o presente trabalho conta com alguns procedimentos desenvolvidos na pesquisa de mestrado. Portanto, baseiam-se em discussões teóricas tecidas a partir de revisões bibliográficas sobre os conceitos e abordagens em relação ao tema, assim como as transcrições das entrevistas de campo realizadas com 23 jovens[1]. Dentre esses, 12 do sexo masculino e 11 jovens do sexo feminino, com idades entre 13 e 19 anos[2]. As entrevistas foram realizadas em dois encontros que ocorreram no mês de março de 2017.

[1] Por uma questão ética os nomes dos entrevistados expostos nas citações que evidenciam a fala dos jovens, são fictícios.

[2] A Organização das Nações Unidas (ONU) indica idades de 15 a 24 anos como conceito médio de juventude. Entretanto, as lideranças consideram jovens para atuarem nas atividades desenvolvidas para esse seguimento

Como recorte temporal, delimitamos o período entre 2012-2017, ano de inauguração do empreendimento e de realização das entrevistas com os jovens, respectivamente. Todos frequentadores da igreja evangélica pentecostal Jesus Cristo a Única Esperança[3], no Parque das Águas.

A título de organização o texto se divide em quatro momentos. O primeiro, objetiva fazer uma discussão acerca do modo como empregaremos o conceito de território neste trabalho. Também, deixar clara a maneira como pretendemos analisar a construção das identidades territoriais dessa juventude com o novo local de moradia. O segundo momento propõe uma discussão sobre o residencial Parque das Águas, em especial no que toca a oferta de elementos que facilitariam a aproximação dos jovens e propiciariam momentos de descontração e sociabilidade. Seguidamente, o enfoque se volta para a compreensão do papel da igreja na vida desses jovens. E finalmente traçar considerações sobre as discussões explicitadas ao longo do trabalho.

Identidades socio-territoriais na reterritorialização

No âmbito da ciência geográfica o conceito de território admite compreensões múltiplas, dado os variados enfoques apresentados em razão dos múltiplos contextos em que é discutido. Sabe-se também que essas variadas apreensões sobre o conceito surgiram na década de 1970, no movimento renovador da Geografia[4] anterior a isso, atrelava-se a noção de Estado.

Todas as obras e discussões tecidas a partir deste movimento, apesar de em muito se apresentarem distintas, especialmente por se tratarem de diferentes gerações de autores, contribuíram para dar ao território uma compreensão que se funda também a partir de relações sociais de poder e dominação, o que denota a compreensão de diferentes territorialidades e modos de apropriação do espaço, e não apenas àquela que vinculava o território a noção de Estado-Nação. No entanto, é necessário ressaltar que o território, em quaisquer a apreensões se atrela a relações de poder.

É também importante salientar, inclusive para este trabalho, que o território não pode ser compreendido como algo dado, mas sim construído a partir das relações cotidianas que envolvem modificações dos seus atores - sujeitos sociais - e de sua base material. Sendo assim, não há sentido em tratar o território de maneira desassociada do espaço, conceito

na igreja (critério escolhido para classificar os jovens pesquisados nesse trabalho), as lideranças estendem a faixa de idade: de 13 a 25 anos.

[3] A igreja caracteriza-se como a que recebe o maior número de jovens em relação às outras 17, contabilizadas no local. Fundada em 2013, logo após a inauguração do empreendimento, conta atualmente com um número aproximado de 70 membros.

[4] Ver Saquet (2006).

também ressignificado na fase de renovação da Geografia, e compreendido como produto das relações sociais.

A proposta do presente trabalho é a do entendimento do território não apenas como um espaço delimitado a partir de relações de poder, mas também como apropriação resultante do imaginário e/ou identidade social. Nesse sentido, a constituição de uma identidade social dentro do novo local de moradia torna-se elemento-chave na construção de uma identidade territorial e do sentimento de pertencimento desse jovem. No caso dos nossos jovens, acredita-se que a construção dessa identidade social se dê em grande medida a partir de sua relação com o ambiente religioso. Ao discutir a questão da identidade social e territorial, Haesbaert (1999, p. 172) parte do pressuposto geral de que:

> Toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação que se dá tanto no campo das ideias quanto na realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social.

Dessa forma, a possibilidade da existência de um território está atrelada a alguma valorização simbólica dos sujeitos que habitam determinado espaço. Para Haesbaert (1999, p. 174), "a maioria dos autores não considera a existência 'concreta' da identidade, restringindo-a ao campo das representações", entretanto, segundo ele, devemos ressaltar a base material, no nosso caso a base territorial, papel de referência na construção de muitas identidades.

Buscamos explicitar, dessa forma, a dinâmica que faz compreensível o conceito de território em sua relação com o espaço, como lócus da vivência dos sujeitos, seus movimentos cotidianos com os seus (entorno) e com o outro, buscando entender a identidade como um fator que aglutina e promove a ação coletiva desses sujeitos, que permite a construção de uma relação de pertencimento do sujeito com seu local de moradia. Hall (2002, p. 11), ao apresentar as concepções sobre identidade afirma que ela é "formada na 'interação' entre o eu e a sociedade". Ainda, segundo ele, seu processo de formação é constantemente transformado a partir das relações e "as formas pelas quais somos representados e interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam" (HALL, 2002, p. 13). Logo, é na interação entre os sujeitos que podemos compreender a construção das identidades territoriais dos jovens evangélicos residentes no Parque das Águas.

Em suma, a constituição da identidade-território se consuma num processo em movimento tendo como elemento central o tempo, na medida em que se conforma o sentido de pertencimento do indivíduo ou do grupo pelo seu ambiente de vivência. Esse sentimento de pertencer ao espaço que se habita, onde se constrói uma complexa rotina de sociabilidade possibilita a esse espaço assumir o caráter de território.

Em sua dimensão espacial essa rotina configura-se em territorialidades. Para Haesbaert (2007), da mesma maneira que o território, a discussão em torno do conceito de

territorialidade assume dimensões múltiplas. Tais dimensões abarcam tanto um enfoque epistemológico quanto ontológico. Saquet (2009) afirma que a territorialidade se configura em ações produzidas cotidianamente: nas relações com o trabalho, com o não trabalho, com a família, na igreja, na escola, entre outras. Nesse movimento, a territorialidade se expressa em uma trama complexa, que envolve todas as escalas, indo desde as relações cotidianas e pessoais até complexas relações sociais

Ela é, portanto, o desdobrar de todas as relações diárias que firmamos. Tais relações, nomeadas territorialidades, produzirão os territórios de cada pessoa ou grupo social em seus lugares determinados, num processo denominado territorialização. Para Saquet "a territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas [...] resultado e determinante do processo de cada território, [...] é múltipla, e por isso, os territórios também o são" (SAQUET, 2015, p. 129).

Desse modo, se compreende aqui as territorialidades como ações que resultam e condicionam o processo de territorialização e construção de territórios. Assim, em alusão a Correa (1996), tais práticas e expressões materiais e simbólicas possibilitam a apropriação e permanência de um território por um grupo ou entidade.

Cabe então, compreender de que maneira estas relações se dão, em especial pelo fato de ser uma juventude que além dos desafios compartilhados com outros jovens, vivenciam um modo de ser jovens que os diferem dos demais pela sua opção religiosa.

Caracterizando o novo local de moradia dos jovens residentes

O Minha Casa Minha Vida é um programa do governo federal que objetiva a construção de unidades habitacionais populares no sentido de atender à demanda por moradia da população de menor renda, incentivando o mercado a assumir essa parcela que não teria a possibilidade de adquirir a casa pelos meios convencionais – sem os subsídios ou facilidades de compra promovidos pelo Programa.

Em 2012, ano de inauguração do residencial Parque das Águas, o PMCMV se apresentava como a principal política de habitação no município de Juiz de Fora e teve como objetivo resolver a questão do déficit habitacional na cidade. No momento da construção do empreendimento, o PMCMV se organizava em torno de três faixas de renda[5]. A primeira faixa (que contempla os residentes no Parque das Águas) para as famílias com renda bruta de

[5] No início de 2017, foram apresentadas novas regras para o programa. De acordo com as mudanças apresentadas no site da Caixa Econômica Federal, houve ampliação do limite de renda para a terceira faixa, subindo para 9.000. Não houve alteração para a primeira faixa de renda, que atende famílias com renda de até R$1.800,00. Disponível em: <www20.caixa.gov.br>. Acesso em: 2 fev. 2017.
Entretanto, atualmente não estão sendo edificadas, habitações destinadas a faixa 1, em razão do corte recursos promovido pelo atual governo brasileiro (2016-2018).

até R$ 1.600,00: "o financiamento é feito pelo FAR – Fundo de Arrendamento Residencial, em parceria com o Poder Público (Estados e municípios)" (CAIXA, s.d., p. 6). O município cadastra as famílias de acordo com os critérios definidos para o programa que então é validado pela Caixa Econômica Federal (CEF). Concomitante a isso, as construtoras interessadas apresentam os projetos à CEF que, após análise, "contrata a operação, acompanha a execução da obra, libera recursos conforme cronograma e, concluído o empreendimento, contrata o parcelamento com as famílias selecionadas" (CAIXA, s.d., p. 10). A distribuição das moradias direcionadas às famílias com renda de até R$ 1.600,00 na cidade de Juiz de Fora foi realizada pela Prefeitura, através da EMCASA[6] e por meio de sorteio mediante cadastro prévio.

Para os sorteios e toda organização envolvendo o beneficiamento das famílias, em Juiz de Fora, não foi considerada a proximidade das antigas residências dos inscritos com os novos locais de moradia destinados pelo programa. Neste caso, tanto o residencial Parque das Águas como os outros empreendimentos edificados a partir do PMCMV abrigaram famílias de várias regiões da cidade, inclusive a grande maioria de regiões distantes do empreendimento.

O Parque das Águas não foge a essa regra: situado nas franjas do tecido urbano da cidade de Juiz de Fora, em sua região Norte, foi construído em terreno antes pertencente a uma fazenda, possuindo 565 unidades horizontais.

Dados da pesquisa realizada por Cassab e Barbosa (2015) permitem traçar algumas considerações acerca das características físicas e sociais presentes no empreendimento: sua inauguração em 2012 impactou diretamente nos bairros do entorno, provocando efeitos no transporte coletivo, escolas, creches e Unidade de Atendimento Primário (UAP), uma vez que a mesma não fora acompanhada da construção imediata de novos equipamentos sociais capazes de suprirem a nova demanda.

Como consequência, a pesquisa relata o estranhamento e responsabilização dos moradores do residencial pela sobrecarga nesses equipamentos. As autoras prosseguem destacando a ausência de comércio variado, equipamentos culturais, correios, bancos, entre outros; o que obrigava os moradores a se deslocarem para outros pontos da cidade em busca de tais serviços, arcando com as despesas desse deslocamento.

Outra questão que também merece atenção é o critério utilizado pela prefeitura no direcionamento das famílias para o empreendimento, o que configura em uma ampla

[6] Com o objetivo de promover ações voltadas a inibir e combater o *déficit* habitacional no município de Juiz de Fora, a Empresa Regional de Habitação de Juiz de Fora (EMCASA) foi criada pela Lei n. 7.152, de 27 de agosto de 1987, constituída como uma sociedade de economia mista, regida pela Lei n. 6.404 de 15 de dezembro de 1976, tendo como acionista majoritário a Prefeitura de Juiz de Fora (PJF), e demais ações distribuídas pelo capital privado. Disponível em: <http://pjf.mg.gov.br/administracao_indireta/emcasa/historico.php>. Acesso em: 23 maio 2015.

espacialização dos bairros de origem das famílias, mostrando que não houve nenhum critério que levasse em conta os locais de procedência das mesmas, reproduzindo no Parque das Águas conflitos de caráter territorial já presentes entre bairros da cidade. A maioria dos locais de origem das famílias está em bairros completamente distintos do novo endereço de moradia, o que nos permite compreender que a escolha da realocação das famílias, bem como dos locais de construção dessas moradias considerou apenas a necessidade imediata pela residência. Desconsidera, portanto, especificidades inerentes aos seus itinerários, relações de vizinhança, local de trabalho, escolas, creches etc., ou seja, aspectos territoriais que constituíam as relações dessas famílias com seu local de moradia.

No tocante às condições de moradia dos contemplados pelo empreendimento Parque das Águas, torna-se evidente a lógica de mercado em que se dá a produção desses novos espaços, visto que o novo bairro carece de infraestrutura mínima em serviços de apoio à moradia.

A casa envolve outros planos espaciais. É dela que o indivíduo parte em busca de articulações espaciais e apoia sua vida cotidiana. Por essa razão, o espaço da habitação e o ato de habitar se revelam como criadores de uma identidade na medida em que:

> o habitar implica um conjunto de ações que articula também planos e escalas espaciais (o público e o privado; o local e o global) que envolve a vida que se realiza pela mediação do outro, imerso numa teia de relações que constrói uma história particular, que é, também, uma história coletiva, onde se insere e ganha significado a história particular de cada um (CARLOS, 2003)[7].

No bairro foram construídas apenas as residências sem que houvesse de imediato a construção de equipamentos sociais para atender as necessidades dos novos moradores.

Com relação à oferta de espaço público de promoção de sociabilidade, o local contava com duas pequenas praças que hoje se encontram bastante depredadas e deterioradas. Em consonância com Gomes (2001), como espaço público podemos afirmar sua compreensão a partir de duas formas indissociáveis, "por um lado, um espaço definido por um estatuto jurídico igualitário e democrático e, por outro, aquele no qual praticamos uma certa atitude e um certo comportamento social que o identificam com uma vida pública" (p. 96). Nesse sentido, as praças do residencial, por apresentarem a oferta de um espaço pouco dotado de qualidade em seu sentido físico, caracterizam-se por não prover a possibilidade de sua ocupação e, consequentemente, o aniquilamento das práticas sociais que poderiam se dar no local e que promoveriam a configuração física desse espaço como público.

[7] Artigo disponível exclusivamente em meio eletrônico no endereço da revista Scripta Nova, vol. VII, n. 146(046), a saber, http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146(046).htm.

Outra característica que merece destaque relaciona-se a ínfima oferta de áreas verdes no local: as poucas árvores que existem estão localizadas numa porção específica do empreendimento. Para Mascaró e Mascaró (2001), a vegetação em áreas urbanas é algo extremamente necessário ao bem-estar dos habitantes. Nas palavras dos autores, "as árvores, os arbustos e outras plantas menores e no seu conjunto constituem elementos da estrutura urbana" (p. 13).

No residencial não há uma preocupação estética, tampouco que trabalhe questões apresentadas no que se refere aos benefícios das áreas verdes no ambiente urbano. É ainda comum que as casas apresentem problemas, entre esses rachaduras e vazamentos causados pela chuva. Após a inauguração era comum os meios de comunicação da cidade, noticiarem casos de moradores reclamando de problemas estruturais envolvendo as habitações. É o que exemplifica a notícia publicada em 2013 pelo site G1:

> 'Moradores se queixam de estrutura no Parque das Águas em Juiz de Fora', a notícia descreve problemas relacionados a infiltração tendo como consequência, incêndios provocados pela entrada da água, desabamento dos forros, rachaduras e mofo. Assim, nas palavras do morador, 'invade água, está trazendo problema na parte elétrica de toda casa, rachadura, várias casas já pegaram fogo' (G1, 2013)[8].

Quase cinco anos após a sua inauguração o residencial passou por uma reestruturação protagonizada pelos próprios moradores. Muitas casas não apresentam as mesmas características, pelo menos externamente. Nas ruas do local, acopladas às casas foram surgindo pequenos comércios e um número significativo de igrejas evangélicas. O empreendimento conta também com a existência de uma creche e uma escola municipal.

Outro fator importante relacionado às características do Parque das Águas está a sua estigmatização: a maioria dos moradores do entorno se referem ao local como violento (CASSAB; BARBOSA, 2015). Nesse quesito, muitos residentes relatam ter havido uma significativa melhora nos índices de violência no local desde 2012, enfatizando ainda que esse caráter violento se apresentou logo no início de sua inauguração em razão de o local ter sediado um grande contingente de famílias originadas de diferentes bairros, os quais já apresentavam conflitos de caráter territorial anteriores.

Porém, o residencial ainda é muito estigmatizado pelo entorno e meios informacionais da cidade. É com certa regularidade que o Tribuna de Minas, jornal de maior circulação na cidade de Juiz de Fora, noticia casos de violência ocorridos no residencial ou mesmo envolvendo moradores do local. Este tipo de representação reproduz um imaginário

[8] Artigo disponível exclusivamente em meio eletrônico no endereço na página de notícias G1 Zona da Mata, a saber, http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2013/12/moradores-se-queixam-de-estrutura-no-parque-das-aguas-em-juiz-de-fora.html.

que reforça a segregação socioespacial e o estigma da violência associado aos moradores e ao próprio Parque das Águas. Lugar e pessoas que devem ser evitados.

A descrição do residencial permite-nos inferir que a ida desses jovens para o local, implicou não apenas na perda de seus vínculos socio-territorias e o desafio de sua reconstrução, ela permeia o entendimento de que essa reconstrução, também contará com o desafio de residir em um local carente de estruturas básicas e carregado de problemas relacionados à lógica de sua construção.

O cotidiano da mocidade do Parque das águas

Posterior a caracterização do Parque das Águas, o esforço se volta para o entendimento do modo como os jovens da pesquisa enxergam e vivem o/no Parque das Águas. Entretanto, antes de abordar os jovens desse trabalho, primeiramente, é necessário explicitar como compreendemos a categoria juventude, já que as discussões sobre o tema não se apresentam em consenso, especialmente pelo fato de ser um assunto discutido em distintas áreas do conhecimento como: a Psicologia, as Ciências Sociais, a Pedagogia e mais recentemente a Geografia.

Cassab (2011), ao trazer uma breve apresentação de como as categorias jovem e juventude vem sendo tratadas ao longo da história, iniciando em Roma até a modernidade, evidencia como sua construção é determinada por tempos e contextos variados, afirmando seu entendimento como uma categoria variável. Para Groppo (2004), a discussão em torno do tema ganha maior atenção na modernidade, ao passo que são inauguradas concepções de juventude ainda hoje presentes. Assim, assinala ser nesse período que despontam estudos sobre o tema, além do aflore de critérios etários capazes de delimitar a juventude.

As principais concepções norteadoras do que vem a ser a juventude na sociedade hoje são: aquela que a define a partir de um recorte etário, como um momento de transição da infância à vida adulta e da juventude como um devir, um projeto futuro. Assim, ao invés do entendimento do jovem como um sujeito social ativo e dinâmico, com vontades, desejos e contextos próprios, o que se percebe é a negação da juventude.

José Machado Pais (1990), esforça-se em agregar as teorias sobre o tema em duas principais correntes de pensamento: a geracional e a classista. Para o autor, na corrente geracional os jovens compreendidos em uma mesma geração partilham de sentimentos comuns. E na classista é analisada a diversidade social, os diferentes modos de experiênciar a juventude em suas distintas classes sociais. Entretanto, Pais também afirma a necessidade de se compreender a juventude sob as duas lógicas, enfatizando que nenhuma das duas correntes isoladamente é satisfatória.

Luiz Antônio Groppo (2000) irá dizer que a juventude é mais que uma faixa de idade, um grupo coeso ou uma classe de fato. O autor a define como uma

> Concepção, representação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo é uma situação vivida em comum por certos indivíduos (GROPPO, 2000, p. 8).

A juventude é, desse modo, uma categoria social entendida ora como uma situação social, ora como uma representação sociocultural. Para Groppo, o entendimento do que vem a ser juventude sempre esteve atrelado à necessidade de usá-la como uma categoria social para classificar indivíduos de acordo com os interesses inerentes às instituições modernas.

Deve-se, portanto, desvencilhar o olhar tanto da juventude apenas como uma fase da vida, definida a partir de faixas de idade, pela ordem da natureza. Nessa perspectiva Groppo (2000), salienta a necessidade de se olhar a juventude a partir da ótica social.

A juventude é aqui entendida em sua multiplicidade, pensada a partir da pluralidade dos contextos sociais em que os jovens estão inseridos. Ela é entendida como uma categoria diversa, dotada de especificidades baseadas nas experiências sensibilizadas pelos jovens, apropriações realizadas nos espaços que habitam e frequentam, significando, portanto, compreendê-la desprendida de critérios rígidos.

É dessa maneira, que justificamos a escolha pela juventude evangélica do Parque das Águas, uma vez que o grupo se caracteriza por um modo específico de ser jovem e de viver a juventude, de viver o/no novo espaço de residência.

As apreensões acerca do cotidiano dessa juventude nos trarão elementos essenciais à compreensão do processo de re-territorialização desses jovens, à medida que entendemos tal processo a partir do movimento denominado territorialidade e da construção de um sentimento de pertencimento com o local. Assim, questionou-se sobre as suas rotinas no local. É importante ressaltar que apesar das recentes aberturas dadas aos jovens pelas igrejas pentecostais em relação as suas práticas[9], a não aceite de algumas delas, restringem os jovens de frequentarem certos lugares da cidade e do residencial, como por exemplo: bares, ruas e praças receptoras de práticas não condizentes com a conduta bíblica, festas, o que torna mais restrita a convivência.

Assim sendo, as respostas nos permitem apreender que a territorialidade desses jovens é expressa por elementos parecidos, mas optamos por evidenciá-la a partir de dois grupos, firmados em virtude da similaridade das afirmações apresentadas nas falas. Sendo assim, esses grupos se dividem nos trajetos e práticas tecidos pelos meninos e meninas

[9] Sobre o menor rigor aplicado pelas igrejas sobre as práticas tecidas pelos seus jovens, em especial as pentecostais. Ver: Costa (2004); Fernandes (2009); Goulart (2008); Carrano (2002).

separadamente, visto que os caminhos descritos por ambos os grupos se diferenciam no aspecto das ofertas de lazer que o bairro dispõe. Assim, as meninas descrevem suas rotinas de forma que podemos agrupá-las em três momentos, que se resumem no dever com a escola, que também é encarado como uma forma de lazer e encontro com os amigos; no momento do compromisso com os afazeres domésticos, que se apresenta como o tempo que essas jovens chegam da escola e desenvolvem atividades de cuidado com a casa; e, finalmente, o momento de lazer e compromisso com a igreja. Neste caso, a referência que se faz a compromisso se apresenta apenas por serem atividades que requerem comprometimento, como os ensaios de coreografia e louvor, mas que são descritos como ações proporcionadoras de descontração, encontro e de sentido as suas vidas ali.

> Levanto cedo, vou pra escola, porque eu estudo de manhã. Ai eu volto, arrumo a casa, [...] de tarde tem TSD que é o tempo sozinho com Deus ai depois vou pra igreja. Sempre tem alguma coisa na igreja, ensaio da coreografia ou culto. E assim vai. A maioria das coisas que eu faço são na igreja (Leandra, 16 anos: entrevista de campo, 2017).

> De manhã eu vou pra escola, ai chego arrumo casa. De tarde eu fico em casa mesmo. Quando tem ensaio de coreografia eu venho. Ai de noite eu venho pra igreja. Ai vou pra casa. É quando eu não estou na igreja eu vou na casa das minhas colegas (Mara, 17 anos: entrevista de campo, 2017).

As falas explicitadas acima se repetem ao longo das entrevistas. Quanto aos jovens meninos, podemos descrever suas territorialidades baseadas na ida para a escola, pela manhã, o ócio pós-almoço, que muitas vezes também é dedicado ao tempo para igreja, pois como descrito, costumam fazer o "Tempo Sozinho com Deus" (TSD) ou a leitura da Bíblia, as partidas de futebol desenvolvidas na rua e a ida à igreja. Verifica-se que para os meninos, o jogo de bola apresenta-se como um momento de descontração a mais em suas rotinas. Foi questionado sobre a ida a outros bairros para eventos desenvolvidos pela igreja, no entanto, a maioria afirmou que apesar de existirem, essas idas são muito esporádicas.

Ademais, o que se nota é uma rotina que se limita a ida à escola, a rua, a casa e a igreja, o que denota o fato de seus hábitos perpassarem apenas o local de residência e o bairro do entorno que sedia a escola. Portanto, é essa rotina – e em especial a ida à igreja e as práticas tecidas com os outros jovens membros dela – elemento constituidor do processo de territorialização e a consequente construção de uma identidade territorial com o residencial. A igreja e as práticas tecidas a partir dela dão significado à vida desses jovens por estarem num local carente de estrutura e espaços públicos. A igreja aparece nas falas desses jovens como uma instituição que promove encontro, reconhecimento, aconchego, lazer e amizades. O item a seguir cuidará de apresentar elementos centrais ao entendimento acerca do papel e atuação da igreja na vida desses jovens.

"A igreja é o único motivo para eu gostar de morar aqui"[10]

Na busca por compreender o papel dessas igrejas na vida dos jovens evangélicos do Parque das Águas e, especialmente, com relação à construção de um sentimento de pertencimento com o seu novo local de moradia, questionamos primeiramente sobre o porquê da escolha pela igreja "Jesus Cristo a Única Esperança".

As respostas nos permitem perceber que a instituição religiosa se apresenta não apenas como um espaço propício à manifestação da fé, mas na oferta de atividades que intentam ocupar o jovem. Os jovens descreveram como atividades ofertadas pela igreja: ensaios de coreografia, de louvor, a ida ao Monte, Tardel (encontro de jovens), Escola Dominical, Cultos, entre outras. Assim, seguem as afirmativas:

> É assim, se eu não vou na igreja, eu fico na rua e na minha rua eu desço ali e já tem uma boca ali de droga, e se eu ficar ali na rua, eu vou fazer o que, vai dar errado isso daí. Ai eu falei, eu vou pra igreja [sic]. (Marcos, 14 anos: entrevista de campo, 2017).

> No outro bairro eu não ia na igreja, eu era do mundo. Ficava em casa não tinha nada pra fazer, fazendo coisas que não devia. Aí agora é bem melhor. Já tem quase um ano que eu estou aqui. Eu frequento a igreja com a minha irmã e meu irmão e minhas colegas. Minha irmã que me trouxe [sic] (Paulo, 18 anos: entrevista de campo, 2017).

Ser da igreja, portanto, quer dizer não ser do mundo ou fazer parte de um universo, como destaca um dos jovens, "das coisas que não devia", logo, os jovens se estabelecem enquanto um grupo a partir de sua inserção na igreja que, por sua vez, se apresenta também como um espaço que disputa atenção com outros espaços ou grupos.

A igreja é para esses jovens mais que uma instituição religiosa: ela se destaca como um local que promove a socialização. É a partir dela que os jovens da pesquisa se reconhecem enquanto um grupo, que dão sentido aos seus dias sem muita atratividade em termos de oferta de diversão. Entretanto, ela também aparece como um local que promove o escape, a fuga de elementos inerentes ao cotidiano desses jovens, descrito por eles como "o mundo das drogas", ou as "coisas que não devia", promovendo também a integração do grupo familiar, ao passo que muitos vão para igreja a partir do convite de um membro familiar, ou levam um membro a partir de seu convite. E assim complementamos com as colocações a seguir:

> Porque eu me sinto bem aqui, gosto daqui, agora a igreja é muito boa. Sabe, eu acho muito bom, porque através da gente vindo, a minha mãe vem. A minha mãe não é crente, de vir todo dia, mas a minha mãe vem tipo assim,

[10] Trecho retirado de uma das entrevistas feita com os jovens.

> de vez em quando. (...) e eu gosto de conversar com os jovens, eles falam coisas de Deus mas também é muita diversão, a gente descontrair também, eu gosto muito [sic] (Claudio, 18 anos: entrevista de campo, 2017).
>
> Eu era de outro ministério, aí inaugurou a igreja aqui, eu vim e continuei. (...). Ai depois eu conheci o ministério de coreografia, porque eu sou apaixonada por dança, eu costumo falar 'pode me tirar de tudo, do ministério de louvor, da mocidade, mas não me tira a dança não, pelo amor de Deus'. Então foi o modo assim que eu encontrei na casa de Deus pra me expressar [...] (Patrícia, 18 anos: entrevista de campo, 2017).

As atividades promovidas pela igreja denotam ações capazes de promover encontro, aprendizado, empoderamento, lazer. Inclusive, para muitos a oferta dessas atividades é a motivação para procurarem o local.

É importante salientar que dos 23 jovens entrevistados, 12 não eram evangélicos antes da mudança para o Parque das Águas. Inclusive, alguns afirmam em suas falas que a procura da igreja se deu muito em função de no bairro não ter "nada pra fazer", como no fragmento: "Eu sempre tive vontade de começar a congregar em uma congregação. Ai eu morando aqui, nada pra fazer, eu fiz uma visita, gostei e estou aqui. Tem uns negócios maneiro aí pra nós [sic]" (Danilo, 17 anos: entrevista de campo, 2017). A separação entre os jovens da igreja e do mundo é outra afirmativa de uso corriqueiro nas falas dos entrevistados que não faziam parte do mundo evangélico. Assim, "eu a primeira vez que eu vim eu era do mundão mesmo [sic]. Aí eu vim a primeira vez e não gostei não. Aí depois eu vim na festa dos jovens porque ia vim o MC Muriel, ai eu gostei e fiquei [sic]" (Lauro, 18 anos: entrevista de campo, 2017).

Para Fernandes (2007), "ser do mundo" é algo que precisa ser reprimido, é o espaço profano, que se opõe ao sagrado. Algo que segundo ele é biblicamente considerado como um espaço de perdição. No entanto, o autor ressalta que não são todos os espaços que não seja o da igreja, mas os que produzem práticas específicas como bares, ou qualquer outro que possa se vincular ou trazer sentimentos que para eles não são de Deus. Esse sentimento de diferenciação entre os jovens de "dentro" e os de "fora/mundo", que permite aos nossos jovens a construção de uma identidade.

Quando questionados sobre quais atividades os jovens praticam na igreja, apresenta-se a seguinte análise: O Tardel – tarde com Deus[11]: encontro realizado todos os sábados – é praticado por todos os jovens, assim como a ida ao culto e ao Monte. Já os ensaios de coreografia e louvor são evidenciados por todas as jovens do sexo feminino, enquanto tocar instrumentos e louvor por todos os jovens meninos. De fato, a música e a dança estão presentes em praticamente todos os momentos do cotidiano dos jovens ouvidos na igreja. Elas são para eles uma paixão - "eu sou apaixonada por dança" -, uma adoração -

[11] O "Tardel" é o encontro de jovens realizado todos os sábados.

“adoro cantar courinho, vou emendando um no outro” (Joana, 19 anos: entrevistas de campo, 2017).

Para Gomes (2007, p. 13), “a música na igreja tem capacidade de agregar, potencializar relações entre os jovens, estreitar laços de amizade, de companheirismo e promover encontros de sentido para a vida”, como para a jovem entrevistada ao afirmar em trecho trazido anteriormente. Assim, quando questionados sobre como é ser jovem e frequentador da igreja, a maioria é taxativa ao afirmar o seu contentamento em estar inserido nesse universo, ao passo que segundo eles, na igreja eles não deixam de fazer nada, de se divertir, ajudam outros jovens a sair do “mundo”, conhecer novas pessoas e encontrar Deus. Nesse sentido, podemos entender o motivo de a “Igreja Jesus Cristo a Única esperança” receber um número tão significativo de jovens evangélicos no residencial em relação à gama de outras igrejas inseridas no mesmo espaço, já que essa promove encontro, amizade, influenciando, inclusive, na relação com os jovens que não são da igreja, como descreve a afirmativa de um dos jovens:

> Tenho muitos amigos da igreja. Tenho amigos de fora, mas quase não encontramos. Só no jogo. Jogamos os da igreja contra os de fora. A gente tem um time da igreja que joga contra os de fora, 7 jogos invictos que nós não perde [sic]. Só ganhando. Coisa boa, nos damos bem. Os do mundo não se converteram ainda [sic] (Carlos, 16 anos: entrevista de campo, 2017).

Dando seguimento ao entendimento acerca do papel da igreja na construção de uma identidade territorial desses jovens com o Parque das Águas, foi questionado se frequentar a igreja os ajudou a conhecer mais pessoas e fazer novos amigos e se relacionar com seu local de moradia? Tal questionamento teve como intuito apreender se estar inserido na igreja possibilitou a esses jovens uma maior espacialidade dentro do próprio bairro e a consequente construção de novas relações.

A partir desses questionamentos foi apresentada uma outra atividade promovida pela igreja e descrita como promovedora do encontro com os moradores e outros jovens do local: a evangelização. Ela consiste em uma ação da igreja executada pelos jovens de visitar as residências e convidar outros jovens e moradores do local para irem conhecer a igreja. Nessa ação, segundo eles, conseguem fabricar novas amizades e convencer outros jovens a irem frequentar a igreja. Inclusive, alguns dos jovens que não eram evangélicos antes de irem residir no Parque das Águas afirmaram terem feito a opção pela igreja a partir da ação descrita.

Assim, segue a afirmativa “frequentar a igreja me fez ter mais amigos no bairro. Conhecer novas pessoas, até pela atividade [...]” (Jaqueline, 17 anos: entrevista de campo, 2017), quando a entrevistada faz menção a atividade ela se refere à evangelização. Outros jovens expõem:

> Eu não vinha tanto aqui nessa rua. Ficava mais na minha mesmo. Com a igreja eu sempre venho, vou com os meninos evangelizar, é isso [sic] (Elaine, 15 anos: entrevista de campo, 2017).

> Agora eu converso com todo mundo. Ninguém me olha torto. Tipo: olha lá o doidão [sic] (Claudio, 18 anos: entrevista de campo, 2017).

As colocações permitem compreender que a igreja, além das características e influências já citadas anteriormente, apresenta-se para esses jovens também como uma instituição que promove uma melhor aceitação pela vizinhança; estar na igreja foi descrito por esses jovens como uma imersão que promove uma sensação de responsabilidade, de correto. Dessa maneira o jovem é visto como um indivíduo sério, de Deus, diferente dos outros jovens que não são da igreja. A citação a seguir permite compreender melhor a afirmação: "quando a gente não era da igreja e veio morar aqui a gente era igual todo mundo. A gente era qualquer jovem que podia fazer mal, dar tiro. As pessoas vão vendo você na igreja e veem que você é diferente [sic]" (Claudio, 18 anos: entrevista de campo, 2017).

A igreja também se apresenta como um espaço responsável por promover uma identidade social. É a partir dela que esses jovens se identificam como um grupo, estabelecem práticas e convívios cotidianamente. Assim afirma a jovem,

> Sim, por causa que a igreja está aqui no bairro. A gente já se enturmou desde antes da igreja. No início eu falava 'mãe vamos embora daqui pelo amor de Deus'. Mas a igreja assim, igual com esses projetos que a igreja faz igual o Tardel, incentiva os jovens a ir pra igreja. (...). Igual semana passada nos fomos no monte quase a semana inteira a escola estava de paralisação se não fosse isso a gente ia fazer o que. Eu estava com cara até de morta, ensaios de coreografia, culto, consagração de manhã, a semana rendeu [sic] (Carina, 16 anos: entrevista de campo, 2017).

As colocações permitem compreender a igreja como um espaço que permite que esse jovem estabeleça itinerários dentro do empreendimento, que se relacione com outros residentes através de suas práticas – em especial a "Evangelização" – que improvisem e se encontrem, se divirtam, que construam territorialidades e processem uma re-territorialização em um ambiente construído e atravessados por desafios de cunho estrutural e social.

Apesar dessa igreja pouco promover a saída desses jovens do residencial, ela é capaz de comprometê-los diariamente com ações que promovem o interesse, a cooperação, o encontro, o sentido de morar num local completamente desconhecido e de criar laços com ele. Ao final das entrevistas, fica claro o papel dessas igrejas na vida e no processo de territorialização desses jovens com o residencial. Questionados sobre como é viver no Parque das Águas, a maioria é taxativa ao se referir à igreja como o principal motivo de gostarem de estar ali.

> A igreja é o único motivo para eu gostar de morar aqui. Os meus amigos são todos de lá. No início eu não gostava daqui, agora eu não me vejo longe daqui. Já está todo mundo reunido na igreja [sic] (Carina, 16 anos: entrevista de campo, 2017).

> Quando eu vim pra cá, eu não quis estudar na escola. Ai comecei a ir na igreja, conheci amigos que estudavam lá, ai me incentivou a voltar a estudar e ir pra escola aqui perto [sic] (Laura, 16 anos: entrevista de campo, 2017).

> Me adaptei mais aqui, mais amizades. Mais como eu nasci lá eu gosto de lá. Mas estou gostando daqui [sic] (Elaine, 15 anos: entrevista de campo, 2017).

A igreja se apresenta essencial em vários aspectos do processo de identificação desses jovens com o local de moradia, sendo encarada como o lugar que promove encontros de descontração e de amizades. As falas descritas permitem compreender que ela, respectivamente, reúne e agrega; que é uma opção em um local que "não tem nada", incentiva, em referência a ida de uma jovem para a escola. No entanto, compreende-se que esse processo ainda se encontra em movimento, vem se definindo cotidianamente, não ocorre do dia para a noite, como observado na afirmação: "Coisa boa. Não, foi difícil. Sentava no hidrômetro lá de casa tristinho. Lembrando dos amigos do outro bairro. Depois que eu conheci aqui, está melhorando tudo [sic]" (Entrevista de campo, 2017). O tempo verbal que o jovem emprega a palavra "melhorando" indica a construção de uma afinidade com o local como um processo que tem se constituído, especialmente após a sua inserção na igreja. Para outros, morar no Parque das Águas – esse processo – se apresenta mais construído, ainda que carregado de desafios. Finalmente, para ambos a igreja se apresenta como um elemento propulsor de construção de uma afinidade com o local e tudo o que ele representa. Assim, segue a afirmativa:

> Agora eu gosto. No início era complicado. Muita morte, briga. Mas depois que eu fui pra igreja melhorou muito pra mim porque eu não tinha nada pra fazer aqui, eu sentia saudades do meu outro bairro [sic] (Claudio, 18 anos: entrevista de campo, 2017).

A fala evidencia as dificuldades enfrentadas pelo jovem em se relacionar com o novo local de residência. Os conflitos e a violência são citados em grande parte das falas direcionadas ao questionamento sobre como é viver no Parque das Águas. Entretanto vemos também a questão da memória que esse jovem tinha com seus antigos locais de residência e tudo o que deixaram para trás, especialmente os amigos e as relações. E também podemos observar essas relações sendo refeitas, especialmente através da inserção desses sujeitos na igreja, que se apresenta como uma referência para todas as práticas e grande parte dos itinerários desses jovens.

Considerações Finais

O Programa Minha casa Minha Vida, com todas as críticas a ele atribuídas, especialmente no que se refere aos moldes de sua implementação, foi capaz de promover benefícios ímpares a vida dos sujeitos contemplados por suas ações, especialmente a aquisição da casa, principalmente para os beneficiados dentro da faixa 1 do Programa. Entretanto, sua lógica desafia os residentes a reconstruírem suas vidas a partir de um emaranhado de entraves sociais e estruturais.

Dessa maneira, além do desafio de reconstruírem relações com o novo local de residência, os sujeitos que passaram pela experiência de se desterritorializar com os seus antigos bairros, indo residir no residencial, passaram e ainda passam pelo desafio de habitar um local carente de estruturas básicas e essenciais à manutenção da vida. Para os jovens este desafio ainda se apresenta mais intenso em razão de estarem em momento da vida marcado pelo ingresso mais ativo na vida pública e na construção de relações para além das vivenciadas no âmbito da família.

No entanto, dada a não homogeneidade dos espaços e da juventude, vimos que o desafio vivenciado pelos jovens evangélicos do Parque das Águas, embute os problemas vivenciados pelos demais, mas, em contrapartida, partilham um elemento que os auxilia na constituição da reterritorialização, que é a presença de uma gama de igrejas evangélicas.

Sobre as rotinas vividas pela juventude e sua compreensão como um elemento constituidor do processo de re-territorialização, observa-se que a territorialidade dessa juventude bem como as relações tecidas cotidianamente é permeada principalmente por ações promovidas pela sua inserção na igreja. Não pretendemos afirmar que outras territorialidades não são consideradas, citamos, por exemplo, a ida diária a escola, entretanto é notória a importância da igreja no processo, em razão da ocupação diária dos jovens pelas atividades desenvolvidas a partir desses espaços. É importante também evidenciar a importância dessa igreja e a disponibilidade de ações promovedoras de descontração em um local carente de equipamentos de lazer. Mais uma vez a intenção não é afirmar que é por não haver tal oferta que os jovens vão para a igreja, mas muitos afirmaram a importância das atividades desenvolvidas como forma de passar o tempo, ou seja, ocupar o tempo livre das obrigações, escolares, domésticas, etc.

As análises também deixam clara a relevância da igreja na construção de relações sociais dentro e fora dela. Os relatos deixam a evidência de que ela promove a aglutinação do grupo e também o desenvolvimento de relações dele com os demais jovens do bairro. Entretanto, nota-se uma evidente separação entre ambos à medida que se classifica esses jovens entre os de dentro e os do "mundo". O que denota a evidência da construção de uma identidade social. Em consonância ao entendimento de Cassab (2009), ao afirmar que identificar é diferenciar, sendo, portanto, relações sociais. Entendemos que através da

diferenciação os sujeitos definem o “outro”, produzem o sentimento de pertença a partir de um parâmetro classificatório. Como os da igreja e os do “mundo”.

No tocante ao PMCMV, com toda a verticalidade com que a sua política é pensada e incidida na vida dos sujeitos, verificou-se que afora toda desorganização e desigualdade do espaço promovida por suas ações, este espaço é e deve ser também visto como o lugar do cotidiano, experiências, ações coletivas. Nesse sentido corroboramos com Ana Fani Carlos (2007) ao afirmar que, O espaço é o lugar do encontro e o produto do próprio encontro e a cidade ganha teatralidade e não existe dissociada da sociedade que lhe dá conteúdo (p. 34).

Assim, as desigualdades aparentemente promovidas pelas ações do programa desembocam em uma diversidade de acontecimentos, construção de práticas coletivas e relações; produtos das especificidades dos múltiplos sujeitos envolvidos nessa trama. Dessa maneira, no decorrer do tempo, novos laços sociais e territoriais se redesenham, criando novas identidades e pertencimentos que se fazem através do uso do território.

Por fim, percebe-se que o processo de re-territorialização da juventude evangélica residente no Parque das Águas, vem sendo definido ao longo do tempo, ou seja, se encontra em construção, à medida que alguns jovens ainda manifestam nas suas falas estarem se acostumando com o local. Nota-se também que ele é, sobretudo, auxiliado por dois principais elementos físicos: a casa e a igreja. Ao afirmarem: a casa aqui é nossa, que ela proporciona uma maior individualidade, que não é mais uma situação de risco, estão evidenciando a centralidade dela em suas vidas e, do mesmo modo, afirmando a positividade do ato de se mudar para o local. Assim, reconhecem a nova casa como melhor e como uma propriedade da família. Essas e outras evidências explicitam, portanto, a construção de novas identidades territoriais.

Artigo recebido em 24 jul. 2017.
Aprovado para publicação em 03 nov. 2017.

Referências

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Cartilha do Minha Casa Minha Vida*. Brasília: CEF, s.d.

CARRANO, P. C. R. *Os jovens e a cidade*: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas. Rio de Janeiro: RelumeDumará/FAPERJ, 2002.

CARLOS, A. F. A. A. A questão da habitação na metrópole de São Paulo. *Scripta Nova*, Barcelona, vol. VII, n. 146, ano 46, s.p., ago. 2003.

_____. *O espaço urbano novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASSAB, C. *(Re) construir utopias*: jovem, cidade e política. 2009. 228f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

_____. Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução. *Lócus - Revista de História de Juiz de Fora,* Juiz de Fora, v.17,n.2, p.145-159, 2011.

_____; BARBOSA, M. *O Programa Minha Casa Minha Vida na realidade de uma cidade média*: Impactos no ordenamento urbano e na (re)definição das identidades territoriais dos jovens residentes. Relatório apresentado à FAPEMIG, Juiz de Fora, 2015.

CORREA, R. L. Territorialidade e Corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *Território*: Globalização e Fragmentação. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 251-256. COSTA, M. R. Os Carecas de Cristo e as tribos Urbanas do Undergroud Evangélico. In: PAIS, J. M.; BLASS, L. M. S. (Org.). *Tribos Urbanas*: produção artística e identidades. São Paulo: Anablume, 2004.

FERNANDES, D. *Desvendando territórios*: juventude evangélica no bairro Jardim das Américas. 2007. 109f. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava/PR, 2007.

FERNANDES, S. R. A. Juventudes nas igrejas e fora delas, crenças, percepções da política e (des) vinculações. *Tomo*, São Cristóvão/SE, n. 14, p. 99-126, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/500/416>. Acesso em: 23 out. 2016.

G1. *Moradores se queixam de estrutura no Parque das Águas em Juiz de Fora*. Dez. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2013/12/moradores-se-queixam-de-estrutura-no-parque-das-aguas-em-juiz-de-fora.html>. Acesso em: 5 dez. 2016.

GOMES, E. E. No bairro tem igreja: práticas culturais entre jovens pentecostais. *Cadernos Ceru*, São Paulo, n. 18, p. 69-89, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ceru/article/viewFile/11833/13610>. Acesso em: 21 jun. 2016.

GOMES, P. C. A cultura pública e o espaço: desafios metodológicos. In: ROSENDAHL, Z; CORREA, R. L. (Org.). *Região, identidade e território*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

GOULART, D. A. O espaço do jovem em meio ao crescimento evangélico. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, IV, 2008, Salvador/BA. *Anais*... Salvador/BA: UFBA, 2008. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14576.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2016.

GROPPO, L. A. *Juventude*: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

_____. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. *Revista de Educação do Cogeime*, Rio de Janeiro, ano 13, n, 25, p. 9-22, dez. 2004. Disponível em: <http://www.cogeime.org.br/revista/cap0125.pdf>. 12 jul. 2016.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: ROSENNDAHL, Z; CORREA, R. L. (Orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de janeiro: Ed. UERJ, 1999.

_____. Territórios e multiterritorialidade: um debate. *Revista GEOgraphia*, Rio de Janeiro, ano IX, n.17, p.19-45, 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/213/205>. Acesso em: 28 set. 2016.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A EDITORA, 2002.

MASCARÓ, L; MASCARÓ, J. *Vegetação urbana*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise social*, vol. XXV, n. 105/106, p. 139-165, 1º/2º semestre 1990. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2016.

SAQUET, M. A. Proposições para estudos territoriais. *Revista GEOgrafia*, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 15, p. 71-85, 2006.

_____. Por uma abordagem territorial. In: _____; SPOSITO, E. S. *Territórios e territorialidades*: teorias, processos e conflitos. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-95.

_____. *Abordagens e concepções de território*. 4ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

O Outro queer no contexto conservador global

Renato Contente[1]

Queer Otherness in the global conservative context

http:/dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.70592

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM/UFPE). Bolsista CNPQ. E-mail: rcontente@gmail.com

Resumo:

O presente artigo se propõe a tecer considerações teóricas para se pensar a condição do Outro *queer* no contexto neoliberal contemporâneo. Para tal, buscarmos respostas na visão dos autores pós-estruturalistas Michel Foucault (2000), cuja ideia de épistemê é atrelada à cisão entre o Mesmo e Outro, e Judith Butler (1993; 2015), nome-chave por trás da teoria *queer*. Adiante, abordaremos a questão do Outro na modernidade, através de Georg Simmel (1983) e Hannah Arendt (1999). Sustentamos a condição de "estrangeiro" da população *queer* em um corpo social de matriz heterossexista, onde a ela é negada a condição de sujeito – situação que dispõe o Outro não necessariamente como um elemento externo ao Mesmo, mas como elemento fundamental para a própria delimitação e constituição deste Mesmo.

Palavras-chave: LGBTfobia, o Outro, Gênero, Sexualidade.

Abstract:

The present article proposes to make theoretical considerations to think the condition of the Other queer in the contemporary neoliberal context. To that end, we seek answers in the view of post-structuralists Michel Foucault (2000), whose idea of epistem is linked to the split between the Same and the Other, and Judith Butler (1993; 2015), fundamental name behind queer theory. We will also approach the question of the Other in modernity, through Georg Simmel (1983) and Hannah Arendt (1999). We maintain the "alien" condition of the queer population in a social body with a heterosexist matrix, where it is denied the condition of subject - situation that puts the Other not necessarily as an external element to the Same, but as a fundamental element for its (the Same's) delimitation and constitution.

Keywords: LGBTphobia, Otherness, Gender, Sexuality.

Introdução

Diante de um desmanche generalizado de instituições, hábitos e afetos, dificilmente pode-se falar de uma camada da contemporaneidade que não seja atravessada pela ideia de "crise". Como aponta Chauí (2006, p. 324), vivemos em tempos inerentes à instabilidade, à dispersão, à fragmentação e ao individualismo exacerbado, em um contexto penetrado pela violência. O crescente espaço tomado pelo discurso conservador em escala global, aliado à engrenagem neoliberal e à fragmentação de referenciais primários, como as conexões afetivas e a relação com a tecnologia, compõe parte significativa da força motriz do estado de crise que vivenciamos atualmente.

Nesse contexto, a alteridade, possibilitada pelo espaço cedido ao Outro, encontra falhas substanciais em suas próprias condições de existência, dificultando o exercício do respeito à categoria humana em sua diversidade. Não à toa, testemunhamos, nas realidades concreta e virtual, diversas reações ao discurso conservador advindas de pontos contra-hegemônicos do corpo social, ao exemplo dos levantes LGBTs, feministas, negros e indígenas. Neste artigo, nos ateremos aos indivíduos de sexualidades e gêneros que extrapolam o eixo do desejo heterossexual cisgênero (BUTLER, 2015) no contexto neoliberal, dentro do qual vivenciam as violências inerentes às pessoas que diferem dos termos estipulados pela epistemê vigente.

Foucault contextualiza a percepção do Outro ao rastrear o que considerou "as duas grandes descontinuidades da epistemê da cultura ocidental": a que inaugura a idade clássica, por volta do século XVIII, e a que, no início do século XIX, marca o limiar da modernidade ocidental (FOUCAULT, 2000, p. 18). O autor toma como exemplo o advento da loucura, construção de um discurso médico-científico no século XIX, para contextualizar a relação do Mesmo com o Outro. De acordo com o francês:

> A história da loucura seria a história do Outro — daquilo que, para uma cultura é ao mesmo tempo interior e estranho, a ser portanto excluído (para conjurar-lhe o perigo interior), encerrando-o porém (para reduzir-lhe a alteridade); a história da ordem das coisas seria a história do Mesmo — daquilo que, para uma cultura, é ao mesmo tempo disperso e aparentado, a ser portanto distinguido por marcas e recolhido em identidades (FOUCAULT, 2000, p. 21).

Maria Lucia Barroco (2011) propõe uma análise da sociabilidade contemporânea a partir do rastro neoliberal. A autora argumenta que as transformações operadas no capitalismo mundial, a partir da década de 1970, resultaram no agravamento da desigualdade estrutural e na degradação da vida humana e da natureza. Ao intervir na vida dos indivíduos, esse processo teria produzido uma nova dinâmica dentro do conjunto das relações sociais, especialmente por conta da insegurança vivenciada objetiva e

subjetivamente pelos sujeitos em seu cotidiano. O pensamento dominante do capitalismo contemporâneo, portanto, justificaria as transformações operadas na vida social pela ofensiva do capital (BARROCO, 2011, p. 206).

Como situam Dardot e Laval (2016, p. 7), a mentalidade neoliberal é mais do que a expressão de uma ideologia ou de uma política econômica: ela compreende um sistema normativo que ampliou sua influência globalmente, tendo estendido a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida. Consiste em um "conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17). Os filósofos sustentam que a crise econômica de 2008 demonstrou que o neoliberalismo engendra desastres de ordem econômica, social, ética e política na mesma medida em que se autofortalece, ao fazer surgir "um sistema de normas e instituições que comprime as sociedades como um nó de forca" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 8).

Barroco argumenta que o neoconservadorismo (o conservadorismo situado no contexto neoliberal atual) busca legitimação pela repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana. Para autora, essas formas de repressão implicam violência contra o Outro, sendo estas mediadas moralmente, em diferentes níveis, na medida em que objetivam a negação do Outro. Quando o Outro é discriminado, portanto, a ele é negado o direito de existir como tal ou de existir com as suas diferenças (BARROCO, 2011, p. 209).

É pertinente pontuar as subjetividades produzidas pelo neoliberalismo como mecanismos de controle e sujeição dos corpos mais elaborados do que o liberalismo clássico e o fascismo, sistemas desenvolvidos dentro de uma lógica moderna que reiterava identidades coletivas a partir de uma delimitação dualista e mais clara entre o Mesmo e o Outro. No neoliberalismo, devido à sua dinâmica específica de produção de subjetividades e à fragmentação de identidades que promove, a relação entre o Mesmo e o Outro surge mais nebulosa, movediça. A diversidade de identidades é incorporada à lógica do capital no contexto neoliberal na medida em que os indivíduos que portam essas identidades podem consumir e colaborar para a manutenção do sistema socioeconômico.

No contexto da população LGBT, isso se reflete nos processos de normatização dos corpos *queer*, que adquirem legitimidade ao se aproximar das ideias de masculino e feminino que amparam a heteronormatividade. Visualizamos isso no próprio processo transexualizador que "convida" as pessoas transexuais a adquirirem legitimidade social através de uma passabilidade heterossexual e cisgênera, ou a economia do desejo homossexual masculino hegemônico, que determina como desejáveis corpos brancos, não afeminados, fortes e "discretos", ao passo em que lê como abjetas representações de masculinidade que diferem dessa norma. Nesse sentido, o Mesmo e o Outro se reconfiguram e provocam tensionamentos e rupturas dentro da ideia que estipula uma unidade possível dentro das vivências abarcadas pela sigla LGBT.

Butler (2016) nos fornece subsídios para compreender a LGBTfobia contemporânea através da biopolítica conservada pela mentalidade neoliberal. No texto em questão, a filósofa desconstrói o argumento de que as formas de violência e assujeitamento sofridas pelos integrantes dos "novos movimentos sociais", ao exemplo do próprio movimento LGBT, são "meramente culturais", e não propriamente econômicas. Se assim fosse, a autora argumenta, esses tipos de opressão seriam menos importantes do que os tipos de opressão exercidos contra classes que desempenham reconhecida centralidade na estrutura econômica da sociedade, como as mulheres, os negros e os trabalhadores. Nesse sentido, a autora não apenas defende o papel de destaque ocupado pelas questões de gênero dentro da economia política, papel este que é sobretudo de regulação sexual, mas também as violências homotransfóbicas como produto desse regime econômico.

Para Butler (2016), a construção dos sujeitos é impactada pelos múltiplos discursos e tecnologias orquestrados, em grande medida, "por duas instituições seculares e estratégicas para o funcionamento capitalista: o falocentrismo e a heterossexualidade" (2016, p. 227). Um contrassenso ao funcionamento ideal desse sistema, portanto, residiria nas sexualidades e gêneros dissidentes, não associáveis, em um primeiro momento, aos corpos dóceis, úteis e disciplinados descritos por Foucault. Butler argumenta que a regulação da sexualidade foi sistematicamente vinculada ao modo de produção adequado ao funcionamento da economia política, na medida em que o gênero normativo serve à reprodução da família normativa (BUTLER, 2016, p. 240).

A autora assinala que as operações de homotransfobia são centrais ao funcionamento da economia política, uma vez que elas constituem uma ameaça fundamental à sua própria viabilidade. Dessa maneira, o econômico, vinculado ao reprodutivo, está necessariamente atrelado à reprodução da heterossexualidade compulsória. Isso não implica que as sexualidades e gêneros dissidentes sejam deixados de fora dessa dinâmica, mas que a sua supressão é essencial para a operação daquela normatividade prévia, fortalecendo um "modo específico de produção e troca sexual que atua para manter a estabilidade do gênero, a heterossexualidade do desejo e a naturalização da família" (BUTLER, 2016, p. 242).

Produção de corpos abjetos

Lançamos mão da conceituação de corpos abjetos trazida por Butler (1993; 2015) como gatilho inicial para se pensar o Outro *queer* na contemporaneidade. Nesse sentido, ressaltamos a condição de "estrangeiro" da população *queer* em um corpo social de matriz heterossexista, onde a ela é negada a condição de sujeito – situação que dispõe o Outro não necessariamente como um elemento externo ao Mesmo, mas como elemento fundamental para a própria delimitação e constituição deste Mesmo. Assim, os sujeitos são formados através de uma matriz heterossexual excludente, onde há a produção simultânea de um

domínio pertencente aos seres abjetos, aqueles que ainda não são 'sujeitos', mas que dão corpo justamente à exterioridade do que é tido como o domínio do sujeito "legítimo".

Os "perigos" sinalizados por esses corpos desviantes compõem o argumento de Butler (1993; 2015) em torno dos corpos abjetos. A autora defende que as corporalidades abjetas designam as zonas "inabitáveis" da vida social, ainda que densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito e cujas vidas "sem dignidade para existir" demarcam justamente o domínio do sujeito "legítimo". Nesse sentido, "o sujeito é constituído através da força de exclusão e abjeção, esta que produz o que é exterior ao sujeito, um exterior abjeto que está, não obstante, 'dentro' do sujeito como seu próprio repúdio fundacional" (BUTLER, 1993, p. 14).

Se a materialidade do sexo é demarcada em discurso, na visão de Butler essa própria demarcação será responsável pela produção de um domínio dos "sexos" excluídos e deslegitimados. Seguindo esse raciocínio, a autora afirma que é tão importante pensar como e com que objetivos os corpos são construídos, quanto como e com que objetivos os corpos não são construídos. Assim, é preciso se perguntar também como os corpos que "falham" ao não conseguirem se materializar como "inteiramente humanos" conseguem prover a referência exterior necessária para os corpos que, normativamente materializados, são qualificados como corpos que importam. A autora aponta que a efetivação desse "campo de deformação" estimula e legitima o questionamento sobre se os estilos de vida dos indivíduos tidos com desviantes podem ser considerados como "vida", ou mesmo se as vidas desses Outros corpos são dignas de serem protegidas, salvas e lamentadas (BUTLER, 1993, p. 27).

Tendo isso em vista, nos filiamos a Butler quanto a uma perspectiva constitutiva do Outro – ou seja, o Outro visto mais como elemento fundamental para a constituição do Mesmo do que propriamente um elemento estranho, externo ao Mesmo, um "estrangeiro". Ainda assim, consideramos pertinente trazer a perspectiva de Simmel (1983), autor de uma conceituação clássica do Outro a partir dessa segunda perspectiva. Sobretudo porque, embora localizasse o Outro como uma referência externa ao Mesmo, em leitura de Tedesco (2007, p. 64), o estrangeiro de que fala Simmel serve de referência à identidade dos grupos para definir elementos negativos do Outro.

Como descreve Tedesco (2007) ao analisar "O estrangeiro" (1983) de Simmel – texto no qual o sociólogo analisa o Outro a partir da figura do estrangeiro que começava a obter extenso relevo na Europa do início do século XX –, a condição de estrangeiro excede a do indivíduo que visita ou reside em um país que não seja o seu de origem. Ela diz respeito aos sujeitos que, em alguma medida, estão desajustados à normatividade requerida pelas estruturas de poder que circundam sua existência. Dessa maneira, o estrangeiro não possui uma dimensão de fronteira física, mas sim simbólico-social (TEDESCO, 2007, p. 64), ponto no qual reside a questão do Outro *queer*.

Destacadas como elementos estranhos em meio a um corpo social de condução heteronormativa, também hegemonicamente branco e cisgênero, as pessoas *queer*, de

sexualidades e gêneros periféricos, como se refere Foucault (2005, p. 48), são alvo recorrente de agressões físicas e simbólicas. Estão entre os seres anormais e os corpos indóceis e indisciplinados problematizados por Foucault (2005), assim como os corpos abjetos descritos por Judith Butler (1993; 2015) e o Outro, o estrangeiro em relação a nós, de que tratam autores como Georg Simmel (1983) e Hannah Arendt (1999).

Esses sujeitos não cisgêneros e/ou não heterossexuais são violentados e assassinados com frequência alarmante no Brasil. Em 2016, foram contabilizadas 343 investidas fatais contra esses indivíduos, o maior montante desde o início das apurações anuais do Grupo Gay da Bahia, em 1970[1]. As estatísticas situam o país como recordista mundial de crimes contra LGBTs, com o registro de uma morte por motivações LGBTfóbicas a cada 25 horas. São indivíduos que sofrem estigmas (e não raro reproduzem-nos entre os seus pares) que repousam com indesejável estabilidade no discurso dominante.

O Outro na Modernidade

Foi em tempos sombrios, nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, que Georg Simmel (1983) avaliou a construção do imaginário em torno do estrangeiro (*the stranger*). O termo é tomado aqui não como a condição do indivíduo que está em outro país que não o seu originário, mas como o Outro: o corpo estranho no tecido social cuja "estranheza" é meticulosamente trabalhada no sentido de pôr em prática a lógica de exclusão articulada pelas instâncias políticas hegemônicas.

Simmel define o estrangeiro como um viajante em potencial, aquele que chega hoje, mas não necessariamente parte amanhã. É o indivíduo que consegue se introduzir em um grupo espacial simbólico, mas não é capaz de obter as condições de pertencimento efetivas compartilhadas pelos membros "autênticos" do grupo. Para o autor, "sua posição no grupo é determinada, essencialmente, pelo fato de não ter pertencido a ele desde o começo, pelo fato de ter introduzido qualidades que não se originaram nem poderiam se originar no próprio grupo" (SIMMEL, 1983, p. 182).

Tidos como "inimigos internos", os estrangeiros são parcialmente reconhecidos como integrantes do grupo sob uma condição dúbia: "se, de um lado, são imanentes e têm

[1] De acordo com o "Relatório 2016 - Assassinatos de LGBT no Brasil", produzido pelo Grupo Gay da Bahia, 343 lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais foram mortos em 2016. 31% desses assassinatos foram praticados com arma de fogo, 27% com armas brancas, incluindo enforcamento, pauladas, apedrejamento, tortura e queima do corpo. O relatório aponta também que travestis geralmente são assassinadas a tiro ou espancadas na rua, enquanto gays são mortos dentro de casa, com objetos domésticos: facas, fios elétricos ou sufocados na cama. Das 343 vítimas, 173 (50%) eram gays, 144 (42%) travestis e transexuais, 10 (3%) lésbicas, 4 (1%) bissexuais e 12 (4%) parceiros/amantes de transexuais ou travestis, além de pessoas que tinham algum envolvimento com a vítima ou que foram confundidas com LGBTs. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>. Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

uma posição de membros, por outro estão fora dele e o confrontam" (SIMMEL, 1983, p. 183). Ao estrangeiro é negada a condição de "proprietário de terra", "no sentido figurado de uma substância vital que é fixa", sendo ele tácita e coercitivamente incapaz de se localizar em um "ponto ideal do ambiente social" (SIMMEL, 1983, p 184).

Em comentário sobre o texto de Simmel, Tedesco (2007) sublinha que o autor localizava o estrangeiro na dimensão da incerteza e da ambiguidade, como um indivíduo que redefinia e reorganizava não apenas os seus próprios elementos cognitivos, como também os da sociedade que o hospeda. Sendo as categorizações práticas intrínsecas aos grupos sociais, portanto, "o estrangeiro serve de referência à identidade dos grupos para definir elementos negativos do outro" (2007, p. 64).

Hannah Arendt (1999) sustenta que o ódio é cultivado e manifestado a partir de uma instância de irreflexividade. Filósofa política, alemã e judia, Arendt foi convidada em 1961 pela publicação estadunidense *The New Yorker* para reportar o julgamento de Adolf Eichmann, um dos funcionários do governo nazista que transportavam prisioneiros para os campos de concentração do regime. Diante de um evento amplamente midiatizado, cuja narrativa principal era orientada pela responsabilidade de Eichmann pelos assassinatos em massa, Arendt aos poucos passou a considerar o inicialmente frágil argumento de defesa do réu: não se tratava de um monstro, mas de um burocrata desconcertantemente comum.

Na perspectiva da autora, "o problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais" (ARENDT, 1999, p. 166). Arendt sustenta que, do ponto de vista das instituições e padrões morais de julgamento, "essa normalidade era muito mais apavorante do que todas as atrocidades juntas", uma vez que suscitava uma nova classificação de criminoso, o *hostis generis humani* (inimigo da raça humana, em tradução livre), "que comete seus crimes em circunstâncias que tornam praticamente impossível para ele saber ou sentir que está agindo de modo errado" (ARENDT, 1999, p. 166).

Eichmann, por consequência, consistiria em um burocrata medíocre – um fascista em potencial, nos termos de Adorno (1950, p. 8), ou uma manifestação daquilo que Foucault define como *homo oeconomicus* (2008, p. 368) –, refletindo uma mentalidade geral que fora construída a partir da destituição da capacidade de pensar[2] e de discernir termos morais. Uma mentalidade sistematicamente reproduzida nos termos de um estado organizado burocraticamente e fundado na biopolítica, portanto.

[2] Para Arendt, o ato de pensar destoa da tradição metafísica que o demarcava exclusivamente pela quietude, contemplação e passividade, em contraste com o mundo da ação. A autora enxerga o ato de pensar como a mais pura atividade humana, capaz de propiciar uma saída do mundo. Essa saída do mundo, por sua vez, diz respeito à "capacidade de romper com o cotidiano, uma descontinuidade própria da vida humana, uma parada, uma reflexão, o ato de voltar-se sobre os acontecimentos a fim de dar significado a eles". Assim, o ato de pensar significa romper com o mundo, "mas não é trocar esse mundo por um melhor, mais puro ou mais profundo, como erroneamente indicou a tradição metafísica" (ARENDT, 1995 apud ANDRADE, 2010, p. 121).

Esse *modus operandi*, portanto, incidiria de maneira direta na capacidade reflexiva dos indivíduos. Em sua conceituação da banalidade do mal, Arendt sustenta que o mal não é radical, ou seja, "não tem raízes, não tem profundidade", consistindo, ao invés disso, em um fungo, sem raiz ou semente, que se espalha sobre uma determinada superfície: "a massa de cidadãos inaptos para a capacidade de pensar e incapazes de dar significado aos acontecimentos e aos próprios atos" (ASSY, 2001 apud ANDRADE, 2010, p. 113).

Dessa maneira, "o mal não é radical, mas pode ser extremo; ele é superficial, ainda que suas consequências sejam incalculavelmente desastrosas e monstruosas" (SOUKI, 1998; ASSIS, 2001 apud ANDRADE, 2010, p. 113). Para a Arendt, "a incapacidade de pensar oferece um ambiente privilegiado para o fracasso moral", uma vez que "o ato de pensar poderia – pois não há garantias ou certezas – condicionar os seres humanos a não praticar o mal" (ANDRADE, 2010, p. 120).

Problematizando a dicotomia Mesmo/Outro, Bauman define a prática tipicamente moderna como o esforço contínuo de exterminar a ambivalência para obter condições de definir o mundo com precisão e eliminar tudo aquilo que não pudesse ser rigorosamente definido (BAUMAN, 1999, p. 15). Dessa maneira, como citado anteriormente, a intolerância se coloca como inclinação natural da prática moderna, na medida em que a construção da ordem "exige a negação dos direitos e das razões de tudo que não pode ser assimilado – a deslegitimação do outro" (BAUMAN, 1999, p. 16).

Dessa maneira, a existência é moderna na medida em que é administrada por "agentes soberanos" que defendem com sucesso o direito de gerenciar e administrar a vida coletiva: "o direito de definir a ordem e pôr de lado o caos como refugo que escapa à definição" (BAUMAN, 1999, p. 15). Nesse sentido, aquilo que escapa à definição assistida pelo poder é considerado subversivo, afinal, o Outro dessa soberania são as áreas proibidas, de agitação e desobediência, de colapso da lei e da ordem (BAUMAN, 1999, p. 16). Como o autor sustenta:

> Em dicotomias cruciais para a prática e a visão da ordem social, o poder diferenciador esconde-se em geral por trás de um dos membros da oposição. O segundo membro não passa do outro do primeiro, o lado oposto (degradado, suprimido, exilado) do primeiro e sua criação. Assim, a anormalidade é o outro da norma, o desvio é o outro do cumprimento da lei, a doença é o outro da saúde, a barbárie o outro da civilização, o animal o outro do humano, a mulher o outro do homem, o forasteiro o outro do nativo, o inimigo o outro do amigo, "eles" o outro de "nós", a insanidade o outro da razão, o estrangeiro o outro do súdito do Estado, o público leigo o outro do especialista. Um lado depende do outro, mas a dependência não é simétrica. O segundo lado depende do primeiro para o seu planejado e forçado isolamento. O primeiro depende do segundo para sua autoafirmação (BAUMAN, 1999, p. 23).

Para o autor, a natureza dicotômica da modernidade produz seus próprios refugos ao mesmo tempo em que se esforça para elimininá-los, dado que eles "desafiam a classificação e a arrumação da grade" e são a "mistura desautorizada de categorias que não devem se misturar" (BAUMAN, 1999, p. 23). Tendo em vista que o Estado moderno tinha como fim a constituição de uma sociedade racionalmente planejada, "ordeira e afinada com os preceitos da razão", Bauman lança mão de uma metáfora na qual atribui ao Estado o papel de "jardineiro".

De acordo com ele, a mentalidade moderna "desmantelou os mecanismos existentes de reprodução e auto-equilíbrio da população", colocando em seu lugar "mecanismos construídos com a finalidade de apontar a mudança na direção do projeto racional" (BAUMAN, 1999, p. 29). Na visão do autor, este projeto estabelecia como critério de atuação a divisão da população em duas categorias, que remetem, por sua vez, à biopolítica tratada por Foucault (2005): "plantas úteis", a serem estimuladas e cuidadosamente cultivadas, e "ervas daninhas", a serem removidas ou arrancadas.

A ameaça do Outro queer

O Outro consiste em uma categoria que denota a capacidade das sociedades de criarem um senso de pertencimento, identidade e status social que define a construção das identidades das maiorias e minorias (ZEVALLOS, 2011). Trata-se de uma potente categoria simbólica vastamente instrumentalizada politicamente, que compreende indivíduos, grupos ou nações estrategicamente dispostos à margem dos poderes hegemônicos, sejam estes de ordem econômica, social, racial ou sexual.

O termo "Outro" possui limitações epistemológicas que merecem ser levadas em consideração. O Outro consiste em uma instância simbólica produzida de um ponto de vista dominante dentro de uma lógica de oposição binária. Quando nos referimos a este termo, estamos conscientes dessa contradição e reiteramos seu caráter passível de crítica, não sendo, portanto, nosso objetivo fortalecer seu uso por um viés etnocêntrico[3], que consistiria em "privilegiar um universo de representações propondo-o como modelo e reduzindo à insignificância os demais universos e culturas 'diferentes'" (CARVALHO, 1997, p. 181).

Aqui nos atemos ao Outro como forma de evidenciar uma construção simbólica que é utilizada para estigmatizar grupos e efetivar uma legitimação social do ódio. Sublinhamos, portanto, um tipo de violência que não só foi concretizada historicamente "por meio da violência física contida nas diversas formas de colonialismos, mas, sobretudo,

[3] De acordo com Dibyendu, o estudo de uma "outra cultura" é uma área cuja origem remonta aos pesquisadores orientalistas, que entendiam as populações do Terceiro Mundo como fracas e de moralidade duvidosa. Em uma perspectiva eurocêntrica, essas "outras" populações precisariam passar por um processo civilizatório para se adequar à cultura e aos valores legítimos europeus (2013, p. 26).

disfarçadamente por meio daquilo que Bourdieu chama violência simbólica" (CARVALHO, 1997, p. 181).

Butler propõe em "Problemas de gênero" (2015) justamente um questionamento da dicotomia Mesmo/Outro historicamente atribuída ao modelo de gênero conservador, em que o Mesmo consiste na figura masculina, e o Outro em seu oposto feminino. Para a autora, o poder é mais do que a permuta entre sujeitos ou uma relação de inversão constante entre um sujeito e um Outro: ele produz a estrutura binária em que se pensa o conceito de gênero, sendo preciso desmascarar o regime epistemológico da presunção da heterossexualidade "como produtor e reificador dessas categorias ostensivamente ontológicas". (BUTLER, 2015, p. 8). Nesse sentido:

> A noção de que pode haver uma "verdade" do sexo, como Foucault a denomina ironicamente, é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes. A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre "feminino" e "masculino", em que estes são compreendidos como atributos expressivos de "macho" e de "fêmea". A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de "identidade" não possam "existir" (BUTLER, 2015, p. 44).

Butler destaca que as identidades "que não podem existir" são historicamente tidas como falhas de desenvolvimento ou impossibilidades lógicas por não se conformarem às normas da inteligibilidade cultural hetenormativa. No entanto, sua proliferação possibilita expor os limites e os objetivos reguladores dos mecanismos de inteligibilidade no sentido de "disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem de gênero" (BUTLER, 2016, p. 44).

Para driblar as limitações impostas pelo modelo binário Mesmo/Outro na problemática LGBT, Ganguli Dibyendu (2013, p. 26) nos orienta a pensar a questão do Outro a partir da teoria *queer* de Butler (2015), para quem as identidades não são fixas e nem determinam quem somos. Como recupera o autor, as identidades *queer* são caracterizadas por resistirem à perspectiva heterossexual convencional, desfazendo a dicotomia "heterossexual-homossexual" ao situar-se fora dessa estrutura. Dessa maneira, os estudos *queer* sustentam que essa dicotomia não é uma necessidade biológica ou cultural, mas antes o produto de uma ideologia hegemônica que restringe e compele os desejos dos indivíduos (DIBYENDU, 2013, p. 26)

Como alerta Dibyendu (2013, p. 25), um reconhecimento simplista da diversidade humana convencional, combinada a uma perspectiva etnocêntrica, pode nos conduzir a um pensamento hierárquico ou estereotipado acerca do "diferente", nos direcionando ao erro de enxergar de maneira homogênea uma categoria humana tão complexa como a população

LGBT. Apesar desse aspecto limitante, utilizaremos como ferramenta analítica o esquema binário Mesmo/Outro (*self/Other*). O Outro, portanto, constitui uma das faces de uma dicotomia que opõe duas categorias de indivíduos (DIBYENDU, 2013, p. 25), ou como define Foucault (2000, p. 8), os indivíduos em consonância com uma épistemê e os indivíduos que dela destoam em alguma medida.

Dibyendu sublinha que, em uma sociedade heterossexista, a homossexualidade (e podemos considerar outras sexualidades consideradas periféricas) é o Outro da heterossexualidade. Para o autor, as diferenças sexuais são o resultado da exclusão e internalização da questão sexual do Outro (*sexual 'Otherness'*). Consideraremos, portanto, os comentadores de mensagens LGBTfóbicas nas redes sociais como sendo os indivíduos Mesmos heterossexistas, que através da adesão ao discurso hegemônico desqualificam a existência dos indivíduos Outros, aqueles que não se conformam a uma matriz heterossexual de conceituação do gênero e do desejo (BUTLER, 2015, p. 8).

Como consequência disso, as pessoas de sexualidades e gêneros dissidentes enfrentam diferentes formas de perseguição por parte de diversos agentes da sociedade. Na perspectiva de Dibyendu, a exclusão social e a desigualdade estão intimamente relacionadas ao conceito do Outro, sendo substrato da dinâmica das relações de poder. Nesse sentido, o autor sustenta que o grupo interno (Mesmo) consolida e define sua identidade como superior em relação aos outros grupos (Outro), uma vez que as estruturas de poder perpetuam a desigualdade e atuam no sentido de minar continuamente as tentativas de empoderamento dos grupos menos favorecidos (DIBYENDU, 2013, p. 25).

Em linha de pensamento semelhante, Butler (1993) defende que as normas regulatórias do sexo atuam de maneira performativa para "constituir a materialização dos corpos e, mais especificamente, materializar o sexo do corpo, materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual" (BUTLER, 1993, p. 13), o Mesmo que atua sobre os mecanismos reguladores da épistemê ocidental.

Considerações finais

O artigo procurou mostrar como o Outro *queer* se situa no contexto neoliberal contemporâneo, a partir das fronteiras simbólico-sociais que delimitam sua existência enquanto "estrangeiro" dentro de um tecido social heterossexista. É nesse espaço fronteiriço onde é radicalizada a cisão entre o Mesmo e o Outro e suas reconfigurações no contexto neoliberal, e também onde os indivíduos LGBTs vivenciam a substituição, alteração e redefinição de "solidariedades, integrações, raízes, direitos e vínculos comunitários", elementos de que tratou Simmel (1983) em "O estrangeiro". Nessas condições, o Outro *queer* ocupa um lugar permanente de lutas e resistências, de ordem política e discursiva, mas também social e econômica, dado que as operações de LGBTfobia são centrais ao funcionamento da econômica política, como sustenta Butler (2016).

Uma vez que a mentalidade neoliberal produz novos tipos de subjetivação, a partir de um quadro geral em que impera a precariedade da vida humana (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 9), a ação coletiva é dificultada em nome de um estado de competição interindividual que transpõe a centralidade econômica para todos os âmbitos da vida (FOUCAULT, 2008; DANNER, 2011). Como sustenta Barroco (2011, p. 209), as formas de repressão que emergem nesse contexto produzem diversos tipos de violência contra o Outro, objetivando sua negação. Quando o Outro é discriminado, portanto, a ele é negado o direito de existir como tal ou de existir com as suas diferenças.

Em sentido semelhante, Butler (1993) argumenta que aos indivíduos cujos corpos são tidos como abjetos é negada a própria condição de sujeito: são vidas sem dignidade para existir, deslegitimadas em sua própria natureza, existentes em constante condição de negação de si mesmas. Nesse sentido, o Mesmo do Outro abjeto consistiria nos corpos saudáveis, normativos e economicamente produtivos. Corpos que são acolhidos pelo capitalismo e aptos a atuar com o fim de seu pleno funcionamento, seja através de postos de trabalho precários, seja através da função normativa de manutenção da família heterossexual, cisgênera e monogâmica.

Assim, podemos remeter a Foucault, para quem épistemê atual exige corpos dóceis, úteis e disciplinados, produzidos a partir da criação de "identidades fixas, dos papéis sociais e sexuais bem definidos, da heteronormatividade, dos determinantes binários dos sexos e dos gêneros e dos discursos ascéticos" (PERES, 2011, p. 72). Se o indivíduo "ideal" (Mesmo), portanto, deve portar um corpo no qual materializa os discursos reguladores e disciplinares advindos das ações do biopoder, inscrições nos corpos que sinalizam desvios a essa lógica opressora cartesiana implicam contra-poderes, resistência e enfrentamento. Nesse contexto, o Outro *queer*, esteja ele contemplado pela limitante sigla LGBT ou a extrapole, tem papel fundamental na linha de frente que pode subverter as narrativas hegemônicas que suprimem sua própria existência.

Artigo recebido em 21 jul. 2017.
Aprovado para publicação em 30 set. 2017.

Referências

ANDRADE, Marcelo. "A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas". *Revista Brasileira de Educação*, Vol. 15(43), 2010, p. 110-125. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782010000100008>. Acesso em: 21/06/2017.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Livro digital.

BARROCO, Maria Lucia. "Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político". *Serviço Social e Sociedade*, n. 106, São Paulo, p. 205-2018. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000200002>. Acesso em 19/06/2017.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter*. Nova Iorque: Routledge New York & London, 1993.

_____. "Meramente cultural". *Ideia*, Vol. 7(2), São Paulo, p. 227-248.

_____. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Carlos de Paula. "Etnocentrismo: inconsciente, imaginário e preconceito no universo das organizações criativas". *Interface*, Vol. 1(1), 1997, São Paulo, p. 181-186. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32831997000200014>. Acesso em 11/06/2017.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia – O discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2006.

DANNER, Fernando. *Biopolítica e liberalismo: a crítica da racionalidade política em Michel Foucault*. 2011. 168 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3504>. Acesso em 23/06/2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIBYENDY, Ganguli. "Negotiating Sexual 'Otherness': An Exploratory Study of Harassment on Male Homosexuals in Metropolitan Kolkata, India". *International Research Journal of Social Sciences*, Vol. 2(3), Índia, 2013, p. 25-30. Disponível em: <http://www.isca.in/IJSS/Archive/v2/i3/5.ISCA-IRJSS-2013-028.pdf>. Acesso em: 23/06/2017.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2014.

_____. *História da Sexualidade I – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LIMA, Fátima. *Corpos, gêneros, sexualidade: políticas de subjetivação*. Porto Alegre: Rede Unida, 2014. Disponível em: <http://www.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital>. Acesso em 19/07/2017.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. *Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos*. São Paulo: Annablume, 2012.

PERES, William Siqueira. Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos. In: SOUZA, Luís Antonio Francisco (Org.). *Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito*. Marília: Oficina Acadêmica; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/foucault_book.pdf>. Acesso em: 10/06/2017.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In: FILHO, Evaristo de Moraes (Org.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

TEDESCO, João Carlos. "Georg Simmel e as ambiguidades da modernidade". Ciências Sociais Unisinos, Vol. 43, São Leopoldo (RS), 2007, 57-67. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/5648>. Acesso em 20/06/2017.

THIOLLENT, Michel. "Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante". *Tempo Social*, *10*(2), São Paulo, p. 63-100. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/ts.v10i2.86781>. Acesso em 14/07/2017.

ZEVALLOS, Zuleyka. "What's Otherness?". *Other Sociologist*, 2011. Disponível em: <https://othersociologist.com/sociology-of-gender/>. Acesso em 2

Nota de Pesquisa

Legado de bens e funcionamento jurisdicional no Pacífico Espanhol: os autos de bens de defuntos nas audiências ístmicas e do Pacífico no século XVI

Bequeathing and jurisdiction in the spanish pacific: the "autos de bienes de difuntos" in the isthmus and Pacific courts of the XVI century

Julio do Carmo Mouco [1]

http:/dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.70656

[1]Mestrando em História pelo PPGH-UFF. Bolsista CAPES. E-mail: juliodcm@gmail.com.

Resumo

A presente nota de pesquisa trata de uma análise da documentação de bens de defuntos produzida nas audiências no Pacífico espanhol no século XVI. Buscando informações sobre a composição humana e funcionamento jurisdicional e de legação de bens naquelas regiões através da análise da documentação de bens de defuntos produzidas nas mesmas.

Palavras-chave: conquista da América, bens de defuntos, portos.

Abstract

The present research notes is an effort of analysis of the “bienes de difuntos” documentation on the courts of the spanish pacific in the XVI century. Searching for clues about the human composition as well as the jurisdiction and bequeathing exposed on those documents.

Keywords: conquest of America, bienes de difuntos, shores.

Introdução

A progressão da presença espanhola nas Américas, embora não possa ser explicada unicamente por uma conjuntura anterior ocorrida na Península Ibérica do movimento caracterizado como Reconquista, é comumente apresentada por teóricos do tema[2] como derivativa da mesma, no funcionamento de suas instituições militares e jurídicas. Sendo um panorama do Império Espanhol em finais do século XV e início do XVI, um bom alicerce para compreender as empresas de conquistas desempenhadas na América Insular e Continental.

Da mesma maneira, algumas instituições consolidadas na Península Ibérica, seriam transferidas para a América com a intensificação da presença espanhola na mesma, justificada também pela necessidade de se afirmar uma posição da monarquia e de se administrar justiça aos súditos desses territórios ultramarinos, sendo um dos mecanismos principais a legação dos bens aos seus devidos familiares e legítimos herdeiros no velho mundo.

Essas relações de contato entre os particulares envolvidos em diversas atividades econômicas, das quais são destacadas no primeiro momento atividades extrativistas a metais preciosos e captura de escravos indígenas para alimentar os sistemas de feitorias espanholas no Caribe e Nova Espanha, reforçando o trabalho compulsório que caracterizou essas regiões. Essas atividades econômicas definiriam os primeiros momentos dos espanhóis na América, e uma das funções da Casa de Contratação na região era justamente tratar da custódia dos bens desses espanhóis envolvidos no translado e conectá-los com os seus eventuais herdeiros no Velho Mundo, uma vez que essas instituições jurídico-religiosas, como é o caso do ato de testar, geraram considerável documentação desde os primeiros momentos da presença ibérica na região e são uma das aproximações centrais pretendidas por esse texto, derivando uma pesquisa acerca dos testamentos de espanhóis falecidos em algumas audiências distantes do eixo central de colonização espanhola no século XVI.

Esse aparato jurídico espanhol acompanhou a complexificação das atividades desempenhadas pela incipiente sociedade do Novo Mundo, que dilatava e diversificava suas atividades principalmente de cunho comercial, ao mesmo tempo em que se buscava explorar essas novas regiões na busca de uma rota para as Índias a partir da América. De maneira que para regular e taxar esse fluxo de mercadorias e pessoas que ganhava nova dimensão, seria criada em Sevilha em 1503 a Casa de Contratação – um órgão real de caráter comercial responsável pela regulação e controle do tráfego americano[3].

Esse primeiro momento da presença espanhola nas Américas definiria um padrão

[2] Respectivamente:
ANDERSON, Perry. "*Linhagens do Estado Absolutista*". São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
ELLIOT, J. H. "*A Conquista Espanhola e a Colonização da América*". In: BETHELL, L. "*História da América Latina*". São Paulo: Edusp, 2012. p. 135-194.

[3] ELLIOT, J. H. "*A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII*". In: BETHELL, L. "História da América Latina". São Paulo: Edusp, 2012. p. 283-337. p. 285.

econômico a ser erigido na região[4], em seu caráter militar e expansionista relacionado à fidalguia de Castela, diretamente vinculada aos corpos militares envolvidos nos movimentos de conquista. Tal empresa expandiu-se em tamanho e jurisdição, o que fez com que o caráter naval das conquistas possibilitasse ao Império espanhol estabelecer, em finais do século XVI, uma dimensão territorial nunca antes concebida por uma monarquia europeia. Ao mesmo tempo em que, como anteriormente mencionado, dimensionou uma boa parte da jurisdição e da administração real no século XVI para esses novos territórios, que impunham uma presença real ostensiva, tanto no âmbito jurídico - para administrar justiça - como no econômico - para a efetiva taxação real das largas quantidades de metais preciosos que eram remetidos à Coroa.

Outra premissa que merece destaque é o fato de que a integração das rotas no Pacífico pelo império espanhol evidencia uma necessidade de comunicação entre as duas maiores civilizações americanas, já que estas rotas criaram um fluxo interno entre as duas regiões, mais tarde dois Vice-Reinos, o que possibilitou um significativo fluxo de pessoas e de troca de mercadorias entre as duas regiões. Tal zona era, em um primeiro momento, bastante afastada das rotas centrais que integraram América e Espanha, porém é importante destacar que essa rota interna foi de grande importância nos fluxos de conquista do Peru e da América Central. Constituindo as zonas de translado, importantes pontos de contato das rotas que interligavam a colônia com a metrópole.

Para uma compreensão dessas novas fundações portuárias voltadas para o exterior e para a continuação das conquistas, pode-se afirmar que a relação estabelecida entre a metrópole e suas possessões ultramarinas tratava-se de ocupações avançadas no território para exploração dos recursos, ampliação da influência da coroa nas regiões dominadas e desenvolvimento de integração entre as regiões coloniais. Caracterizando assim uma formação espacial dessas regiões orientadas para a metrópole, sendo identificados três objetivos geopolíticos centrais da coroa nesses territórios:[5]

1. A necessidade de comunicar a Nova Espanha e Peru com a Metrópole em uma rota regular de comércio;

2. A formação da rota das Filipinas, mais tarde galeão de Manila, que consistiram no período moderno na primeira rota para a China exclusivamente espanhola;

3. A necessidade de proteger os territórios do Pacífico contra os "invasores estrangeiros", que englobam os navegantes europeus inimigos da coroa de Castela, tendo em vista que essa região era considerada hegemonicamente

[4] Os dois artigos de John Elliot no volume I da coleção de Leslie Bethell acima citada fornecem um detalhado ensaio sobre os primeiros momentos da conquista.

[5] RUBIO, Lourdes de Ita. "*Los puertos novohispanos, su hinterland y su foreland durante el Siglo XVI*". p. 7. In: LANDAVAZO, Marco Antonio (coord.). "*Territorio, Frontera y la región en la historia de América. Siglos XVI al XX*". Editorial Porrúa. Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo – Instituto de Investigaciones históricas. México. 2003.

espanhola no século XVI e alvo de interesse da Inglaterra e da Companhia das Índias Ocidentais posteriormente.

Essa nova lógica operacional teria influência na formação dessas regiões afastadas dos grandes centros e essenciais para suprir a vasta rede de rotas e possibilitar uma efetiva operação naval do império espanhol no Pacífico. Tal especificidade do recorte se deu tendo em vista a relevância dessa região afastada do Império para a sua efetiva arrecadação durante os três séculos de presença real na América, sendo uma região pouco visitada pela historiografia. Sendo assim, esse trabalho tem o objetivo de ampliar uma compreensão dessa região em suas particularidades relativas principalmente à transmissão e legação de bens. Utilizamos para isso, um dos registros mais perenes dos particulares falecidos nas Índias, a composição de seus bens e da transmissão para suas respectivas famílias. A documentação testamentária emitida pela Casa de Contratação denominada Bens de defuntos, a qual possui um volume bastante considerável disponível digitalizada no *Archivo General de Indias* a qual será discutida a seguir.

"Segue na dita frota os bens dos defuntos falecidos nesta audiência": A documentação de bens de defuntos nos portos do Pacífico

O Istmo do Panamá receberia nos séculos XVI e XVII um grande número de europeus envolvidos na passagem. Tanto em direção às feitorias espanholas do Pacífico ou de volta à Castela, muitos homens fizeram esse translado oceânico e um número bastante considerável perdeu a vida no mesmo.

Esses falecimentos geraram um entrave jurídico em relação aos bens desses mortos, que comumente eram homens que vieram à América, atraídos pela promessa de fazer fortuna rápida e todos os seus herdeiros legítimos ainda residiam na Europa. Uma questão que surgira era como lidar com os bens desses falecidos. A solução seria encabeçada pela Casa de Contratação que criaria em 16 de janeiro de 1550[6] uma junta de governo dedicada exclusivamente à custódia, identificação de herdeiros legítimos e encaminhamento dos bens desses falecidos na América de volta aos seus legítimos beneficiários.

Constituindo capítulo de profusa relevância na história do direito e social nas Índias, tendo acompanhado todo o período colonial de sua história e produzido documentação em virtualmente todas as Audiências, nas quais permaneceram nas Américas, os juizados de *bienes de difuntos* atuavam desde o momento no qual esses europeus

[6] A criação do juizado de *bienes de difuntos* parece apontar para uma formalização de uma das muitas responsabilidades já vigentes da *Casa de Contratación*, já responsável pela custódia e justo repasse dos bens de falecidos nas Índias. Exercendo ao mesmo tempo o papel de aduana e feitoria para mercadorias no translado entre América e Europa, exercendo também funções judiciais em questões que surgissem no comércio e durante o trajeto das viagens, possuindo a Casa jurisdição sobre as causas civis e criminais, além de potestade sancionadora, incluindo cárcere próprio e o direito de custódia de pessoas. In: GARCIA LÓPEZ **María Belén.** "*Los Autos de Bienes de Difuntos en Indias - El caso del sevillano Baltasar Tercero*". Revista Novo Mundo, Mundos Novos. Guide du chercheur américaniste. DOI : 10.4000/nuevomundo.59829.

desembarcavam na América, fazendo um livro de registro com os nomes, lugar de origem e herdeiros caso essas pessoas viessem a falecer[7]. Em caso de óbito, o juizado responsável tinha a obrigação de fazer um inventário de todos os bens e dívidas que o morto adquiriu em sua permanência nas Índias, sendo os bens convertidos em moeda corrente e guardados em uma arca com três chaves, que seria remetida à Sevilha[8]. Sendo um dos juizados mais perenes e duradouros na história da América, presente em todas as cidades que se elevassem juridicamente a classe de *Audiencia* nas Índias. Paradoxalmente é um documento muito pouco estudado nos trabalhos relativos à história Colonial[9].

Esse trabalho focou em uma análise da documentação levantada até agora na pesquisa de mestrado que deu origem a esse texto. Tendo como objetivos empreender uma análise de remissões de bens de defuntos, que são os despachos realizados pela audiência no momento de emissão das caixas e documentação com os erários dos mortos nos navios em direção à Sevilha, buscou-se na documentação dados sobre a transmissão de bens e particularidades acerca da formação econômica desses particulares nessas regiões afastadas dos grandes centros espanhóis na América. Para esse texto, foram selecionadas algumas remissões expedidas pela Casa de Contratação no Pacífico espanhol, além de algumas cartas emitidas pelas mesmas audiências diretamente.

Algumas particularidades importantes sobre a composição humana evidenciam-se nesse tipo de documentação, por tratarem de regiões de portos de translado. Em uma remissão expedida em 1571[10], foi enviado à Sevilha o valor total de 9.369 pesos e 32 tamines, além de 20 grãos de prata relativos aos bens custodiados pela já mencionada Audiência do Panamá que foram remetidos à Casa de Contratação.

A caixa contava com um montante de ouro e prata com marcações distintas, algo bastante característico do período e especificamente do erário em questão, uma vez que os defuntos descritos na documentação provinham de distintas regiões do império espanhol no Pacífico, entre elas a Cidade dos Reis no Peru e Arequipa; o restante é descrito na documentação como falecido em Panamá e Verágua, estando dentre eles alguns homens do mar e comerciantes portugueses, que levavam consigo vários tipos de bens móveis e metálicos.

Uma das primeiras questões presentes na documentação, que nos chamaram a atenção durante a análise são a apresentação de uma discrepância entre as datas de envio

[7] ENCINAS, Diego. "*Cedulario Indiano, reproducción facsímil de la edición única de 1596, com estúdio e índices de Alfonso García-Gallo*", 4 t. Madrid. 1945-1946. In: FERNÁNDEZ, José Luis Soberanes. "*El Juzgado General de bienes de defuntos".* Revista Chilena de Historia del derecho. DOI: 10.5354/0719-5451.2010. 2010.
[8] *Id. Ibid.*
[9] FERNÁNDEZ, José Luiz Soberanes. "*El juzgado general de bienes de defuntos".* Revista Chilena de Historia del Derecho. Pág. 637-660. DOI: 10.5354/0719-5451.2010. 2010. p. 637.
[10] *"Relacion del oro y plata que el licenciado Diego Fernandez de Villalta, oydor de sumagestaden surreal Audiencia de Panama y juez general de bienes de difuntos en su distrito envia a la Casa de Contratacíon de Sevilla por bienes de los difuntos aqui declarados en esta dicha flota de general Diego Flores de Valdes".* ES.41091.AGI/10.5.11.14/CONTRATACION, 208B, N.4

do caudal com a custódia dos mesmos na Audiência, em contraposição a algumas entradas, que que não condizem com a correspondente documentação e com os valores enviados. Sendo mencionada no documento outra caixa, que era guardada pelo Juiz de bens de defuntos da Audiência, que antecedeu o mandado de Villalta, estando os bens de defuntos captados anteriormente sobre custódia dele, desde o ano de 1566, por motivos não especificados, sendo assimilada nessa remissão, podemos perceber nos registros de nomes dessas outras caixas, alguns dados presentes em outras entradas que faltam nessas, como o ofício do morto ou inexatidões acerca do local de falecimento do mesmo.

Essa dupla custódia e os problemas com o erário enviado, parece reforçar a lentidão dos trâmites de bens de defuntos, além dos descuidos no manuseio desses caudais, sendo válido ressaltar um momento de maturidade da prática, que já contava com um juizado especial próprio da Casa de Contratação, como já foi mencionado anteriormente na historiografia sobre o tema. Muito embora tenha sido executada no ano de 1571, a mesma trata de uma caixa específica que havia sido custodiada até então por outro juiz geral da Audiência, denominado no documento como Doutor Barros que haviam sido recebidas por ele no ano de 1566, sendo remetidas à Audiência do Panamá para a tutela de Diego Fernandez de Villalta, que só despacharia os bens para Sevilha cinco anos depois.

Em uma outra remissão, dessa vez relativa a defuntos do México e Guatemala, fica clara uma outra questão operacional dessas audiências de fronteira, uma vez que a relação de falecidos nesse documento engloba duas regiões consideravelmente distantes é aglutinada por questões de logística no envio. Uma vez que essas regiões se conectavam essas regiões até a Espanha a partir da rota do Pacífico, e a mesma nesse período fazia o caminho somente uma vez por ano. Tal aglutinação é bastante evidenciada em documentos desse tipo, no que parece ser uma preocupação em dar celeridade ao envio.

Uma terceira questão é a presença estrangeira nos portos em questão. Muito embora a ocorrência de pessoas de diferentes nacionalidades em regiões portuárias seja algo que parece óbvio e, em certa medida, essencial para o funcionamento das rotas marítimas, onde a demanda por mão de obra especializada é do interesse dos comandantes de naus e pessoas envolvidas no translado, essa presença de estrangeiros gerava mal-estar entre as autoridades reais, pois em última instância além de ser ilegal, também denunciava um problema conjuntural de corrupção nas Audiências cujas aduanas permitiam aos estrangeiros passarem para os portos do Pacífico e seguirem viagem até o Peru sem permissão da Casa de Contratação, não raro envolvendo suborno de autoridades[11].

Dois indivíduos em particular chamam atenção pelos valores substanciais dos seus testamentos: Gomez Nunez, falecido no Panamá, que envia 1.717 pesos e 4 tamines para seus herdeiros; e Jorge Nunez Pereira, defunto em Arequipa que envia 1.838 pesos e 7 tamines. Tais fortunas representam algumas das mais significativas desse auto, inferior somente a de Baltasar de Segóvia, defunto no Peru que envia grande quantidade de prata

[11]GARCIA, Maria del Carmen Mena. "*La Sociedad de Panama em el Siglo XVI*". Sevilha: Publicaciones de la Excelentísima Diputación Provincial de Sevilla. 1984. Ibid. p. 69-70.

para seu pai na Espanha. A diferença central é que os dois sujeitos anteriormente mencionados são portugueses. A presença de estrangeiros no Panamá e em audiências espanholas é bastante comuns em registros desde inícios do século XVI, sendo tolerada em grande parte pelo caráter naval daquelas regiões, onde o serviço marítimo demandava grande número de pessoas capacitadas para o serviço nas naus, que raramente eram supridos inteiramente por espanhóis.

Apesar do receio por parte das autoridades sobre a presença de súditos de outras coroas nas Índias, representado em uma legislação bastante restritiva a respeito da participação dos mesmos nas Audiências, as leis sobre estrangeiros parecem ter se afrouxando exponencialmente em finais do século XVI e inícios do XVII, podendo esse momento de tolerância da coroa ser associado com a demanda crescente por marinheiros em Audiências no Pacífico, gerada possivelmente pelo aumento substancial da frota no Pacífico, empenhada no mantimento das rotas da região e na exportação de prata para Sevilha. O ápice das mencionadas exportações começaria em 1625, quando a produção dos centros de mineração no Vice-Reino do Peru começou a decair[12].

Outro dado que reforça as disputas jurídicas, que ocorreram nessas audiências é uma carta de ofício real emitida no Panamá em 1581[13] , na qual uma das petições enviadas ao rei diz respeito a um capitão de frota envolvido na rota Peru-Panamá, Don Antonio Henrique. Ele roga ao rei, que desfaça a ordem do Vice-Rei do Peru, Garcia Hurtado de Mendoza, que proibiu naquele ano, a circulação de navios soltos naquela região. Tal disposição, segundo ele, seria para garantir a segurança dos navios, devido aos constantes ataques de piratas naquela região.

Essa disposição do Vice-Rei era extremamente prejudicial para aqueles envolvidos nas rotas, em especial em um cenário de iniciativas particulares e grande demanda por transporte naval, reafirmando tratar-se de uma zona de especialização terciária, em que o serviço de transporte de cargas era uma das principais atividades envolvidas. Uma análise dessa perspectiva sobre uma região em disputa questão sobre interesses particulares.

A presença de estrangeiros nas regiões de translado e o debate acerca da documentação produzida nas Audiências sobre os mesmos, reforça a ideia de uma formação dos portos na América espanhola, como uma região que, ao mesmo tempo em que houve um significativo esforço real em se regular as entradas e saídas de navios, trata-se de uma região que tem em sua formação o caráter privado e as iniciativas particulares das navegações e empresas navais. Tal dicotomia gerou confrontos e um profuso debate a respeito de privilégios da navegação em detrimento ao livre comércio.

[12] MOUTOUKIAS, Zacarias; *"Contrabando y Control Colonial enelsiglo XVII: Buenos Aires, el Atlantico y el espacio peruano".* Centro Editor de América Latina. Buenos Aires. 1988. p.16-18

[13] "*Carta del presidente licenciado Vera*" (1581). ES.41091.AGI/23.11.1.7.1//PANAMA,33,N.122 f. 1-2

Conclusões parciais

As remissões descritas até agora nesse trabalho, tratam de caudais de falecidos em algumas regiões do Pacífico espanhol, sendo levantadas questões em sua análise relativas também aos funcionários da audiência que as elaboraram, uma vez que no decorrer do documento se evidenciam algumas questões pertinentes e que levantam debates importantes acerca do funcionamento dessas audiências.

São essas discrepâncias entre a legislação produzida e o que efetivamente aparece na documentação uma das observações que esse trabalho se propõe, acreditando estarem presentes nessas remissões, alguns fatores do cotidiano dessas regiões, que se evidenciam sob o tecido jurídico a partir dessas remissões e dos particulares presentes na mesma. Sendo tal análise estruturada para pensar os dados presentes e as questões abordadas pela documentação, com base em análises testamentárias e de documentação das audiências visando estruturar uma configuração dessas regiões em suas multiplicidades de tipos humanos que lá perderam a vida e que tiveram seus bens transladados até a Espanha. Buscando também compreender o funcionamento desses aparatos jurídicos e estratégias vigentes na época e analisar as pistas presentes nos testamentos que apontem para a composição social na formação dessas zonas de comércio especializado.

Nota de pesquisa recebida em 21 jul. 2017.
Aprovada para publicação em 13 nov. 2017.

Referências

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ARAUZ C. A. e PIZZURNO, P. *El Panamá Hispano (1508-1821)*. Panamá: Diario La Prensa. 1997. p. 64.

BORAH, Woodrow. *Early Colonial trade and navigation between Mexico and Peru*. University of California Press. Berkeley and Los Angeles. 1954.

ELLIOT, John H. A Conquista Espanhola e a Colonização da América. In: BETHELL, L. *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 2012. p. 135-194.

_____. A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII. In: BETHELL, L. *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. *Imperial Spain: 1469-1716*. Nova Iorque. Mentor Books. 1966. p. 76.

ENCINAS, Diego. Cedulario Indiano, reproducción facsímil de la edición única de 1596, com estúdio e índices de Alfonso García-Gallo, 4 t. Madrid. 1945-1946. In: FERNÁNDEZ, José Luis Soberanes. El Juzgado General de bienes de defuntos. *Revista Chilena de Historia del derecho*. DOI: 10.5354/0719-5451.2010. 2010.

FERNÁNDEZ, José Luis Soberanes. El Juzgado General de bienes de defuntos*. Revista Chilena de Historia del derecho*. DOI: 10.5354/0719-5451.2010. 2010.

GARCIA, Maria del Carmen Mena. *La Sociedad de Panama em el Siglo XVI*. Sevilha: Publicaciones de la Excelentísima Diputación Provincial de Sevilla. 1984.

GARCIA LÓPEZ María Belén. Los Autos de Bienes de Difuntos en Indias - El caso del sevillano Baltasar Tercero. *Revista Novo Mundo, Mundos Novos*. Guide du chercheur américaniste. DOI: 10.4000/nuevomundo.59829.

FERNÁNDEZ, José Luis Soberanes. El Juzgado General de bienes de defuntos*. Revista Chilena de Historia del derecho*. DOI: 10.5354/0719-5451.2010. 2010.

MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y Control Colonial en el siglo XVII: Buenos Aires, el Atlantico y el espacio peruano*. Centro Editor de América Latina. Buenos Aires. 1988.

RUBIO, Lourdes de Ita. Los puertos novohispanos, su hinterland y su foreland durante el Siglo XVI. In: LANDAVAZO, Marco Antonio (coord.). *Territorio, Frontera y la región en la historia de América. Siglos XVI al XX*. Editorial Porrúa. Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo – Instituto de Investigaciones históricas. México. 2003.

Nota de Pesquisa

Infância e migração: a perspectiva do realismo no fotojornalismo

Tayla Katarina Ferreira Oeiras[1]

Patrícia Rakel de Castro Sena [2]

Catharine Marques Leite Carvalho[3]

Childhood and migration: the perspective of realism in photojournalism

http:/dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.70741

[1] Graduanda em Comunicação Social – Jornalismo da Universidade CEUMA.
E-mail: tayla.oeiras1996@hotmail.com.
[2] Doutora em Comunicação pela UFPE/ Universidade da Beira Interior-Portugal. Professora da Universidade CEUMA. E-mail: rakeldecastro@gmail.com.
[3] Graduanda em Comunicação Social – Jornalismo na Universidade CEUMA.
E-mail: catharine_marques@hotmail.com.

Resumo

O fotojornalismo tem se caracterizado cada vez mais como um traço do real, uma forma de narrar histórias a partir de uma perspectiva visual. A partir disso, objetiva-se nesta nota de pesquisa problematizar as condições de vida das crianças no bairro do Jaracaty (São Luís do Maranhão), representada por vezes pelo fotojornalismo que arroga para sí a condição de espelhar a realidade e não de tratá-la enquanto um traço, índice e referência possível. Escolheu-se como instrumento de análise, fotografias retratadas pelas autoras, a partir de uma pesquisa de campo unidas a relatos de experiências vividas pelos moradores locais. Há uma perspectiva contextual de relacionar tais condições que beiram e ressignificam a mortalidade infantil ao poema de João Cabral de Melo Neto “Morte e Vida Severina”.

Palavras-chave: Fotojornalismo, Infância, Migrações.

Abstract

Photojournalism has been increasingly characterized as a trait of reality, a way of narrating stories from a visual perspective. From this, it is objectified in this research note to problematize the living conditions of the children in the district of Jaracaty (São Luís do Maranhão), represented sometimes by the photojournalism that arrogates to itself the condition of mirroring reality and not of treating it as a trace, index and possible reference. The authors chose as an instrument of analysis, the photographs portrayed by the authors, based on a field research, together with reports of experiences lived by local residents.There is a contextual perspective of relating such conditions that border and re-signify infant mortality to João Cabral de Melo Neto's poem "Morte e Vida Severina."

Keywords: Photojournalism, Childhood, Migrations.

Introdução

No Brasil, a pobreza ainda é uma realidade marcante, principalmente entre indivíduos que migram do interior para a cidade e não encontram condições de vida melhores (políticas públicas bem consolidadas de educação, saúde, transporte, segurança, lazer, para geração de emprego...). O Maranhão agregado a este contexto é um dos Estados mais pobres do país, com um número significativo de pessoas vivendo em condições abaixo da linha da miséria, as quais sobrevivem com cerca de R$ 461 mensais de renda per capita (BRASIL ECONÔMICO, 2015, online). Um dos principais atingidos neste indicador social são as crianças e isto fica perceptível através do índice de mortalidade no primeiro ano de vida, que chega a 24,7 em bebês, em cada mil nascidos vivos; e na infância a 28,2 por mil nascidos vivos, de acordo com censos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) dos anos de 2013 e 2014.

Baseado nesta realidade buscou-se investigar e problematizar as condições de vida das crianças no bairro do Jaracaty (São Luís do Maranhão), representada por vezes pelo fotojornalismo que arroga para si a condição de espelhar a realidade e não de tratá-la enquanto um traço, índice e referência possível. Escolheu-se como instrumento de análise fotografias retratadas pelos próprios autores da pesquisa, a partir de uma pesquisa de campo unidas a relatos de experiências vividas pelos moradores locais. Assim, numa comunidade em que a cultura da oralidade se transpassa para a cultura visual, sem que a escrita se solidifique (realidade vivida inclusive por boa parte dos brasileiros, segundo Venício de Lima, 2006), a narração midiatizada dos acontecimentos cotidianos, às vezes, só se torna inteligível através do fotojornalismo, que além de complementar o texto, o amplia e o ressignifica, construindo socialmente a realidade. Entretanto, essa mesma narração fotojornalística por vezes, ao arrogar a credibilidade de representar a realidade fielmente, acaba gerando uma representação determinista e fatalista de violência, pobreza e futuro incerto de crianças em torno de comunidades como o Jaracty.

Além de contar uma história, a partir do relato de vida de moradores da comunidade, pretende-se analisá-la metodologicamente por meio do realismo na fotografia, contextualizando-a com o poema de João Cabral de Melo Neto “Morte e Vida Severina”, enquanto instrumento de apoio junto às experiências fotográficas. Aqui, o uso da imagem funciona também como abordagem crítica de análise da realidade social de crianças e famílias de migrantes vindas do interior do Maranhão para a capital São Luís.

Objetivo

Buscou-se analisar a vida de crianças oriundas ou filhas de migrantes do interior do Estado do Maranhão, e as condições de pobreza e de vulnerabilidade que acabam enfrentando na capital São Luís.

Especificamente, também pretendeu-se representar através de fotografia uma análise alternativa à representação fotojornalística que comumente a imprensa faz em torno dessas condições de vida de crianças inseridas em processos migratórios, contextualizando-as com o poema Morte e Vida e Severina (NETO, 1954-1955), a partir da teoria do realismo na fotografia (DUBOIS, 1993; BUITONI, 2001).

Ainda se pretende contar a história de dois personagens inseridos neste contexto, ressignificando o sentido e a visibilidade dada ao processo migratório de e sua relação com a vulneralibidade e pobreza.

Assim considerado, almeja-se por fim, mas não de forma menos importante, a uma prática reflexiva sobre os processos que envolvem a fotografia e o fotojornalismo enquanto instrumentos de disseminação de informação, de transformação, construção e/ou ocultação do real; narrando a vida dessas crianças e suas dificuldades em lutar pela sobrevivência e existência social.

Justificativa

Em um contexto em que a falta de incentivos e cuidados estatais em relação ao saneamento básico em determinadas comunidades ludovicenses, em sua grande maioria habitadas por pessoas que migraram do interior do Estado do Maranhão, somado à falta de políticas públicas e incentivos à fixação do homem no meio rural e/ou interiorano, esta pesquisa o relaciona a uma realidade midiatizada que frequentemente tende a noticiar sobre esses mesmos lugares apenas assuntos relacionado a violência, pobreza e falta de perspectivas às crianças.

Através de um agendamento voluntariamente distorcido (WOLF, 2002) pela mídia, ela constrói e reforça uma realidade já bastante problemática. Assim, se torna necessário estudar essa conjuntura, buscando relacionar as causas e os efeitos dela com a hipótese do Agenda Setting, a fim de que seja possível um maior entendimento sobre dos processos envolvidos, sobre diante dos quais o cidadão possa se fortalecer criticamente e enfrentar a mídia (SILVESTONE, 2002). Mas, que este mesmo cidadão possa agendá-la de volta, pautá-la (em certos momentos de crise, como previu Habermas, 1997) de forma diferente e mudar sua auto percepção midiatizada.

É preciso, pois, que esta análise se faça também pelo viés imagético (já que a comunidade do Jaracaty / São Luís do Maranhão vive imersa também em uma cultura visual). Por isso, urgenciou-se tratar dessas perspectivas e dá-las visibilidades merecidas, inclusive na academia, enquanto forma de se assumir parte de "compromisso social" inerente ao fotojornalismo (OLIVEIRA, 2009, p. 119).

Dessa forma, capturou-se um instante, um flagrante, no meio de tantos outros que fazem refletir e analisar as desigualdades sociais e as ressignificações de migrações do

interior para as palafitas do Jaracaty. Junto a isso, tentou-se narrar todo o contexto por trás de dois personagens, os quais representam uma grande quantidade de “pequenos” (como diria a linguagem coloquial maranhense) que morrem antes de completarem um ano ou vivem e tentam se acostumarem com a circunstância de ver seus vizinhos morrerem.

Testemunha-se então algo de interesse público que muitas vezes é esquecido enquanto fatos da memória e de não construção de cidadania da sociedade ou que são ocultados pela mídia, seguindo uma espécie de espiral do silêncio (NOELLE-NEUMANN, 1993).

Métodos utilizados

Qualitativamente (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2002), como técnica de coleta de dados, utilizou-se o relato de experiências de vida de moradores da comunidade Jaracty – São Luís / MA e o registro fotográfico feito pelos próprios autores da pesquisa contextualizados com o poema Morte e Vida Severina; já como método analítico dos dados, fez-se uso da representação social (JODELET, 2001; MOSCOVICI, 2004) por imagens a partir da teoria do realismo na Fotografia (DUBOIS, 1993).

O poema traz uma versão da migração, abordando a trajetória do sertanejo que se vê obrigado a migrar do campo para cidade “grande” em virtude da fome causada pelas mudanças climáticas. O caminho traçado pelo migrante do poema é repleto de fome e morte. Inclusive quando este chega a seu destino, também se depara com muitas mazelas sociais. Mas, em meio a tanta morte, o sertanejo consegue enxergar frestas de esperanças através do nascimento de uma criança.

Essa narrativa pode remontar a história de muitos moradores da comunidade Jaracaty. No interior do Estado do Maranhão, deprovidas de muitos bens materiais e simbólicos, beirando a fome e a morte, as pessoas veem na representação da capital do Estado, o sonho de escapar àquela realidade: e migram. Nesse processo de migração, as condições são as mais adversas possíveis e ao chegarem à São Luís, continuam tendo de lidar com atribulações da mesma ordem que lidavam no Interior (fome e morte), mas em proporções diferentes, com visibilidades midiáticas diferentes e em um ambiente um tanto mais hostil e violento para o sertanejo interiorano.

Tecnicamente, a produção das fotografias foi realizada por meio de uma pauta jornalística feita na Univeridade Ceuma. Logo depois, foi realizada uma pesquisa exploratória a respeito do bairro que seria retratado, seguida da audição dos relatos de vida dos moradores e da execução das fotografias no local. Posteriormente relacionou-se tais fotografia com o fotojornalismo que se faz sobre a realidade infantil e de migração com a pessoas que sobrevivem nessas comunidades como o Jaracty, sob a perspectiva do realismo na fotografia. Academicamente, a seleção de uma imagem foi ainda juntada a uma determinada reportagem publicada em uma revista experimental do curso de Jornalismo da

UniCEUMA, colando em prática o domínio dos recursos visuais na produção da notícia e contextualizando toda a construção da fotografia.

Usou-se uma câmera fotográfica digital da fabricante Sony, modelo DSC-W320, tempo de exposição 1/160s, distância focal 5mm, abertura máxima = 2.875 e com o ISSO-160, devido a grande luminosidade. Não utilizando do flash, optando pela luz natural do ambiente que foi favorecido pelo horário do dia, relembrou-se o que Oliveira (2009, p. 38) ratifica sobre o processo fotográfico: "Se fotografar significa escrever com a Luz, ela é o principal elemento para a obtenção de boas imagens. Não adianta ter um bom equipamento se o fotógrafo não tem o domínio da luz".

Dessa forma, o ato fotográfico se deu levando em consideração os ensinamentos de Sousa (2002). Após o fotógrafo ter observado o ambiente próximo às crianças (personagens desta pesquisa), foi transmitido para a lente o instante percebido.

> O fotojornalista necessita de possuir um olhar seletivo, sentido de oportunidades e reflexos rápidos. Isso se dá como uma necessidade porque selecionar um instante e um enquadramento capazes de representarem o que aconteceu é por vezes desafiador e delicado. Deve, portanto, ser oportuno e rápido porque o instante susceptível de representar um acontecimento ocorrem e desvanecem-se rapidamente (SOUSA, 2002, p.11).

Analisado a cena e capturando a ocasião em que as crianças, sujeitos que representam nesta nota a ideia de infância, passam entre as casas sobre palafitas, sendo fiel ao instante e a originalidade do momento, a foto foi retirada a céu aberto, em um bairro periférico e sem o mínimo de segurança. Captando o movimento desses, enquanto ação de processos físicos e simbólicos das pessoas, obteve-se uma contiguidade do significado e contexto experienciado por aquelas crianças. Gerou-se um sentindo específico a uma história que não se finaliza na imagem e continua além do perceptível do instante da foto. Na produção da imagem, se teve em primeiro plano as duas crianças como a ideia central, referente registrado. Notando a cumplicidade e o cuidado ao passarem pela ponte entre a lama de mãos dadas (uma maior e outra ainda com dois anos); consegue se remeter a ideia de teimosia, de insistência em lutar juntas pela vida[4], pela sobrevivência em que uma cuida da outra, ainda que essa luta seja primordialmente travada contra a onipresença midiatizada ou não da morte no cotidiano delas duas.

No segundo plano se observa o contexto do local, as casas, perigos que cercam aquelas pessoas e especificamente as crianças que ali residem, a construção precária das

[4] Semelhante fresta de esperança retratada no poema de João Cabral de Melo Neto (1954-1955).

casas que ficam encima da lama, fezes e urinas e da ponte que faz um uma ligação entre os locais.

Capturando através da fotografia o contexto social e buscando desenvolver um olhar diferente, despertou-se para forjar uma específica "consciência dos leitores, suscitando mudanças nas condições de vida das camadas marginalizadas da sociedade, consolidando o fotojornalismo como instrumento da crítica social" (CASTRO, 2007, p. 38).

Referências Análise do produto e/ ou processo

No Brasil, há muitos anos se vêm tentando promover uma melhoria das condições de vida das crianças. Legislações como a ECA[5] visando a assegurar os diretos à vida, a saúde, à liberdade, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, entre outros, busca também especificamente combater a mortalidade infantil.

A omissão do Estado e do mercado frente à luta para salvaguardar os direitos das crianças e dos adolescentes, unidos à "meia-culpa" da mídia ao não agendar o tema para o debate público enquanto necessidade e condição para fortalecer a cidadania e autonomia dos sujeitos, desemboca numa legislação sem efetivo cumprimento. Contudo, pelos dados socioeconômicos, ocorreu um melhoramento das condições de vida em todo o país, inclusive no Maranhão. Ao menos na última década. O que alterna são a intensidade, a magnitude e a velocidade dessa melhoria, fato que deixa o Maranhão ainda aquém de algumas realidades brasileiras. (IBGE, 2013 e 2014). Paralelo a isso existe um não olhar do Poder público para os processos migratórios do interior para capital, tento também a falta desse olhar para que o homem continue nas suas terras do interior/campo, sendo obrigado a migrar sem planejamento para as cidades.

As famílias moradoras da comunidade do Jaracaty, vivem assim, com esgoto correndo pelas valas e por debaixo das palafitas, sem nenhuma forma de tratamento e um mínimo de qualidade de vida. Esse cenário é constantemente reforçado pelos silêncios e distorções midiáticas: a cobertura midiática tende a exaltar temas como pobreza, violência, morte de uma juventude "marginalizada", futuro incerto às crianças etc., porém com uma crítica rasa, ou até mesmo nenhuma.

Fugindo do interior do Maranhão para escapar da seca (fenômeno de falta de chuva, causado pelas mudanças climáticas), muitas famílias migram para São Luís na busca por uma vida melhor, como é o caso da avó de Antônio, Vitória Assis Diniz[6]. Encontrou-se, pois, a história de duas crianças que dão vida à imagem (escolhida e publicada na reportagem da revista experimental do curso de jornalismo da UniCEUMA) e que sofrem

[5] Estatuto da Criança e do Adolescente.
[6] Nomes fictícios, mas as histórias são reais.

com consequências do processo de migração de seus avós, oriundos do interior. De um lado, tem-se Antônio que tem dois anos e vive desde que nasceu naquele bairro, em uma casa de palafita com seus pais. A avó de Antônio, veio muito cedo para a cidade, com 12 anos de idade, junto seus irmãos. Foram mandados por seus pais para estudar e trabalhar na casa de conhecidos da família. Deparando-se com uma nova realidade, trabalhando como doméstica, em troca de alimento e estudo, passando por diversas situações de perigo ou sob péssimas condições de trabalho. A avó de Antônio, ao se casar, construiu sua casa sobre as palafitas do Jaracty, onde criaram seus filhos que ali também permaneceram.

Antônio tem alguns problemas de saúde, dentre eles, sua asma se agravou, segundo relato da avó, devido à exposição constante aos esgotos embaixo de sua casa de madeira, no bairro em que mora; tendo uma imunidade baixa, a criança de dois anos de idade, vive como prisioneiro em um espaço que é ao mesmo tempo, seu lar, sua casa e seu motivo de estar doente.

A segunda personagem é a adolescente Camila Oliveira de 15 anos, vizinha de Antônio, e a qual vive com seus sete irmãos mais novos (dentre eles um bebê de 6 meses), e sua mãe em uma outra casa de palafita, feita como um galpão dividido em apenas dois cômodos e alguns móveis na casa, mas faltando quase tudo, camas para todos dormirem, por exemplo, banheiros saneados etc.

Interessante perceber no relato de vida também desta adolescente que, mesmo quando a falta material grita em sua realidade, ainda assim, Camila prefere alimentar os sonhos imateriais. Ela quer um dia ser pediatra, mas ao mesmo tempo diz que já se acostumou àquelas cenas. Para ela, a perspectiva de mudança é bem remota, mas, em seus desejos mais íntimos que agora revelava para a reportagem, imaginava-se (ela junto a seus irmãos e sua mãe) em um futuro além do esgoto e das palafitas.

Tendo em vista esse contexto como algo naturalizado para aquelas crianças e seus pais, elas se acostumaram à viver na lama, utilizando-a até como forma de brincadeira e diversão, sem reconhecer o perigo que os rodeia e contraindo doenças causadas por falta de saneamento.

Utilizando-se, assim, a partir desse contexto, a teoria do realismo na fotografia, é possível se analisar como o processo da fotografia de imprensa noticiosa fragmenta a noção de cidadania do receptor. Segundo Dubois (1993), a fotografia em sua gênese foi por muito tempo entendida pela sua tecnicidade que supostamente retirava a subjetividade humana e conseguia representar a realidade de forma fiel, como um espelho. Depois, já no século XX, a fotografia passa a ser compreendida como uma espécie de transformação do real: a fotografia então passava a oferecer ao mundo uma imagem determinada ao mesmo tempo pelo ângulo de visão escolhido, por sua distância do objeto e pelo enquadramento. Além disso, a redução de uma realidade tridimensional a uma imagem bidimensional, bem como a não neutralidade técnica-científica reforçava entre outros argumentos, a teoria de que a representação fotográfica significava muito mais uma transformação do real do que a

imitação dele. Reflexões mais recentes, ainda conforme DUBOIS (1993), dão conta da fotografia enquanto traço de um real, considerando as muitas percepções sobre o real. Aqui ela é significada a partir da ideia de contiguidade com o seu referente e o caráter indicial só poderia ser atribuído ao exato momento em que a imagem fosse capturada: o ato fotográfico.

O fotojornalismo teria sempre o desafio, mas também o dever, de fazer o receptor compreender o caráter indicial da imagem, a presença da ausência e a ausência da presença (BUITONI, 2011). Entretanto, na ânsia de ter a credibilidade a todo custo como modelo de negócio, inclusive, e com isso querer legitimar certas verdades, arroga para si o aspecto do espelho da realidade, da cópia fiel do que aconteceu. Isso quando é transportado para representação imagética de contextos vividos pelos moradores de bairros como o do Jaracaty, a autopercepção de violência, pobreza e morte persegue o imaginário dessas pessoas e fragmenta a própria noção delas sobre a cidadania a qual têm o direito de exercer.

Contudo, mesmo em meio às muitas diversidades e problemas sociais, reforçados pelo espiral do silêncio midiático, é possível se enxergar, assim como em Morte e Vida Severina, a esperança através das mãos dadas dos dois personagens infantis, como pode ser observado na Figura 01, escolhida para publicação:



Figura 01- **Para se locomoverem, as crianças e moradores usam uma ponte improvisada**
Fonte: Tayla Oeiras

Considerações finais

O fotojornalismo tem intrinsecamente ao seu processo de produção e veiculação uma responsabilidade social que transpassa pelo jornalismo em si. Educar através da imagem pode ser uma alternativa de fortalecer a autonomia de sujeitos a partir de processos críticos de leitura da mídia e de autopercepção.

Relacionar isso com os processos migratórios e as condições de vida subumanas experienciadas por crianças do bairro Jaracty em São Luís do Maranhão, pode também ser uma porta de entrada para reflexões mais profundas a cerca da sobrevivência e existência social.

Dessa forma, esta pesquisa tentou problematizar os conhecimentos adquiridos na universidade, unindo prática e teoria para o desenvolvimento de fotojornalismo mais comprometido com a cidadania, apresentando no texto uma denúncia não só da ausência de políticas públicas no bairro do Jaracaty e estigmas já estabelecidos, reproduzidos e reforçados pelo fotojornalismo da mídia *mainstream*, mas da necessidade de se despertar o olhar mais crítico e contextual em relação às experiências sistematicamente distorcidas da infância que surge junto ao processos migratórios.

Nota de pesquisa recebida em 26 jul. 2017.
Aprovada para publicação em 07 set. 2017.

Referências

BAUER, M.W.; GASKELL, G. *Pesquisa Qualitativa Com Texto, Imagem e Som*. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BRASIL**.** *ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: Planalto, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em 28 de agosto de 2017.

BRASIL 247. *MA tem os piores índices de expectativa de vida e de mortalidade infantil*. 2014. Disponível em:<http://www.brasil247.com/pt/247/maranhao247/162341/MA-tem-os-piores-%C3%ADndices-de-expectativa-de-vida-e-de-mortalidade-infantil.htm>. Acesso em: 04 abr.2017.

BRASIL ECONÔMICO. *Maranhão tem a menor renda per capita do país.* 2015. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/2015-02-26/renda-per-capita-em-2014-foi-de-r-1052-por-mes-no-ma-valor-foi-de-r-461.html>. Acesso em: 02 abr. 2017.

BUITONI, Dulcilia Schroeder. *Fotografia e jornalismo:* a informação pela imagem. São Paulo: Ed. Saraiva, 2011.

CASTRO, Sílvio Rogério Rocha de. *HISTÓRIA DA FOTOGRAFIA IMPRESSA PRODUÇÃO E LEITURA DA IMAGEM FOTOGRÁFICA JORNALÍSTICA.* Disponível em: <http://www.cambiassu.ufma.br/cambi_2007/silvio.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2017.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios.* São Paulo: Ed. Papiros, 1993.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia:* entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Volume II, 1997.

JODELET, D. *Representações sociais:* um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). Representações sociais. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 17-44.

MOSCOVICI, S**.** *Representações sociais:* investigações em psicologia social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

NETO, João Cabral de Mello. *MORTE E VIDA SEVERINA.* 1954-1955. Disponível em: <http://file:///C:/Users/win/Downloads/MORTE%20E%20VIDA%20SEVERINA%20-%20JOAO%20CABRAL%20DE%20MELO%20NETO%20(5).PDF>. Acesso em: 18 abr. 2017.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. *The Spiral of Silence:* Public Opinion - Our Social Skin. University of Chicago Press, 1993.

OLIVEIRA, Erivan Morais de. *Fotojornalismo:* uma viagem entre o analógico e o digital. São Paulo: Ed. Cengage Learning, 2009.

SILVERSTONE, R. *Por que estudar mídia?* São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SOUSA, Jorge Pedro. *Fotojornalismo:* Uma introdução à história, às técnicas à linguagem da fotografia na imprensa. Disponível em:<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-fotojornalismo.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2017.

LIMA, Venício A. de. *Mídia:* Crise política e poder no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

Nota de Pesquisa

O maior acervo digital sobre os Jogos Olímpicos Rio 2016: uma experiência de gestão e divulgação do conhecimento científico na Casa de Rui Barbosa

Leonardo Magalhães Firmino[1]

The biggest digital collection about the Rio 2016 Olympic Games: an experience of management and dissemination of scientific knowledge at Casa de Rui Barbosa

http:/dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.70506

[1] Doutorando em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Pesquisador na Fundação Casa de Rui Barbosa. E-mail: leonardo_firmino@msn.com.

Resumo:

O presente trabalho descreve a experiência de construção do acervo digital no DSpace sobre os Jogos Olímpicos Rio 2016, empreendido pelo Setor de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa. Se tratou de um trabalho colaborativo e multidisciplinar de curadoria digital no que se refere à política de gestão, definição de critérios, direitos autorais, acesso e acessibilidade, competência em informação, formatos, padrões, organização, compartilhamento, divulgação e preservação dos conteúdos digitais, envolvendo, inclusive, atores de diversas instituições. Entre as fontes que integram o acervo estão uma série de entrevistas de história oral a personagens chave realizadas pelo CPDOC-FGV, uma linha do tempo sobre processo de construção dos jogos Olímpicos, e cerca de dois mil documentos.

Palavras-chave: Curadoria digital, design de plataformas digitais, acervo documental, repositório, DSpace.

Abstract:

This work describes the experience of the digital collection in the DSpace about the Olympic Games Rio2016's building, undertaken by the Casa de Rui Barbosa' Cultural Policies Department. It was a collaborative and multidisciplinary work of digital curation in terms of management policy, definition of criteria, copyright, access and accessibility, competence in information, formats and standards, organization, sharing, dissemination and preservation of digital content, Including actors from various institutions. Among the sources that make up the collection are a series of oral history interviews with key characters realized by CPDOC-FGV, a timeline on the building process of the Olympic Games, and more and less two thousand documents.

Keywords: Digital Curation, digital platforms design, documental colletion, repository, DSpace.

Introdução

A gestão do conhecimento tem sido abordada com grande interesse nas últimas décadas, especialmente aplicada ao âmbito organizacional. No entanto, existem outros contextos que podem ser estudados, como o acadêmico, onde a gestão do conhecimento está voltada para a perspectiva científica. Para além do contexto, os processos de comunicação e gestão nos estudos desde campo constituem uma questão importantíssima a ser levada em conta. Na literatura maioritária, se faz recorrentemente menção ao uso das TICs, mas pouco se aborda sobre o processo de gestão em si (LEITE, 2006).

No ambiente acadêmico, a comunicação e a gestão do conhecimento científico são elementos cruciais, na hora de implementar algumas políticas culturais de memória, pois delimitam a atuação concreta em projetos de construção, preservação e divulgação de acervos documentais sob forma de repositórios e acervos digitais em geral.

Os acervos digitais, surgiram como solução à impossibilidade de acesso remoto de arquivos e bibliotecas físicas; à lentidão e dificuldade para encontrar documentos; aos problemas e ao custo de armazenamento; ao deterioro físico e perda dos documentos; e à impossibilidade de relacionar elementos de busca no que se refere aos metadados que descrevem os documentos (LEITE, 2006). Mesmo tratando-se de um processo de implementação tecnológica, um acervo digital, no campo científico, tem como fim máximo o de garantir o acesso ao conhecimento, portanto, o mesmo é passível de gestão, o que se torna viável somente a partir de processos de comunicação (LEITE, 2006).

Com o fim contribuir para melhorar o desenvolvimento de plataformas de mediação do conhecimento, este trabalho explorará sob forma de relato de pesquisa as diversas fases de construção do acervo digital sobre os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro em 2016, à luz da curadoria digital.

O projeto foi empreendido pelo Setor de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa e, concretamente, para o qual desenvolveu-se um acervo digital de fontes de pesquisa mediante o software de código aberto DSpace, assim como um frontend de interação com o usuário, seguindo as últimas tendências do design de plataformas digitais, com o fim de reduzir ao máximo a fadiga cognitiva no processo de transformação da informação em conhecimento. O frontend funciona tanto como uma plataforma de apoio para ordenar e apresentar a informação de forma mais amigável respeito às possibilidades oferecidas por um software para repositórios como o DSpace, como para permitir uma mais ampla divulgação de conteúdo específico, oferecendo-o com uma interface que permita um maior grau de fruição.

Entre as fontes que integram o acervo, cerca de três mil documentos, estão uma série de entrevistas de história oral a personagens chave, realizada pelos pesquisadores do projeto e pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas CPDOC/FGV. Também foi construída uma linha do tempo com os fatos mais importantes do processo de construção dos jogos Olímpicos. Os objetos digitais do

nosso acervo são de diversas tipologias, como artigos de imprensa online e impressa, produção acadêmica, iconográfica, audiovisual, legislativa, institucional e técnica em geral.

A relevância de descrever uma experiência concreta de implementação de um acervo digital na FCRB deriva do fato que, não obstante os avanços em relação à época na qual precisávamos estar materialmente presentes no espaço físico da biblioteca, ainda há muito a se fazer no que se refere à forma com a qual as instituições estão montando os seus acervos digitais para garantir uma maior facilidade de acesso, navegabilidade e atrativo visual, com o objetivo de reter o usuário, diminuindo a sua fadiga cognitiva, durante a navegação e, consequentemente, a probabilidade de difusão do conhecimento (CARR, 2011).

Hoje, os acervos digitais, mesmo pertencendo ao mundo online, não estão usufruindo de toda a sua potencialidade. O que se observa é que os acervos digitais estão sendo desenvolvidos com uma lógica comum ao mundo off-line, ou seja, excessivamente hierárquica, centralizadora e pouco amigável ao usuário sob vários pontos de vista.

Nos dias atuais, é um fato que as equipes encarregadas pela construção de acervos digitais, na maioria dos casos, não integrem toda a gama de recursos humanos e áreas do conhecimento necessárias a responder à complexidade dos problemas de acesso e recuperação da informação implicados. Seria interessante ampliar a interdisciplinaridade deste campo, com profissionais ou pesquisadores que estejam familiarizados com a comunicação visual e a neurociência, pois possibilitaria a implementação de formas de representação da informação mais próximas às necessidades do usuário na recuperação e elaboração cognitiva do conhecimento (CARR, 2011). No caso específico do acervo aqui descrito, colaboraram na pesquisa e construção do mesmo especialista em design de plataformas web, arquivo, biblioteca, tecnologia da informação, repositórios institucionais, historiadores, assim como pesquisadores nas áreas de urbanismo, comunicação, política cultural e esporte.

O reconhecimento da publicação eletrônica em ambiente aberto, por parte da comunidade científica como um todo e, em particular, das universidades e agências de fomento é desejável (FONSECA E SÁ, 2013), assim como a visibilidade da produção científica institucional é uma questão crucial tanto para os pesquisadores quanto para as suas instituições. Prestígio, reconhecimento, aumento da reputação e financiamentos são diretamente proporcionais à visibilidade da produção científica e à sua facilidade de penetração. Porém, garantir a visibilidade somente não assegura que o conhecimento produzido seja utilizado de fato. Com isso, formas visualmente mais eficazes de representação da informação, além de propiciarem a sua elaboração cognitiva por parte do usuário, incrementam a sua visibilidade, pois facilitam a difusão do conhecimento adquirido.

Em termos econômicos e políticos, os recursos despendidos com pesquisa só se justificam se os seus resultados estiverem amplamente acessíveis e, creio poder falar em nome de toda a equipe do Projeto Memória das Olimpíadas, se propiciarem uma transformação social.

As agências de fomento monitoram e avaliam a produção científica e classificam os

pesquisadores de acordo com a sua produção. A distribuição do fomento depende do resultado dessas ações (COSTA, 2006 apud FONSECA E SÁ, 2013, p. 25). Portanto, quanto mais a informação é facilmente recuperada, elaborada cognitivamente e visível, mais ela será utilizada de fato para produzir impactos sociais e culturais, mais recursos serão destinados à ciência e, consequentemente, mais pesquisas serão realizadas.

Com este artigo, com a preocupação de que o nosso acervo possa ter impacto real na sociedade, queremos descrever a experiência de construção do acervo e, ao mesmo tempo, ideias que possam guiar a resolução de alguns dos problemas que enfrentamos e que hoje podemos observar nos acervos digitais em termos de design, navegabilidade e recuperação da informação, pois hoje, se observa uma carência de eficácia comunicativa e que pode acarretar um certo grau de dificuldade ao acesso à informação. Mesmo que a forma atual dos acervos digitais esteja voltada para a praticidade, a sua austeridade visual acaba dificultando o processo de transformação da informação em conhecimento, pois são necessários esforços cognitivos excessivos e uma certa destreza para utilizá-los. O pesquisador, enquanto usuário de outros produtos digitais disponíveis online, como redes sociais, buscadores e sites de notícias, está acostumado a uma lógica navegacional que quase nunca vem respeitada nos acervos digitais hoje disponíveis. Enquanto plataformas como o Facebook ou o Google tratam de facilitar a recuperação da informação, podendo ser usadas inclusive por crianças e idosos, os acervos digitais parecem não seguir a mesma linha no que se refere à sua ergonomia. Em termos comparativos, os acervos digitais acabam dificultando a recuperação da informação, pois requerem de um esforço cognitivo acima do habitual -em termos comparativos com plataformas mais user friendly, que poderia estar sendo melhor direcionado a aspetos prioritários da pesquisa em si.

De fato, no cenário contemporâneo, com o fim de aperfeiçoar a dinâmica de fruição da informação por parte do usuário, têm surgido novos métodos de observação e investigação neurocientíficos aplicados ao design de plataformas web. O campo do design está geralmente atrelado a lógicas de mercado e raramente é tratado com o devido rigor científico, sendo também raras as discussões que se dediquem a refletir o tema a partir de uma perspectiva transversal e interdisciplinar (KAWANO; CARVALHO; BATISTA, 2015).

O design, embora inicialmente não associado ás ciências da informação, já surgiu com a dualidade entre a forma e a função, e consequentemente com vários conflitos de delineamento. Entre as definições do que é design, Cardoso (2012, p. 237) o descreve como “um campo essencialmente híbrido que opera a junção entre corpo e informação, entre artefato, usuário e sistema”.

A própria difusão da internet pode ser considerada um fenômeno do design, e não somente da informática – já que a internet não teria se popularizado se não fossem as interfaces gráficas amigáveis para os leigos em linguagens de computadores (CARDOSO, 2012). O projeto de visibilidade das páginas web é um projeto de design da informação, que adaptou estruturas do design gráfico e editorial para formular como todo o conteúdo da internet seria disponibilizado para o público geral. Ao nos depararmos com os meios digitais, as ramificações do design recebem vários outros nomes como design da informação

(CARDOSO, 2012; REDIG, 2004), design de interface (BRAGA, 2004; PASSOS E MOURA, 2007), design para user experience (GARRETT, 2011), design de interação (TEIXEIRA, 2012), design de hipermídia (MOURA, 2007) ou simplesmente design digital (RADFAHRER, 2001).

No âmbito dos acervos digitais, design pode ser usado para projetar hiperdocumentos ou plataformas inteiras e ele tem implicações na esfera da organização e representação do conhecimento. Em outras palavras, o meio é a mensagem (MCLUHAN, 1996) e conforma as possibilidades com as quais os usuários transformam a informação em conhecimento.

Um acervo digital pode ser considerado como um complexo hiperdocumento multimídia no qual o usuário é guiado pelo design:

> A navegação é o espaço do leitor. O objetivo da tecnologia do hipertexto é a navegação [...]. No hiperdocumento, o leitor encontra direções que o autor sugere a partir do planejamento – as ligações a priori. – e outras ligações exigidas pela redação. [...]
> Por exemplo, num hiperdocumento para fins didáticos o autor procura conduzir o leitor segundo uma priorização dos conceitos. ” (CAMPOS; GOMES, 2005, p. 8)

Uma maneira razoavelmente simples de compreender como o design visual de um produto como um acervo digital -para acadêmicos interessados em pesquisar os Jogos Olímpicos Rio 2016- pode guiá-lo ao que interessa divulgar, é perguntar o que a sua forma sugere (KAWANO; CARVALHO; BATISTA, 2015, p. 88):

> Qual é o primeiro elemento visualizado dentro de um determinado site ou componente comunicacional? Esse objeto que atraiu a atenção é realmente o que foi inicialmente planejado ou há um elemento atuando como uma distração? Ou ainda, qual elemento do site mais chama a atenção dos usuários? Eles são atraídos para algo dentro dos objetivos estratégicos propostos?

Com esta preocupação de guiar o leitor corretamente, na fase de pré-projeto de uma plataforma, por exemplo, realizam-se investigações usando métodos e técnicas experimentais sofisticadas, para determinar exatamente o que os usuários estão olhando e como os olhos movem-se ao redor da tela (GARRETT, 2011). Dentre as metodologias de coleta, algumas são de maior interesse para as investigações no campo da comunicação visual e design de plataformas: o EEG (eletroencefalograma), a FMRI (ressonância magnética funcional) e o eye tracking, que, como o próprio nome sugere, essa metodologia se dedica a detectar e rastrear os lugares de um estímulo visual para os quais o indivíduo focou seu olhar. Os próprios movimentos oculares constituem uma valiosa fonte de informação no campo da comunicação. Isso se deve ao fato que, para um objeto ser identificado e percebido em seus detalhes, não basta apenas que ele esteja no campo de visão, sendo necessário também que ele seja projetado em uma pequena e específica região da retina, a fóvea, (GAZZANIGA;

HAETHERTON, 2005, p. 170). Portanto, durante a observação de um filme, de uma imagem ou mesmo de um texto, os olhos fazem uma alternância entre as chamadas fixações (breves períodos de tempo em que os olhos se mantêm fixos em uma região), e sacadas (rápidos movimentos entre uma fixação e outra), a fim de que o conteúdo observado seja devidamente identificado e interpretado.

Nota-se portanto, um grande desafio por parte dos pesquisadores em conseguir integrar vários campos dialógicos às próprias atividades com o fim de compreender e aferir em que medida estratégias de organização do conhecimento em acervos digitais são eficazes hoje em dia, ou seja, entender como a audiência vê, percebe, sente ou memoriza um determinado conteúdo científico, e, em última análise, como ditas estratégias podem contribuir para estreitar as relações entre uma organização proprietária do acervo e seus públicos de interesse.

A fase de planificação: como construir um acervo documental

A equipe usou como marco de partida a ideia pela qual, boas e consolidadas práticas de comunicação visual, unidas a boas práticas de Knowledge Management, possibilitam a formulação de padrões de desenvolvimento de acervos digitais que incrementam a eficácia comunicativa das plataformas, representando a informação de modo a reduzir a fadiga cognitiva durante a navegação, e propiciando em maior medida a transformação da informação em conhecimento. A abordagem, portanto, vai além da curadoria digital clássica (DCC, 2017), pois integra elementos da comunicação visual.

Na fase de planificação do trabalho, com o objetivo de formar e tratar um acervo documental de fontes de pesquisa sobre os Jogos Olímpicos do Rio 2016, a ser consultado por acadêmicos e instituições de pesquisa, consideramos aspectos de gestão, como o entendimento contextualizado da natureza do acervo que se queria criar; aspectos jurídicos, como a segurança, a confidencialidade, os direitos autorais e a responsabilidade por acesso e difusão de informações; aspectos biblioteconômicos, como a forma, o conteúdo, as pessoas envolvidas (autor, criador, destinatário e reprodutor); e, por fim, aspectos históricos, como o legado de conhecimento, atuação e impacto do mesmo, no sentido de produzir um acervo que possibilite à comunidade científica a entender como os Jogos Olímpicos Rio 2016 incidiram na sociedade contemporânea.

Com este fim, sob uma perspectiva de gestão do conhecimento aplicado à construção de acervos digitais, realizamos as onze ações propostas pelo inglês Digital Curation Center (DCC): um processo amplo e criterioso de planificação, identificação, maximização, codificação, reorganização e compartilhamento do da informação estrategicamente relevante para o usuário final (DCC, 2017).

Para Rusbridge et al. (2005), o DCC é hoje um dos centros de produção de conhecimento e padrões de gestão de acervos digitais mais referenciados no ocidente. O autor afirma que a base do DCC reflete a crença de que a gestão a longo prazo dos ativos

digitais é responsabilidade de todos na cadeia de valor da informação digital. A manutenção, a usabilidade e a sobrevivência dos recursos digitais dependem de intervenções planejadas regularmente; deve-se ter cuidado na concepção, na criação, durante o uso e como transições de uso para níveis mais baixos. Pode ser tentador ver a e-Science ou a Cyber-infrastructure como bancos de dados enormes, muitas vezes distribuídos, em uso atual, porém na prática de uma organização que trabalha com acervo, observa-se a preservação digital em relação a arquivos mais comuns, muito menores, garantindo que eles estejam disponíveis para o futuro. A ênfase do modelo de Sistema de Informação de Arquivo Aberto (OAIS) na gestão, seguida do gerenciamento da preservação e, posteriormente, da divulgação, tende a sugerir um modelo em que os recursos sejam guardados em segurança para o futuro. Ainda segundo Rusbridge et al. (2005), DCC vê a curadoria digital como um contínuo de atividades, apoiando-as para o uso atual e futuro. Grandes conjuntos de dados em uso hoje precisam de ações no presente para garantir sua utilidade futura, pois corremos o risco recorrente de destruição dos arquivos inacessíveis, 'obscuros'.

Segundo o esquema de ações que o DCC recomenda, no primeiro passo se trata conceituar e planejar toda a criação dos objetos digitais, incluindo a captura e armazenamento dos mesmos. O segundo passo se refere à criação no sentido estrito, no qual se produzem os objetos digitais com os seus atributos sob forma de metadados. Em seguida, vem a terceira fase, a da definição do acesso e uso dos objetos, na qual se explicitam todas as modalidades e níveis de acesso ao acervo e às suas partes. Na quarta fase, definem-se normas de acesso, baseadas em instrumentos legais. Como quinto estágio, temos o descarte de objetos que não se enquadram na política institucional. O sexto passo se refere ao eventual transferimento do acervo para espaços físicos e/ou lógicos confiáveis. A sétima etapa está formada por todas as ações ligadas à conservação do acervo, na qual se dá prioridade à integridade dos dados e a sua preservação a longo prazo. Em seguida, vem a fase número oito, a de reavaliação, na qual realizam-se controles com o fim de buscar erros a serem corrigidos. Na nona fase, se faz atenção à problemática do armazenamento, para garantir que o acervo esteja seguro. Na penúltima etapa da curadoria, a décima, garante-se que cada objeto digital esteja acessível segundo o nível de acesso assignado ao mesmo. Finalmente, na décima primeira fase, a última, criam-se novos objetos digitais a partir dos anteriores, geralmente combinando vários elementos entre si mediante conexões lógicas ou semânticas.

Explicando em detalhes como a equipe do Projeto Memória das Olimpíadas construiu o acervo, no que se refere ao primeiro passo, o da conceitualização começamos o trabalho realizando um levantamento preliminar sobre o estado da arte em matéria de knowledge management aplicado à construção de acervos documentais. Portanto, analisamos práticas, políticas e padrões no desenvolvimento de acervos digitais, visando identificar tendências de usos, assim como padrões de construção de acervos digitais que resolvam os problemas típicos, como overflow informativo e a baixa eficácia comunicativa que os acervos atuais apresentam. Buscamos também entender como o design das plataformas digitais incide no processo de transformação da informação em conhecimento com o fim de encontrar modelos de tratamento e representação de documentos que sejam comunicativamente eficazes no desenvolvimento de acervos digitais, de forma a atender à diversidade de necessidades dos usuários.

Nesta fase, foram criadas cinco equipes temáticas: uma interdisciplinar e interdepartamental, a equipe Núcleo Diretor, que ficou encarregada pela definição dos aspectos técnicos da plataforma digital, assim como da construção do termo de referência para a licitação que tinha como finalidade a contratação de uma empresa que implementasse o DSpace e um frontend, ou site de divulgação. As outras quatro equipes eram temáticas, vertendo sobre as áreas de Esporte, Cultura, Cidade e Memória. Esta última, a equipe de Memória possuía um estatuto especial porque era a encarregada pelas relações interinstitucionais entre o projeto e seus interlocutores externos.

A equipe de Memória, além de realizar todas as entrevistas de história oral, também ficou responsável pela organização preliminar da informação, já em uma ótica de apresentação ao usuário final. As demais equipes temáticas se concentraram principalmente nas fases de criação, realizando a pesquisa documental para a produção de objetos digitais, descarte, inserção e avaliação dos mesmos.

O trabalho contou com uma equipe de 27 pesquisadores, entre doutores, mestres, graduados e graduandos. Outros atores também estiveram envolvidos em momentos bem específicos, como o CMI (Centro de Memória e Informação), os Serviços de Biblioteca e de Informática da FCRB, assim como o CPDOC-FGV. Especialistas externos também colaboraram e participaram ao longo do processo de trabalho.

A fase de desenvolvimento: como selecionar, descrever e oferecer acesso aos objetos digitais

Tendo definido a estrutura das equipes e planejado como o nosso acervo deveria se relacionar com o usuário final, procedemos às fases sucessivas, em especial, as da criação, avaliação, descarte, acesso e uso para os nossos objetos digitais.

No que se refere ao estágio de criação, foi montada uma equipe interdisciplinar a parte para definir os metadados para descrever cada objeto digital e a estrutura das comunidades e coleções. Como se pode contemplar pela Figura 1, o organograma de comunidades e coleções, optamos por uma organização lógica baseada em temas. Assim, cada um dos eixos temáticos documentais (Cidade, Cultura, Esporte e Memória) tornou-se uma comunidade e dentro de cada uma, tínhamos coleções como eixos temáticos derivados.

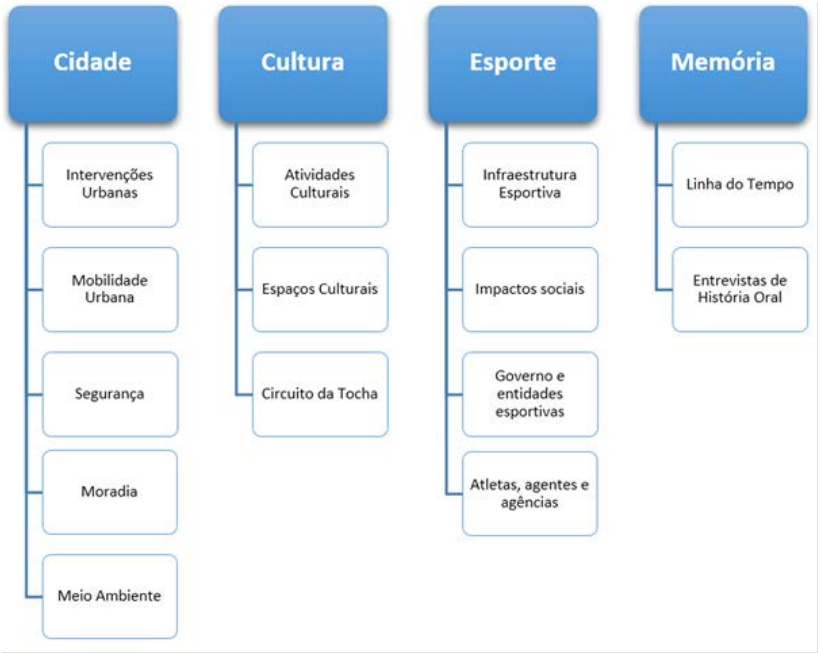


Figura 1- Organograma de comunidades e coleções

Na presente fase de criação foram gerados no DSpace: os metadados qualificados; os formulários de entrada de objetos digitais; as comunidades e coleções; a configuração de grupos de trabalho e permissões de acesso às coleções; assim como a customização da página de visualização dos itens inseridos, com a lista completa dos metadados utilizados para a sua descrição.

Em concreto, para fazer um uso consistente e preciso dos metadados, foram definidos os tipos de documento com os quais trabalharíamos (dc.type). Desta forma foi possível definir quais descritores seriam usados para cada tipo objeto digital. A seguir, na Tabela 1, pode-se observar a lista de tipos e subtipos de documentos que prevemos para o acervo digital:

AUDIOVISUAL	OUTROS	LEGISLAÇÃO	PRODUÇÃO ACADÊMICA	IMAGEM	IMPRENSA
360º graus	Áudio	Decreto	Artigo de Periódico	Álbum	Artigo de Opinião
3D	Carta	Decreto-lei	Anal de evento	Charge	Crônica
Amador	Contrato	Edital	Capítulo de livro	Fotografia	Editorial
Animação	Documento oficial	Emenda constitucional	Dissertação de mestrado	Infográfico	Fascículo de periódico
Comercial	Dossiê	Lei complementar	Livro	Logomarca	Notícia
Curta Metragem	Estatuto	Lei delegada	Palestra ou apresentação	Mapa	Reportagem
Discurso	Ficha	Lei ordinária	Resumo publicado em evento	Planta	

Documentário	Infográfico interativo	Lei orgânica municipal	Resenha		
Educativo	Manual	Medida provisória	Tese de doutorado		
Entrevista	Material de apoio	Plano diretor	Trabalho completo publicado em evento		
Depoimento de História Oral	Material publicitário ou de divulgação	Portaria	Trabalho de conclusão de curso		
Jingle	Minuta	Termo Aditivo			
Longa Metragem	Parecer				
Partida esportiva	Regulamento institucional				
Podcast	Relatório Técnico				
Spot	Website				
Videoclipe					
Vídeo institucional					
Vinheta					

Tabela 1 – Lista de tipos e subtipos de documentos

Foi elaborado também um manual de uso e estilo sobre como descrever adequadamente os objetos digitais, com o fim de ter um padrão na formatação dos campos. Com a grande preocupação manter todos os metadados padronizados e eliminar os possíveis erros humanos, decidimos trabalhar, sempre onde fosse possível, com campos fechados, para os quais o pesquisador escolhia mediante listas de termos preestabelecidos, os mais adequados para o preenchimento do formulário de entrada. Este trabalho foi possível graças ao profundo conhecimento do acervo por parte dos nossos 27 pesquisadores, assim como ao trabalho colaborativo e interdisciplinar na definição dos objetos digitais. O sistema de escolha de opções preestabelecidas foi implementado mediante algumas list boxes e checklist boxes, com o fim de proporcionar uniformidade e confiabilidade na entrada dos dados.

Em seguida, seguindo a mesma linha, foi construído um vocabulário controlado para ser usado com metadado dc.subject. Sob a supervisão de uma colega especialista neste trabalho, a equipe deu lugar a uma lista de termos que conseguisse descrever com completude e minúcia os objetos digitais, respeitando a peculiaridade de cada área disciplinar envolvida no projeto e, ao mesmo tempo, conseguisse favorecer uma pertinente recuperação da informação por parte do usuário final.

No específico, segundo o padrão Dublin Core, foi definida a lista de metadados para descrever os documentos do acervo. Como se pode contemplar pela Tabela 2, há metadados Dublin Core padrão, com ou sem os qualificadores, entre os quais, alguns foram criados pela nossa equipe.

dc.type	dc.description.resumo	dc.contributor.author	c.subject
dc.title	dc.description.resume	dc.contributor.editor	c.subject.other
dc.date.issued	dc.description.resumen	dc.contributor.organizador	c.subject.en
dc.identifier.citation	dc.description.abstract	dc.contributor.entrevistador	c.subject.es
dc.relation.isversionof	dc.description.atores	dc.contributor.proponente	c.subject.fr
dc.language.iso	dc.description.eixotematico	dc.contributor.responsavel	
dc.rights	dc.description.escala	dc.contributor.envolvida	
dc.format.medium	dc.description.lugar		
dc.format.extent	dc.description.linkexterno		

Tabela 2 – Lista de metadados *Dublin Core*

A escolha dos metadados Dublin Core, tanto os preexistentes como os criados pela equipe, foram escolhidos estrategicamente seguindo dois critérios. O primeiro se refere à futura interoperabilidade com o repositório institucional RUBI – Repositório Rui Barbosa de Informação, da FCRB. O segundo se justifica pela facilidade de gerenciar buscas internas e facilitar a interação com o usuário. Assim, por exemplo, utilizamos o dc.contributor de forma qualificada para descrever e diferenciar tudo aquilo que envolva semanticamente conceitos próximos à autoria, como por exemplo, a autoridade responsável de uma lei, mesmo que não seja a autora da mesma. Desta forma, pudemos configurar o formulário de busca e o sistema de recuperação da informação para mostrar tudo aquilo que estivesse contido em dc.contributor.*, ou seja, todo aquele que for um contributor sem importar o metadado qualificado no específico. Assim, o qualificador é capaz de oferecer no índice de autores e nos resultados de busca, informações mais completas e pertinentes.

O mesmo foi feito com os metadados dc.description.* e dc.subject.*, para que o sistema de busca genérico possa entender que algumas informações estão associadas ao campo semântico da descrição ou do assunto dos documentos. Em especial, o campo subject, por usar um vocabulário controlado é capaz de oferecer resultados de busca mediante uma lista pré-moldada de indexadores.

Também foi decidida uma política de acesso aos documentos, um dos padrões de acesso e uso do conteúdo digital, configurando no DSpace a indicação da opção pelo uso de Licença no processo de submissão respeitando os direitos autorais.

A fase de Implementação: Como alimentar e customizar o DSpace o frontend de acesso

Nesta fase, a empresa contratada para a customização do DSpace, assim como pelo desenvolvimento do frontend de acesso ao acervo já estava alinhada com o trabalho de inserção dos documentos por parte da equipe de pesquisadores. Com o fim de facilitar o trabalho de inserção, foi criada uma planilha de migração em lote de documentos, onde um script desenvolvido pela empresa recuperava a informação e os arquivos para inseri-los na coleção correta de forma automática, sem a necessidade de que o pesquisador fosse presencialmente até às dependências da FCRB para acessar o DSpace.

Durante esta fase, foram criados turnos de acesso presencial no quais as equipes revezavam-se para dar entrada nos documentos. Após cada turno, era efetuado uma fase de controle sobre cada objeto digital por parte de outro grupo de pesquisadores e, quando necessário, aportavam-se correções aos campos dos metadados preenchidos de forma incorreta.

Como ação de preservação, foi instaurado um sistema de backup diário, durante a fase de inserções, e semanal, após a mesma.

No que se refere à avaliação, além dos controles diários sobre a consistência dos metadados, foram feitas três grandes varreduras gerais no acervo digital, nas quais participaram todos os pesquisadores do grupo. Alguns corrigiram as fichas mediante o índice de autores, outros pelo índice de títulos e outros pelo índice de palavras-chave. Desta forma, a mesma ficha teria sido corrigida por mais de um pesquisador, garantindo um alto nível de confiabilidade dos descritores.

As correções avaliavam se o objeto digital apresentava problemas, se havia duplicações, se os dados descritivos estavam corretos, se estavam acessíveis para o nível correto de usuários e se do ponto de vista da padronização estavam usando as regras estabelecidas no nosso manual de estilo.

Para concluir esta exposição sobre o uso que demos ao padrão sugerido pelo DCC, no que se refere ao décimo primeiro item da lista, que trata da Transformação, ou seja da possibilidade de criar novos objetos digitais a partir do original, podemos ressaltar dois pontos interessantes. O primeiro tem a ver com a linha do tempo, pois tratando-se de um projeto que tem por objetivo criar um acervo sobre o processo de construção e entrega dos jogos olímpicos, que vai desde a sua candidatura até o encerramento dos mesmos, pensamos que seria de suma importância oferecer ao futuro pesquisador alguns marcos temporais que ajudassem a ligar os fatos mais importantes sobre as Olimpíadas e Paraolimpíadas, a fontes e outros documentos relacionados semanticamente aos mesmos.

Com tal objetivo, foi criada uma coleção dentro da comunidade Memória que contém todos os elementos da linha do tempo com determinados descritores que permitem realizar enlaces semânticos entre objetos e oferecer ao pesquisador uma experiência mais

rica de pesquisa.

Do ponto de vista do design e da navegabilidade, foi pensado para o frontend do site de divulgação um script para recuperar os itens da linha do tempo e, mediante os seus metadados organizar e apresentar a informação de forma acessível, simples e rápida. Podemos ordenar cronológica e graficamente os fatos da linha do tempo graças ao metadado dc.date.issued. Da mesma forma, o usuário poderá, graças ao metadado dc.description.eixotematico filtrar os itens da linha do tempo por tema, entre cidade, esporte e cultura. Por último, oferecem-se informações relacionadas àquele fato, como por exemplo a fonte da informação mediante o metadado dc.identifier.citation, assim como outras fontes que tratam do mesmo tema mediante o descritor dc.subjetc.

Considerações finais

Em conclusão, considerando os princípios e melhores práticas de comunicação online aplicados à elaboração de acervos digitais, alcançaram-se as metas estabelecidas pela equipe do projeto Memória das Olimpíadas. Conseguiu-se garantir o acesso livre às plataformas desenvolvidas, às suas coleções temáticas e aos objetos digitais de modo geral, todos descritos segundo um padrão de metadados que garante a interoperabilidade com outras plataformas. Utilizamos ferramentas open source e traçamos um plano de user experience e user interface que reduzem a fadiga cognitiva durante a navegação. De fato, a equipe do projeto "Memória das Olimpíadas: Processos e Ações" trabalhou com as recomendações do DCC, com um especial olhar à gestão do conhecimento em organizações, adaptado à sua realidade específica e integrando também contribuições do campo da comunicação visual aplicada a projetos web. Trata-se de um projeto multidisciplinar cujo escopo era criar um acervo digital de fontes de pesquisa sobre os Jogos Olímpicos do Rio 2016, mas que fosse além dos clássicos acervos digitais quem usam o DSpace como plataforma de acesso e conservação. O nosso projeto teve como meta a de criar a maior referência documental sobre os Jogos Olímpicos Rio 2016, além de oferecer ao pesquisador uma interface e um modelo de recuperação da informação que estivesse alinhado com as melhores práticas hoje disponíveis.

Esperamos que futuros estudos sobre o trabalho descrito neste artigo, e sobre outros casos possam gerar mais conhecimento científico na área de convergência entre o design, a comunicação e as tecnologias da informação. Para que haja inovação no campo de estudos e aplicações ligado às plataformas digitais de mediação do conhecimento, é necessário superar a condição de reféns na qual esta área se encontra para com a biblioteconomia e a arquivologia clássicos, assim como com setor estritamente teórico da ciência da informação, pois se trata de abordagens muito necessárias, mas ao mesmo tempo limitadas no ônus de preservar, descrever e garantir o acesso a objetos digitais. O estudo de plataformas para acervos digitais é relativamente recente no processo de incorporação sistemática da prática científica em seu cotidiano. Na primeira década do século XXI, ele se expande, se diversifica e se dinamiza, consolidando-se como objeto de disputa entre campos acadêmicos. Tal processo é amplo e complexo, demarcando um espaço social e forjando um habitus próprio, com a luta entre agentes e instituições em torno de capital específico e de

novos objetos em disputa.

A partir do referencial teórico de Bourdieu (2004), portanto, defendemos a ideia pela qual o poder instituído nos campos da biblioteconomia, arquivologia e ciência da informação, e as lutas dos agentes para mantê-lo ou modificá-lo expressam-se na disputa pela construção dos conceitos e de suas representações na constituição de modus operandi, os quais representam uma forma de ver os acervos digitais. Neste contexto, observa-se que o modus operandi que tem impulsionado o desenvolvimento acadêmico-científico aplicado a acervos digitais em plataformas de mediação do conhecimento como bibliotecas e repositórios institucionais têm implicado no seu relativo afastamento dos debates sobre o user design e user interface, assim como do campo da comunicação de forma ampla.

Neste sentido, se faz necessário e urgente a 'democratização' do objeto de estudos em questão verso outros campos, assim como o uso do método experimental em usabilidade e design, ainda pouco explorado neste setor quando aplicado acervos digitais, com o fim de aprimorar as plataformas online, entendidas como mediadoras no processo de transformação da informação em conhecimento.

Nota de pesquisa recebida em 18 jul. 2017.
Aprovada para publicação em 26 set. 2017.

Referências

BOURDIEU, P. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRAGA, A. S. Design de interface: as origens do design e sua influência na produção da hipermídia. 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) - Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, PUC, São Paulo.

CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E. Princípios de Organização e Representação do Conhecimento na Construção de Hiperdocumentos. DataGramaZero, Rio de Janeiro, v. 6, n. 6, p. 4, dez. 2005.

CARDOSO, R. Design para um mundo complexo. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

CARR, N. A geração superficial: o que a Internet está fazendo com nossos cérebros. Trad. M.G.F. Friaça. Rio de Janeiro: Agir, 2011.

DIGITAL CURATION CENTER. What is digital curation? Disponível em: <http://www.dcc.ac.uk/digital-curation/what-digital-curation>. Acesso em 03/01/2017.

FONSECA E SÁ, M. I., Bibliotecas Digitais: uma investigação sobre características e experiências de desenvolvimento. 2013. 266 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, IBICT, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/856/1/MariaIrenedaFonsecaeS%C3%9F_TeseDoutorado_07_03_2013.pdf>. Acesso em: 11 set. 2016.

GARRETT, J. J. The elements of user experience: user-centered design for the web and beyond. 2 ed. Berkeley: New Riders, 2011.

GAZZANIGA, M.S.; HAETHERTON, T.F. Ciência Psicológica. Mente, Cérebro e Pensamento. Porto Algre: Artmed, 2005.

KAWANO, D. R.; CARVALHO FURTADO, E. J.; BATISTA, L. L. Design, publicidade e neurociência: Uma reflexão interdisciplinar em tempos de convergência midiática. Revista Geminis, São Carlos, ano 6, n. 1, p. 79-100. 2015. Disponível em: <http://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/219/190>. Acesso em: 11 set. 2016.

LEITE, Fernando César Lima. Gestão do conhecimento científico no contexto acadêmico: proposta de um modelo conceitual. 2006. xiii, 240 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: < http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3975/1/2006_FernadoCesarLimaLeite.pdf>. Acesso em: 24/01/2017

MCLUHAN, M. Comprender los medios de comunicación. España: Editorial Paidós, 1996.

PASSOS, R.; MOURA, M. Design da informação na hipermídia. InfoDesign, v. 4, n, 2, p. 20-28, 2007. Disponível em: <http://www.infodesign.org.br/infodesign/article/view/38>. Acesso em: 09 set. 2016.

RADFAHRER, L. Design/web/Design 2. São Paulo: Market Press Editora, 2001.

REDIG, J. Não há cidadania sem informação, nem informação sem design. InfoDesign, v. 1, n. 1, p. 58-66, 2004. Disponível em: <http://www.infodesign.org.br/infodesign/article/view/4>. Acesso em: 10 set. 2016.

RUSBRIDGE, C.; BURNHILL, P.; ROSS, S.; BUNEMAN, P.; GIARETTA, D.; LYON, L.; ATKINSON, M. The digital curation centre: a vision for digital curation. In LOCAL TO GLOBAL DATA INTEROPERABILITY-CHALLENGES AND TECHNOLOGIES, 2005. Sardinia, Itália: IEEE, 2006. p. 31-41.

TEIXEIRA, E. A. S. A usabilidade em estudo: experiência de compra e de leitura de quadrinhos em meio digital. Estudo de caso do aplicativo Dc Comics para iPad. InfoDesign, v. 9, n. 2, p. 56-69, 2012. Disponível em: <http://www.infodesign.org.br/infodesign/article/view/120>. Acesso em: 11 set. 2016.

Nota de Pesquisa

Conflito entre o Valor Econômico e Valor Cultural: uma comparação entre o mercado cinematográfico no Brasil e na França

Conflict between economic value and cultural value: a comparison between the film market in Brazil and France

Pedro Bughay Aceti [1]
Leandro Valiati [2]

http:/dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.68628

[1] Especialista em Economia da Cultura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: pedrobughay@gmail.com.
[2] Doutor em Economia do Desenvolvimento (PPGE-UFRGS). Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: leandro.valiati@gmail.com.

Resumo

Muitos produtores misturam dois tipos de valores, o “Valor Econômico” e o “Valor Cultural” nas suas obras cinematográficas. O presente estudo, baseado no Dr. David Throsby faz uma distinção destes valores e como cada um trabalha, sendo o primeiro (valor econômico) essencialmente composto por elementos numéricos e financeiros, o que torna difícil medir os valores estéticos, dramatúrgicos e autorais de um projeto cinematográfico, ou seja, “Valores Culturais”. A soma destes dois valores vem acompanhado da carência de conhecimento específico dos investidores sobre estes conhecimentos culturais que resulta na escolha de determinadas obras cinematográficas que lhe darão mais retorno financeiro ao investidor.
Baseando-se nestes valores o Estado brasileiro renuncia ao investimento e sugere a iniciativa privada que o faça, acaba o mercado interferindo no interesse público sobre bens culturais. Em contraposição a isso, o papel do Estado Francês na política pública do audiovisual do seu país.

Palavras-chave: Cinema brasileiro, ANCINE, Lei do audiovisual, David Thorsby.

Abstract

Many producers mix two types of values, the “Economic Value” and the “Cultural Value” in their cinematographic works. The present study, based on Dr. David Throsby that distinguishes these values and how each values. Based on these knowlegde, we will analyze the Brazilian State renounces investment to cultural and suggests the private initiative to do and the market ends up interfering with the public interest in cultural goods. In contrast, the role of the French State in the public audiovisual policy of his country.

Keywords: Brazilian cinema, ANCINE, Audiovisual Law, private initiative.

Introdução

Os conceitos de “Valor Cultural” e “Valor Econômico” propostos por David Throsby contribuem para o setor da economia da cultura e também ao setor produtivo do cinema brasileiro, auxiliando no entendimento de quais tipos de valores culturais (estéticos, linguísticos e narrativos) podem interferir no valor de seu produto e consequente alterando o preço no modelo econômico padrão.

Ao mesmo tempo, o cinema brasileiro enfrenta um duelo entre dois polos, o cinema que possui mais de cem mil espectadores e que não possui. A consequência é o interesse do setor público e privado em patrocinar determinada obra, dependendo do retorno financeiro e de público.

O presente artigo analisa o poder de decisão de investimento da iniciativa privada à produção cinematográfica brasileira, comparando com a forte intervenção estatal na política pública do cinema.

Desta forma, o artigo está organizado da seguinte forma: Na primeira etapa, inicia-se como os valores econômicos de uma obra cinematográfica são mais valorizados que artísticos pelo setor público e privado. Em seguida, revela-se o papel do Estado brasileiro e do mercado, e aqui é inserido o conceito de “Valor Cultural” e “Valor Econômico” propostos por David Throsby. Por fim, uma observação no modelo de fomento do cinema francês.

Valor de Mercado

Durante a décima oitava Mostra de Cinema de Tiradentes, o diretor Allan Ribeiro, vencedor do prêmio de melhor filme “Mais do que eu possa me conhecer”, edição do ano de 2015, relata a dificuldade de pequenos produtores de ter apoio a produções de caráter mais artístico e autoral através de leis de incentivo e fundos regionais como por exemplo a Rio Filme.

> É comum esse tipo de produção não ter apoio público nem das empresas. Aqui no Rio existe uma divisão radical: o que é considerado filme de mercado tem privilégios; então, nos ignoram. É por isso que foi criado o movimento Rio: Mais Cinema, Menos Cenário, que apoio plenamente. Ganhamos prêmios, exibimos os filmes nos cinemas, na TV e na internet. Somos mercado também, e seria saudável ampliar a visão de cinema na cidade. Como curiosidade, esse meu longa foi enviado para o último edital da RioFilme e, como já esperava, sequer ficou na lista de suplentes. (ALMEIDA, 2015)

A décima oitava Mostra de Cinema de Tiradentes que, a cada ano que passa, consolida-se como um festival e segundo a responsável do evento “. . . apresentou uma nova geração de realizadores que têm propósitos instigantes e criativos, que fazem

cinema com vontade própria, com vigor“(MOSTRA DE CINEMA DE TIRADENTES, 2015).

Analisando os dois comentários acima, filmes com caráter mais artísticos não recebem a mesma atenção de investidores do setor público e privado. Já filmes com caráter mais “comercial” ou que buscam o maior contato com o público possuem maior valor ou interesse.

De acordo com o autor Arjo Klamer (KLAMER, 1996) que aponta uma tendência a enfatizar os valores culturais e sociais sobre o econômico na escolha de investimento, aqui no Brasil os valores econômicos recebem mais atenção ou privilégios na fase de avaliação de investimento, conforme o diretor Allan Ribeiro cita acima.

Mesmo com esse caráter “comercial”, evita-se nos jornais falar de valores mensurados no cinema nacional, como o número arrecadado pelo filme em um final de semana ou até mesmo no fim da carreira nas salas de cinemas. Por exemplo, na matéria sobre a bilheteria no mercado brasileiro que revela um recuo nos ingressos comprados para assistir filmes nacional, mas não se comenta o valor numérico arrecadado das obras.

> Entre os títulos brasileiros exibidos no ano, seis filmes ultrapassaram a marca de um milhão de espectadores (”Até que a Sorte nos Separe 2“,”O Candidato Honesto“, ”Os Homens São de Marte. . . E É para Lá que Eu Vou“ Mulheres ao Mar“, ”Muita Calma nessa Hora 2“, e ”Vestido pra Casar“) e 21 alcançaram mais de 100 mil ingressos. Em 2013, foram dez e 24 filmes, respectivamente (UOL, 2015).

No entanto, a Agência Nacional de Cinema, a ANCINE, apresenta os informes sobre o cinema brasileiro e o mercado exibidor, através de outro website, o OCA, Observatório do Cinema e Audiovisual. Estes informes demonstram através de valores numéricos o sucesso de público e renda de determinada obra cinematográfica brasileira, dando a esta o caráter de um sucesso duplo, tanto na área comercial, quanto cultural. Assim, podemos observar o texto retirado em um dos informes sobre o mercado exibidor no ano de 2015 da agência:

> Dois filmes nacionais figuram na lista das 20 maiores bilheterias do período: “Loucas pra casar” (Downtown/Paris) e “Os Caras de Pau em o Misterioso Roubo do Anel”(Imagem Filmes). A comédia “Loucas pra Casar”, estrelada por Ingrid Guimarães e Tatá Werneck, com produção da Glaz, foi a segunda maior bilheteria do primeiro trimestre do ano, levando 3.722.461 de espectadores ao cinema e acumulando uma renda de R$ 45.634.977,35. O filme foi lançado em 604 salas. A participação de público das obras brasileiras encerrou o período

> analisado em 12,8%, com um acumulado de 5,6 milhões de espectadores (ANCINE, 2015).

Podemos observar na citação acima, um destaque maior no ano de 2014 para filmes que possuíram êxito no circuito exibidor brasileiro através dos números de público e consequentemente de renda. Devemos salientar que estes números são publicados em conjunto nos informes e matérias de imprensa, isto acontece pois o cinema nacional é produzido através de renúncia fiscal do setor público, e assim demonstra a importância do cinema perante a sociedade e do veículo de fomento a produção cinematográfica, a renúncia fiscal.

Valor Cultura Vs. Valor Econômico

Muitos produtores misturam dois tipos de valores que para David Throsby são distintos e os classifica como "Valor Econômico" e "Valor Cultural". Para ele, estes têm sido usados para capturar o valor de um bem cultural medido em modelo econômico.

Desta maneira, Throsby (2003) classifica o "Valor Econômico" como o que pode ser expresso em termos numéricos ou preferencialmente financeiro, compreendendo quaisquer valores. O "Valor Cultural", por outro lado é instável e carece de uma unidade de conta comum e elementos possam ser facilmente expressos de acordo com qualquer escala qualitativa ou quantitativa.

Outro detalhe apontado pelo Throsby, é que o "valor cultural" vem acompanhado de um elemento que o modelo econômico padrão não compreende ou mais precisamente como ele classifica como "ignorância". Desta forma, "É bem sabido que a quantidade de informação fornecida aos agentes no mercado econômico possui um efeito crítico sobre seus julgamentos(..)" (THROSBY, 2003, p. 277).

Assim, valores estéticos, narrativos e linguísticos das obras cinematográficas, são dominados por diretores, produtores, atores, atrizes, críticos de cinema e cinéfilos do campo cinematográfico, embora não sejam conhecidos de forma plena nos setores de marketing das empresas, porque estes são quem decidem o investimento, através da lei do audiovisual.

Para David Throsby, talvez seja importante aos produtores explicarem quais e o que são os "Valores Culturais" no projeto e a pretensão para aumentar o seu "Valor Econômico" como produto comercial, e assim conseguir a segurança do investidor para investir na obra.

> Talvez, em determinadas situações, possa haver um nível de informações, desde que não seja a "completa", mas o suficiente para reduzir o problema cumulativos como gosto que surge com os bens culturais para proporções controláveis (THROSBY, 2003, p. 277).

Segundo o livro "Incentivos para a produção e a co-produção Audiovisual na Ibero- América, Canadá e Estados Unidos", mais precisamente no artigo de Fábio de Sá e Guilherme Andres, Advogados Cesnik, Quintino & Salinas Advogados que relata "…os filmes produzidos ou co-produzidos no Brasil, representam 11% do total exibido no país e que existe a mais absoluta determinação de governo para investimentos em produção, distribuição e exibição".

Para os autores, existem três formas de mecanismos de investir numa obra, sendo a primeira através de investimento ou co-produção, "…são aqueles cujo investidor tem interesse em recuperar parte do capital portador". A segunda forma é através de patrocínio, "…aqueles cujo mecenas tem interesse em aparecer com visibilidade/marketing do aporte que tiver efetuado". E a última forma é o aporte direto do poder público "…programas considerados pelo Estado Brasileiro e que devem contar com o recurso do Estado Brasileiro para seu financiamento".

No entanto, conforme Sá e Andres, as duas primeiras modalidades são praticadas no Brasil, através de renúncia fiscal do Estado brasileiro, com objetivo para financiar produções culturais, deslocando o papel do Estado como fomentador dos bens culturais para a iniciativa privada, "Tratando-se de um mecanismo de fomento do Estado Brasileiro para estimular a participação privada no interesse público".

Estas duas maneiras de fomento se baseiam na seguinte lógica, o produtor de cinema apresenta o projeto a autoridades federais, estaduais e/ou municipais, após a aprovação dos órgãos do governo, a produtora ou produtor buscam a obtenção de recursos de patrocinadores, doadores ou investidores, distribuidoras, investidores privados e etc. (Sá, Andres, 2009, p. 33-38).

Em contraponto a essa lógica e de acordo com o autor Ismail Xavier (apud BELLERINI, 2012, p. 45) acredita na fragilidade da Lei do Audiovisual que deixa o mercado definir os filmes a serem produzidos. Assim, a iniciativa privada entrou no processo de produção do cinema nacional em 1995, com a criação do Certificado de Investimento Audiovisual, que permitia às empresas que deduzirem do imposto de renda os investimentos em projetos cinematográficos. (Ballerini, 2012).

> O Estado deixou de investir diretamente na produção de filmes, pois esse papel passou a ser desempenhado pelas empresas privadas que passaram a poder deduzir tais investimentos do Imposto de Renda. As-

> sim, houve uma alteração no modelo de patrocínio estatal, que passou a ser feito de forma indireta, istomé, por meio da renúncia fiscal. Este cenário, entre outros aspectos, contribuiu para estimular a emergência de uma nova geração de diretores e a retomada da carreira de cineastas consagrados (LEITE apud BALLERINI, 2012, p. 44).

Esta lógica se reflete na instrução normativa 22, que possui o seguinte objetivo "Esta Instrução Normativa tem o objetivo de regulamentar a elaboração e a apresentação de projetos de obras audiovisuais a serem realizados com a utilização dos incentivos"[3].

Dessa forma, o produtor precisa necessariamente seguir um caminho com diversas etapas, começando com a aprovação do projeto na Agência Nacional de Cinema (ANCINE) que avalia sua viabilidade econômica e desconsiderando, em tese, critérios artísticos, estéticos ou a experiência do diretor. (Ballerini,2012).

Para Ballerini, se não houvesse as leis de incentivo no Brasil, um filme com um custo de US$ 1 milhão - valor comum nas produções nacionais do século 21 - sendo o valor médio de US$ 3 por espectador, precisaria de uma renda bruta de pelo menos US$3 milhões de dólares para se pagar, ou seja, pelo menos 1 milhão de espectadores. (BALLERINI, p.52, 2012).

Outro problema enfrentado pelo produtor brasileiro segundo Ballerini, é o retorno de receitas geradas na exibição nas salas de cinema, isso porque em geral 50% do faturamento fica para o exibidor, enquanto de 20% a 30% fica para o distribuidor. O restante fica para o produtor, uma soma que raramente chega a 30% do faturamento. (BALLERINI, p.52, 2012).

> O Financiador, se pessoa jurídica, pode abater 30%, se patrocínio, ou 40%, se doação, do valor do imposto de renda devido até o limite de 4% do imposto a pagar; Além disso a empresa pode abater o valor como despesa operacional, o que gera um benefício de 64% para patrocínios e 73% para doações. Já os indivíduos também podem abater entre 60% (se patrocínio) e 80% (se doação) até o limite de 6% do imposto devido (SÁ; ANDERS, 2009 , p.39).

[3] ANCINE. Instrução normativa número 22 de. 30 de Dezembro de 2003. Disponível em <http://www.ancine.gov.br/legislacao/instrucoes-normativas-consolidadas/instr%20u-o-%20normativa-n-22-de-30-de-dezembro-de-2003>Acesso 15 de jul. 2015.

Contudo, como relembra Ballerini, tais certificados se associaram a escândalos, sendo o caso mais famoso o filme "Chatô, o rei do Brasil", após 20 anos de produção, lançou no último dia 17 de maio, seu primeiro trailer. (G1, 2015). O Superior Tribunal de Justiça (STJ) começou a analisar em Abril de 2015 um processo de improbidade administrativa pelo diretor Guilherme Fontes, por suspeita de mau uso dos recursos públicos captados para a produção do filme.

Mesmo com as dificuldades em produzir cinema no Brasil, Ballerini relata a visão otimista de Vicente Amorin (cineasta) e do produtor Caio Gullane, que acreditam que o perfil profissional do brasileiro seja mais parecido com o americano, embora nossas leis sejam parecidas com a cinematográfica francesa. (BALLERINI, p.63, 2012).

Separadas pelo oceano Atlântico, a cinematografia brasileira e a francesa possuem em comum o problema de financiamento de filmes, como relata Joël Augros no artigo "O cinema francês no fio da navalha" (MELEREIRO, 2007), onde relata o manifesto da diretora Pascale Ferran, cujo filme "Lady Chaterley" (2006) ganharia cinco prêmios no César.

Segundo Augros, na maior parte do manifesto a diretora trata do financiamento de filmes da seguinte forma: "[. . .] conduz de um lado, a filmes cada vez mais ricos e, de outro, a filmes extremamente pobres". Ainda segunda a diretora, o cinema francês possuiu por algum tempo uma boa qualidade de filme "meio-termo", ou seja, nem ricos e pobres que conseguiam conciliar uma ambição artística e sucesso de público. (AUGROS, p.117, 2007).

Ainda sobre Ferran, Augros relata o privilégio do sistema de financiamento francês em dividir em dois pólos: "[. . .] o dos filmes que teriam vocação artística e que por isso deveriam de baixo custo, e o dos filmes de entretenimento de alto custo [. . .]" (AUGROS, p.118, 2007).

Na França, a ação do Estado no cinema é essencialmente na estruturação do mercado e de regulação da profissão, dado o investimento no cinema ser baixo. O Ministério da Cultura e do Audiovisual possui o orçamento registrado no ano de 2007 para a atividade cinematográfica de apenas de 42,7 milhões de euros contra 635,2 milhões de euros para espectáculos ao vivo e 185,06 milhões de euros para a produção, distribuição de livro e a formação leitures. (AUGROS, 2007, p.120).

Esse sistema de intervenção é realizada pelo CNC (Centre National de la Cinématographie), órgão estatal de caráter administrativo que possui autonomia jurídica e financeira.Tem como missão regulamentar o setor, apoiar as atividades de formação, promover filmes franceses, zelar pela concorrência e garantir o apoio financeiro a indústria francesa.

O orçamento deste fundo é alimentado por diferentes fontes, instituindo-se uma taxa de 11% sobre o preço de ingressos de cinema, a Taxe Spéciale Aditionelle (TSA), outra de 5,5% sobre o faturamento das televisões e por último uma de 2% sobre os

produtores (Augros, p.121, 2007). Estes impostos indiretos sobre o consumo também se impõem sobre indústrias cinematográficas concorrentes, como a americana, italiana, alemã e de outros países, através das taxas sobre os ingressos e apresentação em televisão, revertendo-se ao cinema francês. (AUGROS, 2007, p.122).

Muitos destes impostos, tornam-se subsídios ao fomento da produção e a cadeia produtiva do audiovisual francês. No entanto, caso um longa-metragem faça uma boa carreira financeira nas salas de cinema, na televisão, home-video e VOD (Video-on-demand) tendo como consequência uma boa receita financeira, a legislação francesa permite criar um fundo financeiro adicional a este produtor do filme de sucesso, para lhe assegurar a próxima produção.

Diferentemente do Brasil, a França possui 5.300 telas, as salas de Art et Essai que enfrentam a concorrência dos grandes circuitos, inclusive para o cinema de autor, cujos maiores sucessos passam nas redes multiplex, o que retira das pequenas salas a possibilidade de lucro através de grandes filmes estrangeiros e franceses. (AUGROS, p.128, 2007).

Finalizando, Augros comenta que nada garante que o protesto de Pascale Ferran vá de encontro aos demais profissionais do ramo, contudo há outros grupos como produtores e profissionais que estão satisfeitos com esta política pública, porque no ano de 2006, pela primeira vez em muito tempo o cinema francês superou os americanos em seu próprio mercado. No primeiro semestre de 2007, filmes como "Taxi 4" (2006), "Molière (2006)" foram exemplos de filmes de sucesso, desta forma o público francês parece estar redescobrindo seu cinema comercial, e no futuro talvez, possamos relegar o manifesto de Pasquale Ferran as curiosidades sobre este período. (AUGROS, 2007, p.132).

Conclusão

Esta pesquisa observou os aspectos do debate sobre os valores culturais e econômicos assim como a informação sobre cultura, artes e história pode interferir na escolha de investir ou não em determinada obra cinematográfica.

Levando em consideração David Throsby, a respeito da distinção entre o “valor cultural” e “valor econômico“, que auxiliam a produtores, diretores e agentes culturais a compreenderem que muita da falta de interesse de investidores em seus projetos se dá porque nem todos compreendem o que é a estética, linguagem e a narrativa, ou seja, ”valores culturais“. Este setor somente irá investir no que ele conhece e lhe dá segurança, e assim o autor auxilia melhor o debate em relação a questões relacionadas a investimento no cinema brasileiro.

Claro que seria mais fácil dizer para o Estado simplesmente renunciar o seu

investimento através das leis de incentivo e "sugerir" a iniciativa privada que eles o façam. Uma responsabilidade maior para este setor, não somente investir, mas conhecer não só sobre cinema, assim como todos os campos da arte, porque todos podem utilizar leis de incentivo.

Esta idéia vai de encontro com o que David Throsby relata sobre conhecimento cultural, pois segundo o autor, se leva tempo para adquiri-lo, e é um elemento importante para decisões de investimento, ocasionando no Brasil um privilégio nos investimentos a filmes que possuam um retorno financeiro e público.

Se a política cultural brasileira está baseada em ofertar produtos a população, mas sem movimentar a demanda, ainda de acordo com Throsby, devemos criar algum nível de conhecimento básico artístico para o mercado e sociedade, de modo que possam discernir e compreender melhor os projetos.

Uma das formas de se alcançar este objetivo talvez possa vir da ampliação do número salas de cinema nas cidades brasileiras, e o ensino do audiovisual na rede de ensino público e particular, desenvolvendo assim uma base para colher no futuro a mudança em relação a percepção cultural.

Se anos atrás cineastas, produtores, distribuidores e exibidores duvidavam do interesse do público brasileiro em assistir cinema nacional, o ano de 2014 revelou um público de 19.030.900 milhões de espectadores de títulos brasileiros, representando uma participação total de 12,2% na participação de público. (OCA, 2015).

Diferentemente do cinema brasileiro, o cinema francês se desenvolve através dinheiro do consumo do público, ou seja, impostos sobre o consumo que alimentam uma cadeia produtiva desde a produção até exibição e preservação de filmes. Isso vem acompanhado de um número grande de salas de cinema no país e uma política cultural que valoriza o produto cinematográfico francês, alem de auxiliar produtores a continuar a produzir através do sucesso, o seu projeto posterior.

Agora no Brasil, o desafio é buscar uma outra forma de iniciativa de fomento ao audiovisual brasileiro que não seja esta, pois a vigente privilegia pequenos grupos e somente um tipo de produto cinematográfico.

Nota de pesquisa recebida em 16 jun. 2017.
Aprovada para publicação em 20 jul. 2017.

Referências

ALMEIDA, Carlos Helí de. O Circuito é cruel com o filme autoral. Disponível em < https://oglobo.globo.com/cultura/filmes/o-circuito-cruel-com-filme-autoral-diz-diretor-allan-ribeiro-15244567> Acesso 15 de jul. 2015.

ANCINE. Aumento da arrecadação e ampliação do número de salas marcam o primeiro trimestre do ano. Disponível em <http://www.ancine.gov.br/sala-imprensa/noticias/aumento-da-arrecada-o-e-amplia-o-do-n-mero-de-salas-marcam-primeiro-trimes tre> Acesso 15 de jul. 2015.

ANCINE. Instrução normativa número 22 de. 30 de Dezembro de 2003. Disponível em <http://www.ancine.gov.br/legislacao/instrucoes-normativas-consolidadas/instr%20u-o-%20normativa-n-22-de-30-de-dezembro-de-2003> Acesso 15 de jul. 2015.

BALLERIN, Franthiesco. Cinema brasileiro no século 21. 1. ed. Summes, 2012.

KlAMER, Arjo. Value of culture, ed. University Press, 1996.

MOSTRA DE CINEMA DE TIRADENTES. Janela para o mundo. Disponível em:< http://www.universoproducao.com.br/mostratiradentes/2015_pre/apresentacao.php?menu=apr> Acesso 15 mai. 2015.

MELEIRO, Alessandra. Cinema no Mundo - Indústra, Política e Mercado. 1. ed. Escrituras, 2007.

OCA. Informe do Público e Renda dos títulos exibidos. Disponível em: <http:/oca.ancine.gov.brmediaSAMInformes2014Acumulados_por_ano_Publico_e_renda_dos_titulos_exibidos_2014.xlx> Acesso 15 jul. 2015.

SOLOT, Steve. Incentivos fiscais para a produção e a co-produção Audiovisual na Ibero-América, Canadá e Estados Unidos. 1. ed. Latin American Training Center.

THROSBY, David. On the sustainability of cultural capital.

THROSBY, David. Determining the Value of Cultural Goods: How Much (or How Little) Does Contingent Valluation tell us?, Sidney, n. 27, p. 275-285, ago./set. 2003.

UOL. Bilheterias crescem no Brasil, mas cinema nacional recua em 2014. Disponível em: <http://cinema.uol.com.br/noticias/redacao/2015/01/21/bilheterias-crescem-no-brasil-mas cinema-nacional- recua-em-2014.htm> Acesso 15 de jul. 2015.

Entrevista de Monique Sochaczewski Goldfeld

Concedida a Ana Carolina Borges[1] e Helen Nunes[2]



Monique Sochaczewski Goldfeld é doutora em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV. É mestre em História Política e graduada em História, ambas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi bolsista de pesquisa recém-doutora na Escola de Ciências Sociais da FGV e coordenou o MBA em Relações Internacionais da mesma instituição. Atualmente, Monique Goldfeld é professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares, do Instituto Meira Mattos, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), integrando a Linha de Estudos da Paz e da Guerra.

http:/dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.73048

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) - CPDOC/FGV. E-mail: carolina.borges88@gmail.com

[2] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens (PPHPBC) - CPDOC/FGV. Email: helenmirandanunes@gmail.com

O tema do próximo dossiê da revista Mosaico é "Migrações e Identidades". Gostaríamos que você falasse sobre sua trajetória acadêmica e como esse tema está inserido nela.

Eu descendo de refugiados do nazismo e tendo sido educada em instituições judaicas no Rio de Janeiro, as questões de imigração e identidade sempre foram muito presentes para mim. Também tive minha quota de ter morado fora do Brasil, em Israel e na Turquia, como migrante no primeiro caso, e de certa forma como expatriada no segundo caso, por conta do doutorado. A questão me interessa inicialmente, portanto, por questões familiares e pessoais. Em termos acadêmicos, ela foi se apresentando aos poucos. No mestrado em História Política, que cursei na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), pesquisei a política externa do governo Geisel para o Oriente Médio e, a fim de explicar a mudança da política brasileira de mais "equidistante" em relação aos árabes e judeus para mais pró-árabe, tratei muito brevemente da história de ambas as diásporas no Brasil e, sobretudo, da reação da comunidade judaica a essa mudança política. Foi em especial aqui no CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil), no doutorado no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC), que a questão da imigração ganhou força para mim. Meu projeto era sobre relações Brasil e Império Otomano na virada do século XIX para o XX. Interessante que inicialmente não pensava em trabalhar com imigração, pois queria ver outras relações e comparações possíveis entre o Brasil e o Império Otomano. Isso porque eu achava que já havia sido escrito muita coisa sobre diáspora árabe no Brasil, sobretudo, na pesquisa do Oswaldo Truzzi. Quando fui aos arquivos em Istambul, porém, comecei a ver na documentação que a questão era muito relevante para o Império Otomano e que não se trata na realidade de uma "imigração árabe" para o Brasil, mas da vinda de "súditos otomanos" para cá. A grande maioria era de fato árabe e cristã - sobretudo maronitas oriundos do Líbano -, mas há também muçulmanos sunitas, muçulmanos xiitas, drusos, judeus, e também armênios e gregos, o que mostra justamente o cosmopolitismo do Império Otomano que de certa forma se transplantou para cá. A partir dessa empiria, esse tema ganhou força na minha pesquisa de doutorado. No pós-doutorado, também aqui no CPDOC, em 2014, meu projeto já era sobre diásporas do Oriente Médio, no Brasil, abordando a história, memória e política. Enfim esse tema sempre estava lá, de alguma maneira, e ainda tenho muito que publicar a respeito. Nos últimos anos, quando da minha atuação na ECEME, na Escola do Comando do Estado Maior do Exército, essa questão voltou à tona porque a migração do Oriente Médio para o Brasil não acabou e por conta de muitos estereótipos a esse respeito. Então, essa agenda é para mim um *continuum.*

O que podemos aprender com os refugiados? E, nesse sentido, como estudar, pesquisar e compreender o fenômeno do refúgio e a atual situação dos refugiados a partir da História Global?

Antes de mais nada, vale aqui ressaltar aquilo que já vem sendo muito falado nos últimos tempos: de que vivemos o maior drama humanitário desde a Segunda Guerra Mundial e a questão dos refugiados é central. Quando se olha para ela com mais atenção,

porém, percebe-se que há muitas subdivisões internas e peculiaridades, como a questão dos deslocados internos, refugiados em territórios mais imediatos (como os sírios na Turquia, Líbano e Jordânia), mulheres refugiadas, etc. É um tema de crescente interesse acadêmico no Brasil, inclusive, com a abertura de diversas cátedras de estudos nas principais universidades. A lente específica da História Global – que em grande medida recomenda se atentar para a história para além do eurocentrismo e do nacionalismo metodológico – é válida porque justamente recomenda buscar conhecer melhor a história de outras regiões, como no caso o Oriente Médio, e também atentar para a longa duração. Com esse tipo de cuidado, foge-se de associações muitas vezes feitas de forma imediata – e errônea – de correlacionar refugiados com terrorismo. Loretta Napoleoni (na realidade uma economista, mas que evoco aqui por fugir dos olhares tradicionais) em seu livro "Mercadores de Homens", por exemplo, mostra as diversas conexões, vieses e rotas dos refugiados hoje em dia. Nessa obra ela ressalta rotas da África e do Oriente Médio e quebra um monte de estereótipos, mostrando inclusive quem lucra com a questão.

A questão "Como estudar?" passa também, a meu ver, por ter um olhar brasileiro. A partir do Brasil temos que apreender a questão como um todo e como ela nos afeta em particular. Por vezes vejo pessoas comentando de forma desesperada (e preconceituosa) sobre os refugiados que vêm do Oriente Médio para cá e, na verdade, eles são muito pouco. São cerca de 2 mil refugiados da Síria. Nosso grande drama hoje é de refugiados da Venezuela. É uma questão que bate a nossa fronteira. E lidar com a questão dos refugiados venezuelanos também implica em buscar melhor conhecer os problemas das fronteiras brasileiras e em especial os da Amazônia. Trata-se de diversas questões que ainda contam com pouco conhecimento e pesquisa por aqui.

Por outro lado, sobre a questão "O que os refugiados nos ensinam?", eu gravei um Ted Talk na UERJ sobre isso, e a meu ver eles nos ajudam a ampliar nossa visão de mundo. Sobretudo no Rio e em São Paulo, há iniciativas muito legais em que a sociedade civil está se mobilizando largamente para ajudá-los e também aprendendo muito com eles. Aqui no Rio a cidade foi sede de grandes eventos desde o Pan-americano até as Olimpíadas passando pela Copa e tudo mais. O Brasil estava nos holofotes e estava num momento interessante. Havia muitos expatriados e turistas aqui e muito interesse internacional. Do ano passado para cá, ocorreram várias crises, e, a meu ver, voltamos a ser paroquiais, nos desconectando do mundo. Quando participamos de projetos ligados à Caritas[1], travando contato com esses refugiados, por exemplo, passamos a entender questões da nossa própria região. Há colombianos que estão aqui há mais tempo, com toda uma história de conflito para compartilhar, e os venezuelanos que agora chegam, relatando outra forma de dificuldade. Entende-se ali também – e os documentos oficiais corroboram – que a grande maioria dos refugiados vem da África, em especial da República Democrática do Congo e Angola.

[1] Nacionalmente, a Cáritas é um organismo da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e conta com a parceria da Acnur – Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para refugiados.

Um projeto que admiro muito e do qual sou muito parceira é o "Abraço Cultural", que é na realidade um curso de idiomas em que os refugiados são os professores. Diferente do que acontece com os cursos oficiais de francês, inglês ou espanhol, por exemplo, oferecidos por instituições ligadas aos governos da França, da Grã-Bretanha ou EUA e Espanha, aprende-se outra faceta desses idiomas e outra história por trás. Um professor de francês haitiano ou congolês, não só ensina a língua com outras peculiaridades, como conta outro lado da história francesa ou belga. O mesmo ocorre ao se estudar inglês com um refugiado da Nigéria ou de Gana, ou espanhol com um venezuelano ou com um colombiano. E há ali também refugiados sírios lecionando árabe e, conversando com eles, percebe-se o quão sofisticados em termos intelectuais eles são, quebrando assim uma série de preconceitos comuns que associam o Oriente Médio a atraso. Então, a primeira coisa que eles nos ensinam é pensar para além do Ocidente, ajudam-nos a nos informar sobre outra história da atuação ocidental em várias regiões do mundo. Eles também nos ajudam a praticar a solidariedade, pois com os cursos, os refugiados se "empoderam", já que ganham dignidade e também recursos para se sustentarem.

Como foi a sua pesquisa nos arquivos do Brasil, em especial, as imagens e acervos orientais pesquisados, e nos arquivos da Turquia, as representações sobre o Brasil, e como contribuíram para a elaboração da sua tese e do seu recente livro?

Isso é interessante pelo fato de eu ser uma cria do CPDOC. Ao todo, tenho doze anos de idas e vindas no CPDOC e minha atuação na instituição por muitos anos foi com organização de acervos. Meu orientador no doutorado, Matias Spektor, me chamava por vezes de "arquiveira", por conta da minha paixão com essa parte da pesquisa. Eu sempre achei isso um elogio, diga-se de passagem (risos). Entremeando com meu tempo no CPDOC, eu trabalhei cinco anos na Biblioteca Nacional (BN) - ali trabalhei na Revista Nossa História, na Revista de História da BN, e no gabinete do presidente Pedro Corrêa do Lago. E justamente nesses projetos da BN eu achava muitas referências do Oriente Médio e por isso vou falar um pouquinho a respeito para explicar a minha trajetória nesse sentido.

Se você digitar "Oriente Médio" na base da BN, vão aparecer na tela do computador basicamente os livros do depósito legal, já que todo e qualquer livro publicado no Brasil tem que doar um exemplar para a Biblioteca. Sobretudo quando eu pesquisava para as revistas de divulgação histórica, porém, comecei a me deparar em catálogos antigos (por vezes manuscritos) com várias referências a obras sobre essa região. Em 2007 então resolvi propor um projeto de pesquisa para o programa de bolsas da BN que chamei de "O Oriente Médio no Acervo da Biblioteca Nacional", para justamente mapear melhor esse material todo, e felizmente fui aprovada. No ano de pesquisa localizei documentos sobre o Oriente Médio na Coleção da Real Biblioteca – o acervo trazido de Portugal com a família real quando da fuga em 1808 – sobretudo obras raras, manuscritos e uma linda iconografia. Vale lembrar que na época áurea portuguesa e otomana – o século XVI – o grande "outro" de Portugal eram os otomanos. Achei também centenas de documentos pertencentes a Dom Pedro II, na chamada Coleção Thereza Christina. Há centenas de fotografias das então províncias

otomanas do Egito, Síria, Líbano e mesmo Argélia, dezenas de livros e muitos manuscritos. Tanto no verso de algumas fotografias como nas margens dos livros há muitas anotações manuscritas do imperador, o que demonstra se tratar de uma coleção com a qual ele interagia. Boa parte das obras dele são de autoria daqueles escritores que Edward Said analisa em seu clássico "Orientalismo" e o imperador brasileiro chegou a se corresponder com alguns deles, como Ernest Renan e Maxime du Camp. Na Divisão de Manuscritos da BN localizei uma série de estudos de idiomas como árabe e persa que estavam indexados como "anônimo" na base de dados, mas que no verso (eram papeis reaproveitados) por vezes apareciam títulos como "L´Empereur" ou "Sa Majesté". Conversando com uma pesquisadora do Museu Imperial de Petrópolis, porém, que conhecia muito bem os exercícios de tradução feitos por d. Pedro II que estão depositados no acervo do museu, passei a achar que faz sentido acreditar que se trata dos estudos do imperador.

Enfim, foi a partir da empiria que esbocei o projeto de pesquisa do doutorado. Meu intuito inicial era entender o orientalismo bastante peculiar de d. Pedro II. A principal figura política brasileira do século XIX era profundamente aficionada pela região que chamamos hoje de Oriente Médio, mas que na época era em grande medida o Império Otomano. Buscando realizar a pesquisa no âmbito da lógica da história internacional, porém, fui buscar o outro lado da história, e por isso fui pesquisar na Turquia. Não localizei no amplo acervo iconográfico do sultão Abdul Hamid II (1876-1909), depositado na Universidade de Istambul, fotografias sobre o Brasil, mas fui então em busca de conexões entre o Brasil e o Império Otomano no que seria o Arquivo Nacional da Turquia, o chamado "Arquivos do Primeiro Ministro", que fica em Istambul. O interessante é que quando cheguei lá não tinha a opção de Brasil como lugar de origem do pesquisador. Eles tiveram que inserir no sistema por conta da minha presença.

Nem América Latina?

Não tinha Brasil, com certeza, mas não me lembro de ter visto nenhum outro latino-americano também. Trouxeram um técnico às pressas para inserir no sistema "Brezilya", que é Brasil em turco, enquanto faziam meu cartão de pesquisadora (risos). E justamente nos arquivos do Primeiro Ministro localizei cerca de 700 dossiês sobre o Brasil, mas basicamente documentos manuscritos em idiomas como francês, inglês, espanhol, português e também turco-otomano. No que diz respeito à iconografia, vale ressaltar que o Sultão Abdul Hamid II também era um colecionador de fotografias como d. Pedro II. Como ele era uma pessoa que não circulava muito por seu império, diferente da contraparte brasileira, ele governou em grande medida a partir de seu palácio em Istambul, chamado Yildiz, usando as fotografias para contratar pessoas, acompanhar obras e afins. Ele também doou coleções dessas fotografias para a British Library e para Library of Congress, nos EUA, e essa última foi totalmente digitalizada e está agora online. Mas, enfim, não consegui achar fotografias do Brasil na coleção particular dele não, o que muito me frustrou.

Quais foram as conexões que você descobriu na sua pesquisa entre Império Otomano e o Império do Brasil no século XIX?

São dois momentos. O primeiro é o que eu chamo de relações incógnitas que data desde 1513, em que o Império Otomano tinha consciência das Américas e do Brasil. O famoso mapa do Piri Reis, que retrata a costa brasileira, está ainda hoje em Istambul. Desde o século XVI, os otomanos sabiam da existência das Américas, mas não há de fato interação. No século XIX, a coisa mudou de figura. Quando acabou a guerra da Crimeia, em 1856, o Império Otomano foi chamado a sentar numa mesa de negociações de Paris junto às potências europeias contra os russos. O representante otomano em Paris foi Ali Paxá e depois da conferência, em 1856, ele foi à Londres e chegou à legação brasileira na capital britânica. Lá ele encontrou o ministro Inácio de Carvalho e pediu aproximação com o Brasil. E em 1858, acabou sendo assinado o Tratado de Amizade e Comércio e Navegação entre Brasil e Império Otomano. O que é interessante nesse momento da década de 1850 é que no Império Otomano já se tomava amplamente café brasileiro e o Brasil queria aproveitar para melhorar a Marinha mercante e fazer comércio com o Mar Negro. Em 1860, um diplomata brasileiro experiente, o Antônio Machado, foi para Constantinopla, mas não conseguiu entregar as credenciais. Ele ficou na então capital otomana por quatro meses, mas acabou indo embora. É, portanto, um primeiro momento de aproximação que eu chamo de "relações incógnitas".

O que nos conectou de fato foi a imigração. Em 1876, quando Dom Pedro II viajou pela segunda vez para o Império Otomano (em 1871 ele já tinha passado dez dias no Egito), ele circulou largamente por este durante quatro meses. Ele veio da Rússia e foi primeiro para Constantinopla, onde encontrou o sultão, seguiu então para a Grécia, passou por Esmirna e de lá foi para o que é hoje o Líbano, Síria, Palestina, Egito e chegou mesmo até o Sudão. Em Damasco, ele tinha escutado falar que cristãos que sobreviveram ao massacre de 1860 e pensavam em emigrar para o Brasil. Há pesquisadores que falam que ele convidou estes cristãos a virem para cá, mas não achei isso na minha pesquisa empírica. O que acabou acontecendo é que de fato se deu uma larga onda migratória de súditos otomanos para o Brasil, mas em grande medida por conta própria. É interessante nesse sentido, por exemplo, visitar o Museu da Imigração, em São Paulo. Ali se vai achar ampla referência aos imigrantes italianos, espanhóis, portugueses e mesmo japoneses, mas quase nada sobre os árabes. Imagine você uma cidade como São Paulo não ter quase nada sobre imigrantes árabes em seu museu da imigração! Isso se dá porque não havia política oficial de atraí-los e a imigração se deu por conta própria. O que interessante ainda, como aponta o pesquisador Paulo Gabriel Rocha Pinto, é que essa imigração não acabou. Há um primeiro boom (1870-1914) e depois vai e volta. O Brasil recebe imigrantes e refugiados desde essa época.

Teve violência nessa imigração?

Aqui no Brasil sim. Aqui é quando a memória e a história brigam. A narrativa oficial de muitos imigrantes árabes e seus descendentes é que, apesar de não ter tido um projeto

oficial para trazê-los, como aconteceu com os italianos, por exemplo, há um primeiro árabe que vem e que começa trabalhando como mascate e acaba se estabelecendo em regiões como a Saara no Rio de Janeiro e na Vinte e Cinco de Março em São Paulo com relativo sucesso. Eles próprios trouxeram os patrícios, seja irmãos e parentes para ajudar no trabalho de mascate e nas lojas, ou mesmo buscaram moças para casar. É uma imigração que basicamente se autoajuda e é comum que eles digam que são os verdadeiros bandeirantes, por de fato terem adentrado por todo o território brasileiro vendendo miudezas. Acho que não é à toa que a Rede Bandeirantes pertence justamente a uma família árabe, os Saad. Como eles eram cristãos, em sua maioria, não foi difícil se misturar na sociedade brasileira. Acontece, porém, que ao me debruçar sobre os jornais da virada do século XIX para o XX e vendo a correspondência diplomática, localizei diversas referências a casos de violência de brasileiros contra esses imigrantes. Em 1898, há um caso em Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo, em que muitos foram perseguidos e quase tentam massacrá-los, e o cônsul otomano, Othon Leonardos, teve que intervir. Há casos de preconceito e roubo e até assassinatos desses mascates. E as autoridades não se empenhavam em solucioná-los, segundo alegações do diplomata em questão.

Ainda sobre as conexões entre Império Otomano e Brasil. Em termos da arquitetura do sistema internacional do período, quais conclusões você chegou?

Dialogo na tese com a chamada Escola Inglesa de Relações Internacionais, sobretudo com as obras de Hedley Bull e Adam Watson sobre evolução e expansão da sociedade internacional. De forma muito superficial pode-se dizer tratar-se de um sistema internacional de Estados que remonta aos sumérios, que passa a se configurar como uma sociedade internacional europeia no Renascimento e que começa a se expandir pelo mundo no século XIX, chegando então a uma "sociedade internacional global" após a Segunda Guerra Mundial. Essa interpretação, sobretudo quando trata do século XIX, era voltada em grande medida para a relação entre potências e colônias, deixando de lado entidades de médio porte que poderíamos entender como potências médias do século XIX como China, Japão e mesmo Brasil. Nos últimos anos crescia o volume de pesquisa justamente sobre as interações existentes entre essas "potências médias do século XIX", e me juntei a esse esforço contrastando o Brasil com o Império Otomano. A Renée Worringer estudou a relação do Império Otomano com o Japão e o Shogo Suzuki sobre o Japão e a China, por exemplo. O interessante dessas pesquisas, e que também verifiquei na minha, é que existem também hierarquias entre essas entidades periféricas. De qualquer forma, essas relações intra-periféricas se estabelecem em grande medida mediadas pela Europa.

Por exemplo, como os imigrantes otomanos chegaram ao Brasil? Eles vieram em navios europeus e parando em cidades europeias. Muitos foram, inclusive, enganados. Muitos vêm achando que tinham comprado passagem para "América", ou seja, Estados Unidos, mas era na realidade passagem para América do Sul. Mas a conexão europeia nesse

caso específico se deu por conta dos navios e escalas europeias que usaram ou passaram até chegar aqui.

Enfim, essa lente da Escola Inglesa, de pensar a sociedade internacional funciona, mas tem lacunas, no sentido de estar sempre olhando a Europa se impondo. Há muitos casos de resistência bem sucedida à Europa, como no caso da Etiópia frente à Itália, e mesmo jogos na periferia de uma potência contra outra. E quando você olha de perto, mesmo essas "potências médias" têm visão de hierarquia civilizacional, racial e étnica. A grande questão é pensar a complexidade.

Pode comentar se existe alguma conexão com os Jovens Turcos?

A conexão, a meu ver, é a Alemanha. Quem tem uma tese de doutorado sobre isso e morou na Alemanha para a pesquisa é a Cristiana Luna que fez estágio no CPDOC e estudou na UFRJ. Na fase final do Império Otomano, o governo estava calejado com as potências europeias e via na Alemanha que então se unificava tardiamente, sem ter fronteiras diretas com o império e sem histórico imperialista em relação a este, como uma aliada importante. Os otomanos acreditavam também que a Alemanha transferiria tecnologia e de fato eles ajudaram a construir as estradas de ferro. E essa conexão se deu também em meios militares. É com os militares alemães que os otomanos tentam modernizar seu exército e é com eles que se alinham na Primeira Guerra Mundial. O livro do Sean McMeekin, "O Expresso Berlim-Bagdá", traduzido para o português, é excelente para entender essa questão toda.

Em relação ao Brasil, um grupo de oficiais foi estudar na Alemanha, e que vão criar a Revista Defesa Nacional e vão ter uma série de ideias para modernizar o Exército brasileiro. Vem a Primeira Guerra Mundial e a Alemanha perde, daí o modelo militar alemão perdeu força frente à Missão Francesa e mais tarde frente a um modelo norte-americano. Aquele grupo inicial que serviu na Alemanha que foi em 1911/1912 ficou conhecido como "jovens turcos" nesse sentido de uma influência alemã assim como ocorrera no Império Otomano com o grupo que chegou ao poder em 1908.

Quais as origens das diásporas no Brasil? Como surgiu seu projeto "Rio global"?

Existe um prólogo digno de nota sobre a chegada de árabes e muçulmanos ainda na América Portuguesa. Nesse sentido eu dialogo muito com o antropólogo Paulo Gabriel da Rocha Pinto, que também ressalta a presença de mouriscos, bem como de escravizados malês, que são africanos cativos que eram de fé islâmica. Na metade do século XIX, já no Império, chegaram inicialmente palestinos cristãos que vendiam objetos religiosos da Terra Santa. A franco-chilena Cecilia Baeza, que lecionou por um tempo na FGV em SP antes de voltar para a sua Paris natal, é a grande autoridade sobre a presença dessa diáspora palestina não só no Brasil como em toda a América Latina. Foi, porém, na década de 1870, justamente

por conta do impacto da boa imagem deixada por d. Pedro II junto aos árabes da província otomana da Grande Síria, que essa onda imigratória começou. A comunidade árabe (se é que é possível falar de uma comunidade árabe, já que ela é tão diversa internamente) usa a data de 1885 para comemorar o início de sua imigração, mas eu prefiro 1876, por conta de minha pesquisa empírica. E, como eu já disse, a grande maioria dessa imigração/diáspora é cristã, com diversas subdivisões internas. Há cristãos maronitas (que aceitam o papa, embora tenham liturgia em aramaico), melquitas, ortodoxos gregos, protestantes e também armênios ortodoxos e de outros ramos. A grande maioria era maronita, porém, e por isso não foi difícil se misturar à sociedade maior brasileira, católica. Sempre ressalto que se nós tivermos um olhar atento para a própria diversidade e complexidade da diáspora do Oriente Médio no Brasil ficaria menos difícil entender a complexidade de lá.

Já no que diz respeito ao meu projeto de walking tours "Rio Global", ele nasceu de várias vontades. Por um lado, ele junta meu lado historiadora pública – que busca usar o conhecimento acadêmico para fora da academia – e historiadora global – que busca tratar de uma história que vá muito além do eurocentrismo tradicional -, com uma vontade de também de me engajar em um projeto que buscasse sensibilizar as pessoas para a beleza do patrimônio histórico e cultural Rio de Janeiro, que vai além da beleza natural. Eu tenho licença de guia de turismo desde o fim da graduação e, inicialmente a usava somente quando fazia "aulas externas" em absolutamente todos os cursos e lugares que lecionei (FGV, La Salle, ECEME). Essas aulas faziam muito sucesso entre os alunos que sempre a chamavam de "passeios" (risos) e não era raro pedirem para levar amigos e familiares.

E, sobretudo, nesse ano de 2017 resolvei ampliar a coisa para além de meus cursos e tocar como um projeto mesmo, com a agenda de tentar mostrar às pessoas que somos muito mais globais – e interessantes - do que pensamos, guiando três roteiros: "Rio Médio-Oriental", "Rio Europeu" e "Rio Africano". Foi também uma forma de levantar recursos em tempos de crise. Foi com o dinheiro que amealhei desse projeto nesse ano que consegui realizar em grande parte o "IV Seminário Estudos de Oriente Médio a partir do Brasil", por exemplo. Eu confesso que estou tão apaixonada por ele que é provável que se torne minha principal atividade. Estou testemunhando um lado muito legal, por exemplo, de ele ser um programa de família e de casal (risos). Um dos meus roteiros foi até "presente de dia das mães" de uma ex-aluna para a mãe dela. E já guiei refugiados sírios e outros imigrantes algumas vezes também. O feedback de todos tem sido muito positivo.

Enfim, tem sido um projeto muito gratificante, mas é bom dizer que todos esses roteiros são de minha "autoria", mas me inspirei inicialmente no projeto do Instituto do Mundo Árabe, em Paris, que tem um *walking tour* chamado "A Paris Árabe Histórica". Já o "Rio Africano" é fortemente inspirado nos roteiros que o pessoal do incrível Instituto dos Pretos Novos faz na região. O "Rio Europeu", por sua vez, está sempre em mudança e cada vez mais ressalto o elemento do refúgio nele, até porque me dei conta agora que a Família Real Portuguesa é também ela refugiada que aqui foi acolhida em 1808... Em cada roteiro, procuro privilegiar um personagem e um espaço. Por exemplo, no Rio Europeu, escolho a livraria Leonardo Da Vinci que é fundada no pós-guerra por romenos.

Tem uma dissertação[2] aqui do CPDOC/FGV sobre a Livraria Leonardo Da Vinci...

Eu ainda não tive oportunidade de lê-la, mas em ressalto que o Daniel Lousada, que comanda a livraria hoje, é muito parceiro. Sempre que dá ele recebe meus grupos e dá também um depoimento. Estimulo as pessoas a comprarem livros, não só para ajudar a livraria, confesso, mas também para que o tour deixe também marcas mais amplas, de estímulo a leitura. Eu estou agora concluindo novos roteiros como o "Rio Judaico", "Caminhos da Diplomacia Brasileira", "Rio de Leituras" e espero fazer também um "Rio de Mulheres". E estou em conversas iniciais também para ajudar a treinar um refugiado que está estudando turismo em alguns deles. Enfim, meu projeto "Rio Global" é uma forma de ativismo e uma forma para levantar recursos e nesse período obscuro em que vivemos, ele preenche meu sentimento de que "preciso fazer alguma coisa".

Na sua opinião, qual é o maior desafio para lidar com o crescimento do atual terrorismo?

Crescimento do terrorismo ou aumento da paranoia e da cobertura em relação a esse tema? Antes de mais nada, nunca foi meu foco de estudo falar sobre o terrorismo apesar desse tema sempre estar lá. Sempre trabalhei com relações Brasil-Oriente Médio, com o papel das diásporas e da diplomacia. Inclusive na minha formação, sou historiadora, não se falava quase nada de Segurança e Defesa. Era sempre Política Externa, Diplomacia, Itamaraty etc. Quando entrei para a ECEME, em 2015, esse tema veio à tona. Percebi que não seria difícil estudá-lo por conta de toda minha experiência no Oriente Médio, como também por perceber ali um nicho, com poucas pesquisas feitas a partir do Brasil a esse respeito. Fiz inicialmente cursos online mesmo para tomar pé, passei então a dialogar com especialistas brasileiros e estrangeiros – como o Jorge Lasmar, da PUC-MG, e a Martha Crenshaw, de Stanford, por exemplo – e tenho lido e pesquisado muito a respeito. Percebi que a lente teórica que faz mais sentido para mim é a da teoria das quatro ondas, defendida pelo cientista político norte-americano David Rapoport. Ele ressalta que o fenômeno não é exatamente novidade, sendo constante desde o final do século XIX na forma de quatro ondas: anarquista, anticolonial, da nova esquerda e religiosa.

A primeira coisa a se destacar, portanto, é que esse fenômeno é da Modernidade e ele é mais antigo do que prega o senso comum. A meu ver, um olhar específico do Brasil para a questão só faz sentido nas duas últimas ondas. A figura de Carlos Marighella e seu "Minimanual do guerrilheiro urbano" é central na terceira onda. O Brasil, por conta dessa obra, tem um papel mais "intelectual". Pegue qualquer texto sobre a história do terrorismo e Marighella é citado, assim como se encontra sua obra em boa parte das bibliotecas. Quando fui pesquisar na Biblioteca Nacional da Turquia, em Ancara, só achei ali três autores brasileiros. Adivinhem quem eram.

[2] Dissertação de mestrado profissional intitulada "Livrarias, memória e identidade: a importação de livros no Brasil e a trajetória da Livraria Leonardo da Vinci no Rio de Janeiro", defendida no CPDOC/FGV-RJ em 06/07/2017 por Flávia Maria Zanon Baptistini.

Não sabemos. É da literatura? Machado de Assis? Paulo Coelho?

Sim, de fato os turcos também adoram Paulo Coelho (risos). Esse é o brasileiro mais lido por lá. Depois vem José Mauro Vasconcellos e seu "Meu pé de laranja lima" que os turcos também gostam muito. E por último: Marighella com o "Minimanual do guerrilheiro urbano". Eu sempre me perguntei o porquê dessa obra ali. Talvez porque grupos curdos usaram táticas terroristas a partir dos anos 1980, ou por conta de grupos de esquerda fortes na Turquia nos anos 1970 que o admiravam, ou ainda porque a "contra insurgência" é muito forte por parte do Estado.

Mas, enfim, o Brasil a meu ver, seguindo a teoria do Rapoport, teria entrado na chamada terceira onda, a da "nova esquerda", sobretudo pelo impacto que essa obra vai ter. A quarta onda, segundo o Rapoport, é religiosa e a gente a vive desde 1979. 1979 é a data da Revolução Iraniana e da invasão soviética no Afeganistão. Há desde então diversas narrativas religiosas e sectárias ligadas ao terrorismo. Nesse sentido, inclusive, sempre recomendo o programa God's Warriors, que a jornalista da CNN Christiane Amanpour fez em 2007. Nessa série de programas ela se dedica, sobretudo, às três religiões monoteístas e viaja para diversos lugares e realiza diversas entrevistas, seja com judeus, cristãos e muçulmanos, todos bem radicais. Ele é bom para desarmar aqueles imbuídos de islamofobia, por isso recomendo. Mas, enfim, não resta dúvida que nessa quarta onda, ganhou imenso destaque grupos jihadistas como Al Qaida e Estado Islâmico, na vertente sunita. E há a discussão em até que medida o xiita Hizballah é terrorista ou não.

Abri muitas frentes aqui, mas para resumir sua questão, de como lidar com o terrorismo hoje, minha resposta é em especial conhecer a história desse fenômeno e tentar ter um olhar brasileiro para a questão, no sentido de não necessariamente importar uma questão e um preconceito que não são nossos. Confesso que por conta dos grandes eventos, em especial os Jogos Olímpicos, pensei que poderíamos de fato ser "palco" de atos terroristas. Da mesma forma, se enviássemos tropas terrestres para a UNIFIL, essa poderia ser uma razão para nos tornarmos "alvo" de atentados. A questão principal, sobretudo, a meu ver, é se o Brasil é de fato um "santuário" para terroristas e em que medida há de fato "convergência" entre crime organizado e terrorismo por aqui. Há ampla agenda de pesquisa que necessita de desenvolvimento nesse sentido.

Sobre esse último curso que você teve em Israel. Como está a atual situação? Você poderia comentar como está atualmente o conflito Israel x Palestina?

Eu precisaria de pelo menos três horas (risos). Mas, enfim, vale dizer que passei quatro semanas entre junho e julho deste ano de 2017 tomando parte do *Summer Institute for Israel Studies*, da Brandeis University. Foram duas semanas de palestras nas redondezas de Boston, nos EUA, e depois duas semanas viajando por Israel e territórios palestinos, conversando com autoridades, acadêmicos, burocratas e pessoas comuns. Meu interesse com ele foi o de me atualizar sobre a temática, pois apesar de ter morado cinco anos em

Israel, falar hebraico fluentemente e acompanhar a mídia de lá, meu foco nos últimos tempos estava em grande parte na Turquia. O que eles ressaltaram no curso o tempo todo foi em grande medida o que eu já vinha fazendo intuitivamente em meus cursos há muitos anos: enfatizar as narrativas paralelas. Tentar dar o máximo de peso possível para as narrativas israelense e palestina. As duas narrativas fazem muito sentido, e eu particularmente entendo ambos os lados e torço pela paz.

Quando fui ao terreno, porém, voltei desanimada. Não sei como a situação ainda não explodiu. Acho que certamente o próximo verão será bastante conturbado por lá. Há inúmeros problemas dentro de cada comunidade, para além do conflito entre israelenses e palestinos. 20% da população israelense é árabe (isso sem falar dos judeus árabes de Israel), sendo basicamente drusos, muçulmanos sunitas, cristãos e beduínos. Entre os muitos problemas de integração destes no país, acho que a questão os beduínos, que vivem no sul de Israel, no deserto do Neguev, é a das mais explosivas. Eles eram poucos quando do nascimento do Estado no final da década de 1940 (fala-se em 9 mil) e eram nômades. Estão sendo forçados a se sedentarizar e a cada dezenove anos dobram sua população (hoje são 250 mil), ou seja, uma junção de problemas de uma sociedade tradicional (patriarcal em grande medida) forçada a se modernizar, com todos os problemas que isso traz, além do crescimento demográfico gigante e da demanda por terras, vem gerando conflitos crescentes com o governo israelense. Recomendaram-me na Brandeis um filme excelente na Netflix, chamado “Sand Storm”, que recomendo também aqui, porque dá o tom da complexidade desse assunto específico.

Testemunhei alguns avanços em Israel, como por exemplo, a crescente presença de árabes nas universidades de ponta de Israel. Disseram, por exemplo, que o Technion (excelente universidade tecnológica) já tem 20% do alunato árabe, espelhando assim a mesma proporção da sociedade israelense. Os árabes-israelenses, ou palestinos-israeleses como muito se definem, vêm se sobressaindo nas áreas de Medicina e Enfermagem, por exemplo. Há também alguns judeus ultra ortodoxos finalmente indo para o Exército ou buscando profissionalização. Mas há, porém, muitos problemas entre os próprios judeus israelenses. Os judeus *mizrahim* – aqueles oriundos do Egito, Iraque e Iêmen, por exemplo, vem crescentemente demandando um reconhecimento da sua própria história e cultura e da forma preconceituosa como foram tratados no passado. Acho muito interessante que muitos músicos de destaque em Israel hoje, como Dudu Tassa e o trio A-WA, cantem justamente em árabe. O primeiro vem de família iraquiana e o segundo de família iemenita.

Não vou me demorar aqui para ressaltar a própria complexidade do campo palestino, seja pela tentativa agora de reconciliação entre Hamas e Fatah (cada qual tido como corrupto e ineficiente pelos próprios palestinos), como pela precariedade que na realidade testemunhei do domínio da Autoridade Nacional Palestina. Fico genuinamente me perguntando se se pode falar em Palestina, já que o território é dividido em áreas A, B e C. O território A é da ANP. O território B pertence aos israelenses e palestinos compartilhando o mesmo domínio. E o território C, que é a grande maioria, representa assentamentos israelenses ocupados. Fiquei também baqueada ao ver muitos exemplares de “Mein Kampf”, de Hitler, a venda nas ruas de Ramalá. Sempre ressaltei em sala de aula que não se deve

misturar críticas a Israel com antissemitismo, mas ando revendo essa posição frente ao que vi por lá.

O que acho relevante ressaltar, porém, é que o Oriente Médio está passando por uma fase de mudança de poder, por conta do fim da guerra da Síria. Minha leitura é que o grande vencedor é o Irã, que já tinha um papel importante no Líbano com o Hizballah, e no Iraque sobre os xiitas locais, consolida um espaço agora também na Síria. Isso preocupa não só os israelenses como a Arábia Saudita e não é a toa que testemunhamos algumas mudanças significativas no sentido de uma aproximação Riad-Tel Aviv (o próprio Trump fez um voo histórico da primeira para a segunda quando de sua visita recente). A lógica em grande medida é do inimigo do meu inimigo é meu amigo. Eles têm o Irã como uma grande ameaça. É preciso olhar com atenção a ação do Irã na região e a reação a este, e o Líbano é uma das principais arenas que devemos ter atenção.

Como você vem trabalhando a perspectiva de gênero e feminismo em guerras e conflitos armados?

É uma agenda nova. Ganhou força também depois que entrei na ECEME e por ali ser um ambiente muito masculinizado. Além disso, a AMAN agora passa a aceitar mulheres. Essa questão me fez voltar a atenção para Israel, já que ali as mulheres servem ao Exército desde sempre, e testemunhei muitas amigas que serviram. Pesquisando, porém, percebi que há algo interessante. As mulheres foram combatentes na chamada guerra de independência, entre 1948 e 1949, mas depois disso, embora conscritas, elas eram proibidas de ser combatentes até o ano 2000. Então, elas eram basicamente instrutoras, atuavam em trabalhos burocráticos, na área de inteligência etc. Foi só no final da década de 1990, quando uma judia sul-africana que queria ser piloto, apelou para a Suprema Corte e houve uma decisão de que as mulheres poderiam ser combatentes. Hoje elas estão de fato em 90% da força de combate e há casos de batalhões mistos em Israel, como o Caracal, e ali as mulheres estão se destacando.

Um lado que me interessa é esse, como o de Israel: mulheres em forças armadas oficiais. Outro caso que me interessa são as mulheres palestinas e curdas, que pegam em armas como guerrilheiras. No caso das palestinas, existe o caso da Leila Khaled, que é emblemático, muito ativa nos anos 1970, que participou do sequestro de um avião. Era um ativismo secular e mulheres também pegavam em armas. No caso das curdas, o caso da Sakine Senciz é emblemático também, pois ela foi uma das fundadoras do PKK e participou do treinamento de mulheres em armas. Ela foi assassinada em Paris em 2013, mas é símbolo importante da luta das curdas, que finalmente ganhou atenção nos últimos tempos, justamente porque há uma forte narrativa de gênero. Mas, enfim, essa é uma agenda incipiente, em que estou pesquisando a respeito.

E como promover esse debate atualmente dentro das Forças Armadas do Brasil?

Não é fácil. Sou historiadora e, vindo da História, existe certo preconceito e muito desconhecimento. Na ECEME sempre brincava que eu era mulher, civil, acadêmica e judia, ou seja, um monte de novidade para eles. A verdade, porém, é que me impressionei com as Forças Armadas brasileiras, em especial o Exército. Primeiro, porque a geração de oficiais entrou na AMAN em grande medida na década de 1990 e eles são muito disciplinados e estudiosos. A outra coisa, no caso específico da ECEME, é tratar-se de instituição muito internacionalizada. Há ali dezenas de Oficiais de Nações Amigas (chamados de ONAs) e Oficiais Instrutores de Nações Amigas (OINAs) e eu já tive em sala alunos do Equador, EUA, Paquistão, Portugal e China, só para citar alguns. Isso sem contar o enorme número de oficiais brasileiros que fizeram cursos ou foram instrutores em países como Coreia do Sul, Rússia e Suriname, só para citar os que me impressionaram (risos). Há, portanto, um grande componente de "diplomacia militar" naquele ambiente que eu desconhecia.

De qualquer forma, a grande questão é que o Exército está pensando sobre o que é ser uma força armada no século XXI, como se preparar para os atuais desafios. Por isso, entendem a relevância do diálogo com a academia. A Guerra Fria acabou. Como lidar agora com questões como cybersegurança, terrorismo e refugiados? Como lidar com o direito internacional? O Exército está interessado no diálogo com a academia e há crescente interação. Eles dominam um conhecimento da Amazônia, por exemplo, que precisamos ter também. Aliás, desde que voltei de lá, acho que todo brasileiro deve ir para a Amazônia para ter uma opinião informada sobre a região. Ressalto que esse diálogo não é fácil, mas é necessário, para ambas as partes. Precisamos ter uma opinião pública informada e atuante para as questões de Segurança e Defesa. Isso é essencial na democracia.

Qual mensagem ou sugestão você poderia deixar para os pesquisados e estudantes no Brasil?

Nesse sentido de ampliar o conhecimento para questões de Segurança e Defesa, sugiro tomar parte de cursos e eventos organizados pelas escolas militares de alto nível, como a ECEME, a EGN, a UNIFA e mesmo a ESG. Há ali cursos de extensão como o de geopolítica da ECEME que já teve duas edições e tive a oportunidade de lecionar e os Ciclos de Estudos Estratégicos que acontecem semestralmente. Acho que essas iniciativas são excelentes para ir lá conhecer, ouvir e também questionar, travar o diálogo saudável que tanto precisamos. Sempre acho importante uma troca mais ampla entre as diversas partes atuantes num tema. Quando dos seminários de Oriente Médio, por exemplo, que organizei quatro edições, nós sempre buscamos trazer acadêmicos de diversas disciplinas, bem como militares, diplomatas, trabalhadores humanitários, e jornalistas. Não é fácil não (risos), mas é necessário e mostra maturidade, a meu ver.

No que diz respeito especificamente às áreas de História e Relações Internacionais, acho que elas precisam conversar mais, porque as duas sozinhas são "capengas". A minha

opinião é que uma precisa mais de teoria e a outra de empiria, logo são complementares. A cada dois anos eu fico na crise, por exemplo, se vou para a ANPUH (Associação Nacional de História) ou para a ABRI (Associação Brasileira de Relações Internacionais), porque as conferências anuais de ambas, sempre caem na mesma semana! Literalmente não há diálogo. Fico muito feliz por ver crescer no âmbito da ANPUH o debate sobre História Global, do qual participo, e isso é uma bela abertura, mas espero agora ver o mesmo na ABRI também. Enfim, a minha impressão é que a História, que tradicionalmente é mais ensimesmada, está bem mais aberta que RI.

Por também atuar na subárea de Estudos de Oriente Médio, acho muito importante o diálogo com antropólogos. O principal centro de estudos de Oriente Médio no Brasil, o Núcleo de Estudos de Oriente Médio (NEOM), está ligado ao Departamento de Antropologia da UFF e têm nos professores Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto e Gisele Fonseca, seus principais nomes. Ambos moraram na Síria e circulam pelos grandes centros de conhecimento internacional apresentando pesquisas, participando de bancas, redigindo pareceres e afins. Eu aprendi com eles a importância da etnografia, do ir a campo, e acho essa parte da pesquisa essencial, sobretudo nos estudos de Oriente Médio. Acho muito difícil respeitar academicamente alguém que se apresente como especialista em Oriente Médio e não domina nenhuma língua da região ou jamais morou por lá, por exemplo.

Tenho problema com os bairrismos, a minha experiência pessoal é que quando mais se dialoga mais entende o outro. É preciso lidar com a complexidade e é difícil traduzir isso em um texto acadêmico, um texto de opinião ou em sala de aula, existe essa dificuldade, mas é essencial o diálogo. E por outro lado é essencial também o rigor acadêmico porque não é possível ficar apenas com a teoria sem lidar a empiria. E isso inclusive eu sou muito grata ao Matias Spektor por ter me sugerido trabalhar primeiro nos arquivos. Como eu disse no início, eu não ia trabalhar com imigração, mas estava tudo lá estava nos arquivos, a empiria estava lá me contando uma outra história. É preciso partir de uma pergunta de pesquisa e de pressupostos, mas deve-se estar aberto a tudo, desde ao que nos apresenta a empiria, até o que conversas e debates nos descortinam.

Queríamos saber mais sobre a complexidade da América do Sul, principalmente na questão dos venezuelanos como refugiados que já são quase 30 mil que estão atravessando a fronteira e qual é a atual discussão dentro as Forças Armadas que está sendo feita sobre isso?

Eu acho que a principal pessoa para falar sobre isso é o Tassio Franchi, da ECEME, porque ele morou seis anos na Amazônia e porque ele visitou a fronteira diversas vezes e acabou de voltar de lá. Ressalto, porém, que a questão dos refugiados venezuelanos é muito mais dramática para a Colômbia, já que o número lá já está na faixa de um milhão. É interessante porque no passado a Colômbia expeliu refugiados para a Venezuela e muitos dos seus filhos ou netos agora estão voltando porque é a mesma língua e a Colômbia tem muito mais estrutura na região fronteiriça. A nossa fronteia com a Venezuela tem poucas

cidades. Tem Pacaraima (RR) e de lá eles vão para Boa Vista (RR). Eu e o Tassio, com quem trabalhei na ECEME, já falávamos sobre essa agenda de refugiados desde fins de 2015 quando a gente esteve em Manaus. A Pastoral do Migrante de Manaus já estava falando que não tinha mais refugiados haitianos, uma vez que em função da crise brasileira esses estavam indo para o Chile, e que era crescente a presença de venezuelanos. Naquela época tinha uma sensibilidade muito grande de chamar os venezuelanos de refugiados até por uma questão ideológica do PT no poder. Mas não era só isso: no primeiro momento eles ainda eram migrantes econômicos porque, de fato, ainda dava para voltar para a Venezuela, então, em 2015. Tinha muito venezuelano trabalhando em Manaus para juntar dinheiro e eventualmente voltar para o país.

O que considero válido, porém, é que esse drama na fronteira com a Venezuela, deve se mostrar uma grande oportunidade para discutir as fronteiras. A Amazônia tem toda uma rota de tráfico de entorpecentes que passa por ali, então tem um temor muito grande. O que a gente fica com medo é de securitizar o refugiado, isso não pode porque é um drama humanitário, mas em que medida não tem pessoas que estão se aproveitando daquela situação ali e são problemas históricos que a gente tem, sobretudo em relação à tráfico de drogas e outros tantos. Um dos temas do Observatório da Praia Vermelha, em construção no âmbito da ECEME, é justamente a questão dos refugiados e eles estão buscando conversar com todo mundo que atua na área, desde acadêmicos até trabalhadores humanitários. Acho isso muito válido.

Temos que ficar atentos porque é esse o drama de refugiados que o Brasil está lidando, embora a gente também tenha esses refugiados vindos todos da África e é muito dramático principalmente envolvendo gênero. Há casos de mulheres com AIDS. Há que tenha sofrido violência sexual ou que viu seus maridos serem mortos. Muitas têm filhos e aí chegam aqui e vão vendo as camadas de problemas do Brasil: a gente é absolutamente racista e essas pessoas acabam indo morar em favelas, vendo que não têm condições, enfim, pensem na complexidade em que esses refugiados têm dentro do Brasil.

Os refugiados africanos que vêm atualmente acabam indo morar nas favelas?

Há muitos casos sim. A Globo News fez um programa especial[3] muito bom mostrando, inclusive, o preconceito que essas pessoas sofrem, sobretudo os refugiados africanos. E é interessante porque os refugiados sírios sofrem menos, primeiro porque eles são brancos e segundo porque quase todos vão trabalhar com comida. A gente teve esse caso do "esfirraço"[4] em Copacabana, mas você anda em qualquer estação de Metrô do Rio que tem um refugiado sírio vendendo esfirra e falafel e aí tem um apelo, se apela para a questão da Síria, as pessoas têm mais sensibilidade, eu não sei. O fato é que tem uma "hierarquia" entre refugiado branco e refugiado negro e entre homem e mulher. A Aline

[3] Disponível em: https://globosatplay.globo.com/globonews/v/5666226/ Acesso em: 16 nov. 2017.
[4] Disponível em: https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/cariocas-fazem-fila-em-esfihaco-para-apoiar-refugiado-sirio-agredido-em-copacabana.ghtml Acesso em: 16 nov. 2017.

Thurler, da Caritas, fala nesse programa que ligavam para lá e pediam refugiados africanos com "braços fortes"; parecia uma coisa mesmo da escravidão do século XIX, uma coisa horrorosa. Então, voltando a questão do que os refugiados nos ensinam, eles, infelizmente, nos mostram o quão racista o Brasil ainda é.

Porém, mesmo entre os brancos, existe uma hierarquia: eu tenho a impressão (sem nenhum dado que comprove) que os sírios são mais bem tratados que os venezuelanos, por exemplo. Até porque a gente não se reconhece como latinos, é a questão do texto[5] do Leslie Bethell na Estudos Históricos que o Brasil não é América Latina. Eu acho que o caso dos refugiados é emblemático para pensar quem somos e o que podemos aprender com eles. Acho que isso pode resultar em várias pesquisas e debates.

Em uma entrevista recente no Programa do Bial[6] um refugiado sírio narrou sua trajetória até chegar a Europa e mostrou como que o destino idílico europeu acabou se convertendo em uma grande mentira já que a condição de refugiado é bem diferente da de cidadão, um outro participante do programa que estava na plateia deu seu depoimento dizendo o quanto era grato ao Brasil por ter chegado aqui e prontamente ter sido acolhido. Isso talvez demonstre a boa vontade com sírios que nem sempre acontece com os refugiados vindos da África.

O pessoal da Amazônia fala que os haitianos, por exemplo, são muito *hardworkers* e aí as pessoas tinham muito preconceito, mas descobriram que eles são trabalhadores excepcionais, então começaram a contratá-los para a construção de estradas e que agora que eles foram embora e estão com muita dificuldade porque outros grupos não têm a mesma competência. E esse movimento também é interessante porque existem as rotas da imigração: os haitianos, por exemplo, por causa da crise no Brasil, estão indo para o Chile. E esses refugiados da Síria estão usando o Brasil de trampolim e indo para a Europa porque a situação econômica está muito ruim. Muitos reclamam também da segurança pública. Esse refugiado que você citou necessariamente passou por coiote[7], ninguém chega na Europa sem coiote, e o livro da Loretta Napoleoni "Mercadores de Homens"[8] mostra isso muito bem. Tem um mercado gigante de refugiados que vai desde coiotes (todos que chegam na Europa passam por coiotes) até, na Escandinávia e na Alemanha, muitos dos alojamentos, por exemplo, você tem empresas lucrando porque muitos são voluntários trabalhando e as empresas embolsam o dinheiro do governo que seriam para pagamento delas. Então, o que a

[5] Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010321862009000200001&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 16 nov. 2017.

[6] Disponível em: https://gshow.globo.com/tv/noticia/dia-mundial-dos-refugiados-relembre-entrevista-de-pedro-bial-com-refugiado-da-siria.ghtml
Acesso em: 16 nov. 2017.

[7] Coiotes são pessoas que mediante pagamento fazem a travessia clandestina de imigrantes.

[8] NAPOLEONI, Loretta. *Mercadores de homens.* Tradução: Milton Chaves. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

Loretta mostra é que se, por um lado, você vê solidariedade, projetos lindos, pessoas se engajando, ou seja, diversos projetos e pessoas incríveis, ao mesmo tempo, tem coisas que você pensa: "como o ser humano pode ser tão vil?". Inclusive, quem muito atua nesse mercado de coiotes são ex-refugiados.

Então, é isso: o mundo é cinza. Tudo que a gente vê de preto e branco aí a gente tem que fugir. Se eu puder terminar indicando um filme, tem um filme que estava recentemente em cartaz que se chama "Os meninos que enganavam os nazistas"[9], é um outro contexto, mas ele mostra o cinza, ele ajuda a pensar isso. A grande questão do século XXI, a meu ver, é pensar esse cinza, pensar a complexidade, é óbvio que você tem que ter um argumento, tem que ter uma escolha nisso tudo, mas você tem que entender essa complexidade. Eu acho que no Brasil nós somos muito preguiçosos. Nós queremos as coisas mastigadas, queremos saber qual é o lado vencedor.

Não tem problema você torcer nas horas vagas, eu acho que tem que se engajar, como eu falei para vocês: eu tenho um ativismo com refugiados porque eu sou neta de refugiados. Eu me lembro de mim, adolescente, chorando numa crise dessas de adolescente, e meu avô, que me criou, virou para mim e falou: "você já teve que pedir pra dormir na cadeia?" Eu perguntei assustada: "por quê, vô? O que aconteceu?" E ele me disse que quando chegou ao Brasil era tão pobre que fez amizade com o carcereiro e pediu para dormir numa prisão desativada numa cidade pequena porque não tinha onde dormir. Você tem ideia do que é dormir na cadeia? Pedir para dormir na cadeia? Esse é o nível de dificuldade que essas pessoas passam. Meu avô ainda conseguiu chegar aqui antes do Holocausto, mas depois tiveram casos de sobreviventes que não aguentaram o tranco e se suicidaram, como foi o caso do Primo Levi, porque vem a culpa dos sobreviventes ou aquelas memórias pesadas todas. Por isso eu digo que eu não sou isenta para falar da Alemanha, eu não consigo falar sobre a Alemanha porque aquilo para mim é presente. Eu tentei diversas vezes ir lá, eu tenho amigos alemães, mas para mim aquilo é ainda presente. Meu avô morreu em 1997, depois de 60 anos no Brasil, e ele morreu achando que os nazistas iam vir buscar ele. Ele não falava sobre isso, o passado era tão difícil que ele não falava. Ele só falou um pouco quando sabia que ia morrer.

Então, é isso: esses refugiados precisam ser vistos. Hoje há estudos sobre as crianças, é uma geração perdida que não só não estudou como viveu aquilo. Como que vai ser no futuro? É fato que alguns vão se radicalizar? Vão ser terroristas? Vão enlouquecer? Enfim, esse drama hoje dos 60 milhões é muito sério e isso passa para as outras gerações. Em Israel o tema do Holocausto, por exemplo, está lá, está presente. Não tem como entender o país, literalmente, sem entender o Holocausto. No Yad Vashem, o museu do Holocausto em Jerusalém, que revisitei recentemente tem um lugar que acaba comigo. Ele se chama Beit Uziel, e é um lugar que tem uma vela, vários espelhos e os vários reflexos dessa vela. Você vai andando e parece que está no meio do universo, no meio das estrelas.

[9] Os meninos que enganavam os nazistas (título original: *Un Sac De Billes*). Direção: Christian Duguay. Roteiro: Christian Duguay e Benoît Guichard (baseado no roteiro original de Jonathan Allouche e Alexandra Geismar e, também, no livro homônimo de Joseph Joffo). Paris Filmes, 2017.

Cada passo que você dá, você escuta o nome da criança, a idade e o lugar que ela foi morta... Eles têm as idades dos meus filhos... 1,5 milhões de crianças que foram mortas. Saí cambaleante.

A Alemanha hoje está num contexto diferente, ela está mesmo ajudando com a questão dos refugiados?

Mais ou menos, ela ajuda a rifar a democracia na Turquia, mas a gente não chegou a falar sobre isso. Eles adotaram a postura de "a Turquia que segure os seus três milhões de refugiados, a gente dá os milhões de Euros que pedem, a gente faz qualquer negócio". Vale lembrar que o milhão de refugiados em 2015 impactou fortemente a região e a política alemã também. Do contexto europeu, porém, é a "menos pior". Mas é surreal que os judeus alemães não querem esses refugiados. Eu tenho um ex-aluno que hoje mora lá que disse que os judeus não querem porque são mulçumanos, enfim, pensem em cinza, muito cinza, porque tudo é complexo demais.

Entrevista concedida em 30 ago. 2017.

Referências

BAPTISTINI, Flávia Maria Zanon. *Livrarias, memória e identidade:* a importação de livros no Brasil e a trajetória da Livraria Leonardo da Vinci no Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado profissional. CPDOC/FGV-RJ. Rio de Janeiro, 2017.

Disponível em: https://globosatplay.globo.com/globonews/v/5666226/.

Disponível em: https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/cariocas-fazem-fila-em-esfihaco-para-apoiar-refugiado-sirio-agredido-em-copacabana.ghtml.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-18620090002000001&script=sci_abstract&tlng=pt

Disponível em: <https://gshow.globo.com/tv/noticia/dia-mundial-dos-refugiados-relembre-entrevista-de-pedro-bial-com-refugiado-da-siria.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2017.

Entrevista de Paulo Fontes

Concedida a Julia Chequer[1]



Paulo Fontes é doutor e mestre em História Social pela Universidade Estadual de Campinas. É graduado em História pela Universidade de São Paulo. Foi professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, professor visitante nas universidades de Duke e Princeton, nos Estados Unidos, pesquisador visitante no International Institute of Social History em Amsterdã, Holanda e no re:work Institute da Humboldt University em Berlim, Alemanha. Entre 2010 e 2012, foi coordenador nacional do GT Mundos do Trabalho, da Associação Nacional de História. Atualmente, Paulo Fontes é docente e pesquisador do CPDOC/FGV e coordena o Laboratório de Estudos dos Mundos do Trabalho e dos Movimentos Sociais (LEMT) do CPDOC/FGV.

http://dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.73049

[1]Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: juliachequer@gmail.com.

O tema do próximo dossiê da revista *Mosaico* é Migrações e Identidades. Então, fale um pouco sobre sua trajetória acadêmica e seu envolvimento com o tema.

É curioso eu ser chamado para uma entrevista sobre migrações porque – apesar de o meu trabalho mais conhecido ser sobre migrações internas, sobre toda essa questão dos nordestinos em São Paulo, e obviamente de eu ter tido uma relação com essa literatura – eu nunca pessoalmente me considerei um historiador das migrações. Na verdade, me considero um historiador do trabalho que teve que lidar com o tema das migrações, porque era uma questão central para o meu objeto. Então, vele a pena contar um pouco como que eu tive que chegar nesta questão. Contar isso é contar um pouco da minha trajetória de pesquisa.

Entrei no mestrado em meados dos anos 1990, no departamento de História da UNICAMP, quando comecei a pesquisar. É curioso, porque eu vinha de uma experiência como assessor no movimento sindical. Fiz História na USP, mas no final do curso comecei a trabalhar com educação sindical. Trabalhei no Instituto Cajamar - de educação política em geral - na área sindical, e desse meu trabalho surgiu um convite para eu assessorar o sindicato dos trabalhadores das indústrias químicas de São Paulo, um dos maiores sindicatos da cidade. Era, na época, um sindicato importante e fui trabalhar lá muito novo, na verdade, e aquela experiência me encantou. É uma história interessante, pois às sextas-feiras eu ficava lá e havia um bar no sindicato e uma associação de aposentados. Lá, ficavam aqueles velhinhos conversando e eu gostava de ficar perto deles ouvindo. Enfim, eles ficavam tomando cerveja e eu ficava um pouco com eles e, ouvindo as histórias, começou a me chamar a atenção o fato de todos terem algumas coisas em comum: eram do bairro de São Miguel Paulista, a grande maioria; tiveram uma experiência política e sindical importante no pré-1964, alguns no pós-1964, mas, especialmente os mais velhinhos – Sr. Adelço e Sr. Montanhane – tiveram essa experiência no pré-1964, foram cassados, e tinham uma história que para mim, na época, era heroica, e eu ficava um pouco entusiasmado de ouvi-los falar; a imensa maioria era nordestina; e grande parte tinha trabalhado na companhia Nitro Química Brasileira, em São Miguel Paulista.

Então, aquilo começou a ressoar na minha cabeça, e vi que era um tema interessante, que ninguém havia estudado e resolvi pesquisar. Mais tarde, eu descobri que existiam sim alguns estudos. Isso coincidiu com o fato de alguns amigos - que conheci no Instituto Cajamar – serem mestrandos da UNICAMP: Fernando Teixeira da Silva (atualmente Professor do Departamento de História da UNICAMP); Alexandre Fortes (atualmente Pró-Reitor da Pesquisa da UFRRJ); Hélio da Costa (atualmente Assessor de formação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC) e Antônio Luigi Negro (atualmente Professor do Departamento de História da UFBA), que no momento estou supervisionando como pós-doutor aqui no CPDOC. Essa turma toda, menos eu, já estava na UNICAMP como mestrando e eu falei: “bom, vou entrar e vou estudar essas coisas, vou estudar esses trabalhadores da Nitro Química”. Então, entrei na UNICAMP e fiz meu mestrado, que depois foi publicado com o título de *Trabalhadores e cidadãos – Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50* (FONTES, 1997).

A Nitro Química tem uma história interessante, porque é uma indústria que se instalou nos anos 1930, na região de São Miguel Paulista, e se tornou uma das maiores fábricas de São Paulo. Uma fábrica que veio importada, com o maquinário dos Estados Unidos, por dois "capitães da indústria", o José Ermírio de Moraes e o Horácio Lafer, membros fundadores de dinastias da indústria paulista. A pretensão era, de certa forma, constituir uma indústria química de base naquela onda da industrialização. Para isso, tiveram todo o apoio do governo Vargas, nos anos 1930-1940 – o filho do Vargas era engenheiro químico e trabalhou na Nitro Química, ou seja, há toda uma conexão com a política de industrialização.

Além disso, era uma indústria com muitos trabalhadores, chegou a ter dez mil operários, e meio que refundou aquele bairro, um bairro afastado, que foi um aldeamento indígena - tem toda uma história pregressa - e ganhou um impulso nos anos 1930-1940, inicialmente, muito por conta dessa indústria. E ela ficou famosa – além da conexão com o local – também por uma certa política de bem-estar para os trabalhadores. Possuía um departamento social, coisas clássicas, como clube, moradia, assistência médica, creche, enfim, toda uma política social que a gente na literatura chama de paternalismo industrial e eu me interessei por estudar essas formas de dominação.

Na época, fiz um curso com o professor José Sérgio Leite Lopes, que foi muito inspirador. Pensei que tinha um caso diferente, mas que guardava semelhanças com o estudo que ele fez dos trabalhadores da fábrica de tecidos Paulista, em Pernambuco (LOPES, 1988). Assim, fui fazer um estudo, digamos, sobre as formas de dominação da empresa, e encontrei o que me parecia inicialmente um certo paradoxo. Espantou-me a presença política dos trabalhadores. Muito desta militância era vinculada ao Partido Comunista, que foi forte em São Miguel no período da redemocratização, de 1945 a 1947. Consta que era a maior célula comunista em fábrica em São Paulo – há, inclusive, relatos do Jorge Amado sobre São Miguel, que eu uso no livro. Essa atuação político-sindical me interessou e eu fiz um estudo de caso, digamos, clássico, de uma fábrica e a atuação política sindical dos trabalhadores, a relação deles com este sistema de dominação, pelas brechas deste sistema. Isso porque, na memória dos trabalhadores, me chamava muito a atenção essa questão da fábrica como *mãe e madrasta* ao mesmo tempo. Então, eu lidei um pouco com essa memória no meu mestrado.

Agora chego na migração, depois dessa volta toda. Eu a percebi como um dado chave, que trabalhei pouco no mestrado, e isso acabou impulsionando o doutorado, já que a grande maioria dos trabalhadores eram de migrantes do Nordeste – do que chamamos de Nordeste –, de Minas Gerais e do interior de São Paulo, mas muito caracteristicamente do Nordeste. Isso tinha relação com a fábrica e com a urbanização da cidade. A fábrica teve uma política inicial de levar trabalhadores da região Nordeste, e São Miguel passou a ser conhecido como um bairro de nordestinos na cidade. Então, o nome oficial do bairro era São Miguel Paulista, mas as pessoas brincavam que era São Miguel baiano. Na verdade, o que aconteceu na passagem do mestrado para o doutorado, costumo dizer, é que eu saí da fábrica e fui para o bairro. Ao fazer isso, a questão da migração emergiu com mais força. Assim, me deparei com dois arquétipos: São Paulo como lugar de recepção, o Nordeste como lugar de expulsão, e São Miguel como o bairro exemplar desse processo. Então, fiz um estudo – significativo,

porque a Grande São Paulo foi o lugar que mais recebeu migrantes – em que a migração é um tema fundamental para entender temas como trabalho, urbanização e política, que me interessam como pesquisador. Mas só pude entender isso porque eu encarei a questão da migração, que acabou sendo uma questão chave. Ou seja, cheguei na migração por esse caminho um pouco tortuoso, por isso tive que falar muito. O objeto me levou à migração, não era um objeto inicial.

Pode explicar melhor essa ideia de suposto paradoxo, sobre o fato de os trabalhadores serem militantes políticos? Como localiza essa reflexão?

Na época eu via como um possível paradoxo, porque em tese a política assistencial da empresa seria para diminuir ou evitar conflitos. Como os empresários gostavam de dizer, para fortalecer a ideia de família Nitro Química. Como os proprietários, os gerentes gostavam de enfatizar um ambiente de harmonia, onde o conflito não chegaria. Então, me pareceu um potencial paradoxo, pois na memória operária – usei muito História Oral – às vezes no mesmo depoente existia o discurso de dever tudo à Nitro Química, pois saiu de um lugar muito pobre e ali construiu família e, ao mesmo tempo, de opressão, de ter vendido a sua saúde à empresa.

A Nitro Química era uma fábrica com condições de trabalho muito ruins do ponto de vista de salubridade. Seu principal produto era o rayon – um fio que exige todo um procedimento químico –, muito vendido neste período. Ele imita um pouco a seda; então, paletó era revestido de rayon, roupa, gravata, um monte de coisa. A Nitro Química usou o rayon como carro chefe porque, no processo de produção do fio, toda uma série de outros produtos químicos tinham de ser fabricados, assim, ela tinha uma série. Era um complexo industrial, por isso a necessidade de muitos trabalhadores. Então, o paradoxo era um pouco esse, entre uma suposta política de bem-estar, que diminuiria os conflitos, e o conflito acontecendo independente, ou, melhor dizendo, articulado com esta política do bem-estar social. A ideia era ver quais as brechas que permitiram que esse conflito, essa dicotomia, aparecesse. Obviamente as leituras de E. P. Thompson, sobre o “paternalismo”, os “costumes”, acabaram sendo altamente inspiradoras naquela altura.

Grande parte dos estudos sobre migrações internas no Brasil enfatiza a motivação econômica e o quadro social do país, em especial no campo. Na sua opinião, qual é o peso destas questões e quais outros elementos são importantes para a análise?

Essa questão é bem importante. Eu tive que me defrontar com o tema da migração e, na época, acho que duas características me chamaram atenção. A primeira é uma separação muito grande no campo dos estudos sobre migrações – e acho que essa separação tem diminuído ultimamente, modestamente o meu trabalho contribui para isso – na análise entre as imigrações, as migrações internacionais (de portugueses, italianos), que sempre tiveram

mais peso, e a migração interna – digo isso do ponto de vista da história. A segunda é justamente essa: os historiadores chegaram muito tarde nos estudos sobre as migrações internas, talvez por ser um tema mais do tempo presente. A migração interna era um tema – ainda é, em grande medida – dos sociólogos, demógrafos, geógrafos. Existe uma literatura enorme sobre isso dos anos 1970 e 1980, na qual eu me baseio. Mas, respondendo à questão, é uma literatura que enfatiza por demais os aspectos econômicos e demográficos do processo, no sentido das grandes cifras, e, para mim, como historiador social, formatado em uma escola thompsoniana, essa tradição obviamente me incomodava porque ela não via a agência dos migrantes nesse processo. Os migrantes eram como que empurrados por aspectos completamente alheios à sua experiência – aspectos macro-estruturais – para migrar. Portanto, eles não teriam nenhum impacto na própria ação familiar, individual, coletiva, comunitária, nenhum impacto no processo migratório.

Nesse sentido, é óbvio que as questões econômicas, as questões macrossociais da desigualdade, são fundamentais no processo migratório. Mas eu diria que isso é o óbvio e chegar somente a essa conclusão disso é pobre. Esse é o ponto de partida. Me parece que os estudos mais interessantes seriam os que partiriam desse macro contexto – das questões de ordem estrutural – para tentar entender como efetivamente as experiências desses migrantes se relacionam com esses processos, o que tentei fazer no meu estudo.

Me interessava, portanto, entender em que medida os próprios migrantes deixam de ser cifras e passam a ser agentes concretos, em condições bastante assimétricas, obviamente, mas cuja ação impacta os processos migratórios e em grande medida os moldam. Esse foi o meu impulso, meu desafio ao tratar do tema da migração interna. Era, em grande medida, um desafio também por causa desse perfil da literatura–como eu disse –, mas de maneira nenhuma estou sozinho nesta perspectiva, muitos outros historiadores e antropólogos compartilham desse mal-estar com a literatura que foi dominante por muito tempo sobre estudos migratórios, em particular da migração interna.

Lembro que eu abordava a migração porque queria entender os mundos do trabalho, então tive que lidar também com uma literatura tradicional da área do trabalho, que tinha uma desconfiança muito grande destes migrantes, da sua capacidade de ação política, e os via como fruto de um Brasil arcaico e, portanto, como seres que reproduziam relações tradicionais e teriam muita dificuldade de se adaptar ao mundo urbano industrial. Estou falando das formulações das teorias da modernização e, obviamente, muito do que foi formulado pela chamada escola sociológica paulista, que tem estudos maravilhosos, mas que tinham um ponto de partida muito negativo em relação aos migrantes, como rescaldos do mundo rural no mundo urbano e, portanto, com pouca capacidade de ação coletiva e de agir enquanto classe social. Para estes estudiosos, a capacidade de ação coletiva se restringiria às relações primárias que eles estabeleciam. Eu também procurei problematizar essa separação, me baseando em uma literatura historiográfica e sociológica que tenta questionar a ideia de que as relações primárias – familiares e comunitárias –, por exemplo, não tem nada a ver com relação de classe, ou seriam antecedentes de uma relação de classe – digamos, “pré-políticas”. Então, tentei mostrar como as relações densas, as redes densas que

os migrantes formavam, também eram fundamentais na sua constituição enquanto agentes no espaço público e na vida política.

Em que medida essa forte divisão mencionada, entre migração interna e externa, nos estudos da história, se diluiu? Quais as conexões feitas, na sua opinião?

Acho que há um interesse maior por parte dos historiadores na discussão da migração interna. Ela virou um tema historiográfico, coisa que quando eu comecei a pesquisar não era. Era um tema da sociologia, da demografia, como eu mencionei, ou da economia. Ou seja, o tema ganhou um certo status, mas, mais importante, é possível perceber processos similares, comportamentos paralelos, entre as migrações internacionais e as internas. No meu trabalho, tento estabelecer algumas comparações. A viagem, por exemplo, é algo que eu enfatizo.

Os migrantes nordestinos ficaram famosos por conta do "pau de arara", uma espécie de caminhão que os trazia, em viagens muito longas – estou falando dos anos 1950 e 1960 principalmente. São viagens feitas em condições muito precárias, que demoravam às vezes até vinte dias ou um mês. Assim, é possível perceber esse trajeto, na memória de quem vivenciou essas viagens, como um rito de passagem fundamental, mais ou menos similar às memórias que os imigrantes têm das famosas viagens de navio da Europa ou do Japão para o Brasil. São momentos muito lembrados, romantizados, de virada na vida dessas pessoas e, portanto, de ruptura. Mas, ao mesmo tempo, são momentos de criação de laços e de construção de novas identidades, com pessoas que estão vivenciando mais ou menos o mesmo processo. Muitas vezes pessoas desconhecidas, mas não só. As migrações têm que ser sempre pensadas em torno de redes familiares e comunitárias. E pensar as redes também é outro elemento que conecta as migrações internas com as externas. Então, não só do ponto de vista de se tornar um objeto de estudo legítimo, mas principalmente do ponto de vista metodológico e teórico é possível estabelecer conexões entre esses processos.

Provavelmente a separação dos estudos de migrações internas e externas seja algo altamente frágil do ponto analítico, ou seja, deveríamos pensar em estudos migratórios de uma maneira mais ampla. O meu ponto é que em geral não se pensa e existe um pressuposto geral de que, quando se fala em estudos migratórios, trata-se de relações transnacionais e eu insisto que as relações translocais, em nível nacional, devem ter o mesmo estatuto do ponto de vista analítico, tanto do ponto de vista do que há em comum como das peculiaridades – porque obviamente há diferenças nesses processos.

De que maneira você elabora as questões ligadas à identidade na sua pesquisa com trabalhadores migrantes de São Miguel Paulista?

Penso a questão da identidade de uma maneira contingencial e histórica. Procurei – espero ter conseguido – pensar isso de uma maneira processual e não, como muitas vezes vemos em vários estudos a questão das identidades, de forma naturalizada, essencializadas e etc., o

primeiro ponto é esse. Como interessavam as articulações entre esses processos migratórios e a formação de classe – esse era o meu tema – o trabalho realmente tem uma contribuição interessante. Talvez se eu exemplificar algumas das conclusões, as discussões de identidade aparecem com mais facilidade.

Primeiramente, tentei desconstruir – isso ficou mais evidente para mim no final no processo de elaboração – uma certa ideia naturalizada do que é o "nordestino". Isto especialmente em São Paulo, mas acho que vale para o Rio de Janeiro também, assim como outros lugares com grande recepção de migrantes nordestinos. A própria palavra "nordestino" – o que é ser nordestino – é absolutamente naturalizada até hoje nosso cotidiano. As pessoas nascidas, por exemplo, em São Paulo, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, não se consideram "sudestinos", pois esta identidade regional não existe. No entanto, a identidade regional nordestina existe, ou pelo menos foi inventada, no sentido de que é fruto de um processo histórico, e, portanto, não existe o nordestino em si, as pessoas se tornam nordestinas.

Óbvio que isso é diferente em 2017 do que era em 1950 – período que eu estudo –, pois ali estava sendo forjada essa ideia. Hoje, ela está muito mais naturalizada e pode ser que as pessoas até incorporem essa "nordestinidade" mais facilmente. O meu ponto é que os migrantes, quando vão para São Paulo, não *são* nordestinos, eles são, por exemplo, de uma pequena comunidade do interior de Pernambuco, da Bahia. No máximo uma identidade estadual – forjada desde o século XIX ou desde antes das províncias, das regiões do país – perpassavam a auto declaração identitária daqueles indivíduos ou grupos familiares. Então, como elas se tornam nordestinas? No caso de São Paulo, é necessário recordar que isto foi um processo intenso se tomarmos os números por referência.

No Brasil, entre as décadas de 1940 e 1980, os dados mais conservadores dizem que 30 milhões pessoas deixaram o campo e foram para a cidade. Claro que estes números podem sofrer questionamentos, pois o que exatamente se entende por campo e cidade é uma fronteira tênue, haja vista que existe toda uma contestação de alguns sociólogos e demógrafos no sentido de que cidades pequenas que vivem da agricultura deveriam ser consideradas campo, portanto, o número de pessoas no campo seria maior do que o IBGE declara, etc. Existe um debate de ordem metodológica, mas o ponto é que sabemos da existência de uma migração em massa do campo para a cidade, que forma os centros urbanos como conhecemos hoje. Nesse processo, São Paulo e o Nordeste são paradigmáticos.

Os anos pós Segunda Guerra Mundial são particularmente instigantes pois, ainda que, em números absolutos, o maior índice de migrações tenha ocorrido nos anos 1970, em números relativos, o impacto da chegada ocorreu nos anos 1950. São Paulo já havia sofrido um processo migratório intenso nas décadas anteriores, especialmente a migração europeia, o que tornou a cidade mais branca - fenômeno no qual os paulistas se referenciam com orgulho até os dias de hoje. Mas, "de repente", temos essa leva de pessoas vindo do interior do país, não apenas, mas sobretudo do Nordeste. Assim, não podemos nos esquecer de um fator importante, a presença de "pessoas de pele escura" neste grupo. Este aspecto é

importante porque há um impacto racial forte que forja relações tensas e ambíguas em relação a este migrante recém-chegado por parte dos já estabelecidos.

De um lado, estas pessoas vão trabalhar, principalmente, nos empregos braçais da construção civil e da indústria, em um momento em que São Paulo passava por um "boom" industrial, sendo esta mão de obra absolutamente necessária para que São Paulo pudesse virar a "cidade que não pode parar", a maior cidade do país, e nesse período ela se consolidaria neste patamar. Por outro lado, isto também gerou tensões no mercado de trabalho, no espaço público e no espaço urbano – ou seja, onde estas pessoas iriam morar. E por isso a existência de um discurso, recorrente ainda hoje, nos setores conservadores paulistanos, de que a cidade começou a se deteriorar quando os "baianos" chegaram. O termo "baiano" é importante neste contexto, pois eles foram homogeneizados a partir deste termo. É interessante pensar: porquê "baianos"?

Sem dúvida, existe um aspecto quantitativo. De fato, a migração da Bahia é a maior – até por ser o estado de maior população. Mas eu lançaria a hipótese de que esta questão também se relaciona com a maior presença negra na Bahia, ou de pele escura– há que se considerar a presença indígena e de uma grande miscigenação que compõe a população sertaneja, origem de grande parte dessa migração. Ou seja, me parece que há uma conotação racial nesta generalização de baiano, feita para todos aqueles que vieram do Nordeste. Lembrando que a Bahia pertencia ao Nordeste naquele momento – segundo classificação do IBGE nos anos 1950, havia uma região leste, da qual a Bahia fazia parte – por isso a referencia popular era norte e sul. São Paulo era parte do "sul maravilha" e de Minas Gerais para cima todos eram "nortistas".

Assim, aquele momento foi marcado por uma grande ambiguidade, não necessariamente pela falta de "receptividade" do paulistano. Estamos inclusive vendo atualmente que, todo lugar do mundo que recebe grandes contingentes populacionais – migrantes ou refugiados – passam por situações de tensão entre os estabelecidos e os *outsiders*. Estes choques resultam em conflitos mais ou menos abertos e latentes, mas São Paulo não escapou desta condição e me parece que a questão está presente na memória social da cidade até os dias de hoje.

Outro ponto é que se tratava de uma grande quantidade de migrantes provenientes dos estados que hoje compõem a região nordeste indo para São Paulo, em um momento em que as diferenças regionais apareceram no debate público com muita força, especialmente a partir do governo de Juscelino Kubitschek. Houve a criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e as políticas nacional-desenvolvimentistas caminharam para associar a desigualdade regional com a desigualdade social e com a questão da terra. Por isso, as políticas de reforma agrária possuíam, para esses setores, um caráter social, mas principalmente de atenuar as desigualdades regionais do país. O Nordeste estava, de certa forma, na moda.

Associado a isto, há uma construção intelectual do que é o Nordeste, desde o século XIX – tema que foi trabalhado pelo historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior no interessante livro *A invenção do Nordeste e outras artes*. Começando pela figura do sertanejo ("antes de tudo um forte") criada por Euclides da Cunha, passando por Gilberto Freyre, que afirmou o Nordeste como berço da nacionalidade, e pelos romances regionalistas dos anos 1930, que constituíram uma certa imagem do que era o nordeste e o nordestino. Os anos 1950 foram marcados também pelo forró, por Luiz Gonzaga e por certa apropriação da vestimenta do cangaceiro, do sertanejo, do vaqueiro como uma espécie de arquétipo do nordestino. Enfim, todos estes elementos estiveram misturados neste processo migratório, aqueles migrantes se apropriaram seletivamente destes discursos e os usaram ao seu favor, em momentos de potencial conflito, para fortalecer sua própria agência neste processo.

Em São Paulo, alguém ser chamado de baiano não fala apenas da origem. O ser baiano está repleto de conotações – como cometer erros, uma barbeiragem no trânsito, ou pelo jeito de se vestir e falar – independe de ser pernambucano, piauiense, sergipano etc. Neste sentido, não é um termo só relacionado ao gentilício, mas a um modo de ser que está relacionado à classe social – e isto é absolutamente central no meu trabalho. Ou seja, se você é um baiano nascido na Bahia de classe média alta você não é um baiano neste sentido nos anos 1950 – talvez isso valha até os dias de hoje –, pois você vai se comportar e se vestir de uma maneira que, mesmo com seu sotaque, não é reconhecida como "de baiano".

E me parece – e eu aponto isto no livro – havia muitos conflitos entre os próprios migrantes, que não gostavam de ser chamados de baianos, mas que acabaram por usar o Nordestino como uma generalização. Ao "baiano" eles respondiam como "somos do Nordeste, somos nordestinos", então de certa forma eles também ajudaram a criar esta ideia. Além disso, a identidade nordestina, neste caso, parece estar absolutamente imbricada com a identidade trabalhadora, a valorização do trabalho, ou seja, "sou nordestino, então, assumo algumas atribuições como não ter medo de trabalhar. O trabalho físico, que em geral o paulista não quer fazer, eu faço, e esse é um trabalho fundamental para o progresso da cidade e do país".

Então, há uma associação entre nordestino e trabalho braçal em geral, e essa valorização da condição de trabalhador pode caminhar – como o fez, em várias circunstâncias – para um pertencimento em um coletivo de classe. Assim, me parece que o processo de formação de classe, na segunda metade do século XX, pode ser compreendido se articulamos esse processo migratório com a conformação de identidades regionais que fazem parte desta clivagem. O ex-presidente Lula me parece um exemplo interessante disso, pois ele ganhou muita proeminência principalmente pela sua habilidade em usar essa correlação entre a condição de ser nordestino e trabalhador. Essa é uma identidade que me parece fundamental para entender a força política do Lula entre as classes trabalhadoras e populares, porque habilmente ele articula – com legitimidade – a identidade trabalhadora e a identidade nordestina. Então, várias coisas que, para a classe média, soam de mau gosto ou não adequadas para um presidente, para um homem público, não necessariamente soam como inadequadas e desrespeitosas para vastos setores da população, ao contrário.

Em suma, creio que tivemos um fenômeno nos anos 1950 e 1960 em que, primeiro, *a invenção do Nordeste* só é passível de compreensão com a presença destes migrantes em São Paulo, e, segundo, essa identidade nordestina está vinculada ao processo de formação e construção de uma identidade de classe. Claro que tudo isso possui uma série de outros elementos importantes. A questão de gênero, por exemplo, com uma certa ideia de masculinidade, que entende por homem aquele que trabalha – e o trabalho aqui é entendido como braçal, pois força física é importante, ou seja, empregos na construção civil e indústria. Portanto, o homem nordestino seria "mais homem" que o homem paulista, neste sentido.

É, sem dúvida, importante dizer que a migração é marcada por relações de gênero e, nesse sentido, o papel da mulher também é de trabalhadora, mas aqui há um duplo efeito. O primeiro é que boa parte destas mulheres migrantes foram trabalhar no serviço doméstico; há uma mudança do mercado de trabalho, na segunda metade do século XX, em que o trabalho fabril feminino decaiu no mundo industrial. Claro que elas existiam e muitas mulheres vão trabalhar na indústria – e o estudo clássico da professora Elisabeth Souza-Lobo (1991) mostra uma presença significativa delas – mas, no arquétipo, no estereótipo sobre o trabalho feminino das mulheres migrantes, o espaço doméstico acaba sendo fundamental – onde, inclusive, é bom lembrar, a força física também está presente. Então, se coloca uma ambiguidade, pois a associação entre migração e trabalho é entendida como masculina. Mas essa ambiguidade acaba sendo resolvida se pensarmos estes processos tendo em mente que a ideia de família é fundamental. Uma concepção de família que, naquele momento, estava com papeis, em tese, muito definidos – em tese porque isso sempre se embaralhou, uma vez que são famílias de trabalhadores pobres e, na maioria das vezes, a mulher precisou ir ao trabalho, ao espaço que em tese seria só masculino.

Este é um tema com estudos interessantes – como os da professora Marilda Menezes – que contemplam essa questão de gênero e migração. Eu abordei isso de maneira pouco desenvolvida no meu trabalho, pois é algo que me interessou mais recentemente, mas que me parece central para esse raciocínio que articula migração e trabalho. Não esquecer que este é um processo que passa pela construção de gênero é fundamental e, por isso, espero que novos estudos possam explorar mais estas questões.

Para concluir, na sua opinião, quais os principais desafios para quem pesquisa processos migratórios no Brasil?

Eu acho que já fui apontando alguns desses desafios. Ainda tem muito a ser estudado do ponto de vista histórico. Hoje existe todo um campo de estudos migratórios muito mais desenvolvido e sofisticado do que no passado, feito por antropólogos, cientistas sociais, etc., de modo que não cabe aqui criar uma cisão muito grande. Mas, como eu sou historiador, esse é o meu lugar de fala.

E acho que, apesar dos avanços, os historiadores estão ainda na infância dos estudos sobre migração no século XX no Brasil. Mesmo sobre migrantes nordestinos para São Paulo, para o Sul, existe uma infinidade de abordagens e temas que precisam ser explorados. Então, um primeiro desafio seria tentar dar conta da diversidade temática e ter uma densidade maior de trabalhos.

O segundo desafio – e isso é uma autocrítica– é pensar esses processos com mais conexão entre o lugar de saída e o lugar de chegada. Meu estudo é, modéstia parte, bom sobre os migrantes em São Paulo, mas eu falo muito pouco do Nordeste em si, dos lugares de onde essas pessoas vieram, quais as diferenças, os impactos locais. Isso tudo enriqueceria muito, até por entender que boa parte dessa migração é de ida e vinda, então não são universos assim tão separados, pelo contrário. No meu estudo eu mostro que existem redes entre o local de saída e local de chegada, e que esses locais de saída e chegada são múltiplos. Então, esses percursos e essas conexões precisam ser vistas de uma maneira menos dicotômica e mais integrada. É difícil porque acompanhar os deslocamentos dos migrantes, do ponto de vista histórico, exigiria que tivéssemos uma equidade maior de arquivos e fontes em todos os lugares e não temos isso. Mas me parece fundamental ir atrás e talvez tenhamos boas surpresas do ponto de vista metodológico e de fontes se encararmos uma visão menos dicotômica.

Em vários países onde há estudos fortes sobre migração interna, uma fonte que é absolutamente importante e que temos muito pouco ainda – em parte porque, especialmente nos períodos os quais estamos falando, o analfabetismo era ainda muito alto – são as cartas. Eu já tive muito o sonho de achar correspondências e perceber esses processos na intimidade e no mundo privado, cotidiano.

O terceiro desafio seria dar continuidade a essa desnaturalização das identidades. Tentar perceber como esses processos são fluidos, contingenciais, são processos históricos. Eu acho que muitas vezes os estudos sobre migração acabam tendo um pressuposto identitário muito fixo e isso precisa ser tensionado.

O quarto é que as perspectivas de gênero são riquíssimas para pensar esses processos. As migrações foram pensadas de uma maneira masculina. Assim, entender tanto como as masculinidades são construídas, quanto os papeis de gênero femininos são construídos e reconstruídos nesse processo me parece vital. Levando em conta que nós estamos falando de processos migratórios em que os projetos familiares são essenciais, entendê-los, articulados com os projetos de família e expectativas que passam pelo universo familiar, me parece também bem importante.

Por fim, acho que durante muito tempo – meu trabalho não é fruto disso, mas dialoga com isso – os processos migratórios foram vistos como parte da modernização do país e, portanto, as migrações rurais-urbanas foram sempre privilegiadas nas análises. Acho que hoje a gente tem condição de tensionar isso, mostrar processos de migração rural-rural, os processos de volta também são muito intensos, os processos migratórios que não sejam apenas das supostas regiões mais “atrasadas” para as mais “adiantadas”, os processos mais

localizados, etc. Enfim, acho que há toda uma agenda também geográfica que vale a pena ser explorada.

Mais alguma consideração?

Existe uma dimensão pessoal que eu acho que só percebi depois. Quem me conhece bem – amigos, etc., mais próximos – sempre me perguntou: "Você foi estudar migração porque seu pai, sua família, veio do Nordeste para o Rio e para São Paulo?". Durante muito tempo respondi que não, e contei aquela história de como as coisas se deram racionalmente, que tem a ver com minha história profissional. Mas – nem sei se eu deveria falar essas coisas, mas, enfim, agora que eu já comecei – acho que teve um pouco de algo psicanalítico nesse meu processo de estudar as migrações, que só percebi quando o trabalho já estava feito. Acho que o momento em que me dei conta, para ser sincero, foi quando eu dediquei o livro para o meu pai. Porque aí sim, eu vi que muito daquela história era uma história familiar.

Quando falei o que estava pesquisando para o meu pai, ele começou a me contar coisas que eu não sabia da vida dele, que eram absolutamente parecidas com o meu objeto. Depois, me dando conta de como é o prefácio do meu livro do mestrado, depois do doutorado, e como eu inconscientemente fiz conexões com a minha própria história de vida, vi que ali tinha um processo de autoanálise meio embutido, que tinha a ver com a história da minha família, com a minha história, com a minha própria construção identitária. Enfim, eu acho que falar um pouco de si no seu próprio trabalho é uma coisa que fazemos sempre, mesmo quando não percebemos. Então, como essa é uma revista para mestrandos e doutorandos, acho que vale um pouco esse recado, no nível de "ego-história", sobre como a construção dos nossos objetos tem mais a ver com a gente do que pensamos.

Entrevista concedida em 11 out. 2017

Referências

ALBUQUERQUE JR., Durval M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2012.

FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos – Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997.

_____. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem e os conflitos de classe na "cidade das chaminés"*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1991.

mosaico

Resenha

A aliança civil-militar brasileira na ocultação de documentos da ditadura após a redemocratização

Raphael Alberti Nóbrega de Oliveira [1]

Obra:

***Lugar Nenhum:* Militares e civis na ocultação de documentos da ditadura.**

Lucas Figueiredo.

São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

http:/dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.70166

[1] Mestrando em História Política e Bens Culturais CPDOC-FGV-RJ. E-mail: raphalberti@gmail.com

Lucas Figueiredo é um jornalista investigativo brasileiro, com passagens pela *Folha de São Paulo* e Comissão Nacional da Verdade. Ganhou os prêmios *Esso*, *Vladimir Herzog* e *Jabuti.* Publicou livros respeitados como *Ministério do Silêncio*, em que esmiúça o funcionamento dos serviços de inteligência brasileiros desde sua criação e *Olho por olho* sobre o confronto editorial entre os livros *Brasil: Nunca mais* e *Orvil.*

Em *Lugar Nenhum*[1]*,* Lucas Figueiredo desmistifica um dos estigmas acerca do período ditatorial de 1964-1985: a perda ou destruição total de documentos dos órgãos de repressão estatal. Através de registros, fotos e cartas anexadas demonstra como as Forças Armadas ainda guardam nos seus acervos, em pleno século XXI os dados referentes a mortos e desaparecidos políticos do período. Segundo Figueiredo, todos os regimes presidenciais desde o Governo José Sarney fizeram parcerias com os militares para a ocultação de documentos.

Este livro faz parte da Coleção *Arquivos da repressão no Brasil* coordenada pela professora de História da UFMG, Heloísa Starling. É uma parceria entre jornalistas e historiadores, acerca da documentação recolhida pela CNV. Além do livro de Figueiredo, foi lançado *Os fuzis e as flechas* de Rubens Valente sobre a matança indígena durante a ditadura. Outros livros farão parte desta coleção, mas não chegaram às livrarias como *Embaixadores, gorilas e mercenários* de Cláudio Dantas Sequeira, sobre as conexões da ditadura com o exterior, e outros dois, sem nome ainda, sobre a participação do empresariado na repressão e os rompimentos da legalidade feitos pelos militares durante o regime, escrito pela própria coordenadora.

Há uma divisão em quatro capítulos: *PRESERVAR, ESCONDER, MENTIR* e *CALAR-SE.* Inicialmente, situa a estrutura dos serviços de inteligência no país desde a ditadura civil-militar, que era composta pelo Serviço Nacional de Informação (SNI), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), Centro de Informações do Exército (CIE) e o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA). Identifica como o mais fechado de todos os órgãos de serviço secreto o da Marinha, que em 1971, na Divisão de Registros portava informações de mais de 325 mil pessoas em 300 mil pastas individuais. Criou-se a necessidade da adoção da microfilmagem, em 1972, para um melhor cuidado deste acervo.

Com a chegada do Governo de Ernesto Geisel ao poder em 1974, e o anúncio de uma abertura política, a ala radical dos militares ficou preocupada com o possível acesso e obtenção desses documentos de arquivos secretos por simpatizantes e membros da esquerda ou vítimas e familiares da repressão estatal, no momento de redemocratização. É o que diz o capítulo ESCONDER. Ao passar dos anos, foi mapeando as intenções dos prováveis presidenciáveis das eleições de 1989, em relação ao SNI. A maioria era a favor da extinção do SNI. Conjuntamente com o Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), o SNI, a

[1] FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum*: militares e civis na ocultação de documentos da ditadura. 1ªed.- São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

partir de setembro, destruiu parte de seus documentos que pudessem o comprometer no futuro.

Na terceira parte denominada *MENTIR*, mostra que em 1993, durante o governo Itamar Franco, o Ministro da Justiça Mauricio Corrêa após receber um dossiê sobre mortos e desaparecidos políticos das famílias das vítimas, ordena a instauração de uma comissão com integrantes das Forças Armadas para esclarecer o paradeiro de pessoas desaparecidas. A relevância deste ato consiste no ineditismo do Executivo em pressionar as Forças Armadas a abrirem seus arquivos sigilosos. Não se pode dizer que foi uma abertura maiúscula, visto que as Forças Armadas não entregaram os documentos oficiais, mas sim um relatório, em que se percebe a clara omissão de dados e falta de citação de participação dos militares em algumas mortes.

Neste capítulo Figueiredo vai além, e debruça-se sobre as três legislações existentes no país a respeito do arquivamento de documentos sigilosos: os regulamentos de 1949, 1967 e 1977. O primeiro foi o pioneiro na classificação destes documentos em quatro esferas, em ordem decrescente de sigilo: ultrassecretos, secretos, confidenciais e reservados. Paralelamente, efetivam-se as regras de destruição de documentos sigilosos. Observa-se que a destruição de acervos secretos era tarefa complexa. Antes de tudo, era preciso autorização de superior para eliminar registro dos quatro tipos citados acima. Se fosse chancelada, a eliminação deveria ser presenciada pelo guardião do acervo e por uma testemunha. Após a destruição, os dois deveriam ainda assinar um "*termo de destruição*" e enviá-lo à autoridade que permitira o expurgo. Por último, esta autoridade remetia o termo a repartição responsável pelo controle do documento.

Em 1967, houve uma alteração no regulamento. A lavratura de termos de destruição só passou a ser exigida para documentos secretos e ultrassecretos. Porém, dificultou-se ainda mais a eliminação, já que somente a autoridade que produzira o documento ou seu superior poderiam ordenar a destruição e mesmo assim, por meio de ordem oficial. Além disso, a exigência testemunhal passou de uma para duas pessoas. Sanções por descumprimento das normas de salvaguarda documental foram estabelecidas. Quem desrespeitasse o regulamento seria acionado nas Justiça Militar e Comum. O regulamento de 1977 estende a lavratura de termos de destruição para documentos reservados e confidenciais.

O capítulo *MENTIR* inicia relatando a elaboração de uma lei, em 1995, do governo FHC que reconheceu oficialmente como mortos 136 desaparecidos políticos e a criação de uma comissão especial para apurar outras situações concernentes. Entretanto, a comissão não tinha poderes para obrigar as Forças Armadas a liberarem seus arquivos. FHC terminou o mandato sem abrir os arquivos da repressão e ainda instaurou decreto que prolongava os prazos máximos de sigilo de documentos do Estado e conferindo aos documentos ultrassecretos o caráter de sigilo eterno.

O governo Lula chegou recheado de expectativas, já que fora um dos principais alvos dos serviços de informação. Durante o seu mandato, teve que resolver uma questão

sobre um processo judicial movido por familiares de vítimas do Araguaia contra o Exército, que começara em 1982. Em 2009, a 1ª Vara da Justiça Federal de Brasília condenou a União a abrir os arquivos das campanhas militares contra a guerrilha e informar as famílias sobre os paradeiros dos corpos. Ao invés de entrar em confronto com as Forças Armadas, obrigando a mesma a revelar esses registros, Lula recorre por duas vezes à Justiça e sai derrotado em ambas. Como não cabia mais recurso, só restava cumprir a ordem judicial. Ela se concretiza em 12 de março de 2009, porém o Exército se manteve imóvel e não tomou qualquer tipo de providência. O Executivo criou o Grupo de Trabalho Tocantins (GTT), uma equipe encarregada de localizar os corpos de desaparecidos da Guerrilha do Araguaia. Entretanto, Lula coloca o Ministério da Defesa e o Exército para liderar essas buscas, ou seja, as instituições que são acusadas de escamotear o processo serão as responsáveis por encontrar aquilo que querem esconder.

A divulgação dos dois relatórios (1993 e 2013) do Exército para o Judiciário sobre informações de desaparecidos políticos é a prova notória que documentos estão sendo escondidos da sociedade. Nota-se a existência de diversas diferenças situacionais entre os dois documentos. Omissão, alteração e adição de dados, mudanças de grafias e supressão de nomes foram observados. O acréscimo de dados, as diferenças de grafias e alteração de dados são indícios que a Marinha não só preserva seu banco de dados sobre mortos e desaparecidos políticos como também o mantém atualizado.

O próprio Ministro do Exército no Governo Sarney, Leônidas Pires Gonçalves afirmou em entrevista a Lucas Figueiredo, em 2007, sobre esses registros: “Foram queimados coisa nenhuma” (FIGUEIREDO, 2015. pp. 83).

O Ex-Ministro da Justiça do governo Lula, Márcio Thomaz Bastos, ao ser questionado pelo jornalista Eumano Silva no programa televisivo *Roda Viva*, sobre a existência ou não de documentos do período citado, atualmente:

> Há documentos, seguramente, há documentos lato sensu. Eu não estou dizendo que só [há] (...) documentos do Araguaia. As notícias que eu tenho é que existem documentos xerox, documentos copiados. Agora, em relação a documentos do período da ditadura, existem seguramente. (FIGUEIREDO, 2015. p. 81)

Por que os militares conservariam esses registros, se o menos comprometedor seria destruí-los? Lucas Figueiredo cita três motivos para tal: Primeiro, a relevância que as Forças Armadas dão ao legalismo, mesmo não o necessitando para conseguir seus objetivos. Na ditadura, por mais radicais que as medidas de exceção fossem sempre vinham acompanhadas de um ato institucional ou uma lei. Segundo, é o princípio sagradas nas organizações militares que uma vez estabelecidos, os regulamentos militares devem ser cumpridos à risca. Por último, a obsessão pela documentação de procedimentos, reflexo da nossa tradição burocrática portuguesa.

Pode-se concluir que o livro de Figueiredo é inovador tanto na apresentação de documentação inédita, quanto na abordagem analítica ao criticar regimes presidenciais de centro-esquerda, representados por figuras que teriam, a priori, interesse direto na abertura total desses arquivos e optaram por uma conciliação com os militares. A posição do autor como pesquisador da CNV e os informantes dentro do aparato militar que seus colegas do jornalismo investigativo possuíam, fazem desta obra uma rica reunião de dados inéditos, que provocará surpresas até mesmo dentre os especialistas no tema.

Resenha recebida em 09 jul. 2017
Resenha aprovada para publicação em 12 jul. 2017

Referências

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum*: Militares e civis na ocultação de documentos da ditadura/ Lucas Figueiredo – 1ªed.- São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. *Ministério do silêncio.* A história do serviço secreto brasileiro: de Washington Luís a Lula, 1927-2005. Rio de Janeiro: Record, 2005.

VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas*. A história de sangue e resistência indígenas na ditadura – 1ªed.- São Paulo: Companhia das Letras, 2017.